Igreja Católica Apostólica Romana

Catecismo da Igreja Católica

VALDEMAR TEODORO EDITOR
Niterói - Rio de Janeiro - Brasil

Igreja Católica Apostólica Romana

Catecismo da Igreja Católica

Organização: Souza Campos, E. L. de
VALDEMAR TEODORO EDITOR
Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
2026

Créditos

Organização, revisão, edição e notas suplementares: Souza Campos, E. L. de

© 2026 Valdemar Teodoro Editor: Niterói – Rio de Janeiro – Brasil.

Toda cópia e divulgação são permitidas, desde que citada a fonte.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

EDIÇÃO TÍPICA VATICANA

CARTA APOSTÓLICA

LÆTAMUR MAGNOPERE

DO SUMO PONTÍFICE

JOÃO PAULO II

COM A QUAL É APROVADA E PROMULGADA A EDIÇÃO TÍPICA LATINA DO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

É motivo de grande alegria a publicação da edição típica latina do Catecismo da Igreja Católica, que é por mim aprovada e promulgada com esta Carta Apostólica e que, assim, se torna o texto definitivo do mencionado

Catecismo. Isto ocorre a cerca de 5 anos desde a Constituição Apostólica *Fidei Depositum*, de 11 de Outubro de 1992, que acompanhou, no trigésimo aniversário da abertura do Concílio Vaticano II, a publicação do primeiro texto em língua francesa, do Catecismo.

Todos pudemos, felizmente, constatar o geral acolhimento positivo e a ampla difusão que o Catecismo teve nestes anos, em particular nas Igrejas locais, que procederam à sua tradução nas respectivas línguas, de modo a torná-lo o mais possível acessível às várias comunidades linguísticas do mundo. Este fato confirma a positividade do pedido, que me foi apresentado em 1985 pela Assem-

bleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, para que fosse composto um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto para a fé como para a moral.

Elaborado pela apropriada Comissão de Cardeais e Bispos instituída em 1986, o Catecismo foi por mim aprovado e promulgado com a citada Constituição Apostólica, a qual mantém, ainda hoje, a sua validade e atualidade e encontra a sua atuação definitiva na presente edição típica latina.

Esta edição foi preparada por uma Comissão Interdicasterial, que constituí para esta finalidade em 1993. Presidida pelo Card. Joseph Ratzinger essa Comissão trabalhou assiduamente, a fim de cumprir o mandato re-

cebido. Ela dedicou particular atenção ao exame das numerosas propostas de modificação dos conteúdos do texto, que durante estes anos chegaram das várias partes do mundo e das diversas componentes do mundo eclesial.

A respeito disto, se pode, oportunamente, fazer observar que o envio tão considerável de propostas de melhoramento manifesta, antes de tudo, o notável interesse que o Catecismo suscitou no mundo inteiro, mesmo em ambientes não cristãos. Confirma, além disto, a sua finalidade de se pôr como exposição completa e íntegra da doutrina católica, que consente a todos conhecer o que a Igreja professa, celebra, vive e prega na sua vida quoti-

diana. Ao mesmo tempo, evidencia o grande empenho de todos em querer oferecer a própria contribuição para que a fé cristã, cujos conteúdos essenciais e fundamentais estão sintetizados no Catecismo, possa ser, do modo mais adequado possível, apresentada hoje ao mundo. Através desta colaboração múltipla e complementar dos vários membros da Igreja, se realiza assim, mais uma vez, o que escrevi na Constituição Apostólica *Fidei Depositum*: "o concurso de tantas vozes exprime verdadeiramente aquela a que se pode chamar a "sinfonia da fé" (n. 2).

Também por estes motivos, a Comissão tomou em séria consideração as propostas enviadas, as examinou atentamente através

de várias instâncias e submeteu, à minha aprovação, as suas conclusões. Estas, enquanto consentem exprimir melhor os conteúdos do Catecismo a respeito do depósito da fé católica ou permitem formular algumas verdades da mesma fé de modo mais conveniente às exigências da comunicação catequética atual, foram por mim aprovadas e entraram então a fazer parte da presente edição típica latina. Ela, portanto, repete fielmente os conteúdos doutrinais que apresentei oficialmente à Igreja e ao mundo em Dezembro de 1992.

Com a promulgação hodierna da edição típica latina, se conclui, portanto, o caminho de elaboração do Catecismo, iniciado em

1986 e foi levado a feliz termo o auspício da supracitada Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos. A Igreja agora dispõe desta nova e autorizada exposição da única e perene fé apostólica, que servirá como "instrumento válido e legítimo ao serviço da comunhão eclesial" e também como "texto de referência segura e autêntica" para a elaboração dos Catecismos locais (cf. Const. Apost. *Fidei Depositum*, 4).

A catequese encontrará, nesta genuína e sistemática apresentação da fé e da doutrina católica, uma via plenamente segura, para apresentar, com renovado impulso, ao ser humano de hoje, a mensagem cristã em todas e em cada uma das suas partes. Deste texto,

cada agente de catequese poderá receber uma válida ajuda para mediar, a nível local, o único e perene depósito da fé, procurando conjugar contemporaneamente, com a ajuda do Espírito Santo, a maravilhosa unidade do mistério cristão com a multiplicidade das exigências e das situações dos destinatários do seu anúncio. A inteira atividade catequética poderá conhecer um novo e difundido impulso junto do Povo de Deus, se souber usar e valorizar de maneira adequada este Catecismo pós-conciliar.

Tudo isto resulta ainda mais relevante hoje, quando estamos no limiar do terceiro milênio. Com efeito, urge um empenho extraordinário de evangelização, de maneira que

todos possam conhecer e acolher a mensagem do Evangelho e crescer, cada um “segundo a medida da plena maturidade de Cristo” (Ef 4, 15).

Dirijo, portanto, um premente convite aos meus venerados Coirmãos no Episcopado, principais destinatários do Catecismo da Igreja Católica, para que, aproveitando a preciosa ocasião da promulgação desta edição latina, intensifiquem o seu empenho em favor de uma maior difusão do texto e, sobretudo, de um seu positivo acolhimento, como dom privilegiado para as Comunidades a eles confiadas, que poderão assim redescobrir a inexaurível riqueza da fé.

Graças ao empenho concorde e complementar de todas as categorias que compõem o Povo de Deus, possa o Catecismo ser conhecido e compartilhado por todos, a fim de que se fortaleça e se estenda até aos confins do mundo aquela unidade na fé, que tem o seu supremo modelo e princípio na Unidade Trinitária.

A Maria Mãe de Cristo, cuja Assunção ao Céu em corpo e alma hoje celebramos, confio estes bons votos, para que se realizem para o bem da humanidade inteira.

Castel Gandolfo, 15 de Agosto do ano de 1997, décimo nono de Pontificado.

Ioannes Paulus II

Constituição apostólica do sumo pontífice

João Paulo II

Fidei Depositum

Para a publicação do catecismo da igreja católica

Redigido depois do concílio vaticano II

Aos veneráveis Irmãos Cardeais. Arcebispos, Bispos, Presbíteros, Diáconos e a todos os membros do Povo de Deus.

I. INTRODUÇÃO

Guardar o Depósito da Fé é missão que o Senhor confiou à sua Igreja e que ela cumpre em todos os tempos. O Concílio Ecumênico Vaticano II, inaugurado há trinta anos pelo meu predecessor João XXIII, de feliz memória, tinha como intenção e como finalidade pôr em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho, levar todos os seres humanos a procurarem e acolherem o amor de Cristo que excede toda a ciência (cf. Ef 3,19).

Ao Concílio, o Papa João XXIII tinha confiado, como tarefa principal, guardar e apresentar melhor o precioso depósito da doutrina cristã, para torná-lo mais acessível aos

fiéis de Cristo e a todas as pessoas de boa vontade. Portanto, o Concílio não devia, em primeiro lugar, condenar os erros da época, mas sobretudo se empenhar por mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé. “Iluminada pela luz deste Concílio - dizia o Papa - a Igreja... crescerá em riquezas espirituais... e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro... É nosso dever... nos dedicarmos, com vontade pronta e sem temor, àquele trabalho que o nosso tempo exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos” [1].

Com a ajuda de Deus, os Padres conciliares puderam elaborar, em quatro anos de trabalho, um conjunto considerável de expo-

sições doutrinais e de diretrizes pastorais oferecidas a toda a Igreja. Pastores e fiéis encontram ali orientações para aquela "renovação de pensamentos, de atividades, de costumes e de força moral, de alegria e de esperança, que foi o objetivo do Concílio" [2].

Depois da sua conclusão, o Concílio não cessou de inspirar a vida da Igreja. Em 1985 pude afirmar: "Para mim - que tive a graça especial de nele participar e colaborar no seu desenvolvimento - o Vaticano II foi sempre e é, de modo particular nestes anos do meu Pontificado, o constante ponto de referência de toda a minha ação pastoral, no consciente empenho de traduzir as suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, em nível de cada

Igreja e da Igreja inteira. É preciso incessantemente recomeçar daquela fonte" [3].

Neste espírito, a 25 de janeiro de 1985, convoquei uma Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, por ocasião do vigésimo aniversário do encerramento do Concilio. A finalidade daquela Assembleia era celebrar as graças e os frutos espirituais do Concílio Vaticano II, aprofundar o seu ensinamento, para aderir melhor a ele e promover o conhecimento e a aplicação do mesmo.

Naquela ocasião, os Padres sinodais afirmaram: "Muitíssimos expressaram o desejo de que seja composto um Catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral, para que ele

seja como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões. A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e adaptada à vida atual dos cristãos" [4]. Depois do encerramento do Sínodo, fiz meu este desejo, considerando que ele "corresponde à verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares" [5].

Como não havemos de agradecer, com todo o coração, ao Senhor, neste dia em que podemos oferecer a toda a Igreja, com o título de "Catecismo da Igreja Católica" este "texto de referência" para uma catequese renovada nas fontes vivas da fé!

Depois da renovação da Liturgia e da nova codificação do Direito Canônico da Igreja Latina e dos cânones das Igrejas Orientais Católicas, este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação da vida eclesial inteira, querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II.

II. ITINERÁRIO E ESPÍRITO DA REDAÇÃO DO TEXTO

O “Catecismo da Igreja Católica” é fruto de uma vastíssima colaboração. Foi elaborado em seis anos de intenso trabalho, conduzido num espírito de atenta abertura e com apaixonado ardor.

Em 1986, confiei a uma Comissão de doze Cardeais e Bispos, presidida pelo senhor

Cardeal Joseph Ratzinger, o encargo de preparar um projeto para o Catecismo requerido pelos Padres do Sínodo. Uma Comissão de redação, composta por sete Bispos diocesanos, peritos em teologia e em catequese, coadjuvou a Comissão no seu trabalho.

A Comissão encarregada de dar as diretrizes e de vigiar sobre o desenvolvimento dos trabalhos seguiu atentamente todas as etapas da redação das nove sucessivas composições. A Comissão de redação, por seu lado, assumiu a responsabilidade de escrever o texto e lhe inserir as modificações pedidas pela Comissão e de examinar as observações de numerosos teólogos, exegetas e catequistas e, sobretudo, dos Bispos do mundo inteiro, a

fim de melhorar o texto. A Comissão foi sede de intercâmbios frutuosos e enriquecedores, para assegurar a unidade e a homogeneidade do texto.

O projeto se tornou objeto de vasta consultação de todos os Bispos católicos, das suas Conferências Episcopais ou dos seus Sínodos, dos Institutos de teologia e de catequética. No seu conjunto, ele teve um acolhimento amplamente favorável da parte do Episcopado. É justo afirmar que este Catecismo é o fruto de uma colaboração de todo o Episcopado da Igreja Católica, o qual acolheu com generosidade o meu convite a assumir a própria parte de responsabilidade numa iniciativa que diz respeito, intimamente, à vida ecle-

sial. Tal resposta suscita em mim um profundo sentimento de alegria, porque o concurso de tantas vozes exprime verdadeiramente aquela a que se pode chamar a “sinfonia da fé”. A realização deste Catecismo reflete, deste modo, a natureza colegial do Episcopado e testemunha a catolicidade da Igreja.

III. DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA

Um catecismo deve apresentar, com fidelidade e de modo orgânico, o ensinamento da Sagrada Escritura, da Tradição viva na Igreja e do Magistério autêntico, bem como a herança espiritual dos Padres, dos Santos e das Santas da Igreja, para permitir conhecer melhor o mistério cristão e reavivar a fé do povo de Deus. Deve ter em conta as explicitações

da doutrina que, no decurso dos tempos, o Espírito Santo sugeriu à Igreja.

É também necessário que ajude a iluminar, com a luz da fé, as novas situações e os problemas que ainda não tinham surgido no passado.

O Catecismo incluirá, portanto, coisas novas e velhas (cf. Mt 13,52), porque a fé é sempre a mesma e, simultaneamente, é fonte de luzes sempre novas.

Para responder a esta dupla exigência, o "Catecismo da Igreja Católica", por um lado, retoma a "antiga" ordem, a tradicional, já seguida pelo Catecismo de São Pio V, articulando o conteúdo em quatro partes: o Credo; a sagrada Liturgia, com os sacramentos em

primeiro plano; o agir cristão, exposto a partir dos mandamentos e, por fim, a oração cristã. Mas, ao mesmo tempo, o conteúdo é, com frequência, expresso de um modo "novo", para responder às interrogações da nossa época.

As quatro partes estão ligadas entre elas: o mistério cristão é o objeto da fé (primeira parte); é celebrado e comunicado nos atos litúrgicos (segunda parte); está presente para iluminar e amparar os filhos de Deus no seu agir (terceira parte); funda a nossa oração, cuja expressão privilegiada é o "Pai-Nosso" e constitui o objeto da nossa súplica, do nosso louvor e da nossa intercessão (quarta parte).

A Liturgia é, ela própria, oração; a confissão da fé encontra o seu justo lugar na celebração do culto. A graça, fruto dos sacramentos, é a condição insubstituível do agir cristão, tal como a participação na Liturgia da Igreja requer a fé. Se a fé não se desenvolve nas obras, esta está morta (cf. Tg 2,14-16) e não pode dar frutos de vida eterna.

Lendo o "Catecismo da Igreja Católica", se pode captar a maravilhosa unidade do mistério de Deus, do seu desígnio de salvação, bem como a centralidade de Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus enviado pelo Pai, feito ser humano no seio da Santíssima Virgem Maria por obra do Espírito Santo, para ser o nosso Salvador. Morto e ressuscitado, ele está sem-

pre presente na sua Igreja e, particularmente nos sacramentos, ele é a fonte da fé, o modelo do agir cristão e o Mestre da nossa oração.

IV. VALOR DOUTRINAL DO TEXTO

O “Catecismo da Igreja Católica”, que aprovei no passado dia 25 de junho e cuja publicação hoje ordeno em virtude da autoridade apostólica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, testemunhadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, pela Tradição apostólica e pelo Magistério da Igreja. Vejo-o como um instrumento válido e legítimo a serviço da comunhão eclesial e como uma norma segura para o ensino da fé. Sirva ele para a renovação, à qual o Espírito Santo chama incessantemente a Igreja de Deus,

Corpo de Cristo, peregrina rumo à luz sem sombras do Reino!

A aprovação e a publicação do "Catecismo da Igreja Católica" constituem um serviço que o Sucessor de Pedro quer prestar, à Santa Igreja Católica e a todas as Igrejas particulares em paz e em comunhão com a Sé Apostólica de Roma, o serviço de sustentar e confirmar a fé de todos os discípulos do Senhor Jesus (cf. Lc 22,32), como também de reforçar os laços da unidade na mesma fé apostólica.

Peço, portanto, aos Pastores da Igreja e aos fiéis, que acolham este Catecismo em espírito de comunhão e que o usem assiduamente ao cumprirem a sua missão de anun-

ciar a fé e de apelar para a vida evangélica. Este Catecismo lhes é dado a fim de que sirva como texto de referência, seguro e autêntico, para o ensino da doutrina católica e, de modo muito particular, para a elaboração dos catecismos locais. É também oferecido a todos os fiéis que desejam aprofundar o conhecimento das riquezas inexauríveis da salvação (cf. Jo 8,32). Pretende dar um apoio aos esforços ecumênicos animados pelo santo desejo da unidade de todos os cristãos, mostrando com exatidão o conteúdo e a harmoniosa coerência da fé católica. O "Catecismo da Igreja Católica", por fim, é oferecido a todo ser humano que nos pergunte a razão da nossa espe-

rança (cf. l Pd 3,15) e queira conhecer aquilo em que a Igreja Católica crê.

Este Catecismo não se destina a substituir os Catecismos locais devidamente aprovados pelas autoridades eclesiásticas, os Bispos diocesanos e as Conferências Episcopais, sobretudo se receberam a aprovação da Sé Apostólica. Destina-se a encorajar e ajudar a redação de novos catecismos locais, que tenham em conta as diversas situações e culturas, mas que conservam cuidadosamente a unidade da fé e a fidelidade à doutrina católica.

V. CONCLUSÃO

No final deste documento que apresenta o "Catecismo da Igreja Católica", peço a Santís-

sima Virgem Maria, Mãe do Verbo Encarnado e Mãe da Igreja, que ampare, com a sua poderosa intercessão, o empenho catequético da Igreja inteira, em todos os níveis, nestes tempos em que ela é chamada a um novo esforço de evangelização. Possa a luz da verdadeira fé libertar a humanidade da ignorância e da escravidão do pecado, para conduzi-la à única liberdade digna deste nome (cf. Jo 8,32): a da vida em Jesus Cristo, sob a guia do Espírito Santo, na terra e no Reino dos Céus, na plenitude da bem-aventurança da visão de Deus "face à face" (cf. 1Cor 13,12; 2Cor 5,6-8)!

Dado no dia 11 de outubro de 1992, trigésimo aniversário da abertura do Concílio E-

cumênico Vaticano II, décimo quarto ano do meu pontificado.

JOÃO PAULO II

Notas

[1] João XXIII, Discurso de abertura do Concilio Ecumênico Vaticano II, 11 de outubro de 1962: AAS 54 (1962), p. 788-791.

[2] Paulo VI, Discurso de encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, 8 de dezembro de 1965: AAS 58 (1966), p. 7-8.

[3] João Paulo II, Alocução de 25 de janeiro de 1985: L'Osservatore Romano, 27 de janeiro de 1985.

[4] Relação Final do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, II,B,a,n.4: Enchiridion Vaticanum, vol. 9, p. 1758, n. 1797.

[5] Discurso de encerramento do Sínodo Extraordinário, 7 de dezembro de 1985, n.6: AAS 78 (1986), p. 435.

O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

PRÓLOGO

“Pai, [...] é esta a vida eterna: que Te conheçam a Ti, único Deus verdadeiro e Aquele que enviaste, Jesus Cristo” (Jo 17, 3). “Deus, nosso Salvador [...], quer que todos os seres humanos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2, 34). “Não existe debaixo do Céu outro nome, dado aos seres humanos, pelo qual possamos ser salvos” (Act 4, 12), senão o nome de JESUS.

I. A vida do ser humano - conhecer e amar a Deus

§0001.

Deus, infinitamente perfeito e bem-aventurado em Si mesmo, num desígnio de pura bondade, criou livremente o ser humano para torná-lo participante da sua vida bem-aventurada. Por isto, sempre e em toda a parte, ele está próximo do ser humano. Chama-o e o ajuda a procurá-Lo, a conhecê-Lo e a amá-Lo com todas as suas forças. Convoca todos os seres humanos, dispersos pelo pecado, para a unidade da sua família que é a Igreja. Para tal, enviou o seu Filho como Redentor e Salvador na plenitude dos tempos. N'Ele e por Ele, chama os seres humanos a se

tornarem, no Espírito Santo, seus filhos adotivos e, portanto, herdeiros da sua vida bem-aventurada.

§0002.

Para que este convite se fizesse ouvir por toda a Terra, Cristo enviou os Apóstolos que escolhera, lhes dando o mandato de anunciar o Evangelho: “Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, os batizando em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, os ensinando a cumprirem tudo quanto vos prescrevi. E eis que Eu estou convosco todos os dias até o fim do mundo” (Mt 28, 19-20). Fortalecidos por esta missão, os Apóstolos “partiram a pregar por toda a parte e o Senhor coopera-

va com eles confirmando a Palavra com os sinais que a acompanhavam" (Mc 16, 20).

§0003.

Aqueles que, com a ajuda de Deus, aceitaram o convite de Cristo e livremente Lhe responderam, foram, por sua vez, impelidos, pelo amor do mesmo Cristo, a anunciar por toda a parte a Boa Nova. Este tesouro, recebido dos Apóstolos, foi fielmente guardado pelos seus sucessores. Todos os fiéis de Cristo são chamados a transmiti-lo de geração em geração, anunciando a fé, a vivendo em partilha fraterna e a celebrando na Liturgia e na oração (1).

II. Transmitir a fé - a catequese

§0004.

Bem cedo se chamou catequese ao conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os seres humanos a acreditar que Jesus é o Filho de Deus, a fim de, pela fé, terem a vida em seu nome e para educá-los e instruir nesta vida, construindo assim o Corpo de Cristo (2).

§0005.

“A catequese é uma educação da fé das crianças, dos jovens e dos adultos, que compreende, especialmente, o ensino da doutrina cristã, ministrado em geral de um modo or-

gânico e sistemático em ordem à iniciação na plenitude da vida cristã" (3).

§0006.

Sem se confundir com eles, a catequese se articula com certo número de elementos da missão pastoral da Igreja que têm um aspecto catequético, preparam para a catequese ou dela derivam: o primeiro anúncio do Evangelho ou pregação missionária, para suscitar a fé; a busca das razões para acreditar; a experiência da vida cristã; a celebração dos sacramentos; a integração na comunidade eclesial; o testemunho apostólico e missionário (4)

§0007.

"A catequese está intimamente ligada à toda a vida da Igreja. Dependem essencialmente dela, não só a expansão geográfica e o crescimento numérico, mas também e muito mais ainda, o crescimento interior da Igreja e a sua conformidade com o desígnio de Deus" (5).

§0008.

Os períodos de renovação da Igreja são também tempos fortes de catequese. Assim, na grande época dos Padres da Igreja, vemos santos bispos consagrarem parte importante do seu ministério à catequese, como, por exemplo, São Cirilo de Jerusalém, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, Santo Agosti-

nho e tantos outros Padres, cujas obras catequéticas continuam a ser modelo.

§0009.

O ministério da catequese vai buscar energias sempre novas nos concílios. O Concílio de Trento constitui, a este respeito, um exemplo a sublinhar. Nas suas constituições e decretos, deu prioridade à catequese e está na origem do Catecismo Romano que tem o seu nome e que constitui um trabalho de primeira ordem como compêndio da doutrina cristã. Ele fez nascer na Igreja uma organização notável da catequese e, graças a santos bispos e teólogos, como São Pedro Canísio, São Carlos Borromeo, São Toríbio de

Mogrovejo e São Roberto Belarmino, levou à publicação de numerosos catecismos.

§0010.

Não admira, pois, que, na sequência do II Concílio do Vaticano (que o Papa Paulo VI considerava como o grande catecismo dos tempos modernos), a catequese da Igreja tenha de novo chamado a atenção. O Diretório catequético geral, de 1971; as sessões do Sínodo dos Bispos consagradas à evangelização (1974) e à catequese (1977) e as exortações apostólicas correspondentes — *Evangelii nuntiandi* (1975) e *Catechesi tradendæ* (1979) — são disso bom testemunho. A assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos de 1985 pediu: "que seja redigido um

catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto no tocante à fé como no que respeita à moral" (6). O Santo Padre João Paulo II fez seu este voto do Sínodo dos Bispos. Reconheceu que "tal desejo corresponde inteiramente a uma verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares"(7). E pôs todo o seu empenho em que se concretizasse este desejo dos Padres sinodais.

III. Finalidade e destinatários deste catecismo

§0011.

A finalidade deste Catecismo é apresentar uma exposição orgânica e sintética dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina

católica, tanto sobre a fé como sobre a moral, à luz do II Concilio do Vaticano e do conjunto da Tradição da Igreja. As suas fontes principais são a Sagrada Escritura, os santos Padres, a Liturgia e o Magistério da Igreja. E se destina a servir “como ponto de referência aos catecismos ou compêndios a publicar nos diversos países” (8).

§0012.

Este Catecismo se destina principalmente aos responsáveis pela catequese, que são, em primeiro lugar, os bispos, enquanto doutores da fé e pastores da Igreja. É-lhes oferecido como instrumento para o desempenho da sua missão de ensinar o povo de Deus. E, através dos bispos, se dirige aos redatores de

catecismos, aos sacerdotes e aos catequistas. Será também uma leitura útil para todos os outros fiéis cristãos.

IV. Estrutura deste catecismo

§0013.

O plano deste Catecismo se inspira na grande tradição dos catecismos que articulam a catequese em torno de quatro "pilares": a profissão da fé batismal (Símbolo), os sacramentos da fé, a vida da fé (Mandamentos) e a oração do crente (o Pai Nosso).

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ

§0014.

Aqueles que, pela fé e pelo Batismo, pertencem a Cristo, devem confessar a sua fé

batismal diante das pessoas (9). Por isto, o Catecismo começa por expor em que consiste a Revelação, pela qual Deus Se dirige e Se dá ao ser humano e a fé pela qual o ser humano responde a Deus (Primeira Seção). O Símbolo da fé resume os dons que Deus faz ao ser humano, como Autor de todo o bem, Redentor e Santificador e os articula em volta dos "três capítulos" do nosso Batismo - a fé num só Deus: o Pai Todo-poderoso, Criador e o seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador e o Espírito Santo, na Santa Igreja (Segunda Seção).

SEGUNDA PARTE: OS SACRAMENTOS DA FÉ

§0015.

A segunda parte do Catecismo expõe como a salvação de Deus, realizada uma vez por todas por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo, se torna presente nas ações sagradas da Liturgia da Igreja (Primeira Seção) e, em especial, nos sete sacramentos (Segunda Seção).

TERCEIRA PARTE: A VIDA DA FÉ

§0016.

A terceira parte do Catecismo apresenta o fim último do ser humano, criado à imagem de Deus: a bem-aventurança e os caminhos para a ela chegar: um comportamento reto e

livre, com a ajuda da lei de Deus e da sua graça (Primeira SEÇÃO); um comportamento que realize o duplo mandamento da caridade explicitado nos dez Mandamentos de Deus (Segunda SEÇÃO).

QUARTA PARTE: A ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ

§0017.

A última parte do Catecismo trata do sentido e da importância da oração na vida dos crentes (Primeira SEÇÃO), terminando com um breve comentário aos sete pedidos da Oração do Senhor (Segunda SEÇÃO). De fato, nesses sete pedidos encontramos a soma dos bens que devemos esperar e que o nosso Pai dos Céus quer nos dar.

V. Indicações práticas para o uso deste catecismo

§0018.

Este Catecismo foi concebido como uma exposição orgânica de toda a fé católica. Deve, portanto, ser lido como um todo. Numerosas notas remissivas à margem do texto (números impressos em tipos menores remetendo para outros parágrafos que tratam do mesmo assunto) e o índice analítico no fim do volume, permitem encarar cada tema na sua ligação com o conjunto da fé.

§0019.

Muitas vezes, os textos da Sagrada Escritura não são citados literalmente, mas com a simples indicação da referência (por meio de

um cf.) feita em nota. Para uma compreensão aprofundada desses passos, convém recorrer aos próprios textos. Tais referências bíblicas são um instrumento de trabalho para a catequese.

§0020.

Quando, cm certas passagens, se emprega a letra miúda, isso quer dizer que se trata de anotações de tipo histórico ou apologético ou de exposições doutrinais complementares.

§0021.

As citações em letra miúda, de fontes patrísticas, litúrgicas, do Magistério ou da hagiografia, se destinam a enriquecer a exposição doutrinal. Frequentemente, esses textos fo-

ram escolhidos pensando num emprego diretamente catequético.

§0022.

No fim de cada unidade temática, uma série de textos breves resume, em fórmulas escolhidas, o essencial do ensinamento. Estes "RESUMINDO" têm por fim dar, à catequese local, sugestões de fórmulas sintéticas e fáceis de decorar.

VI. Adaptações necessárias

§0023.

A tônica deste Catecismo incide sobre a exposição doutrinal. Com efeito, a sua intenção é ajudar a aprofundar o conhecimento da fé. Todo ele se orienta no sentido do amadu-

recimento da mesma fé, do seu enraizamento na vida e da sua irradiação no testemunho (10).

§0024.

Pela sua própria finalidade, este Catecismo não se propõe a realizar as adaptações da exposição e dos métodos catequéticos exigidas pelas diferenças de culturas, idades, maturidade espiritual, situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese se dirige. Essas indispensáveis adaptações pertencem aos catecismos apropriados e, sobretudo, àqueles que ministram o ensino aos fiéis:

“Aquele que ensina deve "se fazer tudo para todos" (1 Cor 9, 22) para a todos atrair para Jesus Cristo. [...] Sobretudo, não julgue

que lhe está confiada apenas uma categoria de almas e que, portanto, lhe incumbe o trabalho de ensinar e formar de modo idêntico, na verdadeira piedade, todos os fiéis, usando sempre um só e mesmo método! Atendendo a que, em Cristo Jesus, uns são como crianças recém-nascidas, outros como adolescentes e outros, finalmente, já são efetivamente adultos, é necessário que pondere com toda a diligência quais são os que precisam de leite e quais os que carecem de um alimento mais sólido. [...] Isto mesmo testemunhava de si próprio o Apóstolo. [...] Os que são chamados ao ministério da pregação devem, ao transmitir o ensino dos mistérios da fé e das normas dos costumes, adaptar as suas palavras à

mentalidade e à inteligência dos seus ouvintes” (11).

ACIMA DE TUDO - A CARIDADE

§0025.

Ao concluir esta apresentação, é oportuno lembrar este princípio pastoral enunciado pelo Catecismo Romano:

Este é sem dúvida o caminho melhor, que o mesmo apóstolo seguia quando fundamentava a sua doutrina e ensino na caridade que não acaba nunca. A finalidade da doutrina e do ensino deve se fixar toda no amor, que não acaba. Podemos expor muito bem o que se deve crer esperar ou fazer, mas, sobretudo, devemos pôr sempre em evidência o amor de

nosso Senhor, de modo que cada qual compreenda que qualquer ato de virtude perfeitamente cristão não tem outra origem nem outro fim senão o amor (12).

Notas

1. Cf. Act 2, 42. 2.
2. Cf. João Paulo II ex. ap. Catechesi tradendæ, 1: AAS 71 (1979) 12771278.
3. Cf. João Paulo II ex. ap. Catechesi tradendæ, 18: AAS 71 (1979) 1292.
4. Cf. João Paulo II ex. ap. Catechesi tradendæ, 18: AAS 71 (1979) 1292.
5. Cf. João Paulo II ex. ap. Catechesi tradendæ, 13: AAS 71 (1979) 1288.
6. Sínodo dos Bispos, Assembleia extraordinária Eccles ia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi. Relatório final II BA 4 (Cidade do Vaticano 1985), p. 11.
7. João Paulo II, Discurso de encerramento da Assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos (7 de Dezembro de 1985), 6: AAS 58 (1986) 435.
8. Sínodo dos Bispos ecclesia sub Verbo Dei mysteria Christi celebrans pro salute mundi.Relatório final II B A 4 (Cidade do Vaticano 1985), p. 11.
9. Cf. Mt 10, 23; Rm 10, 9.
10. Cf. João Paulo II ex. ap. Catechesi tradendæ, 20-22: AAS 71 (1979) 1293-1296; Ibid., 25: AAS 71 (1979) 1207-1298.
11. Catechismus Romanus seu Catechismus ex decreto Concilii Tridentini ad parochos, Pii V Pontificis

Maximi iussu editus, Præfatio, 11: ed P. Rodríguez (Città del Vaticano - Pamplona 1989) p. 11.

12. Catechismus Romanus, Præfatio 10: ed. P. Rodriguez (Città del Vaticano - Pamplona 1989) p. 10.

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ

PRIMEIRA SEÇÃO: “EU CREIO” - “NÓS CREMOS”

§0026.

Quando professamos a nossa fé, começamos por dizer: “Creio” ou “Cremos”. Portanto, antes de expor a fé da Igreja, tal como é confessada no Credo, celebrada na Liturgia, vivida na prática dos mandamentos e na oração, perguntemos a nós mesmos o que significa “crer”. A fé é a resposta do ser humano a Deus, que a ele Se revela e Se oferece; resposta que, ao mesmo tempo, traz uma luz superabundante ao ser humano que busca o sentido último da sua vida. Comecemos, pois,

por considerar esta busca do ser humano (capítulo primeiro); depois, a Revelação divina pela qual Deus vem ao encontro do ser humano (capítulo segundo); finalmente, a resposta da fé (capítulo terceiro).

CAPÍTULO PRIMEIRO: O SER HUMANO É "CAPAZ" DE DEUS

I. O desejo de Deus

§0027.

O desejo de Deus é um sentimento inscrito no coração do ser humano, porque o ser humano foi criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o ser humano para Si e só em Deus é que o ser humano encontra a ver-

dade e a felicidade que procura sem descanso:

"A razão mais sublime da dignidade humana consiste na sua vocação à comunhão com Deus. Desde o começo da sua existência, o ser humano é convidado a dialogar com Deus, pois, se existe, é só porque, criado por Deus por amor, é por Ele e por amor, constantemente conservado, nem pode viver plenamente segundo a verdade se não reconhecer livremente esse amor e não se entregar ao seu Criador"(1).

§0028.

De muitos modos, na sua história e até hoje, os seres humanos exprimiram a sua busca de Deus em crenças e comportamentos reli-

giosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações etc.). Apesar das ambiguidades que podem conter, estas formas de expressão são tão universais que bem podemos chamar, ao ser humano, um ser religioso:

Deus “criou de um só ser humano todo o gênero humano, para habitar sobre a superfície da terra e fixou períodos determinados e os limites da sua habitação, para que os seres humanos procurassem a Deus e se esforçassem realmente por alcançá-Lo e encontrar. Na verdade, ele não está longe de cada um de nós. "É n'Ele que vivemos, nos movemos e existimos" (Act 17, 26-28)”.

§0029.

Mas esta “relação íntima e vital que une o ser humano a Deus”(2) pode ser esquecida, desconhecida e até explicitamente rejeitada pelo ser humano. Tais atitudes podem ter origens diversas (3): a revolta contra o mal existente no mundo, a ignorância ou a indiferença religiosas, as preocupações do mundo e das riquezas(4), o mau exemplo dos crentes, as correntes de pensamento hostis à religião e, finalmente, a atitude do ser humano pecador que, por medo, se esconde de Deus (5) e foge quando Ele o chama (6).

§0030.

“Exulte o coração dos que procuram o Senhor” (Sl 105, 3). Se o ser humano pode es-

quecer ou rejeitar Deus, Deus é que nunca deixa de chamar todo ser humano a que O procure, para que encontre a vida e a felicidade. Mas esta busca exige do ser humano todo o esforço da sua inteligência, a retidão da sua vontade, "um coração reto" e também o testemunho de outros que o ensinam a procurar Deus.

"És grande, Senhor e altamente louvável; grande é o teu poder e a tua sabedoria é sem medida. E o ser humano, pequena parcela da tua criação, pretende Te louvar. Precisamente ele que, revestido da sua condição mortal, traz em si o testemunho do seu pecado, o testemunho de que Tu resistes aos soberbos. Apesar de tudo, o ser humano, pequena par-

cela da tua criação, quer Te louvar. Tu, próprio a isto, o incitas, fazendo com que ele encontre as suas delícias no teu louvor, porque nos fizeste para Ti e o nosso coração não descansa enquanto não repousar em Ti" (7).

II. Os caminhos de acesso ao conhecimento de Deus

§0031.

Criado à imagem de Deus, chamado a conhecer e a amar a Deus, o ser humano que procura Deus descobre certos "caminhos" de acesso ao conhecimento de Deus. Também se lhes chama "provas da existência de Deus". Não no sentido das provas que as ciências naturais indagam, mas no de "argumentos

convergentes e convincentes" que permitem chegar a verdadeiras certezas.

Esses "caminhos" para atingir Deus têm, como ponto de partida, a criação: o mundo material e a pessoa humana.

§0032.

O mundo: A partir do movimento e do devir, da contingência, da ordem e da beleza do mundo, se pode chegar ao conhecimento de Deu como origem e fim do universo.

São Paulo afirma a respeito dos pagãos: "O que se pode conhecer de Deus manifesto para eles, porque Deus lho manifestou. Desde a criação do mundo, as perfeições invisíveis de Deus, o seu poder eterno e a sua divindade se

tornam, pelas suas obras, visíveis à inteligência" (Rm 1, 19-20) (8).

E Santo Agostinho diz: "Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar que se dilata e difunde, interroga a beleza do Céu [...] interroga todas estas realidades. Todas te respondem: Estás vendo como somos belas. A beleza delas é o seu testemunho de louvor ["confessio"]. Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo ["Pulcher"] que não está sujeito à mudança?" (9).

§0033.

O ser humano: Com a sua abertura à verdade e à beleza, com o seu sentido do bem moral, com a sua liberdade e a voz da sua

consciência, com a sua ânsia de infinito e de felicidade, o ser humano se interroga sobre a existência de Deus. Nestas aberturas, ele detecta sinais da sua alma espiritual. “Gérmen de eternidade que traz em si mesmo, irredutível à simples matéria” (10), a sua alma só em Deus pode ter origem.

§0034.

O mundo e o ser humano atestam que não têm, neles mesmos, nem o seu primeiro princípio, nem o seu fim último, mas que participam do Ser-em-si, sem princípio nem fim. Assim, por esses diversos “caminhos”, o ser humano pode ter acesso ao conhecimento da existência de uma realidade que é a causa

primeira e o fim último de tudo, “e a que todos chamam Deus” (11).

§0035.

As faculdades do ser humano o tornam capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o ser humano possa entrar na sua intimidade, Deus quis Se revelar ao ser humano e lhe dar a graça de poder receber, com fé, esta revelação. Todavia, as provas da existência de Deus podem dispor para a fé e ajudar a perceber que a fé não se opõe à razão humana.

III. O conhecimento de Deus segundo a Igreja

§0036.

"A Santa Igreja, nossa Mãe, atesta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido, com certeza, pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas" (12). Sem esta capacidade, o ser humano não poderia acolher a revelação de Deus. O ser humano tem esta capacidade porque foi criado "à imagem de Deus" (Gn 1, 27).

§0037.

Nas condições históricas em que se encontra, o ser humano experimenta, no entanto,

muitas dificuldades para chegar ao conhecimento de Deus só com as luzes da razão:

"Com efeito, para falar com simplicidade, apesar de a razão humana poder verdadeiramente, pelas suas forças e luzes naturais, chegar a um conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que protege e governa o mundo pela sua Providência, bem como de uma lei natural inscrita pelo Criador nas nossas almas, há, contudo, bastantes obstáculos que impedem esta mesma razão de usar eficazmente e com fruto o seu poder natural, porque as verdades que dizem respeito a Deus e aos seres humanos ultrapassam, absolutamente, a ordem das coisas sensíveis e, quando devem se traduzir em atos e informar

a vida, exigem que nos demos e renunciemos a nós próprios. O espírito humano, para adquirir semelhantes verdades, sofre dificuldade da parte dos sentidos e da imaginação, bem como dos maus desejos nascidos do pecado original. Daí deriva que, em tais matérias, os seres humanos se convencem facilmente da falsidade ou, pelo menos, da incerteza das coisas que não desejariam que fossem verdadeiras" (13).

§0038.

É por isto que o ser humano tem necessidade de ser esclarecido pela Revelação de Deus, não somente no que diz respeito ao que excede o seu entendimento, mas também sobre "as verdades religiosas e morais que,

de si, não são inacessíveis à razão, para que possam ser, no estado atual do gênero humano, conhecidas por todos sem dificuldade, com uma certeza firme e sem mistura de erro" (14).

IV. Como falar de Deus?

§0039.

Ao defender a capacidade da razão humana para conhecer Deus, a Igreja exprime a sua confiança na possibilidade de falar de Deus a todos os seres humanos e com todos os seres humanos. Esta convicção está na base do seu diálogo com as outras religiões, com a filosofia e as ciências e também com os descrentes e os ateus.

§0040.

Mas, dado que o nosso conhecimento de Deus é limitado, a nossa linguagem, ao falar de Deus, também o é. Não podemos falar de Deus senão a partir das criaturas e segundo o nosso modo humano limitado de conhecer e de pensar.

§0041.

Todas as criaturas são portadoras de certa semelhança com Deus, muito especialmente o ser humano, criado à imagem e semelhança com Deus. As múltiplas perfeições das criaturas (a sua verdade, a sua bondade, a sua beleza) refletem, pois, a perfeição infinita de Deus. Daí que possamos falar de Deus a partir das perfeições das suas criaturas, “porque

a grandeza e a beleza das criaturas conduzem, por analogia, à contemplação do seu Autor" (Sb 13, 5).

§0042.

Deus transcende a toda criatura. Devemos, portanto, purificar incessantemente a nossa linguagem no que ela tem de limitado, de ilusório, de imperfeito, para não confundir o Deus "inefável, incompreensível, invisível, impalpável" (15) com as nossas representações humanas. As nossas palavras humanas ficam sempre aquém do mistério de Deus.

§0043.

Ao falar assim de Deus, a nossa linguagem se exprime, evidentemente, de modo huma-

no. Mas atinge realmente o próprio Deus, sem, todavia, poder exprimi-Lo na sua infinita simplicidade. Devemos nos lembrar de que, “entre o Criador e a criatura, não é possível notar uma semelhança sem que a dessemelhança seja ainda maior” (16) e de que “não nos é possível apreender de Deus o que Ele é, senão apenas o que Ele não é e como se situam os outros seres em relação a Ele” (17).

Resumindo:

§0044.

O ser humano é, por natureza e vocação, um ser religioso. Vindo de Deus e caminhando para Deus, o ser humano não vive uma vida plenamente humana senão na medida

em que, livremente, viver a sua relação com Deus.

§0045.

O ser humano foi feito para viver em comunhão com Deus, em quem encontra a sua felicidade: “Quando eu estiver todo em Ti, não mais haverá tristeza nem angústia. Inteiramente repleta de Ti, a minha vida será vida plena” (18).

§0046.

Quando escuta a mensagem das criaturas e a voz da sua consciência, o ser humano pode alcançar a certeza da existência de Deus, causa e fim de tudo.

§0047.

A Igreja ensina que o Deus único e verdadeiro, nosso Criador e Senhor, pode ser conhecido com certeza pelas suas obras, graças à luz natural da razão humana (19).

§0048.

Nós podemos realmente falar de Deus partindo das múltiplas perfeições das criaturas, semelhanças de Deus infinitamente perfeito, ainda que a nossa linguagem limitada não consiga esgotar o mistério.

§0049.

“A criatura sem o Criador se esvai” (20). Por isto, os crentes se sentem pressionados,

pelo amor de Cristo, a levar a luz do Deus vivo aos que O ignoram ou rejeitam.

Notas

1. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et Spes, 19: AAS 58 (1966) 10381039.
2. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et Spes,, 19: AAS 58 (1966) 1039.
3. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et Spes, 19-21: AAS 58 (1966) 1038-1042.
4. Cf. Mt 13, 22.
5. Cf. Gn 3, 8-10.
6. Cf. Jn 1, 3.
7. Santo Agostinho, Confissões, I,1, 1: CCL 27. 1 (PL 32, 659-661).
8. Cf. Act 14, 15, 17; 17. 27-28; Sb 13, 1-9.
9. Santo Agostinho, Sermão 241. 2: PL 38, 1134.
10. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et Spes,18: AAS 58 (1966) 1038: cf. ibid.,14: AAS 58 (1966) 1036.
11. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ I. q. 2, a. 3 e: Ed. Leon. 4, 31.
12. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 2: DS 3004: cf. Ibid., De Revelatione, canon 2: DS 3026; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum. 6: AAS 58 (1966) 819.

13. Pio XII. Enc. Humani Generis: DS 3875.
14. Ibid., DS 3876. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius. c. 2: DS 3005; II Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Verbum. 6: AAS 58 (1966) 819-820; São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, I, q. 1, a. 1, c.: Ed. Leon. 4. 6.
15. Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo: Liturgies Eastern and Western ed. F. E. Brightman, Oxford 1896. p. 384 (PG 63, 915).
16. IV Concílio de Latrão, Cap. 2. De errore abbatis Ioachim: DS 806.
17. São Tomás de Aquino, Summa contra gentiles I 30: Ed. Leon. 13, 92.
18. Santo Agostinho, Confissões X, 28, 39: CCL 27, 175 (PL 32. 795).
19. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, De revelatione, canon 2: DS 3026.
20. II Concílio do Vaticano II, Const. past. Gaudium et Spes, 36: AAS 58 (1966) 1054.

CAPÍTULO SEGUNDO: DEUS AO ENCONTRO DO SER HUMANO

§0050.

Pela razão natural, o ser humano pode conhecer Deus com certeza, a partir das suas obras. Mas existe outra ordem de conhecimento que o ser humano, de modo nenhum, pode atingir com suas próprias forças: a da Revelação divina (1). Por uma vontade absolutamente livre, Deus Se revela e Se dá ao ser humano. E o faz revelando o seu mistério, o desígnio benevolente que, desde toda a eternidade, estabeleceu em Cristo, em favor de todos os seres humanos. Revela plenamente o seu desígnio enviando o seu Filho bem-

amado, nosso Senhor Jesus Cristo e o Espírito Santo.

ARTIGO 1: A REVELAÇÃO DE DEUS

I. Deus revela o seu “desígnio benevolente”

§0051.

“Aprouve a Deus, na sua sabedoria e bondade, revelar a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual, os seres humanos, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina” (2).

§0052.

Deus, que “habita numa luz inacessível” (1 Tm 6, 16), quer comunicar a sua própria vida divina aos seres humanos que livremente criou, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adotivos (3). Revelando a Si mesmo, Deus quer tornar os seres humanos capazes de Lhe responderem, de O conhecerem e de O amarem, muito para além de tudo o que seriam capazes por eles próprios.

§0053.

O desígnio divino da Revelação se realiza, ao mesmo tempo, “por meio de ações e palavras, intrinsecamente relacionadas entre elas” (4) e se esclarecendo mutuamente. Comporta uma particular “pedagogia divina”:

Deus Se comunica gradualmente ao ser humano e o prepara, por etapas, para receber a Revelação sobrenatural que faz de Si próprio e que vai culminar na Pessoa e missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo.

Santo Irineu de Lião fala várias vezes desta pedagogia divina, sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o ser humano: "O Verbo de Deus [...] habitou no ser humano e Se fez Filho do Homem, para acostumar o ser humano a apreender Deus e Deus a habitar no ser humano, segundo o beneplácito do Pai" (5).

II. As etapas da Revelação

DESDE A ORIGEM, DEUS SE DÁ A CONHECER

§0054.

"Deus, criando e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos seres humanos um testemunho perene de Si mesmo nas coisas criadas e, além disto, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais" (6). Convidou-os a uma comunhão íntima consigo, os revestindo com uma graça e uma justiça resplandecentes.

§0055.

Esta Revelação não foi interrompida pelo pecado dos nossos primeiros pais. Com efeito, Deus, “depois da sua queda, com a promessa de redenção, lhes deu a esperança da salvação e cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação” (7).

“E quando, por desobediência, perdeu a vossa amizade, não o abandonastes ao poder da morte [...] Repetidas vezes fizestes aliança com os seres humanos (8)”.

A ALIANÇA COM NOÉ

§0056.

Desfeita a unidade do gênero humano pelo pecado, Deus procurou imediatamente salvar a humanidade intervindo com cada uma das suas partes. A aliança com Noé, a seguir ao dilúvio (9), exprime o princípio da economia divina em relação às “nações”, quer dizer, em relação aos seres humanos reagrupados “por países e línguas, por famílias e nações” (Gn 10, 5) (10).

§0057.

Esta ordem, ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa da pluralidade das nações (11), se destinava a limitar o orgulho de uma hu-

manidade decaída, que, unânime na sua perversidade (12), pretendia refazer, por ela mesma, a própria unidade, à maneira de Babel (13). Mas, por causa do pecado (14), quer o politeísmo quer a idolatria da nação e do seu chefe são uma contínua ameaça de perversão pagã a esta economia provisória.

§0058.

A aliança com Noé permanece em vigor enquanto durar o tempo das nações (15), até à proclamação universal do Evangelho. A Bíblia venera algumas grandes figuras das "nações", como "o justo Abel", o rei e sacerdote Melquisedec (16), figura de Cristo (17) ou os justos "Noé, Daniel e Job" (ES 14, 14). Deste modo, a Escritura exprime o alto grau

de santidade que podem atingir os que vivem segundo a aliança de Noé, na expectativa de que Cristo “reúna, na unidade, todos os filhos de Deus dispersos” (Jo 11, 52).

DEUS ELEGE ABRAÃO

§0059.

Para reunir a humanidade dispersa, Deus escolhe Abrão, o chamando para “deixar a sua terra, a sua família e a casa de seu pai” (Gn 12, 1), para fazê-lo Abraão, quer dizer, “pai de um grande número de nações” (Gn 17, 5): “Em ti serão abençoadas todas as nações da Terra” (Gn12, 3) (18).

§0060.

O povo descendente de Abraão será o depositário da promessa feita aos Patriarcas, o povo eleito (19), chamado a preparar a reunião, um dia, de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja (20). Será o tronco em que serão enxertados os pagãos tornados crentes (21).

§0061.

Os Patriarcas, os Profetas e outros personagens do Antigo Testamento foram e serão sempre venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja.

DEUS FORMA O SEU POVO ISRAEL

§0062.

Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo, o salvando da escravidão do Egito. Concluiu com ele a aliança do Sinai e lhe deu, por Moisés, a sua Lei, para que Israel O reconhecesse e O servisse como único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e justo Juiz e vivesse na expectativa do Salvador prometido (22).

§0063.

Israel é o povo sacerdotal de Deus (23), sobre o qual “foi invocado o Nome do Senhor” (Dt 28, 10). É o povo daqueles “a quem Deus falou em primeiro lugar” (24), o povo

dos “irmãos mais velhos” na fé de Abraão (25).

§0064.

Pelos Profetas, Deus forma o seu povo na esperança da salvação, na expectativa de uma aliança nova e eterna, destinada a todos os seres humanos (26) e que será gravada nos corações (27). Os Profetas anunciam uma redenção radical do povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades (28), uma salvação que abrangerá todas as nações (29). Serão sobretudo os pobres e os humildes do Senhor (30) os portadores desta esperança. As mulheres santas como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester conservaram viva a esperança da salvação de

Israel. Maria é a imagem puríssima desta esperança (31).

III. Jesus Cristo - “Mediador e plenitude de toda a Revelação” (32)

NO SEU VERBO, DEUS DISSE TUDO

§0065.

“Muitas vezes e de muitos modos Deus falou antigamente aos nossos pais, pelos Profetas. Nestes dias, que são os últimos, nos falou pelo seu Filho” (Heb 1, 12). Cristo, Filho de Deus feito ser humano, é a Palavra única, perfeita e insuperável do Pai.

N'Ele, o Pai disse tudo. Não haverá outra palavra além desta. São João da Cruz, após tantos outros, exprime isto de modo lumino-

so, ao comentar Heb 1, 1-2: “Ao nos dar, como nos deu, o seu Filho, que é a sua Palavra - e não tem outra - (Deus) nos disse tudo ao mesmo tempo e de uma só vez nesta Palavra única e já nada mais tem para dizer. [...] Porque o que antes disse parcialmente pelos Profetas, o revelou totalmente, nos dando o Todo que é o seu Filho. E, por isto, quem agora quisesse consultar a Deus ou Lhe pedir alguma visão ou revelação, não só cometeria um disparate, mas faria agravo a Deus, por não pôr os olhos totalmente em Cristo e buscar fora d'Ele outra realidade ou novidade” (33).

JÁ NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO

§0066.

"Portanto, a economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará e já não se há de esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo" (34). No entanto, apesar de a Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada. E está reservado à fé cristã apreender gradualmente todo o seu alcance, no decorrer dos séculos.

§0067.

No decurso dos séculos tem havido revelações ditas "privadas", algumas das quais foram reconhecidas pela autoridade da Igreja.

Todavia, não pertencem ao depósito da fé. O seu papel não é “aperfeiçoar” ou “completar” a Revelação definitiva de Cristo, mas ajudar a vivê-la mais plenamente, numa determinada época da história. Guiado pelo Magistério da Igreja, o sentir dos fiéis sabe discernir e guardar o que nestas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou dos seus santos à Igreja.

A fé cristã não pode aceitar “revelações” que pretendam ultrapassar ou corrigir a Revelação de que Cristo é a plenitude. É o caso de certas religiões não cristãs e também de certas seitas recentes fundadas sobre tais “revelações”.

Resumindo:

§0068.

Por amor, Deus Se revelou e Se deu ao ser humano. Dá assim uma resposta definitiva e superabundante às questões que o ser humano põe a si próprio sobre o sentido e o fim da sua vida.

§0069.

Deus e revelou ao ser humano, lhe comunicando gradualmente o seu próprio mistério, por ações e por palavras.

§0070.

Além do testemunho que dá de Si mesmo através das coisas criadas, Deus manifestou a Si próprio aos nossos primeiros pais. Falou-

lhes e, depois da queda, lhes prometeu a salvação (35) e lhes ofereceu a sua aliança.

§0071.

Deus concluiu com Noé uma aliança eterna entre Ele e todos os seres vivos (36). Essa aliança durará enquanto durar o mundo.

§0072.

Deus escolheu Abraão e concluiu uma aliança com ele e os seus descendentes. Fez deles o seu povo, ao qual revelou a sua Lei por meio de Moisés. E o preparou, pelos Profetas, a acolher a salvação destinada a toda a humanidade.

§0073.

Deus Se revelou plenamente enviando o seu próprio Filho, no qual estabeleceu a sua aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de modo que, depois d'Ele, não haverá outra Revelação.

ARTIGO 2: A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

§0074.

Deus “quer que todos os seres humanos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2, 4), quer dizer, de Cristo Jesus (37). Por isto, é preciso que Cristo seja anunciado a todos os povos e a todos os seres humanos e que, assim a Revelação chegue aos confins do mundo.

Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos (38).

I. A Tradição apostólica

§0075.

"Cristo Senhor, em quem toda a revelação do Deus altíssimo se consuma, tendo cumprido e promulgado pessoalmente o Evangelho antes prometido pelos Profetas, mandou aos Apóstolos que o pregassem a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, lhes comunicando assim os dons divinos" (39).

A PREGAÇÃO APOSTÓLICA ...

§0076.

A transmissão do Evangelho, segundo a ordem do Senhor, Se fez de duas maneiras:

- oralmente, “pelos Apóstolos, que, na sua pregação oral, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo e o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo”;

- por escrito, “por aqueles Apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo escreveram a mensagem da salvação” (40).

... CONTINUADA NA SUCESSÃO APOSTÓLICA

§0077.

"Para que o Evangelho fosse perenemente conservado íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, "lhes entregando o seu próprio ofício de magistério"" (41). Com efeito, "a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia se conservar, por uma sucessão ininterrupta, até à consumação dos tempos" (42).

§0078.

Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, se denomina Tradição, enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora estrei-

tamente ligada a ela. Pela Tradição, “a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite, a todas as gerações, tudo aquilo que ela é e tudo em que acredita” (43). “Afirmações dos santos Padres testemunham a presença vivificadora desta Tradição, cujas riquezas entram na prática e na vida da Igreja crente e orante” (44).

§0079.

Assim, a comunicação que o Pai fez de Si próprio, pelo seu Verbo, no Espírito Santo, continua presente e ativa na Igreja: “Deus, que outrora falou, dialoga sem interrupção com a esposa do seu amado Filho e o Espírito Santo - por quem ressoa a voz do Evangelho na Igreja e, pela Igreja, no mundo - introduz

os crentes na verdade plena e faz com que a palavra de Cristo neles habite em toda a sua riqueza” (45).

II. A relação entre a Tradição e a Sagrada Escritura

UMA FONTE COMUM...

§0080.

“A Tradição sagrada e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre elas. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim” (46). Uma e outra tornam presente e fecundo na Igreja o mistério de Cristo, que prometeu estar com

os seus, “sempre, até ao fim do mundo” (Mt 28, 20).

... DUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DISTINTAS

§0081.

“A Sagrada Escritura é a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino”.

“A sagrada Tradição, por sua vez, conserva a Palavra de Deus, confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos e a transmite integralmente aos seus sucessores, para que eles, com a luz do Espírito da verdade, fielmente a conservem exponham e difundam na sua pregação” (47).

§0082.

Daí resulta que a Igreja, a quem está confiada a transmissão e interpretação da Revelação, “não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isto, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência” (48).

TRADIÇÃO APOSTÓLICA E TRADIÇÕES ECLESIAIS

§0083.

A Tradição de que falamos aqui é a que vem dos Apóstolos. Ela transmite o que estes receberam do ensino e do exemplo de Jesus e aprenderam pelo Espírito Santo. De fato, a primeira geração de cristãos não tinha ainda

um Novo Testamento escrito e o próprio Novo Testamento testemunha o processo da Tradição viva.

É preciso distinguir, desta Tradição, as "tradições" teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais, nascidas no decorrer do tempo nas Igrejas locais. Elas constituem formas particulares, sob as quais a grande Tradição recebe expressões adaptadas aos diversos lugares e às diferentes épocas. É à sua luz que estas podem ser mantidas, modificadas e até abandonadas, sob a direção do Magistério da Igreja.

III. A interpretação da herança da fé

A HERANÇA DA FÉ CONFIADA À TOTALIDADE DA IGREJA

§0084.

O depósito da fé (49) (“depositum fidei”), contido na Tradição sagrada e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos Apóstolos ao conjunto da Igreja. “Apoiando-se nele, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis” (50).

O MAGISTÉRIO DA IGREJA

§0085.

"O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou contida na Tradição foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo (51), isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.

§0086.

"Todavia, este Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas sim ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a

guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado" (52).

§0087.

Os fiéis, se lembrando da palavra de Cristo aos Apóstolos: "Quem vos escuta a Mim escuta" (Lc 10, 16) (53), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que os seus pastores lhes dão, sob diferentes formas.

OS DOGMAS DA FÉ

§0088.

O Magistério da Igreja faz pleno uso da autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando propõe, de um modo

que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, verdades contidas na Revelação divina ou quando propõe, de modo definitivo, verdades que tenham com elas um nexo necessário.

§0089.

Existe uma ligação orgânica entre a nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho da nossa fé que o iluminam e o tornam seguro. Por outro lado, se a nossa vida for reta, a nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé (54).

§0090.

A interligação e a cœrência dos dogmas podem se encontrar no conjunto da revelação do mistério de Cristo (55). Convém lembrar que “existe uma ordem ou "hierarquia" das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente” (56).

O SENTIDO SOBRENATURAL DA FÉ

§0091.

Todos os fiéis participam da compreensão e da transmissão da verdade revelada. Todos receberam a unção do Espírito Santo que os instrui (57) e os conduz “à verdade total” (Jo 16, 13).

§0092.

“A totalidade dos fiéis [...] não pode se enganar na fé e manifesta esta sua propriedade peculiar por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando, "desde os bispos até ao último dos fiéis leigos" exprime consenso universal em matéria de fé e costumes” (58).

§0093.

“Com este sentido da fé, que se desperta e sustenta pela ação do Espírito de verdade, o povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério [...] adere indefectivelmente à fé, uma vez por todas confiada aos santos; a penetra mais profundamente com juízo acertado e a aplica mais totalmente na vida” (59).

O CRESCIMENTO NA INTELIGÊNCIA DA FÉ

§0094.

Graças à assistência do Espírito Santo, a inteligência das realidades e das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

- “Pela contemplação e pelo estudo dos crentes, que as meditam no seu coração” (60) e, particularmente, pela “investigação teológica, que aprofunda o conhecimento da verdade revelada” (61).

- “Pela inteligência interior das coisas espirituais que os crentes experimentam” (62); “Divina eloquia cum legente crescunt” - “As palavras divinas crescem com quem as lê” (63).

- “Pela pregação daqueles que receberam, com a sucessão episcopal, um carisma certo da verdade” (64).

§0095.

“É claro, portanto, que a sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, segundo um sapientíssimo desígnio de Deus, estão de tal maneira ligados e conjuntos, que nenhum pode subsistir sem os outros e, todos juntos, cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas” (65).

Resumindo:

§0096.

O que Cristo confiou aos Apóstolos, estes o transmitiram, pela sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, a todas as gerações, até à vinda gloriosa de Cristo.

§0097.

“A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus” (66), no qual, como num espelho, a Igreja peregrina contempla Deus, fonte de todas as suas riquezas.

§0098.

“Na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite, a todas as gerações,

tudo aquilo que ela é, tudo aquilo em que acredita" (67).

§0099.

Graças ao sentido sobrenatural da fé, o povo de Deus, no seu todo, não cessa de acolher o dom da Revelação divina, de nele penetrar mais profundamente e de viver dele mais plenamente.

§0100.

O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado unicamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos bispos em comunhão com ele.

ARTIGO 3: A SAGRADA ESCRITURA

I. Cristo - Palavra única da Escritura santa

§0101.

Na sua bondade condescendente, para Se revelar aos seres humanos, Deus lhes fala com palavras humanas: “As palavras de Deus, com efeito expressas por línguas humanas, se tornaram semelhantes à linguagem humana, tal como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos seres humanos assumindo a carne da debilidade humana” (68).

§0102.

Através de todas as palavras da Sagrada Escritura, Deus não diz mais que uma só Palavra, o seu Verbo único em quem totalmente Se diz (69):

"Lembrai-vos de que o discurso de Deus que se desenvolve em todas as Escrituras é um só e um só é o Verbo que Se faz ouvir na boca de todos os escritores sagrados, o qual, sendo, no princípio, Deus junto de Deus, não tem necessidade de sílabas, pois não está sujeito ao tempo" (70).

§0103.

Por esta razão, a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras tal como venera o Corpo do Senhor. Nunca cessa de distribuir aos fiéis

o Pão da vida, tornado à mesa quer da Palavra de Deus, quer do Corpo de Cristo (71).

§0104.

Na Sagrada Escritura, a Igreja encontra continuamente o seu alimento e a sua força (72), porque nela não recebe apenas uma palavra humana, mas o que ela é na realidade: a Palavra de Deus (73). “Nos livros sagrados, com efeito, o Pai que está nos Céus vem amorosamente ao encontro dos seus filhos, para conversar com eles” (74).

II. Inspiração e verdade da Sagrada Escritura

§0105.

Deus é o autor da Sagrada Escritura. “A verdade divinamente revelada, que os livros da Sagrada Escritura contêm e apresentam, foi registrada neles sob a inspiração do Espírito Santo”.

“Com efeito, a santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como sagrados e canônicos os livros completos do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque escritos por inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor e como tais foram confiados à própria Igreja” (75).

§0106.

Deus inspirou os autores humanos dos livros sagrados. “Para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e se serviu de seres humanos, na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria” (76).

§0107.

Os livros inspirados ensinam a verdade. “E assim como tudo o que os autores inspirados ou hagiógrafos afirmam deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, por isto mesmo, se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem

erro, a verdade que Deus quis que fosse consignada nas sagradas Letras com o objetivo da nossa salvação" (77).

§0108.

No entanto, a fé cristã não é uma "religião do Livro". O Cristianismo é a religião da "Palavra" de Deus, "não de uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo" (78). Para que não sejam letra morta, é preciso que Cristo, Palavra eterna do Deus vivo, pelo Espírito Santo, nos abra o espírito à compreensão das Escrituras (79).

III. O Espírito Santo, intérprete da Escritura

§0109.

Na Sagrada Escritura, Deus fala ao ser humano à maneira dos seres humanos. Portanto, para bem interpretar a Escritura, é necessário prestar atenção ao que os autores humanos realmente quiseram dizer e àquilo que aprouve a Deus nos manifestar pelas palavras deles (80).

§0110.

Para descobrir a intenção dos autores sagrados, é preciso ter em conta as condições do seu tempo e da sua cultura, os “gêneros literários” em uso na respectiva época, os modos de sentir, falar e narrar correntes na-

quele tempo. “Porque a verdade é proposta e expressa de modos diversos em textos históricos de várias índoles ou proféticos ou poéticos ou de outros gêneros de expressão” (81).

§0111.

Mas, uma vez que a Sagrada Escritura é inspirada, existe outro princípio de interpretação reta, não menos importante que o anterior e sem o qual a Escritura seria letra morta: “A Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo espírito com que foi escrita” (82).

O II Concílio do Vaticano indica três critérios para uma interpretação da Escritura conforme ao Espírito que a inspirou (83):

§0112. 01.

Prestar grande atenção “ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura”. Com efeito, por muito diferentes que sejam os livros que a compõem, a Escritura é una em razão da unidade do desígnio de Deus, de que Jesus Cristo é o centro e o coração, aberto desde a sua Páscoa (84).

“Por coração (85) de Cristo se entende a Sagrada Escritura que nos dá a conhecer o coração de Cristo. Este coração estava fechado antes da Paixão, porque a Escritura estava cheia de obscuridades. Mas a Escritura ficou aberta depois da Paixão e assim, aqueles que desde então a consideram com inteligência,

discernem o modo como as profecias devem ser interpretadas" (86).

§0113. 02.

Ler a Escritura na "tradição viva de toda a Igreja". Segundo uma sentença dos Padres, "*Sacra Scriptura principalius est in corde Ecclesiæ quam in materialibus instrumentis scripta*" - "A Sagrada Escritura está escrita no coração da Igreja, mais do que em instrumentos materiais" (87). Com efeito, a Igreja conserva, na sua Tradição, a memória viva da Palavra de Deus e é o Espírito Santo que lhe dá a interpretação espiritual da Escritura ("*... secundum spiritualem sensum quem Spiritus donat Ecclesiæ*" "segundo o

sentido espiritual que o Espírito Santo dá à Igreja") (88).

§0114. 03.

Estar atento "à analogia da fé" (89). Por "analogia da fé" entendemos a coesão das verdades da fé entre elas e ao projeto total da Revelação.

OS SENTIDOS DA ESCRITURA

§0115.

Segundo uma antiga tradição, podemos distinguir dois sentidos da Escritura: o sentido literal e o sentido espiritual, se subdividindo este último em sentido alegórico, moral e anagógico. A concordância profunda dos

quatro sentidos assegura a sua riqueza à leitura viva da Escritura na Igreja:

§0116.

O SENTIDO LITERAL.

É o expresso pelas palavras da Escritura e descoberto pela exegese segundo as regras da reta interpretação. "*Omnes sensus* (*sc. Sacræ Scripturæ*) *fundentur super litteralem*" - "Todos os sentidos (da Sagrada Escritura) se fundamentam no literal" (90).

§0117.

O SENTIDO ESPIRITUAL.

Graças à unidade do desígnio de Deus, não só o texto da Escritura, mas também as reali-

dades e acontecimentos de que fala, podem ser sinais.

01. O SENTIDO ALEGÓRICO.

Podemos adquirir uma compreensão mais profunda dos acontecimentos, reconhecendo o seu significado em Cristo. Por exemplo, a travessia do Mar Vermelho é um sinal da vitória de Cristo e, assim, do Batismo (91) .

02. O SENTIDO MORAL.

Os acontecimentos referidos na Escritura podem nos conduzir a um comportamento justo. Foram escritos “para nossa instrução” (1 Cor 10, 11) (92) .

03. O SENTIDO ANAGÓGICO.

Podemos ver realidades e acontecimentos no seu significado eterno, o qual nos conduz (em grego: “anagoge”) em direção à nossa Pátria. Assim, a Igreja terrestre é sinal da Jerusalém celeste (93).

§0118.

Um dístico medieval resume a significação dos quatro sentidos:

“*Littera gesta docet, quid credas allegoria. Moralis quid agas, quo tendas anagogia*”.

“A letra te ensina os fatos (passados); a alegoria, o que deves crer; a moral, o que deves fazer; a anagogia, para onde deves tender” (94).

§0119.

"Cabe aos exegetas trabalhar, em harmonia com estas regras, para entender e expor mais profundamente o sentido da Sagrada Escritura, para que, mercê deste estudo, de algum modo preparatório, amadureça o juízo da Igreja. Com efeito, tudo quanto diz respeito à interpretação da Escritura está sujeito ao juízo último da Igreja, que tem o divino mandato e o ministério de guardar e interpretar a Palavra de Deus" (95): "*Ego vero Evangelio non crederem, nisi me catholicæ Ecclesiæ commoveret auctoritas*" - "Quanto a mim, não acreditaria no Evangelho se não me movesse a isto a autoridade da Igreja Católica" (96).

IV. O Cânon das Escrituras

§0120.

Foi a Tradição Apostólica que levou a Igreja a discernir quais os escritos que deviam ser contados na lista dos livros sagrados (97). Esta lista integral é chamada “Cânon” das Escrituras. Comporta, para o Antigo Testamento, 46 (45, se se contar Jeremias e as Lamentações como um só) escritos e, para o Novo, 27 (98):

Para o Antigo Testamento: Genesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros dos Reis, os dois livros das Crônicas, Esdras, Neemias, Tobias, Judite, Ester, os dois livros dos Macabeus, Jó, os Salmos, os

Provérbios, o Eclesiastes (ou Coelet), o Cântico dos Cânticos, a Sabedoria, o livro de Ben-Sirá (ou Eclesiástico), Isaías, Jeremias, as Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Para o Novo Testamento: Os Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João; os Atos dos Apóstolos; as epístolas de São Paulo: aos Romanos, primeira e segunda aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, primeira e segunda aos Tessalonicenses, primeira e segunda a Timóteo, a Tito, a Filêmon; a Epístola aos Hebreus; a Epístola de Tiago, a primeira e segunda de

Pedro, as três epístolas de João, a Epístola de Judas e o Apocalipse.

O ANTIGO TESTAMENTO

§0121.

O Antigo Testamento é uma parte da Sagrada Escritura de que não se pode prescindir. Os seus livros são divinamente inspirados e conservam um valor permanente (99), porque a Antiga Aliança nunca foi revogada.

§0122.

Efetivamente, “a "economia" do Antigo Testamento se destinava, sobretudo, a preparar [...] o advento de Cristo, redentor universal”.

Os livros do Antigo Testamento, “apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias”, dão testemunho de toda a divina pedagogia do amor salvífico de Deus. Neles “se encontram sublimes doutrinas a respeito de Deus, uma sabedoria salutar a respeito da vida humana, bem como admiráveis tesouros de preces”. Neles, em suma, está latente o mistério da nossa salvação” (100).

§0123.

Os cristãos veneram o Antigo Testamento como verdadeira Palavra de Deus. A Igreja combateu sempre vigorosamente a ideia de rejeitar o Antigo Testamento, sob o pretexto de que o Novo o teria feito caducar (Marcionismo).

O NOVO TESTAMENTO

§0124.

"A Palavra de Deus, que é força de Deus para salvação de quem acredita, se apresenta e manifesta o seu poder de um modo eminente nos escritos do Novo Testamento"(101). Estes escritos nos transmitem a verdade definitiva da Revelação divina. O seu objeto central é Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado, os seus atos, os seus ensinamentos, a sua Paixão e glorificação, bem como os primórdios da sua Igreja sob a ação do Espírito Santo (102).

§0125.

Os evangelhos são o coração de todas as Escrituras, “enquanto são o principal testemunho da vida e da doutrina do Verbo encarnado, nosso Salvador” (103).

§0126.

Na formação dos evangelhos podemos distinguir três etapas:

01. A vida e os ensinamentos de Jesus.

A Igreja sustenta firmemente que as quatro versões do Evangelho, “cuja historicidade afirma sem hesitações, transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, realmente operou e ensinou para salvação eterna dos

seres humanos, durante a sua vida terrena, até o dia em que subiu ao Céu".

02. A tradição oral.

"Na verdade, após a Ascensão do Senhor, os Apóstolos transmitiram aos seus ouvintes (com aquela compreensão mais plena de que gozavam, uma vez instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e iluminados pelo Espírito de verdade) as coisas que Ele tinha dito e feito".

03. Os evangelhos escritos.

"Os autores sagrados porém escreveram as quatro versões do Evangelho escolhendo algumas coisas entre as muitas transmitidas por palavra ou por escrito, sintetizando u-

mas, desenvolvendo outras, segundo o estado das Igrejas, conservando, finalmente, o carácter de pregação, mas sempre de maneira a nos comunicar coisas verdadeiras e sinceras acerca de Jesus" (104).

§0127.

O Evangelho quadriforme ocupa na Igreja um lugar único, de que são testemunhas a veneração de que a Liturgia o rodeia e o atrativo incomparável que, em todos os tempos, exerceu sobre os santos.

"Não há doutrina melhor, mais preciosa e esplêndida do que o texto do Evangelho. Vede e retende o que nosso Senhor e Mestre, Cristo ensinou pelas suas palavras e realizou pelos seus atos" (105).

"É sobretudo o Evangelho que me ocupa durante as minhas orações. Nele encontro tudo o que é necessário à minha pobre alma. Nele descubro sempre novas luzes, sentidos escondidos e misteriosos" (106).

A UNIDADE ENTRE O ANTIGO E O NOVO TESTAMENTO

§0128.

A Igreja, já nos tempos apostólicos (107) e depois constantemente na sua Tradição, pôs em evidência a unidade, do plano divino nos dois Testamentos, graças à tipologia. Esta descobre nas obras de Deus, na Antiga Aliança, prefigurações do que o mesmo Deus realizou na plenitude dos tempos, na pessoa do seu Filho encarnado.

§0129.

Os cristãos leem, pois, o Antigo Testamento, à luz de Cristo morto e ressuscitado. Esta leitura tipológica manifesta o conteúdo inesgotável do Antigo Testamento. Mas não deve nos fazer esquecer de que ele mantém o seu valor próprio de Revelação, reafirmado pelo próprio Jesus, nosso Senhor (108). Aliás, também o Novo Testamento requer ser lido à luz do Antigo. A catequese cristã primitiva recorreu constantemente a este método (109). Segundo um velho adágio, o Novo Testamento está oculto no Antigo enquanto o Antigo é desvendado no Novo: "*Novum in Vetere latet et in Novo Vetus patet*" - "O No-

vo está oculto no Antigo e o Antigo está patente no Novo" (110).

§0130.

A tipologia significa o dinamismo em ordem ao cumprimento do plano divino, quando "Deus for tudo em todos" (1 Cor 15, 28). Assim, a vocação dos Patriarcas e o êxodo do Egito, por exemplo, não perdem o seu valor próprio no plano de Deus pelo fato de, ao mesmo tempo, serem etapas intermédias desse mesmo plano.

V. A Sagrada Escritura na vida da Igreja

§0131.

"É tão grande a força e a virtude da Palavra de Deus, que ela se torna, para a Igreja, apoio e vigor e, para os filhos da Igreja, solidez da fé, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual" (111). É necessário que "os fiéis tenham largo acesso à Sagrada Escritura" (112).

§0132.

"O estudo das Páginas Sagradas deve ser como que a "alma" da sagrada teologia. Também o ministério da Palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese e toda a espécie de instrução cristã, na qual a homilia litúrgica

deve ter um lugar principal, com proveito se alimenta e santamente se revigora com a palavra da Escritura” (113).

§0133.

A Igreja “exorta com ardor e insistência todos os fiéis [...] a que aprendam "a sublime ciência de Jesus Cristo" (Fl. 3, 8) na leitura frequente da Sagrada Escritura. Porque "a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo"” (114).

Resumindo:

§0134.

Omnis Scriptura divina unus liber est et ille unus liber Christus est, “quia omnis Scriptura divina de Christo loquitur et omnis

Scriptura divina in Christo impletur” - Toda a Escritura divina é um só livro e esse livro único é Cristo, “porque toda a Escritura divina fala de Cristo e toda a Escritura divina se cumpre em Cristo” (115).

§0135.

“As Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus e, pelo fato de serem inspiradas, são verdadeiramente a Palavra de Deus” (116).

§0136.

Deus é o autor da Sagrada Escritura, ao inspirar os seus autores humanos. Ele age neles e por eles. E assim nos dá a garantia de que os seus escritos ensinam, sem erro, a verdade da salvação (117).

§0137.

A interpretação das Escrituras inspiradas deve, antes de tudo, estar atenta ao que Deus quer revelar, por meio dos autores sagrados, para a nossa salvação. O que vem do Espírito não é plenamente entendido senão pela ação do Espírito (118).

§0138.

A Igreja recebe e venera, como inspirados, os 46 livros do Antigo e os 27 do Novo Testamento.

§0139.

As quatro versões do Evangelho ocupam um lugar central, dado que Jesus Cristo é o seu centro.

§0140.

A unidade entre os dois Testamentos deriva da unidade do plano de Deus e da sua Revelação. O Antigo Testamento prepara o Novo, ao passo que o Novo dá cumprimento ao Antigo. Os dois se esclarecem mutuamente e ambos são verdadeira Palavra de Deus.

§0141.

"A Igreja sempre venerou as Divinas Escrituras, tal como o próprio Corpo do Senhor" (119) e ambos alimentam e regem toda a vida cristã. "A vossa Palavra é farol para os meus passos e luz para os meus caminhos" (Sl 119, 105) (120).

Notas

1. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 4: DS 3015.
2. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 2: AAS 58 (1966) 818.
3. Cf. Ef 1, 4-5.
4. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 2: AAS 58 (1966) 818.
5. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses III, 20, 2: SC 211, 392 (PG 7, 944); cf. por exemplo, Ibid. III 17, I: SC 211. 330 (PG 7, 929); Ibid. IV, 12. 4: SC 100, 518 (PG 7, 1006);Ibid. IV 21, 3: SC 100, 684 (PG 7, 1046).
6. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 3: AAS 58 (1966) 818.
7. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 3: AAS 58 (1966) 818.
8. Oração eucarística IV: Missal Romano editio typica. Typis Polyglottis Vaticanis. 1970 p. 467. [Gráfica de Coimbra 1992, p. 538].
9. Cf. Gn 9, 9.
10. Cf. Gn 10, 20-31.
11. Cf. Act 17, 26-27.
12. Cf. Sb 10, 5.
13. Cf. Gn 11, 4-6.
14. Cf. Rm 1, 18-25.

15. Cf. Lc 21, 24.
16. Cf. Gn 14, 18.
17. Cf. Heb 7, 3.
18. Cf. Gl 3, 8.
19. Cf. Rm 11, 28.
20. Cf. Jo 11, 52; 10, 16.
21. Cf. Rm 11, 17-18. 24.
22. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 3: AAS 58 (1966) 818.
23. Cf. Ex 19, 6.
24. Sexta-Feira da Paixão do Senhor. Oração universal VI: Missale Romanum. editio typica. Typis Polyglottis Vaticanis 1975, p. 254 [a tradução oficial portuguesa omite este particular:Missal Romano. Gráfica de Coimbra 1992. p. 259.267].
25. João Paulo II, Discurso na sinagoga durante o encontro com a comunidade hebraica da cidade de Roma (13 de Abril de 1986), 4: Insegnamenti di Giovanni Paolo II, IX/1, 1027.
26. Cf. Is 2, 2-4.
27. Cf. Jr 31, 31-34: Heb 10, 16.
28. Cf. Ez 36.
29. Cf. Is 49, 5-6: 53, 11.
30. Cf. Sf 2, 3.
31. Cf. Lc 1, 38.
32. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 2: AAS 58 (1966) 818.

33. São João da Cruz, Subida del monte Carmelo 2, 22, 3-5: Biblioteca Mística Carmelitana,v. 11, Burgos 1929. p. 184. [ID. Obras Completas (Paço de Arcos edições Carmelo 1986) p. 196 = Segunda leitura do Ofício de Leituras da Segunda-Feira da II Semana do Advento].
34. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 4: AAS 58 (1966) 819.
35. Cf. Gn 3, 15.
36. Cf. Gn 9, 16.
37. Cf. Jo 14, 6.
49. Cf. 1 Tm 6, 20; 2 Tm 1, 12-14.
50. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
51. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
52. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
53. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 24.
54. Cf. Jo 8, 31-32.
55. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 4: DS 3016 “mysteriorum nexus”. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 29.
56. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 11: AAS 57 (1965) 99.

57. Cf. 1 Jo 2, 20. 27.
58. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16.
59. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16.
60. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
61. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 62: AAS 58 (1966) 1084: cf. Ibid..44: AAS 58 (1966) 1065; Const. dogm. Dei Verbum, 23: AAS 58 (1966) 828; Ibid. 24: AAS 58 (1966) 828-829: Decr. Unitatis redintegratio, 4: AAS 57 (1965) 94.
62. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
63. São Gregório Magno, Homilia in Ezechielem 1. 7, 8: CCL 142. 87 (PL 76, 843 D).
64. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
65. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
66. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
68. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Verbum, 13: AAS 58 (1966) 824.
69. Cf. Heb 1, 1-3.

70. Santo Agostinho enarratio in Psalmum 103, 4, 1: CCL 40, 1521 (PL 37, 1378).
71. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 21: AAS 58 (1966) 827.
72. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 24: AAS 58 (1966) 829.
73. Cf. 1 Ts 2, 13.
74. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 21: AAS 58 (1966) 827-828.
75. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 11: AAS 58 (1966) 822-823.
76. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 11: AAS 58 (1966) 823.
77. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 11: AAS 58 (1966) 823.
78. São Bernardo de Claraval, Homilia super "Missus est", 4, 11: Opera ed. J. Leclercq - H. Rochais, V. 4, Roma 1966, p. 57.
79. Cf. Lc 24, 45.
80. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum 12: AAS 58 11966) 823.
81. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 12: AAS 58 (1966) 823.
82. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 12: AAS 58 (1966) 824.
83. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 12: AAS 58 (1966) 824.

84. Cf. Lc 24. 25-27. 44-46.
85. Cf. Sl 22, 15.
86. São Tomás de Aquino expositio in Psalmos, 21, 11: Opera omnia. v. 18. Paris 1876, p. 350.
87. Cf. Santo Hilário de Poitiers, Liber ad Constantium Imperatorem 9: CSEL 65. 204 PL 10, 570); São Jerônimo. Commentarius in epistulam ad Galatas I 1, 11-12: PL 26. 347.
88. Orígenes, Homiliæ in Leviticum 5, 5: SC 286, 228 (PG 12, 454).
89. Cf. Rm 12, 6.
90. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ I, q. 1, a. 10, ad I: Ed. Leon. 4, 25.
91. Cf. 1 Cor 10, 2.
92. Cf. Heb 3-4, 11.
93. Cf. Ap 21, 1-22, 5.
94. Agostinho de Dácia, Rotulus pugillaris, I: ed. A. Waltz: Angelicum 6(1929) 256.
95. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 12: AAS 58 (1966) 824.
96. Santo Agostinho, Contra Epistulam Manichæi quam vocant fundamenti 5. 6: CSEL 25,197 (PL 42, 176).
97. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
98. Cf. Decretum Damasi: DS 179-180: Concílio de Florença, Decretum pro Iacobitis: DS 1334-1336;

Concílio de Trento. Sess. 4. Decretum de Libris Sacris et de traditionibus recipiendis: DS 1501-1504.
99. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 14: AAS 58 (1966) 825.
100. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 15: AAS 58 (1966) 825.
101. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 17: AAS 58 (1966) 826.
102. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 20: AAS 58 (1966) 827.
103. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 18: AAS 58 (1966) 826.
104. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 19: AAS 58 (1966) 826-827.
105. Santa Cesária, A Jovem epistula ad Richildam et Radegundem: SC 345, 480.
106. Santa Teresa do Menino Jesus, Manuscrit A, 83v: Manuscrits autobiographiques, Paris 1929, p. 268. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, Obras Completas (Paço de Arcos. Edições do Carmelo 1996) p. 213].
107. Cf. 1 Cor 10, 6: Heb 10, 1; 1 Pe 3, 21.
108. Cf. Mc 12, 29-31.
109. Cf. 1 Cor 5, 6-8: 10, 1-11.
110. Santo Agostinho, Quæstiones in Heptateucumt 2, 73: CCL 33. 106 (PL 34, 623); cf. II Concílio do Va-

ticano, Const. dogm. Dei Verbum, 16: AAS 58 (1966) 825.
111. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 21: A AS 58 (1966) 828.
112. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 22: AAS 58 (1966) 828.
113. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 24: AAS 58 (1966) 829.
114. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 25: AAS 58 (1966) 829: cf. São Jerônimo, Commentarii in Isaiam, Prologus: CCL 73, 1 (PL 24, 17).
115. Hugo de São Vítor, De arca Nœ II, 8: PL 176, 642: cf. Ibid. 2. 9: PL 176, 642643.
116. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum. 24: AAS 58 (1966) 829.
117. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 11: AAS 58 (1966) 822-823.
118. Cf. Orígenes, Homiliæ in Exodum 4, 5: SC 321, 128 (PG 12, 320).
119. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 21: AAS 58 (1966) 827.
120. Cf. Is 50, 4.

CAPÍTULO TERCEIRO: A RESPOSTA DO SER HUMANO A DEUS

§0142.

Pela sua revelação, “Deus invisível, na riqueza do seu amor, fala aos seres humanos como amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com Ele” (1). A resposta adequada a este convite é a fé.

§0143.

Pela fé, o ser humano submete completamente a Deus a inteligência e a vontade e com todo o seu ser, o ser humano dá assentimento a Deus revelador (2). A Sagrada Escritura chama “obediência da fé” a esta resposta do ser humano a Deus revelador (3).

ARTIGO 1: EU CREIO

I. A “obediência da fé”

§0144.

Obedecer (*ob-audire*) na fé é se submeter livremente à palavra escutada, por a sua verdade ser garantida por Deus, que é a própria verdade. Desta obediência, o modelo que a Sagrada Escritura nos propõe é Abraão. A sua realização mais perfeita é a da Virgem Maria.

ABRAÃO - “O PAI DE TODOS OS CRENTES”

§0145.

A Epístola aos Hebreus, no grande elogio que faz da fé dos antepassados, insiste parti-

cularmente na fé de Abraão: “Pela fé, Abraão obedeceu ao chamamento de Deus e partiu para uma terra que viria a receber como herança; partiu, sem saber para onde ia” (Heb 11, 8) (4). Pela fé, viveu como estrangeiro e peregrino na terra prometida (5). Pela fé, Sara recebeu a graça de conceber o filho da promessa. Pela fé, finalmente, Abraão ofereceu em sacrifício o seu filho único (6).

§0146.

Abraão realiza assim a definição da fé dada pela Epístola aos Hebreus: “A fé constitui a garantia dos bens que se esperam e a prova de que existem as coisas que não se veem” (Heb 11, 1). “Abraão acreditou em Deus e isto lhe foi atribuído como justiça” (Rm 4, 3) (7).

“Fortalecido” por esta fé (Rm 4, 20), Abraão se tornou “o pai de todos os crentes” (Rm 4, 11. 18) (8).

§0147.

O Antigo Testamento é rico em testemunhos desta fé. A Epístola aos Hebreus faz o elogio da fé exemplar dos antigos, “que lhes valeu um bom testemunho” (Heb 11, 2. 39). No entanto, para nós, “Deus previra destino melhor”: a graça de crer no seu Filho Jesus, “guia da nossa fé, que Ele leva à perfeição” (Heb 11, 40; 12, 2).

MARIA - “FELIZ AQUELA QUE ACREDITOU”

§0148.

A Virgem Maria realiza, do modo mais perfeito, a “obediência da fé”. Na fé, Maria acolheu o anúncio e a promessa trazidos pelo anjo Gabriel, acreditando que “a Deus nada é impossível” (Lc 1, 37) (9) e dando o seu assentimento: “Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1, 38). Isabel a saudou: “Feliz aquela que acreditou no cumprimento de quanto lhe foi dito da parte do Senhor” (Lc 1, 45). É em virtude desta fé que todas as gerações a hão de proclamar bem-aventurada (10).

§0149.

Durante toda a sua vida e até à última provação (11), quando Jesus, seu filho, morreu na cruz, a sua fé jamais vacilou. Maria nunca deixou de crer “no cumprimento” da Palavra de Deus. Por isto, a Igreja venera em Maria a mais pura realização da fé.

II. “Eu sei em quem pus a minha fé” (2 Tm 1, 12)

CRER SÓ EM DEUS

§0150.

Antes de mais, a fé é uma adesão pessoal do ser humano a Deus. Ao mesmo tempo e inseparavelmente, é o assentimento livre a toda a verdade revelada por Deus. Enquanto

adesão pessoal a Deus e assentimento à verdade por Ele revelada, a fé cristã difere da fé numa pessoa humana. É justo e bom confiar totalmente em Deus e crer absolutamente no que Ele diz. Seria vão e falso ter semelhante fé numa criatura (12).

CRER EM JESUS CRISTO, FILHO DE DEUS

§0151.

Para o cristão, crer em Deus é crer inseparavelmente n'Aquele que Deus enviou - “no seu Filho muito amado” em quem Ele pôs todas as suas complacências (13). Deus nos mandou que O escutássemos (14). O próprio Senhor disse aos seus discípulos: “Acreditais em Deus, acreditai também em Mim” (Jo 14,

1). Podemos crer em Jesus Cristo, porque Ele próprio é Deus, o Verbo feito carne: “A Deus, nunca ninguém O viu. O Filho Unigênito, que está no seio do Pai, é que O deu a conhecer” (Jo 1, 18). Porque “viu o Pai” (Jo 6, 46) ele é o único que O conhece e pode revelá-lo (15).

CRER NO ESPÍRITO SANTO

§0152.

Não é possível acreditar em Jesus Cristo sem ter parte no seu Espírito. É o Espírito Santo que revela aos seres humanos quem é Jesus. Porque “ninguém é capaz de dizer: "Jesus é Senhor", a não ser pela ação do Espírito Santo” (1 Cor 12, 3). “O Espírito penetra todas as coisas, até o que há de mais pro-

fundo em Deus [...]. Ninguém conhece o que há em Deus senão o Espírito de Deus" (1 Cor 2, 10-11). Só Deus conhece inteiramente Deus. Nós cremos no Espírito Santo, porque Ele é Deus.

A Igreja não cessa de confessar a sua fé num só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo.

III. As características da fé

A FÉ É UMA GRAÇA

§0153.

Quando Pedro confessa que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus vivo, Jesus lhe declara que esta revelação não lhe veio "da carne nem do sangue, mas do seu Pai que está nos Céus" (Mt 16, 17) (16). A fé é um dom de

Deus, uma virtude sobrenatural infundida por Ele. “Para prestar esta adesão da fé, são necessários a prévia e concomitante ajuda da graça divina e os interiores auxílios do Espírito Santo, o qual move e converte o coração para Deus, abre os olhos do entendimento e dá "a todos, a suavidade em aceitar e crer a verdade"“ (17).

A FÉ É UM ATO HUMANO

§0154.

O ato de fé só é possível pela graça e pelos auxílios interiores do Espírito Santo. Mas, não é menos verdade que crer é um ato autenticamente humano. Não é contrário nem à liberdade nem à inteligência do ser humano

confiar em Deus e aderir às verdades por Ele reveladas. Mesmo nas relações humanas, não é contrário à nossa própria dignidade acreditar no que outras pessoas nos dizem acerca delas mesmas e das suas intenções e confiar nas suas promessas (como, por exemplo, quando um homem e uma mulher se casam), para assim entrarem em mútua comunhão. Por isto, é ainda menos contrário à nossa dignidade "prestar, pela fé, submissão plena da nossa inteligência e da nossa vontade a Deus revelador" (18) e entrar, assim, em comunhão íntima com Ele.

§0155.

Na fé, a inteligência e a vontade humanas cooperam com a graça divina: "*Credere est*

actas intellectus assentientis veritati divinæ ex imperio voluntatis, a Deo motæ per gratiam" — "Crer é o ato da inteligência que presta o seu assentimento à verdade divina, por determinação da vontade, movida pela graça de Deus" (19).

A FÉ E A INTELIGÊNCIA

§0156.

O motivo de crer não é o fato de as verdades reveladas aparecerem como verdadeiras e inteligíveis à luz da nossa razão natural. Nós cremos "por causa da autoridade do próprio Deus revelador, que não pode se enganar nem nos enganar" (20). "Contudo, para que a homenagem da nossa fé fosse con-

forme à razão, Deus quis que os auxílios interiores do Espírito Santo fossem acompanhados de provas exteriores da sua Revelação" (21). Assim, os milagres de Cristo e dos santos (22), as profecias, a propagação e a santidade da Igreja, a sua fecundidade e estabilidade "são sinais certos da Revelação, adaptados à inteligência de todos" (23), "motivos de credibilidade", mostrando que o assentimento da fé não é, "de modo algum, um movimento cego do espírito" (24).

§0157.

A fé é certa, mais certa que qualquer conhecimento humano, porque se funda na própria Palavra de Deus, que não pode mentir. Sem dúvida, as verdades reveladas po-

dem parecer obscuras à razão e à experiência humanas, mas “a certeza dada pela luz divina é maior do que a dada pela luz da razão natural” (25). “Dez mil dificuldades não fazem uma só dúvida” (26).

§0158.

“A fé procura compreender” (27). É inerente à fé o desejo do crente de conhecer melhor Aquele em quem acreditou e de compreender melhor o que Ele revelou. Um conhecimento mais profundo exigirá, por sua vez, uma fé maior e cada vez mais abrasada em amor. A graça da fé abre “os olhos do coração” (Ef 1, 18) para uma compreensão viva dos conteúdos da Revelação, isto é, do conjunto do desígnio de Deus e dos mistérios da

fé, da íntima conexão que os liga entre eles e com Cristo, centro do mistério revelado. Ora, para “que a compreensão da Revelação seja cada vez mais profunda, o mesmo Espírito Santo aperfeiçoa sem cessar a fé, mediante os seus dons” (28). Assim, conforme o dito de Santo Agostinho, “eu creio para compreender e compreendo para crer melhor” (29).

§0159.

FÉ E CIÊNCIA.

“Muito embora a fé esteja acima da razão, nunca pode haver verdadeiro desacordo entre ambas, pois o mesmo Deus, que revela os mistérios e comunica a fé, também acendeu no espírito humano a luz da razão. E Deus

não pode negar a Ele mesmo, nem a verdade pode jamais contradizer a verdade" (30). "É por isto que a busca metódica em todos os domínios do saber, se for conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as normas da moral, jamais estará em oposição à fé, pois as realidades profanas e as da fé encontram a sua origem num só e mesmo Deus. Mais ainda: aquele que se esforça, com perseverança e humildade, por penetrar no segredo das coisas, é como que conduzido pela mão de Deus, que sustenta todos os seres e faz que eles sejam o que são, mesmo que não tenham consciência disto" (31).

A LIBERDADE DA FÉ

§0160.

Para ser humana, “a resposta da fé, dada pelo ser humano a Deus, deve ser voluntária. Por conseguinte, ninguém deve ser constrangido a abraçar a fé contra a vontade. Efetivamente, o ato de fé é voluntário por sua própria natureza” (32). “É certo que Deus chama o ser humano a servi-Lo em espírito e verdade, mas, se é verdade que este apelo obriga o ser humano em consciência, isto não quer dizer que o constranja [...]. Isto foi evidente, no mais alto grau em Jesus Cristo” (33). De fato, Cristo convidou à fé e à conversão, mas, de modo nenhum constrangeu alguém. “Deu testemunho da verdade, mas não

a impôs pela força aos seus contraditores. O seu Reino [...] se dilata graças ao amor, pelo qual, levantado na cruz, Cristo atrai a Si todos os seres humanos (34)".

A NECESSIDADE DA FÉ

§0161.

Para obter a salvação é necessário acreditar em Jesus Cristo e n'Aquele que O enviou para nos salvar (35). "Porque, "sem a fé, não é possível agradar a Deus" (Heb 11, 6) e chegar a partilhar a condição de filhos seus. Ninguém jamais pode se justificar sem ela e ninguém que não "persevere nela até ao fim" (Mt 10, 22; 24, 13) poderá alcançar a vida eterna" (36).

A PERSEVERANÇA NA FÉ

§0162.

A fé é um dom gratuito de Deus ao ser humano. Mas nós podemos perder este dom inestimável. Paulo adverte Timóteo a respeito dessa possibilidade: “Combate o bom combate, guardando a fé e a boa consciência. Por se afastarem deste princípio é que muitos naufragaram na fé” (1 Tm 1, 18-19). Para viver, crescer e perseverar até o fim na fé, temos de alimentá-la com a Palavra de Deus. Temos de pedir ao Senhor que no-la aumente (37). Ela deve “agir pela caridade” (Gl 5, 6) (38), ser sustentada pela esperança (39) e permanecer enraizada na fé da Igreja.

A FÉ - VIDA ETERNA INICIADA

§0163.

A fé faz com que saboreemos, como que de antemão, a alegria e a luz da visão beatifica, fim da nossa caminhada nesta Terra. Então, veremos Deus “face a face” (1 Cor 13, 12), “tal como Ele é” (1 Jo 3, 2). A fé, portanto, já é o princípio da vida eterna.

“Enquanto, desde já, contemplamos os benefícios da fé, como reflexo num espelho, é como se já possuíssemos as maravilhas que a nossa fé nos garante havermos de gozar um dia” (40).

§0164.

Por enquanto porém, “caminhamos pela fé e não vemos claramente” (2 Cor 5, 7) e conhecemos Deus “como num espelho, de maneira confusa, [...] imperfeita” (1 Cor, 13, 12). Luminosa por parte d'Aquele em quem ela crê, a fé é, muitas vezes, vivida na obscuridade e pode ser posta à prova. O mundo em que vivemos parece, muitas vezes, bem afastado daquilo que a fé nos diz. As experiências do mal e do sofrimento, das injustiças e da morte parecem contradizer a Boa Nova, podem abalar a fé e se tornarem, em relação a ela, uma tentação.

§0165.

É então que devemos nos voltar para as testemunhas da fé: Abraão, que acreditou, “esperando contra toda a esperança” (Rm 4, 18); a Virgem Maria que, na “peregrinação da fé” (41), foi até à “noite da fé” (42), comungando no sofrimento do seu Filho e na noite do seu sepulcro (43) e tantas outras testemunhas da fé. “Envoltos em tamanha nuvem de testemunhas, devemos nos desembaraçar de todo o fardo do pecado que nos cerca e correr com constância o risco que nos é proposto, fixando os olhos no guia da nossa fé, o qual a leva à perfeição” (Heb 12, 1-2).

ARTIGO 2: NÓS CREMOS

§0166.

A fé é um ato pessoal, uma resposta livre do ser humano à proposta de Deus que Se revela. Mas não é um ato isolado. Ninguém pode acreditar sozinho, tal como ninguém pode viver só. Ninguém deu a fé a si mesmo, como ninguém a si mesmo deu a vida. Foi de outrem que o crente recebeu a fé e a outrem deve transmiti-la. O nosso amor a Jesus e aos seres humanos nos impele a falar aos outros da nossa fé. Cada crente é, assim, um elo na grande cadeia dos crentes. Não posso crer sem ser amparado pela fé dos outros e, pela minha, fé contribuo também para amparar os outros na fé.

§0167.

"Eu creio" (44) é a fé da Igreja, professada pessoalmente por cada crente, principalmente por ocasião do Batismo. "Nós cremos" (45) é a fé da Igreja, confessada pelos bispos reunidos em Concílio ou, de modo mais geral, pela assembleia litúrgica dos crentes. "Eu creio" é também a Igreja, nossa Mãe, que responde a Deus pela sua fé e nos ensina a dizer: "Eu creio", "Nós cremos".

I. "Olhai, Senhor, para a fé da vossa Igreja"

§0168.

É, antes de tudo, a Igreja que crê e que assim suporta, nutre e sustenta a minha fé. É primeiro a Igreja que, por toda a parte, con-

fessa o Senhor (“*Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia*” - “A Santa Igreja anuncia por toda a terra a glória do vosso nome” - como cantamos no “*Te Deum*”). Com ela e nela, também nós somos atraídos e levados a confessar: “Eu creio”. “Nós cremos”. É da Igreja que recebemos a fé e a vida nova em Cristo, pelo Batismo. No Ritual Romano, o ministro do Batismo pergunta ao catecúmeno: “Que vens pedir à Igreja de Deus?” E ele responde: - “A fé”. - “Para que te serve a fé?” - “Para alcançar a vida eterna” (46).

§0169.

A salvação só vem de Deus. Mas, porque é através da Igreja que recebemos a vida da fé, a Igreja é nossa Mãe. “Cremos que a Igreja é

como que a mãe do nosso novo nascimento, mas não cremos na Igreja como se ela fosse a autora da nossa salvação"(47). É porque é nossa Mãe, é também a educadora da nossa fé.

II. A linguagem da fé

§0170.

Não acreditamos em fórmulas, mas sim nas realidades que as fórmulas exprimem e que a fé nos permite "tocar". "O ato [de fé] do crente não se detém no enunciado, mas na realidade [enunciada]" (48). No entanto, é através das fórmulas da fé que nos aproximamos dessas realidades. As fórmulas nos permitem exprimir e transmitir a fé, celebrá-

la em comunidade, assimilá-la e dela viver cada vez mais.

§0171.

A Igreja, que é “coluna e apoio da verdade” (1 Tm 3, 15), guarda fielmente a fé transmitida aos santos de uma vez por todas (49). É ela que guarda a memória das palavras de Cristo. É ela que transmite, de geração em geração, a confissão de fé dos Apóstolos. Tal como uma mãe ensina os seus filhos a falar e, desta forma, a compreender e a comunicar, a Igreja, nossa Mãe nos ensina a linguagem da fé, para nos introduzir na compreensão e na vida da fé.

III. Uma só fé

§0172.

Desde há séculos, através de tantas línguas, culturas, povos e nações, a Igreja não cessa de confessar a sua fé única, recebida de um só Senhor, transmitida por um só Batismo enraizada na convicção de que todos os seres humanos têm apenas um só Deus e Pai (50). Santo Irineu de Lião, testemunha desta fé, declara:

§0173.

"A Igreja, embora dispersa por todo o mundo, até aos confins da Terra, tendo recebido, dos Apóstolos e dos seus discípulos, a fé, [...] guarda [esta pregação e esta fé] com

tanto cuidado como se habitasse numa só casa. Nela, crê de modo idêntico, como tendo um só coração e uma só alma. Prega-a, nos ensina e a transmite com voz unânime, como se tivesse uma só boca" (51).

§0174.

"Através do mundo, as línguas diferem, mas o conteúdo da Tradição é um só e o mesmo. Nem as Igrejas estabelecidas na Germânia têm outra fé ou outra tradição, nem as que se estabeleceram entre os Iberos ou entre os Celtas, as do Oriente, do Egito ou da Líbia, nem as que se fundaram no centro do mundo" (52). "A mensagem da Igreja é verídica e sólida, porque nela aparece um só

e o mesmo caminho de salvação em todo o mundo" (53).

§0175.

Esta fé, "que recebemos da Igreja, nós a guardamos cuidadosamente, porque, sem cessar, sob a ação do Espírito de Deus, tal como um depósito de grande valor encerrado num vaso excelente, ela rejuvenesce e faz rejuvenescer o próprio vaso que a contém" (54).

Resumindo:

§0176.

A fé é uma adesão pessoal, do ser humano todo, a Deus que Se revela. Comporta uma adesão da inteligência e da vontade à Revela-

ção que Deus fez de Si mesmo, pelas suas ações e palavras.

§0177.

"Crer" tem, pois, uma dupla referência: à pessoa e à verdade. À verdade, pela confiança na pessoa que a atesta.

§0178.

Não devermos crer em mais ninguém senão em Deus: Pai, Filho e Espírito Santo.

§0179.

A fé é um dom sobrenatural de Deus. Para crer, o ser humano tem necessidade dos auxílios interiores do Espírito Santo.

§0180.

"Crer" é um ato humano, consciente e livre, que está de acordo com a dignidade da pessoa humana.

§0181.

"Crer" é um ato eclesial. A fé da Igreja precede, gera, suporta e nutre a nossa fé. A Igreja é a Mãe de todos os crentes. "Ninguém pode ter a Deus por Pai, se não tiver a Igreja por Mãe" (55).

§0182.

"Nós cremos em tudo quanto está contido na Palavra de Deus escrita ou transmitida e que a Igreja propõe à nossa fé como divinamente revelado" (56).

§0183.

A fé é necessária para a salvação. O próprio Senhor o afirma: “Quem acreditar e for batizado se salvará, mas quem não acreditar será condenado” (Mc 16,16).

§0184.

“A fé é um antegozo do conhecimento que nos tornará felizes na vida futura” (57).

Notas

1. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 2: AAS 58 (1966) 818.
2. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 5: AAS 58 (1966) 819.
3. Cf. Rm 1, 5; 16, 26.
4. Cf. Gn 12, 1-4.
5. Cf. Gn 23, 4.
6. Cf. Heb 11, 17.
7. Cf. Gn 15, 6.
8. Cf. Gn 15, 5.
9. Cf. Gn 18, 14.

10 Cf. Lc l, 48.
11. Cf. Lc 2, 35.
12. Cf. Jr 17, 5-6; Sl 40, 5; 146, 3-4.
13. Cf. Mc 1 , 11.
14. Cf. Mc 9, 7.
15. Cf. Mt 11, 27.
16. Cf. Gl 1, 15-16; Mt 11, 25.
17. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 5: AAS 58 (1966) 819.
18. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c.3: DS 3008.
19. São Tomás de Aquino. Summa theologiæ II-II. q. 2. a. 9. c: Ed. Leon. 8. 37: cf. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 3: DS 3010.
20. I Concílio Vaticano, Const. dogm.Dei Filius. c. 3: DS 3008.
21. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 3: DS 3009.
22. Cf. Mc 16, 20; Heb 2, 4.
23. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 3: DS 3009.
24. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 3: DS 3010.
25. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ II-II. q. 171, 5, 3um: Ed. Leon. 10, 373.
26. J. H. Newman, Apologia pro vita sua, c. 5. ed. M. J. Svaglic, Oxford 1967, p. 210.

27. Santo Anselmo da Cantuária, Proslogion. Proœmium: Opera omnia ed. F. S. Schmitt. v. 1 E-dimburgo 1946, p. 94.
28. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 5: AAS 58 (1966) 819.
29. Santo Agostinho, Sermão 43, 7, 9: CCL 41. 512 (PL 38. 258).
30. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 4: DS 3017.
31. II Concílio Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 36: AAS 58 ((966) 1054.
32. II Concílio Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 10: AAS 58 (1966) 936; cf. CIC cân. 748 § 2.
33. II Concílio Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 11: AAS 58 (1966) 936.
34. II Concílio Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 11: AAS 58 (1966) 937.
35. Cf. Mc 16, 16; Jo 3, 36: 6, 40: etc.
36. I Concílio Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c 3: DS 3012; cf. Concílio de Trento, Sess. 6, Decretum de iustiftcatione, c. 8: DS 1532.
37. Cf. Mc 9, 24; Lc 17, 5: 22, 32.
38. Cf. Tg 2, 14-26.
39. Cf. Rm 15, 13.
40. São Basílio Magno, Liber de Spiritu Sancto, 15, 36: SC 17bis. 370 (PG 32, 132); cf. São Tomás de Aqui-

no, Summa Theologiæ II-II, q. 4, a. I. c: Ed. Leon. 8. 44.
41. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 58: AAS 57 (1965) 61.
42. João Paulo II enc. Redemptoris Mater, 17: AAS 79 (1987) 381.
43. João Paulo II enc. Redemptoris Mater, 18: AAS 79 (1987) 382-383.
44. Símbolo dos Apóstolos: DS 30.
45. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150 (no original grego).
46. Iniciação cristã dos adultos, 75. 2- edição, Gráfica de Coimbra 1996. p. 48: Ibid., 247, p. 153.
47. Fausto de Riez, De Spiritu sancto 1, 2: CSEL 21, 104 (l, 1: PL 62.11).
48. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ 11-II, q. I. a. 2. ad 2: Ed Leon. 8. 11.
49. Cf. Jd 3.
50. Cf. Ef 4, 4-6.
51. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses I. 10, 1-2: SC 264, 154-158 (PG 7, 550551).
52. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses I. 10. 2: SC 264, 158-160 (PG 7, 531534).
53. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses V, 20. 1: SC 153, 254-256 (PG 7, 1177).
54. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses III. 24, 1: SC 211, 472 (PG 7, 966).

55. São Cipriano de Cartago ecclesiæ catholicæ unitate, 6: CCL 3. 253 (PL 4. 519).
56. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei [Credo do Povo de Deus], 20: AAS 60 (1968) 441.
57. São Tomás de Aquino, Compendium theologiæ, 1, 2: Ed. Leon. 42. 83., 1, 2.

SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

OS SÍMBOLOS DA FÉ

O CREDO

SÍMBOLO DOS APÓSTOLOS (17)	CREDO DE NICEIA–CONSTANTINOPLA (18)
Creio em Deus, Pai todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria; padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu à mansão dos mortos, ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos Céus está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, de onde há-de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na santa	Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos; Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por Ele, todas as coisas foram feitas. E por nós, seres humanos e para a nossa salvação, desceu dos Céus e encarnou pelo Espí-

Igreja Católica, na comunhão dos Santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne, na vida eterna. Amém.	rito Santo, no seio da Virgem Maria e Se fez humano. Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado; ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras e subiu aos Céus, onde está sentado à direita do Pai. De novo há-de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos e o seu Reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida e procede do Pai e do Filho e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado. Ele que falou pelos Profetas. Creio na Igreja una, santa, católica e apostólica. Professo um só Batismo para remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir. Amém.

§0185.

Quem diz “Creio” afirma: “dou a minha adesão àquilo em que nós cremos”. A comunhão na fé tem necessidade de uma linguagem comum da fé, normativa para todos e a todos unindo na mesma confissão de fé.

§0186.

Desde a origem, a Igreja apostólica exprimiu e transmitiu a sua própria fé em fórmulas breves e normativas para todos (1). Mas, bem cedo, a Igreja quis também recolher o essencial da sua fé em resumos orgânicos e articulados, destinados, sobretudo, aos candidatos ao Batismo.

“Esta síntese da fé não foi feita segundo as opiniões humanas, mas se recolheu, de toda

a Escritura, o que nela há de mais importante, para apresentar, na integra, aquilo e só aquilo que a fé ensina. E, tal como a semente de mostarda contém, num pequeno grão, numerosos ramos, do mesmo modo este resumo da fé encerra, em algumas palavras, todo o conhecimento da verdadeira piedade contido no Antigo e no Novo Testamento" (2).

§0187.

A estas sínteses da fé lhes chamamos "profissões de fé", porque resumem a fé professada pelos cristãos. Chamamos-lhes "Credo", pelo fato de elas normalmente começarem pela palavra: "Creio". Igualmente, lhes chamamos "símbolos da fé".

§0188.

A palavra grega “symbolon” significava a metade de um objeto partido (por exemplo, um selo), que se apresentava como um sinal de identificação. As duas partes eram justapostas para verificar a identidade do portador. O “símbolo da fé” é, pois, um sinal de identificação e de comunhão entre os crentes. “Symbolon” também significa “resumo”, “coletânea” ou “sumário”. O “símbolo da fé” é o sumário das principais verdades da fé. Por isto, serve de ponto de referência primário e fundamental da catequese.

§0189.

A primeira “profissão de fé” se faz por ocasião do Batismo. O “símbolo da fé” é, antes

de tudo, o símbolo batismal. E, uma vez que o Batismo é conferido “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19), as verdades da fé professadas por ocasião do Batismo se articulam segundo a sua referência às três pessoas da Santíssima Trindade.

§0190.

O Símbolo se divide, portanto, em três partes: “na primeira, trata da Primeira Pessoa divina e da obra admirável da criação; na segunda, da Segunda Pessoa divina e do mistério da Redenção dos seres humanos; na terceira, da Terceira Pessoa divina, fonte e princípio da nossa santificação” (3). São estes “os três capítulos do nosso selo [batismal]” (4).

§0191.

O Símbolo “está estruturado em três partes [...] subdivididas em fórmulas variadas e muito adequadas. Segundo uma comparação frequentemente empregada pelos Padres, lhes chamamos artigos. De fato, assim como nos nossos membros há certas articulações que os distinguem e separam, do mesmo modo, nesta profissão de fé, foi com razão e propriedade que se deu o nome de artigos às verdades que devemos crer em particular e de modo distinto” (5). Segundo uma antiga tradição, já atestada por Santo Ambrósio, é costume enumerar doze artigos do Credo, simbolizando, com o número dos doze Apóstolos, o conjunto da fé apostólica (6).

§0192.

Foram numerosas, ao longo dos séculos e correspondendo sempre às necessidades das diferentes épocas, as profissões ou símbolos da fé. Os símbolos das diferentes Igrejas apostólicas e antigas (7), o símbolo “Quicumque”, chamado de Santo Atanásio (8), as profissões de fé de certos concílios: (Toledo (9); Latrão (10), Lião (11), Trento (12)) ou de certos papas, como a “Fides Damasi” (13) ou o “Credo do Povo de Deus”, de Paulo VI (1968) (14).

§0193.

Nenhum dos símbolos dos diferentes períodos da vida da Igreja pode ser considerado ultrapassado ou inútil. Todos nos ajudam a

abraçar e a aprofundar hoje a fé de sempre, através dos diversos resumos que dela se fizeram.

Entre todos os símbolos da fé, há dois que têm um lugar muito especial na vida da Igreja:

§0194.

O Símbolo dos Apóstolos, assim chamado porque se considera, com justa razão, o resumo fiel da fé dos Apóstolos. É o antigo símbolo batismal da Igreja de Roma. A sua grande autoridade lhe vem deste fato: “É o símbolo adotado pela Igreja Romana, aquela em que Pedro, o primeiro dos Apóstolos, teve a sua cátedra e para a qual ele trouxe a expressão da fé comum” (15).

§0195.

O Símbolo dito de Niceia-Constantinopla deve a sua grande autoridade ao fato de ser proveniente desses dois primeiros concílios ecumênicos (dos anos de 325 e 381). Ainda hoje continua a ser comum a todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente.

§0196.

A exposição da fé, que vamos fazer, seguirá o Símbolo dos Apóstolos, que constitui, por assim dizer, “o mais antigo catecismo romano”. Entretanto, a nossa exposição será completada por constantes referências ao Símbolo Niceno-Constantinopolitano, muitas vezes mais explícito e pormenorizado.

§0197.

Como no dia do nosso Batismo, quando toda a nossa vida foi confiada “a esta regra de doutrina” (Rm 6, 17), acolhemos o Símbolo da nossa fé que dá a vida. Recitar com fé o Credo é entrar em comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo. E é também entrar em comunhão com toda a Igreja, que nos transmite a fé e em cujo seio nós acreditamos:

“Este Símbolo é o selo espiritual [...], é a meditação do nosso coração e a sentinela sempre presente. É, sem dúvida, o tesouro da nossa alma” (16).

Notas

1. Cf. Rm 10, 9; 1 Cor 15, 3-5 etc.
2. São Cirilo de Jerusalém, Catechese illuminandorum 5, 12: Opera, v. 1. ed. G. C. Reischl (Monaci 1848), p. 150 (PG 33. 521-524).
3. Cat Rom I, I, 4. p. 20.
4. Santo Ireneo, Demonstratio apostolicæ prædicationis, 100: SC 62. 170.
5. Cat Rom I. 1, 4. p. 20.
6. Cf. Santo Ambrósio10 explanatio Symboli, 8: CSEL 73, 10-11 (PL 17. 1196).
7. Cf. Symbola fidei ab Ecclesia antiqua recepta: DS 1-64.
8. Cf. DS 75-76.
9. XI Concílio de Toledo: DS 525-541.
10. IV Concílio de Latrão: DS 800-802.
11. II Concílio de Lião: DS 851-861.
12. Professio ftdei Tridentina: DS 1862-1870.
13. Cf. DS 71-72.
14. Sollemnis Professio fidei: AAS 60 (1968) 433-445.
15. Santo Ambrósio explanatio Symboli, 7: CSEL 73. 10 (PL 17, 1196).
16. Santo Ambrósio explanatio Symboli, 7: CSEL 73. 3 (PL 17, 1193).
17. DS 30.
18. DS 150.

CAPÍTULO PRIMEIRO: CREIO EM DEUS PAI

§0198.

A nossa profissão de fé começa por Deus, porque Deus é “o Primeiro e o Último” (Is 44, 6), o Princípio e o Fim de tudo. O Credo começa por Deus Pai, porque o Pai é a Primeira Pessoa divina da Santíssima Trindade. O nosso Símbolo começa pela criação do Céu e da terra, porque a criação é o princípio e o fundamento de todas as obras de Deus.

ARTIGO 1: “CREIO EM DEUS PAI TODO-PODEROSO CRIADOR DO CÉU E DA TERRA”

PARÁGRAFO 1: CREIO EM DEUS

§0199.

“Creio em Deus”. É esta a primeira afirmação da profissão de fé e também a mais fundamental. Todo o Símbolo fala de Deus e, ao falar também do ser humano e do mundo, o faz em relação a Deus. Os artigos do Credo dependem todos do primeiro, do mesmo modo que todos os mandamentos são uma explicitação do primeiro. Os outros artigos nos fazem conhecer melhor a Deus, tal como Ele progressivamente Se revelou aos seres

humanos. “Os fiéis professam, antes de tudo, crer em Deus”(1).

I. “Creio em um só Deus”

§0200.

É com estas palavras que começa o Símbolo Niceno-Constantinopolitano. A confissão da unicidade de Deus, que está radicada na Revelação divina da Antiga Aliança, é inseparável da confissão da existência de Deus e tão fundamental como ela. Deus é único; não há senão um só Deus. “A fé cristã crê e professa que há um só Deus, por natureza, por substância e por essência” (2).

§0201.

A Israel, seu povo eleito, Deus Se revelou como sendo único: “Escuta, Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças” (Dt 6, 4-5). Por meio dos Profetas, Deus faz apelo a Israel e a todas as nações para que se voltem para Ele, o Único: “Voltai-vos para Mim e sereis salvos, todos os confins da terra, porque Eu sou Deus e não há outro [...] Diante de Mim, hão de se dobrar todos os jœlhos e, em Meu nome, hão de jurar todas as línguas. E dirão: "Só no Senhor existem a justiça e o poder"” (Is 45, 22-24) (3).

§0202.

O próprio Jesus confirma que Deus é “o único Senhor” e que é necessário amá-Lo “com todo o coração, com toda a alma, com todo o entendimento e com todas as forças” (4). Ao mesmo tempo, dá a entender que Ele próprio é “o Senhor” (5). Confessar que “Jesus é o Senhor” é próprio da fé cristã. Isto não vai contra a fé num Deus Único. Do mesmo modo, crer no Espírito Santo, “que é Senhor e dá a Vida”, não introduz qualquer espécie de divisão no Deus único. “Nós acreditamos com firmeza e afirmamos simplesmente que há um só Deus verdadeiro, imenso e imutável, incompreensível, todopoderoso e inefável. Pai e Filho e Espírito

Santo. Três Pessoas, mas uma só essência, uma só substância ou natureza absolutamente simples”(6).

II. Deus revela o seu nome

§0203.

Deus Se revelou ao seu povo Israel, lhe dando a conhecer o seu nome. O nome exprime a essência, a identidade da pessoa e o sentido da sua vida. Deus tem um nome. Não é uma força anônima. Dizer o seu nome é Se dar a conhecer aos outros. É, de certo modo, entregar a Si próprio, Se tornando acessível, capaz de ser conhecido mais intimamente e de ser invocado pessoalmente.

§0204.

Deus Se revelou progressivamente e sob diversos nomes ao seu povo, mas foi a revelação do nome divino, feita a Moisés na teofania da sarça ardente, no limiar do êxodo e da Aliança do Sinai, que se impôs como sendo a revelação fundamental, tanto para a Antiga como para a Nova Aliança.

O DEUS VIVO

§0205.

Do meio de uma sarça que arde sem se consumir, Deus chama por Moisés e lhe diz: "Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó" (Ex 3, 6). Deus é o Deus dos antepassados, Aquele que

tinha chamado e guiado os Patriarcas nas suas peregrinações. É o Deus fiel e compassivo, que se lembra deles e das promessas que lhes fez. Ele vem para libertar da escravidão os seus descendentes. É o Deus que, para além do espaço e do tempo, pode e quer fazê-lo e empenhará a Sua omnipotência na concretização deste desígnio.

“EU SOU AQUELE QUE SOU”

Moisés disse a Deus: “Vou então procurar os filhos de Israel e lhes dizer: "O Deus de vossos pais me enviou a vós". Mas, se me perguntarem qual é o seu nome, o que hei de lhes responder? Deus disse a Moisés: “Eu sou Aquele que sou”. E prosseguiu: “Assim falarás aos filhos de Israel: Aquele que tem por

nome "Eu sou" é que me enviou a vós [...] ... Será este o meu nome para sempre, nome que ficará de memória para todas as gerações" (Ex 3, 13-15).

§0206.

Ao revelar o seu nome misterioso de YHWH, "Eu sou Aquele que É" ou "Eu sou Aquele que Sou" ou ainda "Eu sou quem Eu sou", Deus diz Quem é e com que nome deve ser chamado. Este nome divino é misterioso, tal como Deus é mistério. E, ao mesmo tempo, um nome revelado e como que a recusa de um nome. É assim que Deus exprime melhor o que Ele é, infinitamente acima de tudo o que podemos compreender ou dizer: Ele é o "Deus escondido" (Is 45, 15), o seu nome é

inefável (7) e é o Deus que Se faz próximo dos seres humanos.

§0207.

Ao revelar o seu nome, Deus revela, ao mesmo tempo, a sua fidelidade, que é de sempre e para sempre, válida tanto para o passado (“Eu sou o Deus de teu pai” - Ex 3, 6), como para o futuro (“Eu estarei contigo” - Ex3, 12). Deus, que revela o seu nome como sendo “Eu sou”, Se revela como o Deus que está sempre presente junto do seu povo para salvá-lo.

§0208.

Perante a presença atraente e misteriosa de Deus, o ser humano descobre a sua pe-

quenez. Diante da sarça ardente, Moisés descalça as sandálias e cobre o rosto face à santidade divina (8). Ante a glória do Deus três vezes santo, Isaías exclama: “Ai de mim, que estou perdido, pois sou um ser humano de lábios impuros” (Is 6, 5). Perante os sinais divinos realizados por Jesus, Pedro exclama: “Afasta-Te de mim, Senhor, porque eu sou um pecador” (Lc 5, 8). Mas, porque Deus é santo, pode perdoar ao ser humano que se descobre pecador diante d'Ele: “Não deixarei arder a minha indignação [...]. É que Eu sou Deus e não ser humano, o Santo que está no meio de vós” (Os 11, 9). E o apóstolo João dirá também: “Tranquilizaremos, diante d'Ele, o nosso coração, se o nosso coração vier a

nos acusar. Pois Deus é maior do que o nosso coração e conhece todas as coisas" (1 Jo 3, 19-20).

§0209.

Por respeito pela santidade de Deus, o povo de Israel não pronuncia o seu nome. Na leitura da Sagrada Escritura, o nome revelado é substituído pelo título divino de "Senhor" ("Adonai" em grego "Kyrios"). É sob este título que será aclamada a divindade de Jesus: "Jesus é o Senhor".

"DEUS DE TERNURA E DE PIEDADE"

§0210.

Depois do pecado de Israel, que se afastou de Deus para adorar o bezerro de ouro (9),

Deus atende a intercessão de Moisés e aceita caminhar no meio de um povo infiel, manifestando deste modo o seu amor (10). A Moisés, que Lhe pede a graça de ver a sua glória. Deus responde: “Farei passar diante de ti toda a minha bondade (beleza) e proclamarei diante de ti o nome de YHWH” (Ex 33, 18-19). E o Senhor passa diante de Moisés e proclama: “O Senhor, o Senhor [YHWH, YHWH] é um Deus clemente e compassivo, sem pressa para se indignar e cheio de misericórdia e fidelidade” (Ex 34, 6). Moisés confessa então que o Senhor é um Deus de perdão” (11).

§0211.

O nome divino “Eu sou” ou “Ele é” exprime a fidelidade de Deus, que, apesar da infidelidade do pecado dos seres humanos e do castigo que merece, “conserva a sua benevolência em favor de milhares de pessoas” (Ex 34, 7). Deus revela que é “rico em misericórdia” (Ef 2, 4), ao ponto de entregar o seu próprio Filho. Dando a vida para nos libertar do pecado, Jesus revelará que Ele mesmo é portador do nome divino: “Quando elevardes o Filho do Homem então sabereis que Eu sou” (Jo 8, 28).

SÓ DEUS É

§0212.

No decorrer dos séculos, a fé de Israel pôde desenvolver e aprofundar as riquezas contidas na revelação do nome divino. Deus é único e, fora d'Ele, não há deuses (12). Ele transcende o mundo e a história. Foi Ele que fez o Céu e a terra e “eles hão de passar, mas Vós permaneceis. Tal como uma veste eles vão se gastando [...] Vós, porém, sois sempre o mesmo e os vossos anos não têm fim” (SI 102, 27-28). N'Ele “não há variação nem sombra de mudança” (Tg 1, 17). Ele é “Aquele que é”, desde sempre e para sempre e assim, permanece sempre fiel a Si mesmo e às suas promessas.

§0213.

A revelação do nome inefável “Eu sou Aquele que sou” contém, portanto, a verdade que só Deus “É”. Foi neste sentido que já a tradução dos Setenta e, na sua sequência, a Tradição da Igreja, compreenderam o nome divino: Deus é a plenitude do Ser e de toda a perfeição, sem princípio nem fim. Enquanto todas as criaturas d'Ele receberam todo o ser e o ter, só Ele é o seu próprio Ser e Ele é, por Ele mesmo, tudo o que Ele é.

III. Deus, “Aquele que é”, é verdade e amor

§0214.

Deus, “Aquele que É”, Se revelou a Israel como Aquele que é “cheio de misericórdia e

fidelidade" (Ex 34, 6). Estas duas palavras exprimem, de modo sintético, as riquezas do nome divino. Em todas as suas obras, Deus mostra a sua benevolência, a sua bondade, a sua graça, o seu amor, mas também a sua credibilidade, a sua constância, a sua fidelidade, a sua verdade. "Hei de louvar o vosso nome pela vossa bondade e fidelidade" (Sl 138, 2) (13). Ele é a verdade, porque "Deus é luz e n'Ele não há trevas nenhumas" (1 Jo 1, 5) ele é "Amor", como ensina o apóstolo João (1 Jo 4, 8).

DEUS É A VERDADE

§0215.

"A verdade é princípio da vossa palavra, é eterna toda a sentença da vossa justiça" (Sl 118, 160). "Decerto, Senhor Deus, Vós é que sois Deus e dizeis palavras de verdade" (2 Sm 7,28) e é por isto que as promessas de Deus se cumprem sempre (14). Deus é a própria verdade e as suas palavras não podem enganar. É por isto que podemos nos entregar, com toda a confiança e em todas as coisas, à verdade e à fidelidade da sua palavra. O princípio do pecado e da queda do ser humano foi uma mentira do Tentador, que o levou a duvidar da palavra de Deus, da sua benevolência e da sua fidelidade.

§0216.

A verdade de Deus é a sua sabedoria, que comanda toda a ordem da criação e governo do mundo (15). Só Deus que, sozinho, criou o Céu e a terra (16), pode dar o conhecimento verdadeiro de todas as coisas criadas na sua relação com Ele (17).

§0217.

Deus é igualmente verdadeiro quando Se revela, pois todo ensinamento que vem de Deus é "doutrina de verdade" (Ml 2, 6). Quando Ele enviar o seu Filho ao mundo, será "para dar testemunho da verdade" (Jo 18, 37). "Sabemos [...] que veio o Filho de Deus e nos deu entendimento para conhecermos o Verdadeiro" (1 Jo 5, 20) (18).

DEUS É AMOR

§0218.

No decorrer da sua história, Israel pôde descobrir que Deus só tinha uma razão para lhe ter Se revelado e o ter escolhido, de entre todos os povos, para ser o seu povo: o seu amor gratuito (19). E Israel compreendeu, graças aos seus Profetas, que foi também por amor que Deus não deixou de salvá-lo (20) e de lhe perdoar a sua infidelidade e os seus pecados (21).

§0219.

O amor de Deus para com Israel é comparado ao amor de um pai para com o seu filho(22). Este amor é mais forte que o de uma

mãe para com os seus filhos (23). Deus ama o seu povo mais que um esposo a sua bem-amada (24). Este amor vencerá mesmo as piores infidelidades (25) e chegará ao mais precioso de todos os dons. “Deus amou de tal maneira o mundo, que lhe entregou o seu Filho Único” (Jo 3, 16).

§0220.

O amor de Deus é “eterno” (Is 54, 8): “Ainda que as montanhas se desloquem e vacilem as colinas, o meu amor não te abandonará” (Is 54, 10). “Amei-te com amor eterno e, por isto, guardei o meu favor para contigo” (Jr 31, 3).

§0221.

São João irá ainda mais longe, ao afirmar que “Deus é Amor” (1 Jo 4, 8, 16). A própria essência de Deus é Amor. Ao enviar, na plenitude dos tempos, o seu Filho único e o Espírito de Amor, Deus revela o seu segredo mais íntimo: Ele próprio é eternamente permuta de amor: Pai, Filho e Espírito Santo e nos destinou a tomar parte nessa comunhão.

IV. Consequências da fé no Deus Único

§0222.

Crer em Deus, o Único e amá-Lo com todo o nosso ser, tem consequências imensas para toda a nossa vida.

§0223.

É conhecer a grandeza e a majestade de Deus. “Deus é grande demais para que possamos conhecê-lo” (Jó 36, 26). É por isto que Deus deve ser “o primeiro a ser servido” (27).

§0224.

É viver em ação de graças. Se Deus é o Único, tudo o que nós somos e tudo quanto possuímos vem d'Ele. “Que possuis que não tenhas recebido?” (1 Cor 4, 7). “Como agradecerei ao Senhor tudo quanto Ele me deu?” (Sl 116, 12).

§0225.

É conhecer a unidade e a verdadeira dignidade de todos os seres humanos, pois todos

eles foram feitos “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1, 26).

§0226.

É fazer bom uso das coisas criadas. A fé no Deus único nos leva a usar de tudo quanto não for Ele, na medida em que nos aproximar d'Ele e a nos desprender de tudo, na medida em que d'Ele nos afastar (28).

“Meu Senhor e meu Deus, tira-me tudo o que me afasta de Ti.
Meu Senhor e meu Deus, dá-me tudo o que me aproxima de Ti.
Meu Senhor e meu Deus, desapega-me de mim mesmo, para que eu me dê todo a Ti” (29).

§0227.

É ter confiança em Deus em todas as circunstâncias, mesmo na adversidade. Uma

oração de Santa Teresa de Jesus exprime admiravelmente tal atitude:

"Nada te perturbe.
Nada te espante
Tudo passa.
Deus não muda
A paciência tudo alcança.
Quem a Deus tem nada lhe falta.
Só Deus basta" (30).

Resumindo:

§0228.

"Escuta, Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor..." (Dt 6, 4; Mc 12, 29). "O ser supremo tem, necessariamente, de ser único, isto é, sem igual. [...] Se Deus não for único, não é Deus" (31).

§0229.

A fé em Deus nos leva a nos voltarmos só para Ele, como a nossa primeira origem e o nosso último fim e a nada Lhe preferir ou por nada O substituir.

§0230.

Deus, ao Se revelar, continua mistério inefável. “Se O compreendesses, não seria Deus”(32).

§0231.

O Deus da nossa fé Se revelou como Aquele que é. Deu-Se a conhecer como “cheio de misericórdia e fidelidade” (Ex 34, 6). O seu próprio Ser é verdade e amor.

PARÁGRAFO 2: O PAI

I. “Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”

§0232.

Os cristãos são batizados “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19). Antes disto, eles respondem: “Creio”, à tríplice pergunta com que são interpelados a confessar a sua fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo: “*Fides omnium christianorum in Trinitate consistit* - A fé de todos os cristãos se assenta na Trindade”) (33).

§0233.

Os cristãos são batizados “em nome” do Pai e do Filho e do Espírito Santo e não “nos

nomes" deles porque não há senão um só Deus: o Pai Onipotente, o Seu Filho Unigênito e o Espírito Santo; a Santíssima Trindade.

§0234.

O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. É o mistério de Deus em si mesmo. E, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé e a luz que os ilumina. É o ensinamento mais fundamental e essencial na "hierarquia das verdades da fé" (35). "Toda a história da salvação não é senão a história do caminho e dos meios pelos quais o Deus verdadeiro e único, Pai, Filho e Espírito Santo, Se revela, reconcilia consigo e Se une aos seres humanos que se afastam do pecado" (36).

§0235.

Neste parágrafo, se exporá brevemente de que maneira foi revelado o mistério da Santíssima Trindade (I), como é que a Igreja formulou a doutrina da fé sobre este mistério (II) e, por fim, como é que, pelas missões divinas do Filho e do Espírito Santo, Deus Pai realiza o seu "desígnio de benevolência" de criação, redenção e santificação (III).

§0236.

Os Padres da Igreja distinguem entre "Theologia" e "Oikonomia", designando, pelo primeiro termo, o mistério da vida íntima de Deus-Trindade e, pelo segundo, todas as obras de Deus pelas quais Ele Se revela e comunica a sua vida. É pela "Oikonomia" que

nos é revelada a “Theologia”, mas, inversamente, é a “Theologia” que esclarece toda a “Oikonomia”. As obras de Deus revelam quem Ele é em Si mesmo e, inversamente, o mistério do seu Ser íntimo ilumina o entendimento de todas as suas obras. Analogicamente, é o que se passa com as pessoas humanas. A pessoa se revela no que faz e, quanto mais conhecemos uma pessoa, tanto melhor compreendemos o seu agir.

§0237.

A Trindade é um mistério de fé em sentido estrito. Um dos “mistérios ocultos em Deus, que não podem ser conhecidos se não forem revelados lá do alto” (37). É verdade que Deus deixou traços do seu Ser trinitário na

obra da criação e na sua revelação ao longo do Antigo Testamento. Mas a intimidade do seu Ser como Trindade Santíssima constitui um mistério inacessível à razão sozinha e mesmo à fé de Israel, antes da Encarnação do Filho de Deus e da missão do Espírito Santo.

II. A revelação de Deus como Trindade

O PAI REVELADO PELO FILHO

§0238.

A invocação de Deus como “Pai” é conhecida em muitas religiões. A divindade é muitas vezes considerada como “pai dos deuses e dos seres humanos”. Em Israel, Deus é chamado Pai enquanto criador do mundo (38).

Mais ainda, Deus é Pai em razão da Aliança e do dom da Lei a Israel, seu "filho primogênito" (Ex 4, 22). Também é chamado Pai do rei de Israel (39). E é, muito especialmente, "o Pai dos pobres", do órfão e da viúva entregues à sua proteção amorosa (40).

§0239.

Ao designar Deus com o nome de "Pai", a linguagem da fé indica, principalmente, dois aspectos: que Deus é a origem primeira de tudo e a autoridade transcendente e, ao mesmo tempo, que é bondade e solicitude amorosa para com todos os seus filhos. Esta ternura paternal de Deus também pode ser expressa pela imagem da maternidade (41), que indica melhor a imanência de Deus, a

intimidade entre Deus e a sua criatura. A linguagem da fé vai, assim, se alimentar na experiência humana dos progenitores, que são, de certo modo, os primeiros representantes de Deus para o ser humano. Mas esta experiência diz também que os progenitores humanos são falíveis e podem desfigurar a face da paternidade e da maternidade. Convém então, lembrar que Deus transcende a distinção humana dos sexos. Não é homem nem mulher: é Deus. Transcende também a paternidade e a maternidade humanas (42), sem deixar de ser, de ambas, a origem e a medida (43); ninguém é pai como Deus.

§0240.

Jesus revelou que Deus é “Pai” num sentido inédito. Não o é somente enquanto Criador. É Pai eternamente em relação ao seu Filho único, o qual, eternamente, só é Filho em relação ao Pai. “Ninguém conhece o Filho senão o Pai, nem ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11, 27).

§0241.

É por isto que os Apóstolos confessam que Jesus é “o Verbo [que] estava [no princípio] junto de Deus” e que é Deus (Jo 1, 1), “a imagem do Deus invisível” (Cl 1, 15), “o resplendor da sua glória e a imagem da sua substância” (Heb 1, 3).

§0242.

Na esteira deles, seguindo a tradição apostólica, no primeiro concílio ecumênico de Niceia em 325, a Igreja confessou que o Filho é “consubstancial” ao Pai (44), quer dizer, um só Deus com Ele. O segundo concilio ecumênico, reunido em Constantinopla em 381, guardou esta expressão na sua formulação do Credo de Niceia e confessou “o Filho unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, luz da luz. Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai” (45).

O PAI E O FILHO REVELADOS PELO ESPÍRITO

§0243.

Antes da sua Páscoa, Jesus anuncia o envio de um “outro Paráclito” (Defensor), o Espírito Santo. Agindo desde a criação (46) e tendo, outrora, “falado pelos Profetas” (47), o Espírito Santo estará agora junto dos discípulos e neles (48), para os ensinar (49) e os guiar “para a verdade total” (Jo 16, 13). E, assim, o Espírito Santo é revelado como uma outra pessoa divina em relação a Jesus e ao Pai.

§0244.

A origem eterna do Espírito se revela na sua missão temporal. O Espírito Santo é en-

viado aos Apóstolos e à Igreja, tanto pelo Pai em nome do Filho, como pessoalmente pelo Filho, depois do seu regresso ao Pai (50). O envio da pessoa do Espírito, após a glorificação de Jesus (51), revela em plenitude o mistério da Santíssima Trindade.

§0245.

A fé apostólica relativamente ao Espírito foi confessada pelo segundo concilio ecumênico, reunido em Constantinopla em 381: "Nós acreditamos no Espírito Santo, Senhor que dá a vida e procede do Pai" (52). A Igreja reconhece assim o Pai como "a fonte e a origem de toda a Divindade" (53). Mas a origem eterna do Espírito Santo não está desligada da do Filho: "O Espírito Santo, que é a tercei-

ra pessoa da Trindade, é Deus, uno e igual ao Pai e ao Filho, da mesma substância e também da mesma natureza... Contudo, não dizemos que Ele é somente o Espírito do Pai, mas, ao mesmo tempo, o Espírito do Pai e do Filho" (54). O Credo do Concílio de Constantinopla da Igreja confessa que Ele, "com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado" (55).

§0246.

A tradição latina do Credo confessa que o Espírito "procede do Pai e do Filho (Filioque)". O Concílio de Florença em 1438 explicita: "O Espírito Santo [...] recebe a sua essência e o seu ser ao mesmo tempo do Pai e do Filho e procede eternamente de um e do outro como de um só Princípio e por uma só

expiração [...] E, porque tudo o que é do Pai, o próprio Pai o deu ao seu Filho Unigênito, gerando-O, com exceção do seu ser Pai, esta mesma procedência do Espírito Santo, a partir do Filho, ele a tem eternamente do seu Pai, que eternamente O gerou" (56).

§0247.

A afirmação do Filioque não figurava no Símbolo de Constantinopla de 381. Mas, com base numa antiga tradição latina e alexandrina, o Papa São Leão já a tinha confessado dogmaticamente em 447 (57), mesmo antes de Roma ter conhecido e recebido o Símbolo de 381 no Concílio de Calcedônia em 451). O uso desta fórmula no Credo foi sendo, pouco a pouco, admitido na Liturgia latina (entre os

séculos VIII e XI). A introdução do Filioque no Símbolo Niceno-Constantinopolitano pela Liturgia latina constitui, ainda hoje, no entanto, uma diferença com as igrejas ortodoxas.

§0248.

A tradição oriental exprime, antes de mais, o caráter de origem primeira do Pai em relação ao Espírito. Ao confessar o Espírito como "saído do Pai" (Jo 15, 26), afirma que Ele procede do Pai pelo Filho (58). A tradição ocidental exprime, sobretudo, a comunhão consubstancial entre o Pai e o Filho, ao dizer que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (Filioque). E di-lo "de maneira legítima e razoável" (59), "porque a ordem eterna das

pessoas divinas, na sua comunhão consubstancial, implica que o Pai seja a origem primeira do Espírito, enquanto "princípio sem princípio" (60), mas também que, enquanto Pai do Filho Único, seja com Ele "o princípio único de que procede o Espírito Santo" (61). Esta legítima complementaridade, se não for exagerada, não afeta a identidade da fé na realidade do mesmo mistério confessado.

III. A Santíssima Trindade na doutrina da fé

A FORMAÇÃO DO DOGMA TRINITÁRIO

§0249.

A verdade revelada da Santíssima Trindade esteve, desde a origem, na raiz da fé viva

da Igreja, principalmente por meio do Batismo. Encontra a sua expressão na regra da fé batismal, formulada na pregação, na catequese e na oração da Igreja. Tais formulações se encontram já nos escritos apostólicos, como o comprova esta saudação retomada na Liturgia eucarística: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós” (2 Cor 13, 13) (62).

§0250.

No decurso dos primeiros séculos, a Igreja se preocupou com formular mais explicitamente a sua fé trinitária, tanto para aprofundar a sua própria compreensão da fé, como para defendê-la contra os erros que a defor-

mavam. Foi este o trabalho dos primeiros concílios, ajudados pelo trabalho teológico dos Padres da Igreja e sustentados pelo sentido da fé do povo cristão.

§0251.

Para a formulação do dogma da Trindade, a Igreja teve de elaborar uma terminologia própria, com a ajuda de noções de origem filosófica: “substância”, “pessoa” ou “hipóstase”, “relação” etc. Ao fazer isto, a Igreja não sujeitou a fé a uma sabedoria humana, mas deu um sentido novo, inédito, a estes termos, chamados a exprimir também, desde então, um mistério inefável, “transcendendo infinitamente tudo quanto podemos conceber a nível humano” (63).

§0252.

A Igreja utiliza o termo “substância” (às vezes também traduzido por “essência” ou “natureza”) para designar o ser divino na sua unidade; o termo “pessoa” ou “hipóstase” para designar o Pai, o Filho e o Espírito Santo na distinção real entre Eles e o termo “relação” para designar o fato de que a sua distinção reside na referência recíproca de uns aos outros.

O DOGMA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

§0253.

A Trindade é una. Nós não confessamos três deuses, mas um só Deus em três pessoas: “a Trindade consubstancial” (64). As pessoas

divinas não dividem entre Elas a divindade única. Cada uma delas é Deus por inteiro. “O Pai é aquilo mesmo que o Filho, o Filho aquilo mesmo que o Pai, o Pai e o Filho aquilo mesmo que o Espírito Santo ou seja, um único Deus por natureza” (65). “Cada uma das três pessoas é esta realidade, quer dizer, a substância, a essência ou a natureza divina” (66).

§0254.

As pessoas divinas são realmente distintas entre Elas. “Deus é um só, mas não solitário” (67). “Pai”, “Filho”, “Espírito Santo” não são meros nomes que designam modalidades do ser divino, porque são realmente distintos entre Eles. “Aquele que é o Filho não é o Pai e

Aquele que é o Pai não é o Filho, nem o Espírito Santo é Aquele que é o Pai ou o Filho" (68). São distintos entre Eles pelas suas relações de origem: "O Pai gera, o Filho é gerado, o Espírito Santo procede"(69). A unidade divina é trina.

§0255.

As pessoas divinas são relativas umas às outras. Uma vez que não divide a unidade divina, a distinção real das pessoas entre Elas reside unicamente nas relações que as referenciam umas às outras: "Nos nomes relativos das pessoas, o Pai é referido ao Filho, o Filho ao Pai, o Espírito Santo a ambos. Quando falamos destas três pessoas, considerando as relações respectivas, cremos, to-

davia, numa só natureza ou substância" (70). Com efeito, "n'Eles, tudo é um, onde não há a oposição da relação" (71). "Por causa desta unidade, o Pai está todo no Filho e todo no Espírito Santo; o Filho está todo no Pai e todo no Espírito Santo; o Espírito Santo está todo no Pai e todo no Filho" (72).

§0256.

São Gregório de Nazianzo, também chamado "o Teólogo", confia, aos catecúmenos de Constantinopla, o seguinte resumo da fé trinitária:

"Antes de tudo, guardai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me dá coragem para suportar todos os males e desprezar todos os

prazeres. Refiro-me à profissão de fé no Pai e no Filho e no Espírito Santo. Eu vo-la confio hoje. É por ela que, daqui a instantes, eu vou mergulhar-vos na água e dela fazer-vos sair. Eu vo-la dou por companheira e protetora de toda a vossa vida. Dou-vos uma só Divindade e Potência, uma nos Três e abrangendo os Três de maneira distinta. Divindade sem diferença de substância ou natureza, sem grau superior que eleve nem grau inferior que abaixe [...] É de três infinitos a infinita conaturalidade. Deus integralmente, cada um, considerado em Si mesmo [...]. Deus, os Três considerados juntamente [...]. Assim que comecei a pensar na Unidade, logo me encontrei envolvido no esplendor da Trindade.

Mal começo a pensar na Trindade e logo à Unidade sou reconduzido" (73).

IV. As obras divinas e as missões trinitárias

§0257.

"*Ó lux beata Trinitas et principalis Unitas!* - Ó Trindade. Luz ditosa, ó primordial Unidade!" (74). Deus é eterna bem-aventurança, vida imortal, luz sem ocaso. Deus é amor: Pai, Filho e Espírito Santo. Livremente. Deus quer comunicar a glória da sua vida bem-aventurada. Tal é o "mistério da sua vontade" (Ef 1, 9) que Ele concebeu antes da criação do mundo em seu Filho muito-amado, uma vez que nos "destinou de antemão a que nos tornássemos seus filhos

adotivos por Jesus Cristo" (Ef 1, 5), quer dizer, a sermos "conformes à imagem do seu Filho" (Rm 8, 29), graças ao "Espírito que faz de vós filhos adotivos" (Rm8, 15). Este desígnio é uma "graça que nos foi dada [...] desde toda a eternidade"(2 Tm 1, 9), a qual procede imediatamente do amor trinitário. E este amor se manifesta na obra da criação em toda a história da salvação depois da queda e nas missões do Filho e do Espírito, continuadas pela missão da Igreja (75).

§0258.

Toda a economia divina é obra comum das três pessoas divinas. Assim como não tem senão uma e a mesma natureza, a Trindade não tem senão uma e a mesma operação (76).

“O Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três princípios das criaturas, mas um só princípio” (77). No entanto, cada pessoa divina realiza a obra comum segundo a sua propriedade pessoal. É assim que a Igreja confessa, na sequência do Novo Testamento (78), “um só Deus e Pai, de Quem são todas as coisas; um só Senhor Jesus Cristo, para Quem são todas as coisas e um só Espírito Santo em Quem são todas as coisas” (79). São sobretudo as missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo que manifestam as propriedades das pessoas divinas.

§0259.

Obra ao mesmo tempo comum e pessoal, toda a economia divina faz conhecer não só a

propriedade das pessoas divinas, mas também a sua única natureza. Por isto, toda a vida cristã é comunhão com cada uma das pessoas divinas, sem, de modo algum, as separar. Todo aquele que dá glória ao Pai, fá-lo pelo Filho no Espírito Santo e todo aquele que segue Cristo, fá-lo porque o Pai o atrai (80) e o Espírito o move (81).

§0260.

O fim último de toda a economia divina é o acesso das criaturas à unidade perfeita da bem-aventurada Trindade (82). Mas já desde agora nós somos chamados a ser habitados pela Santíssima Trindade. “Quem me tem amor, diz o Senhor, porá em prática as minhas palavras. Meu Pai amá-lo-á; Nós vire-

mos a ele e faremos nele a nossa morada" (Jo 14, 23):

"Ó meu Deus, Trindade que eu adoro, ajudai-me a esquecer-me inteiramente de mim, para me estabelecer em Vós, imóvel e pacífica como se já a minha alma estivesse na eternidade. Que nada possa perturbar a minha paz, nem fazer-me sair de Vós, ó meu Imutável, mas que cada minuto me leve mais longe na profundeza do vosso mistério! Pacificai a minha alma, fazei dela o vosso Céu, vossa morada querida e o lugar do vosso repouso. Que nunca, ai, eu Vos deixe só, mas que esteja lá inteiramente, toda desperta na minha fé, toda em adoração, toda entregue à vossa ação criadora" (83).

Resumindo:

§0261.

O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. Só Deus pode nos dar o seu conhecimento, Se revelando como Pai, Filho e Espírito Santo.

§0262.

A Encarnação do Filho de Deus revela que Deus é o Pai eterno e que o Filho é consubstancial ao Pai. Isto quer dizer que n'Ele e com Ele é o mesmo e único Deus.

§0263.

A missão do Espírito Santo enviado pelo Pai em nome do Filho (84) e pelo Filho “de junto do Pai” (Jo 15, 26), revela que Ele é,

com Eles, o mesmo e único Deus. “Com o Pai e o Filho é adorado e glorificado” (85).

§0264.

“O Espírito Santo procede do Pai enquanto fonte primeira e, pelo dom eterno do Pai ao Filho, procede do Pai e do Filho em comunhão” (86).

§0265.

Pela graça do Batismo “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”, (Mt 28, 19), somos chamados a participar da vida da Trindade bem-aventurada; para já, na obscuridade da fé e, depois da morte, na luz eterna (87).

§0266.

"*Fides autem catholica hæc est, ut unum Deum in Trinitate et Trinitatem in unitate veneremur, neque confundentes personas, neque substantiam sepa-raptes; alia enim est persona Patris, alia Filii, alia Spiritus Sancti: sed Patris et Filii et Spiritus Sancti una est divinitas, æqualis gloria, coæterna majestas* (88) - A fé católica é esta: veneramos um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade, sem confundir as Pessoas nem dividir a substância, porque uma é a Pessoa do Pai, outra é a do Filho, outra é a do Espírito Santo. Mas do Pai e do Filho e do Espírito Santo é só uma a divindade, igual a glória e coeterna a majestade".

§0267.

Inseparáveis no que são, as pessoas divinas são também inseparáveis no que fazem. Mas, na operação divina única, cada uma manifesta o que Lhe é próprio na Trindade. Sobretudo nas missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo.

PARÁGRAFO 3: O TODO-PODEROSO

§0268.

De todos os atributos divinos, só a omnipotência é nomeada no Símbolo. Confessá-la é de grande alcance para a nossa vida. Nós acreditamos que ela é universal, porque Deus, que tudo criou (89), tudo governa e tudo pode; amorosa, porque Deus é nosso Pai

(90); misteriosa, porque só a fé pode descobrí-la, quando "ela atua plenamente na fraqueza" (2 Cor 12, 9) (91).

"FAZ TUDO QUANTO LHE APRAZ" (SL 115, 3)

§0269.

As Sagradas Escrituras confessam, a cada passo, o poder universal de Deus. Ele é chamado "o Poderoso de Jacó" (Gn 49, 24; Is 1, 24 etc.) "o Senhor dos Exércitos", "o Forte, o Poderoso" (Sl 24, 8-10). Se Deus é onipotente "no Céu e na terra" (Sl 135, 6), é porque foi Ele quem os fez. Portanto, nada Lhe é impossível (92) e Ele dispõe à vontade da sua obra (93). Ele é o Senhor do Universo, cuja ordem foi por Ele estabelecida e Lhe permanece in-

teiramente submissa e disponível. Ele é o Senhor da história e governa os corações e os acontecimentos segundo a sua vontade (94). “O vosso poder imenso sempre vos assiste e quem poderá resistir à força do Vosso braço?” (Sb 11, 21).

“PORQUE PODEIS TUDO, DE TODOS VOS COMPADECEIS” (SB 11, 23)

§0270.

Deus é o Pai todo-poderoso. A sua paternidade e o seu poder se esclarecem mutuamente. Com efeito, ele mostra a sua omnipotência paterna pelo modo como cuida das nossas necessidades (95), pela adoção filial que nos concede (“serei para vós um Pai e vós sereis para Mim filhos e filhas, diz o Se-

nhor todo poderoso”: 2 Cor 6, 18) e, enfim, pela sua infinita misericórdia, pois mostra o seu poder no mais alto grau, perdoando livremente os pecados.

§0271.

A omnipotência divina não é, de modo algum, arbitrária. “Em Deus, o poder e a essência, a vontade e a inteligência, a sabedoria e a justiça, são uma só e a mesma coisa, de modo que nada pode estar no poder divino que não possa estar na justa vontade de Deus ou na sua sábia inteligência” (96).

O MISTÉRIO DA APARENTE IMPOTÊNCIA DE DEUS

§0272.

A fé em Deus Pai todo-poderoso pode ser posta à prova pela experiência do mal e do sofrimento. Por vezes, Deus pode parecer ausente e incapaz de impedir o mal. Ora, Deus Pai revelou a sua omnipotência do modo mais misterioso, na humilhação voluntária e na ressurreição de seu Filho, pelas quais venceu o mal. Por isto, Cristo crucificado é "força de Deus e sabedoria de Deus, pois o que é loucura de Deus é mais sábio do que os seres humanos e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os seres humanos" (1 Cor 1, 25). Foi na ressurreição e na exaltação de

Cristo que o Pai “exerceu a eficácia da [sua] poderosa força” e mostrou a “incomensurável grandeza que representa o seu poder para nós, os crentes” (Ef 1, 19-22).

§0273.

Só a fé pode aderir aos caminhos misteriosos da omnipotência de Deus. Esta fé se gloria nas suas fraquezas, para atrair a si o poder de Cristo (97). Desta fé, é modelo supremo a Virgem Maria, pois acreditou que “a Deus nada é impossível” (Lc 1, 37) e pôde proclamar a grandeza do Senhor: “O Todo-Poderoso fez em mim maravilhas. "Santo" é o seu nome” (Lc 1, 49).

§0274.

"Portanto, nada é mais próprio para firmar a nossa fé e a nossa esperança do que a convicção, profundamente arraigada nas nossas almas, de que nada é impossível a Deus. Tudo o que [o Credo] seguidamente nos propõe para crer, as coisas maiores, as mais incompreensíveis, bem como as mais sublimes e mais acima das leis ordinárias da natureza, basta que a nossa razão tenha a ideia da omnipotência divina para admiti-las facilmente e sem hesitação alguma" (98).

Resumindo:

§0275.

Confessamos como o justo Jó: “Eu sei que podeis tudo e que, para Vós, nenhum projeto é impossível” (Jó 42, 2).

§0276.

Fiel ao testemunho da Escritura, a Igreja dirige muitas vezes a sua oração ao “Deus todo-poderoso e eterno” (*omnipotens sempiterne Deus*), crendo firmemente que “a Deus nada é impossível” (Lc 1,37) (99).

§0277.

Deus manifesta a sua omnipotência nos convertendo dos nossos pecados e nos restabelecendo na sua amizade pela graça (“*Deus*

qui omnipotentiam tuam parcendo maxime et miserando manifestas" - "Senhor; que dais a maior prova do vosso poder quando perdoais e Vos compadeceis") (100).

§0278.

Se não crermos que o amor de Deus é onipotente, como poderemos crer que o Pai pôde nos criar, o Filho nos remir e o Espírito Santo nos santificar?

PARÁGRAFO 4: O CRIADOR

§0279.

"No princípio, Deus criou o Céu e a terra" (Gn 1, 1). É com estas palavras solenes que começa a Sagrada Escritura. E o Símbolo da fé as retoma, confessando a Deus, Pai todo-

poderoso, como “Criador do Céu e da terra” (101), “de todas as coisas, visíveis e invisíveis” (102). Vamos, portanto, falar primeiro do Criador, depois da sua criação e, finalmente, da queda do pecado, de que Jesus, Filho de Deus, nos veio Libertar.

§0280.

A criação é o fundamento de “todos os desígnios salvíficos de Deus”, “o princípio da história da salvação” (103), que culmina em Cristo. Por seu lado, o mistério de Cristo derrama sobre o mistério da criação a luz decisiva e revela o fim em vista do qual “no princípio Deus criou o Céu e a terra” (Gn 1, 1). Desde o princípio, Deus tinha em vista a glória da nova criação em Cristo (104).

§0281.

É por isto que as leituras da Vigília Pascal, celebração da nova criação em Cristo, começam pela narrativa da criação. Do mesmo modo, na Liturgia bizantina, a narrativa da criação constitui sempre a primeira leitura das vigílias das grandes festas do Senhor. Segundo o testemunho dos antigos, a instrução dos catecúmenos para o Batismo segue o mesmo caminho (105).

I. A catequese sobre a criação

§0282.

A catequese sobre a criação se reveste de uma importância capital. Diz respeito aos próprios fundamentos da vida humana e cris-

tã, porque torna explícita a resposta da fé cristã à questão elementar que os seres humanos de todos os tempos têm vindo a se pôr: “De onde vimos?” “Para onde vamos?” “Qual a nossa origem?” “Qual o nosso fim?” “Donde vem e para onde vai tudo quanto existe?” As duas questões, a da origem e a do fim, são inseparáveis. E são decisivas para o sentido e para a orientação da nossa vida e do nosso proceder.

§0283.

A questão das origens do mundo e do ser humano tem sido objeto de numerosas investigações científicas, que enriqueceram magnificamente os nossos conhecimentos sobre a idade e a dimensão do cosmos, a evolução

dos seres vivos, o aparecimento do ser humano. Tais descobertas nos convidam, cada vez mais, a admirar a grandeza do Criador e a Lhe dar graças por todas as suas obras e pela inteligência e saber que dá aos sábios e pesquisadores. Estes podem dizer como Salomão: "Foi Ele quem me deu a verdadeira ciência de todas as coisas, a fim de conhecer a constituição do Universo e a força dos elementos [...], porque a Sabedoria, que tudo criou, mo ensinou" (Sb 7, 17-21).

§0284.

O grande interesse atribuído a estas pesquisas é fortemente estimulado por uma questão de outra ordem, que ultrapassa o domínio próprio das ciências naturais. Por-

que não se trata apenas de saber quando e como surgiu materialmente o cosmos, nem quando é que apareceu o ser humano, mas, sobretudo, de descobrir qual o sentido de tal origem. Se foi determinada pelo acaso, por um destino cego ou uma fatalidade anônima ou, antes, por um Ser transcendente, inteligente e bom, chamado Deus. E se o mundo provém da sabedoria e da bondade de Deus, qual a razão do mal? De onde ele vem? Quem é responsável por ele? E será que existe uma libertação do mesmo?

§0285.

É desde os princípios que a fé cristã teve de se defrontar com respostas, diferentes da sua, sobre a questão das origens. De fato, nas

religiões e nas culturas antigas se encontram muitos mitos relativos às origens. Certos filósofos disseram que tudo é Deus, que o mundo é Deus ou que a evolução do mundo é a evolução de Deus (panteísmo). Outros disseram que o mundo é uma emanação necessária de Deus, brotando de Deus como de uma fonte e a Ele voltando. Outros ainda, afirmaram a existência de dois princípios eternos, o bem e o mal, a luz e as trevas em luta permanente (dualismo, maniqueísmo). Segundo algumas destas concepções, o mundo (pelo menos o mundo material) seria mau, produto de uma decadência e, portanto, objeto de repúdio ou de superação (gnose). Outras admitem que o mundo tenha sido feito por Deus,

mas à maneira de um relojoeiro que, depois de tê-lo feito, o abandonou a si mesmo (deísmo). Outras, finalmente, rejeitam qualquer origem transcendente do mundo e veem nele o puro jogo de uma matéria que teria existido sempre (materialismo). Todas estas tentativas dão testemunho da permanência e universalidade do problema das origens. É uma busca própria do ser humano.

§0286.

Não há dúvida de que a inteligência humana é capaz de encontrar uma resposta para a questão das origens. Com efeito, a existência de Deus Criador pode ser conhecida com certeza pelas suas obras, graças à luz da razão humana (106), mesmo que tal conhe-

cimento muitas vezes seja obscurecido e desfigurado pelo erro. E é por isto que a fé vem confirmar e esclarecer a razão na compreensão exata desta verdade: “Pela fé, sabemos que o mundo foi organizado pela palavra de Deus, de modo que o que se vê provém de coisas invisíveis” (Heb 11, 3).

§0287.

A verdade da criação é tão importante para toda a vida humana que Deus, na sua bondade, quis revelar ao seu povo tudo quanto é salutar se conhecer a este propósito. Para além do conhecimento natural que todo o ser humano pode ter do Criador (107), Deus revelou progressivamente a Israel o mistério da criação. Deus, que escolheu os Patriarcas,

que fez sair Israel do Egito e que, escolhendo Israel, o criou e formou (108), Se revela como Aquele a quem pertencem todos os povos da terra e toda a terra, como sendo o único que "fez o Céu e a terra" (Sl 115, 15; 124, 8; 134, 3).

§0288.

Assim, a revelação da criação é inseparável da revelação e da realização da Aliança de Deus; o Deus Único, com o seu povo. A criação é revelada como o primeiro passo para esta Aliança, como o primeiro e universal testemunho do amor onipotente de Deus (109). Por isto, a verdade da criação é expressa com vigor crescente na mensagem dos Profetas (110), na oração dos Salmos (111) e

da Liturgia, na reflexão da sabedoria (112) do Povo eleito.

§0289.

Entre tudo quanto a Sagrada Escritura nos diz sobre a criação, os três primeiros capítulos do Gênesis ocupam um lugar único. Do ponto de vista literário, estes textos podem ter diversas fontes. Os autores inspirados nos puseram no princípio da Escritura, de maneira a exprimirem, na sua linguagem solene, as verdades da criação, da sua origem e do seu fim em Deus, da sua ordem e da sua bondade, da vocação do ser humano e, enfim, do drama do pecado e da esperança da salvação. Lidas à luz de Cristo, na unidade da Sagrada Escritura e na Tradição viva da Igreja

estas palavras continuam a ser a fonte principal para a catequese dos mistérios do "princípio": criação, queda, promessa da salvação.

II. A criação - obra da Santíssima Trindade

§0290.

"No princípio, Deus criou o Céu e a terra". Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: Deus eterno deu um princípio a tudo quanto existe fora d'Ele. Só Ele é criador (o verbo "criar" - em hebraico "bara" - tem sempre Deus por sujeito). E tudo quanto existe (expresso pela fórmula "o Céu e a terra") depende d'Aquele que lhe deu o ser.

§0291.

"No princípio era o Verbo [...] e o Verbo era Deus [...] Tudo se fez por meio d'Ele e, sem Ele, nada se fez" (Jo 1, 1-3). O Novo Testamento revela que Deus tudo criou por meio do Verbo eterno, seu Filho muito-amado. Foi n'Ele "que foram criados todos os seres que há nos Céus e na terra [...]. Tudo foi criado por seu intermédio e para Ele. Ele é anterior a todas as coisas e todas se mantêm por Ele" (Cl 1, 16-17). A fé da Igreja afirma igualmente a ação criadora do Espírito Santo. Ele é Aquele "que dá a vida" (113), "o Espírito Criador" (*Veni, Creator Spiritus*), a "Fonte de todo o bem" (114).

§0292.

Insinuada no Antigo Testamento (115), revelada na Nova Aliança, a ação criadora do Filho e do Espírito Santo, inseparavelmente unida à do Pai, é claramente afirmada pela regra de fé da Igreja: “Existe um só Deus. Ele é o Pai, é Deus, é o Criador, o Autor, o Ordenador. Fez todas as coisas por Si mesmo, quer dizer, pelo Seu Verbo e pela sua Sabedoria” (116) “pelo Filho e pelo Espírito” que são como “as suas mãos” (117). A criação é obra comum da Santíssima Trindade.

III. “O mundo foi criado para glória de Deus”

§0293.

É uma verdade fundamental, que a Escritura e a Tradição não cessam de ensinar e de celebrar: “O mundo foi criado para glória de Deus” (118). Deus criou todas as coisas, explica São Boaventura, “*non propter gloriam augendam, sed propter gloriam manifestandam et propter gloriam suam communicandam* - Não para aumentar a Sua glória, mas para manifestá-la e para comunicá-la” (119). Para criar, Deus não tem outra razão senão o seu amor e a sua bondade. “*Aperta manu clave amoris creaturæ prodierunt* - As criaturas saíram da mão (de Deus) aberta

pela chave do amor" (120). E o I Concílio do Vaticano explica:

"Na sua bondade e pela sua força onipotente, não para aumentar a sua felicidade nem para adquirir a sua perfeição, mas para manifestá-la pelos bens que concede às suas criaturas, Deus, no seu libérrimo desígnio, criou do nada, simultaneamente e desde o princípio do tempo, uma e outra criatura: a espiritual e a corporal" (121).

§0294.

A glória de Deus está em que se realize esta manifestação e esta comunicação da sua bondade em ordem às quais o mundo foi criado. Fazer de nós "filhos adotivos por Jesus Cristo. Assim aprouve à sua vontade, para

que fosse enaltecida a glória da sua graça" (Ef 1, 5-6). "Porque a glória de Deus é o ser humano vivo e a vida do ser humano é a visão de Deus. Se a revelação de Deus pela criação já proporcionou a vida a todos os seres que vivem na terra, quanto mais a manifestação do Pai pelo Verbo proporciona a vida aos que veem a Deus!" (122). O fim último da criação é que Deus Pai, "criador de todos os seres, venha finalmente a ser "tudo em todos" (1 Cor 15, 28), provendo, ao mesmo tempo, à sua glória e à nossa felicidade" (123).

IV. O mistério da criação

DEUS CRIA COM SABEDORIA E POR AMOR

§0295.

Acreditamos que Deus criou o mundo segundo a sua sabedoria (124). O mundo não é fruto de uma necessidade qualquer, de um destino cego ou do acaso. Acreditamos que ele procede da vontade livre de Deus, que quis fazer as criaturas participantes do seu Ser, da sua sabedoria e da sua bondade, "porque Vós criastes todas as coisas e, pela vossa vontade elas receberam a existência e foram criadas" (Ap 4, 11). "Como são grandes, Senhor, as vossas obras! Tudo fizestes com sabedoria" (Sl 104, 24). "O Senhor é

bom para com todos e a sua misericórdia se estende a todas as criaturas" (Sl 145, 9).

DEUS CRIA "DO NADA"

§0296.

Acreditamos que Deus não precisa de nada preexistente, nem de qualquer ajuda, para criar (124). A criação tampouco é uma emanação necessária da substância divina (126). Deus cria livremente "do nada" (127).

"Que haveria de extraordinário, se Deus tivesse tirado o mundo de uma matéria preexistente? Um artista humano, quando se lhe dá um material, faz dele o que quer. O poder de Deus, porém, se mostra precisamente

quando parte do nada para fazer tudo o que quer” (128).

§0297.

A fé na criação a partir “do nada” é testemunhada na Escritura como uma verdade cheia de promessa e de esperança. É assim que a mãe dos sete filhos os anima ao martírio:

“Não sei como aparecestes no meu ventre. Não fui eu que vos dei a respiração e a vida, nem fui eu que dispus os membros que compõem cada um de vós. Por isto, o Criador do mundo, que formou o ser humano à nascença e concebeu todas as coisas na sua origem, vos dará novamente, na sua misericórdia, a respiração e a vida, uma vez que vos desprezais

agora a vós próprios, por amor às suas leis [...] Peço-te, meu filho, que olhes para o Céu e para a terra. Vê todas as coisas que neles se encontram, para saberes que Deus não as fez do que já existia e que o mesmo sucede com o gênero humano" (2 Mac 7, 22-23.28).

§0298.

Uma vez que Deus pode criar "do nada", também pode, pelo Espírito Santo, dar a vida da alma aos pecadores, criando neles um coração puro e a vida do corpo aos defuntos, pela ressurreição. Ele que "dá a vida aos mortos e chama o que não existe como se já existisse" (Rm 4, 17). E como, pela sua palavra, pôde fazer com que das trevas brilhasse a luz

(130), pode também dar a luz da fé aos que a ignoram (131).

DEUS CRIA UM MUNDO ORDENADO E BOM

§0299.

Uma vez que Deus cria com sabedoria, a criação possui ordem. “Dispusestes tudo com medida, número e peso” (Sb 11, 20). Criada no Verbo e pelo Verbo eterno, “que é a imagem do Deus invisível” (Cl 1, 15), a criação se destina e se orienta para o ser humano, imagem de Deus (132), chamado ele próprio a uma relação pessoal com Deus. A nossa inteligência, participante da luz do intelecto divino, pode entender o que Deus nos diz pela sua criação (133), sem dúvida com grande

esforço e num espírito de humildade e de respeito perante o Criador e a sua obra (134). Saída da bondade divina, a criação partilha dessa bondade (“E Deus viu que isto era bom [...] muito bom”: Gn 1, 4. 10. 12. 18. 21. 31). Porque a criação é querida por Deus como um dom orientado para o ser humano, como herança que lhe é destinada e confiada. A Igreja, em diversas ocasiões, se viu na necessidade de defender a bondade da criação, mesmo a do mundo material (135).

DEUS TRANSCENDE A CRIAÇÃO E ESTÁ PRESENTE NELA

§0300.

Deus é infinitamente maior do que todas as suas obras (136). “A vossa majestade está

acima dos Céus" (Sl 8, 2), "insondável é a sua grandeza" (Sl 145, 3). Mas, porque Ele é o Criador soberano e livre, causa primeira de tudo quanto existe, está presente no mais íntimo das suas criaturas: "É n'Ele que vivemos, nos movemos e existimos" (Act 17, 28). Segundo as palavras de Santo Agostinho, ele é "*superior summo meo et interior intimo meo* — Deus está acima do que em mim há de mais elevado e é mais interior do que aquilo que eu tenho de mais íntimo" (137).

DEUS SUSTENTA E CONDUZ A CRIAÇÃO

§0301.

Depois da criação, Deus não abandona a criatura a ela mesma. Não só lhe dá o ser e o

existir, mas, a cada instante, a mantém no ser, lhe dá o agir e a conduz ao seu termo. Reconhecer esta dependência total do Criador é fonte de sabedoria e de liberdade, de alegria e de confiança:

"Vós amais tudo quanto existe e não tendes aversão a coisa alguma que fizestes. Se tivésseis detestado alguma criatura, não a teríeis formado. Como poderia se manter qualquer coisa, se Vós não quisésseis? Como é que ela poderia durar, se não a tivésseis chamado à existência? Poupais tudo, porque tudo é vosso, ó Senhor, que amais a vida" (Sb 11, 24-26).

V. Deus realiza o seu desígnio: a divina Providência

§0302.

A criação tem a sua bondade e a sua perfeição próprias, mas não saiu totalmente acabada das mãos do Criador. Foi criada “em estado de caminho” (“in statu viæ”) para uma perfeição última ainda a atingir e a que Deus a destinou. Chamamos divina Providência às disposições pelas quais Deus conduz a sua criação em ordem a essa perfeição.

“Deus guarda e governa, pela sua Providência, tudo quanto criou, "atingindo com força de um extremo ao outro e dispondo tudo suavemente" (Sb 8, 1). Porque "tudo está nu e patente a seus olhos" (Heb 4, 13),

mesmo aquilo que depende da futura ação livre das criaturas" (138).

§0303.

É unânime, a este respeito, o testemunho da Escritura. A solicitude da divina Providência é concreta e imediata, cuida de tudo, desde os mais insignificantes pormenores até aos grandes acontecimentos do mundo e da história. Os livros santos afirmam, com veemência, a soberania absoluta de Deus no decurso dos acontecimentos: "Tudo quanto Lhe aprouve, o nosso Deus o fez, no Céu e na terra" (Sl 115, 3) e de Cristo se diz: "que abre e ninguém fecha e fecha e ninguém abre" (Ap 3, 7); "há muitos projetos no coração do ser

humano, mas é a vontade do Senhor que prevalece" (Pr 19, 21).

§0304.

É assim que, muitas vezes, vemos o Espírito Santo, autor principal da Sagrada Escritura, atribuir a Deus certas ações, sem mencionar causas segundas. Isto não é "uma maneira de dizer" primitiva, mas sim um modo profundo de afirmar o primado de Deus e o seu senhorio absoluto sobre a história e sobre o mundo (139) e de ensinar a ter confiança n'Ele. A oração dos Salmos é, aliás, a grande escola desta confiança (140).

§0305.

Jesus reclama um abandono filial à Providência do Pai celeste, que cuida das mais pequenas necessidades dos seus filhos: “Não vos inquieteis, dizendo: Que havemos de comer? Que havemos de beber? [...] Bem sabe o vosso Pai celeste que precisais de tudo isso. Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo” (Mt 6,31-33) (141).

A PROVIDÊNCIA E AS CAUSAS SEGUNDAS

§0306.

Deus é o Senhor soberano dos seus planos. Mas, para a realização dos mesmos, Se serve também do concurso das criaturas. Isto não é

um sinal de fraqueza, mas da grandeza e bondade de Deus onipotente. É que Ele não só permite às suas criaturas que existam, mas lhes confere a dignidade de agirem por elas mesmas, de serem causa e princípio umas das outras e de cooperarem, assim, na realização do seu desígnio.

§0307.

Aos seres humanos, Deus concede mesmo poderem participar livremente na sua Providência, lhes confiando a responsabilidade de "submeter" a terra e dominá-la (142). Assim, lhes concede que sejam causas inteligentes e livres, para completar a obra da criação, aperfeiçoar a sua harmonia, para o seu bem e o dos seus semelhantes. Cooperadores mui-

tas vezes inconscientes da vontade divina, os seres humanos podem entrar deliberadamente no plano divino, pelos seus atos e as suas orações, como também pelos seus sofrimentos (143). Tornam-se então, plenamente "colaboradores de Deus" (1 Cor 3, 9) (144) e do seu Reino (145).

§0308.

Esta é uma verdade inseparável da fé em Deus Criador: Deus age em toda a ação das suas criaturas. É Ele a causa primeira, que opera nas e pelas causas segundas: "É Deus que produz em nós o querer e o fazer, segundo o seu beneplácito" (Fl 2, 13) (146). Longe de diminuir a dignidade da criatura, esta verdade a realça. Tirada "do nada" pelo po-

der, sabedoria e bondade de Deus, a criatura, separada da sua origem, nada pode, porque "a criatura, sem o Criador, se esvai" (147). Muito menos pode atingir o seu fim último sem a ajuda da graça (148).

A PROVIDÊNCIA E O ESCÂNDALO DO MAL

§0309.

Se Deus Pai todo-poderoso, Criador do mundo ordenado e bom, tem cuidado com todas as suas criaturas, porque é que o mal existe? À esta questão, tão premente como inevitável, tão dolorosa como misteriosa, não é possível dar uma resposta rápida e satisfatória. É o conjunto da fé cristã que constitui a resposta a esta questão: a bondade da cria-

ção, o drama do pecado, o amor paciente de Deus que vem ao encontro do ser humano pelas suas alianças, pela Encarnação redentora de seu Filho, pelo dom do Espírito, pela agregação à Igreja, pela força dos sacramentos, pelo chamamento à vida bem-aventurada, à qual as criaturas livres são de antemão convidadas a consentir, mas à qual podem, também de antemão, se negar, por um mistério terrível. Não há nenhum pormenor da mensagem crista que não seja, em parte, resposta ao problema do mal.

§0310.

Mas, porque é que Deus não criou um mundo tão perfeito que nenhum mal pudesse existir nele? No seu poder infinito, Deus po-

dia sempre ter criado um mundo melhor (149). No entanto, na sua sabedoria e bondade infinitas, Deus quis livremente criar um mundo "em estado de caminho" para a perfeição última. Este devir implica, no desígnio de Deus, juntamente com o aparecimento de certos seres, o desaparecimento de outros; o mais perfeito, com o menos perfeito; as construções da natureza, com as suas destruições. Com o bem físico também existe, pois, o mal físico enquanto a criação não tiver atingido a perfeição (150).

§0311.

Os anjos e os seres humanos, criaturas inteligentes e livres, devem caminhar para o seu último destino por livre escolha e amor

preferencial. Podem, por conseguinte, se desviar. De fato, pecaram. Foi assim que entrou no mundo o mal moral, incomensuravelmente mais grave que o mal físico. Deus não é, de modo algum, nem direta nem indiretamente, causa do mal moral (151). No entanto, o permite por respeito pela liberdade da sua criatura e misteriosamente sabe tirar dele o bem.

"Deus todo-poderoso [...] sendo soberanamente bom, nunca permitiria que qualquer mal existisse nas suas obras se não fosse suficientemente poderoso e bom para, do próprio mal, fazer surgir o bem" (152).

§0312.

Assim, com o tempo, é possível descobrir que Deus, na sua onipotente Providência, pode tirar um bem das consequências de um mal (mesmo moral), causado pelas criaturas. “Não, não fostes vós - diz José a seus irmãos - que me fizestes vir para aqui. Foi Deus. [...] Premeditastes contra mim o mal, o desígnio de Deus o aproveitou para o bem [...] e um povo numeroso foi salvo” (Gn, 45, 8; 50, 20) (153). Do maior mal moral jamais praticado, como foi o repúdio e a morte do Filho de Deus, causado pelos pecados de todos os seres humanos, Deus, pela superabundância da sua graça (154), tirou o maior dos bens: a glorificação de Cristo e a nossa redenção.

Mas, nem por isto o mal se transforma em bem.

§0313.

"Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus" (Rm 8, 28). O testemunho dos santos não cessa de confirmar esta verdade.

Assim, Santa Catarina de Sena diz aos "que se escandalizam e se revoltam contra o que lhes acontece": "Tudo procede do amor, tudo está ordenado para a salvação do ser humano e não com nenhum outro fim" (155).

E São Tomás Moro, pouco antes do seu martírio, consolou a filha com estas palavras: "Nada pode me acontecer que Deus não queira. E tudo o que Ele quer, por muito mau que nos pareça, é, na verdade, muito bom" (156).

E Juliana de Norwich: “Compreendi, pois, pela graça de Deus, que era necessário me ater firmemente à fé [...] e crer, com não menos firmeza, que todas as coisas serão para bem [...]”. “*Thou shalt see thyself that all manner of thing shall be well*” (157).

§0314.

Nós cremos firmemente que Deus é o Senhor do mundo e da história. Muitas vezes, porém, os caminhos da sua Providência nos são desconhecidos. Só no fim, quando acabar o nosso conhecimento parcial e virmos Deus “face a face” (1 Cor 13, 12), é que nos serão plenamente conhecidos os caminhos pelos quais, mesmo através do mal e do pecado, Deus terá conduzido a criação ao repouso

desse Sábado (158) definitivo em vista do qual criou o Céu e a terra.

Resumindo:

§0315.

Na criação do mundo e do ser humano, Deus deu o primeiro e universal testemunho do seu amor onipotente e da sua sabedoria e fez o primeiro anúncio do seu "desígnio amoroso", o qual tem como finalidade a nova criação em Cristo.

§0316.

Embora a obra da criação seja particularmente atribuída ao Pai, é igualmente verdade de fé que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são o único e indivisível princípio da criação.

§0317.

Só Deus criou o Universo, livremente, diretamente, sem qualquer ajuda.

§0318.

Nenhuma criatura possui o poder infinito necessário para “criar”, no sentido próprio da palavra. Quer dizer: para produzir e dar o ser ao que de modo algum o possuía (chamar à existência “ex nihilo” a partir do nada) (159).

§0319.

Deus criou o mundo para manifestar e comunicar a sua glória. Que as criaturas partilhem da sua verdade, da sua bondade e da sua beleza. Eis a glória, para a qual Deus as criou.

§0320.

Deus, que criou o universo, o mantém na existência pelo seu Verbo. “O Filho tudo sustenta com a sua palavra poderosa” (He 1, 3) e pelo seu Espírito criador que dá a vida.

§0321.

A divina Providência consiste nas disposições pelas quais Deus conduz, com sabedoria e amor, todas as criaturas, para o seu último fim.

§0322.

Cristo nos convida a nos abandonarmo filialmente à Providência do Pai dos Céus (160). O apóstolo São Pedro retoma o seu pensamento ao dizer: “Lançai sobre Deus

toda a vossa inquietação, porque Ele vela por vós" (1 Pe 5, 7) (161).

§0323.

A Providência divina também age pela ação das criaturas. Aos seres humanos, Deus lhes permite cooperar livremente com os seus desígnios.

§0324.

A permissão divina do mal físico e do mal moral é um mistério que Deus esclarece por seu Filho Jesus Cristo, morto e ressuscitado para vencer o mal. A fé nos dá a certeza de que Deus não permitiria o mal se, do próprio mal, não fizesse sair o bem, por caminhos

que só na vida eterna conheceremos plenamente.

PARÁGRAFO 5: CÉU E A TERRA

§0325.

O Símbolo dos Apóstolos professa que Deus é “Criador do Céu e da terra” (162). E o Símbolo Niceno-Constantinopolitano explicita: “... de todas as coisas, visíveis e invisíveis” (163).

§0326.

Na Sagrada Escritura, a expressão “Céu e terra” significa: tudo o que existe, a criação inteira. Indica também o laço que, no interior da criação, ao mesmo tempo une e distingue Céu e terra. “A terra” é o mundo dos seres

humanos (164); “o Céu” ou “os Céus” pode designar o firmamento (165), mas também o “lugar” próprio de Deus. “Pai nosso que estais nos Céus” (Mt 5, 16)(166) e, por conseguinte, também “o Céu” que é a glória escatológica. Finalmente, a palavra “Céu” indica o “lugar” das criaturas espirituais - os anjos - que rodeiam Deus.

§0327.

A profissão de fé do quarto Concílio de Latrão afirma que Deus, “desde o princípio do tempo, criou do nada, ao mesmo tempo, uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, isto é, os anjos e o mundo terrestre. Depois, criou a criatura humana, que participa das duas

primeiras, formada, como é, de espírito e corpo" (167).

I. Os anjos

A EXISTÊNCIA DOS ANJOS - UMA VERDADE DE FÉ

§0328.

A existência dos seres espirituais, não corporais, a que a Sagrada Escritura habitualmente chama anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura é tão claro como a unanimidade da Tradição.

QUEM SÃO OS ANJOS?

§0329.

Santo Agostinho diz, a respeito deles: "*Angelus [...] officii nomen est, non naturæ.*

Quæris nomen naturæ, spiritus est; quæris officium, angelus est: ex eo quod est, spiritus est: ex eo quod agit, angelus - Anjo é nome de ofício, não de natureza. Desejas saber o nome da natureza? Espírito. Desejas saber o do ofício? Anjo. Pelo que é, é espírito e pelo que faz, é anjo (anjo = mensageiro)" (168). Com todo o seu ser, os anjos são servos e mensageiros de Deus. Pelo fato de contemplarem "continuamente o rosto do meu Pai que está nos Céus" (Mt 18, 10) eles são "os poderosos executores das suas ordens, sempre atentos à sua palavra" (Sl 103, 20).

§0330.

Enquanto criaturas puramente espirituais, são dotados de inteligência e vontade. São

criaturas pessoais (169) e imortais (170). Excedem, em perfeição, a todas as criaturas visíveis. O esplendor da sua glória assim o atesta (171).

CRISTO “COM TODOS OS SEUS ANJOS”

§0331.

Cristo é o centro do mundo dos anjos (angélico). Estes Lhe pertencem. “Quando o Filho do Homem vier na sua glória, acompanhado por todos os [seus] anjos...” (Mt 25, 31). Pertencem-Lhe, porque criados por e para Ele. “Em vista d'Ele é que foram criados todos os seres que há nos Céus e na terra, os seres visíveis e os invisíveis, os anjos que são os tronos, senhorias, principados e domina-

ções. Tudo foi criado por seu intermédio e para Ele" (Cl 1, 16) e são d'Ele mais ainda porque Ele os fez mensageiros do seu plano salvador. "Não são, eles todos, espíritos ao serviço de Deus, enviados a fim de exercerem um ministério a favor daqueles que hão de herdar a salvação?" (Heb 1, 14).

§0332.

Ei-los, desde a criação (172) e ao longo de toda a história da salvação, anunciando de longe ou de perto esta mesma salvação e postos ao serviço do plano divino da sua realização. Eles fecham o Paraíso terrestre (173), protegem Lot (174), salvam Agar e seu filho (175), detêm a mão de Abraão (176), pelo seu ministério é comunicada a Lei (177), são eles

que conduzem o povo de Deus (178), anunciam nascimentos (179) e vocações (180), assistem os Profetas (181), para não citar senão alguns exemplos. Finalmente, é o anjo Gabriel que anuncia o nascimento do Precursor e o do próprio Jesus (182).

§0333.

Da Encarnação à Ascensão, a vida do Verbo Encarnado é rodeada da adoração e serviço dos anjos. Quando Deus “introduziu no mundo o seu Primogênito, ele disse: Adorem-n'O todos os anjos de Deus” (Heb 1, 6). O seu cântico de louvor, no momento do nascimento de Cristo, nunca deixou de se ouvir no louvor da Igreja: “Glória a Deus [...]” (Lc 2, 14). Eles protegem a infância de Jesus

(183), servem-n'O no deserto (184) e confortam-n'O na agonia (185), no momento em que, por eles, poderia ter sido salvo das mãos dos inimigos (186), como outrora Israel (187). São ainda os anjos que “evangelizam” (188), anunciando a Boa Nova da Encarnação (189) e da Ressurreição (190) de Cristo. E estarão presentes quando da segunda vinda de Cristo, que anunciam (191), ao serviço do seu juízo (192).

OS ANJOS NA VIDA DA IGREJA

§0334.

Daqui resulta que toda a vida da Igreja se beneficia da ajuda misteriosa e poderosa dos anjos (193).

§0335.

Na sua Liturgia, a Igreja se associa aos anjos para adorar a Deus três vezes santo (194); invoca a sua assistência (como na oração "*In paradisum deducant te angeli* - conduzam-te os anjos ao paraíso", da Liturgia dos Defuntos (195) ou ainda no “Hino querubínico” da Liturgia bizantina (196) e festeja, de modo mais particular, a memória de certos anjos (São Miguel, São Gabriel, São Rafael e os Anjos da Guarda).

§0336.

Desde o seu começo (197) até à morte (198), a vida humana é acompanhada pela sua assistência (199) e intercessão (200). “Cada fiel tem, a seu lado, um anjo como pro-

tetor e pastor para guiá-lo na vida" (201). Desde este mundo, a vida cristã participa, pela fé, na sociedade bem-aventurada dos anjos e dos seres humanos, unidos em Deus.

II. O mundo visível

§0337.

Foi o próprio Deus que criou o mundo visível, com toda a sua riqueza, a sua diversidade e a sua ordem. A Sagrada Escritura apresenta a obra do Criador, simbolicamente, como uma sequência de seis dias "de trabalho" divino, que terminam no "repouso" do sétimo dia (202). O texto sagrado ensina, a respeito da criação, verdades reveladas por Deus para a nossa salvação (203), as quais

permitem “conhecer a natureza última e o valor de todas as criaturas e a sua ordenação para a glória de Deus” (204).

§0338.

Nada existe que não deva a sua existência a Deus Criador. O mundo começou quando foi tirado do nada pela Palavra de Deus. Todos os seres existentes, toda a Natureza, toda a história humana radicam neste acontecimento primordial. É a própria gênese, pela qual o mundo foi constituído e o tempo começado (205).

§0339.

Cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias. Acerca de cada uma das o-

bras dos “seis dias” está escrito: “E Deus viu que era bom”. “Foi em virtude da própria criação que todas as coisas foram estabelecidas segundo a sua consistência, a sua verdade, a sua excelência própria, com o seu ordenamento e leis específicas” (206). As diferentes criaturas, queridas pelo seu próprio ser, refletem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isto que o ser humano deve respeitar a bondade própria de cada criatura, para evitar o uso desordenado das coisas, que o Criador despreza e traz consigo consequências nefastas para os seres humanos e para o seu meio ambiente.

§0340.

A interdependência das criaturas é querida por Deus. O sol e a lua, o cedro e a florzinha, a águia e o pardal. O espetáculo das suas incontáveis diversidades e desigualdades significa que nenhuma criatura basta a ela mesma. Elas só existem na dependência umas das outras, para se completarem mutuamente, no serviço umas das outras.

§0341.

A beleza do Universo, a ordem e a harmonia do mundo criado resultam da diversidade dos seres e das relações existentes entre eles. O ser humano as descobre, progressivamente, como leis da natureza. Elas suscitam a admiração dos sábios. A beleza da criação

reflete a beleza infinita do Criador, a qual deve inspirar o respeito e a submissão da inteligência e da vontade humanas.

§0342.

A hierarquia das criaturas é expressa pela ordem dos “seis dias”, indo do menos perfeito para o mais perfeito. Deus ama todas as suas criaturas (207) e cuida de cada uma, até dos passarinhos. No entanto, Jesus diz: “[Vós] valeis mais do que muitos passarinhos” (Lc 12, 7) e ainda: “Um ser humano vale muito mais que uma ovelha” (Mt 12, 12).

§0343.

O ser humano é o ponto culminante da obra da criação. A narrativa inspirada exprime

essa realidade, fazendo nítida distinção entre a criação do ser humano e a das outras criaturas (208).

§0344.

Existe uma solidariedade entre todas as criaturas pelo fato de todas terem o mesmo Criador e todas serem ordenadas para a sua glória.

“Louvado sejas meu Senhor, com todas as tuas criaturas e, especialmente, o meu senhor irmão Sol, o qual faz o dia e por ele nos alumia

E ele é belo e radiante com grande esplendor.

De Ti, Altíssimo, nos dá ele a imagem [...]

Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é tão útil e humilde e preciosa e casta [...]

Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos, com flores coloridas e verduras [...]

Louvai e bendizei a meu Senhor e dai-lhe graças e servi-o com grande humildade" (219).

§0345.

O "Sábado"; fim da obra dos "seis dias". O texto sagrado diz que "Deus concluiu, no sétimo dia, a obra que fizera" e que assim "se completaram o Céu e a terra" e, no sétimo dia, Deus "descansou" e santificou e abençoo-

ou este dia (Gn 2, 1-3). Estas palavras inspiradas são ricas de salutares ensinamentos.

§0346.

Na criação, Deus estabeleceu uma base e leis que permanecem estáveis (210), sobre as quais o crente pode se apoiar com confiança e que serão, para ele, sinal e garantia da fidelidade inquebrantável da Aliança divina (211). Por seu lado, o ser humano deve se manter fiel a esta base e respeitar as leis que o Criador nela inscreveu.

§0347.

A criação foi feita em vista do Sábado e, portanto, do culto e da adoração a Deus. O culto está inscrito na ordem da criação (212)

- "*Operi Dei nihil preponatur* - Nada se anteponha à obra de Deus (ao culto divino)" - diz a Regra de São Bento (213), indicando, assim, a justa ordem das preocupações humanas.

§0348.

O Sábado está no coração da Lei de Israel. Guardar os Mandamentos é corresponder à sabedoria e à vontade de Deus, expressas na sua obra da criação.

§0349.

O oitavo dia. Mas para nós, um dia novo surgiu: o dia da Ressurreição de Cristo. O sétimo dia acaba a primeira criação. O oitavo dia começa a nova criação. A obra da criação

culmina, assim, na obra maior da Redenção. A primeira criação encontrou o seu sentido e cume na nova criação em Cristo, cujo esplendor ultrapassa o da primeira (214).

Resumindo:

§0350.

Os anjos são criaturas espirituais que glorifcam a Deus sem cessar e servem aos seus planos salvíficos em relação às outras criaturas: "*Ad omnia bona nostra cooperantur angeli* - Os anjos prestam a sua cooperação a tudo quanto diz respeito ao nosso bem" (215).

§0351.

Os anjos assistem a Cristo, seu Senhor. Servem-n'O de modo particular no cumprimento da sua missão salvífica em relação aos seres humanos.

§0352.

A Igreja venera os anjos, que a ajudam na sua peregrinação terrestre e protegem todo o gênero humano.

§0353.

Deus quis a diversidade das suas criaturas e a sua bondade própria, a sua interdependência e a sua ordem. Destinou todas as criaturas materiais para o bem do gênero huma-

no. O ser humano e, através dele, toda a criação, tem como destino a glória de Deus.

§0354.

Respeitar as leis inscritas na criação e as relações derivantes da natureza das coisas, é princípio de sabedoria e fundamento da moral.

PARÁGRAFO 6: O SER HUMANO

§0355.

“Deus criou o ser humano à sua imagem, o criou à imagem de Deus. Ele o criou homem e mulher” (Gn 1, 27). O ser humano ocupa um lugar único na criação: é “à imagem de Deus” (I). Na sua própria natureza, une o mundo espiritual e o mundo material (II).

Foi criado “homem e mulher” (III). Deus o estabeleceu na sua amizade (IV).

I. “A imagem de Deus”

§0356.

De todas as criaturas visíveis, só o ser humano é “capaz de conhecer e amar o seu Criador” (216). É a “única criatura sobre a terra que Deus quis por ela mesma” (217). Só ele é chamado a partilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Com este fim foi criado e tal é a razão fundamental da sua dignidade.

“Qual foi a razão de terdes elevado o ser humano a tão alta dignidade? Foi certamente o incomparável amor com que Vos contem-

plastes a Vós mesmo na vossa criatura e Vos enamorastes dela, porque foi por amor que a criastes, foi por amor que lhe destes um ser capaz de apreciar o vosso bem eterno" (218).

§0357.

Porque é "à imagem de Deus", o indivíduo humano possui a dignidade de pessoa. Ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de, livremente, se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado, pela graça, a uma Aliança com o seu Criador, a Lhe dar uma resposta de fé e amor que mais ninguém pode dar em seu lugar.

§0358.

Deus tudo criou para o ser humano (219), mas o ser humano foi criado para servir e amar a Deus e para Lhe oferecer toda a criação.

“Qual é, pois, o ser que vai chegar à existência rodeado de tal consideração? É o ser humano, grande e admirável figura vivente, mais precioso aos olhos de Deus que toda a criação. É o ser humano, para quem existem o Céu e a terra e o mar e a totalidade da criação e a cuja salvação Deus deu tanta importância, que, por ele, nem ao seu próprio Filho poupou. Porque Deus não desiste de tudo realizar, para fazer subir o ser humano até Ele e fazê-lo se sentar à sua direita” (220).

§0359.

"Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado é que verdadeiramente se esclarece o mistério do ser humano" (221). "São Paulo nos ensina que dois seres humanos estão na origem do gênero humano: Adão e Cristo. [...] O primeiro Adão, diz ele, foi criado como um ser humano que recebeu a vida; o segundo é um ser espiritual que dá a vida. O primeiro foi criado pelo segundo, de Quem recebeu a alma que o faz viver. [...] O segundo Adão gravou a sua imagem no primeiro, quando o modelou. Por isto, veio a assumir a sua função e o seu nome, para que não se perdesse aquele que fizera à sua imagem. Primeiro e último Adão; o primeiro teve

princípio e o último não terá fim. Por isto é que o último é verdadeiramente o primeiro, como Ele mesmo diz: "Eu sou o Primeiro e o Último"" (222).

§0360.

Graças à comunidade de origem, o gênero humano forma uma unidade. Deus "fez, a partir de um só ser humano, todo o gênero humano, para habitar sobre toda a face da terra" (Act 17, 26) (223).

"Maravilhosa visão, que nos faz contemplar o gênero humano na unidade da sua origem em Deus [...]; na unidade da sua natureza em todos igualmente integrada de um corpo material e de uma alma espiritual; na unidade do seu fim imediato e da sua missão no

mundo; na unidade da sua habitação, a terra, de cujos bens todos os seres humanos, por direito natural, podem se servir para sustentar e desenvolver a vida; na unidade do seu fim sobrenatural. Deus, para o Qual todos devem tender, na unidade dos meios para atingir este fim; [...] na unidade da Redenção, para todos levada a cabo por Cristo" (224).

§0361.

"Esta lei de solidariedade humana e de caridade" (225), sem excluir a rica variedade das pessoas, das culturas e dos povos, nos assegura que todos os seres humanos são verdadeiramente irmãos.

II. “Corpore et anima unus” - Unidade de corpo e alma

§0362.

A pessoa humana, criada à imagem de Deus, é um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual. A narrativa bíblica exprime esta realidade numa linguagem simbólica, quando afirma que “Deus formou o ser humano com o pó da terra, lhe insuflou pelas narinas um sopro de vida e o ser humano se tornou um ser vivo” (Gn 2, 7). O ser humano, no seu ser total, foi, portanto, querido por Deus.

§0363.

Muitas vezes, a palavra alma designa, nas Sagradas Escrituras, a vida humana (226) ou a pessoa humana no seu todo (227). Mas de-

signa também o que há de mais íntimo no ser humano (228) e de maior valor na sua pessoa (229), aquilo que, particularmente, faz dele imagem de Deus. “Alma” significa o princípio espiritual no ser humano.

§0364.

O corpo do ser humano participa da dignidade da “imagem de Deus”. É corpo humano precisamente por ser animado pela alma espiritual e a pessoa humana na sua totalidade é que é destinada a se tornar, no Corpo (Místico) de Cristo, templo do Espírito (230). “Corpo e alma, mas realmente uno, o ser humano, na sua condição corporal, reúne nele mesmo os elementos do mundo material, que assim, nele encontram a sua consu-

mação e nele podem louvar livremente o seu Criador. Por isto, não é lícito ao ser humano menosprezar a vida do corpo. Pelo contrário, deve estimar e respeitar o seu corpo, que foi criado por Deus e que há de ressuscitar no último dia" (231).

§0365.

A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a "forma" do corpo (232); quer dizer, é graças à alma espiritual que o corpo, constituído de matéria, é um corpo humano e vivo. No ser humano, o espírito e a matéria não são duas naturezas unidas, mas a sua união forma uma única natureza.

§0366.

A Igreja ensina que cada alma espiritual é criada por Deus de modo imediato (233) e não produzida pelos pais e que é imortal (234), isto é, não morre quando, na morte, se separa do corpo e que se unirá de novo ao corpo na ressurreição final.

§0367.

Encontra-se às vezes uma distinção entre alma e espírito. São Paulo, por exemplo, ora para que "todo o nosso ser, o espírito, a alma e o corpo", seja guardado sem mancha até à vinda do Senhor (1 Ts 5, 23). A Igreja ensina que esta distinção não introduz uma dualidade na alma (235). "Espírito" significa que o ser humano é ordenado, desde a sua criação,

para o seu fim sobrenatural (236) e que a alma é capaz de ser, gratuitamente, sobre-elevada até à comunhão com Deus (237).

§0368.

A tradição espiritual da Igreja insiste também no coração, no sentido bíblico de "fundo do ser" ("nas entranhas": Jr 31, 33) em que a pessoa se decide ou não por Deus (238).

III. "Homem e mulher os criou"

IGUALDADE E DIFERENÇA QUERIDAS POR DEUS

§0369.

O homem e a mulher foram criados, quer dizer, foram queridos por Deus. Em perfeita igualdade enquanto pessoas humanas, por

um lado, mas, por outro, no seu respectivo ser de homem e de mulher. “Ser homem”, “ser mulher” é uma realidade boa e querida por Deus. O homem e a mulher têm uma dignidade inamissível e que lhes vem imediatamente de Deus, seu Criador (239). O homem e a mulher são, com uma mesma dignidade, “à imagem de Deus”. No seu “ser homem” e no seu “ser mulher”, refletem a sabedoria e a bondade do Criador.

§0370.

Deus não é, de modo algum, à imagem do ser humano. Não é nem homem nem mulher. Deus é puro espírito, no Qual não há lugar para a diferença de sexos. Mas as “perfeições” do homem e da mulher refletem qual-

quer coisa da infinita perfeição de Deus: as de uma mãe (240) e as de um pai e esposo (241).

“UM PARA O OUTRO” - “UMA UNIDADE A DOIS”

§0371.

Criados juntamente, o homem e a mulher são, na vontade de Deus, um para o outro. A Palavra de Deus dá a entender isto em diversas passagens do texto sagrado. “Não convém que o homem esteja só. Vou lhe fazer uma ajudante que se pareça com ele” (Gn 2, 18). Nenhum dos animais pode ser este “par” do homem (242). A mulher que Deus “molda” da costela tirada do homem e que apresenta ao homem, provoca, da parte deste, uma ex-

clamação admirativa, de amor e comunhão: “É osso dos meus ossos e carne da minha carne” (Gn 2, 23). O homem descobre a mulher como um outro “eu”, da mesma humanidade.

§0372.

O homem e a mulher são feitos “um para o outro”. Não é que Deus os tenha feito “a meias” e “incompletos”; Ele os criou para uma comunhão de pessoas em que cada um pode ser “ajuda” para o outro, uma vez que são, ao mesmo tempo, iguais enquanto pessoas (“osso dos meus ossos”) e complementares enquanto masculino e feminino (243). No matrimônio, Deus os une de modo que, formando “uma só carne” (Gn 2, 24), possam trans-

mitir a vida humana. “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (Gn 1, 28). Transmitindo aos seus descendentes a vida humana, o homem e a mulher, como esposos e pais, cooperam de modo único na obra do Criador (244).

§0373.

Segundo o desígnio de Deus, o homem e a mulher são vocacionados para “dominarem a terra” (245) como “administradores” de Deus. Esta soberania não deve ser uma dominação arbitrária e destruidora. À imagem do Criador, “que ama tudo o que existe” (Sb 11, 24), o homem e a mulher são chamados a participar na Providência divina em relação

às outras criaturas. Daí a sua responsabilidade para com o mundo que Deus lhes confiou.

IV. O ser humano no paraíso

§0374.

O primeiro ser humano não só foi criado bom, como também foi constituído num estado de amizade com o seu Criador e de harmonia consigo mesmo e com a criação que o rodeava. Amizade e harmonia tais, que só serão ultrapassadas pela glória da nova criação em Cristo.

§0375.

A Igreja, interpretando de modo autêntico o simbolismo da linguagem bíblica à luz do Novo Testamento e da Tradição ensina que

os nossos primeiros pais, Adão e Eva, foram constituídos num estado de santidade e de justiça originais (246). Esta graça da santidade original era uma participação na vida divina (247).

§0376.

Todas as dimensões da vida do ser humano eram fortalecidas pela irradiação desta graça. Enquanto permanecesse na intimidade divina, o ser humano não devia nem morrer (248) nem sofrer (249). A harmonia interior da pessoa humana, a harmonia entre o homem e a mulher (250), enfim, a harmonia entre o primeiro casal e toda a criação, constituía o estado dito “de justiça original”.

§0377.

O “domínio” do mundo, que Deus tinha concedido ao ser humano desde o princípio, se realizava, antes de tudo, no próprio ser humano como domínio de si. O ser humano era integrado e ordenado em todo o seu ser, porque livre da tríplice concupiscência (251), que o sujeita aos prazeres dos sentidos, à ambição dos bens terrenos e à afirmação de si contra os imperativos da razão.

§0378.

Sinal da familiaridade com Deus é o fato de Deus o colocar no jardim (252). Ali vive “a fim de o cultivar e guardar” (Gn 2, 15). O trabalho não é um castigo (253), mas a colabo-

ração do homem e da mulher com Deus, no aperfeiçoamento da criação visível.

§0379.

Toda esta harmonia da justiça original, prevista para o ser humano pelo plano de Deus, será perdida pelo pecado dos nossos primeiros pais.

Resumindo:

§0380.

“Formastes o ser humano à vossa imagem e lhe confiastes o Universo, para que, Vos servindo unicamente a Vós, seu Criador exercesse domínio sobre todas as criaturas” (254).

§0381.

O ser humano foi predestinado para reproduzir a imagem do Filho de Deus feito ser humano – “imagem do Deus invisível” (Cl 1, 15) -, para que Cristo seja o primogênito de uma multidão de irmãos e irmãs (255).

§0382.

O ser humano ê “uma unidade de corpo e alma” (256). A doutrina da fé afirma que a alma espiritual e imortal foi criada imediatamente por Deus.

§0383.

“Deus não criou o ser humano solitário. Desde a origem, "os criou homem e mulher" (Gn 1, 27). A associação dos dois realiza a

primeira forma de comunhão entre pessoas" (257).

§0384.

A Revelação nos dá a conhecer o estado de santidade e justiça originais do homem e da mulher, antes do pecado. Da amizade de ambos com Deus derivava a felicidade da sua existência no paraíso.

PARÁGRAFO 7: A QUEDA

§0385.

Deus é infinitamente bom e todas as suas obras são boas. No entanto, ninguém escapa à experiência do sofrimento, dos males da natureza - que aparecem como ligados aos limites próprios das criaturas – e, sobretudo,

à questão do mal moral. Donde vem o mal? "*Quærebam unde malum et non erat exitus* - Procurava a origem do mal e não encontrava solução", diz Santo Agostinho (258). A sua própria busca dolorosa só encontrará saída na conversão ao Deus vivo. Porque "o mistério da iniquidade" (2 Ts 2, 7) só se esclarece à luz do "mistério da piedade" (259). A revelação do amor divino em Cristo manifestou, ao mesmo tempo, a extensão do mal e a superabundância da graça (260). Devemos, portanto, abordar a questão da origem do mal, fixando o olhar da nossa fé n'Aquele que é o seu único vencedor (261).

I. “Onde abundou o pecado, superabundou a graça”

A REALIDADE DO PECADO

§0386.

O pecado está presente na história do ser humano. Seria vão tentar ignorá-lo ou dar outros nomes a esta obscura realidade. Para tentar compreender o que é o pecado, temos primeiro de reconhecer o laço profundo que une o ser humano a Deus, porque, fora desta relação, o mal do pecado não é desmascarado na sua verdadeira identidade de recusa e oposição a Deus, embora continue a pesar na vida do ser humano e na história.

§0387.

A realidade do pecado e, de um modo particular, a do pecado das origens, só se esclarece à luz da Revelação divina. Sem o conhecimento que esta nos dá de Deus, não se pode reconhecer claramente o pecado e somos tentados a explicá-lo unicamente como falta de maturidade, fraqueza psicológica, erro, consequência necessária de uma estrutura social inadequada etc. Só no conhecimento do desígnio de Deus sobre o ser humano é que se compreende que o pecado é um abuso da liberdade que Deus dá às pessoas criadas para que possam amá-Lo e se amarem mutuamente.

O PECADO ORIGINAL - UMA VERDADE FUNDAMENTAL DA FÉ

§0388.

Com o progresso da Revelação, vai se esclarecendo também a realidade do pecado. Embora o povo de Deus do Antigo Testamento tenha abordado a dor da condição humana à luz da história da queda narrada no Gênesis, não podia atingir o significado último dessa história, o qual só se manifesta à luz da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo (262). É preciso conhecer Cristo como fonte da graça para reconhecer Adão como fonte do pecado. Foi o Espírito Paráclito enviado por Cristo ressuscitado, que veio “confundir o

mundo em matéria de pecado" (Jo 16, 8), revelando Aquele que é o seu redentor.

§0389.

A doutrina do pecado original é, por assim dizer, "o reverso" da Boa Nova de que Jesus é o Salvador de todos os seres humanos, de que todos têm necessidade da salvação e de que a salvação é oferecida a todos, graças a Cristo. A Igreja, que tem o sentido de Cristo (263), sabe bem que não se pode tocar na revelação do pecado original sem atentar contra o mistério de Cristo.

PARA LER A NARRATIVA DA QUEDA

§0390.

A narrativa da queda (Gn 3) utiliza uma linguagem feita de imagens, mas afirma um acontecimento primordial, um fato que teve lugar no princípio da história do ser humano (264). A Revelação nos dá uma certeza de fé de que toda a história humana está marcada pela falta original, livremente cometida pelos nossos primeiros pais (265).

II. A queda dos anjos

§0391.

Por detrás da opção de desobediência dos nossos primeiros pais, há uma voz sedutora, oposta a Deus (266), a qual, por inveja, os faz

cair na morte (267). A Escritura e a Tradição da Igreja veem neste ser um anjo decaído, chamado Satanás ou Diabo (268). Segundo o ensinamento da Igreja, ele foi, primeiramente, um anjo bom, criado por Deus. "*Diabolus enim et alii dæmones a Deo quidem natura creati sunt boni, sed ipsi per se facti sunt mali* - De fato, o Diabo e os outros demônios foram, por Deus, criados naturalmente bons, mas eles, por eles mesmos, se fizeram maus" (269).

§0392.

A Escritura fala de um pecado destes anjos (270). A queda consiste na livre opção destes espíritos criados, que radical e irrevogavelmente recusaram Deus e o seu Reino. Encon-

tramos um reflexo desta rebelião nas palavras do Tentador aos nossos primeiros pais: “Sereis como Deus” (Gn 3, 5). O Diabo é “pecador desde o princípio” (1 Jo 3, 8), “pai da mentira” (Jo 8,44).

§0393.

É o caráter irrevogável da sua opção e não uma falha da infinita misericórdia de Deus, que faz com que o pecado dos anjos não possa ser perdoado. “Não há arrependimento para eles depois da queda, tal como não há arrependimento para os seres humanos depois da morte” (271).

§0394.

A Escritura atesta a influência nefasta daquele que Jesus chama de “o assassino desde o princípio” (Jo 8, 44) e que chegou ao ponto de tentar desviar Jesus da missão recebida do Pai (272). “Foi para destruir as obras do Diabo que apareceu o Filho de Deus” (1 Jo 3, 8). Dessas obras, a mais grave em consequências foi a mentirosa sedução que induziu o ser humano a desobedecer a Deus.

§0395.

No entanto, o poder de Satanás não é infinito. Satanás é uma simples criatura, poderosa pelo fato de ser puro espírito, mas, de qualquer modo, criatura. Ele é impotente para impedir a edificação do Reino de Deus.

Embora Satanás exerça no mundo a sua ação, por ódio contra Deus e o seu reinado em Jesus Cristo e embora a sua ação cause graves prejuízos - de natureza espiritual e, indiretamente, também, de natureza física - a cada ser humano e à sociedade, essa ação é permitida pela divina Providência, que com força e suavidade dirige a história do ser humano e do mundo. A permissão divina da atividade diabólica é um grande mistério. Mas “nós sabemos que tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus” (Rm 8, 28).

III. O pecado original

A PROVA DA LIBERDADE

§0396.

Deus criou o ser humano “à sua imagem” e o constituiu na sua amizade. Criatura espiritual, o ser humano só pode viver esta amizade na modalidade da livre submissão a Deus. É isto o que exprime a proibição feita ao ser humano de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, “pois no dia em que o comeres, morrerás” (Gn 2, 17). A “árvore da ciência do o bem e o mal” (Gn 2, 17) evoca, simbolicamente, o limite intransponível que o ser humano, como criatura, deve livremente reconhecer e confiadamente respeitar. O

ser humano depende do Criador. Está sujeito às leis da criação e às normas morais que regulam o exercício da liberdade.

O PRIMEIRO PECADO DO SER HUMANO

§0397.

Tentado pelo Diabo, o ser humano deixou morrer no coração a confiança no seu Criador (273). Abusando da liberdade, desobedeceu ao mandamento de Deus. Nisto consistiu o primeiro pecado do ser humano (274). Daí em diante, todo pecado será uma desobediência a Deus e uma falta de confiança na sua bondade.

§0398.

Neste pecado, o ser humano preferiu ele próprio a Deus e, por isto, desprezou Deus. Optou por ele próprio contra Deus, contra as exigências da sua condição de criatura e, daí, contra o seu próprio bem. Constituído num estado de santidade, o ser humano estava destinado a ser plenamente "divinizado" por Deus na glória. Pela sedução do Diabo, quis "ser como Deus"(275), mas "sem Deus, invés de Deus e não segundo Deus" (276).

§0399.

A Escritura se refere às consequências dramáticas desta primeira desobediência: Adão e Eva perdem imediatamente a graça da santidade original (277). Têm medo da-

quele Deus (278) de quem se fizeram uma falsa imagem: a de um Deus ciumento das suas prerrogativas (279).

§0400.

A harmonia em que viviam, graças à justiça original, ficou destruída; o domínio das faculdades espirituais da alma sobre o corpo foi quebrado (280); a união do homem e da mulher ficou sujeita a tensões (281); as suas relações serão marcadas pela avidez e pelo domínio (282). A harmonia com a criação se desfez. A criação visível se tornou, para o ser humano, estranha e hostil (283). Por causa do ser humano, a criação ficou sujeita "à servidão da corrupção" (284). Por fim, vai se concretizar a consequência explicitamente

anunciada para o caso da desobediência (285): o ser humano “voltará ao pó de que foi formado” (286). A morte faz a sua entrada na história da humanidade (287).

§0401.

A partir desse primeiro pecado, uma verdadeira “invasão” de pecado inunda o mundo: o fratricídio cometido por Caim na pessoa de Abel (288) e a corrupção universal como consequência do pecado (289). Na história de Israel, o pecado se manifesta com frequência, sobretudo como uma infidelidade ao Deus da Aliança e como transgressão da lei de Moisés. Mesmo depois da redenção de Cristo, o pecado se manifesta de muitas maneiras entre os cristãos (290). A Sagrada Es-

critura e a Tradição da Igreja não se cansam de lembrar a presença e a universalidade do pecado na história do ser humano.

"O que a Revelação divina nos dá a conhecer concorda com os dados da experiência. Quando o ser humano olha para dentro do seu próprio coração, e descobre inclinado também para o mal e imerso em muitos males que não podem provir do seu Criador, que é bom. Muitas vezes, recusando reconhecer Deus como seu princípio, o ser humano perturbou, por isto mesmo, a sua ordenação para o fim último e, ao mesmo tempo, toda a harmonia consigo próprio, com os outros seres humanos e com toda a criação" (291).

CONSEQUÊNCIAS DO PECADO DE ADÃO PARA A HUMANIDADE

§0402.

Todos os seres humanos estão implicados no pecado de Adão. É São Paulo quem o afirma: “pela desobediência de um só ser humano, muitos [quer dizer, a totalidade dos seres humanos] se tornaram pecadores” (Rm 5, 19). “Assim como por um só ser humano entrou o pecado no mundo e pelo pecado a morte, assim também a morte atingiu todos os seres humanos, porque todos pecaram” (Rm 5, 12). À universalidade do pecado e da morte, o Apóstolo opõe a universalidade da salvação em Cristo. “Assim como, pelo pecado de um só, veio para todos os seres huma-

nos a condenação, assim também, pela obra de justiça de um só [Cristo], virá para todos a justificação que dá a vida" (Rm 5, 18).

§0403.

Depois de São Paulo, a Igreja sempre ensinou que a imensa miséria que oprime os seres humanos e a sua inclinação para o mal e para a morte não se compreendem sem a ligação com o pecado de Adão e o fato de ele nos ter transmitido um pecado de que todos nascemos infectados e que é a "morte da alma" (292). A partir desta certeza de fé, a Igreja confere o Batismo para a remissão dos pecados, mesmo às crianças que não cometeram qualquer pecado pessoal (293).

§0404.

Como é que o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? Todo o gênero humano é em Adão, "*sicut unum corpus unius hominis* - como um só corpo de um único ser humano" (294). Em virtude desta "unidade do gênero humano", todos os seres humanos estão implicados no pecado de Adão, do mesmo modo que todos estão implicados na justificação de Cristo. Todavia, a transmissão do pecado original é um mistério que nós não podemos compreender plenamente. Mas sabemos, pela Revelação, que Adão tinha recebido a santidade e a justiça originais, não só para si, mas para toda a natureza humana. Consentindo com a tentação,

Adão e Eva cometeram um pecado pessoal, mas este pecado afeta a natureza humana que eles vão transmitir num estado decaído (295). É um pecado que vai ser transmitido a toda a humanidade por propagação, quer dizer, pela transmissão de uma natureza humana privada da santidade e justiça originais. E é por isto que o pecado original se chama “pecado” por analogia; é um pecado “contraído” e não “cometido”; um estado, não um ato.

§0405.

Embora próprio de cada um (296), o pecado original não tem, em qualquer descendente de Adão, caráter de falta pessoal. É a privação da santidade e justiça originais, mas

a natureza humana não se encontra totalmente corrompida. Está ferida nas suas próprias forças naturais, sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte e inclinada ao pecado (inclinação para o mal, que se chama concupiscência). O Batismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e reorienta o ser humano para Deus, mas as consequências para a natureza enfraquecida e inclinada para o mal persistem no ser humano e o convidam ao combate espiritual.

§0406.

A doutrina da Igreja sobre a transmissão do pecado original foi definida, sobretudo, no século V, particularmente sob o impulso da

reflexão de Santo Agostinho contra o pelagianismo e no século XVI, por oposição à Reforma protestante. Pelágio sustentava que o ser humano podia, pela força natural da sua vontade livre, sem a ajuda necessária da graça de Deus, levar uma vida moralmente boa. Ele reduzia a influência do pecado de Adão à de um simples mau exemplo. Os primeiros reformadores protestantes, pelo contrário, ensinavam que o ser humano estava radicalmente pervertido e a sua liberdade anulada pelo pecado das origens. Eles identificavam o pecado herdado por cada ser humano com a tendência para o mal ("concupiscência"), a qual seria invencível. A Igreja se pronunciou especialmente sobre o sentido do dado reve-

lado, quanto ao pecado original, no segundo Concílio de Orange em 529 (297) e no Concílio de Trento em 1546 (298).

UM DURO COMBATE

§0407.

A doutrina sobre o pecado original - ligada à da redenção por Cristo - proporciona uma visão de lúcido discernimento sobre a situação do ser humano e da sua ação neste mundo. Pelo pecado dos primeiros pais, o Diabo adquiriu certo domínio sobre o ser humano, embora este permanecesse livre. O pecado original traz consigo “a escravidão, sob o poder daquele que possuía o império da morte, isto é, do Diabo” (299). Ignorar que o ser

humano tem uma natureza ferida, inclinada para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da ação social (300) e dos costumes.

§0408.

As consequências do pecado original e de todos os pecados pessoais dos seres humanos dão ao mundo, no seu conjunto, uma condição pecadora, que pode ser designada pela expressão de São João “o pecado do mundo” (Jo 1, 29). Esta expressão significa também a influência negativa que as situações comunitárias e as estruturas sociais, que são o fruto dos pecados dos seres humanos, exercem sobre as pessoas (301).

§0409.

Esta dramática situação do mundo, que "está todo sob o poder do Maligno" (1 Jo 5, 19) (302), transforma a vida do ser humano num combate.

"Um duro combate contra os poderes das trevas atravessa toda a história dos seres humanos. Tendo começado nas origens, há de durar - o Senhor no-lo disse - até o último dia. Empenhado nesta batalha, o ser humano se vê na necessidade de lutar sem descanso para aderir ao bem. Só através de grandes esforços é que, com a graça de Deus, consegue realizar a sua unidade interior" (303).

IV. “Vós não o abandonastes ao poder da morte”

§0410.

Depois da queda, o ser humano não foi abandonado por Deus. Pelo contrário, Deus o chamou (304) e lhe anunciou, de modo misterioso, que venceria o mal e se levantaria da queda (305). Esta passagem do Gênesis tem sido chamada de “Proto-Evangelho”, por ser o primeiro anúncio do Messias redentor, do combate entre a Serpente e a Mulher e da vitória final de um descendente desta.

§0411.

A Tradição cristã vê, nesta passagem, um anúncio do “novo Adão” (306) que, pela sua “obediência até à morte de cruz” (Fl 2, 8),

repara super-abundantemente a desobediência de Adão (307). Por outro lado, muitos santos Padres e Doutores da Igreja veem, na mulher anunciada no proto-Evangelho, a Mãe de Cristo, Maria, como “nova Eva”. Ela foi a primeira a se beneficiar, de um modo único, da vitória sobre o pecado alcançada por Cristo. Ela foi preservada de toda a mancha do pecado original (308) e, durante toda a sua vida terrena, por uma graça especial de Deus, não cometeu qualquer espécie de pecado (309).

§0412.

Mas, por que é que Deus não impediu o primeiro ser humano de pecar? São Leão Magno responde: “A graça inefável de Cristo

nos deu bens superiores aos que a inveja do demônio nos tinha tirado" (310). E São Tomás de Aquino diz: "Nada se opõe a que a natureza humana tenha sido destinada a um fim mais alto depois do pecado. Efetivamente, Deus permite que os males aconteçam, para deles tirar um bem maior. Daí a palavra de São Paulo: "onde abundou o pecado, superabundou a graça" (Rm 5, 20). Por isto, na bênção do círio pascal, se canta: "Ó feliz culpa, que mereceu tal e tão grande Redentor!"" (311).

Resumindo:

§0413.

"Não foi Deus quem fez a morte, nem Ele se alegra por os vivos se perderem [...]. A morte entrou no mundo pela inveja do Diabo" (Sb 1,13; 2, 24).

§0414.

Satanás ou Diabo e os outros demônios são anjos decaídos por terem livremente recusado servir a Deus e ao seu desígnio. A sua opção contra Deus é definitiva. E eles tentam associar o ser humano à sua revolta contra Deus.

§0415.

"Estabelecido por Deus num estado de santidade, o ser humano, seduzido pelo Maligno desde o princípio da história, abusou da sua liberdade, se levantando contra Deus e pretendendo atingir o seu fim fora de Deus" (312).

§0416.

Pelo seu pecado, Adão, como primeiro ser humano, perdeu a santidade e a justiça originais que tinha recebido de Deus, não somente para si, mas para todos os seres humanos.

§0417.

À sua descendência, Adão e Eva transmitiram a natureza humana ferida pelo seu pri-

meiro pecado e, portanto, privada da santidade e da justiça originais. Esta privação é chamada de “pecado original”.

§0418.

Como consequência do pecado original, a natureza humana ficou enfraquecida nas suas forças e sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao domínio da morte e inclinada para o pecado; inclinação que se chama “concupiscência”.

§0419.

“Afirmamos, pois, com o Concílio de Trento, que o pecado original é transmitido com a natureza humana, "não por imitação, mas

por propagação" e que, assim, é "próprio de cada um""(313).

§0420.

A vitória alcançada por Cristo sobre o pecado nos trouxe bens superiores àqueles que o pecado nos tinha tirado: “Onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5, 20).

§0421.

“Segundo a fé dos cristãos, este mundo foi criado e continua a ser conservado pelo amor do Criador. É verdade que caiu sob a escravidão do pecado, mas Cristo, pela Cruz e Ressurreição, venceu o poder do Maligno e o libertou...” (314).

Notas

1. CatRom I. 2, 6, p. 23.
2. CatRom I. 2, 8, p. 26.
3. Cf. Fl 2, 10-11.
4. Cf. Mc 12, 29-30.
5. Cf. Mc 12, 35-37.
6. IV Concílio de Latrão, Cap. 1. De fide catholica: DS 800.
7. Cf. Jz 13, 1.
8. Cf. Ex 3, 5-6.
9. Cf. Ex 32.
10. Cf. Ex 33, 12-17.
11. Cf. Ex 34, 9.
12. Cf. Is 44, 6.
13. Cf. Sl 85, 11.
14. Cf. Dt 7, 9.
15. Cf. Sb 13, 1-9.
16. Cf. Sl 115, 15.
17. Cf. Sb 7, 17-21.
18. Cf. Jo 17, 3.
19. Cf. Dt 4, 37; 7, 8: 10, 15.
20. Cf. Is 43, 1-7.
21. Cf. Os 2.
22. Cf. Os 11, 1.
23. Cf. Is 49, 14-15.
24. Cf. Is 62, 4-5.

25. Cf. Ez 16; Os 11.
26. Cf. 1 Cor 2, 7-16: Ef 3, 9-12.
27. Santa Joana D'Arc, Dito: Procès de condamnation ed. P. Tisset-Y. Lanhers. v. I (Paris 1960) p. 280 e 288.
28. Cf. Mt 5, 29-30: 16. 24: 19. 23-24.
29. S. Nicolau de Flüe, Bruder-Klausen-Gebet, apud R. Amschwand, Bruder Klaus. Ergànzungsband zum Quellenwerk von R. Durrer (Sarnen 1987). p. 215.
30. Santa Teresa de Jesus. Pœsía. 9: Biblioteca Mística Carmelitana. v. 6 (Burgos 1919). p.90. [Santa Teresa de Jesus, Obras Completas (Paço de Arcos. Edições Carmelo 1994) p. 1390]
31. Tertuliano, Adversus Marcionem, I, 3, 5: CCL 1, 444 (PL 2. 274).
32. Santo Agostinho, Sermo 52. 6. 16: ed. P. Verbraken: Revue Bénédictine 74 (1964) 27 (PL 38. 360).
33. São Cesário de Arles. Expositio vel traditio Symboli (sermo 9): CCL 103. 47.
34. Cf. Virgílio, Professio fidei (522): DS 415.
35. Cf. Sagrada Congregação do Clero, Directorium catechisticum generale, 43: AAS (1972)123.
36. Ibid., 47.
37. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Filius, c. 4: DS 3015.
38. Cf. Dt 32. 6: Ml 2. 10.
39. Cf. 2 Sm 7, 14.

40. Cf. Sl 68, 6.
41. Cf. Is 66, 13: Sl 131, 2.
42. Cf. Sl 27, 10.
43. Cf. Ef 3, 14-15: Is 49, 15.
44. Símbolo de Nicéia: DS 125.
45. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
46. Cf. Gn 1. 2.
47. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
48. Cf. Jo 14, 17.
49 Cf. Jo 14, 26.
50. Cf. Jo 14, 26: 15. 26; 16, 14.
51. Cf. Jo 7, 39.
52. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
53. VI Concílio de Toledo (em 638), De Trinitate et de Filio Dei Redemptore incarnato: DS 490.
54. XI Concílio de Toledo (ano 675), Symbolum: DS 527.
55. Símbolo Niceno Constantinopolitano: DS 150.
56. Concílium de Florença. Decretum pro Græcis: DS 1300-1301.
57. Cf. São Leão Magno ep. Quam laudabiliter: DS 284.
58. II Concílio Vaticano, Decr. Ad gentes: AAS 58 (1966) 948.
59. Concílio de Florença, Decretum pro Græcis (ano 1439): DS 1302.

60. Concílio de Florença, Decretum pro lacobitis (ano 1442): DS 1331.
61. II Concílio de Lião, Constitutio de Summa Trinitate et fide catholica (ano 1274): DS 850.
62. Cf. 1 Cor 12, 4-6 ef 4, 4-6.
63. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 9: AAS 60 (1968) 437.
64. II Concílio de Constantinopla (ano 553), Anathematismi de tribus Capitulis. 1: DS 421.
65. XI Concílio de Toledo (ano 675). Symbolum: DS 530.
66. IV Concílio de Latrão (ano 1215), Cap. 2. De errore abbatis loachim: DS 804.
67. Fides Damasi: DS 71.
68. XI Concílio de Toledo (ano 675). Symbolum: DS 530.
69. IV Concílio de Latrão (ano 1215). Cap. 2, De errore abbatis Ioachim: DS 804.
70. XI Concílio de Toledo (ano 675). Symbolum: DS 528.
71. Concílio de Florença, Decretum pro Iacobitis (ano 1442): DS 1330.
72. Concílio de Florença, Decretum pro Iacobitis (ano 1442): DS 1331.
73. São Gregório de Nazianzo, Oratio 40. 41: SC 358, 292-294 (PG 36, 417).

74. Hino das II Vésperas de Domingo, nas semanas 2 e 4: Liturgia Horarum editio typica, 3 (Typis Poliglottis Vaticanis Poliglottis Vaticanis 1974) p. 632 e 879 [Este hino está traduzido na ed. portuguesa: Liturgia das Horas (Gráfica de Coimbra 1983), v. 3, p. 86 e N. 4, p. 86].
75. I Concílio de Vaticano, Decr. Ad gentes, 2-9: AAS 58 (1966) 948-958.
76. II Concílio de Constantinopla (ano 553), Anathematismi de tribus Capitulis, 1: DS 421.
77. Concílio de Florença, Decretum pro Incobitis (ano 1442): DS 1331.
78. Cf. 1 Cor 8, 6.
79. II Concílio de Constantinopla (ano 553). Anathematismi de tribus Capitulis, 1: DS 421.
80. Cf. Jo 6. 44.
81. Cf. Rm 8, 14.
82. Cf. Jo 17, 21-23.
83. Beata Isabel da Trindade, Élévation à la Trinité: Écrits spirituels. 50. ed. M. M. Philipon (Paris 1949), p. 80. [Escritos espirituais (Œiras edições Carmelo 1989) p. 327].
84. Cf. Jo 14, 26.
85. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
86. Santo Agostinho, De Trinitate 15, 26, 47: CCL 50A, 529 (PL 42. 1095).

87. Paulo VI, Sollemnis Processio fidei, 9: AAS 60 (1968) 436.
88. Símbolo Quicumque: DS 75.
89. Cf. Gn 1, 1; Jo 1, 3.
90. Cf. Mt 6, 9.
91. Cf. 1 Cor 1,18.
92. Cf. Jr 32, 17; Lc 1, 37.
93. Cf. Jr 27, 5.
94. Cf. Est 4c. 17: Pr 21, 1;Tb 13, 2.
95. Cf. Mt 6, 32.
96. São Tomás De Aquino, Summa theologiæ 1, q. 25, a. 5, ad 1: Ed Leon. 4, 297.
98. CatRom I, 2, 13, p. 31.
99. Cf. Gn 18. 14: Mt 19, 26.
100. Domingo XXVI do Tempo Comum, Colecta: Missale Romanum. editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 365 [Trad. oficial portuguesa: Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p. 420]
101. Símbolo dos Apóstolos: DS 30.
102. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
103. Cf. Sagrada Congregação do Clero, Directorium catechisticum generale, 51: AAS 64 (1972) 128.
104. Cf. Rm 8, 18-23.
105. Cf. Egria, Itinerarium seu Peregrinatio ad loca sancta 46, 2: SC 296, 308: PLS 1, 1089-1090: Santo Agostinho. De catechizandis rudibus 3, 5: CCL 46. 124 (PL 40, 313).

106. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Fillius, De Revelatione. canon I: DS 3026.
107. Cf. Act 17, 24-29; Rm 1, 19-20.
108. Cf. Is 43, 1.
109. Cf. Gn 15, 5; Jr 33, 19-26.
110. Cf. Is 44, 24.
111. Cf. S1 104.
112. Cf. Pr 8. 22-31.
113. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
114. Liturgia Bizantina. Tropário das Vésperas de Pentecostes: Pentêkostáriom (Rome 1883). 408.
115. Cf. Sl 33, 6; 104. 30; Gn 1, 2-3.
116. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses, 2, 30, 9: SC 294, 318-320 (PG 7, 822).
117. Ibidem, 4, 20, 1: SC 100, 626 (PG 7, 1032).
118. I Concílio Vaticano, Const dogm. Dei Filius. De Deo rerum omnium Creatore, canon 5: DS 3025.
119. São Boavenura, In secundum librum Sententiarum, dist. 1. p. 2. a. 2, q. 1. concl.: Opera omnia, v. 2 (Ad Claras Aquas 1885), p. 44.
120. São Tomás de Aquino, Commentum in secundum librum Sententiarum, Prologus: Opera omnia, v. 8 (Parisiis 1873), p. 2.
121. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 1: DS 3002.
122. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses 4, 20, 7: SC 100, 648 (PG 7, 1037).

123. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes. 2: AAS 58 (1966) 948.
124. Cf. Sb 9, 9.
125. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Filius, c. 1: DS 3002.
126. I Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Filius, De Deo rerum omnium Creatore, canones 1-4: DS 3023-3024.
127. IV Concílio de Latrão, Cap. 2. De fide catholica: DS 800; I Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Filius,. Const. dogm. Dei Filiu.s, De Deo rerum omnium Creatore, canon 5: DS 3025.
128. São Teófilo de Antioquia, Ad Autolycum, 2. 4; SC 20. 102 (PG 6. 1052).
129. Cf. Sl 51, 12.
130. Cf. Gn 1, 3.
131. Cf. 2 Cor 4, 6.
132. Cf. Cf. Gn 1, 26.
134. Cf. Jó 42, 3.
135. Cf. São Leão Magno ep Quam laudabiliter: DS 286: I Concílio de Braga,.Anathematismi præsertim contra Priscillianistas, 5-13: DS 455-463: IV Concílio de Latrão, Cap. 2, De fide catholica: DS 800; Concílio de Florença, Decretam pro Iacobitis: DS 1333. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 1: DS 3002.
136. Cf. Eclo 43, 30.

137. Santo Agostinho, Confissões, 3, 6, 11: CCL 27, 33 (PL 32, 688).
138. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 1: DS 3003.
139. Cf. Is 10, 5-15: 45, 5-7: Dt 32, 39: Eclo 11, 14.
140. Cf. Sl 22; 32; 35; 103; 138 etc.
141. Cf. Mt 10, 29-31.
142. Cf. Gn 1, 26-28.
143. Cf. Cl 1, 24.
144. Cf. 1 Ts 3, 2.
145. Cf. Cl 4, 11.
146. Cf. 1 Cor 12, 6.
147. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes. 36: AAS 58 (1966) 1054.
148. Cf. Mt 19, 26: Jo 15, 5; Fl 4, 13.
149. Cf. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1, q. 25, a. 6: Ed. Leon. 4, 298299.
150. São Tomás de Aquino, Summa contra gentiles, 3, 71: Ed. Leon. 14. 209-211.
151. Cf. Santo Agostinho, De libero arbitrio, 1, 1, 1: CCL 29, 211 (PL 32. 1221-1223): Santo Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 79, a. l: Ed. Leon. 7, 76-77.
152. Santo Agostinho enchiridion de fide, spe et caritate. 3. 11: CCL 46, 53 (PL 40, 236).
153. Cf. Tb 2. 12-18 vulg.
154. Cf. Rm 5, 20.

155. Santa Catarina de Sena, ll dialogo della Divina provvidenza, 138: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 441.
156. Margarita Roper epistola ad Aliciam Alington (Agosto 1534): The Correspondence of Eclo Thomas More ed. E. F. Rogers (Princeton 1947), p. 531-532. [Texto no Ofício de Leituras da memória de São Tomás Moro a 22 de Junho].
157. Juliana de Norwich, Revelatio 13, 32: A Book of Showings to the Anchoress Julian of Norwich. ed. E. Colledge — J. Walsh, vol.. 2 (Toronto 1978), p. 426 e 422.
158. Cf. Gn 2. 2.
159. Cf. Sagrada Congregação de Estudos, Decreto (27 Julho 1914): DS 3624.
160. Cf. Mt 6, 26-34.
161. Cf. Sl 55, 23.
162. DS 30.
163. DS 150.
164. Cf. Sl 115, 16.
165. Cf. Sl 19. 2.
166. Cf. Sl 115, 16.
163. DS 150.
164. Cf., Sl 115, 16.
165. Cf. Sl 19, 2.
167. IV Concílio de Latrão, Cap. I. De fide catholica: DS 800; Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm.

Dei Filius, c. I: DS 3002 e Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 8: .AAS 60 (1968) 436.
168. Santo Agostinho enarratio in Psalmum, 103, 1, 15: CCL 40, 1488 (PL 37, 13481349).
169. Cf. Pio XII enc. Humani generis: DS 3891.
170. Cf. Lc 20. 36.
171. Cf. Dn 10, 9-12.
172. Cf. Jó 38, 7, onde os anjos são chamados “filhos de Deus”.
173. Cf. Gn 3, 24.
174. Cf. Gn 19.
175. Cf. Gn 21, 17.
176. Cf. Gn 22, 11.
177. Cf. Act 7. 53.
178. Cf. Ex 23, 20-23.
179. Cf. Jz 13.
180. Cf. Jz 6, 11-24; Is 6. 6.
181. Cf. 1 Rs 19, 5.
182. Cf. Lc 1, 11. 26.
183. Cf. Mt 1, 20; 2, 13.19.
184. Cf. Mc 1, 13; Mt 4, 11.
185. Cf. Lc 22, 43.
187. Cf. 2 Mac 10, 29-30; 11, 8.
188. Cf. Lc 2, 10.
189. Cf. Lc 2, 8-14.
190 Cf. Mc 16, 5-7.
191. Cf. Act 1, 10-11.

192. Cf. Mt 13, 41; 24, 31; Lc 12, 8-9.
193. Cf. Act 5, 18-20; 8, 26-29; 10, 3-8; 12, 6-11; 27, 23-25.
194. Cf. Oração eucarística. "Santo": (editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 392) [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 452].
195. Ordo exsequiarum, 50 editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969), p. 23 [Ed. portuguesa: Celebração das Exéquias. Braga, Conferência Episcopal Portuguesa - Editorial A.O., 1984, n. 77, p. 71].
196. Liturgia Byzantina sancti Ioannis Chrysostomi, Hymnus cherubinorum: Liturgies Eastern and Western ed. F. E. Brightman (Oxford 1896) p. 377.
197. Cf. Mt 18, 10.
198. Cf. Lc 16, 22.
199. Cf. Sl 34, 8; 91, 10-13.
200. Cf. Jó 33, 23-24; Zc 1, 12; Tb 12, 12.
201. São Basílio Magno, Adversus Eunomium 3, 1; SC 305, 148 (PG 29, 656B).
202. Cf. Gn 1, 1-2, 4.
203. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 11: AAS 58 (1966) 823.
204. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 41.
205. Cf. Santo Agostinho, De genesi contra Manichæos, 1, 2, 4: PL 36, 175.

206. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 36: AAS 58 (1966) 1054.
207. Cf. Sl 145, 9.
208. Cf. Gn 1, 26.
209. São Francisco de Assis. Cântico das criaturas: Opuscula sancti Patris Francisci Assisiensis ed C. Esser (Grottaferrata 1978) p. 84-86 [Fontes Franciscanas, l Braga editorial Franciscana, 1994) p. 77-78].
210. Cf. Heb 4, 3-4.
211. Cf. Jr 31. 35-37; 33, 19-26.
212. Cf. Gn 1, 14.
213. São Bento, Regula. 43. 3: CSEL 75, 106 (PL 66, 675).
214. Cf. Vigília Pascal, oração depois da primeira leitura: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 276 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 304].
215. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1, 114. 3, ad 3: Ed. Leon. 5, 535.
216. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 12: AAS 58 (1966) 1034.
217. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 24: AAS 58 (1966) 1045.
218. Santa Catarina de Sena, Il dialogo della Divina provvidenza, 13: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 43.

219. Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 12: AAS 58 (1966) 1034: Ibid. 24:AAS 58 (1966) 1045; Ibid. 39: AAS 58 (1966) 1056-1057.
220. São João Crisóstomo, Sermones in Genesim, 2, 1: PG 54, 587D-588A.
221. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
222. São Pedro Crisólogo, Sermones 117, 1-2: CCL 24A, 709 (PL 52, 520) [2§ leit. do Ofício de Leituras de Sábado da XXIX Semana do Tempo Comum: Liturgia das Horas (Gráfica de Coimbra 1983), v. 4, p. 440].
223. Cf. Tb 8, 6.
224. Pio XII enc. Summi Pontificatus: AAS 31 (1939) 427: II Concílio Vaticano, Decl.Nostra ætate, 1: AAS 58 (1966) 740.
225. Pio XII. Enc. Summi Pontificatus: AAS 31 (1939) 426.
226. Cf. Mt 16, 25-26; Jo 15. 13
227. Cf. Act 2, 41.
228. Cf. Mt 26, 38; Jo 12, 27.
229. Cf. Mt 10, 28; 2 Mac 6, 30.
230. Cf. 1 Cor 6, 19-20; 15, 44-45.
231. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 14: AAS 58 (1966) 1035.
232. Cf. Concílio de Viena (ano 1312), Const. “Fidei catholicæ”: DS 902.

233. Cf. Pio XII enc. Humani generis (ano 1950): DS 3896; Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 8: AAS 60 (1968) 436.
234. Cf. V Concílio de Latrão (ano 1513), Bulla Apostolici regiminis: DS 1440.
235. IV Concílio de Constantinopla (ano 870), canon 11: DS 657.
236. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 2: DS 3005; II Concílio Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042-1043.
237. Cf. Pio XII enc. Humani generis (ano 1950): DS 3891.
238. Cf. Dt 6, 5; 29, 3; Is 29, 13 ez 36, 26; Mt 6, 21: Lc 8, 15; Rm 5, 5.
239. Cf. Gn 2, 7.22.
240. Cf. Is 49, 14-15; 66, 13; Sl 131, 2-3.
241. Cf. Os 11, 1-4; Jr 3, 4-19.
243. Cf. João Paulo II ep. ap. Mulieris dignitatem, 7: AAS 80 (1988) 1664-1665.
244. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1070-1071.
245. Cf. Gn 1, 28.
246. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.°. Decretum de peccato originali, canon 1: DS1511.
247. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 5-6.
248. Cf. Gn 2, 17; 3, 19.

249. Cf. Gn 3, 16.
250. Cf. Gn 2, 25.
251. Cf. 1 Jo 2, 16.
252. Cf. Gn 2, 8.
253. Cf. Gn 3, 17-19.
254. Oração eucarística IV 118: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 467 [Missal Romano. Gráfica de Coimbra 1992. 538].
255. Cf. Ef 1, 3-6: Rm 8, 29.
256. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 14: AAS 58 (1966) 1035.
257. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 12: AAS 58 (1966) 1034.
258. Santo Agostinho, Confissões 7, 7. 11: CCL 27. 99 (PL 32, 739).
259. Cf. 1 Tm 3, 16.
260. Cf. Rm 5, 20.
261. Cf. Lc 11, 21-22: Jo 16, 11; 1 Jo 3, 8.
263. Cf. I Cor 2, 16.
264. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 13: AAS 58 (1966) 1034-1035.
265. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.2, Decretum de peccato originali, canon 3: DS1513: Pio XII enc. Humani generis: DS 3897: Paulo VI, Alocução aos participantes no “simpósio” teológico sobre o pe-

cado original (11 de Julho de 1966): AAS 58 (1966) 649-655.
266. Cf. Gn 3, 1-5.
267. Cf. Sb 2, 24.
268. Cf. Jo 8, 44; Ap 12, 9.
269. IV Concílio de Latrão (ano 1215), Cap. 1, De fide catholica: DS 800.
270. Cf. 2 Pe 2, 4.
271. São João Damasceno expositio fidei [De fide orthodoxa 2, 4]: PTS 12, 50 (PG 94, 877).
272. Cf. Mt 4, 1-11.
273. Cf. Gn 3, 1-11.
274. Cf. Rm 5, 19.
275. Cf. Gn 3, 5.
276. São Máximo o Confessor, Ambiguorum liber: PG 91, 1156.
277. Cf. Rm 3, 23.
278. Cf. Gn 3, 9-10.
279. Cf. Gn 3, 5.
280. Cf. Gn 3, 7.
281. Cf. Gn 3, 11-13.
282. Cf. Gn 3, 16.
283. Cf. Gn 3, 17.19.
284. Cf. Rm 8, 20.
285. Cf. Gn 2, 17.
286. Cf. Gn 3, 19.
287. Cf. Rm 5, 12.

288. Cf. Gn 4, 3-15.
289. Cf. Gn 6, 5.12; Rm 1, 18-32.
290. Cf. 1 Cor 1-6; Ap 2-3.
291. I Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 13: AAS 58 (1966) 1035.
292. Concílio de Trento, Sess.5.â, Decretum de peccato originali, canon 2: DS 1512.
293 Concílio de Trento, Sess. 5., Decretum de peccato originali, canon 4: DS 1514.
294. São Tomás de Aquino, Quæstiones disputatæ de malo, 4. 1, c.: Ed. Leon. 23, 105.
295. Concílio de Trento, Sess. 5., Decretum de peccato originali, canon 1-2: DS 1511-1512.
296. Concílio de Trento, Sess. 5., Decretum de peccato originali, canon 3: DS 1513.
297. Concílio de Orange, Canones 1-2: DS 371-372.
298. Concílio de Trento, Sess. Decretum de peccato originali, DS 1510-1516.
299. Concílio de Trento, Sess. Decretum de peccato originali, canon l: DS 1511; cf. Heb 2, 14.
300. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 25: AAS 83 (1991) 823-824.
301. Cf. João Paulo II ex. ap. Reconciliatio et pænitentia, 16: AAS 77 (1985) 213-
217.
302. Cf. 1 Pe 5, 8.

303. II Concílio do Vaticano. Const. past. Gaudium et spes, 37: AAS 58 (1966) 1055.
304. Cf. Gn 3, 9.
305. Cf. Gn 3, 15.
306. Cf. 1 Cor 15, 21-22.45.
307. Cf. Rm 5, 19-20.
308. Cf. Pio IX. Bulla Ineffabilis Deus: DS 2803.
309. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6., Decretum de iustificatione, canon 23: DS 1573.
310. São Leão Magno, Sermo 73. 4: CCL 88A. 453 (PL 54. 151).
311. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ. 3, q. 1, a. 3. ad 3: Ed. Leon. 11, 14: as palavras aqui citadas por São Tomás cantam-se no Precônio pascal “Exsultet”.
312. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 13: AAS 58 (1966) 10341035.
313. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 16: AAS 60 (1968) 439.
314. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 2: AAS 58 (1966) 1026.

CAPÍTULO SEGUNDO: CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS

A BOA NOVA: DEUS ENVIOU O SEU FILHO

§0422.

"Quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher e sujeito à Lei, para resgatar os que estavam sujeitos à Lei e nos tornar seus filhos adotivos" (Gl 4, 4-5). Esta é a "Boa Nova de Jesus Cristo, Filho de Deus" (1): Deus visitou o seu povo (2), cumpriu as promessas feitas a Abraão e à sua descendência (3) e o fez para além de toda a expectativa, enviando o seu "Filho muito-amado" (4).

§0423.

Nós cremos e confessamos que Jesus de Nazaré, judeu nascido de uma filha de Israel em Belém, no tempo do rei Herodes o Grande e do imperador César Augusto, carpinteiro de profissão, morto crucificado em Jerusalém sob o procurador Pôncio Pilatos no reinado do imperador Tibério, é o Filho eterno de Deus feito ser humano; que Ele "saiu de Deus" (Jo 13, 3), "desceu do Céu" (Jo 3, 13; 6, 33) e "veio na carne" (5), porque "o Verbo Se fez carne e habitou entre nós. Nós vimos a sua glória, glória que Lhe vem do Pai como Filho Unigênito, cheio de graça e de verdade [...] Na verdade, foi da sua plenitude que to-

dos nós recebemos, graça sobre graça" (Jo 1, 14, 16).

§0424.

Movidos pela graça do Espírito Santo e atraídos pelo Pai, nós cremos e confessamos a respeito de Jesus: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt 16, 16). Foi sobre o rochedo desta fé, confessada por Pedro, que Cristo edificou a sua Igreja (6).

"ANUNCIAR A INSONDÁVEL RIQUEZA DE CRISTO" (EF 3, 8)

§0425.

A transmissão da fé cristã é, antes de mais, o anúncio de Jesus Cristo, para Levar à fé n'Ele. Desde o princípio, os primeiros discí-

pulos arderam no desejo de anunciar Cristo: "Nós é que não podemos deixar de dizer o que vimos e escutamos" (Act 4, 20). E convidam os seres humanos de todos os tempos a entrar na alegria da sua comunhão com Cristo.

"O que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e as nossas mãos tocaram acerca do Verbo da vida, é o que nós vos anunciamos, pois a Vida Se manifestou, nós a vimos e dela damos testemunho. Nós vos anunciamos a vida eterna que estava junto do Pai e nos foi manifestada. Nós vos anunciamos o que vimos e ouvimos, para que estejais também em comunhão connosco. E a comunhão em que estamos é com

o Pai e com o seu Filho, Jesus Cristo. E escrevemos tudo isto para a nossa alegria ser completa" (1 Jo, 1, 1-4).

NO CORAÇÃO DA CATEQUESE: CRISTO

§0426.

"No coração da catequese encontramos essencialmente uma Pessoa: Jesus de Nazaré, Filho único do Pai [...], que sofreu e morreu por nós e que agora, ressuscitado, vive connosco para sempre [...]. Catequizar [...] é revelar, na Pessoa de Cristo, todo o desígnio eterno de Deus [...]. É procurar compreender o significado dos gestos e das palavras de Cristo e dos sinais por Ele realizados" (7). O fim da catequese é "pôr em comunhão com

Jesus Cristo. Somente Ele pode levar ao amor ao Pai, no Espírito e nos fazer participar na vida da Santíssima Trindade" (8).

§0427.

"Na catequese, é Cristo, Verbo Encarnado e Filho de Deus, que é ensinado. Tudo o mais o é em referência a Ele. E só Cristo ensina. Todo e qualquer outro o faz apenas na medida em que é seu porta-voz, consentindo em que Cristo ensine pela sua boca [...]. Todo catequista deveria poder aplicar a si próprio as misteriosas palavras de Jesus: "A minha doutrina não é minha, mas d'Aquele que Me enviou" (Jo 7, 16)" (9).

§0428.

Aquele que é chamado a “ensinar Cristo” deve, portanto, antes de tudo, procurar “esse lucro sobre-eminente que é o conhecimento de Jesus Cristo”. Tem de “aceitar perder tudo [...] para ganhar Cristo e se encontrar n'Ele” e “conhecer a Ele, na força da sua ressurreição e na comunhão com os seus sofrimentos, se conformar a Ele na morte, na esperança de chegar a ressuscitar dos mortos” (Fl 3, 8-11).

§0429.

Deste conhecimento amoroso de Cristo brota o desejo de anunciá-Lo, de “evangelizar” e levar os outros ao “sim” da fé em Jesus Cristo. Mas, ao mesmo tempo, se faz sentir a necessidade de conhecer sempre melhor esta

fé. Com esse objetivo, seguindo a ordem do Símbolo da fé, primeiro serão apresentados os principais títulos de Jesus: Cristo, Filho de Deus, Senhor (Artigo 2). O Símbolo confessa, em seguida, os principais mistérios da vida de Cristo: da sua Encarnação (Artigo 3), da sua Páscoa (Artigos 4 e 5) e, por fim, da sua Glorificação (Artigos 6 e 7).

ARTIGO 2: “E EM JESUS CRISTO, SEU ÚNICO FILHO, NOSSO SENHOR”

I. JESUS

§0430.

Em hebraico, Jesus quer dizer “Deus salva”. Quando da Anunciação, o anjo Gabriel Lhe dá, como nome próprio, o nome de Je-

sus, o qual exprime, ao mesmo tempo, a sua identidade e a sua missão (10). Uma vez que "só Deus pode perdoar os pecados" (Mc 2, 7), será Ele quem, em Jesus, seu Filho eterno feito ser humano, "salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1, 21). Em Jesus, Deus recapitula, assim, toda a sua história de salvação em favor dos seres humanos.

§0431.

Nesta história da salvação, Deus não Se contenta com libertar Israel "da casa da escravidão" (Dt 5, 6), fazendo-o sair do Egito. Salvou-o também dos seus pecados. Porque o pecado é sempre uma ofensa feita a Deus (11), só Ele é que pode absolvê-lo (12). É por isso que Israel, tomando cada vez mais cons-

ciência da universalidade do pecado, só poderá procurar a salvação na invocação do nome do Deus Redentor (13).

§0432.

O nome de Jesus significa que o próprio nome de Deus está presente na pessoa do seu Filho (14) feito ser humano para a redenção universal e definitiva dos pecados. Ele é o único nome divino que traz a salvação (15) e pode, desde agora, ser invocado por todos, pois a todos os seres humanos Se uniu pela Encarnação (16), de tal modo que "não existe, debaixo do Céu, outro nome, dado aos seres humanos, pelo qual possamos ser salvos" (Act 4, 12) (17).

§0433.

O nome de Deus salvador era invocado apenas uma vez por ano, pelo sumo sacerdote, para expiação dos pecados de Israel, depois de ter aspergido o propiciatório do “santo dos santos” com o sangue do sacrifício (18). O propiciatório era o lugar da presença de Deus (19). Quando São Paulo diz de Jesus que Deus O “ofereceu para, n'Ele, pelo seu sangue, se realizar a expiação” (Rm 3, 25), quer dizer que, na sua humanidade, “era Deus que em Cristo reconciliava o mundo consigo” (2 Cor 5, 19).

§0434.

A ressurreição de Jesus glorifica o nome de Deus salvador (20) porque, a partir daí, é

o nome de Jesus que manifesta em plenitude o poder supremo do nome que está acima de todos os nomes" (Fl 2, 9-10). Os espíritos maus temem o seu nome (21) e é em seu nome que os discípulos de Jesus fazem milagres (22), porque tudo o que pedem ao Pai em seu nome ele lho concede (23).

§0435.

O nome de Jesus está no centro da oração cristã. Todas as orações litúrgicas se concluem com a fórmula "*per Dominum nostrum Jesum Christum* - por nosso Senhor Jesus Cristo". A Ave-Maria culmina nas palavras "e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus". A oração do coração dos Orientais, chamada "oração a Jesus", diz: "Jesus Cristo, Filho de

Deus, Senhor, tem piedade de mim, pecador". E muitos cristãos morrem, como Santa Joana d'Arc, tendo nos lábios apenas uma palavra: "Jesus" (24).

II. CRISTO

§0436.

Cristo vem da tradução grega do termo hebraico "Messias", que quer dizer "ungido". Só se torna nome próprio de Jesus porque Ele cumpre perfeitamente a missão divina que tal nome significa. Com efeito, em Israel eram ungidos, em nome de Deus, aqueles que Lhe eram consagrados para uma missão d'Ele imanada. Era o caso dos reis (25), dos sacerdotes (26) e, em raros casos, dos Profe-

tas (27). Este devia ser, por excelência, o caso do Messias, que Deus enviaria para estabelecer definitivamente o seu Reino (28). O Messias devia ser ungido pelo Espírito do Senhor (29), ao mesmo tempo como rei e sacerdote (30), mas também como profeta (31). Jesus realizou a expectativa messiânica de Israel na sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

§0437.

O anjo anunciou aos pastores o nascimento de Jesus como sendo o do Messias prometido a Israel: “nasceu-vos hoje, na cidade de Davi, um salvador que é Cristo, Senhor” (Lc 2, 11). Desde a origem ele é “Aquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo” (Jo 10, 36), concebido como “santo” no ventre virginal de

Maria (32). José foi convidado por Deus a "levar, para sua casa, Maria, sua esposa", grávida d'"Aquele que nela foi gerado pelo poder do Espírito Santo" (Mt 1, 20), para que Jesus, "chamado Cristo", nascesse da esposa de José, na descendência messiânica de Davi (Mt 1, 16) (33).

§0438.

A consagração messiânica de Jesus manifesta a sua missão divina. "Aliás, é o que indica o seu próprio nome, porque, no nome de Cristo, está subentendido Aquele que ungiu. Aquele que foi ungido e a própria Unção com que foi ungido. Aquele que ungiu é o Pai, Aquele que foi ungido é o Filho e o foi no Espírito que é a Unção" (34). A sua eterna consa-

gração messiânica se revelou no tempo da sua vida terrena, quando do seu batismo por João, momento em que “Deus O ungiu com o Espírito Santo e poder” (Act 10, 38), “para que se manifestasse a Israel” (Jo 1, 31) como seu Messias. As suas obras e palavras o darão a conhecer como “o santo de Deus” (35).

§0439.

Numerosos judeus e mesmo alguns pagãos que partilhavam da sua esperança reconheceram em Jesus os traços fundamentais do messiânico “filho de Davi”, prometido por Deus a Israel (36). Jesus aceitou o título de Messias a que tinha direito (37), mas não sem reservas, uma vez que esse título era compreendido, por numerosos dos seus con-

temporâneos, segundo um conceito demasiado humano (38) e essencialmente político (39).

§0440.

Jesus aceitou a profissão de fé de Pedro, que O reconhecia como o Messias, anunciando a Paixão próxima do Filho do Homem (40). Revelou o conteúdo autêntico da sua realeza messiânica, ao mesmo tempo na identidade transcendente do Filho do Homem "que desceu do Céu" (Jo 3, 13) (41) e na sua missão redentora como Servo sofredor. "O Filho do Homem [...] não veio para ser servido, veio para servir e dar a vida como resgate pela multidão" (Mt20, 28) (42). Foi por isto que o verdadeiro sentido da sua realeza só se

manifestou do alto da cruz (43). E só depois da ressurreição, a sua realeza messiânica poderá ser proclamada por Pedro perante o Povo de Deus. “Saiba, com absoluta certeza, toda a casa de Israel, que Deus fez Senhor e Messias esse Jesus que vós crucificastes” (Act 2, 36).

III. FILHO ÚNICO DE DEUS

§0441.

Filho de Deus, no Antigo Testamento, é um título dado aos anjos (44), ao povo eleito (45), aos filhos de Israel (46) e aos seus reis (47). Nestes casos, significa uma filiação adotiva, que estabelece, entre Deus e a sua criatura, relações de particular intimidade.

Quando o Rei Messias prometido é chamado de “filho de Deus” (48), isto não implica necessariamente, segundo o sentido literal de tais textos, que Ele seja mais que um simples ser humano. Os que assim designaram Jesus enquanto Messias de Israel (49), talvez não tenham querido dizer mais (50).

§0442.

Mas não é este o caso de Pedro, quando confessa Jesus como “Cristo, o Filho de Deus vivo” (51), porque Jesus lhe responde solenemente: “não foram a carne nem o sangue que te revelaram, mas sim o meu Pai que está nos Céus” (Mt 16, 17). De igual modo, Paulo dirá, a propósito da sua conversão no caminho de Damasco: “Quando aprouve a Deus -

que me escolheu desde o ventre de minha mãe e me chamou pela sua graça - revelar o seu Filho em mim, para que O anuncie como Evangelho aos gentios...” (Gl 1, 15-16). “E logo começou a proclamar nas sinagogas que Jesus era o Filho de Deus” (Act 9, 20). Será este, desde o princípio (52), o núcleo da fé apostólica (53), primeiramente professada por Pedro como fundamento da Igreja (54).

§0443.

Se Pedro pôde reconhecer o caráter transcendente da filiação divina de Jesus Messias, foi porque Este lha deixou perceber nitidamente. Diante do Sinédrio, à pergunta dos seus acusadores: “Então, tu és o Filho de Deus?” Jesus respondeu: “É como dizeis:

sou" (Lc 22, 70) (55). Já muito antes, ele Se designara como "o Filho" que conhece o Pai (56), diferente dos "servos" que Deus anteriormente enviara ao seu povo (57), superior aos próprios anjos (58). Ele distinguiu a sua filiação da dos Seus discípulos, nunca dizendo "Pai nosso" (59), a não ser para lhes ordenar: "vós, quando rezardes, dizei assim: Pai nosso" (Mt 6,9) e sublinhou esta distinção: "o meu Pai e vosso Pai" (Jo 20, 17).

§0444.

Os Evangelhos fazem referência, em dois momentos solenes, no batismo e na transfiguração de Cristo, à voz do Pai, que O designa como seu "filho muito-amado" (60). Jesus designa a Ele próprio como "o Filho único de

Deus" (Jo 3, 16), afirmando, por este título, a sua preexistência eterna (61). E exige a fé "no nome do Filho único de Deus" (Jo 3, 18). Esta profissão de fé cristã aparece já na exclamação do centurião diante de Jesus crucificado: "Verdadeiramente, este homem era o Filho de Deus!" (Mc 15, 39), porque somente no Mistério Pascal o crente pode dar pleno significado ao título de "Filho de Deus".

§0445.

É depois da ressurreição que a filiação divina de Jesus aparece no poder da sua humanidade glorificada. "Segundo o Espírito santificante, pela sua ressurreição de entre os mortos ele foi estabelecido como Filho de Deus em poder" (Rm 1, 4) (62). E os Apósto-

los poderão confessar: “Nós vimos a sua glória, glória que Lhe vem do Pai como a Filho único, cheio de graça e de verdade” (Jo 1, 14).

IV. SENHOR

§0446.

Na tradução grega dos Livros do Antigo Testamento, o nome inefável sob o qual Deus Se revelou a Moisés (63), YHWH, é traduzido por “Kyrios” (“Senhor”). Senhor se torna, desde então, o nome mais habitual para designar a própria divindade do Deus de Israel. É neste sentido forte que o Novo Testamento utiliza o título de “Senhor”, tanto para o Pai como também - e aí é que está a novidade -

para Jesus, assim reconhecido como sendo Ele próprio Deus (64).

§0447.

O próprio Jesus veladamente atribui a Si mesmo este título, quando discute com os fariseus sobre o sentido do Salmo 110 (65) e também, de modo explícito, ao Se dirigir aos Apóstolos (66). Ao longo de toda a vida pública, os seus gestos de domínio sobre a natureza, sobre as doenças, sobre os demônios, sobre a morte e o pecado, demonstravam a sua soberania divina.

§0448.

Muitíssimas vezes, nos evangelhos, aparecem pessoas que se dirigem a Jesus lhe cha-

mando “Senhor”. Este título exprime o respeito e a confiança dos que se aproximam de Jesus e d'Ele esperam socorro e cura (67). Pronunciado sob a moção do Espírito Santo, exprime o reconhecimento do Mistério divino de Jesus (68). No encontro com Jesus ressuscitado, se transforma em adoração: “Meu Senhor e meu Deus!” (Jo 20, 28) Assume então uma conotação de amor e afeição, que vai ficar como típica da tradição cristã: “É o Senhor!” (Jo 21, 7).

§0449.

Ao atribuir a Jesus o título divino de Senhor, as primeiras confissões de fé da Igreja afirmam, desde o princípio (69), que o poder, a honra e a glória, devidos a Deus Pai, tam-

bém são devidos a Jesus (70), porque Ele é "de condição divina" (Fl 2, 6) e o Pai manifestou esta soberania de Jesus O ressuscitando de entre os mortos e O exaltando na sua glória (71).

§0450.

Desde o princípio da história cristã, a afirmação do senhorio de Jesus sobre o mundo e sobre a história (72) significa também o reconhecimento de que o ser humano não deve submeter a sua liberdade pessoal, de modo absoluto, a nenhum poder terreno, mas somente a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo. César não é o "Senhor" (73). "A Igreja crê... que a chave, o centro e o fim de toda a

história humana se encontra no seu Senhor e Mestre” (74).

§0451.

A oração cristã é marcada pelo título de “Senhor”, quer no convite à oração: “O Senhor esteja convosco”, quer na conclusão da mesma: “Por nosso Senhor Jesus Cristo”, quer ainda pelo grito cheio de confiança e de esperança: “Maran atha!” (“O Senhor vem!”) ou “Marana tha!” (“Vem, Senhor!”) (1 Cor 16, 22): “Amém! Vem, Senhor Jesus!” (Ap22, 20).

RESUMINDO:

§0452.

O nome de Jesus significa “Deus salva”. O menino nascido da Virgem Maria é chamado “Jesus”, “porque salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1, 21). “Não existe debaixo do Céu outro nome dado aos seres humanos, pelo qual possamos ser salvos” (Act 4,12).

§0453.

O nome de Cristo significa “Ungido”, “Messias”. Jesus é Cristo, porque “Deus O ungiu com o Espírito Santo e o poder” (Act 10, 38). Ele era “Aquele que estava para vir” (Lc 7,19), o objeto da “esperança de Israel” (75).

§0454.

O nome de Filho de Deus significa a relação única e eterna de Jesus Cristo com Deus seu Pai. Ele é o Filho único do Pai (76) e, ele próprio, Deus (77). Crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus é condição necessária para ser cristão (78).

§0455.

O nome de Senhor significa a soberania divina. Confessar ou invocar Jesus como Senhor é crer na sua divindade. “Ninguém pode dizer "Jesus é Senhor", a não ser pela ação do Espírito Santo” (1 Co 12, 3).

ARTIGO 3: “JESUS CRISTO FOI CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO E NASCEU DA VIRGEM MARIA”

PARÁGRAFO 1: O FILHO DE DEUS SE FEZ SER HUMANO

I. PORQUE É QUE O VERBO ENCARNOU?

§0456.

Com o Credo Niceno-Constantinopolitano, respondemos confessando: “Por nós, seres humanos e para nossa salvação, desceu dos Céus e encarnou, pelo Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria e Se fez ser humano” (79).

§0457.

O Verbo Se fez carne para nos salvar, nos reconciliando com Deus. “Foi Deus que nos amou primeiro e enviou o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1 Jo 4, 10). “O Pai enviou o Filho como salvador do mundo” (1 Jo 4, 14). “E Ele veio para tirar os pecados” (1 Jo 3, 5).

“Enferma, a nossa natureza precisava ser curada; decaída, precisava ser elevada; morta, precisava ser ressuscitada. Tínhamos perdido a posse do bem que era preciso que nos fosse restituído. Encerrados nas trevas, precisávamos de quem nos trouxesse a luz; cativos, esperávamos um salvador; prisioneiros, esperávamos um auxílio; escravos, precisá-

vamos de um libertador. Seriam razões sem importância? Não seriam suficientes para comover a Deus, a ponto de fazê-lo descer até à nossa natureza humana, para visitá-la, já que a humanidade se encontrava em estado tão miserável e infeliz?" (80).

§0458.

O Verbo Se fez carne, para que assim conhecêssemos o amor de Deus. "Assim se manifestou o amor de Deus para conosco: Deus enviou ao mundo o seu Filho Unigênito, para que vivamos por Ele" (I Jo 4, 9). "Porque Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho Unigênito, para que todo ser humano que acredita n'Ele não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3, 16).

§0459.

O Verbo Se fez carne, para ser o nosso modelo de santidade. “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de Mim [...]” (Mt 11, 29). “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por Mim” (Jo 14, 6). E o Pai, na montanha da Transfiguração, ordena: “Escutai-o” (Mc 9, 7) (81). De fato, ele é o modelo das bem-aventuranças e a norma da Lei nova: “Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei” (Jo 15, 12). Este amor implica a oferta efetiva de nós mesmos, no seu seguimento (82).

§0460.

O Verbo Se fez carne, para nos tornar “participantes da natureza divina” (2 Pe 1, 4),

“pois foi por esta razão que o Verbo Se fez ser humano e o Filho de Deus Se fez Filho do Homem: foi para que o ser humano, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo assim a adoção divina, se tornasse filho de Deus” (83). “Porque o Filho de Deus Se fez ser humano, para nos fazer deuses” (84). “*Unigenitus [...] Dei Filias, suæ divinitatis volens nos esse participes, naturam nostram assumpsit, ut homines deos faceret fatos homo* - O Filho Unigênito de Deus, querendo que fôssemos participantes da sua divindade, assumiu a nossa natureza para que, feito ser humano, fizesse os seres humanos deuses” (84).

II. A ENCARNAÇÃO

§0461.

Retomando a expressão de São João (“o Verbo Se fez carne”: Jo 1, 14), a Igreja chama “Encarnação” ao fato de o Filho de Deus ter assumido uma natureza humana, para nela levar a efeito a nossa salvação. Num hino que nos foi conservado por São Paulo, a Igreja canta este mistério:

“Tende em vós os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus. Ele, que era de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas aniquilou a Si próprio, assumindo a condição de servo e Se tornou semelhante aos seres humanos. Aparecendo como ser humano, Se humilhou ainda mais,

obedecendo até à morte e morte de Cruz" (Fl 2, 5-8) (86).

§0462.

A Epístola aos Hebreus fala do mesmo mistério: "É por isto que, ao entrar neste mundo, Cristo diz: "Não quiseste sacrifícios e oferendas, mas Me formaste um corpo. Holocaustos e imolações pelo pecado não Te foram agradáveis. Então Eu disse: Eis-Me aqui [...] para fazer a tua vontade"" (Heb 10, 5-7, citando o Sl 40, 7-9, segundo os LXX).

§0463.

A fé na verdadeira Encarnação do Filho de Deus é o sinal distintivo da fé cristã: "Nisto haveis de reconhecer o Espírito de Deus: to-

do o espírito que confessa a Jesus Cristo encarnado é de Deus" (1 Jo 4, 2). É esta a alegre convicção da Igreja desde o seu princípio, ao cantar "o grande mistério da piedade": "Ele Se manifestou na carne" (1 Tm 3, 16).

III. VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO SER HUMANO

§0464.

O acontecimento único e absolutamente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte ser humano, nem que seja o resultado de uma mistura confusa do divino com o humano. Ele Se fez verdadeiro ser humano, permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano.

Esta verdade da fé, teve a Igreja de defendê-la e clarificar, no decurso dos primeiros séculos, perante heresias que a falsificavam.

§0465.

As primeiras heresias negaram menos a divindade de Cristo que a sua verdadeira humanidade (docetismo gnóstico). Desde os tempos apostólicos que a fé cristã insistiu sobre a verdadeira Encarnação do Filho de Deus “vindo na carne” (87). Mas, a partir do século III, a Igreja teve de afirmar, contra Paulo de Samossata, num concílio reunido em Antioquia, que Jesus Cristo é Filho de Deus por natureza e não por adoção. O primeiro Concílio ecumênico de Niceia em 325 confessou, no seu Cred, que o Filho de Deus é

"gerado, não criado, consubstancial (*homoúsios*) ao Pai" (88) e condenou Ario, o qual afirmava que "o Filho de Deus saiu do nada" (89) e devia ser "de uma substância diferente da do Pai" (90).

§0466.

A heresia nestoriana via em Cristo uma pessoa humana unida à pessoa divina do Filho de Deus. Perante esta heresia, São Cirilo de Alexandria e o terceiro Concílio ecumênico, reunido em Éfeso em 431, confessaram que "o Verbo, unindo na sua pessoa uma carne animada por uma alma racional, Se fez ser humano" (91). A humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua des-

de que foi concebida. Por isto, o Concílio de Éfeso proclamou, em 431, que Maria se tornou, com toda a verdade, Mãe de Deus, por ter concebido humanamente o Filho de Deus em seu ventre: “Mãe de Deus, não porque o Verbo de Deus dela tenha recebido a natureza divina, mas porque dela recebeu o corpo sagrado, dotado de uma alma racional, unido ao qual, na sua pessoa, se diz que o Verbo nasceu segundo a carne” (92).

§0467.

Os monofisitas afirmavam que a natureza humana tinha deixado de existir como tal em Cristo, sendo assumida pela sua pessoa divina de Filho de Deus. Confrontando-se com

esta heresia, o quarto Concílio ecumênico em Calcedônia, no ano de 451, confessou:

"Na sequência dos santos Padres ensinamos unanimemente que se confesse um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, igualmente perfeito na divindade e perfeito na humanidade, sendo o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente ser humano, composto de uma alma racional e de um corpo, consubstancial ao Pai pela sua divindade, consubstancial a nós pela sua humanidade, "semelhante a nós em tudo, menos no pecado" (93). Gerado do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade e nestes últimos dias, por nós e pela nossa salvação, nascido

da Virgem Mãe de Deus segundo a humanidade.

Um só e mesmo Cristo, Senhor, Filho Único, que devemos reconhecer em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A diferença das naturezas não é abolida pela sua união. Antes, as propriedades de cada uma são salvaguardadas e reunidas numa só pessoa e numa só hipóstase (94)".

§0468.

Depois do Concílio de Calcedônia, alguns fizeram da natureza humana de Cristo uma espécie de sujeito pessoal. Contra eles, o quinto Concílio ecumênico, reunido em Constantinopla em 553, confessou, a propó-

sito de Cristo: “não há n'Ele senão uma só hipóstase (ou pessoa), que é nosso Senhor Jesus Cristo, um da santa Trindade” (95). Tudo na humanidade de Cristo deve, portanto, ser atribuído à sua pessoa divina como seu sujeito próprio (96). Não só os milagres, mas também os sofrimentos (97) e a própria morte: “Aquele que foi crucificado na carne, nosso Senhor Jesus Cristo, é verdadeiro Deus, Senhor da glória e um da Santíssima Trindade” (98).

§0469.

Assim, a Igreja confessa que Jesus é inseparavelmente verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano. É verdadeiramente o Filho de

Deus feito ser humano, nosso irmão e isto sem deixar de ser Deus, nosso Senhor:

"*Id quod fuit remansit et quod non fuit assumpsit*" - "Continuou a ser o que era e assumiu o que não era", como canta a Liturgia Romana (90). E a Liturgia de São João Crisóstomo proclama e canta: "Ó Filho único e Verbo de Deus, sendo imortal, Vos dignastes, para nossa salvação, encarnar no ventre da Santa Mãe de Deus e sempre Virgem Maria e, sem mudança, Vos fizestes ser humano e fostes crucificado! Ó Cristo Deus, que por Vossa morte esmagastes a morte, que sois um da Santíssima Trindade, glorificado com o Pai e o Espírito Santo, salvai-nos!" (100).

IV. COMO É QUE O FILHO DE DEUS É HUMANO

§0470.

Uma vez que, na união misteriosa da Encarnação, “a natureza humana foi assumida, não absorvida” (101), a Igreja, no decorrer dos séculos, foi levada a confessar a plena realidade da alma humana, com as suas operações de inteligência e vontade e do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, a mesma Igreja teve de lembrar repetidamente que a natureza humana de Cristo pertence, como própria, à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Ele fez e faz nela, depende de “um da Trindade”. Portanto, o Filho de Deus comunica à sua humani-

dade o seu próprio modo de existir pessoal na Santíssima Trindade. E assim, tanto na sua alma como no seu corpo, Cristo exprime humanamente os costumes divinos da Trindade (102): "O Filho de Deus trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, Se tornou verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo exceto no pecado" (103).

A ALMA E O CONHECIMENTO HUMANO DE CRISTO

§0471.

Apolinário de Laodiceia afirmava que, em Cristo, o Verbo tinha ocupado o lugar da al-

ma ou do espírito. Contra este erro, a Igreja confessou que o Filho eterno assumiu também uma alma racional humana (104).

§0472.

Esta alma humana que o Filho de Deus assumiu é dotada de um verdadeiro conhecimento humano. Como tal, este não podia ser, por ele mesmo, ilimitado. Exercia-se nas condições históricas da sua existência no espaço e no tempo. Foi por isto que o Filho de Deus, Se fazendo ser humano, pôde aceitar "crescer em sabedoria, estatura e graça" (Lc 2, 52) e também teve de Se informar sobre o que, na condição humana, se deve aprender de modo experimental (105). Isso correspon-

dia à realidade do seu abatimento voluntário na “condição de servo” (106).

§0473.

Mas, ao mesmo tempo este conhecimento verdadeiramente humano do Filho de Deus exprimia a vida divina da sua pessoa (107). “A natureza humana do Filho de Deus, não por ela mesma, mas pela sua união com o Verbo, conhecia e manifestava nela tudo o que é próprio de Deus” (108). É o caso, em primeiro lugar, do conhecimento íntimo e imediato que o Filho de Deus feito ser humano tem do seu Pai (109). O Filho também mostrava, no seu conhecimento humano, a clarividência divina que tinha dos pensamen-

tos secretos dos corações dos seres humanos (110).

§0474.

Pela sua união com a Sabedoria divina na pessoa do Verbo Encarnado, o conhecimento humano de Cristo gozava, em plenitude, da ciência dos desígnios eternos que tinha vindo revelar (111). O que, neste domínio, Ele reconhece ignorar (112), declara, noutro ponto, não ter a missão de o revelar (113).

A VONTADE HUMANA DE CRISTO

§0475.

De igual modo, a Igreja confessou, no sexto Concilio ecumênico, que Cristo possui duas vontades e duas operações naturais: divi-

nas e humanas. Não opostas, mas cooperantes, de maneira que o Verbo feito carne quis humanamente, em obediência ao Pai, tudo quanto decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo para a nossa salvação (114). A vontade humana de Cristo "segue a sua vontade divina, sem fazer resistência nem oposição em relação a ela, antes estando subordinada a essa vontade onipotente" (115).

O VERDADEIRO CORPO DE CRISTO

§0476.

Uma vez que o Verbo Se fez carne, assumindo uma verdadeira natureza humana, o corpo de Cristo era circunscrito (116). Portanto, o rosto humano de Jesus pode ser

"pintado" (117). No VII Concílio ecumênico (118), a Igreja reconheceu como legítimo que ele fosse representado em santas imagens.

§0477.

Ao mesmo tempo, a Igreja sempre reconheceu que, no corpo de Jesus, "Deus que, por sua natureza, era invisível, Se tornou visível aos nossos olhos" (119). Com efeito, as particularidades individuais do corpo de Cristo exprimem a pessoa divina do Filho de Deus. Este fez seus os traços do seu corpo humano, de tal modo que, pintados numa imagem sagrada, podem ser venerados, porque o crente que venera a sua imagem, "venera nela a pessoa nela representada" (120).

O CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO

§0478.

Jesus nos conheceu e nos amou, a todos e a cada um, durante a sua vida, a sua agonia e a sua Paixão, Se entregando por cada um de nós: “O Filho de Deus me amou e Se entregou por mim” (Gl 2, 20). Amou-nos a todos com um coração humano. Por este motivo, o Sagrado Coração de Jesus, trespassado pelos nossos pecados e para nossa salvação (121), “*præcipuus consideratur index et symbolus... illius amoris, quo divinus Redemptor æternum Patrem hominesque universos continenter adamat* é considerado sinal e símbolo por excelência... daquele amor com que o divino Redentor ama sem

cessar o eterno Pai e todos os seres humanos” (122).

RESUMINDO:

§0479.

No tempo estabelecido por Deus, o Filho Unigênito do Pai, a Palavra eterna, isto é, o Verbo e imagem substancial do Pai, encarnou. Sem perder a natureza divina, assumiu a natureza humana.

§0480.

Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano, na unidade da sua Pessoa divina e, por esta razão, ele é o único mediador entre Deus e os seres humanos.

§0481.

Jesus Cristo tem duas naturezas, a divina e a humana, não confundidas, mas unidas na única Pessoa do Filho de Deus.

§0482.

Verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano, Cristo tem uma inteligência e uma vontade humanas em perfeito acordo e submissão à inteligência e vontade divinas, que Ele tem em comum com o Pai e o Espírito Santo.

§0483.

A encarnação é, pois, o mistério da união admirável da natureza divina e da natureza humana, na única Pessoa do Verbo.

PARÁGRAFO 2: "... CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO, NASCIDO DA VIRGEM MARIA"

I. CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO...

§0484.

A Anunciação a Maria inaugura a "plenitude dos tempos" (Gl 4, 4), isto é, o cumprimento das promessas e dos preparativos. Maria é convidada a conceber Aquele em quem habitará "corporalmente toda a plenitude da Divindade" (Cl 2, 9). A resposta divina ao seu "como será isto, se Eu não conheço homem?" (Lc 1, 34) é dada pelo poder do Espírito: "O Espírito Santo virá sobre ti" (Lc 1, 35).

§0485.

A missão do Espírito Santo está sempre unida e ordenada à do Filho (123). O Espírito Santo, que é “o Senhor que dá a Vida”, é enviado para santificar o ventre da Virgem Maria e para fecundá-la pelo poder divino, fazendo-a conceber o Filho eterno do Pai, numa humanidade originada da sua.

§0486.

Tendo sido concebido como ser humano no ventre da Virgem Maria, o Filho único do Pai é “Cristo”, isto é, ungido pelo Espírito Santo (124), desde o princípio da sua existência humana embora a sua manifestação só venha a se fazer progressivamente: aos pastores (125), aos magos 126), a João Batista

(127), aos discípulos (128). Toda a vida de Jesus Cristo manifestará, portanto, "como Deus O ungiu com o Espírito Santo e o poder" (Act 10, 38).

II. ...NASCIDO DA VIRGEM MARIA

§0487.

O que a fé católica crê a respeito de Maria se fundamenta no que crê a respeito de Cristo. Mas o que a mesma fé ensina sobre Maria esclarece, por sua vez, a sua fé em Cristo.

A PREDESTINAÇÃO DE MARIA

§0488.

"Deus enviou o seu Filho" (Gl 4, 4). Mas, para Lhe "formar um corpo" (129), quis a livre cooperação de uma criatura. Para isto,

desde toda a eternidade, Deus escolheu, para ser a Mãe do seu Filho, uma filha de Israel, uma jovem judia de Nazaré, na Galileia, “virgem que era noiva de um homem da casa de Davi, chamado José. O nome da virgem era Maria” (Lc 1, 26-27):

“O Pai das misericórdias quis que a aceitação, por parte da que Ele predestinara para Mãe, precedesse a Encarnação, para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, também outra mulher contribuísse para a vida (130).

§0489.

Ao longo da Antiga Aliança, a missão de Maria foi preparada pela missão de santas mulheres. Logo no princípio, temos Eva. A-

pesar da sua desobediência, ela recebe a promessa de uma descendência que sairá vitoriosa sobre o Maligno (131) e de vir a ser a mãe de todos os vivos (132). Em virtude desta promessa, Sara concebe um filho, apesar da sua idade avançada (133). Contra toda a esperança humana, Deus escolheu o que era tido por incapaz e fraco (134) para mostrar a sua fidelidade à promessa feita. Ana, a mãe de Samuel (135), Débora, Rute, Judite e Ester e muitas outras mulheres. Maria "é a primeira entre os humildes e pobres do Senhor, que confiadamente esperam e recebem a salvação de Deus. Com ela, enfim, excelsa filha de Sião, passada a longa espera da pro-

messa, se cumprem os tempos e se inaugura a nova economia da salvação" (136).

A IMACULADA CONCEIÇÃO

§0490.

Para vir a ser Mãe do Salvador, Maria "foi adornada por Deus com dons dignos de uma tão grande missão" (137). O anjo Gabriel, no momento da Anunciação, a saúda como "cheia de graça" (138). Efetivamente, para poder dar o assentimento livre da sua fé ao anúncio da sua vocação, era necessário que Ela fosse totalmente movida pela graça de Deus.

§0491.

Ao longo dos séculos, a Igreja tomou consciência de que Maria, “cumulada de graça” por Deus (139), tinha sido redimida desde a sua conceição. É o que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo Papa Pio IX: “Por uma graça e favor singular de Deus onipotente e em previsão dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, a bem-aventurada Virgem Maria foi preservada intacta de toda a mancha do pecado original no primeiro instante da sua concepção” (140).

§0492.

Este esplendor de uma “santidade de todo singular”, com que foi “enriquecida desde o

primeiro instante da sua concepção" (141), lhe vem totalmente de Cristo. Ela foi "remida de um modo mais sublime em atenção aos méritos de seu Filho" (142). Mais que toda e qualquer outra pessoa criada, o Pai a "encheu de toda a espécie de bênçãos espirituais, nos Céus em Cristo" (Ef 1, 3). "N'Ele a escolheu antes da criação do mundo, para ser, na caridade, santa e irrepreensível na sua presença" (Ef 1, 4).

§0493.

Os Padres da tradição oriental chamam a Mãe de Deus de "a toda santa" ("Panaghia"), a celebram como "imune de toda a mancha de pecado, visto que o próprio Espírito Santo a modelou e dela fez uma nova criatura"

(143). Pela graça de Deus, Maria se manteve pura de todo o pecado pessoal ao longo de toda a vida.

“FAÇA-SE EM MIM SEGUNDO A TUA PALAVRA...”

§0494.

Ao anúncio de que dará à luz “o Filho do Altíssimo”, sem conhecer homem, pela virtude do Espírito Santo (144), Maria respondeu pela “obediência da fé” (145), certa de que “a Deus nada é impossível”: “Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1, 38). Assim, dando o seu consentimento à palavra de Deus, Maria se tornou Mãe de Jesus. E aceitando de todo o coração, sem que nenhum pecado a retivesse, a vontade

divina da salvação se entregou totalmente à pessoa e à obra do seu Filho para servir, na dependência d'Ele e com Ele, pela graça de Deus, o mistério da redenção (146).

“Como diz Santo Irineu, "obedecendo, ela se tornou causa de salvação, para si e para todo o gênero humano" (147). Eis porque não poucos Padres afirmam, tal como ele, nas suas pregações, que "o nó da desobediência de Eva foi desatado pela obediência de Maria e aquilo que a virgem Eva atou, com a sua incredulidade, o desatou a Virgem Maria com a sua fé" (148) e, por comparação com Eva, chamam Maria a "Mãe dos vivos" e afirmam muitas vezes: "a morte veio por Eva, a vida veio por Maria"” (149).

A MATERNIDADE DIVINA DE MARIA

§0495.

Chamada nos evangelhos de “a Mãe de Jesus” (Jo 2, 1; 19, 25) (150), Maria é aclamada, sob o impulso do Espírito Santo e, desde antes do nascimento do seu Filho, como “a Mãe do meu Senhor” (Lc 1, 43). Com efeito, Aquele que Ela concebeu como ser humano por obra do Espírito Santo e que Se tornou verdadeiramente seu Filho segundo a carne, não é outro senão o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. A Igreja confessa que Maria é, verdadeiramente, Mãe de Deus (“Theotokos”) (151).

A VIRGINDADE DE MARIA

§0496.

Desde as primeiras formulações da fé (152), a Igreja confessou que Jesus foi concebido unicamente pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, afirmando igualmente o aspecto corporal deste acontecimento: Jesus foi concebido "*absque semine*, [...] *ex Spiritu Sancto* - do Espírito Santo, sem sêmen [de homem]" (153). Os Santos Padres veem, na concepção virginal, o sinal de que foi verdadeiramente o Filho de Deus que veio ao mundo numa humanidade como a nossa.

Diz, por exemplo, Santo Inácio de Antioquia (princípio do século II): "Vós estais fir-

memente convencidos, a respeito de nosso Senhor, que Ele é verdadeiramente da descendência de Davi segundo a carne (154). Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus (155); verdadeiramente nascido de uma virgem [...], foi verdadeiramente crucificado por nós, na sua carne, sob Pôncio Pilatos [...] e verdadeiramente sofreu, como também verdadeiramente ressuscitou" (156).

§0497.

As narrativas evangélicas (157) entendem a concepção virginal como uma obra divina que ultrapassa toda a compreensão e possibilidade humanas (158): "O que foi gerado nela vem do Espírito Santo", diz o anjo a José, a respeito de Maria, sua esposa (Mt 1, 20). A

Igreja vê nisto o cumprimento da promessa divina feita através do profeta Isaías: “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho” (Is 7, 14), segundo a tradução grega de Mt 1, 23.

§0498.

Tem, por vezes, causado impressão o silêncio do Evangelho de São Marcos e das epístolas do Novo Testamento sobre a concepção virginal de Maria. Também foi questionado, se não se trataria aqui de lendas ou construções teológicas fora do âmbito da historicidade. A isto, há que se responder: a fé na concepção virginal de Jesus encontrou viva oposição, troça ou incompreensão por parte dos não crentes, judeus e pagãos (159),

mas não tinha origem na mitologia pagã, nem era motivada por qualquer adaptação às ideias do tempo. O sentido deste acontecimento só é acessível à fé, que o vê no "nexo que liga os mistérios entre eles" (160), no conjunto dos mistérios de Cristo, da Encarnação até à Páscoa. Já Santo Inácio de Antioquia fala deste nexo: "O príncipe deste mundo não teve conhecimento da virgindade de Maria e do seu parto, tal como da morte do Senhor. Três mistérios extraordinários, que se efetuaram no silêncio de Deus" (161).

MARIA - “SEMPRE VIRGEM”

§0499.

O aprofundamento da fé na maternidade virginal levou a Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria (162), mesmo no parto do Filho de Deus feito ser humano (163). Com efeito, o nascimento de Cristo “não diminuiu, antes consagrou a integridade virginal” da sua Mãe (164).

A Liturgia da Igreja celebra Maria “Æiparthenos”, como a “sempre Virgem”(165)

§0500.

A isso se objeta, por vezes, que a Escritura menciona irmãos e irmãs de Jesus (166). A

Igreja sempre entendeu estas passagens como não designando outros filhos da Virgem Maria. Com efeito, Tiago e José, “irmãos de Jesus” (Mt 13, 55), são filhos de uma Maria discípula de Cristo (167) designada significativamente como “a outra Maria” (Mt 28, 1). Trata-se de parentes próximos de Jesus, segundo uma expressão conhecida do Antigo Testamento (168).

§0501.

Jesus é o filho único de Maria. Mas a maternidade espiritual de Maria (169) se estende a todos os seres humanos que Ele veio salvar: “Ela deu à luz um Filho que Deus estabeleceu como "primogênito de muitos irmãos" (Rm 8, 29), isto é, dos fiéis para cuja

geração e educação Ela coopera com amor de mãe" (170).

A MATERNIDADE VIRGINAL DE MARIA NO PLANO DE DEUS

§0502.

O olhar da fé pode descobrir, em ligação com o conjunto da Revelação, as razões misteriosas pelas quais Deus, no seu desígnio salvífico, quis que o seu Filho nascesse de uma virgem. Tais razões dizem respeito tanto à pessoa e missão redentora de Cristo como ao acolhimento dessa missão por Maria, para bem de todos os seres humanos:

§0503.

A virgindade de Maria manifesta a iniciativa absoluta de Deus na Encarnação. Jesus só tem Deus por Pai (171). “A natureza humana, que Ele assumiu, nunca O afastou do Pai [...]. Naturalmente Filho do seu Pai segundo a divindade, naturalmente Filho da sua Mãe segundo a humanidade, mas propriamente Filho de Deus nas suas duas naturezas” (172).

§0504.

Jesus é concebido pelo Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, porque Ele é o Novo Adão (173), que inaugura a criação nova: “O primeiro ser humano veio da terra e do pó e o segundo ser humano veio do Céu” (1 Cor 15,

47). A humanidade de Cristo é, desde a sua concepção, cheia do Espírito Santo, porque Deus “não dá o Espírito por medida” (Jo 3, 34). É da “sua plenitude”, que Lhe é própria enquanto cabeça da humanidade resgatada, que “nós recebemos graça sobre graça” (Jo 1, 16).

§0505.

Jesus, o novo Adão, inaugura, pela sua concepção virginal, o novo nascimento dos filhos de adoção, no Espírito Santo, pela fé: “Como será isso?” (Lc 1, 34) (175). A participação na vida divina não procede “do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do ser humano, mas de Deus” (Jo 1, 13). A recepção desta vida é virginal, porque inteira-

mente dada ao ser humano pelo Espírito. O sentido esponsal da vocação humana em relação a Deus (176) foi perfeitamente realizado na maternidade virginal de Maria.

§0506.

Maria é virgem porque a virgindade é, nela, o sinal da sua fé, "sem a mais leve sombra de dúvida" (177) e da sua entrega sem reservas à vontade de Deus (178). É graças à sua fé que ela vem a ser a Mãe do Salvador: "*Beatior est Maria percipiendo fidem Christi quam concipiendo carnem Christi* - Maria é mais feliz por receber a fé de Cristo do que por conceber a carne de Cristo" (179).

§0507.

Maria é, ao mesmo tempo, virgem e mãe, porque é a figura e a mais perfeita realização da Igreja (180): “Por sua vez, a Igreja, que contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade, cumprindo fielmente a vontade do Pai, se torna também, ela própria, mãe, pela fiel recepção da Palavra de Deus. Efetivamente, pela pregação e pelo Batismo, gera, para uma vida nova e imortal, os filhos concebidos por ação do Espírito Santo e nascidos de Deus. E também ela é virgem, pois guarda fidelidade total e pura ao seu esposo” (181).

RESUMINDO:

§0508.

Na descendência de Eva, Deus escolheu a Virgem Maria para ser a Mãe do seu Filho. “Cheia de graça” ela é “o mais excelso fruto da Redenção” (182). Desde o primeiro instante da sua concepção, ela foi totalmente preservada imune da mancha do pecado original e permaneceu pura de todo o pecado pessoal ao longo da vida.

§0509.

Maria é verdadeiramente “Mãe de Deus”, pois é a Mãe do Filho eterno de Deus feito ser humano que, ele próprio, é Deus.

§0510.

Maria permaneceu “Virgem ao conceber o seu Filho, Virgem ao dá-Lo à luz, Virgem grávida, Virgem fecunda, Virgem perpétua” (183); com todo o seu ser ela é a “serva do Senhor” (Lc 1,38).

§0511.

A Virgem Maria “cooperou livremente, pela sua fé e obediência, na salvação dos seres humanos” (184). Pronunciou o seu “fiat” - faça-se - “*loco totius humanæ naturæ* - invés de toda a humanidade” (185). Pela sua obediência, se tornou a nova Eva, mãe dos vivos.

PARÁGRAFO 3: OS MISTÉRIOS DA VIDA DE CRISTO

§0512.

Relativamente à vida de Cristo, o Símbolo da Fé apenas fala dos mistérios da Encarnação (concepção e nascimento) e da Páscoa (Paixão, crucificação, morte, sepultura, descida à mansão dos mortos, ressurreição, ascensão). Nada diz explicitamente dos mistérios da vida oculta e pública de Jesus. Mas os artigos que dizem respeito à Encarnação e à Páscoa de Jesus esclarecem toda a vida terrena de Cristo. “Tudo o que Jesus fez e ensinou desde o princípio até o dia em que foi elevado ao Céu” (Act 1, 1-2) deve ser visto à luz dos mistérios do Natal e da Páscoa.

§0513.

A catequese, segundo as circunstâncias, explanará toda a riqueza dos mistérios de Jesus. Aqui, basta indicar alguns elementos comuns a todos os mistérios da vida de Cristo (I), para depois esboçar os principais mistérios da vida oculta (II) e pública (III) de Jesus.

I. TODA A VIDA DE CRISTO É MISTÉRIO

§0514.

Muitas coisas que interessam à curiosidade humana, a respeito de Jesus, não figuram nos evangelhos. Quase nada se diz da sua vida em Nazaré e mesmo grande parte da sua vida pública não é relatada (186). O que foi

escrito nos evangelhos, o foi “para acreditardes que Jesus é o Messias, o Filho de Deus e para que, acreditando, tenhais a vida em seu nome” (Jo 20, 31).

§0515.

Os evangelhos foram escritos por seres humanos que foram dos primeiros a receber a fé (187) e que quiseram partilhá-la com outros. Tendo conhecido, pela fé, quem é Jesus, puderam ver e fazer ver os traços do seu mistério em toda a sua vida terrena. Desde os panos do nascimento (188) até ao vinagre da Paixão (189) e ao sudário da ressurreição (190), tudo, na vida de Jesus, é sinal do seu mistério. Através dos seus gestos, milagres e palavras, foi revelado que “n'Ele habita cor-

poralmente toda a plenitude da Divindade" (Cl 2, 9). A sua humanidade aparece, assim, como "sacramento", isto é, sinal e instrumento da sua divindade e da salvação que Ele veio trazer. O que havia de visível na sua vida terrena conduz ao mistério invisível da sua filiação divina e da sua missão redentora.

OS TRAÇOS COMUNS DOS MISTÉRIOS DE JESUS

§0516.

Toda a vida de Cristo é revelação do Pai: as suas palavras e atos, os seus silêncios e sofrimentos, a maneira de ser e de falar. Jesus pôde dizer: "Quem Me vê, vê o Pai" (Jo 14, 9) e o Pai: "Este é o meu Filho predileto; escutai-O" (Lc 9, 35). Tendo-Se nosso Senhor

feito ser humano para cumprir a vontade do Pai (191), os menores pormenores dos seus mistérios manifestam “o amor de Deus para conosco” (192).

§0517.

Toda a vida de Cristo é mistério de redenção. A redenção nos vem, antes de tudo, pelo sangue da cruz (193). Mas este mistério está atuante em toda a vida de Cristo. Já na sua Encarnação, pela qual, Se fazendo pobre, nos enriquece com a sua pobreza (194); na vida oculta que, pela sua obediência (195), repara a nossa insubmissão; na palavra que purifica os seus ouvintes (196); nas curas e expulsões dos demônios, pelas quais “toma sobre Si as nossas enfermidades e carrega com as nossas

doenças" (Mt 8, 17)(197); na ressurreição, pela qual nos justifica (198).

§0518.

Toda a vida de Cristo é mistério de recapitulação. Tudo o que Jesus fez, disse e sofreu tinha por fim restabelecer o ser humano decaído na sua vocação originária.

"Quando Ele encarnou e Se fez ser humano, recapitulou em Si a longa história dos seres humanos e nos proporcionou, em síntese, a salvação, de tal forma que, aquilo que havíamos perdido em Adão - isto é, sermos imagem e semelhança de Deus - o recuperássemos em Cristo Jesus" (199). "Aliás, foi por isto que Cristo passou por todas as idades da

vida, restituindo assim, a todos os seres humanos, a comunhão com Deus" (200).

A NOSSA COMUNHÃO NOS MISTÉRIOS DE JESUS

§0519.

Toda a riqueza de Cristo "se destina a todos os seres humanos e constitui o bem de cada um" (201). Cristo não viveu para Si mesmo, mas para nós, desde a Encarnação "por nós, seres humanos e para nossa salvação" (202) até à sua morte "por causa dos nossos pecados" (1 Cor 15, 3) e à sua ressurreição "para nossa justificação" (Rm 4, 25). Ainda agora, ele é "o nosso advogado junto do Pai" (1 Jo 2, 1), "sempre vivo para interceder por nós" (Heb 7, 25). Com tudo o que

viveu e sofreu por nós, uma vez por todas, ele está para sempre presente “em nosso favor, na presença de Deus” (Heb 9, 24).

§0520.

Em toda a sua vida, Jesus Se mostra como nosso modelo (203). É “o ser humano perfeito” (204), que nos convida a nos tornarmos seus discípulos e a segui-Lo. Com a sua humilhação, nos deu um exemplo a imitar (205). Com a sua oração, nos convida à oração (206). Com a sua pobreza, nos incita a aceitar livremente o despojamento e as perseguições (207).

§0521.

Tudo o que Cristo viveu, ele próprio faz com que o possamos viver n'Ele e Ele vivê-lo em nós. “Pela sua Encarnação, o Filho de Deus Se uniu, de certo modo, a cada ser humano” (208). Nós somos chamados a sermos um só com Ele e ele nos faz comungar enquanto membros do seu corpo em tudo o que Ele próprio viveu na sua carne por nós e como nosso modelo.

“Devemos continuar a completar em nós os estados e mistérios da vida de Jesus e Lhe pedir continuamente que Se digne consumá-los perfeitamente em nós e em toda a sua Igreja [...]. Na verdade, o Filho de Deus deseja comunicar e prolongar, de certo modo, os

seus mistérios em nós e em toda a sua Igreja, [...] quer pelas graças que decidiu nos conceder, quer pelos efeitos que deseja produzir em nós, por meio destes mistérios. É neste sentido que Ele quer completá-los em nós" (209).

II. OS MISTÉRIOS DA INFÂNCIA E DA VIDA OCULTA DE JESUS

OS PREPARATIVOS

§0522.

A vinda do Filho de Deus à terra é um acontecimento tão grandioso, que Deus quis prepará-lo durante séculos. Ritos e sacrifícios, figuras e símbolos da "primeira Aliança" (210), tudo Deus faz convergir para Cristo.

Anuncia-O pela boca dos Profetas que se sucedem em Israel. E, por outro lado, desperta no coração dos pagãos a obscura expectativa desta vinda.

§0523.

São João Batista é o precursor imediato do Senhor (211) enviado para Lhe preparar o caminho (212). “Profeta do Altíssimo” (Lc 1, 76), supera todos os Profetas (213), é o último deles (214) inaugura o Evangelho (215); saúda a vinda de Cristo desde o ventre da sua mãe (216) e põe a sua alegria em ser “o amigo do esposo” (Jo 3, 29) que ele designa como “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1, 29). Precedendo Jesus, “com o espírito e o poder de Elias” (Lc 1, 17), dá tes-

temunho d'Ele pela sua pregação, pelo seu batismo de conversão e, finalmente, pelo seu martírio (217).

§0524.

Ao celebrar em cada ano a Liturgia do Advento, a Igreja atualiza esta expectativa do Messias. Comungando na longa preparação da primeira vinda do Salvador, os fiéis renovam o ardente desejo da sua segunda vinda (218). Pela celebração do nascimento e martírio do Precursor, a Igreja se une ao seu desejo: “Ele deve crescer e eu diminuir” (Jo 3, 30).

O MISTÉRIO DO NATAL

§0525.

Jesus nasceu na humildade de um estábulo, no seio de uma família pobre (219). As primeiras testemunhas deste acontecimento são simples pastores. E é nesta pobreza que se manifesta a glória do Céu (220). A Igreja não se cansa de cantar a glória desta noite:

> "Hoje a Virgem dá à luz o Eterno
> e a terra oferece uma gruta ao Inacessível.
> Cantam-n'O, os anjos e os pastores
> E, com a estrela, os magos se põem a caminho,
> porque Tu nasceste para nós,
> pequeno Infante, Deus eterno!" (221)

§0526.

"Tornar-se criança" diante de Deus é a condição para entrar no Reino (222) e para

isto, é preciso se abaixar (223), se tornar pequeno. Mais ainda: é preciso "nascer do Alto" (Jo 3, 7), "nascer de Deus" (224) para se "tornar filho de Deus" (225). O mistério do Natal se cumpre em nós quando Cristo "Se forma" em nós (226). O Natal é o mistério dest*a "admirável permuta"*.

"O admirabile commercium! Creator generis humani, animatum corpus sumens de Virgine nasci dignatus est et, procedens homo sine semine, largitus est nobis suam deitatem". - "Oh admirável permuta! O Criador do gênero humano, tomando corpo e alma, Se condescendeu nascer de uma Virgem e, feito ser humano sem progenitor humano,

nos tornou participantes da sua divindade!" (227).

OS MISTÉRIOS DA INFÂNCIA DE JESUS

§0527.

A circuncisão de Jesus, oito dias depois do seu nascimento (228), foi o sinal da sua inserção na descendência de Abraão, no povo da Aliança, da sua submissão à Lei (229) e da sua deputação para o culto de Israel, no qual participará durante toda a sua vida. Este sinal prefigurou "a circuncisão de Cristo", que é o Batismo (230).

§0528.

A Epifania é a manifestação de Jesus como Messias de Israel, Filho de Deus e salvador

do mundo. Juntamente com o batismo de Jesus no rio Jordão e as bodas de Caná (231), a Epifania celebra a adoração de Jesus pelos "magos" vindos do Oriente (232). Nestes "magos", representantes das religiões pagãs circunvizinhas, o Evangelho vê as primícias das nações, que acolhem a Boa Nova da salvação pela Encarnação. A ida dos magos a Jerusalém, para "adorar o rei dos judeus" (233), mostra que eles procuravam em Israel, à luz messiânica da estrela de Davi (234), Aquele que seria o rei das nações (235). A sua vinda significou que os pagãos não podiam descobrir Jesus e adorá-Lo como Filho de Deus e Salvador do mundo, senão se voltando para os Judeus (236) e recebendo deles a

sua promessa messiânica, tal como está contida no Antigo Testamento (237). A Epifania manifesta que “todos os povos entram na família dos Patriarcas” (238) e adquire a “israelitica dignitas” - a dignidade própria do povo eleito (239).

§0529.

A apresentação de Jesus no templo (240) O mostra como Primogênito que pertence ao Senhor (241). Com Simeão e Ana, é toda a expectativa de Israel que vem ao encontro do seu Salvador. A tradição bizantina designa por encontro este acontecimento. Jesus é reconhecido como o Messias tão longamente esperado, “luz das nações” e “glória de Israel”, mas também como “sinal de contradi-

ção". A espada de dor, predita a Maria, anuncia essa outra oblação, perfeita e única, da cruz, que trará a salvação que Deus "preparou diante de todos os povos".

§0530.

A fuga para o Egito e o massacre dos Inocentes (242) manifestam a oposição das trevas à luz: "Ele veio para o que era seu e os seus não O receberam" (Jo 1, 11). Toda a vida de Cristo decorrerá sob o signo da perseguição. Os seus partilham-na com Ele (243). O seu regresso do Egito (244) lembra o Êxodo (245) e apresenta Jesus como o libertador definitivo.

OS MISTÉRIOS DA VIDA OCULTA DE JESUS

§0531.

Durante a maior parte da sua vida, Jesus partilhou a condição da imensa maioria dos seres humanos: uma vida quotidiana sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica sujeita à Lei de Deus (246), vida na comunidade. De todo este período, nos é revelado que Jesus era "submisso" a seus pais (247) e que "ia crescendo em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e das pessoas" (Lc 2, 52).

§0532.

A submissão de Jesus à sua Mãe e ao seu pai legal foi o cumprimento perfeito do quar-

to mandamento. É a imagem temporal da sua obediência filial ao Pai celeste. A submissão diária de Jesus a José e a Maria anunciava e antecipava a submissão da Quinta-Feira Santa: “Não se faça a minha vontade [...]” (Lc 22, 42). A obediência de Cristo, no quotidiano da vida oculta, inaugurava já a recuperação daquilo que a desobediência de Adão tinha destruído (248).

§0533.

A vida oculta de Nazaré permite a todos os seres humanos entrar em comunhão com Jesus, pelos diversos caminhos da vida quotidiana.

“Nazaré é a escola em que se começa a compreender a vida de Jesus, é a escola em

que se inicia o conhecimento do Evangelho [...] Em primeiro lugar, uma lição de silêncio. Oh! se renascesse em nós o amor ao silêncio, esse admirável e indispensável hábito do espírito [...]! Uma lição de vida familiar. Que Nazaré nos ensine o que é a família, a sua comunhão de amor, a sua austera e simples beleza, o seu caráter sagrado e inviolável [...]. Uma lição de trabalho, Nazaré, a casa do "Filho do carpinteiro"! Aqui, desejaríamos compreender e celebrar a lei, severa mas redentora, do trabalho humano [...] Daqui, finalmente, queremos saudar os trabalhadores de todo o mundo e lhes mostrar o seu grande modelo, o seu Irmão divino" (249)

§0534.

O reencontro de Jesus no templo (250) é o único acontecimento que quebra o silêncio dos Evangelhos sobre os anos ocultos de Jesus. Nele, Jesus deixa entrever o mistério da sua consagração total à missão decorrente da sua filiação divina: “Não sabíeis que Eu tenho de estar na casa do meu Pai?”. Maria e José “não compreenderam” estas palavras, mas as acolheram na fé e Maria “guardava no coração todas estas recordações”, ao longo dos anos em que Jesus permaneceu oculto no silêncio de uma vida normal.

III. OS MISTÉRIOS DA VIDA PÚBLICA DE JESUS

O BATISMO DE JESUS

§0535.

O início (251) da vida pública de Jesus é o seu batismo por João, no rio Jordão (252). João pregava "um batismo de penitência em ordem à remissão dos pecados" (Lc 3, 3). Uma multidão de pecadores, publicanos e soldados (253), fariseus e saduceus (254) e prostitutas vinha ter com ele, para que os batizasse. "Então aparece Jesus". O Batista hesita, Jesus insiste e recebe o batismo. Então, o Espírito Santo, sob a forma de pomba, desce sobre Jesus e uma voz do Céu proclama: "Este é o meu Filho muito amado" (Mt

3,13-17). Tal foi a manifestação (“epifania”) de Jesus como Messias de Israel e Filho de Deus.

§0536.

Da parte de Jesus, o seu batismo é a aceitação e a inauguração da sua missão de Servo sofredor. Deixa-se contar entre o número dos pecadores (256). É já “o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1, 29) e antecipa já o “batismo” da sua morte sangrenta (257). Vem, desde já, para “cumprir toda a justiça” (Mt 3,15). Quer dizer que Se submete inteiramente à vontade do Pai e aceita, por amor, o batismo da morte para a remissão dos nossos pecados (258). A esta aceitação responde a voz do Pai, que põe toda a sua

complacência no Filho (259). O Espírito que Jesus possui em plenitude, desde a sua concepção, vem “repousar” sobre Ele (Jo 1, 32-33) (260) e Jesus será a fonte do mesmo Espírito para toda a humanidade. No batismo de Cristo, “se abriram os Céus” (Mt 3, 16) que o pecado de Adão tinha fechado e as águas são santificadas pela descida de Jesus e do Espírito, prelúdio da nova criação.

§0537.

Pelo Batismo, o cristão é sacramentalmente assimilado a Jesus que, no seu batismo, antecipa a sua morte e ressurreição. Deve entrar neste mistério de humilde abatimento e de penitência, descer à água com Jesus, para de lá subir com Ele, renascer da água e

do Espírito para se tornar, no Filho, filho amado do Pai e “viver numa vida nova” (Rm 6, 4):

“Sepultemo-nos com Cristo pelo Batismo, para com Ele ressuscitarmos; desçamos com Ele, para com Ele sermos elevados; tornemos a subir com Ele, para n'Ele sermos glorificados” (261).

“Tudo o que se passou com Cristo nos dá a conhecer que, depois do banho da água, o Espírito Santo desce sobre nós do alto dos Céus e, adotados pela voz do Pai, nos tornamos filhos de Deus” (262).

A TENTAÇÃO DE JESUS

§0538.

Os Evangelhos falam de um tempo de solidão que Jesus passou no deserto, imediatamente depois de ter sido batizado por João: "Impelido" pelo Espírito para o deserto, Jesus ali permanece sem comer durante quarenta dias. Vive com os animais selvagens e os anjos O servem (263).

No fim desse tempo, Satanás O tenta por três vezes, procurando pôr em causa a sua atitude filial para com Deus. Jesus repele esses ataques, que recapitulam as tentações de Adão no paraíso e de Israel no deserto e o Diabo se afasta d'Ele "até determinado momento" (Lc 4, 13).

§0539.

Os Evangelistas indicam o sentido salvífico deste acontecimento misterioso. Jesus é o Novo Adão, que Se mantém fiel naquilo em que o primeiro sucumbiu à tentação. Jesus cumpre perfeitamente a vocação de Israel. Contrariamente aos que outrora, durante quarenta anos, provocaram a Deus no deserto (264), Cristo Se revela o Servo de Deus totalmente obediente à vontade divina. Nisto, Jesus vence o Diabo: “amarrou o homem forte”, para lhe tirar os despojos (265). A vitória de Jesus sobre o tentador, no deserto, antecipa a vitória da Paixão, suprema obediência do seu amor filial ao Pai.

§0540.

A tentação de Jesus manifesta a maneira própria de o Filho de Deus ser Messias, ao contrário da que Lhe propõe Satanás e que os seres humanos (266) desejam Lhe atribuir. Foi por isto que Cristo venceu o Tentador por nós: “Nós não temos um sumo sacerdote incapaz de se compadecer das nossas fraquezas. Temos um que possui a experiência de todas as provações, tal como nós, com exceção do pecado” (Heb 4, 15). Todos os anos, pelos quarenta dias da Grande Quaresma, a Igreja se une ao mistério de Jesus no deserto.

“O REINO DE DEUS ESTÁ PRÓXIMO”

§0541.

“Depois de João ter sido preso, Jesus partiu para a Galileia. Lá, proclamava a Boa Nova da vinda de Deus, nestes termos: "Completou-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Convertei-vos e acreditai na Boa Nova!"” (Mc 1, 14-15). “Por isto, Cristo, a fim de cumprir a vontade do Pai, deu começo, na terra, ao Reino dos Céus” (267). Ora, a vontade do Pai é “elevar os seres humanos à participação da vida divina” (268). E o faz reunindo os seres humanos em torno do seu Filho, Jesus Cristo. Esta reunião é a Igreja, a qual é, na terra, “o germe e o princípio” do Reino de Deus” (269).

§0542.

Cristo está no centro desta reunião dos seres humanos na “família de Deus”. Reúne-os à sua volta pela sua palavra, pelos seus sinais que manifestam o Reino de Deus, pelo envio dos discípulos. E realizará a vinda do seu Reino, sobretudo, pelo grande mistério da sua Páscoa: a sua morte de cruz e a sua ressurreição. “E Eu, uma vez elevado da Terra, atrairei todos a Mim” (Jo 12, 32). Todos os seres humanos são chamados a esta união com Cristo (270).

O ANÚNCIO DO REINO DE DEUS

§0543.

Todos os seres humanos são chamados a entrar no Reino. Anunciado primeiro aos filhos de Israel (271) este Reino messiânico é destinado a acolher os seres humanos de todas as nações (272). Para ter acesso a ele, é preciso acolher a Palavra de Jesus:

"A Palavra do Senhor se compara à semente lançada ao campo: aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo, já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até ao tempo da messe" (273).

§0544.

O Reino é dos pobres e pequenos, quer dizer, dos que o acolheram com um coração humilde. Jesus foi enviado para “trazer a Boa Nova aos pobres” (Lc 4, 18) (274). Declara-os bem-aventurados, porque “é deles o Reino dos Céus” (Mt 5, 3). Foi aos “pequenos” que o Pai condescendeu revelar o que continua oculto aos sábios e inteligentes (275). Jesus partilha a vida dos pobres, desde o presépio até à cruz. Ele sabe o que é sofrer a fome (276), a sede (277) e a indigência (278). Mais ainda: se identifica com os pobres de toda a espécie e faz, do amor ativo para com eles, a condição da entrada no seu Reino (279).

§0545.

Jesus convida os pecadores para a mesa do Reino: “Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores” (Mc 2, 17) (280). Convida-os à conversão sem a qual não se pode entrar no Reino, mas por palavras e atos, lhes mostra a misericórdia sem limites do Seu Pai para com eles e a imensa “alegria que haverá no Céu, por um só pecador que se arrependa” (Lc 15, 7). A prova suprema deste amor será o sacrifício da sua própria vida, “pela remissão dos pecados” (Mt 26, 28).

§0546.

Jesus chama para entrar no Reino, por meio de parábolas, traço característico do seu ensino (282). Por meio delas, convida para o

banquete do Reino (283), mas exige também uma opção radical: para adquirir o Reino é preciso dar tudo (284). As palavras não bastam, se exigem atos (285). As parábolas são, para o ser humano, uma espécie de espelho: como é que ele recebe a Palavra? Como chão duro ou como terra boa? (286) O que faz ele dos talentos recebidos? (287) Jesus e a presença do Reino neste mundo estão secretamente no coração das parábolas. É preciso entrar no Reino, quer dizer, se tornar discípulo de Cristo, para "conhecer os mistérios do Reino dos Céus" (Mt 13, 11). Para os que ficam "fora" (Mc 4, 11), tudo permanece enigmático (288).

OS SINAIS DO REINO DE DEUS

§0547.

Jesus acompanha as suas palavras com numerosos “milagres, prodígios e sinais” (Act 2,22), os quais manifestam que o Reino está presente n'Ele. Comprovam que Ele é o Messias anunciado (289).

§0548.

Os sinais realizados por Jesus testemunham que o Pai O enviou (290). Convidam a crer n'Ele (291). Aos que se Lhe dirigem com fé, lhes concede o que pedem (292). Assim, os milagres fortificam a fé n'Aquele que faz as obras do seu Pai: testemunham que Ele é o Filho de Deus (293). Mas também podem ser

"ocasião de queda" (294). Eles não pretendem satisfazer a curiosidade nem desejos mágicos. Apesar de os seus milagres serem tão evidentes, Jesus é rejeitado por alguns (295) e chega mesmo a ser acusado de agir pelo poder dos demônios (296).

§0549.

Ao libertar certas pessoas dos males terrenos da fome (297), da injustiça (298) da doença e da morte (299), Jesus realizou sinais messiânicos. No entanto, ele não veio para abolir todos os males deste mundo (300), mas para libertar os seres humanos da mais grave das escravidões, a do pecado (301), que os impede de realizar a sua vocação de filhos

de Deus e é causa de todas as servidões humanas.

§0550.

A vinda do Reino de Deus é a derrota do reino de Satanás (302): “Se é pelo Espírito de Deus que Eu expulso os demônios, então é porque o Reino de Deus chegou até vós” (Mt 12, 28). Os exorcismos de Jesus libertam os seres humanos do poder dos demônios (303). E antecipam a grande vitória de Jesus sobre “o príncipe deste mundo” (304). É pela cruz de Cristo que o Reino de Deus vai ser definitivamente estabelecido: “*Regnavit a ligno Deus* - Deus reinou desde o madeiro” (305).

“AS CHAVES DO REINO”

§0551.

Desde o princípio da sua vida pública, Jesus escolheu alguns homens, em número de doze, para andarem com Ele e participarem da sua missão (306). Deu-lhes parte na sua autoridade “e os enviou a pregar o Reino de Deus e a fazer curas” (Lc 9, 2). Estes homens ficam para sempre associados ao Reino de Cristo, porque, por meio deles, Jesus Cristo dirige a Igreja.

“Eu disponho, a vosso favor, do Reino, como meu Pai dispõe dele a meu favor, a fim de que comais e bebais à minha mesa, no meu Reino. E vos sentareis em tronos, para

julgar as doze tribos de Israel" (Lc 22, 29-30).

§0552.

No colégio dos Doze, Simão Pedro ocupa o primeiro lugar (307). Jesus lhe confiou uma missão única. Graças a uma revelação vinda do Pai, Pedro confessara: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt 16, 16). E nosso Senhor lhe declarou então: "Tu és Pedro. Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mt16, 18). Cristo, "pedra viva" (308), garante, à sua Igreja edificada sobre Pedro, a vitória sobre os poderes da morte. Pedro, graças à fé que confessou, permanecerá o rochedo inabalável da Igreja. Terá a missão de defen-

der esta fé para que ela nunca desfaleça e de nela confirmar os seus irmãos (309).

§0553.

Jesus confiou a Pedro uma autoridade específica: “Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus. Tudo o que ligares na terra será ligado nos Céus. Tudo o que desligares na terra será desligado nos Céus” (Mt 16, 19). O “poder das chaves” designa a autoridade para governar a Casa de Deus, que é a Igreja. Jesus, o “bom Pastor” (Jo 10, 11), confirmou este cargo depois da sua ressurreição: “Apascenta as minhas ovelhas” (Jo 21, 15-17). O poder de “ligar e desligar” significa a autoridade para absolver os pecados, pronunciar juízos doutrinais e tomar decisões disciplinares na Igre-

ja. Jesus confiou esta autoridade à Igreja pelo ministério dos Apóstolos e, particularmente, pelo de Pedro, o único a quem confiou, explicitamente, as chaves do Reino.

UM ANTEGOZO DO REINO: A TRANSFIGURAÇÃO

§0554.

A partir do dia em que Pedro confessou que Jesus era o Cristo, Filho do Deus vivo, o Mestre "começou a explicar aos seus discípulos que tinha de ir a Jerusalém e lá sofrer [...], que tinha de ser morto e ressuscitar ao terceiro dia" (Mt 16, 21). Pedro rejeita este anúncio e os outros também não o entendem (312). É neste contexto que se situa o episódio misterioso da transfiguração de Jesus

(313), no cimo de uma alta montanha, perante três testemunhas por Ele escolhidas: Pedro, Tiago e João. O rosto e as vestes de Jesus se tornaram fulgurantes de luz, Moisés e Elias aparecem “e falam da sua morte, que ia se consumar em Jerusalém” (Lc 9, 31). Uma nuvem os envolve e uma voz do Céu diz: “Este é o meu Filho predileto. Escutai-O” (Lc 9, 35).

§0555.

Por um momento, Jesus mostra a sua glória divina, confirmando assim a confissão de Pedro. Mostra também que, para “entrar na sua glória” (Lc 24, 26), tem de passar pela cruz em Jerusalém. Moisés e Elias tinham visto a glória de Deus sobre a montanha. A

Lei e os Profetas tinham anunciado os sofrimentos do Messias (314). A Paixão de Jesus é da vontade do Pai. O Filho age como Servo de Deus (315). A nuvem indica a presença do Espírito Santo: "*Tota Trinitas apparuit. Pater in voce; Filius in homine; Spiritus in nube clara* - Apareceu toda a Trindade. O Pai na voz; o Filho na humanidade; o Espírito Santo na nuvem luminosa" (316):

"Transfiguraste-Te sobre a montanha e, na medida em que disto eram capazes, os teus discípulos contemplaram a tua glória, ó Cristo Deus, para que, quando Te vissem crucificado, compreendessem que a tua Paixão era voluntária e anunciassem ao mundo que Tu

és verdadeiramente a irradiação do Pai" (317).

§0556.

No limiar da vida pública, o batismo e no limiar da Páscoa, a transfiguração. Pelo batismo de Jesus "*declaratum fuit mysterium primæ regenerationis* - foi declarado o mistério da (nossa) primeira regeneração" - o nosso Batismo e a transfiguração "*est sacramentum secundæ regenerationis* - é o sacramento da (nossa) segunda regeneração" - a nossa própria ressurreição (318). Desde agora, nós participamos da ressurreição do Senhor pelo Espírito Santo que atua nos sacramentos do Corpo de Cristo. A transfiguração nos dá um antegozo da vinda gloriosa de

Cristo, “que transfigurará o nosso corpo miserável para conformá-lo ao seu corpo glorioso” (Fl 3, 21). Mas nos lembra também de que temos de passar por muitas tribulações para entrar no Reino de Deus” (Act 14, 22).

“Era isto que Pedro ainda não tinha compreendido, quando manifestava o desejo de ficar com Cristo no cimo da montanha (319). - Isso ele to reservou, Pedro, para depois da morte. Mas agora, ele próprio te diz: Desce para sofrer na Terra, para servir na Terra, para ser desprezado e crucificado na Terra. A Vida desce para se fazer matar; o Pão desce para passar fome; o Caminho desce para se cansar de andar; a Fonte desce para ter sede e tu te recusas a sofrer?” (320).

A SUBIDA DE JESUS PARA JERUSALÉM

§0557.

"Ora, como se aproximavam os dias de Jesus ser levado deste mundo, ele tomou a firme resolução de Se dirigir a Jerusalém" (Lc 9, 51) (321). Por esta decisão, indicava que subia para Jerusalém pronto para lá morrer. Já por três vezes, tinha anunciado a sua Paixão e a sua ressurreição (322). E, ao Se dirigir para Jerusalém, declara: "Não se admite que um profeta morra fora de Jerusalém" (Lc 13, 33).

§0558.

Jesus recorda o martírio dos Profetas que tinham sido entregues à morte em Jerusalém

(323). No entanto, continua a convidar Jerusalém a se reunir à sua volta: “Quantas vezes Eu quis agrupar os teus filhos como a galinha junta os seus pintainhos sob as asas!... Mas vós não quisestes” (Mt 23, 37b). Quando já avista Jerusalém, chora sobre ela (324) e exprime, uma vez mais, o desejo do seu coração: “Se neste dia, também tu tivesses conhecido o que te pode trazer a paz! Mas agora, isto está oculto aos teus olhos” (Lc 19, 42).

A ENTRADA MESSIÂNICA DE JESUS EM JERUSALÉM

§0559.

Como vai Jerusalém acolher o seu Messias? Embora tenha sempre evitado as tentativas populares de O fazerem rei (325), Jesus

escolheu o momento e preparou os pormenores da sua entrada messiânica na cidade de "Davi, seu pai" (Lc 1, 32) (326). E é aclamado como filho de Davi e como aquele que traz a salvação ("Hosanna" quer dizer "então salva!", "dá a salvação"). Ora, o "rei da glória" (Sl 24, 7-10) entra na "sua cidade", "montado num jumento" (Zc 9, 9). Não conquista a filha de Sião, figura da sua Igreja, nem pela astúcia nem pela violência, mas pela humildade que dá testemunho da verdade (327). Por isto é que, naquele dia, os súbditos do seu Reino, são as crianças (328) e os "pobres de Deus", que O aclamam, tal como os anjos O tinham anunciado aos pastores (329). A aclamação deles: "Bendito o que vem em

nome do Senhor" (Sl 118, 26) é retomada pela Igreja no "Sanctus" da Liturgia Eucarística, abrindo o memorial da Páscoa do Senhor.

§0560.

A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino que o Rei Messias vai realizar pela Páscoa da sua morte e da sua ressurreição. É com a sua celebração, no Domingo de Ramos, que a Liturgia da Igreja começa a Semana Santa.

Resumindo:

§0561.

"Toda a vida de Cristo foi um contínuo ensinamento: os seus silêncios, os seus milagres, os seus gestos, a sua oração, o seu amor

pelo ser humano, a sua predileção pelos pequenos e pelos pobres, a aceitação do sacrifício total na cruz pela redenção do mundo, a sua ressurreição, tudo é atuação da sua palavra e cumprimento da Revelação" (330).

§0562.

Os discípulos de Cristo devem se conformar com Ele até que Ele Se forme neles (331). "Por isto, somos assumidos nos mistérios da sua vida, configurados com Ele, com Ele mortos e ressuscitados, até que reinemos com Ele" (332).

§0563.

Pastor ou mago, ninguém pode atingir a Deus neste mundo senão se ajoelhando dian-

te do presépio de Belém e O adorando oculto na fraqueza de uma criança.

§0564.

Pela sua submissão a Maria e a José, assim como pelo seu trabalho humilde em Nazaré durante longos anos, Jesus nos dá o exemplo da santidade na vida quotidiana da família e do trabalho.

§0565.

Desde o princípio da sua vida pública, desde o seu batismo, Jesus é o "Servo" inteiramente consagrado à obra redentora, que consumará pelo "batismo" da sua Paixão.

§0566.

A tentação no deserto mostra Jesus como Messias humilde, que triunfa de Satanás pela total adesão ao desígnio de salvação querido pelo Pai.

§0567.

O Reino dos Céus foi inaugurado na terra por Cristo e resplandece para os seres humanos na palavra, nas obras e na presença de Cristo (333). A Igreja é o gérmen e o princípio deste Reino. As suas chaves são confiadas a Pedro.

§0568.

A transfiguração de Cristo tem por fim fortalecer a fé dos Apóstolos em vista da Paixão.

A subida à “alta montanha” prepara a subida ao Calvário. Cristo, cabeça da Igreja, manifesta o que o seu Corpo contém e irradia nos sacramentos: “a esperança da Glória” (Cl 1, 27) (334).

§0569.

Jesus subiu voluntariamente a Jerusalém, sabendo perfeitamente que lá ia morrer de morte violenta, por causa da oposição dos pecadores (335).

§0570.

A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino, que o Rei Messias, acolhido na cidade pelas crianças e pelos humil-

des de corarão, vai realizar pela Páscoa da sua morte e ressurreição.

ARTIGO 4: "JESUS CRISTO PADECEU SOB PÔNCIO PILATOS FOI CRUCIFICADO, MORTO E SEPULTADO"

§0571.

O mistério pascal da cruz e ressurreição de Cristo está no centro da Boa Nova que os Apóstolos e, depois deles, a Igreja, devem anunciar ao mundo. O desígnio salvífico de Deus se cumpriu, de "uma vez por todas" (Heb 9, 26), pela morte redentora do seu Filho Jesus Cristo.

§0572.

A Igreja permanece fiel à “interpretação de todas as Escrituras” dada pelo próprio Jesus, tanto antes como depois da sua Páscoa (336). “Não tinha o Messias de sofrer tudo isto, para entrar na sua glória?” (Lc 24, 26). Os sofrimentos de Jesus tomaram a sua forma histórica concreta, pelo fato de Ele ter sido “rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e pelos escribas” (Mc 8, 31), que “O entregaram aos pagãos para ser escarnecido, flagelado e crucificado” (Mt 20, 19).

§0573.

A fé pode, portanto, se esforçar por investigar as circunstâncias da morte de Jesus, fielmente transmitidas pelos evangelhos

(337) e esclarecidas por outras fontes históricas, para melhor compreender o sentido da redenção.

PARÁGRAFO 1: JESUS E ISRAEL

§0574.

Desde o princípio do ministério público de Jesus, fariseus e partidários de Herodes, com sacerdotes e escribas, se puseram de acordo para lhe dar a morte (338). Por alguns dos seus atos (expulsões de demônios (339); perdão dos pecados (340); curas em dia de sábado (341); interpretação original dos preceitos de pureza legal (342); trato familiar com publicanos e pecadores públicos (343), Jesus pareceu a alguns, mal intencionados, suspei-

to de possessão diabólica (344). Foi acusado de blasfêmia (345) e de falso profetismo (346), crimes religiosos que a Lei castigava com a pena de morte por apedrejamento (347).

§0575.

Muitas atitudes e palavras de Jesus foram, portanto, “sinal de contradição” (348) para as autoridades religiosas de Jerusalém, a quem o Evangelho de São João muitas vezes chama simplesmente de “os Judeus” (349), mais ainda do que para o comum do Povo de Deus (350). Sem dúvida que as suas relações com os fariseus não foram unicamente polêmicas; são fariseus que O previnem do perigo que corre (351). Jesus louva alguns dentre

eles, como o escriba de Mc 12, 34 e, em várias ocasiões, come em casa de fariseus (352). Jesus confirma doutrinas partilhadas por esta elite religiosa do povo de Deus: a ressurreição dos mortos (353) formas de piedade (esmola, jejum e oração (354)) e o hábito de se dirigir a Deus como Pai, o caráter central do mandamento do amor a Deus e ao próximo (355).

§0576.

Aos olhos de muitos em Israel, parece que Jesus procede contra as instituições essenciais do Povo eleito:

- a submissão à Lei, na totalidade dos seus preceitos escritos e, para os fariseus, na interpretação da tradição oral;

- a centralidade do templo de Jerusalém, como lugar santo em que Deus habita de maneira privilegiada;

- a fé no Deus único, cuja glória, nenhum ser humano pode partilhar.

I. JESUS E A LEI

§0577.

Jesus fez uma solene advertência no início do sermão da montanha, ao apresentar a Lei dada por Deus no monte Sinai, quando da primeira Aliança, à luz da graça da Nova Aliança.

"Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição. Em verdade vos digo: Antes que

passem o Céu e a Terra, não passará, da Lei, a mais pequena letra ou o mais pequeno sinal, sem que tudo se cumpra. Portanto, se alguém transgredir um só destes mandamentos, por mais pequeno que seja e ensinar assim às pessoas, será o menor no Reino dos Céus. Mas aquele que os praticar e ensinar, será grande no Reino dos Céus" (Mt 5, 1719).

§0578.

Jesus, o Messias de Israel e, portanto, o maior no Reino dos Céus, fazia questão de cumprir a Lei executando-a integralmente até nos mais pequenos preceitos, segundo as suas próprias palavras. Foi mesmo o único a poder fazê-lo perfeitamente (356). Os Judeus, segundo a sua própria confissão, não

puderam nunca cumprir integralmente a Lei sem violação do mínimo preceito (357). Por isto é que, em cada festa anual da Expiação, os filhos de Israel pediam a Deus perdão pelas suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como lembra São Tiago, "quem observa toda a Lei, mas falta num só mandamento, se torna réu de todos os outros" (Tg 2, 10) (358).

§0579.

Este princípio da integralidade da observância da Lei, não só na letra, mas também no espírito, era caro aos fariseus. Tornando-o extensivo a Israel, conduziram muitos judeus, do tempo de Jesus, a um zelo religioso extremo (359). E tal zelo, se não quisesse se

envolver por uma casuística "hipócrita" (360), com certeza que prepararia o povo para esta inaudita intervenção de Deus, que será o cumprimento perfeito da Lei pelo único justo representante de todos os pecadores (361).

§0580.

O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do divino Legislador, nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho (362). Em Jesus, a Lei já não aparece gravada em tábuas de pedra, mas "no íntimo do coração" (Jr 31, 33) do Servo, o qual, proclamando "fielmente o direito" (Is 42, 3), se tornou "a aliança do povo" (Is 42, 6). Jesus cumpriu a Lei até ao ponto de tomar sobre Si "a maldição da Lei"

(363) em que incorrem aqueles que não “praticam todos os preceitos da Lei” (364), porque “a morte de Cristo foi para remir as faltas cometidas durante a primeira Aliança” (Heb 9, 15).

§0581.

Jesus apareceu aos olhos dos Judeus e dos seus chefes espirituais como um “rabbi” (365). Muitas vezes argumentou, no quadro da interpretação rabínica da Lei (366). Mas, ao mesmo tempo, Jesus tinha, forçosamente, de Se confrontar com os doutores da Lei, porque não Se contentava com propor a sua interpretação a par das deles: “ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas” (Mt 7, 28-29). N'Ele, era a própria

Palavra de Deus que Se fizera ouvir no monte Sinai, para dar a Moisés a Lei escrita que, de novo, Se fazia ouvir sobre a montanha das bem-aventuranças (367). Esta Palavra de Deus não aboliu a Lei, mas a cumpriu, ao fornecer, de modo divino, a sua interpretação última: “Ouvistes que foi dito aos antigos [...] Eu, porém, vos digo” (Mt 5, 33-34). Com esta mesma autoridade divina, desaprova certas “tradições humanas” (368) dos fariseus, que “anulam a Palavra de Deus” (369).

§0582.

Indo mais longe, Jesus cumpriu a lei sobre a pureza dos alimentos, tão importante na vida quotidiana judaica, explicando o seu sentido “pedagógico” (370) por uma inter-

pretação divina: “Não há nada fora do ser humano que, ao entrar nele, o possa tornar impuro [...] - e assim declarava puros todos os alimentos -[...]. O que sai do ser humano é que o torna impuro. Pois, do interior do coração dos seres humanos é que saem os pensamentos perversos” (Mc 7, 18-21). Proporcionando, com autoridade divina, a interpretação definitiva da Lei, Jesus Se colocou numa situação de confronto com certos doutores da Lei, que não aceitavam a sua interpretação, muito embora garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam (371). Isto vale, sobretudo, para a questão do sábado: Jesus lembra e muitas vezes com argumentos rabínicos (372), que o repouso sabático não é

violado pelo serviço a Deus (373) ou ao próximo (374) que as suas curas realizam.

II. JESUS E O TEMPLO

§0583.

Jesus, como, antes d'Ele, os Profetas, professou pelo templo de Jerusalém o mais profundo respeito. Lá, foi apresentado por José e Maria, quarenta dias depois do seu nascimento (375). Na idade de doze anos, decidiu ficar no templo para lembrar aos seus pais que tinha de Se ocupar com as coisas de seu Pai (376). Ao templo subiu todos os anos, ao menos pela Páscoa, durante a vida oculta (377). O seu próprio ministério público foi

ritmado pelas peregrinações a Jerusalém nas grandes festas judaicas (378).

§0584.

Jesus subiu ao templo como quem sobe ao lugar privilegiado de encontro com Deus. O templo é, para Ele, a casa do seu Pai, uma casa de oração e Se indigna com o fato de o átrio exterior ter se tornado lugar de negócio (379). Se expulsa os vendilhões do templo é pelo amor zeloso a seu Pai: “Não façais da casa do meu Pai casa de comércio”. “Os discípulos se recordaram de que estava escrito: "O zelo pela tua casa me devorará" (Sl 69, 10)” (Jo 2, 16-17). Depois da ressurreição, os Apóstolos guardaram, para com o templo, um respeito religioso (380).

§0585.

No entanto, nas vésperas da sua Paixão, Jesus anunciou a ruína deste esplêndido edifício, do qual não ficaria pedra sobre pedra (381). Há aqui o anúncio de um sinal dos últimos tempos, que vão se iniciar com a sua própria Páscoa (382). Mas esta profecia pôde ser referida de modo deturpado por falsas testemunhas, quando do interrogatório a que Jesus foi sujeito na casa do sumo sacerdote (383) e Lhe ser lançada em rosto, como injúria, quando agonizava, pregado na cruz (384).

§0586.

Longe de ter sido contra o templo (385) onde proclamou o essencial da sua doutrina

(386), Jesus quis pagar o imposto do templo, associando a Si Pedro (387), que Ele acabara de estabelecer como pedra basilar da sua Igreja futura (388). Mais ainda: Se identificou com o templo, Se apresentando como a morada definitiva de Deus entre os seres humanos (389). Por isto é que a sua entrega à morte corporal (390) prenuncia a destruição do templo, a qual vai assinalar a entrada numa nova idade da história da salvação: "Vai chegar a hora em que nem neste monte nem em Jerusalém adorareis o Pai" (Jo 4, 21) (391).

III. JESUS E A FÉ DE ISRAEL NO DEUS ÚNICO E SALVADOR

§0587.

Se a Lei e o templo de Jerusalém puderam ser motivo de “contradição” (392) entre Jesus e as autoridades religiosas de Israel, o seu papel na redenção dos pecados, obra divina por excelência, foi, para essas autoridades, a verdadeira pedra de escândalo (393).

§0588.

Jesus escandalizou os fariseus por comer com os publicanos e os pecadores (394) tão familiarmente como com eles (395). Contra aqueles “que se consideravam justos e desprezavam os demais” (Lc 18, 9) (396), Jesus afirmou: “Eu não vim chamar os justos. Vim

chamar os pecadores, para que se arrependam" (Lc 5, 32). E foi mais longe, afirmando, diante dos fariseus, que, sendo o pecado universal (397), cegam a si próprios (398) aqueles que afirmam não precisar de salvação.

§0589.

Jesus escandalizou, sobretudo, por ter identificado a sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus a respeito dos mesmos (399). Chegou até a dar a entender que, Se sentando à mesa dos pecadores (400), os admitia no banquete messiânico (401). Mas foi muito particularmente ao perdoar os pecados que Jesus colocou as autoridades religiosas de Israel perante um dilema. É que, como essas

autoridades justamente dizem, apavoradas, “só Deus pode perdoar os pecados” (Mc 2, 7), Jesus, ao perdoar os pecados, ou blasfema por ser um ser humano que se faz igual a Deus (402) ou diz a verdade e a Sua pessoa torna então presente e revela o nome de Deus (403).

§0590.

Só a identidade divina da pessoa de Jesus é que pode justificar uma exigência tão absoluta como esta: “Quem não está comigo está contra Mim” (Mt 12, 30). O mesmo se diga de quando afirma ser “mais que Jonas,... mais que Salomão” (Mt 12, 41-42), “mais que o templo” (404); de quando lembra, a respeito de si próprio, que Davi chamou ao Messias o

seu Senhor (405); de quando afirma: “Antes de Abraão existir, "Eu sou"” (Jo 8, 58) e ainda mais: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10, 30).

§0591.

Jesus pediu às autoridades religiosas de Jerusalém que acreditassem n'Ele, por causa das obras do seu Pai que Ele fazia (406). Mas tal ato de fé tinha de passar por uma misteriosa morte para si mesmo, a qual desse lugar a um novo “nascimento do Alto” (407), por atração da graça divina (408). Tal exigência de conversão, face a um tão surpreendente cumprimento das promessas (409), permite compreender o trágico desdém do Sinédrio, ao sentenciar que Jesus merecia a morte como blasfemo (410). Os membros do Sinédrio

agiam assim, ao mesmo tempo por “ignorância” (411) e pelo “endurecimento” (412) da sua “incredulidade” (413).

RESUMINDO:

§0592.

Jesus não aboliu a Lei do Sinai, mas a cumpriu (414) com tal perfeição (415) que revelou o sentido último dela (416) e resgatou as transgressões contra ela cometidas (417).

§0593.

Jesus venerou o templo, indo a ele nas festas judaicas de peregrinação e amou com amor zeloso esta morada de Deus entre os seres humanos. O templo prefigura o seu

mistério. Quando anuncia a sua destruição, o faz como revelação da sua própria morte e da entrada numa nova era da história da salvação em que o seu Corpo será o templo definitivo.

§0594.

Jesus praticou atos, como o perdão dos pecados, que O manifestaram como sendo o próprio Deus salvador (418). Alguns judeus, que, não reconhecendo o Deus feito ser humano (419), viam n'Ele “um ser humano que se faz Deus” (420), O julgaram como blasfemo.

PARÁGRAFO 2: JESUS MORREU CRUCIFICADO

I. O PROCESSO DE JESUS

DIVISÕES ENTRE AS AUTORIDADES JUDAICAS A RESPEITO DE JESUS

§0595.

Entre as autoridades religiosas de Jerusalém, não somente se encontravam o fariseu Nicodemos (421) e o notável José de Arimateia, discípulos ocultos de Jesus (422), mas também, durante muito tempo, houve dissensões a respeito d'Ele (423), ao ponto de, na própria véspera da Paixão, João poder dizer deles que “um bom número acreditou n' Ele” embora de modo assaz imperfeito (Jo 12, 42); o que não é nada de admirar, tendo-

se presente que, no dia seguinte ao de Pentecostes, “um grande número de sacerdotes se submetia à fé” (Act 6, 7) e “algumas pessoas do partido dos fariseus tinham abraçado a fé” (Act 15, 5), de tal modo que São Tiago podia dizer a São Paulo que “muitos milhares entre os judeus abraçaram a fé e todos têm zelo pela Lei” (Act 21, 20).

§0596.

As autoridades religiosas de Jerusalém não foram unânimes na atitude a adotar a respeito de Jesus (424). Os fariseus ameaçaram de excomunhão aqueles que O seguissem (425). Aos que temiam que “todos acreditassem n'Ele e os romanos viessem destruir o templo e a nação” (Jo 11, 48), o sumo sa-

cerdote Caifás propôs, profetizando: “É do vosso interesse que morra uma só pessoa pelo povo e não pereça a nação inteira” (Jo 11, 50). O Sinédrio, tendo declarado Jesus “réu de morte” (426) como blasfemo, mas tendo perdido o direito de condenar à morte fosse quem fosse (427), entregou Jesus aos romanos, O acusando de revolta política (428), o que O colocava em pé de igualdade com Barrabás, acusado de “sedição” (Lc 23, 19). São também de caráter político as ameaças que os sumos sacerdotes fazem a Pilatos, o pressionando a condenar Jesus à morte (429).

OS JUDEUS NÃO SÃO COLETIVAMENTE RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE JESUS

§0597.

Tendo em conta a complexidade histórica do processo de Jesus, manifestada nas narrativas evangélicas e qualquer que tenha sido o pecado pessoal dos intervenientes no processo (Judas, o Sinédrio, Pilatos), que só Deus conhece, não se pode atribuir a responsabilidade do mesmo ao conjunto dos judeus de Jerusalém, apesar da gritaria de uma multidão manipulada (430) e das censuras globais contidas nos apelos à conversão, depois do Pentecostes (431). O próprio Jesus, perdoando na cruz (432) e Pedro, a seu exemplo, apelaram para “a ignorância” (433) dos judeus

de Jerusalém e mesmo dos seus chefes. Menos ainda é possível estender a responsabilidade ao conjunto dos judeus no espaço e no tempo, a partir do grito do povo: “Que o seu sangue caia sobre nós e sobre os nossos filhos” (Mt 27, 25), que é uma fórmula de ratificação (434):

Por isto, a Igreja declarou no II Concílio do Vaticano: “Não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na sua Paixão se perpetrou. [...] Nem por isto, os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura” (435).

TODOS OS PECADORES FORAM AUTORES DA PAIXÃO DE CRISTO

§0598.

A Igreja, no magistério da sua fé e no testemunho dos seus santos, nunca esqueceu que “os pecadores é que foram os autores e como que os instrumentos, de todos os sofrimentos que o divino Redentor suportou” (436). Partindo do princípio de que os nossos pecados atingem Cristo em pessoa (437), a Igreja não hesita em imputar aos cristãos a mais grave responsabilidade no suplício de Jesus; responsabilidade que eles, muitas vezes, imputaram unicamente aos judeus:

“Devemos ter como culpados deste horrível crime os que continuam a recair nos seus

pecados. Porque foram os nossos crimes que fizeram nosso Senhor Jesus Cristo suportar o suplício da cruz, é evidente que aqueles que mergulham na desordem e no mal crucificam de novo em seus corações, tanto quanto deles depende, o Filho de Deus, pelos seus pecados expondo-O à ignomínia. E temos de reconhecer: o nosso crime, neste caso, é maior que o dos judeus. Porque eles, como afirma o Apóstolo, "se tivessem conhecido a Sabedoria de Deus, não leriam crucificado o Senhor da glória" (1 Cor 2, 8); ao passo que nós, pelo contrário, fazemos profissão de O conhecer e quando O renegamos com nossos atos, de certo modo, levantamos contra Ele as nossas mãos assassinas" (438).

"Não foram os demônios que O pregaram na cruz, mas tu, com eles, O crucificaste e ainda agora O crucificas quando te deleitas nos vícios e pecados" (439).

II. A MORTE REDENTORA DE CRISTO NO DESÍGNIO DIVINO DE SALVAÇÃO

"JESUS ENTREGUE, SEGUNDO O DESÍGNIO DETERMINADO DE DEUS"

§0599.

A morte violenta de Jesus não foi fruto do acaso, nem coincidência infeliz de circunstâncias várias. Faz parte do mistério do desígnio de Deus, como Pedro explica aos judeus de Jerusalém, logo no seu primeiro discurso no dia de Pentecostes: "Depois de en-

tregue, segundo o desígnio determinado e a previsão de Deus" (Act 2, 23). Esta linguagem bíblica não significa que os que "entregaram Jesus" (440) foram simples atores passivos de um drama previamente escrito por Deus.

§0600.

A Deus, todos os momentos do tempo estão presentes na sua atualidade. Por isto, ele estabelece o seu desígnio eterno de "predestinação", incluindo nele a resposta livre de cada ser humano à sua graça: "Na verdade, Herodes e Pôncio Pilatos se uniram nesta cidade, com as nações pagãs e os povos de Israel, contra o vosso santo Servo Jesus, a quem ungistes (441). Cumpriram assim tudo

o que o vosso poder e os vossos desígnios tinham de antemão decidido que se realizasse" (Act 4, 27-28). Deus permitiu os atos resultantes da sua cegueira (442), com o fim de levar a cabo o seu plano de salvação (443).

"MORTO PELOS NOSSOS PECADOS, SEGUNDO AS ESCRITURAS"

§0601.

Este plano divino de salvação, pela entrega à morte do "Servo, o Justo" (444), tinha sido de antemão anunciado na Escritura como um mistério de redenção universal, quer dizer, de resgate que liberta os seres humanos da escravidão do pecado (445). São Paulo professa, numa confissão de fé que diz ter "recebido" (446), que "Cristo morreu pelos nossos

pecados segundo as Escrituras" (1 Cor 15, 3) (447). A morte redentora de Jesus deu cumprimento, sobretudo, à profecia do Servo sofredor (448). O próprio Jesus apresentou o sentido da sua vida e da sua morte à luz do Servo sofredor (449). Após a sua ressurreição, deu esta interpretação das Escrituras aos discípulos de Emaús (450) e depois, aos próprios Apóstolos (451).

"POR NÓS, DEUS FÊ-LO PECADO"

§0602.

Consequentemente, Pedro pôde formular assim a fé apostólica no plano divino da salvação: "fostes resgatados da vã maneira de viver herdada dos vossos pais, pelo sangue

precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeito nem mancha, predestinado antes da criação do mundo e manifestado nos últimos tempos por nossa causa" (1 Pe 1, 18-20). Os pecados dos seres humanos, que se seguiram ao pecado original, foram castigados com a morte (452). Enviando o seu próprio Filho na condição de escravo (453), que era a de uma humanidade decaída e votada à morte por causa do pecado (454), "a Cristo, que não conhecera o pecado, Deus fê-lo pecado por amor a nós, para que, em Cristo, nos tornássemos justos aos olhos de Deus" (2 Cor 5, 21).

§0603.

Jesus não conheceu a reprovação como se tivesse pecado pessoalmente (455). Mas, no

amor redentor que constantemente O unia ao Pai (456), nos assumiu no afastamento do nosso pecado em relação a Deus, a ponto de, na cruz, poder dizer em nosso nome: “Meu Deus, meu Deus, por que Me abandonaste?” (Mc 15, 34) (457). Tendo-O feito solidário conosco, pecadores, “Deus não poupou o seu próprio Filho, mas O entregou para morrer por nós todos” (Rm 8, 32), para que fôssemos “reconciliados com Ele pela morte do seu Filho” (Rm 5, 10).

DEUS TOMA A INICIATIVA DO AMOR REDENTOR UNIVERSAL

§0604.

Entregando o seu Filho pelos nossos pecados, Deus manifesta que o seu plano sobre

nós é um desígnio de amor benevolente, independente de qualquer mérito da nossa parte. “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, foi Deus quem nos amou e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nossos pecados” (1 Jo 4, 10) (458). “Deus prova assim o seu amor para conosco: Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores” (Rm 5, 8).

§0605.

Este amor é sem exclusão. Jesus o lembrou ao terminar a parábola da ovelha perdida: “Assim, não é da vontade do meu Pai, que está nos Céus, que se perca um só destes pequeninos” (Mt 18, 14). E afirma “dar a Sua vida em resgate pela multidão” (Mt 20, 28).

Esta última expressão não é restritiva: simplesmente contrapõe o conjunto da humanidade à pessoa única do redentor, que Se entrega para salvá-la (459). No seguimento dos Apóstolos (460), a Igreja ensina que Cristo morreu por todos os seres humanos, sem exceção: "Não há, não houve, nem haverá nenhum ser humano pelo qual Cristo não tenha sofrido" (461).

III. CRISTO OFERECEU A SI MESMO AO PAI PELOS NOSSOS PECADOS

TODA A VIDA DE CRISTO É OBLAÇÃO AO PAI

§0606.

O Filho de Deus, "descido do Céu, não para fazer a sua vontade, mas a do seu Pai, que

O enviou" (462), "diz, ao entrar no mundo: [...] Eis-me aqui, [...] ó Deus, para fazer a tua vontade. [...] É em virtude dessa mesma vontade que nós fomos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, feita de uma vez para sempre" (Heb 10, 5-10). Desde o primeiro instante da sua Encarnação, o Filho faz seu o plano divino de salvação, no desempenho da sua missão redentora: "O meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e realizar a sua obra" (Jo 4, 34). O sacrifício de Jesus "pelos pecados do mundo inteiro" (1 Jo 2, 2) é a expressão da sua comunhão amorosa com o Pai: "O Pai Me ama, porque Eu dou a minha vida" (Jo 10, 17). "O

mundo tem de saber que amo o Pai e procedo como o Pai Me ordenou" (Jo 14, 31).

§0607.

Este desejo de fazer seu o plano do amor de redenção do seu Pai anima toda a vida de Jesus (463). A sua Paixão redentora é a razão de ser da Encarnação: "Pai, salva-Me desta hora! Mas por causa disto, é que Eu cheguei a esta hora" (Jo 12, 27). "O cálice que o Pai Me deu, não havia de bebê-lo?" (Jo 18, 11). E ainda na cruz, antes de "tudo estar consumado" (Jo 19, 30), diz: "Tenho sede" (Jo 19, 28).

“O CORDEIRO QUE TIRA O PECADO DO MUNDO”

§608.

Depois de ter aceitado Lhe dar o batismo como aos pecadores (464), João Batista viu e mostrou em Jesus o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (465). Manifestou, deste modo, que Jesus é, ao mesmo tempo, o Servo sofredor, que Se deixa levar ao matadouro sem abrir a boca (466), carregando os pecados das multidões (467) e o cordeiro pascal, símbolo da redenção de Israel na primeira Páscoa (468). Toda a vida de Cristo manifesta a sua missão: “servir e dar a vida como resgate pela multidão” (469).

JESUS PARTILHA LIVREMENTE O AMOR REDENTOR DO PAI

§0609.

Ao partilhar, no seu coração humano, o amor do Pai para com os seres humanos, Jesus “os amou até o fim” Jo 13, 1), “pois, não há maior amor do que dar a vida por aqueles que se ama” (Jo 15, 13). Assim, no sofrimento e na morte, a sua humanidade se tornou instrumento livre e perfeito do seu amor divino que quer a salvação dos seres humanos (470). Com efeito, ele aceitou livremente a sua Paixão e morte por amor ao Pai e aos seres humanos a quem o Pai quer salvar. “Ninguém Me tira a vida. Sou Eu que a dou espontaneamente” (Jo 10, 18). Daí, a liberdade

soberana do Filho de Deus, quando Ele próprio vai ao encontro da morte (471).

NA CEIA, JESUS ANTECIPOU A OBLAÇÃO LIVRE DA SUA VIDA

§0610.

Jesus exprimiu de modo supremo a oblação livre de Si mesmo na refeição que tomou com os Doze Apóstolos (472), na “noite em que foi entregue” (1 Cor 11, 23). Na véspera da sua Paixão, quando ainda era livre, Jesus fez, daquela Última Ceia com os Apóstolos, o memorial da sua oblação voluntária ao Pai (473) para a salvação dos seres humanos: “Isto é o meu Corpo, que vai ser entregue por vós” (Lc 22, 19). “Isto é o meu "Sangue da Aliança", que vai ser derramado por uma

multidão, para remissão dos pecados" (Mt 26, 28).

§0611.

A Eucaristia, que neste momento instituiu, será o "memorial" (474) do seu sacrifício. Jesus incluiu os Apóstolos na sua própria oferenda e lhes pediu que a perpetuassem (475). Deste modo, instituiu os Apóstolos como sacerdotes da Nova Aliança: "Eu me consagro por eles, para que também eles sejam consagrados na verdade" (Jo 17, 19) (476).

A AGONIA NO GETSÊMANI

§0612.

O cálice da Nova Aliança, que Jesus antecipou na Ceia, oferecendo a Si mesmo (477), é aceite seguidamente por Jesus das mãos do Pai, na agonia no Getsêmani (478), Se fazendo "obediente até à morte" (Fl 2, 8) (479). Na sua oração, Jesus diz: "Meu Pai, se for possível, que se afaste de Mim este cálice [...]" (Mt 26, 39). Ele exprime, deste modo, o horror que a morte representa para a sua natureza humana. Com efeito, esta, como a nossa, está destinada à vida eterna. Mas, diferentemente da nossa, é perfeitamente isenta do pecado (480) que causa a morte (481). E, sobretudo, é assumida pela pessoa divina do "Príncipe

da Vida" (482), do "Vivente" (483). Aceitando, com a sua vontade humana, que se faça a vontade do Pai (484) aceita a sua morte enquanto redentora, para "suportar os nossos pecados no seu corpo, no madeiro da cruz" (1 Pe 2, 24).

A MORTE DE CRISTO É O SACRIFÍCIO ÚNICO E DEFINITIVO

§0613.

A morte de Cristo é, ao mesmo tempo, o sacrifício pascal que realiza a redenção definitiva dos seres humanos (485) por meio do "Cordeiro que tira o pecado do mundo" (486) e o sacrifício da Nova Aliança (487) que restabelece a comunhão entre o ser humano e Deus (488), o reconciliando com Ele pelo

“sangue derramado pela multidão, para a remissão dos pecados” (489).

§0614.

Este sacrifício de Cristo é único, leva à perfeição e ultrapassa todos os sacrifícios (490). Antes de mais, é um dom do próprio Deus Pai. É o Pai que entrega o seu Filho para nos reconciliar consigo (491). Ao mesmo tempo, é oblação do Filho de Deus feito ser humano, que, livremente e por amor (492), oferece a sua vida (493) ao Pai, pelo Espírito Santo (494), para reparar a nossa desobediência.

JESUS SUBSTITUI A NOSSA DESOBEDIÊNCIA PELA SUA OBEDIÊNCIA

§0615.

"Como pela desobediência de um só ser humano, muitos se tornaram pecadores, assim também, pela obediência de um só, muitos se tornarão justos" (Rm 5, 19). Pela sua obediência até à morte, Jesus realizou a ação substitutiva do Servo sofredor que oferece a sua vida como sacrifício de expiação, ao carregar, com o pecado das multidões, que justifica carregando Ele próprio com as suas faltas (495). Jesus reparou as nossas faltas e satisfez ao Pai pelos nossos pecados (496).

NA CRUZ, JESUS CONSUMA O SEU SACRIFÍCIO

§0616.

É o “amor até ao fim” (497) que confere ao sacrifício de Cristo o valor de redenção e reparação, de expiação e satisfação. Ele nos conheceu e nos amou a todos no oferecimento da sua vida (498). “O amor de Cristo nos pressiona, ao pensarmos que um só morreu por todos e que todos, portanto, morreram” (2 Cor 5, 14). Nenhum ser humano, ainda que fosse o mais santo, estava em condições de tomar sobre si os pecados de todos os seres humanos e de se oferecer em sacrifício por todos. A existência em Cristo da pessoa divina do Filho, que ultrapassa e ao mesmo

tempo abrange todas as pessoas humanas e O constitui Cabeça de toda a humanidade, é que torna possível o seu sacrifício redentor por todos.

§0617.

"*Sua sanctissima passione in ligno crucis nobis justificationem meruit* - Pela sua santíssima Paixão no madeiro da cruz, ele nos tornou merecedores da justificação" - ensina o Concílio de Trento (499), sublinhando o caráter único do sacrifício de Cristo como fonte de salvação eterna (500). E a Igreja venera a Cruz cantando: "*O crux, ave, spes unica!* - Ave, ó cruz esperança única!" (501).

A NOSSA PARTICIPAÇÃO NO SACRIFÍCIO DE CRISTO

§0618.

A cruz é o único sacrifício de Cristo, Mediador único entre Deus e os seres humanos (502). Mas, porque, na sua pessoa divina encarnada, "Ele Se uniu, de certo modo, a cada ser humano" (503), "a todos dá a possibilidade de se associarem a este mistério pascal por um modo só de Deus conhecido" (504). Convida os discípulos a tomarem a sua cruz e a segui-Lo (505) porque sofreu por nós, nos deixando o exemplo para que sigamos os seus passos (506). De fato, quer associar, ao seu sacrifício redentor, aqueles mesmos que são os primeiros beneficiários (507). Isto se

realiza em sumo grau em sua Mãe, associada mais intimamente do que ninguém ao mistério do seu sofrimento redentor (508).

"Há uma só escada verdadeira fora do Paraíso. Fora da cruz, não há outra escada por onde se suba ao Céu" (509).

RESUMINDO:

§0619.

"Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras" (1 Cor 15, 3).

§0620.

A nossa salvação procede da iniciativa amorosa de Deus em nosso favor, pois "foi Ele que nos amou primeiro e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nos-

sos pecados" (1 Jo 4, 10). "Foi Deus que, em Cristo, reconciliou consigo o mundo" (2 Cor 5,19).

§0621.

Jesus Se ofereceu livremente para nossa salvação. Este dom o significa e o realiza. Ele, de antemão, durante a Última Ceia, disse: "Isto é o meu Corpo, que vai ser entregue por vós" (Lc 22,19).

§0622.

Nisto consiste a redenção de Cristo: Ele "veio dar a sua vida em resgate pela multidão" (Mt 20, 28), ou seja, veio "amar os seus até o fim" (Jo 13, 1), para que fossem libertos da má conduta herdada dos seus pais (510).

§0623.

Pela sua obediência amorosa ao Pai, “até à morte de cruz” (Fl 2, 8), Jesus cumpriu a missão expiatória (511) do Servo sofredor, que justifica as multidões, tomando sobre Si o peso das suas faltas (Is 53,11) (512).

PARÁGRAFO 3: JESUS CRISTO FOI SEPULTADO

§0624.

“Pela graça de Deus ele experimentou a morte, para proveito de todos” (Heb 2, 9). No seu plano de salvação, Deus dispôs que o seu Filho, não só “morresse pelos nossos pecados” (1 Cor 15, 3), mas também “saboreasse a morte”, isto é, conhecesse o estado de morte, o estado de separação entre a sua alma e o

seu corpo, durante o tempo compreendido entre o momento em que expirou na cruz e o momento em que ressuscitou. Este estado de Cristo morto é o mistério do sepulcro e da descida à mansão dos mortos. É o mistério do Sábado Santo em que Cristo, depositado no túmulo (513), manifesta o repouso sabático de Deus (514) depois da realização (515) da salvação dos seres humanos, que pacifica todo o universo (516).

O CORPO DE CRISTO NO SEPULCRO

§0625.

A permanência do corpo de Cristo no túmulo constitui o laço real entre o estado passível de Cristo antes da Páscoa e o seu estado

glorioso atual de ressuscitado. É a mesma pessoa do "Vivente" que pode dizer: "Estive morto e eis-Me vivo pelos séculos dos séculos" (Ap 1, 18): "É este o mistério do desígnio de Deus acerca da morte e da ressurreição dos mortos: se Ele não impediu que a morte separasse a alma do corpo, segundo a ordem necessária da natureza, mas os juntou de novo um ao outro pela ressurreição, a fim de ser, Ele próprio, na sua pessoa, o ponto de encontro da morte e da vida, suspendendo Nele a decomposição da natureza produzida pela morte e Se tornando, ele próprio, princípio de reunião para as partes separadas" (517).

§0626.

Uma vez que o “Príncipe da Vida”, a quem deram a morte (518), é precisamente o mesmo “Vivente que ressuscitou” (519), é forçoso que a pessoa divina do Filho de Deus tenha continuado a assumir a alma e o corpo, separados um do outro pela morte.

“Embora Cristo, enquanto ser humano, tenha sofrido a morte e a sua santa alma tenha sido separada do seu corpo imaculado, nem por isto a divindade se separou, de nenhum modo, nem da alma nem do corpo e nem por isto a Pessoa única foi dividida em duas. Tanto o corpo como a alma tiveram existência simultânea, desde o início, na Pessoa do Verbo e, apesar de, na morte, terem

sido separados, nenhum dos dois deixou de subsistir na Pessoa única do Verbo" (520).

"NÃO DEIXAREIS O VOSSO SANTO SOFRER A CORRUPÇÃO"

§0627.

A morte de Cristo foi uma verdadeira morte, na medida em que pôs fim à sua existência humana terrena. Mas, por causa da união que a Pessoa do Filho manteve com o seu corpo, este não se tornou um despojo mortal como os outros, porque "não era possível que Ele ficasse sob o domínio" da morte (Act 2, 24) e, por isto, "o poder divino preservou o corpo de Cristo da corrupção" (521). De Cristo se pode dizer, ao mesmo tempo: "Foi cortado da terra dos vivos" (Is 53, 8) e: "A minha

carne repousará na esperança, porque Tu não abandonarás a minha alma na mansão dos mortos, nem deixarás que o teu santo conheça a corrupção" (Act 2, 26-27) (522). A ressurreição de Jesus "ao terceiro dia" (1 Cor 15, 4; Lc 24, 46) (523) era disto sinal, até porque se julgava que a corrupção começava a se manifestar a partir do quarto dia (524).

"SEPULTADOS COM CRISTO..."

§0628.

O Batismo, cujo sinal original e pleno é a imersão, significa, eficazmente, a descida ao túmulo, por parte do cristão que morre para o pecado com Cristo, com vista a uma vida nova. "Fomos sepultados com Ele, pelo Ba-

tismo, na sua morte, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova" (Rm 6, 4) (525).

RESUMINDO:

§0629.

Para benefício de todos os seres humanos, Jesus experimentou a morte (526). Foi, de verdade, o Filho de Deus feito ser humano que morreu e foi sepultado.

§0630.

Durante a permanência de Cristo no túmulo, a sua pessoa divina continuou a assumir tanto a alma como o corpo, apesar de separados entre eles pela morte. Por isto, o

corpo de Cristo morto "não sofreu a corrupção" (Act 13,37).

ARTIGO 5: "JESUS CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS E, AO TERCEIRO DIA, RESSUSCITOU DOS MORTOS"

§0631.

"Jesus desceu às regiões inferiores da Terra. Aquele que desceu é precisamente o mesmo que subiu" (Ef 4, 9-10). O Símbolo dos Apóstolos confessa, num mesmo artigo da fé, a descida de Cristo à mansão dos mortos e a sua ressurreição dos mortos ao terceiro dia, porque, na sua Páscoa, é da profundidade da morte que Ele faz jorrar a vida:

"*Christus, Filius tuus,*
qui, regressos ab inferis,

humano generi serenus illuxit,
et vivit et regnat in sæcula sæculorum. Amen".

"Jesus Cristo, vosso Filho,
que, ressuscitando de entre os mortos,
iluminou o gênero humano com a sua luz e a sua paz
e vive glorioso pelos séculos dos séculos. Amém" (527).

PARÁGRAFO 1: CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS

§0632.

As frequentes afirmações do Novo Testamento, segundo as quais Jesus "ressuscitou de entre os mortos" (1 Cor 15, 20) (528), pressupõem que, anteriormente à ressurreição, ele tenha estado na mansão dos mortos (529). É este o sentido primeiro dado pela

pregação apostólica à descida de Jesus à mansão dos mortos: Jesus conheceu a morte, como todos os seres humanos e foi ter com eles à morada dos mortos. Porém, desceu lá como salvador, proclamando a Boa Nova aos espíritos que ali estavam prisioneiros (530).

§0633.

A morada dos mortos, a que Cristo morto desceu, é chamada pelas Escrituras de os infernos, Sheol ou Hades (531), porque aqueles que aí se encontravam estavam privados da visão de Deus (532). Tal era o caso de todos os mortos, maus ou justos, enquanto esperavam o Redentor (533), o que não quer dizer que a sua sorte fosse idêntica, como Jesus mostra na parábola do pobre Lázaro, recebi-

do “junto a Abraão” (534). “Foram precisamente essas almas santas, que esperavam o seu libertador junto a Abraão, que Jesus Cristo libertou, quando desceu à mansão dos mortos” (535). Jesus não desceu à mansão dos mortos para de lá libertar os condenados (536), nem para abolir o inferno da condenação (537), mas para libertar os justos que O tinham precedido (538).

§0634.

“A Boa Nova foi igualmente anunciada aos mortos...” (1 Pe 4, 6). A descida à mansão dos mortos é o cumprimento, até à plenitude, do anúncio evangélico da salvação. É a última fase da missão messiânica de Jesus; fase condensada no tempo, mas imensamente

vasta no seu significado real de extensão da obra redentora a todos os seres humanos de todos os tempos e de todos os lugares, porque todos aqueles que se salvaram se tornaram participantes da redenção.

§0635.

Cristo, portanto, desceu aos abismos da morte (539), para que “os mortos ouvissem a voz do Filho do Homem e os que a ouvissem, vivessem” (Jo 5, 25). Jesus, “o Príncipe da Vida” (540), “pela sua morte, reduziu à impotência aquele que tem o poder da morte, isto é, o Diabo e libertou quantos, por meio da morte, se encontravam sujeitos à servidão durante a vida inteira” (Heb 2, 14-15). Desde agora, Cristo ressuscitado “detém as chaves

da morte e do Hades" (Ap 1, 18) e "ao nome de Jesus todos se ajoelhem, no Céu, na terra e nos abismos" (Fl 2, 10).

"Um grande silêncio reina hoje sobre a terra; um grande silêncio e uma grande solidão. Um grande silêncio, porque o rei dorme. A terra estremeceu e ficou silenciosa, porque Deus adormeceu segundo a carne e despertou os que dormiam há séculos [...]. Vai à procura de Adão, nosso primeiro pai, a ovelha perdida. Quer visitar os que jazem nas trevas e nas sombras da morte. Vai libertar Adão do cativeiro da morte. Ele que é, ao mesmo tempo, seu Deus e seu filho [...] "Eu sou o teu Deus, que por ti me fiz teu filho [...] Desperta, tu que dormes, porque Eu não te

criei para que permaneças cativo no reino dos mortos. Levanta-te de entre os mortos, pois eu sou a vida dos mortos"" (541).

RESUMINDO:

§0636.

Na expressão: "Jesus desceu à mansão dos mortos", o Símbolo confessa que Jesus morreu realmente e que, por ter morrido por nós, venceu a morte e o Diabo, "que tem o poder da morte" (Heb 2,14).

§0637.

Cristo morto, na sua alma unida à pessoa divina, desceu à morada dos mortos. E abriu aos justos, que O tinham precedido, as portas do Céu.

PARÁGRAFO 2: AO TERCEIRO DIA, RESSUSCITOU DOS MORTOS

§0638.

"Nós vos anunciamos a Boa Nova de que a promessa feita aos nossos pais, a cumpriu Deus para nós, seus filhos, ao ressuscitar Jesus" (Act 13, 32-33). A ressurreição de Jesus é a verdade culminante da nossa fé em Cristo, acreditada e vivida como verdade central pela primeira comunidade cristã, transmitida como fundamental pela Tradição estabelecida pelos documentos do Novo Testamento, pregada como parte essencial do mistério pascal, ao mesmo tempo que a cruz. "Cristo ressuscitou dos mortos. Pela Sua morte, venceu a morte e, aos mortos, deu a vida" (542).

I. ACONTECIMENTO HISTÓRICO E TRANSCENDENTE

§0639.

O mistério da ressurreição de Cristo é um acontecimento real, com manifestações historicamente verificadas, como atesta o Novo Testamento. Já São Paulo, por volta do ano 56, pôde escrever aos Coríntios: "Transmitivos, em primeiro lugar, o mesmo que havia recebido: Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. A seguir, apareceu a Pedro, depois aos Doze" (1 Cor 15, 3-4). O Apóstolo fala aqui da tradição viva da ressurreição, de que tinha

tomado conhecimento após a sua conversão, às portas de Damasco (543).

O TÚMULO VAZIO

§0640.

"Por que motivo procurais entre os mortos Aquele que está vivo? Não está aqui, ressuscitou" (Lc 24, 5-6). No quadro dos acontecimentos da Páscoa, o primeiro elemento que se nos oferece é o sepulcro vazio. Isto não é, propriamente, uma prova direta. A ausência do corpo de Cristo do sepulcro poderia ser explicada de outro modo (544). Apesar disto, o sepulcro vazio constitui, para todos, um sinal essencial. A descoberta do fato pelos discípulos foi o primeiro passo para o reco-

nhecimento do fato da ressurreição. Foi, primeiro, o caso das santas mulheres (545), depois o de Pedro (546). “O discípulo que Jesus amava” (Jo 20, 2) afirma que, ao entrar no sepulcro vazio e ao descobrir “os lençóis no chão” (Jo 20, 6), “viu e acreditou” (547); o que supõe que ele terá verificado, pelo estado em que ficou o “sepulcro vazio”, que a ausência do corpo de Jesus não podia ter sido obra humana e que Jesus não tinha simplesmente regressado a uma vida terrena, como fora o caso de Lázaro (549).

AS APARIÇÕES DO RESSUSCITADO

§0641.

Maria Madalena e as santas mulheres, que foram acabar de embalsamar o corpo de Jesus (550), sepultado às pressas por causa do início do “Sábado”, no fim da tarde de Sexta-feira Santa (551), foram as primeiras pessoas a se encontrarem com o Ressuscitado (552). Assim, as mulheres foram as primeiras mensageiras da ressurreição de Cristo para os próprios Apóstolos (553). Em seguida, foi a eles que Jesus apareceu: primeiro a Pedro, depois aos Doze (554). Pedro, incumbido de consolidar a fé dos seus irmãos (555), vê, portanto, o Ressuscitado antes deles e é com base no seu testemunho que a comunidade

exclama: “Realmente, o Senhor ressuscitou e apareceu a Simão” (Lc 24, 34.36).

§0642.

Tudo quanto aconteceu nestes dias pascais empenha cada um dos Apóstolos - e muito particularmente Pedro - na construção da nova era que começa na manhã do dia de Páscoa. Como testemunhas do Ressuscitado, eles são as pedras do alicerce da sua Igreja. A fé da primeira comunidade dos crentes está fundamentada no testemunho de pessoas concretas, conhecidas dos cristãos e, a maior parte, vivendo ainda entre eles. Essas “testemunhas da ressurreição de Cristo” (556) são, em primeiro lugar, Pedro e os Doze. Mas há outros. Paulo fala claramente de mais de

quinhentas pessoas às quais Jesus apareceu em conjunto, além de Tiago e de todos os Apóstolos (557).

§0643.

Perante estes testemunhos, é impossível interpretar a ressurreição de Cristo fora da ordem física e não reconhecê-la como um fato histórico. Resulta, dos fatos, que a fé dos discípulos foi submetida à prova radical da Paixão e morte de cruz do seu Mestre, por este de antemão anunciada (558). O abalo provocado pela Paixão foi tão forte que os discípulos (pelo menos alguns) não acreditaram imediatamente na notícia da ressurreição. Longe de nos apresentar uma comunidade tomada por uma exaltação mística, os

Evangelhos nos apresentam os discípulos abatidos (de “rosto sombrio”: Lc 24, 17) e apavorados (559). Foi por isto que não acreditaram nas santas mulheres, regressadas da sua visita ao túmulo e “as suas narrativas lhe pareceram um desvario” (Lc 24, 11) (560). Quando Jesus apareceu aos Onze, na tarde do dia de Páscoa, “lhes censurou a falta de fé e a teimosia em não quererem acreditar naqueles que O tinham visto ressuscitado” (Mc 16, 14).

§0644.

Mesmo confrontados com a realidade de Jesus Ressuscitado, os discípulos ainda duvidam (561), de tal modo isso lhes parecia impossível, pois julgavam ver um fantasma

(562). “Por causa da alegria, estavam ainda sem querer acreditar e cheios de assombro” (Lc 24, 41). Tomé experimentará a mesma provação da dúvida (563) e quando da última aparição na Galileia, referida por Mateus, “alguns ainda duvidavam” (Mt 28, 17).É por isto que a hipótese, segundo a qual a ressurreição teria sido um “produto” da fé (ou da credulidade) dos Apóstolos, é inconsistente. Pelo contrário, a sua fé na ressurreição nasceu, sob a ação da graça divina, da experiência direta da realidade de Jesus Ressuscitado.

O ESTADO DA HUMANIDADE RESSUSCITADA DE CRISTO

§0645.

Jesus Ressuscitado estabeleceu, com os seus discípulos, relações diretas, através do contato físico (564) e da participação na refeição (565). Deste modo, os convida a reconhecerem que não é um espírito (566) e, sobretudo, a verificarem que o corpo ressuscitado, com o qual se lhes apresenta, é o mesmo que foi torturado e crucificado, pois traz ainda os vestígios da Paixão (567). No entanto, este corpo autêntico e real possui, ao mesmo tempo, as propriedades novas de um corpo glorioso; não está situado no espaço e no tempo, mas pode, livremente, se tornar

presente onde e quando quer (568), porque a sua humanidade já não pode ser retida sobre a terra e já pertence exclusivamente ao domínio divino do Pai (569). Também por este motivo, Jesus Ressuscitado é soberanamente livre de aparecer como quer: sob a aparência de um jardineiro (570) ou "com um aspecto diferente" (Mc 16, 12) daquele que era familiar aos discípulos e isto, precisamente, para lhes despertar a fé (571).

§0646.

A ressurreição de Cristo não foi um regresso à vida terrena, como no caso das ressurreições que Ele tinha realizado antes da Páscoa: a filha de Jairo, o jovem de Naim e Lázaro. Estes fatos eram acontecimentos mi-

lagrosos, mas as pessoas miraculadas reencontravam, pelo poder de Jesus, uma vida terrena “normal”. Em dado momento, voltariam a morrer. A ressurreição de Cristo é essencialmente diferente. No seu corpo ressuscitado ele passa do estado de morte a outra vida, para além do tempo e do espaço. O corpo de Cristo é, na ressurreição, cheio do poder do Espírito Santo e participa da vida divina no estado da sua glória, de tal modo que São Paulo pôde dizer de Cristo que Ele é o “ser humano celeste” (572).

A RESSURREIÇÃO COMO ACONTECIMENTO TRANSCENDENTE

§0647.

"Oh, noite bendita! - canta o "Exultet" pascal - única a ter conhecimento do tempo e da hora em que Cristo ressuscitou do sepulcro" (573). Com efeito, ninguém foi testemunha ocular do acontecimento da ressurreição propriamente dita e nenhum Evangelista o descreve. Ninguém pôde dizer como ela se deu, fisicamente. Ainda menos a sua essência mais íntima, a passagem a outra vida, foi perceptível aos sentidos. Acontecimento histórico comprovado pelo sinal do túmulo vazio e pela realidade dos encontros dos Apóstolos com Cristo Ressuscitado, nem por isto a

ressurreição deixa de estar, naquilo em que transcende e ultrapassa a história, no próprio centro do mistério da fé. Foi por isto que Cristo Ressuscitado não Se manifestou ao mundo (574), mas aos discípulos, “aos que com Ele tinham subido da Galileia a Jerusalém” e que “são agora testemunhas de Jesus junto ao povo” (Act 13, 31).

II. A RESSURREIÇÃO - OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

§0648.

A ressurreição de Cristo é objeto de fé, na medida em que é uma intervenção transcendente do próprio Deus na criação e na história. Nela, as três Pessoas divinas agem em conjunto e manifestam a sua originalidade

própria. Realizou-se pelo poder do Pai, que "ressuscitou" (Act 2, 24) Cristo seu Filho e assim introduziu, de modo perfeito, a sua humanidade - com o seu corpo - na Trindade. Jesus foi divinamente revelado "Filho de Deus em todo o seu poder, pela sua ressurreição de entre os mortos" (Rm 1, 4). São Paulo insiste na manifestação do poder de Deus (575) por obra do Espírito, que vivificou a humanidade morta de Jesus e a chamou ao estado glorioso de Senhor.

§0649.

Quanto ao Filho, ele opera a sua própria ressurreição em virtude do seu poder divino. Jesus anuncia que o Filho do Homem deverá sofrer muito e depois ressuscitar (no sentido

ativo da palavra (576)). Aliás, é d'Ele esta afirmação explícita: “Eu dou a minha vida para retomá-la [...] Tenho o poder de dá-la e o poder de retomá-la” (Jo 10, 17-18). “Nós cremos que Jesus morreu e depois ressuscitou” (1 Ts 4, 14).

§0650.

Os Santos Padres contemplam a ressurreição a partir da pessoa divina de Cristo, que ficou unida à sua alma e ao seu corpo, separados entre eles pela morte: “Pela unidade da natureza divina, que continua presente em cada uma das duas partes do ser humano, estas se unem de novo. Assim, a morte é produzida pela separação do composto humano

e a ressurreição, pela união das duas partes separadas" (577).

III. SENTIDO E ALCANCE SALVÍFICO DA RESSURREIÇÃO

§0651.

"Se Cristo não ressuscitou, então a nossa pregação é vã e também é vã a vossa fé" (1 Cor 15, 14). A ressurreição constitui, antes de tudo, a confirmação de tudo quanto Cristo, em pessoa, fez e ensinou. Todas as verdades, mesmo as mais inacessíveis ao espírito humano, encontram a sua justificação se, ressuscitando, Cristo deu a prova definitiva, que tinha prometido, da sua autoridade divina.

§0652.

A ressurreição de Cristo é o cumprimento das promessas do Antigo Testamento (578) e do próprio Jesus, durante a sua vida terrena (579). A expressão “segundo as Escrituras” (580) indica que a ressurreição de Cristo cumpriu essas predições.

§0653.

A verdade da divindade de Jesus é confirmada pela ressurreição. Ele tinha dito: “Quando elevardes o Filho do Homem, então sabereis que "Eu Sou"” (Jo 8, 28). A ressurreição do Crucificado demonstrou que Ele era verdadeiramente “Eu Sou”, o Filho de Deus e Ele próprio Deus. São Paulo pôde declarar aos judeus: “E nós vos anunciamos a

Boa Nova de que a promessa feita aos nossos pais Deus a cumpriu para os filhos deles, ao ressuscitar Jesus, como justamente está escrito no Salmo segundo: "Tu és meu Filho eu hoje Te gerei"" (Act 13, 32-33) (581). O mistério da ressurreição de Cristo está estreitamente ligado ao mistério da Encarnação do Filho de Deus. É dele o cumprimento segundo o desígnio eterno de Deus.

§0654.

Existe um duplo aspecto no mistério pascal. Pela sua morte, Cristo nos liberta do pecado e, pela sua ressurreição, nos abre o acesso a uma nova vida. Esta é, antes de tudo, a justificação, que nos repõe na graça de Deus (582), “para que, assim como Cristo

ressuscitou dos mortos [...], também nós vivamos uma vida nova" (Rm 6, 4). Esta consiste na vitória sobre a morte do pecado e na nova participação na graça (583); realiza a adoção filial, porque os seres humanos se tornam irmãos de Cristo, como o próprio Jesus chama aos discípulos depois da ressurreição: "Ide anunciar aos meus irmãos" (Mt 28, 10) (584). Irmãos, não por natureza, mas por dom da graça, porque esta filiação adotiva proporciona uma participação real na vida do Filho, plenamente revelada na sua ressurreição.

§0655.

Finalmente, a ressurreição de Cristo - e o próprio Cristo Ressuscitado - é princípio e

fonte da nossa ressurreição futura: “Cristo ressuscitou dos mortos como primícias dos que morreram [...]. Do mesmo modo que, em Adão, todos morreram, assim também, em Cristo, serão todos restituídos à vida” (1 Cor 15, 20-22). Na expectativa de que isto se realize, Cristo Ressuscitado vive no coração dos seus fiéis. N'Ele, os cristãos “saboreiam as maravilhas do mundo vindouro” (Heb 6, 5) e a sua vida é atraída por Cristo para o seio da vida divina (585), “para que os vivos deixem de viver para si próprios, mas vivam para Aquele que morreu e ressuscitou por eles” (2 Cor 5, 15).

RESUMINDO:

§0656.

A fé na ressurreição tem por objeto um acontecimento, ao mesmo tempo historicamente testemunhado pelos discípulos (que realmente encontraram o Ressuscitado) e misteriosamente transcendente enquanto entrada da humanidade de Cristo na glória de Deus.

§0657.

O sepulcro vazio e os lençóis deixados no chão significam, por eles mesmos, que o corpo de Cristo escapou aos laços da morte e da corrupção, pelo poder de Deus. E preparam

os discípulos para o encontro com o Ressuscitado.

§0658.

Cristo, “primogênito de entre os mortos” (Cl 1, 18), é o princípio da nossa própria ressurreição, desde agora pela justificação da nossa alma (586) e, mais tarde, pela vivificação do nosso corpo (587).

ARTIGO 6: “JESUS SUBIU AOS CÉUS E ESTÁ SENTADO À DIREITA DE DEUS PAI TODO-PODEROSO”

§0659.

“Então, o Senhor Jesus, depois de lhes ter falado, foi elevado ao Céu e se sentou à direita de Deus” (Mc 16, 19). O corpo de Cristo foi glorificado desde o momento da sua ressur-

reição, como o provam as propriedades novas e sobrenaturais de que, a partir de então, ele goza permanentemente (588). Mas, durante os quarenta dias em que vai comer e beber familiarmente com os discípulos (589) e instruí-los sobre o Reino (590), a sua glória fica ainda velada sob as aparências de uma humanidade normal (591). A última aparição de Jesus termina com a entrada irreversível da sua humanidade na glória divina, simbolizada pela nuvem (592) e pelo Céu (593), onde, a partir de então, está sentado à direita de Deus (594). Só de modo absolutamente excepcional e único é que Se mostrará a Paulo, "como a um aborto" (1 Cor 15, 8), numa última aparição que o constitui Apóstolo (595).

§0660.

O caráter velado da glória do Ressuscitado, durante este tempo, transparece nas suas misteriosas palavras a Maria Madalena: “[...] ainda não subi para o Pai. Vai ter com os meus irmãos e lhes diz que vou subir para o meu Pai e vosso Pai, para o meu Deus e vosso Deus” (Jo 20, 17). Isto indica uma diferença entre a manifestação da glória de Cristo Ressuscitado e a de Cristo exaltado à direita do Pai. O acontecimento da Ascensão, ao mesmo tempo histórico e transcendente, marca a transição de uma para a outra.

§0661.

Esta última etapa continua intimamente unida à primeira, isto é, à descida do Céu

realizada na Encarnação. Só Aquele que “saiu do Pai” pode “voltar para o Pai”: Cristo (596). “Ninguém subiu ao Céu senão Aquele que desceu do Céu: o Filho do Homem” (Jo 3, 13) (597). Abandonada às suas forças naturais, a humanidade não tem acesso à “Casa do Pai” (598), à vida e à felicidade de Deus. Só Cristo há de abrir, ao ser humano, este acesso: “subindo aos Céus, como nossa Cabeça e primogênito, nos deu a esperança de irmos um dia ao seu encontro, como Membros do seu Corpo” (599).

§0662.

“E Eu, uma vez elevado da terra, atrairei todos a Mim” (Jo 12, 32). A elevação na cruz significa e anuncia a elevação da Ascensão

aos Céus. É o princípio dela, Jesus Cristo, o único sacerdote da nova e eterna Aliança, que "não entrou num santuário feito por seres humanos [...]. Entrou no próprio Céu, a fim de agora se apresentar diante de Deus em nosso favor" (Heb 9, 24). Nos Céus, Cristo exerce permanentemente o seu sacerdócio, "sempre vivo para interceder a favor daqueles que, por seu intermédio, se aproximam de Deus" (Heb 7, 25). Como "sumo sacerdote dos bens futuros" (Heb 9, 11), ele é o centro e o ator principal da Liturgia que honra o Pai que está nos Céus (600).

§0663.

Doravante, Cristo está sentado à direita do Pai: "Por direita do Pai, entendemos a glória

e a honra da divindade em cujo seio Aquele que, antes de todos os séculos existia como Filho de Deus, como Deus e consubstancial ao Pai, tomou assento corporalmente desde que encarnou e o seu corpo foi glorificado" (601).

§0664.

Sentar-se à direita do Pai significa a inauguração do Reino messiânico, cumprimento da visão do profeta Daniel a respeito do Filho do Homem: "Foi-Lhe entregue o domínio, a majestade e a realeza e todos os povos, nações e línguas O serviram. O seu domínio é um domínio eterno, que não passará jamais e a sua realeza não será destruída" (Dn 7, 14). A partir deste momento, os Apóstolos se tor-

naram as testemunhas do “Reino que não terá fim” (602).

Resumindo:

§0665.

A ascensão de Cristo marca a entrada definitiva da humanidade de Jesus no domínio celeste de Deus, de onde há de voltar (603), mas que, entretanto, O oculta aos olhos dos seres humanos (604).

§0666.

Jesus Cristo, Cabeça da Igreja, nos precede no Reino glorioso do Pai, para que nós, Membros do seu Corpo, vivamos na esperança de estarmos um dia eternamente com Ele.

§0667.

Jesus Cristo, tendo entrado, uma vez por todas, no santuário dos Céus, intercede incessantemente por nós, como Mediador que nos garante permanentemente a efusão do Espírito Santo.

ARTIGO 7: "DE ONDE HÁ DE VIR A JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS"

I. "Voltará na sua glória"

CRISTO REINA, DESDE JÁ, ATRAVÉS DA IGREJA...

§0668.

"Cristo morreu e voltou à vida para ser Senhor dos vivos e dos mortos" (Rm 14, 9). A Ascensão de Cristo aos Céus significa a sua participação, na sua humanidade, no poder e

autoridade do próprio Deus. Jesus Cristo é Senhor. Ele possui todo o poder nos Céus e na Terra. Está “acima de todo Principado, Potestade, Virtude e Dominação”, porque o Pai “tudo submeteu a seus pés” (Ef 1, 20-22). Cristo é o Senhor do cosmos (605) e da história. N'Ele, a história do ser humano e até a criação inteira encontram a sua “recapitulação” (606), o seu acabamento transcendente.

§0669.

Como Senhor, Cristo é também a Cabeça da Igreja, que é o seu Corpo (607). Elevado ao Céu e glorificado, tendo, assim, cumprido plenamente a sua missão, continua na terra por meio da Igreja. A redenção é a fonte da autoridade que Cristo, em virtude do Espírito

Santo, exerce sobre a Igreja (608). “O Reino de Cristo já está misteriosamente presente na Igreja” (609), “gérmen e princípio deste mesmo Reino na Terra” (610).

§0670.

Depois da Ascensão, o desígnio de Deus entrou na sua consumação. Estamos já na “última hora” (1 Jo 2, 18) (611). “Já chegou, pois, a nós, a plenitude dos tempos, a renovação do mundo já está irrevogavelmente adquirida e, de certo modo, já se encontra realmente antecipada neste tempo. Com efeito, ainda aqui na Terra, a Igreja está aureolada de uma verdadeira, embora imperfeita, santidade” (612). O Reino de Cristo já manifesta a sua presença pelos sinais miraculosos

(613) que acompanham o seu anúncio pela Igreja (614).

... À ESPERA DE QUE TUDO LHE SEJA SUBMETIDO

§0671.

Já presente na sua Igreja, o Reino de Cristo, contudo, ainda não está acabado, “em poder e glória”, (Lc 21, 27) (615) pela vinda do Rei à terra. Este Reino ainda é atacado pelos poderes do mal (616), embora estes já tenham sido radicalmente vencidos pela Páscoa de Cristo. Até que tudo Lhe tenha sido submetido (617), “enquanto não se estabelecem os novos Céus e a nova terra em que habita a justiça, a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e nas suas instituições, que per-

tencem à presente ordem temporal, leva a imagem passageira deste mundo e vive no meio das criaturas que gemem e sofrem as dores do parto esperando a manifestação dos filhos de Deus" (618). Por este motivo, os cristãos oram, sobretudo na Eucaristia (619), para que se apresse o regresso de Cristo (620), Lhe dizendo: "Vem, Senhor" (Ap 22, 20) (621).

§0672.

Cristo afirmou, antes da sua ascensão, que ainda não era a hora do estabelecimento glorioso do Reino messiânico esperado por Israel (622), o qual devia trazer a todos os seres humanos, segundo os Profetas (623), a ordem definitiva da justiça, do amor e da paz.

O tempo presente é, segundo o Senhor, o tempo do Espírito e do testemunho (624), mas é também um tempo ainda marcado pela "desolação" (625) e pela provação do mal (626), que não poupa a Igreja (627) e inaugura os combates dos últimos dias (628). É um tempo de espera e de vigília (629).

A VINDA GLORIOSA DE CRISTO, ESPERANÇA DE ISRAEL

§0673.

A partir da Ascensão, a vinda de Cristo na glória está iminente (630), mesmo que não nos "pertença saber os tempos ou os momentos que o Pai determinou com a sua autoridade" (Act 1, 7) (631). Este advento escatológico pode se realizar a qualquer momento

(632), ainda que esteja “retido”, ele e a provação final que há de precedê-lo (633).

§0674.

A vinda do Messias glorioso está pendente, a todo o momento da história (634), do seu reconhecimento por “todo o Israel” (635), do qual “uma parte se endureceu” (636) na “incredulidade” (Rm 11, 20) em relação a Jesus. É Pedro quem diz aos judeus de Jerusalém, após o Pentecostes: “Arrependei-vos, pois e convertei-vos, para que os pecados vos sejam perdoados. Assim, o Senhor fará que venham os tempos de alívio e vos mandará o Messias Jesus, que, de antemão, vos foi destinado. O Céu tem de conservá-Lo até o momento da restauração universal, que Deus anunciou

pela boca dos seus santos Profetas de outrora" (Act 3, 19-21). E Paulo se faz eco destas palavras: "Se da sua rejeição resultou a reconciliação do mundo, o que será a sua reintegração, senão uma ressurreição de entre os mortos?" (Rm 11, 15). A entrada da totalidade dos judeus (637) na salvação messiânica, a seguir à "conversão total dos pagãos" (638), dará ao povo de Deus motivo de "realizar a plenitude de Cristo" (Ef4, 13), na qual "Deus será tudo em todos" (1 Cor 15, 2).

A ÚLTIMA PROVA DA IGREJA

§0675.

Antes da vinda de Cristo, a Igreja deverá passar por uma prova final, que abalará a fé

de numerosos crentes (639). A perseguição, que acompanha a sua peregrinação na Terra (640), porá à descoberto o “mistério da iniquidade”, sob a forma de uma impostura religiosa, que trará aos seres humanos uma solução aparente para os seus problemas, à custa da apostasia da verdade. A suprema impostura religiosa é a do Anticristo, isto é, de um pseudo messianismo em que o ser humano glorifica a si mesmo, se substituindo a Deus e ao Messias Encarnado (641).

§0676.

Esta impostura anticrística já se esboça no mundo, sempre que se pretende realizar, na história, a esperança messiânica, que não pode se consumar senão para além dela, a-

através do juízo escatológico. A Igreja rejeitou esta falsificação do Reino futuro, mesmo na sua forma mitigada, sob o nome de milenarismo (642) e, principalmente, sob a forma política de um messianismo secularizado, "intrinsecamente perverso" (643).

§0677.

A Igreja não entrará na glória do Reino senão através dessa última Páscoa em que seguirá o Senhor na sua morte e ressurreição (644). O Reino não se consumará, pois, por um triunfo histórico da Igreja (645) segundo um progresso ascendente, mas por uma vitória de Deus sobre o último desencadear do mal (646), que fará descer do Céu a sua Esposa (647). O triunfo de Deus sobre a revolta

do mal tomará a forma de Juízo final (648), após o último abalo cósmico deste mundo passageiro (649).

II. “Para julgar os vivos e os mortos”

§0678.

Na sequência dos Profetas (650) e de João Batista (651), Jesus anunciou, na sua pregação, o Juízo do último dia. Então, será revelado o procedimento de cada um (652) e o segredo dos corações (653). Então, será condenada a incredulidade culpável, que não teve em conta a graça oferecida por Deus (654). A atitude tomada para com o próximo revelará a aceitação ou a recusa da graça e do amor divino (655). No último dia, Jesus dirá:

“Sempre que o fizestes a um dos meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes” (Mt 25, 40).

§0679.

Cristo é Senhor da vida eterna. O pleno direito de julgar definitivamente as obras e os corações dos seres humanos pertence a Ele enquanto Redentor do mundo. Ele “adquiriu” este direito pela sua cruz. Por isto, o Pai entregou “ao Filho todo o poder de julgar” (Jo 5, 22) (656). Ora, o Filho não veio para julgar, mas para salvar (657) e dar a vida que tem em Si (658). É pela recusa da graça nesta vida que cada qual já julga a si próprio (659), recebe segundo as suas obras (660) e pode

mesmo, se condenar para a eternidade, recusando o Espírito de amor (661).

RESUMINDO:

§0680.

Cristo Senhor já reina através da Igreja, mas ainda não Lhe estão submetidas todas as coisas deste mundo. O triunfo do Reino de Cristo só será um fato depois de um último assalto das forças do mal.

§0681.

No dia do Juízo, no fim do mundo, Cristo virá, na sua glória, para completar o triunfo definitivo do bem sobre o mal, os quais, como o trigo e o joio, terão crescido juntos no decurso da história.

§0682.

Quando vier, no fim dos tempos, para julgar os vivos e os mortos, Cristo glorioso há de revelar a disposição secreta dos corações e dará a cada um segundo as suas obras e segundo tiver aceitado ou recusado a graça.

NOTAS

1. Cf. Mc 1, 1.
2. Cf. Lc 1, 68.
3. Cf. Lc 1, 55.
4. Cf. Mc 1, 11.
5. Cf. 1 Jo 4, 2.
6. Cf. Mt 16, 18: São Leão Magno. Sermão 4, 3: CCL 88, 19-20 (PL 54, 151); Sermão 51, 1: CCL 88A. 296-297 (PL 54, 309): Sermão 62, 2: CCL 88A, 377-378 (PL 54, 350-351);Sermão 83, 3: CCL 88A, 521-522 (PL 54, 432).
7. João Paulo II. Ex. Ap. Catechesi tradendæ, 5: AAS 71 (1979). 1280-1281.
8. João Paulo II. Ex. Ap. Catechesi tradendæ, 5: AAS 71 (1979). 1281.
9. João Paulo II. Ex. Ap. Catechesi tradendæ, 6: AAS 71 (1979). 1281-1282.
10. Cf. Lc 1,3 1 .
11. Cf. Sl 51,6.
12. Cf. Sl 51. 11.
13. Cf. Sl 79, 9.
14. Cf. Act 5, 41: 3 Jo 7.
15. Cf. Jo 3, 18: Act 2. 21.
16. Cf. Rom 10, 6-13.
17. Cf. Act 9. 14; Tg 2, 7.
18. Cf. Lv 16, 15-16: Eclo 50, 20-22: Heb 9, 7.

19. Cf. Ex 25, 22; Lv 16, 2; Nm 7, 8 9; Heb 9, 5.
20. Cf. Jo 12. 28.
21. Cf. Act 16, 16-18; 19, 13-16.
22. Cf. Mc 16. 17.
23. Cf. Jo 15, 16.
24. Cf. La réhabilitation de Jeanne la Pucelle. L'enquête ordonée par Charles VII en 1450 et le codicille de Guillaume Bouillé ed. P. Doncœur - Y. Larhers (Paris 1956), p. 39.45.56.
25. Cf. 1 Sm 9, 16; 10, 1; 16, 1.12-13: 1 Rc 1, 39.
26. Cf. Ex29, 7; Lv 8, 12.
27. Cf. 1 Rs 19, 16.
28. Cf. Sl 2, 2; Act 4, 26-27.
29. Cf. Is 11, 2.
30. Cf. Zc 4, 14; 6, 13.
31. Cf. Is 61, 1; Lc 4, 16-21.
32. Cf. Lc 1, 35.
33. Cf. Rm 1, 3; 2 Tm 2, 8: Ap 22. 16.
34. Santo Irineu de Lyon, Adversus Hæreses 3, 18, 3; SC 211, 350 (PG 7, 934).
35. Cf. Mc 1, 24; Jo 6, 69; Act 3, 14.
36. Cf. Mt 2, 2; 9, 27; 12, 23; 15, 22; 20, 30; 21, 9.15.
37. Cf. Jo 4, 25-26; 11, 27.
38. Cf. Mt 22, 41-46.
39. Cf. Jo 6, 15; Lc 24, 21.
40. Cf. Mt 16, 16-23.
41. Cf. Jo 6, 62; Dn 7, 13.

42. Cf. Is 53, 10-12.
43. Cf. Jo 19, 19-22; Lc 23, 39-43.
44. Cf. Dt (LXX) 32, 8; Jó 1. 6.
45. Cf. Ex 4, 22; Os 11, 1; Jer 3, 19: Eclo 36,14; Sb 18, 13.
46. Cf. Dt 14, 1; Os 2, 1.
47. Cf. 2 Sm 7, 14; Sl 82, 6.
48. Cf. 1 Cr 17, 13; Sl 2. 7.
49. Cf. Mt 27, 54.
50. Cf. Lc 23, 47.
51. Cf. Mt 16, 16.
52. Cf. 1 Ts 1, 10.
53. Cf. Jo 20, 31.
54. Cf. Mt 16, 18.
55. Cf. Mt 26, 64; Mc 14, 62.
56. Cf. Mt 11, 27; 21, 37-38.
57. Cf. Mt 21, 34-36.
58. Cf. Mt 24, 36.
59. Cf. Mt 5, 48; 6, 8; 7. 21; Lc 11, 13.
60. Cf. Mt 3, 17; 17, 5.
62. Cf. Act 13, 33.
63. 63 Cf. Ex 3, 14.
64. Cf. 1 Cor 2, 8.
65. Cf. Mt 22, 41-46; cf. também Act 2. 34-36; Heb 1, 13.
66. Cf. Jo 13, 13.
67. Cf. Mt 8, 2: 14, 30; 15, 22: etc.

68. Cf. Lc 1, 43; 2, 11.
69. Cf. Act 2, 34-36.
70. Cf. Rm 9, 5; Tt 2, 13: Ap 5, 13.
71. Cf. Rm 10, 9; 1 Cor 12, 3; Fl 2. 9-11.
72. Cf. Ap 1, 15.
73. Cf.Mc 12, 17; Act 5, 29.
74. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 10; AAS 58 (1966) 1033;
cf. ibid.,45: AAS 58 (1966) 1066
75. Cf. Act 28, 20.
76. Cf. Jo 1, 14, 18; 3, 16,18.
77. Cf. Jo 1, 1.
78. Cf. Act 8, 37; 1 Jo 2, 23, 7
79. DS 150.
80. São Gregório de Nissa, Oratio catechetica 15, 3: TD 7, 78 (PG 45, 48).
81. Cf. Dt 6, 4-5.
83. Santo Ireneo de Lião, Adversus hæreses 3, 19, 1: SC 211, 374 (PG 7, 939).
84. Santo Atanasio, De Incarnatione, 54, 3: SC 199, 458 (PG 25, 192B).
85. São Tomás de Aquino, Officium de festo corporis Christi, Ad Matutinas. In primo Nocturno, Lectio 1: Opera omnia, v. 29 (Parisiis 1876) p. 336.
86. Cf. Cântico nas I Vésperas de Domingo: Liturgia Horarum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1973-1974), v. 1, p. 545.629.718 e 808: v. 2, p.

844.937.1037 e 1129: v. 3. p. 548.669.793 e 916; v. 4, p. 496.617.741 e 864 [Ed. portuguesa: Liturgia das Horas(Gráfica de Coimbra 1983), v. I. p. 621.710.803 e 897: v. 2, p. 984, 1079, 1182 e 1278; v. 3. p. 685.800.918 e 1032; v. 4, p.633.748.866 e 980].

87. Cf. 1 Jo 4, 2-3; 2 Jo 7.
88. Símbolo de Niceia: DS 125.
89. Concílio de Nicéia epistula synodalis “Epeidê tês” ad Ægyptios: DS 130.
90. Símbolo de Niceia: DS 126.
91. Concílio de Éfeso epistula II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium: DS250.
92. Concílio de Éfeso epistola II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium: DS251.
93. Cf. Heb 4, 15.
94. Concílio de Calcedônia, Symbolum: DS 301-302.
95. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8, Canon 4: DS 424.
96. Cf. Concílio de Éfeso, Anathematismi Cyrilli Alexandrini, 4: DS 255.
97. Cf. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8, Canon 3: DS 423.
98. Cf. II Concílio de Constantinopla, Sess. 8, Canon 10: DS 432.
99. Antífona do “Benedictus” no ofício da Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus: Liturgia Horarum e-

ditio typica, v. 1 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 394

[a edição oficial portuguesa omite a versão deste texto: Liturgia das Horas (Gráfica de Coimbra 1983),v. 1, p. 438]: cf. São Leão Magno, Sermão 21. 2: C-CL138, 87 (PL 54, 192).

100. Ofício das Horas Bizantino, Tropário "O monoghenis": "Horológion tò méga (Romæ 1876) p. 82.

101. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.

102. Cf. Jo 14. 9-10.

103. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 10421043.

104. Cf. São Dâmaso I epistula "Hóti tê apostolikê kathédra": DS 149.

105. Cf. Mc 6. 38: 8. 27; Jo 11. 34: etc.

106. Cf. Fl 2, 7.

107. Cf. São Gregório Magno ep. Sicut aqua: DS 475.

108. São Máximo Confessor, Quæstiones et dubia, Q I, 67: CCG10, 155 (66: PG 90. 840).

109. Cf. Mc 14, 36: Mt 11. 27; Jo I. 18; 8. 55 etc.

110. Cf. Mc 2. 8; Jo 2, 25; 6. 61 etc.

111. Cf. Mc 8, 31; 9. 31: 10. 33-34; 14, 18-20. 26-30.

112. Cf. Mc 13. 32.

113. Cf. Act 1, 7.

114. Cf. III Concílio de Constantinopla (ano 681). Sess.18.â, Definido de duabus in Christo voluntatibus et operatianibus: DS 556-559.
115. III Concílio de Constantinopla (ano 681), Sess.18, Definitio de duabus in Christo voluntatibus et operationibus: DS 556.
116. Cf. Concílio de Latrão (ano 649). Canon 4: DS 504.
118. Concílio de Nicéia (ano 787), Act. 7, Definitio de sacris imaginibus: DS 600603.
119. Prefácio do Natal II: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 396 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 458].
120. Concílio de Nicéia, Act.7, Definitio de sacris imaginibus: DS 601.
121. Cf. Jo 19, 34.
122. Pio XII enc. Haurietis aquas: DS 3924: cf. ID.. Enc. Mystici corporis: DS 3812.
123. Cf. Jo 16, 14-15.
124. Cf. Mt 1, 20; Lc 1, 35.
125. Cf. Lc 2, 8-20.
126. Cf. Mt 2, 1-12. A
127. Cf. Jo 1, 31-34.
128. Cf. Jo 2, 11.
129. Cf. Heb 10, 5.

130. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60; cf.ibid., 61: AAS 57 (1965) 63.
131. Cf. Gn 3,15.
132. Cf. Gn 3, 20.
133. Cf. Gn 18, 10-14; 21, 1-2.
134. Cf. 1 Cor 1, 27.
135. Cf. 1 Sm 1.
136. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 55: AAS 57 (1965) 59-
60.
137. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60.
138. Cf. Lc 1, 28.
139. Cf. Lc 1, 28.
140. Pio IX, Bulla Ineffabilis Deus DS 2803.
141. Cf. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium,, 56: AAS 57 (1965)
60.
142. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 53: AAS 57 (1965) 58.
143. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60.
144. Cf. Lc 1, 28-37.
145. Cf. Rm 1, 5.
146. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60

61.
147. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses, 3, 22, 4: SC 211, 440 (PG 7, 959).
148. Cf. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses, 3, 22, 4: SC 211, 442-444 (PG 7, 959-960).
149. Cf. II Concílio Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60
61.
150. Cf. Mt 13, 55.
151. Cf. Concílio de Éfeso epistula II Cyrilli Alexandrini ad Nestorium: DS 251.
152. Cf. DS 10-64.
153. Concílio de Latrão (ano 649), Canon 3: DS 503.
156. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Smyrnæos 1-2: SC 10bis. p. 132-134 (Funk 1, 274-276).
157. Cf. Mt 1, 18-25: Lc 1, 26-38.
158. Cf. Lc 1, 34.
159. Cf. São Justino, Dialogus cum Tryphone ludæo 66-67: CA 2. 234-236 (PG 6, 628-629): Orígenes, Contra Celsum, 1. 32: SC 132, 162-164 (PG 8. 720-724); Ibid., 1, 69: SC 132, 270 (PG 8, 788-789): e outros.
160. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 4: DS 3016.
161. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Ephesios 19, 1: SC lobis- 74 (Funk 1, 228); cf. 1Cor 2, 8.

162. II Concílio de Constantinopla, Sess.8 Canon 6 : DS 427.
163. Cf. São Leão Magno, Tomus ad Flavianum: DS 291; Ibid.: DS 294; Pelágio I ep.Humani generis: DS 442: Concílio e Latrão, Canon 3: DS 503; XVI Concílio de Toledo,Symbolum: DS 571; Paulo IV, Const. Cum quorumdam hominum: DS 1880.
164. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 57: AAS 57 (1965) 61.
165 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 52: AAS 57 (1965) 58.
166. Cf. Mc 3, 31-35; 6, 3: 1 Cor 9, 5: Gl 1, 19.
167. Cf. Mt 27, 56.
168. Cf. Gn 13, 8; 14, 16; 29. 15 etc.
169. Cf. Jo 19, 26-27; Ap 12, 17.
170. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 63: AAS 57 (1965) 64.
171. Cf. Lc 2, 48-49.
172. Concílio de Friúl (ano 796). Symbolum: DS 619.
173. Cf. 1 Cor 15, 45.
174. Cf. Cl 1, 18.
175. Cf. Jo 3, 9.
176. Cf. 2 Cor 11, 2.
177. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 63: AAS 57 (1965) 64.
178. Cf. 1 Cor 7, 34-35.

179. Santo Agostinho, De sancta virginitate, 3, 3: CSEL 41. 237 (PL 40, 398).
180. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 63: AAS 57 (1965) 64.
181. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 64: AAS 57 (1965) 64.
182. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 103: AAS 56 (1964) 125.
183. Santo Agostinho, Sermão 186, 1: PL 38, 999.
184. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 56: AAS 57 (1965) 60.
185. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 30, a. I. c: Ed. Leon. 11, 315.
186. Cf. Jo 20, 3.
187. Cf. Mc 1, 1; Jo 21, 24
188. Cf. Lc 2, 7.
189. Cf. Mt 27, 48.
190. Cf. Jo 20, 7.
193. Cf. Ef 1, 7: Cl I. 13-14 (Vulgata); 1 Pe 1, 18-19.
194. Cf. 2 Cor 8, 9.
195. Cf. Lc 2, 51.
196. Cf. Jo 15, 3.
197. Cf. Is 53, 4.
198. Cf. Rm 4, 25.
199. Santo Ireneo de Lião, Adversus hæreses 3, 18, 1: SC 211, 342-344 (PG 7, 932).

200. Ibidem, 18. 7: SC 211, 366 (PG 7, 937); cf. Ibid. 2, 22. 4: SC 294, 220-222 (PG 7, 784).
201. João Paulo II enc. Redemptor hominis, 11: AAS 71 (1979) 278.
202. Cf. Símbolo Niceno-Contantinopolitano: DS 150.
203. Cf. Rm 15, 5; Fl 2, 5.
204. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 38: AAS 58 (1966) 1055.
205. Cf. Jo 13, 15.
206. Cf. Lc 11, 1.
207. Cf. Mt 5, 11-12.
208. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
209. São João Eudes: Le royaume de Jésus, 3, 4: Œuvres complètes, v. 1 (Vannes 1905) p. 310-311 [2- leitura do Ofício de Leituras de sexta-feira da 33 semana do Tempo Comum:Liturgia das Horas, v. 4 (Gráfica de Coimbra 1983), p. 539].
210. Cf. Heb 9, 15.
213. Cf. Lc 7 26
214. Cf. Mt 11, 13.
215. Cf. Act 1, 22: Lc 16, 16.
216. Cf. Lc 1, 41.
217. Cf. Mc 6, 17-29.
218. Cf. Ap 22, 17.
219. Cf. Lc 2, 6-7.
220. Cf. Lc 2, 8-20.

221. São Romano o Melódio, Kontakion, 10, In diem Nativitatis Christi, Proœmium: SC110, 50.
222. Cf. Mt 18, 3-4.
223. Cf. Mt 23, 12.
224. Cf. Jo 1, 13.
225. Cf. Jo 1, 12.
226. Cf. Gl 4, 19.
227. Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus, 1 Antífona das I e II Vésperas: Liturgia Horarum editio typica, v. I (Typis Polyglottis Vaticanis 1973), p. 385 e 397 [a versão oficial portuguesa é menos exata: “Oh admirável mistério! O Criador do gênero humano, tomando corpo e alma, condescendeu-Se nascer de uma Virgem e, feito ser humano, tornou-nos participantes da sua divindade!”: Liturgia das Horas. v. 1 (Gráfica de Coimbra 1983). p. 426 e 441].
228. Cf. Lc 2, 21.
:231. Cf. Solenidade da Epifania do Senhor. Antífona do “Magnificat” das II Vésperas:Liturgia Horarum editio typica, v. 1 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 465 [Liturgia das Horas, v. 1 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 528].
232. Cf. Mt 2, 1.
233. Cf. Mt 2, 2.
234. Cf. Nm 24, 17; Ap 22, 16.
235. Cf. Nm 24, 17-19.

236. Cf. Jo 4, 22.
237. Cf. Mt 2, 4-6.
238. São Leão Magno, Sermão 33, 3: CCL 138, 173 (PL 54. 242) [Solenidade da Epifania do Senhor, 2- Leitura do Ofício de Leituras: Liturgia das Horas, v. 1 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 519].
239. Vigília Pascal, Oração depois da 3 leitura: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 277 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 305].
240. Cf. Lc 2, 22-39.
241. Cf. Ex 13, 2. 12-13.
242. Cf. Mt 2, 13-18.
243. Cf. Jo 15, 20.
244. Cf. Mt 2, 15.
245. Cf. Os 11, 1.
246. Cf. G1 4, 4.
249. Paulo VI, Alocução na igreja da Anunciação à bem-aventurada Virgem Maria em Nazaré, 5 de Janeiro de 1964: AAS 56 (1964) 167-168 [Festa da Sagrada Família, 2 Leitura do Ofício de Leitura: Liturgia das Horas, v. 1 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 381-382].
250. Cf. Lc 2, 41-52.
251. Cf. Lc 3, 23.
252. Cf. Act 1, 22.
253. Cf. Lc 3, 10-14.

254. Cf. Mt 3, 7.
255. Cf. Mt 21, 32.
256. Cf. Is 53, 12.
257. Cf. Mc 10, 38; Lc 12, 50.
258. Cf. Mt 26, 39.
259. Cf. Lc 3 . 22; Is 42, 1.
260. Cf. Jo 1 , 32-33; Is 1 l, 2.
261. São Gregório Nazianzeno, Oratio 40, 9: SC 358, 216 (PG 36. 369).
262. Santo Hilário de Poitiers, In evangelium Matthæi 2, 6: SC 254. 110 (PL 9, 927).
263. Cf. Mc 1, 13.
264. Cf. SI 95, 10.
265. Cf. Mc 3, 27.
267. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
268. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 5-6.
269. I II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 8.
270 Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
271. Cf. Mt 10, 5-7.
272. Cf. Mt 8, 11; 28, 19.
273. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 7.
274. Cf. Lc 7, 22.

275. Cf. Mt 11, 25.
276. Cf. Mc 2, 23-26: Mt 21, 18.
277. Cf. Jo 4, 6-7: 19, 28.
278. Cf. Lc 9, 58.
279. Cf. Mt 25, 31-46.
280. Cf. 1 Tm 1, 15.
281. Cf. Lc 15, 11-32.
282. Cf. Mc 4, 33-34.
283. Cf. Mt 22, 1-14.
284. Cf. Mt 13, 44-45.
285. Cf. Mt 21, 28-32.
286. Cf. Mt 13, 3-9.
289. Cf. Lc 7. 18-23.
290. Cf. Jo 5, 36; 10, 25.
291. Cf. Jo 10, 38.
292. Cf. Mc 5, 25-34; 10, 52: etc.
293. Cf. Jo 10, 31-38.
294. Cf. Mt 11, 6.
295. Cf. Jo 11, 47-48.
296. Cf. Mc 3, 22.
297. Cf. Jo 6, 5-15.
298. Cf. Lc 19, 8.
299. Cf. Mt 11, 5.
300. Cf. Lc 12, 13-14; Jo 18, 36.
301. Cf. Jo 8, 34-36.
302. Cf. Mt 12, 26.
303. Cf. Lc 8, 26-39.

304. Cf. Jo 12, 31.
305. Venâncio Fortunato, Hino “Vexilla Regis”: MGH 1/4/1, 34 (PL 88, 96).
306. Cf. Mc 3, 13-19.
307. Cf. Mc 3, 16; 9, 2; Lc 24, 34: 1 Cor 15, 5.
310. Cf. Mt 18, 18.
311. Cf. Mt 16, 22-23.
312. Cf. Mt 17, 23; Lc 9, 45.
313. Cf. Mt 17, 1-8 e par.: 2 Pe 1, 16-18.
314. Cf. Lc 24. 27.
315. Cf. Is 42, 1.
316. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 45, a. 4, ad 2: Ed. Leon. 11, 433.
317. Liturgia bizantina, Kontakion na Festa da Transfiguração: “Mênaía tou bólou eniautou”, v. 6 (Romæ 1901) p. 341.
318. Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3, q. 45. a. 4, ad 2: Ed. Leon. 11, 433.
319. Cf. Lc 9. 33.
320. Santo Agostinho, Sermão 78. 6: PL 38, 492-493.
321. Cf. Jo 13, 1.
322. Cf. Mc 8, 31-33; 9, 31-32; 10, 32-34.
323. Cf. Mt 23, 37a.
324. Cf. Lc 19, 41.
325. Cf. Jo 6, 15.
326. Cf. Mt 21, 1-11.
327. Cf. Jo 18, 37.

330. João Paulo II ex. Ap. Catechesi tradendæ, 9: AAS 71 (1979) 1284.
331. Cf. Gl 4, 19.
332. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 7: AAS 57 (1965) 10.
333. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 7.
334. Cf. São Leão Magno, Sermão 51, 3: CCL 138A, 298-299 (PL 54. 310).
335. Cf. Heb 12, 3.
336. Cf. Lc 24, 27, 44-45.
337. Cf. II Concílio do Vaticano. Const. dogm. Dei Verbum, 19; AAS 58 (1966) 826827.
338. Cf. Mc 3, 6.
339. Cf. Mt 12, 24.
340. Cf. Mc 2, 7.
341. Cf. Mc 3, 1-6.
342. Cf. Mc 7, 14-23.
343. Cf. Mc2, 14-17.
344. Cf. Mc 3, 22: Jo 8, 48: 10, 20.
345. Cf. Mc 2, 7; Jo 5, 18; 10, 33.
346. Cf. Jo 7, 12; 52.
347. Cf. Jo 8, 59; 10, 31.
348. Cf. Lc 2, 34.
349. CL Jo 1, 19; 2, 18; 5, 10; 7, 13; 9, 22 18, 12: 19, 38; 20, 19.
351. Cf. Lc 13, 31.

352. Cf. Lc 7, 36; 14, 1.
353. Cf. Mt 22, 23-34; Lc 20, 39.
354. Cf. Mt 6, 2-18.
355. Cf. Mc 12, 28-34.
356. Cf. Jo 8, 46.
357. Cf. Jo 7, 19; Act 13, 38-41; 15, 10.
358. Cf. Gl 3, 10; 5, 3.
359. Cf. Rm 10, 2.
360. Cf. Mt 15, 3-7; Lc 11, 39-54.
361. Cf. Is 53, 11: Heb 9, 15.
362. Cf. Gl 4, 4.
363. Cf. Gl 3, 13.
364. Cf. Gl 3, 10.
365. Cf. Jo 3. 2; Mt 22, 23-24. 34-36.
366. Cf. Mt 9, 12; 12, 5: Mc 2, 23-27; Lc 6, 6-9; Jo 7, 22-23.
367. Cf. Mt 5, 1.
368. Cf. Mc 7, 8.
369. Cf. Mc 7, 13.
372 Cf. Mc 2, 25-27; Jo 7, 22-24.
373. Cf. Mt 12, 5; Nm 28, 9.
374. Cf. Lc 13, 15-16; 14, 3-4.
375. Cf. Lc 2, 22-39.
376 Cf. Lc 2, 46-49.
377. Cf. Lc 2, 41.
378. Cf. Jo 2, 13-14; 5, 1.14; 7, 1.10.14; 8, 2; 10, 22-23.
379. Cf. Mt 21, 13.

380. Cf. Act 2, 46; 3. 1; 5, 20-21 etc.
381. Cf. Mt 24, 1-2.
382. Cf. Mt 24, 3: Lc 13, 35.
383. Cf. Mc 14, 57-58.
384. Cf. Mt 27, 39-40.
385. Cf. Mt 8, 4; 23, 21; Lc 17, 14; Jo 4, 22.
386. Cf. Jo 18, 20.
387. Cf. Mt 17, 24-27.
388. Cf. Mt 16, 18.
389. Cf. Jo 2, 21; Mt 12, 6.
390. Cf. Jo 2, 18-22.
393. Cf. Lc 20, 17-18; Sl 118, 22.
394. Cf. Lc 5. 30.
395. Cf. Lc 7, 36; 11, 37; 14, 1.
396 Cf. Jo 7, 49; 9, 34.
397. Cf. Jo 8, 33-36.
398. Cf. Jo 9. 40-41.
399. Cf. Mt 9, 13; Os 6, 6.
400. Cf. Lc 15, 1-2.
401. Cf. Lc 15. 23-32.
402. Cf. Jo 5, 18: 10, 33.
403. Cf. Jo 17, 6.26.
404. Cf. Mt 12, 6.
405 Cf. Mc 12, 36-37.
406. Cf. Jo 10, 36-38.
407. Cf. Jo 3, 7.
408. Cf. Jo 6, 44.

409. Cf. Is 53, 1.
410. Cf. Mc 3, 6; Mt 26, 64-66.
411. Cf. Lc 23, 34; Act 3, 17-18.
414. Cf. Mt 5, 17-19.
415. Cf. Jo 8, 46.
416. Cf. Mt 5, 33.
417. Cf. Heb 9, 15.
418. Cf. Jo 5, 16-18.
419. Cf. Jo 1, 14.
420. Cf. Jo 10, 33.
421. Cf. Jo 7, 50.
422. Cf. Jo 19, 38-39.
423. Cf. Jo 9, 16-17; 10, 19-21.
424. Cf. Jo 9, 16; 10, 19.
425. Cf. Jo 9, 22.
426. Cf. Mt 26, 66.
427. Cf. Jo 18, 31.
428. Cf. Lc 23, 2.
429. Cf. Jo 19, 12.15.21.
430. Cf. Mc 15, 11.
431. Cf. Act 2, 23.36; 3, 13-14; 4, 10; 5, 30; 7, 52; 10, 39; 13, 27-28; 1 Ts 2, 14-15.
432. Cf. Lc 23, 34.
435. II Concílio do Vaticano, Decl. Nostra ætate, 4: AAS 58 (1966) 743.
436. CatRom 1, 5, 11. p. 64: Cf. Heb 12, 3.
437. Cf. Mt 25, 45; Act 9, 4-5.

438. CatRom 1, 5, 11, p. 64.
439. São Francisco de Assis, Admonitia 5, 3: Opuscula Sancti Patris Francisci Assisiensis,ed. G. Esser (Grottaferrata 1978) p. 66. [Fontes Franciscanas I (Braga. Editorial Franciscana. 1994) p. 114].
440. Cf. Act 3, 13.
441. Cf. Sl 2, 1-2.
442. Cf. Mt 26, 54; Jo 18, 36: 19, 11.
443. Cf. Act 3, 17-18.
444. Cf. Is 53, 11: Act 3, 14.
445. Cf. Is 53, 11-12; Jo 8. 34-3
446. Cf. 1 Cor 15, 3.
447. Cf. também Act 3, 18; 7, 52; 13, 29; 26, 22-23.
448. Cf. Is 53. 7-8; Act 8, 32-35.
449. Cf. Mt 20, 28.
450. Cf. Lc 24, 25-27.
451. Cf. Lc 24, 44-45.
452. Cf. Rm 5, 12: 1 Cor 15, 56.
455. Cf. Jo 8, 46.
456. Cf. Jo 8, 29.
457. Cf. Sl 22, 1.
458. Cf. 1 Jo 4, 19.
459. Cf. Rm 5, 18-19.
460. Cf. 2 Cor 5, 15: 1 Jo 2, 2.
461. Concílio de Quiercy (ano 853). De libero arbitrio hominis et de prædestinatione, canon 4: DS 624.
462. Cf. Jo 6. 38.

463. Cf. Lc 12, 50; 22, 15: Mt 16, 21-23.
464. Cf. Lc 3, 21; Mt 3, 14-15.
465. Cf. Jo 1, 29.36.
466. Cf. Is 53, 7: Jr 11,19.
467. Cf. Is 53, 12.
468. Cf. Ex 12, 3-14; Jo 19, 36; 1 Cor 5, 7.
469. Cf. Mc 10, 45.
470. Cf. Heb 2, 10.17-18; 4, 15; 5, 7-9.
471. Cf. Jo 18, 4-6; Mt 26, 53.
472. Cf. Mt 26, 20.
473. Cf. 1 Cor 5, 7.
476. Cf. Concílio de Trento, Sess. 22$, Doctrina de sanctissimo Missæ Sacriftcio, canon 2: DS 1752: Sess. 23, Doctrina de sacramento Ordinis, c. 1: DS 1764.
477. Cf. Lc 22, 20.
478. Cf. Mt 26, 42.
479. Cf. Heb 5, 7-8.
480. Cf. Heb 4, 15.
481. Cf. Rm 5, 12.
482. Cf. Act 3, 15.
483. Cf. Ap 1, 18; Jo 1, 4; 5, 26.
484. Cf. Mt 26, 42.
485. Cf. 1 Cor 5, 7; Jo 8, 34-36.
486. Cf. Jo 1, 29: 1 Pe 1, 19.
487. Cf. 1 Cor 11, 25.
488. Cf. Ex 24, 8.

489. Cf. Mt 26, 28; Lv 16, 15-16.
490. Cf. Heb 10, 10.
491. Cf. 1 Jo 4, 10.
492. Cf. Jo 15, 13.
493. Cf. Jo 10, 17-18.
496. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6, Decretum de iustificatione, c. 7: DS 1529.
497. Cf. Jo 13, 1.
498. Cf. Gl 2, 20 ef 5, 2. 25.
499. Concílio de Trento, Sess. 6. Decretum de iustifcatione, c. 1: DS 1529.
500. Cf. Heb 5, 9.
501. Aditamento litúrgico ao Hino "Vexilla Regis": Liturgia Horarum editio typica. N. 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974) p. 313: v. 4, p. 1129 [a versão litúrgica em português difere um pouco: "Cruz do Senhor, és única esperança!": Liturgia das Horas. v. 2 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 366; v. 4. p. 1267].
502. Cf. 1 Tm 2, 5.
503. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
504. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1043.
505. Cf. Mt 16, 24.
506. Cf. 1 Pe 2, 21.
507. Cf. Mc 10, 39; Jo 21, 18-19; Cl 1, 24.

508. Cf. Lc 2, 35.
509. Santa Rosa de Lima: P. Hansen. Vita mirabilis [...] venerabilis sororis Rosæ de sancta Maria Limensis (Romæ 1664), p. 137.
510. Cf. 1 Pe 1, 18.
511. Cf. Is 53, 10.
512. Cf. Is 53, 11; Rm 5, 19.
515. Cf. Jo 19, 30.
516. Cf. Cl 1, 18-20.
517. São Gregório de Nissa, Oratio catechetica, 16, 9: TD 7, 90 (PG 45, 52).
518. Cf. Act 3, 15.
519. Cf. Lc 24, 5-6.
520. São João Damasceno expositio fidei, 71 [De Fide orthodoxa 3, 27]. PTS 12, 170 (PG 94, 1098).
521. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3, 51, 3. ad 2: ED. Leon. 11, 490.
522. Cf. Sl 16, 9-10.
523. Cf. Mt 12, 40: Jo 2, 1; Os 6, 2.
524. Cf. Jo 11, 39.
525. Cf. Cl 2, 12: Ef 5, 26.
526. Cf. Heb 2, 9.
527. Vigília Pascal, Precónio Pascal (“Exsultet”): Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 273 e 275 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 292 e 295].
528. Cf. Act 3, 15; Rm 8, 11.

529. Cf. Heb 13, 20.
530. Cf. 1 Pe 3, 18-19.
531. Cf. Fl 2, 10; Act 2, 24: Ap 1, 18 ef 4, 9.
532. Cf. Sl 6, 6; 88, 11-13.
535. CatRom 1. 6. 3. p. 71.
536. Cf. Concílio de Roma (ano 745), De descensu Christi ad inferos: DS 587.
537. Cf. Bento XII, Libellus, Cum dudum (1341). 18: DS 1011; Clemente VI ep. Super quibusdam (ano 1351), c. 15, 13: DS 1077.
538. Cf. IV Concílio de Toledo (ano 633). Capitulum, 1: DS 485; Mt 27, 52-53.
539. Cf. Mt 12, 40; Rm 10, 7 ef 4, 9.
540. Cf. Act 3, 15.
541. Antiga homilia para Sábado Santo: PG 43. 440.452.461 [Sábado Santo, 2-Leitura do Ofício de Leituras: Liturgia das Horas, s. 2 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 454-4551.
542. Liturgia bizantina, Tropário no dia de Páscoa: “Pentêkostárion” (Romæ 1884) p.6.
543. Cf. Act 9, 3-18.
544. Cf. Jo 20, l3; Mt 28, 11-15.
545. Cf. Lc 24, 3. 22-23.
546. Cf. Lc 24, 12.
547. Cf. Jo 20, 8.
548. Cf. Jo 20, 5-7.
549. Cf. Jo 11, 44.

550. Cf. Mc 16, l ; Lc 24, 1.
551. Cf. Jo 19, 31.42.
554. Cf. 1 Cor 15, 5.
555. Cf. Lc 22, 31-32.
556. Cf. Act 1, 22.
557. Cf. 1 Cor 15, 4-8.
558. Cf. Lc 22, 31-32.
559. Cf. Jo 20, 19.
560. Cf. Mc 16, 11.13.
561. Cf. Lc 24,38.
562. Cf. Lc 24, 37.
563. Cf. Jo 20, 24-27.
564. Cf. Lc 24, 39; Jo 20, 27.
565. Cf. Lc 24, 30.41-43: Jo 21, 9.13-15.
566. Cf. Lc 24, 39.
567. Cf. Lc 24, 40: Jo 20, 20.27.
568. Cf. Mt 28, 9.16-17; Lc 24, 15.36; Jo 20, 14.19-26; 21, 4.
569. Cf. Jo 20, 17.
570. Cf. Jo 20, 14-15.
571. Cf. Jo 20, 14.16; 21, 4.7.
572. Cf. 1 Cor 15, 35-50.
573. Vigília Pascal, Precónio Pascal (“Exsultet”): Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 272 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra
1992, p. 290 e 294].

574. Cf. Jo 14, 22.
575. Cf. Rm 6, 4; 2 Cor 13, 4: Fl 3. 10 ef 1, 19-22; Heb 7, 16.
576. Cf. Mc 8, 31; 9. 9.31; 10. 34.
577. São Gregório de Nissa, De tridui inter mortem et resurrectionem Domini nostri Iesu Christi spatio: Gregorii Nysseni opera ed. W. Jæger — H. Langerbeck,
V. 9 (Leiden 1967) p. 293- 294 (PG 46, 417B): cf. também Statuta Ecelesiæ Antigua: DS 325: Anastásio II ep.In prolixitate epistulæ: DS 359: Santo Hormisda. Ep. Inter ea quæ: DS 369: XI Concílio de Toledo, Symbolum: DS 539.
578. Cf. Lc 24, 26-27. 44-48.
579. Cf. Mt 28, 6; Mc 16, 7; Lc 24, 6-7.
580. Cf. 1 Cor 15, 3-4: Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
581. Cf. Sl, 2, 7.
582. Cf. Rm 4, 25.
583. Cf. Ef 2, 4-5; 1 Pe 1, 3.
584. Cf. Jo 20, 17.
585. Cf. Cl 3, 1-3.
586. Cf. Rm 6, 4.
587. Cf. Rom 8, 11.
588. Cf. Lc 24. 31; Jo 20, 19.26.
589. Cf. Act 10, 41.
590. Cf. Act 1, 3.

591. Cf. Mc 16, 12; Lc 24. 15; Jo 20, 14-15; 21, 4.
592. Cf. Act 1, 9; também Lc 9. 34-35 ex 13, 22.
593. Cf. Lc 24, 51.
594. Cf. Mc 16, 19; Act 2, 33; 7. 56: também Sl 110, 1.
595. Cf. 1 Cor 9, 1: Gl 1, 16.
596. Cf. Jo 16, 28.
597. Cf. Ef 4, 8-10.
598. Cf. Jo 14, 2.
599. Prefácio de Ascensão, I: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 410 [Missal Romano. Gráfica de Coimbra 1992. 474].
600. Cf. Ap 4, 6-11.
601. São João Damasceno expositio fidei, 75 [De fide Orthodoxa 4, 2]: PTS 12. 173 (PG 94, 104D).
601. Cf. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
603. Cf. Act 1, 11.
604. Cf. Cl 3, 3.
605. Cf. Ef 4, 10; 1 Cor 15, 24. 27-28.
606. Cf. Ef 1, 10.
607. Cf. Ef 1, 22.
608. Cf. Ef 4, 11-13.
609. Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
610. Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 8.
611. Cf. 1 Pe 4, 7.

612. Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
613. Cf. Mc 16, 17-18.
614. Cf. Mc 16, 20.
615. Cf. Mt 25, 31.
616. Cf. 2 Ts 2, 7.
617. Cf. 1 Cor 15, 28.
618. Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
619. Cf. 1 Cor 11, 26.
620. Cf. 2 Pe 3. 11-12.
621. Cf. 1 Cor 16, 22; Ap 22, 17.
622. Cf. Act 1, 6-7.
623. Cf. Is 11, 1-9.
624. Cf. Act 1, 8.
625. Cf. 1 Cor 7, 26.
626. Cf. Ef 5, 16.
627. Cf. 1 Pe 4, 17.
628. Cf. 1 Jo 2, 18; 4, 3: 1 Tm 4, 1.
629. Cf. Mt 25, 1-13; Mc 13, 33-37.
630. Cf. Ap 22. 20.
631. Cf. Mc 13, 32.
632. Cf. Mt 24, 44; 1 Ts 5, 2.
633. Cf. 2 Ts 2, 3-12.
634. Cf. Rm 11, 31.
635. Cf. Rm 11, 26; Mt 23, 39.
636. Cf. Rm 11, 25.

637. Cf. Rm 11, 12.
638. Cf. Rm 11, 25; Lc 21, 24.
639. Cf. Lc 18, 8; Mt 24, 12.
640. Cf. Lc 21, 12; Jo 15, 19-20.
641. Cf. 2 Ts 2, 4-12; 1 Ts 5. 2-3; 2 Jo 7; 1 Jo 2, 18.22.
642. Cf. Santo Ofício, Decretum de millenarismo (19 de Julho de 1944): DS 3839.
643. Cf. Pio XI enc. Divini Redemtptoris (19 de Março de 1937): AAS 29 (1937) 65106, condenando o "falso misticismo" desta "simulação da redenção dos humildes" (p. 69); II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 20-21: AAS 58 (1966) 1040-1042.
644. Cf. Ap 19, 1-9.
645. Cf. Ap 13, 8.
646. Cf. Ap 20, 7-10.
647. Cf. Ap 21, 2-4.
648. Cf. Ap 20, 12.
649. Cf. 2 Pe 3. 12-13.
650. Cf. Dn 7, 10; Jl 3-4: Ml 3, 19.
651. Cf. Mt 3, 7-12.
652. Cf. Mc 12, 38-40.
653. Cf. Lc 12, Jo 3, 20-21; Rm 2, 16; 1 Cor 4, 5.
654. Cf. Mt 11, 20-24: 12, 41-42.
655. Cf. Mt 5, 22; 7, 1-5.
656. Cf. Jo 5, 27: Mt 25, 31: Act 10, 42: 17, 31: 2 Tm 4, 1.

657. Cf. Jo 3, 17.
658. Cf. Jo 5, 26.
659. Cf. Jo 3, 18: 12, 48.
600. Cf. 1 Cor 3, 12-15.
601. Cf. Mt 12, 32; Heb 6, 4-6; 10, 26-31.

CAPÍTULO TERCEIRO: CREIO NO ESPÍRITO SANTO

§0683.

“Ninguém pode dizer "Jesus é o Senhor" a não ser pela ação do Espírito Santo” (1 Cor 12, 3). “Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: "Abba! Pai!"” (Gl 4, 6). Este conhecimento da fé só é possível no Espírito Santo. Para estar em contato com Cristo, é preciso primeiro ter sido tocado pelo Espírito Santo. É Ele que nos precede e suscita em nós a fé. Em virtude do nosso Batismo, primeiro sacramento da fé, a Vida, que tem a sua fonte no Pai e nos é oferecida no Filho, nos é comunicada, íntima

e pessoalmente, pelo Espírito Santo na Igreja.

O Batismo “nos dá a graça do novo nascimento em Deus Pai, por meio do Filho, no Espírito Santo. Porque aqueles que têm o Espírito de Deus são conduzidos ao Verbo, isto é, ao Filho, mas o Filho os apresenta ao Pai e o Pai lhes dá a incorruptibilidade. Portanto, sem o Espírito não é possível ver o Filho de Deus e, sem o Filho, ninguém tem acesso ao Pai, porque o conhecimento do Pai é o Filho e o conhecimento do Filho de Deus se faz através do Espírito Santo” (1).

§0684.

O Espírito Santo, pela sua graça, é o primeiro no despertar da nossa fé e na vida nova

que consiste em conhecer o Pai e Aquele que Ele enviou: Jesus Cristo (2). No entanto, ele é o último na revelação das Pessoas da Santíssima Trindade. São Gregário de Nazianzo, "o Teólogo" explica esta progressão pela pedagogia da "condescendência" divina:

"O Antigo Testamento proclamava manifestamente o Pai e mais obscuramente o Filho. O Novo manifestou o Filho e fez entrever a divindade do Espírito. Agora, porém, o próprio Espírito vive conosco e se manifesta a nós mais abertamente. Com efeito, quando ainda não se confessava a divindade do Pai, não era prudente proclamar abertamente o Filho e quando a divindade do Filho ainda não era admitida, não era prudente acrescen-

tar o Espírito Santo como um fardo suplementar, para empregar uma expressão um tanto ousada [...] É por avanços e progressões "de glória em glória" que a luz da Trindade brilhará em mais esplendorosas claridades" (3).

§0685.

Crer no Espírito é, portanto, professar que o Espírito Santo é uma das Pessoas da Santíssima Trindade, consubstancial ao Pai e ao Filho, "adorado e glorificado com o Pai e o Filho" (4). É por isto que tratamos do mistério divino do Espírito Santo na "teologia" trinitária. Portanto, aqui só trataremos do Espírito Santo no âmbito da "economia" divina.

§0686.

O Espírito Santo age juntamente com o Pai e o Filho, desde o princípio até à consumação do desígnio da nossa salvação. Mas é nestes “últimos tempos”, inaugurados com a Encarnação redentora do Filho, que Ele é revelado e dado, reconhecido e acolhido como Pessoa. Então, esse desígnio divino, consumado em Cristo, “Primogênito” e Cabeça da nova criação, poderá tomar corpo na humanidade pelo Espírito derramado: a Igreja, a comunhão dos santos, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne, a vida eterna.

ARTIGO 8: “CREIO NO ESPÍRITO SANTO”

§0687.

“Ninguém conhece o que há em Deus, senão o Espírito de Deus” (1 Cor 2, 11). Ora, o seu Espírito, que O revela, nos faz conhecer Cristo, seu Verbo, sua Palavra viva, mas não Se diz a Si próprio. Aquele que “falou pelos Profetas” (5) nos faz ouvir a Palavra do Pai. Mas a Ele, nós não ouvimos. Não O conhecemos, senão no movimento em que Ele nos revela o Verbo e nos dispõe a acolhê-Lo na fé. O Espírito de verdade, que nos “revela” Cristo, “não fala de Si próprio” (6). Tal ocultação propriamente divina explica porque é que “o mundo não O pode receber, porque não O vê

nem O conhece", enquanto aqueles que creem em Cristo O conhecem, porque habita com eles e está neles (Jo 14, 17).

§0688.

A Igreja, comunhão viva na fé dos Apóstolos que ela transmite, é o lugar do nosso conhecimento do Espírito Santo:

— Nas Escrituras, que Ele inspirou:

— na Tradição, de que os Padres da Igreja são testemunhas sempre atuais;

— no Magistério da Igreja, que Ele assiste;

— na Liturgia sacramental, através das suas palavras e dos seus símbolos em que o Espírito Santo nos põe em comunhão com Cristo;

— na oração em que Ele intercede por nós;

— nos carismas e ministérios, pelos quais a Igreja é edificada;

— nos sinais de vida apostólica e missionária;

— no testemunho dos santos, nos quais Ele manifesta a sua santidade e continua a obra da salvação.

I. A missão conjunta do Filho e do Espírito

§0689.

Aquele que o Pai enviou aos nossos corações, o Espírito do seu Filho (7), é realmente Deus. Consubstancial ao Pai e ao Filho, é d'Eles inseparável, tanto na vida íntima da Trindade como no seu dom de amor pelo mundo. Mas ao adorar a Santíssima Trindade, vivifi-

cante, consubstancial e indivisível, a fé da Igreja professa também a distinção das Pessoas. Quando o Pai envia o seu Verbo envia sempre o seu Espírito. Esta é uma missão conjunta na qual o Filho e o Espírito Santo são distintos, mas inseparáveis. Sem dúvida, é Cristo quem aparece. Ele que é a Imagem visível de Deus invisível, mas é o Espírito Santo quem O revela.

§0690.

Jesus é Cristo, "ungido", porque o Espírito é d'Ele a Unção e tudo quanto acontece a partir da Encarnação, decorre desta plenitude (8). Finalmente, quando Cristo é glorificado (9), pode, por sua vez, enviar de junto do Pai, o Espírito, aos que creem n'Ele. Comunica-

lhes a sua glória (10), quer dizer, o Espírito Santo que O glorifica (11). A missão conjunta se desenvolverá, a partir desse momento, nos filhos adotados pelo Pai no Corpo do seu Filho. A missão do Espírito de adoção consistirá em uni-los a Cristo e fazê-los viver n'Ele. "A unção sugere... que não há nenhuma distância entre o Filho e o Espírito. Com efeito, do mesmo modo que entre a superfície do corpo e a unção do óleo, nem a razão nem os sentidos encontram qualquer entremeio, assim, é imediato o contato do Filho com o Espírito, de tal modo que aquele que vai tomar contato com o Filho pela fé, tem que contatar primeiro com o óleo. Com efeito, não há parte alguma que esteja despida do Espírito San-

to. É por isto que a confissão do Senhorio do Filho se faz no Espírito Santo para aqueles que a recebem, pois o Espírito vem, de todos os lados, ao encontro daqueles que se aproximam pela fé" (12).

II. O nome, as designações e os símbolos do Espírito Santo

O NOME PRÓPRIO DO ESPÍRITO SANTO

§0691.

"Espírito Santo", tal é o nome próprio d'Aquele que adoramos e glorificamos com o Pai e o Filho. A Igreja recebeu este nome do Senhor e o professa no Batismo dos seus novos filhos (13).

O termo “Espírito” traduz o termo hebraico “ruah” que, na sua primeira acepção, significa sopro, ar, vento. Jesus utiliza precisamente a imagem perceptível do vento para sugerir a Nicodemos a novidade transcendente d'Aquele que é pessoalmente o Sopro de Deus, o Espírito divino (14). Por outro lado, espírito e Santo são atributos divinos comuns às três Pessoas divinas. Mas, juntando os dois termos, a Escritura, a Liturgia e a linguagem teológica designam a Pessoa inefável do Espírito Santo, sem equívoco possível com os outros empregos dos termos “espírito” e “santo”.

AS DESIGNAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO

§0692.

Jesus, ao anunciar e prometer a vinda do Espírito Santo, O chama de “Paráclito”, que, literalmente, quer dizer: “aquele que é chamado para junto”, *ad vocatus* (Jo 14, 16. 26; 15, 26; 16, 7). “Paráclito” se traduz habitualmente por “Consolador”, sendo Jesus o primeiro consolador (15). O próprio Senhor chama o Espírito Santo de “o Espírito da verdade” (16).

§0693.

Além do seu nome próprio, que é o mais empregado nos Atos dos Apóstolos e nas epístolas, encontramos em S. Paulo as desig-

nações: Espírito da promessa (Gl 3, 14 Ef 1, 13), Espírito de adoção (Rm 8, 15: Gl 4, 6), Espírito de Cristo (Rm 8, 9), Espírito do Senhor (2 Cor 3, 17), Espírito de Deus (Rm 8, 9. 14; 15, 19; 1 Cor 6, 11; 7, 40) e, em S. Pedro, Espírito de glória (1 Pe 4, 14).

OS SÍMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO

§0694.

A água.

O simbolismo da água é significativo da ação do Espírito Santo no Batismo, pois que, após a invocação do Espírito Santo, ela se torna o sinal sacramental eficaz do novo nascimento. Do mesmo modo que a gestação do nosso primeiro nascimento se operou na á-

gua, assim a água batismal significa realmente que o nosso nascimento para a vida divina nos é dado no Espírito Santo. Mas, “batizados num só Espírito”, “a todos nos foi dado beber de um único Espírito” (1 Cor 12, 13). Portanto, o Espírito é também, pessoalmente, a Água viva que brota de Cristo crucificado (17) como da sua fonte e jorra em nós para a vida eterna (18).

§0695.

A unção.

O simbolismo da unção com óleo é também significativo do Espírito Santo, a ponto de se tornar o seu sinônimo (19). Na iniciação cristã ela é o sinal sacramental da Con-

firmação que, justamente nas Igrejas Orientais, se chama “Crismação”. Mas, para lhe apreender toda a força, temos de voltar à primeira unção realizada pelo Espírito Santo: a de Jesus. Cristo (“Messias” em hebraico) significa “ungido” pelo Espírito de Deus. Houve “ungidos” do Senhor na antiga Aliança (20), sobretudo o rei Davi (21). Mas Jesus é o ungido de Deus de maneira única: a humanidade que o Filho assume é totalmente “ungida pelo Espírito Santo”. Jesus é constituído “Cristo” pelo Espírito Santo (22). A Virgem Maria concebe Cristo do Espírito Santo, que pelo anjo O anuncia como Cristo quando do seu nascimento (23) e leva Simeão a ir ao templo ver o Cristo do Senhor (24).

É Ele que enche Cristo (25) e cujo poder emana de Cristo nos seus atos de cura e salvamento (26). Finalmente, é Ele que ressuscita Jesus de entre os mortos (27). Então, plenamente constituído "Cristo" na sua humanidade vencedora da morte (28), Jesus difunde em profusão o Espírito Santo, até que "os santos" constituam, na sua união à humanidade do Filho de Deus, o "ser humano adulto à medida completa da plenitude de Cristo" (Ef 4, 13), "o Cristo total", para empregar a expressão de Santo Agostinho (29).

§0696.

O fogo.

Enquanto a água significava o nascimento e a fecundidade da vida dada no Espírito Santo, o fogo simboliza a energia transformadora dos atos do Espírito Santo. O profeta Elias, que "apareceu como um fogo e cuja palavra queimava como um facho ardente" (Eclo 48, 1), pela sua oração faz descer o fogo do Céu sobre o sacrifício do monte Carmelo (30), figura do fogo do Espírito Santo, que transforma aquilo em que toca. João Batista, que "irá à frente do Senhor com o espírito e a força de Elias" (Lc 1, 17), anuncia Cristo como Aquele que "há de batizar no Espírito Santo e no fogo" (Lc 3, 16), aquele Espírito do

qual Jesus dirá: “Eu vim lançar fogo à terra e que tenho eu a desejar se ele já está aceso?” (Lc 12, 49). É sob a forma de línguas, “uma espécie de línguas de fogo”, que o Espírito Santo repousa sobre os discípulos na manhã de Pentecostes e os enche de Si (31). A tradição espiritual reterá este simbolismo do fogo como um dos mais expressivos da ação do Espírito Santo (32). “Não apagueis o Espírito!” (1 Ts 5, 19).

§0697.

A nuvem e a luz.

Estes dois símbolos são inseparáveis nas manifestações do Espírito Santo. Desde as teofanias do Antigo Testamento, a nuvem,

umas vezes escura e outras vezes luminosa, revela o Deus vivo e salvador, velando a transcendência da sua glória: a Moisés no monte Sinai (33), na tenda da reunião (34) e durante a marcha pelo deserto (35); a Salomão, quando da dedicação do templo (36). Ora, estas figuras são realizadas por Cristo no Espírito Santo. É Ele que desce sobre a Virgem Maria e a cobre "com a sua sombra", para que conceba e dê à luz Jesus (37). No monte da transfiguração, é Ele que "sobrevém na nuvem que cobriu com a sua sombra" Jesus, Moisés e Elias, Pedro, Tiago e João, nuvem da qual se fez ouvir uma voz que dizia: "Este é o meu Filho, o meu Eleito. Escutai-O!" (Lc 9, 35). E, enfim, a mesma nuvem que

“esconde Jesus aos olhos” dos discípulos no dia da Ascensão (38) e que O revelará como Filho do Homem na sua glória, no dia da sua vinda (39).

§0698.

O selo.

É um símbolo próximo do da unção. Com efeito, foi a Cristo que “Deus marcou com o seu selo” (Jo 6, 27) e é n'Ele que o Pai nos marca também com o seu selo” (40). Porque indica o efeito indelével da unção do Espírito Santo nos sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Ordem, a imagem do selo (“sphragis”) foi utilizada, em certas tradições teológicas, para exprimir o “caráter” indelével

impresso por estes três sacramentos, que não podem ser repetidos.

§0699.

A mão.

É pela imposição das mãos que Jesus cura os doentes (41) e abençoa as crianças (42). O mesmo farão os Apóstolos em seu nome (43). Ainda mais: é pela imposição das mãos dos Apóstolos que o Espírito Santo é dado (44). A Epístola aos Hebreus coloca a imposição das mãos no número dos "artigos fundamentais" do seu ensino (45). Este sinal da efusão onipotente do Espírito Santo, a Igreja o guarda nas suas epicleses sacramentais.

§0700.

O dedo.

"É pelo Dedo de Deus que Jesus expulsa os demônios" (46). Se a Lei de Deus foi escrita em tábuas de pedra "pelo dedo de Deus" (Ex 31, 18), a "carta de Cristo", entregue ao cuidado dos Apóstolos, "é escrita com o Espírito de Deus vivo. Não em placas de pedra, mas em placas que são corações de carne" (2 Cor 3, 3). O hino "Veni Creator Spiritus" invoca o Espírito Santo como "digitus paternæ dexteræ" — "Dedo da mão direita do Pai" (47).

§0701.

A pomba.

No final do dilúvio (cujo simbolismo tem a ver com o Batismo), a pomba solta por Noé regressa com um ramo verde de oliveira no bico, sinal de que a terra é outra vez habitável (48). Quando Cristo sobe das águas do seu batismo, o Espírito Santo, sob a forma de uma pomba, desce e paira sobre Ele (49). O Espírito desce e repousa no coração purificado dos batizados. Em certas igrejas, a sagrada Reserva eucarística é conservada num relicário metálico em forma de pomba (o *columbarium*) suspenso sobre o altar. O símbolo da pomba para significar o Espírito Santo é tradicional na iconografia cristã.

III. O Espírito e a Palavra de Deus, no tempo das promessas

§0702.

Desde o princípio até à “plenitude do tempo” (50), a missão conjunta do Verbo e do Espírito do Pai permanece oculta, mas está atuante. O Espírito de Deus prepara o tempo do Messias e um e outro, ainda não plenamente revelados, já são prometidos com o fim de serem esperados e acolhidos quando da sua manifestação. É por isto que, quando a Igreja lê o Antigo Testamento (51), perscruta nele (52) o que o Espírito, “que falou pelos Profetas” (53), nos quer dizer acerca de Cristo.

Por “Profetas”, a fé da Igreja entende aqui todos aqueles que o Espírito Santo inspirou no anúncio vivo e na redação dos Livros Santos, tanto do Antigo como do Novo Testamento. A tradição judaica distingue a Lei (os cinco primeiros livros ou Pentateuco), os Profetas (os livros ditos históricos e proféticos) e os Escritos (sobretudo sapienciais e, em particular, os Salmos) (54).

NA CRIAÇÃO

§0703.

A Palavra de Deus e o seu Espírito estão na origem do ser e da vida de todas as criaturas (55).

É próprio do Espírito Santo reinar, santificar e animar a criação, porque Ele é Deus consubstancial ao Pai e ao Filho [...]. Pertence-Lhe o poder sobre a vida, porque, sendo Deus, guarda a criação no Pai pelo Filho (56).

§0704.

"Quanto ao ser humano, foi com as suas próprias mãos (quer dizer, com o Filho e o Espírito Santo) que Deus o moldou [...] e, sobre a carne moldada, desenhou a sua própria forma, de modo que, mesmo o que havia de ser visível, tivesse a forma divina" (57).

O ESPÍRITO DA PROMESSA

§0705.

Desfigurado pelo pecado e pela morte, o ser humano permanece “à imagem de Deus”, à imagem do Filho, mas está “privado da glória de Deus” (58), privado da “semelhança”. A promessa feita a Abraão inaugura a “economia da salvação”, ao fim da qual, o próprio Filho assumirá “a imagem” (59) e a restaurará na “semelhança” com o Pai, voltando a lhe dar a glória, o Espírito “que dá a vida”.

§0706.

Contra toda a esperança humana, Deus promete a Abraão uma descendência, como fruto da fé e do poder do Espírito Santo (60).

Nessa descendência, serão abençoadas todas as nações da terra (61). Essa descendência será o Cristo (62) no qual a efusão do Espírito Santo fará “a unidade dos filhos de Deus dispersos” (63). Comprometendo-Se por juramento (64), Deus Se obriga, desde logo, ao dom do seu Filho muito amado (65) e ao dom do “Espírito Santo prometido, que constitui o título de garantia da nossa herança para a redenção do povo que Deus adquiriu para Si mesmo” (66).

NAS TEOFANIAS E NA LEI

§0707.

As teofanias (manifestações de Deus) iluminam o caminho da promessa, dos Patriar-

cas a Moisés e de Josué até às visões que inauguram a missão dos grandes Profetas. A Tradição cristã sempre reconheceu que, nessas teofanias, o Verbo de Deus Se deixava ver e ouvir, ao mesmo tempo revelado e "velado", na nuvem do Espírito Santo.

§0708.

Esta pedagogia de Deus se manifesta especialmente no dom da Lei (67). A Lei foi dada como um "pedagogo" para conduzir o povo a Cristo (68). Mas a sua impotência para salvar o ser humano, privado da "semelhança" divina e o conhecimento acrescido que ela dá do pecado (69) suscitam o desejo pelo Espírito Santo. Os gemidos dos Salmos são testemunho disto.

NO REINO E NO EXÍLIO

§0709.

A Lei, sinal da promessa e da Aliança, deveria reger o coração e as instituições do povo nascido da fé de Abraão. “Se ouvirdes realmente a minha voz, se guardardes a minha Aliança [...], sereis para Mim um reino de sacerdotes, uma nação consagrada” (Ex 19, 5-6) (70). Mas depois de Davi, Israel sucumbe à tentação de se tornar um reino como as outras nações. Ora o Reino, objeto da promessa feita a Davi (71), será obra do Espírito Santo. Pertencerá aos que são pobres segundo o Espírito.

§0710.

O esquecimento da Lei e a infidelidade à Aliança levam à morte: é o Exílio, aparentemente o fracasso das promessas, mas, na realidade, fidelidade misteriosa do Deus salvador e o princípio de uma restauração prometida, mas segundo o Espírito. Era preciso que o povo de Deus sofresse aquela purificação (72). O exílio traz já a sombra da cruz no desígnio de Deus e o "resto" dos pobres que regressa do Exílio é uma das figuras mais transparentes da Igreja.

A EXPECTATIVA DO MESSIAS E DO SEU ESPÍRITO

§0711.

"Eis que vou fazer algo de novo" (Is 43, 19). Duas linhas proféticas vão ser traçadas, incidindo uma sobre a expectativa do Messias e outra sobre o anúncio de um Espírito novo, convergindo ambas no pequeno "resto", o povo dos pobres (73), que aguarda, na esperança, a "consolação de Israel" e "a libertação de Jerusalém" (Lc 2, 25.38).

Vimos mais atrás como Jesus cumpriu as profecias que Lhe diziam respeito. Limitamo-nos agora àquelas em que aparece mais clara a relação entre o Messias e o seu Espírito.

§0712.

Os traços do rosto do Messias esperado começam a aparecer no Livro do Emanuel (74) (quando Isaías [...] teve a visão da glória" de Cristo: Jo 12, 41), particularmente em Is 11, 1-2: "Naquele dia, sairá um ramo do tronco de Jessé e um rebento brotará das suas raízes. Sobre ele, repousará o Espírito do Senhor: espírito de sabedoria e de entendimento, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de conhecimento e de temor ao Senhor".

§0713.

Os traços do Messias são revelados, sobretudo, nos cânticos do Servo (75). Estes cânticos anunciam o sentido da Paixão de Jesus,

indicando assim a maneira como Ele derramará o Espírito Santo para dar vida à multidão. Não a partir do exterior, mas assumindo a nossa "condição de servo" (Fl 2, 7). Tomando sobre Si a nossa morte ele pode nos comunicar o seu próprio Espírito de vida.

§0714.

É por isto que Cristo inaugura o anúncio da Boa Nova, Se apropriando dessa passagem de Isaías (Lc 4, 18-19) (76) :

"O Espírito do Senhor Deus está sobre Mim, porque o Senhor Me ungiu. Enviou-Me a anunciar a Boa Nova aos que sofrem, para curar os desesperados, para anunciar a libertação aos exilados e a liberdade aos prisionei-

ros, para proclamar o ano da graça do Senhor".

§0715.

Os textos proféticos, respeitantes diretamente ao envio do Espírito Santo, são oráculos em que Deus fala ao coração do seu povo na linguagem da promessa, com os acentos do "amor e da fidelidade" (77), cujo cumprimento, São Pedro proclamará na manhã de Pentecostes (78)". Segundo estas promessas, nos "últimos tempos" o Espírito do Senhor há de renovar o coração dos seres humanos, gravando neles uma lei nova; reunirá e reconciliará os povos dispersos e divididos; transformará a primeira criação e Deus habitará nela, com os seres humanos, na paz.

§0716.

O povo dos “pobres” (79), dos humildes e dos mansos, totalmente entregues aos desígnios misteriosos do seu Deus, o povo dos que não esperam a justiça dos seres humanos, mas do Messias, tal é, afinal, a grande obra da missão oculta do Espírito Santo, durante o tempo das promessas, para preparar a vinda de Cristo. É a qualidade do seu coração, purificado e iluminado pelo Espírito, que se exprime nos Salmos. Nesses “pobres”, o Espírito prepara para o Senhor “um povo bem disposto” (80).

IV. O Espírito de Cristo na plenitude do tempo

JOÃO, PRECURSOR, PROFETA E BATISTA

§0717.

"Apareceu um homem enviado por Deus, que tinha o nome de João" (Jo 1, 6). João é "cheio do Espírito Santo, já desde o ventre materno" (Lc 1, 15) (81), pelo próprio Cristo que a Virgem acabava de conceber por obra e graça do Espírito Santo. A "visitação" de Maria a Isabel se tornou, assim, "visita de Deus ao seu povo" (82).

§0718.

João é o "Elias que devia vir" (83). O fogo do Espírito habita nele e o faz "correr à fren-

te" (como "precursor") do Senhor que chega. Em João o Precursor, o Espírito Santo acaba de "preparar para o Senhor um povo bem disposto" (Lc 1, 17).

§0719.

João é "mais do que um profeta" (84). Nele, o Espírito Santo consuma o "falar pelos Profetas". João termina o ciclo dos Profetas inaugurado por Elias (85). Anuncia como iminente a consolação de Israel; é ele a "voz" do Consolador que vai chegar (86). Tal como fará o Espírito da verdade, "ele vem como testemunha, para dar testemunho da Luz" (Jo 1, 7) (87). A respeito de João, o Espírito cumpre assim as "indagações dos Profetas" e o "desejo" dos anjos (88): "Aquele sobre

Quem vires o Espírito Santo descer e permanecer, é Ele que batiza no Espírito Santo. Ora eu vi e dou testemunho de que Ele é o Filho de Deus [...] Eis o Cordeiro de Deus!" (Jo 1, 33-36).

§0720.

Finalmente, com João Batista, o Espírito Santo inaugura, em prefiguração, aquilo que vai realizar com e em Cristo: restituir ao ser humano "a semelhança" divina. O batismo de João era para o arrependimento e o Batismo na água e no Espírito será um novo nascimento (89).

“ALEGRA-TE, Ó CHEIA DE GRAÇA”

§0721.

Maria, a santíssima Mãe de Deus, sempre virgem, é a obra-prima da missão do Filho e do Espírito na plenitude do tempo. Pela primeira vez no desígnio da salvação e porque o seu Espírito a preparou, o Pai encontra a morada na qual o seu Filho e o seu Espírito podem habitar entre os seres humanos. É neste sentido que a Tradição da Igreja muitas vezes lê, em relação a Maria, os mais belos textos sobre a Sabedoria (90). Maria é cantada e apresentada na Liturgia como “o Trono da Sabedoria”. Nela começam a se manifestar as “maravilhas de Deus”, que o Espírito vai realizar em Cristo e na Igreja.

§0722.

O Espírito Santo preparou Maria pela sua graça. Convinha que fosse “cheia de graça” a Mãe d'Aquele em Quem “habita corporalmente a plenitude da divindade” (Cl 2, 9). Ela foi, por pura graça, concebida sem pecado, como a mais humilde das criaturas, a mais capaz de acolher o dom inefável do Onipotente. É a justo título que o anjo Gabriel a saúda como “Filha de Sião”: “Ave” (= “Alegra-te”) (91). É a ação de graças de todo o povo de Deus e, portanto, da Igreja, que ela faz subir até ao Pai, no Espírito Santo, com o seu cântico (92), quando já portadora do Filho eterno.

§0723.

Em Maria, o Espírito Santo realiza o desígnio benevolente do Pai. É pelo Espírito Santo que a Virgem concebe e dá à luz o Filho de Deus. A sua virgindade se torna fecundidade única, pelo poder do Espírito e da fé (93).

§0724.

Em Maria, o Espírito Santo manifesta o Filho do Pai feito Filho da Virgem. Ela é a sarça ardente da teofania definitiva. Cheia do Espírito Santo, mostra o Verbo na humildade da sua carne e é aos pobres (94) e às primícias das nações (95) que Ela O dá a conhecer.

§0725.

Finalmente, por Maria, o Espírito começa a pôr em comunhão com Cristo os seres humanos que são “objeto do amor benevolente de Deus” (96) e os humildes são sempre os primeiros a recebê-lo: os pastores, os magos, Simeão e Ana, os esposos de Caná e os primeiros discípulos.

§0726.

Ao fim dessa missão do Espírito, Maria se torna a “Mulher”, a nova Eva “mãe dos vivos”, Mãe do “Cristo total” (97). É como tal que Ela está presente com os Doze, “num só coração, assíduos na oração” (Act 1, 14), no alvorecer dos “últimos tempos”, que o Espíri-

to vai inaugurar na manhã de Pentecostes, com a manifestação da Igreja.

JESUS CRISTO

§0727.

Toda a missão do Filho e do Espírito Santo, na plenitude do tempo está contida no fato de o Filho ser o ungido do Espírito do Pai, desde a sua Encarnação: Jesus é o Cristo, o Messias.

Todo o segundo capítulo do Símbolo da Fé deve ser lido a esta luz. Toda a obra de Cristo é missão conjunta do Filho e do Espírito Santo. Aqui, mencionaremos somente o que se refere à promessa do Espírito Santo feita por Jesus e à sua doação pelo Senhor glorificado.

§0728.

Jesus não revela plenamente o Espírito Santo enquanto Ele próprio não for glorificado pela sua morte e ressurreição. No entanto, sugere-O pouco a pouco, mesmo no seu ensino às multidões, quando revela que a sua carne será alimento para a vida do mundo (98). Insinua-O também a Nicodemos (99), à samaritana (100) e aos que tomam parte na festa dos Tabernáculos (101). Aos seus discípulos, fala d'Ele abertamente, a propósito da oração (102) e do testemunho que devem dar (103).

§0729.

Só quando chega a Hora em que vai ser glorificado, é que Jesus promete a vinda do

Espírito Santo, pois a sua morte e ressurreição serão o cumprimento da promessa feita aos antepassados (104). O Espírito da verdade, o outro Paráclito, será dado pelo Pai a pedido de Jesus; será enviado pelo Pai em nome de Jesus; Jesus O enviará de junto do Pai, porque do Pai procede. O Espírito Santo virá, nós O conheceremos ele ficará conosco para sempre, habitará conosco; há de nos ensinar tudo, há de nos lembrar tudo o que Cristo nos disse e dará testemunho d'Ele; nos conduzirá à verdade total e glorificará a Cristo. Quanto ao mundo, o confundirá em matéria de pecado, de justiça e de julgamento.

§0730.

Chega, por fim, a “Hora de Jesus” (105): Jesus entrega o seu espírito nas mãos do Pai (106), no momento em que, pela sua morte, vence a morte, de tal modo que, “ressuscitado dos mortos pela glória do Pai” (Rm 6, 4), logo dá o Espírito Santo, “soprando” sobre os discípulos (107). A partir dessa “Hora”, a missão de Cristo e do Espírito se torna a missão da Igreja: “Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio” (Jo 20, 21) (108).

V. O Espírito e a Igreja nos últimos tempos

O PENTECOSTES

§0731.

No dia de Pentecostes (ao final das sete semanas pascais), a Páscoa de Cristo se completou com a efusão do Espírito Santo que Se manifestou, Se deu e Se comunicou como Pessoa divina. Da sua plenitude, Cristo Senhor derrama em profusão o Espírito (109).

§0732.

Nesse dia, Se revelou plenamente a Santíssima Trindade. A partir desse dia, o Reino anunciado por Cristo se abre aos que n'Ele creem. Na humildade da carne e na fé, eles já

participam da comunhão da Santíssima Trindade. Pela sua vinda, que não cessará jamais, o Espírito Santo faz entrar no mundo, nos “últimos tempos”, no tempo da Igreja, no Reino já herdado, mas ainda não consumado.

“Nós vimos a verdadeira Luz, recebemos o Espírito celeste, encontramos a verdadeira fé. Adoramos a Trindade indivisível, porque foi Ela que nos salvou” (110).

O ESPÍRITO SANTO - DOM DE DEUS

§0733.

“Deus é Amor” (1 Jo 4, 8.16) e o Amor é o primeiro dom que contém todos os outros. Este amor, “Deus o derramou nos nossos co-

rações, pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5, 5).

§0734.

Uma vez que estamos mortos ou, pelo menos, feridos pelo pecado, o primeiro efeito do dom do Amor é a remissão dos nossos pecados. E é a comunhão do Espírito Santo (2 Cor 13, 13) que, na Igreja, restitui aos batizados a semelhança divina perdida pelo pecado.

§0735.

Ele nos dá então os "penhores" ou as "primícias" da nossa herança (111): a própria vida da Santíssima Trindade, que consiste em amar "como Ele nos amou" (112). Este amor (a caridade de que se fala em 1 Cor 13)

é o princípio da vida nova em Cristo, tornada possível graças ao fato de termos “recebido uma força vinda do alto, a do Espírito Santo” (Act 1, 8).

§0736.

É graças a esta força do Espírito que os filhos de Deus podem dar fruto. Aquele que nos enxertou na verdadeira Videira nos fará dar “o fruto do Espírito: amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio” (Gl 5, 22-23). “O Espírito é a nossa vida”. Quanto mais renunciarmos a nós próprios (113) mais “caminharemos segundo o Espírito” (114):

“Pela comunhão com Ele, o Espírito Santo nos torna espirituais, nos recoloca no Paraí-

so, nos reconduz ao Reino dos Céus e à adoção filial, nos dá a confiança de chamar Deus de Pai, de participar da graça de Cristo, de sermos chamados de filhos da luz e de tomarmos parte da glória eterna" (115).

O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA

§0737.

A missão de Cristo e do Espírito Santo se completa na Igreja, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. Esta missão conjunta associa, doravante, os fiéis de Cristo à sua comunhão com o Pai no Espírito Santo. O Espírito prepara os seres humanos e se lhes adianta com a sua graça para atraí-los a Cristo. Manifesta-lhes o Senhor ressuscitado, lhes

lembra a sua Palavra e lhes abre o espírito à compreensão da sua morte e da sua ressurreição. Torna-lhes presente o mistério de Cristo, principalmente na Eucaristia, com o fim de reconciliá-los, de pô-los em comunhão com Deus, para fazê-los dar “muito fruto” (116).

§0738.

Assim, a missão da Igreja não se acrescenta à de Cristo e à do Espírito Santo, mas é o sacramento dela. Por todo o seu ser e em todos os seus membros, é enviada para anunciar e testemunhar, atualizar e derramar o mistério da comunhão da Santíssima Trindade (será este o objeto do próximo artigo).

"Nós todos, que recebemos o único e mesmo Espírito, quer dizer, o Espírito Santo, nos fundimos entre nós e com Deus. Porque, embora sejamos numerosos separadamente e Cristo faça com que o Espírito do Pai e seu habite em cada um de nós, este Espírito único e indivisível reconduz pessoalmente, à unidade, os que são distintos entre eles [...] e faz com que todos apareçam n'Ele como sendo um só. E, assim como o poder da santa humanidade de Cristo faz com que todos aqueles em quem ela se encontra formem um só corpo, penso que, do mesmo modo, o Espírito de Deus, que habita em todos, único e indivisível, os leva todos à unidade espiritual" (117).

§0739.

Uma vez que o Espírito Santo é a unção de Cristo, é Cristo, a Cabeça do Corpo, quem O derrama nos seus membros para alimentá-los, curá-los, organizá-los nas suas mútuas funções, vivificá-los, enviá-los a dar testemunho, associá-los à sua oferta ao Pai e à sua intercessão pelo mundo inteiro. É pelos sacramentos da Igreja que Cristo comunica, aos Membros do seu Corpo, o seu Espírito Santo e santificador (será este o objeto da segunda parte do Catecismo).

§0740.

Estas “maravilhas de Deus”, oferecidas aos crentes nos sacramentos da Igreja, dão os seus frutos na vida nova em Cristo, segundo

o Espírito (será este o objeto da terceira parte do Catecismo).

§0741.

"Também o Espírito Santo vem em auxílio da nossa fraqueza, porque não sabemos o que pedir nas nossas orações, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis" (Rm 8, 26). O Espírito Santo, artífice das obras de Deus, é o Mestre da oração (será este o objeto da quarta parte do Catecismo).

RESUMINDO

§0742.

"E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: ""Abba!" Pai!" (Gl 4, 6).

§0743.

Desde o princípio até à consumação do tempo, quando Deus envia o seu Filho envia sempre o seu Espírito. A missão dos dois é conjunta e inseparável.

§0744.

Na plenitude dos tempos, o Espírito Santo realiza em Maria todas as preparações para a vinda de Cristo ao povo de Deus. Pela ação do Espírito Santo n 'Ela, o Pai dá ao mundo o Emanuel, “Deus conosco” (Mt 1,23).

§0745.

O Filho de Deus é consagrado Cristo (Messias) pela unção do Espírito Santo, na sua Encarnação (118).

§0746.

Pela sua morte e ressurreição, Jesus foi constituído Senhor e Cristo na glória (119). Da sua plenitude ele derrama o Espírito Santo sobre os Apóstolos e sobre a Igreja.

§0747.

O Espírito Santo, que Cristo Cabeça derrama sobre os seus Membros, constrói, anima e santifica a Igreja. Ela é o sacramento da comunhão da Santíssima Trindade com os seres humanos.

ARTIGO 9: “CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA”

§0748.

“A luz dos povos é Cristo. Por isto, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar todos os seres humanos com a sua luz que resplandece no rosto da Igreja, anunciando o Evangelho a toda a criatura” (120). É com estas palavras que começa a “Constituição Dogmática sobre a Igreja” do II Concilio do Vaticano. Deste modo, o Concílio mostra que o artigo de fé sobre a Igreja depende inteiramente dos artigos relativos a Jesus Cristo. A Igreja não tem outra luz senão a de Cristo. Ela é, segundo uma imagem cara aos Padres da Igreja, com-

parável à lua, cuja luz é toda reflexo da do sol.

§0749.

O artigo sobre a Igreja depende também inteiramente do artigo sobre o Espírito Santo, que o precede. “Com efeito, depois de ter mostrado que o Espírito Santo é a fonte e o doador de toda a santidade, nós confessamos agora que foi Ele quem dotou de santidade a Igreja” (121). A Igreja é, segundo a expressão dos Padres, o lugar “onde floresce o Espírito” (122).

§0750.

Crer que a Igreja é “santa” e “católica” e que é “una” e “apostólica” (como acrescenta o

Símbolo Niceno-Constantinopolitano), é inseparável da fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo. No Símbolo dos Apóstolos, fazemos profissão de crer na Igreja santa ("Credo... Ecclesiam") e não na Igreja, para não confundir Deus com as suas obras e para atribuir claramente, à bondade de Deus, todos os dons que Ele próprio pôs na sua Igreja (123).

PARÁGRAFO 1: A IGREJA NO DESÍGNIO DE DEUS

I. Os nomes e as imagens da Igreja

§0751.

A palavra "Igreja" ("ekklesia", do verbo grego "ek-kalein" = "chamar fora") significa "convocação". Designa as assembleias do po-

vo em geral (124) de caráter religioso. É o termo frequentemente utilizado no Antigo Testamento grego para a assembleia do povo eleito diante de Deus, sobretudo para a assembleia do Sinai, onde Israel recebeu a Lei e foi constituído por Deus como seu povo santo (125). Ao se chamar de “Igreja”, a primeira comunidade dos que acreditaram em Cristo se reconhece herdeira dessa assembleia. Nela, Deus “convoca” o seu povo de todos os confins da terra. O termo “Kyriakê”, de onde derivaram “church”, “Kirche”, significa “aquela que pertence ao Senhor”.

§0752.

Na linguagem cristã, a palavra “Igreja” designa a assembleia litúrgica (126), mas tam-

bém a comunidade local (127) ou toda a comunidade universal dos crentes (128). Estes três significados são, de fato, inseparáveis. “A Igreja” é o povo que Deus reúne no mundo inteiro. Ela existe nas comunidades locais e se realiza como assembleia litúrgica, sobretudo eucarística. Vive da Palavra e do Corpo de Cristo e é assim que ela própria se torna Corpo de Cristo.

OS SÍMBOLOS DA IGREJA

§0753.

Na Sagrada Escritura, encontramos grande quantidade de imagens e figuras ligadas entre elas, mediante as quais a Revelação fala do mistério inesgotável da Igreja. As imagens

tomadas do Antigo Testamento constituem variantes de uma ideia de fundo, que é a de "povo de Deus". No Novo Testamento (129), todas essas imagens encontram um novo centro, pelo fato de Cristo Se tornar "a Cabeça" desse povo (130) que é, desde então, o seu Corpo. À volta desse centro, se agrupam imagens "tiradas, quer da vida pastoril ou agrícola, quer da construção ou também da família e matrimônio" (131).

§0754.

"Assim, a Igreja é o redil, cuja única e necessária porta é Cristo (132). E também o rebanho, do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor (133) e cujas ovelhas, ainda que governadas por pastores humanos, são,

contudo, guiadas e alimentadas sem cessar pelo próprio Cristo, bom Pastor e Príncipe dos pastores (134), o qual deu a vida pelas suas ovelhas (135)" (136) .

§0755.

"A Igreja é a agricultura ou o campo de Deus (137). Nesse campo cresce a oliveira antiga, de que os Patriarcas foram a raiz santa e na qual se realizou e realizará a reconciliação de judeus e gentios (138). Ela foi plantada, pelo Agricultor celeste, como uma vinha eleita (139). A verdadeira Videira é Cristo. É Ele que dá vida e fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que, pela Igreja, permanecemos n'Ele e, sem o Qual, nada podemos fazer (140)" (141).

§0756.

"A Igreja é também, muitas vezes, chamada de construção de Deus (142). O próprio Senhor se comparou à pedra que os construtores rejeitaram e que se tornou pedra angular (Mt 21, 42 par.: Act 4, 11; 1 Pe 2, 7; Sl 118, 22). Sobre este fundamento, a Igreja é construída pelos Apóstolos (143) e dele recebe firmeza e coesão. Esta construção recebe vários nomes: casa de Deus (144), na qual habita a sua família; habitação de Deus no Espírito (145); tabernáculo de Deus com os seres humanos (146) e, sobretudo, templo santo, o qual, representado pelos santuários de pedra e louvado pelos santos Padres, é, com razão, comparado, na Liturgia, à cidade santa, a

nova Jerusalém. Nela, com efeito, somos edificados aqui na terra como pedras vivas (147). Esta cidade, S. João a contemplou "descendo do Céu, da presença de Deus, na renovação do mundo, como esposa adornada para ir ao encontro do esposo" (Ap 21, 1-2)" (148).

§0757.

"A Igreja é também chamada de "Jerusalém do Alto" e "nossa mãe" (Gl 4, 26) (149). É também descrita como a Esposa imaculada do Cordeiro sem mancha (150), a qual Cristo "amou, pela qual Se entregou para santificá-la" (Ef 5, 25-26), que uniu a Si por um vínculo indissolúvel e à qual, sem cessar, "alimenta e presta cuidados" (Ef 5, 29)" (151).

II. Origem, fundação e missão da Igreja

§0758.

Para perscrutar o mistério da Igreja, é conveniente meditar primeiro sobre a sua origem no desígnio da Santíssima Trindade e sobre a sua progressiva realização na história.

UM DESÍGNIO NASCIDO NO CORAÇÃO DO PAI

§0759.

"O eterno Pai, que pelo libérrimo e insondável desígnio da sua sabedoria e bondade, criou o universo, decidiu elevar os seres humanos à participação da vida divina", para a qual, a todos convida em seu Filho: "E, aos

que creem em Cristo, decidiu convocá-los na santa Igreja". Esta "família de Deus" se constituiu e se realizou gradualmente ao longo das etapas da história humana, segundo as disposições do Pai. De fato, a Igreja "prefigurada já desde o princípio do mundo e admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na antiga Aliança, foi constituída no fim dos tempos e manifestada pela efusão do Espírito Santo e será gloriosamente consumada no fim dos séculos" (152).

A IGREJA - PREFIGURADA DESDE A ORIGEM DO MUNDO

§0760.

"O mundo foi criado em ordem à Igreja", diziam os cristãos dos primeiros tempos

(153). Deus criou o mundo em ordem à comunhão na sua vida divina, comunhão que se realiza pela "convocação" dos seres humanos em Cristo e esta "convocação" é a Igreja. A Igreja é o fim de todas as coisas (154). Até as próprias vicissitudes dolorosas, como a queda dos anjos e o pecado do ser humano, não foram permitidas por Deus senão como oportunidade e meio de pôr em ação toda a força do seu braço, toda a medida do amor que queria dar ao mundo.

"Assim como a vontade de Deus é um ato e se chama mundo, do mesmo modo, a sua intenção é a salvação dos seres humanos e se chama Igreja" (155).

A IGREJA - PREPARADA NA ANTIGA ALIANÇA

§0761.

A reunião do povo de Deus começa no instante em que o pecado destrói a comunhão dos seres humanos com Deus e entre eles. A reunião da Igreja é, por assim dizer, a reação de Deus ao caos provocado pelo pecado. Esta reunificação se realiza secretamente no seio de todos os povos. “Em qualquer nação, quem O teme e pratica a justiça, é aceite por Ele” (Act 10, 35) (156).

§0762.

A preparação remota da reunião do povo de Deus começa com a vocação de Abraão, a quem Deus promete que há de vir a ser o pai

de um grande povo (157). A preparação imediata começa com a eleição de Israel como povo de Deus (158). Pela sua eleição, Israel deve ser o sinal da reunião futura de todas as nações (159). Mas já os Profetas acusam Israel de ter quebrado a aliança, se comportando como uma prostituta (160). Eles anunciam uma Aliança nova e eterna (161). “Esta Aliança nova, Cristo a instituiu” (162).

A IGREJA - INSTITUÍDA POR JESUS CRISTO

§0763.

Pertence ao Filho realizar, na plenitude dos tempos, o plano de salvação do seu Pai; tal é o motivo da sua “missão” (163). “O Senhor Jesus deu início à sua Igreja, pregando

a Boa Nova do advento do Reino de Deus prometido desde há séculos nas Escrituras" (164). Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou, na terra, o Reino dos Céus. A Igreja "é o Reino de Cristo já presente em mistério" (165).

§0764.

"Este Reino se manifesta aos seres humanos nas palavras, nas obras e na presença de Cristo" (166). Acolher as palavras de Jesus é "acolher o próprio Reino" (167). O germe e começo do Reino é o "pequeno rebanho" (Lc 12, 32) daqueles que Jesus veio congregar ao seu redor e dos quais Ele próprio é o Pastor (168). Eles constituem a verdadeira família de Jesus (169). Àqueles que assim juntou em

redor dele, ele ensinou uma nova “maneira de agir”, mas também uma oração própria (170).

§0765.

O Senhor Jesus dotou a sua comunidade de uma estrutura que permanecerá até o pleno acabamento do Reino. Temos, antes de tudo, a escolha dos Doze, com Pedro como chefe (171). Representando as doze tribos de Israel (172), são as pedras do alicerce da nova Jerusalém (173). Os Doze (174) e os outros discípulos (175) participam da missão de Cristo, do seu poder, mas também da sua sorte (176). Com todos estes atos, Cristo prepara e constrói a sua Igreja.

§0766.

Mas a Igreja nasceu principalmente do dom total de Cristo pela nossa salvação, antecipado na instituição da Eucaristia e realizado na cruz. “Tal começo e crescimento da Igreja nos exprimem o sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado” (177). Porque “foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja” (178). Assim como Eva foi formada do lado de Adão adormecido, assim a Igreja nasceu do coração transpassado de Cristo, morto na cruz (179).

A IGREJA - MANIFESTADA PELO ESPÍRITO SANTO

§0767.

"Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para cumprir na terra, no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para que santificasse continuamente a Igreja" (180). Foi então que "a Igreja foi publicamente manifestada diante de uma grande multidão" e "teve o seu início a difusão do Evangelho entre os gentios, por meio da pregação" (181). Porque é "convocação" de todos os seres humanos à salvação, a Igreja é, por sua própria natureza, missionária enviada por Cristo a todas as nações, para, de todas, fazer discípulos (182).

§0768.

Para que a Igreja possa realizar a sua missão, o Espírito Santo “a enriquece e a guia com diversos dons hierárquicos e carismáticos” (183). Pelo que, a Igreja, enriquecida com os dons do seu fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus em todos os povos e constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na terra” (184).

A IGREJA - CONSUMADA NA GLÓRIA

§0769.

"A Igreja [...] só na glória celeste alcançará a sua realização acabada" (185), quando do regresso glorioso de Cristo. Até esse dia, "a Igreja avança na sua peregrinação por entre as perseguições do mundo e das consolações de Deus" (186). Vivendo na terra, ela tem consciência de viver no exílio, longe do Senhor (187) e suspira pelo advento do Reino em plenitude, pela hora em que "espera e deseja se juntar ao seu Rei na glória" (188). A consumação da Igreja - e através dela, do mundo - na glória, não se fará sem grandes provações. Só então é que "todos os justos, desde Adão, "desde o justo Abel até ao último

eleito", se encontrarão reunidos na Igreja universal junto do Pai" (189).

III. O mistério da Igreja

§0770.

A Igreja está na história, mas, ao mesmo tempo, a transcende. Só "com os olhos da fé" (190) é que se pode ver, na sua realidade visível, ao mesmo tempo, uma realidade espiritual, portadora de vida divina.

A IGREJA - AO MESMO TEMPO VISÍVEL E ESPIRITUAL

§0771.

"Cristo, Mediador único, constitui e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo visível, a sua Igreja santa, comunidade

de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde, em todos, a verdade e a graça". A Igreja é, simultaneamente:

- "sociedade dotada de órgãos hierárquicos e corpo místico de Cristo";

- "agrupamento visível e comunidade espiritual";

- "Igreja terrestre e Igreja ornada com os bens celestes".

Estas dimensões constituem, em conjunto, "uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino" (191).

É próprio da Igreja ser, "simultaneamente, humana e divina, visível e dotada de elementos invisíveis, empenhada na ação e dada à contemplação, presente no mundo e, todavia,

peregrina, mas de tal forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à cidade futura que buscamos" (192).

"Humildade! Sublimidade! Tenda de Cedar e santuário de Deus; habitação terrena e palácio celeste; casa de barro e corte real; corpo mortal e templo de luz; enfim, objeto de desprezo para os orgulhosos e esposa de Cristo! Ela é morena, mas bela, ó filhas de Jerusalém. Ela que, empalidecida pela fadiga e sofrimento de um longo exílio, tem, no entanto, por ornamento a beleza celeste" (193).

A IGREJA - MISTÉRIO DA UNIÃO DOS SERES HUMANOS COM DEUS

§0772.

É na Igreja que Cristo realiza e revela o seu próprio mistério, como a meta do desígnio de Deus: “recapitular tudo n'Ele” (Ef 1, 10). São Paulo chama de “grande mistério” (Ef 5, 32) à união esponsal de Cristo e da Igreja. Porque está unida a Cristo como a seu esposo (194), a própria Igreja, por seu turno, se torna mistério (195). E é contemplando nela este mistério, que S. Paulo exclama: “Cristo em vós; eis a esperança da glória!” (Cl 1, 27).

§0773.

Na Igreja, esta comunhão dos seres humanos com Deus pelo “amor, que não passa

jamais" (1 Cor 13, 8), é o fim que comanda tudo quanto nela é meio sacramental, ligado a este mundo que passa (196). "A sua estrutura está completamente ordenada à santidade dos Membros de Cristo. E a santidade se aprecia em função do "grande mistério" em que a Esposa responde com a dádiva do seu amor ao dom do Esposo" (197). Nesta santidade que é o mistério da Igreja, Maria nos precede a todos como "a Esposa sem mancha nem ruga" (198). E é por isto que "a dimensão mariana da Igreja precede a sua dimensão petrina" (199).

A IGREJA - SACRAMENTO UNIVERSAL DA SALVAÇÃO

§0774.

A palavra grega *mysterion* foi traduzida para o latim por dois termos: *mysterium* e *sacramentum*. Na segunda interpretação, o termo *sacramentum* exprime, prevalentemente, o sinal visível da realidade oculta da salvação, indicada pelo termo *mysterium*. Neste sentido, o próprio Cristo é o mistério da salvação: "Nem há outro mistério senão Cristo (200). A obra salvífica da sua humanidade santa e santificadora é o sacramento da salvação, que se manifesta e atua nos sacramentos da Igreja (que as Igrejas do Oriente chamam também de "os santos mistérios").

Os sete sacramentos são os sinais e os instrumentos pelos quais o Espírito Santo derrama a graça de Cristo, que é a Cabeça, na Igreja que é o seu Corpo. A Igreja possui, pois e comunica a graça invisível que significa e é neste sentido analógico que é chamada de "sacramento".

§0775.

"A Igreja em Cristo é como que o sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (201). Ser sacramento da união íntima do ser humano com Deus, eis a primeira finalidade da Igreja. E, porque a comunhão dos seres humanos entre eles se radica na união com Deus, a Igreja é, também,

o sacramento da unidade do gênero humano. Nela, esta unidade já começou, pois reúne seres humanos “de todas as nações, raças, povos e línguas” (Ap 7, 9). A Igreja é, ao mesmo tempo, “sinal e instrumento” da plena realização desta unidade, que ainda há de vir.

§0776.

Como sacramento, a Igreja é instrumento de Cristo. “É assumida por Ele como instrumento da redenção universal” (202), “o sacramento universal da salvação” (203), pelo qual, o mesmo Cristo “manifesta e, simultaneamente, atualiza o mistério do amor de Deus pelos seres humanos” (204). É o “projeto visível do amor de Deus para com a huma-

nidade" (205), segundo o qual, Deus quer "que todo o gênero humano forme um só povo de Deus, se una num só Corpo de Cristo e se edifique num só templo do Espírito Santo" (206).

RESUMINDO:

§0777.

A palavra "Igreja" significa "convocação". Designa a assembleia daqueles que a Palavra de Deus convoca para formar o seu povo e que, alimentados pelo Corpo de Cristo, se tornam, eles próprios, Corpo de Cristo.

§0778.

A Igreja é, ao mesmo tempo, caminho e meta do desígnio de Deus. Prefigurada na

criação, preparada na antiga Aliança, fundada pelas palavras e atos de Jesus Cristo, realizada pela sua Cruz redentora e pela sua ressurreição, se manifesta como mistério de salvação pela efusão do Espírito Santo. Será consumada, na glória do Céu, como assembleia de todos os resgatados da terra (207).

§0779.

A Igreja é, ao mesmo tempo, visível e espiritual, sociedade hierárquica e Corpo Místico de Cristo. É una, mas formada por um duplo elemento: humano e divino. Aí reside o seu mistério, que só a fé pode acolher.

§0780.

A Igreja é, neste mundo, o sacramento da salvação, o sinal e o instrumento da comunhão entre Deus e os seres humanos.

PARÁGRAFO 2: A IGREJA - POVO DE DEUS, CORPO DE CRISTO, TEMPLO DO ESPÍRITO SANTO

I. A Igreja - Povo de Deus

§0781.

"Em todos os tempos e em todas as nações, foi agradável a Deus aquele que O teme e pratica a justiça. No entanto, aprouve a Deus salvar e santificar os seres humanos não individualmente, excluída qualquer ligação entre eles, mas os constituindo em povo que O conhecesse na verdade e O servisse na

santidade. Foi por isto que escolheu Israel para ser o seu povo, estabeleceu com ele uma aliança e o instruiu progressivamente, manifestando Ele mesmo e os desígnios da Sua vontade na história desse povo e o santificando para Ele. Mas tudo isto aconteceu como preparação da Aliança nova e perfeita, que seria concluída em Cristo [...]. Esta nova Aliança, Cristo a instituiu no seu sangue, chamando um povo, proveniente de judeus e pagãos, a se juntar na unidade, não segundo a carne, mas no Espírito" (208).

AS CARACTERÍSTICAS DO POVO DE DEUS

§0782.

O povo de Deus possui características que o distinguem nitidamente de todos os agrupamentos religiosos, étnicos, políticos ou culturais da história:

- é o povo de Deus: Deus não é propriedade de nenhum povo, mas adquiriu para Ele um povo constituído por aqueles que outrora não eram um povo, "raça eleita, sacerdócio real, nação santa" (1 Pe 2, 9);

- vem-se a ser membro deste povo, não pelo nascimento físico, mas pelo "nascimento do Alto", "da água e do Espírito" (Jo 3, 3-5), isto é, pela fé em Cristo e pelo Batismo;

- este povo tem, por Cabeça, Jesus Cristo (o Ungido, o Messias), porque a mesma unção, o Espírito Santo, flui da Cabeça para todo o Corpo e este é o "povo messiânico";

- "a condição deste povo é a dignidade da liberdade dos filhos de Deus. Nos seus corações, como num templo, reside o Espírito Santo" (209);

- "a sua lei é o mandamento novo, de amar como o próprio Cristo nos amou (210)"; é a lei "nova" do Espírito Santo (211);

- a sua missão é ser o sal da terra e a luz do mundo (212). "Constitui, para todo o gênero humano, o mais forte gérmen de unidade, esperança e salvação" (213);

- o seu destino, finalmente, é “o Reino de Deus, o qual, começado na terra pelo próprio Deus, deve se dilatar cada vez mais, até ser, também por Ele, consumado no fim dos séculos” (214).

UM POVO SACERDOTAL, PROFÉTICO E REAL

§0783.

Jesus Cristo é Aquele que o Pai ungiu com o Espírito Santo e constituiu “sacerdote, profeta e rei”. Todo o povo de Deus participa destas três funções de Cristo, com as responsabilidades de missão e de serviço que delas resultam (215).

§0784.

Ao se entrar para o povo de Deus, pela fé e pelo Batismo, se participa da vocação única deste povo. Na sua vocação sacerdotal, “Cristo Senhor, sumo sacerdote escolhido entre os seres humanos, fez, do povo novo, um reino de sacerdotes para o seu Deus e Pai”. Na verdade, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, os batizados são consagrados para serem uma casa espiritual, um sacerdócio santo (216).

§0785.

“O povo santo de Deus participa também da função profética de Cristo”, sobretudo pelo sentido sobrenatural da fé, que é o de todo o povo, leigos e hierarquia, quando “adere

indefectivelmente à fé transmitida aos santos de uma vez por todas" (217), aprofunda o conhecimento da mesma e se torna testemunha de Cristo no meio deste mundo.

§0786.

Finalmente, o povo de Deus participa da função real de Cristo. Cristo exerce a sua realeza atraindo para Ele todos os seres humanos, pela sua morte e ressurreição (218). Cristo, Rei e Senhor do universo, Se fez o servo de todos, pois "não veio para ser servido, mas, para servir e dar a vida como resgate pela multidão" (Mt 20, 28). Para o cristão, "reinar é servi-Lo" (219) e, em especial, "nos pobres e nos que sofrem, nos quais a Igreja reconhece a imagem do seu Fundador pobre

e sofredor" (220). O povo de Deus realiza a sua "dignidade real" na medida em que viver de acordo com esta vocação de servir com Cristo.

"De todos os regenerados em Cristo, o sinal da cruz faz reis. A unção do Espírito Santo consagra sacerdotes, para que, independentemente do serviço particular do nosso ministério, todos os cristãos espirituais, no uso da razão, se reconheçam membros desta estirpe real e participantes da função sacerdotal. De fato, o que há de tão real para uma alma como governar o seu corpo na submissão a Deus? E o que há de tão sacerdotal como oferecer ao Senhor uma consciência pura,

imolando, no altar do seu coração, as vítimas sem mancha da piedade?" (221).

II. A Igreja - Corpo de Cristo

A IGREJA É COMUNHÃO COM JESUS

§0787.

Desde o princípio, Jesus associou os discípulos à sua vida (222). Revelou-lhes o mistério do Reino (223); deu-lhes parte na sua missão, na sua alegria (224) e nos seus sofrimentos (225). Jesus fala de uma comunhão ainda mais íntima entre Ele e os que O seguem: "Permanecei em Mim, como Eu em vós [...]. Eu sou a cepa, vós os ramos" (Jo 15, 4-5). E anuncia uma comunhão misteriosa e real entre o seu próprio Corpo e o nosso:

“Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue permanece em Mim e Eu nele” (Jo 6, 56).

§0788.

Quando a sua presença visível lhes foi tirada, Jesus não deixou os discípulos órfãos (226). Prometeu-lhes ficar com eles até o fim dos tempos (227) e lhes enviou o seu Espírito (228). A comunhão com Jesus se tornou, de certo modo, mais intensa: “Comunicando o seu Espírito aos seus irmãos, por Ele reunidos de todas as nações, os constituiu seu Corpo Místico” (229).

§0789.

A comparação da Igreja com um Corpo lança uma luz particular sobre a ligação íntima existente entre a Igreja e Cristo. Ela não está somente reunida à volta d'Ele; está unificada n'Ele, no seu Corpo. Na Igreja, Corpo de Cristo, são de salientar mais especificamente três aspectos: a unidade de todos os Membros entre eles, pela união a Cristo; Cristo, Cabeça do Corpo; a Igreja Esposa de Cristo.

“UM SÓ CORPO”

§0790.

Os crentes que respondem à Palavra de Deus e se tornam membros do Corpo de Cris-

to ficam estreitamente unidos a Cristo. “Neste Corpo, a vida de Cristo se difunde nos crentes, unidos pelos sacramentos, de um modo misterioso e real, a Cristo sofredor e glorificado” (230). Isto se verifica, particularmente, no Batismo, que nos une à morte e ressurreição de Cristo (231) e na Eucaristia, pela qual, “participando realmente no Corpo de Cristo”, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós (232).

§0791.

Mas a unidade do Corpo não anula a diversidade dos Membros: “Na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de Membros e funções. É o mesmo Espírito que distribui os seus vários dons, segundo a sua ri-

queza e as necessidades dos ministérios para utilidade da Igreja" (233). A unidade do Corpo Místico produz e estimula a caridade entre os fiéis: "Daí que, se algum Membro padece, todos os Membros sofrem juntamente e se algum Membro recebe honras, todos se alegram" (234). Em suma, a unidade do Corpo Místico triunfa sobre todas as divisões humanas: "Todos vós que fostes batizados em Cristo fostes revestidos de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, porque todos vós sois um só em Cristo Jesus" (Gl 3, 27-28).

“A CABEÇA DESTE CORPO É CRISTO”

§0792.

Cristo “é a Cabeça do Corpo que é a Igreja” (Cl 1, 18). Ele é o Princípio da criação e da Redenção. Elevado à glória do Pai, “tem, em tudo, a primazia” (Cl 1, 18), principalmente sobre a Igreja, por meio da qual estende o seu reinado sobre tudo quanto existe.

§0793.

Une-nos à sua Páscoa. Todos os membros devem se esforçar por se parecerem com Ele, “até que Cristo Se forme neles” (Gl 4, 19). “É para isto que nós somos introduzidos nos mistérios da sua vida [...], associados aos seus sofrimentos como o Corpo à Cabeça,

unidos à sua Paixão para sermos unidos à sua glória" (235).

§0794.

Provê ao nosso crescimento (236), a fim de crescermos em tudo para Aquele que é a Cabeça (237). Cristo distribui ao seu Corpo, a Igreja, os dons e os serviços pelos quais mutuamente nos ajudamos no caminho da salvação.

§0795.

Cristo e a Igreja são, pois, o "Cristo total" (*Christus totus*). A Igreja é una com Cristo. Os santos têm, desta unidade, uma consciência muito viva.

"Congratulemo-nos, pois e demos graças pelo fato de nos termos tornado não apenas cristãos, mas o próprio Cristo. Estais compreendendo, irmãos, a graça que Deus nos fez, nos dando Cristo por Cabeça? Admirai e vos alegrai, pois nós nos tornamos Cristo. Com efeito, uma vez que Ele é a Cabeça e nós os Membros, o ser completo é Ele e nós [...]. A plenitude de Cristo é, portanto, a Cabeça e os Membros. O que quer dizer: a Cabeça e os Membros? Cristo e a Igreja" (238).

"*Redemptor noster unam se personam cum sanctam Ecelesiam, quam assumpsit exhibuit* - O nosso Redentor apresentou Ele próprio como uma única pessoa unida à santa Igreja, que Ele assumiu" (239).

"*Caput et membra, quasi una persona mystica* - Cabeça e Membros são, por assim dizer, uma só e mesma pessoa mística" (240).

Umas palavras de Santa Joana d'Arc aos seus juízes resumem a fé dos santos Doutores e exprimem o bom senso do crente: "De Jesus Cristo e da Igreja, eu penso que são um só e não há que se levantar dificuldades a este respeito" (241).

A IGREJA É A ESPOSA DE CRISTO

§0796.

A unidade de Cristo e da Igreja, Cabeça e Membros do Corpo, implica também a distinção entre ambos, numa relação pessoal.

Este aspecto é, muitas vezes, expresso pela imagem do esposo e da esposa. O tema de Cristo Esposo da Igreja foi preparado pelos Profetas e anunciado por João Batista (242). O próprio Senhor Se designou como "o Esposo" (Mc 2, 19) (243). E o Apóstolo apresenta a Igreja e cada fiel, Membro do seu Corpo, como uma Esposa "desposada" com Cristo Senhor, para formar com Ele um só Espírito (244). Ela é a Esposa imaculada do Cordeiro imaculado (245) que Cristo amou, pela qual Se entregou "para santificá-la" (Ef 5, 26), que associou a Ele por uma aliança eterna e à qual não cessa de prestar cuidados como ao Seu próprio Corpo (246).

“Eis o Cristo total, Cabeça e Corpo, um só ente formado de muitos [...]. Quer seja a Cabeça que fale, quer sejam os Membros, é Cristo que fala. Fala desempenhando o papel de Cabeça (*ex persona capitis*) ou então, desempenhando o papel do Corpo (*ex persona corporis*). Conforme ao que está escrito: “Serão, os dois, uma só carne. Este é um grande mistério; digo em relação a Cristo e à Igreja” (Ef 5, 31 e 32). E o próprio Senhor diz, no Evangelho: “Já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19, 6). Como vedes, temos, de algum modo, duas pessoas diferentes e, no entanto, se tornam uma só na união esponsal [...] “Diz-se "Esposo" enquanto Cabeça e "Esposa" enquanto Corpo” (247).

III. A Igreja - Templo do Espírito Santo

§0797.

"O que o nosso espírito, quer dizer, a nossa alma, é para os nossos membros, o Espírito Santo é para os Membros de Cristo, para o Corpo de Cristo, que é a Igreja" (248). "É ao Espírito de Cristo, como a um princípio oculto, que se deve atribuir o fato de todas as partes do Corpo estarem unidas, tanto entre elas como com a Cabeça suprema, pois Ele está todo na Cabeça, todo no Corpo, todo em cada um dos seus Membros" (249). É o Espírito Santo que faz da Igreja "o templo do Deus vivo" (2 Cor 6, 16) (250).

“De fato, foi à própria Igreja que o dom de Deus foi confiado [...]. Nela, foi depositada a comunhão com Cristo, isto é, o Espírito Santo, penhor da incorruptibilidade, confirmação da nossa fé e escada da nossa ascensão para Deus [...]. Porque onde está a Igreja, aí está também o Espírito de Deus e onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja e toda a graça” (251).

§0798.

O Espírito Santo é “o princípio de toda a ação vital e verdadeiramente salvífica em cada uma das diversas partes do Corpo” (252). Ele realiza, de múltiplas maneiras, a edificação de todo o Corpo no amor (253), pela Palavra de Deus, “que tem o poder de

construir o edifício" (Act 20, 32). Mediante o Batismo, pelo qual forma o Corpo de Cristo (254); pelos sacramentos, que fazem crescer e curam os Membros de Cristo; pela "graça dada aos Apóstolos, que ocupa o primeiro lugar entre os seus dons" (255); pelas virtudes que fazem agir segundo o bem e, enfim, pelas múltiplas graças especiais (chamadas "carismas") pelos quais Ele torna os fiéis "aptos e disponíveis para assumir os diferentes cargos e ofícios proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja" (256).

OS CARISMAS

§0799.

Extraordinários ou simples e humildes, os carismas são graças do Espírito Santo que, direta ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, ordenados como são para a edificação da Igreja, o bem dos seres humanos e as necessidades do mundo.

§0800.

Os carismas devem ser acolhidos com reconhecimento por aquele que os recebe, mas também por todos os membros da Igreja. De fato, eles são uma maravilhosa riqueza de graças para a vitalidade apostólica e para a santidade de todo o Corpo de Cristo; desde

que se trate de dons verdadeiramente procedentes do Espírito Santo e exercidos de modo plenamente conforme aos impulsos autênticos do mesmo Espírito, quer dizer, segundo a caridade, verdadeira medida dos carismas (257).

§0801.

Neste sentido, será sempre necessário o discernimento dos carismas. Nenhum carisma dispensa a referência e a submissão aos pastores da Igreja. “A eles compete, de modo especial, não extinguir o Espírito, mas tudo examinar para reter o que é bom” (258), de modo que todos os carismas, na sua diversidade e complementaridade, cooperem para o “bem comum” (1 Cor 12, 7) (259).

RESUMINDO:

§0802.

Jesus Cristo “Se entregou por nós, a fim de nos resgatar de toda a iniquidade e de purificar e constituir um povo de sua exclusiva posse” (Tt 2,14).

§0803.

“Vós sois geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido” (1 Pe 2, 9).

§0804.

Entra-se para o povo de Deus pela fé e pelo Batismo. “Todos os seres humanos são chamados a fazer parte do povo de Deus” (260), para que, em Cristo, “os seres huma-

nos constituam uma só família e um único povo de Deus" (261).

§0805.

A Igreja é o Corpo de Cristo. Pelo Espírito, pela sua ação nos sacramentos e, sobretudo, na Eucaristia. Cristo morto e ressuscitado constitui, com o seu Corpo, a comunidade dos crentes.

§0806.

Na unidade deste Corpo existe diversidade de Membros e de funções. Mas todos os Membros estão unidos uns aos outros e, particularmente, àqueles que sofrem, aos pobres e aos perseguidos.

§0807.

A Igreja é este Corpo, cuja Cabeça é Cristo. Ela vive d'Ele, n'Ele e para Ele e Ele vive com ela e nela.

§0808.

A Igreja é a Esposa de Cristo. Ele a amou e Se entregou por ela. Purificou-a com o seu sangue. Fez dela a Mãe fecunda de todos os filhos de Deus.

§0809.

A Igreja é o Templo do Espírito Santo. O Espírito é como que a alma do Corpo Místico, princípio da sua vida, da unidade na diversidade e da riqueza dos seus dons e carismas.

§0810.

"A Igreja universal aparece, assim, como "um povo que vai buscar a sua unidade à unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo"" (262).

PARÁGRAFO 3: A IGREJA É UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA

§0811.

"Esta é a única Igreja de Cristo, que, no Credo, confessamos ser una, santa, católica e apostólica" (263). Estes quatro atributos, inseparavelmente ligados entre eles (264), indicam traços essenciais da Igreja e da sua missão. A Igreja não os confere a ela mesma. É Cristo que, pelo Espírito Santo, concede, à sua Igreja, que seja una, santa, católica e a-

postólica e é ainda Ele que a chama a realizar cada uma destas qualidades.

§0812.

Só a fé pode reconhecer que a Igreja recebe estas propriedades da sua fonte divina. Mas as manifestações históricas das mesmas são sinais que também falam claro à razão humana. “A Igreja, lembra o I Concílio do Vaticano, em razão da sua santidade, da sua unidade católica, da sua invicta constância, é, por ela mesma, um grande e perpétuo motivo de credibilidade e uma prova incontestável da sua missão divina” (265).

I. A Igreja é una

“O SAGRADO MISTÉRIO DA UNIDADE DA IGREJA” (266)

§0813.

A Igreja é una, graças à sua fonte: “O supremo modelo e princípio deste mistério é a unidade na Trindade das Pessoas, de um só Deus, Pai e Filho no Espírito Santo” (267). A Igreja é una graças ao seu fundador: “O próprio Filho encarnado [...] reconciliou todos os seres humanos com Deus pela sua Cruz, restabelecendo a unidade de todos num só povo e num só Corpo” (268). A Igreja é una graças à sua “alma”. “O Espírito Santo, que habita nos crentes e que enche e rege toda a Igreja, é quem realiza esta admirável comu-

nhão dos fiéis e os une todos tão intimamente em Cristo, que é o princípio da unidade da Igreja" (269). Pertence, pois, à própria essência da Igreja que ela seja una.

"Que admirável mistério! Há um só Pai do universo, um só Logos do universo e também um só Espírito Santo, idêntico em toda a parte e há também uma só mãe Virgem, à qual me apraz chamar Igreja" (270).

§0814.

Desde a origem, no entanto, esta Igreja se apresenta com uma grande diversidade, proveniente ao mesmo tempo da variedade dos dons de Deus e da multiplicidade das pessoas que os recebem. Na unidade do povo de Deus, se juntam as diversidades dos povos e

das culturas. Entre os membros da Igreja existe uma diversidade de dons, de cargos, de condições e de modos de vida. “No seio da comunhão da Igreja existem, legitimamente, Igrejas particulares, que gozam das suas tradições próprias” (271). A grande riqueza desta diversidade não se opõe à unidade da Igreja. No entanto, o pecado e o peso das suas consequências ameaçam constantemente o dom da unidade. Também o Apóstolo se viu na necessidade de exortar a que se guardasse “a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4, 3).

§0815.

Quais são os vínculos da unidade? “Acima de tudo, o amor, que é o vínculo da perfei-

ção" (Cl 3, 14). Mas a unidade da Igreja peregrina é assegurada também por laços visíveis de comunhão:

- a profissão de uma só fé, recebida dos Apóstolos;

- a celebração comum do culto divino, sobretudo, dos sacramentos;

- a sucessão apostólica, pelo sacramento da Ordem, que mantém a concórdia fraterna da família de Deus (272).

§0816.

"A única Igreja de Cristo [...] é aquela que o nosso Salvador, depois da ressurreição, entregou a Pedro, com o encargo de apascentá-la, confiando também a ele e aos outros apóstolos a sua difusão e governo [...]. Esta

Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste (*subsistit in*) na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele" (273).

O decreto do II Concílio do Vaticano sobre o Ecumenismo explicita: "Com efeito, só pela Igreja Católica de Cristo, que é "meio geral de salvação", é que se pode obter toda a plenitude dos meios de salvação. Na verdade, foi apenas ao colégio apostólico, de que Pedro é o chefe, que, segundo a nossa fé, o Senhor confiou todas as riquezas da nova Aliança, a fim de constituir, na terra, um só Corpo de Cristo, ao qual é necessário que sejam ple-

namente incorporados todos os que, de certo modo, já pertencem ao povo de Deus" (274).

§0817.

De fato, "nesta Igreja de Deus una e única, já desde os primórdios surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura asperamente como condenáveis. Nos séculos posteriores, porém, surgiram dissensões mais amplas. Importantes comunidades se separaram da plena comunhão da Igreja Católica, às vezes por culpa das pessoas de uma e doutra parte" (275). As rupturas que ferem a unidade do Corpo de Cristo (a saber: a heresia, a apostasia e o cisma) (276) se devem aos pecados das pessoas.

"*Ubi peccata, ibi est multitudo, ibi schismata, ibi hæreses, ibi discussiones. Ubi autem virtus, ibi singularitas, ibi unio ex quo omnium credentium erat cor unum et anima una* — Onde há pecados, aí se encontra a multiplicidade, o cisma, a heresia, o conflito. Mas onde há virtude, aí se encontra a unicidade e aquela união que faz com que todos os crentes tenham um só coração e uma só alma" (277).

§0818.

Os que hoje nascem em comunidades provenientes de tais rupturas, "e que vivem a fé de Cristo, não podem ser acusados do pecado da divisão. A Igreja Católica os abraça com respeito e caridade fraterna [...]. Justificados

pela fé recebida no Batismo, incorporados em Cristo, é a justo título que se honram com o nome de cristãos e os filhos da Igreja Católica os reconhecem, legitimamente, como irmãos no Senhor" (278).

§0819.

Além disto, existem, fora das fronteiras visíveis da Igreja Católica, "muitos elementos de santificação e de verdade" (279): "a Palavra de Deus escrita; a vida da graça; a fé, a esperança e o amor; outros dons interiores do Espírito Santo e outros elementos visíveis" (280). O Espírito de Cristo Se serve dessas Igrejas e comunidades eclesiais como meios de salvação, cuja força vem da plenitude da graça e da verdade que Cristo confiou à

Igreja Católica. Todos esses bens provêm de Cristo e a Ele conduzem (281) e, por eles mesmos, reclamam “a unidade católica” (282).

A CAMINHO DA UNIDADE

§0820.

A unidade, “Cristo a concedeu à sua Igreja desde o princípio. Nós cremos que ela subsiste, sem possibilidade de ser perdida, na Igreja Católica e esperamos que cresça de dia para dia até à consumação dos séculos” (283). Cristo dá sempre, à sua Igreja, o dom da unidade. Mas a Igreja deve orar e trabalhar constantemente para manter, reforçar e aperfeiçoar a unidade que Cristo quer para

ela. Foi por esta intenção que Jesus orou na hora da sua Paixão e não cessa de orar ao Pai pela unidade dos seus discípulos: "... Que todos sejam um. Como Tu, ó Pai, és um em Mim e Eu em Ti, assim também, que eles sejam um em Nós, para que o mundo creia que Tu Me enviaste" (Jo 17, 21). O desejo de recuperar a unidade de todos os cristãos é um dom de Cristo e um apelo do Espírito Santo (284).

§0821.

Para lhe corresponder de modo adequado se exige:

- uma renovação permanente da Igreja, numa maior fidelidade à sua vocação. Essa

renovação é a força do movimento a favor da unidade (285);

- a conversão do coração, “com o fim de levar uma vida mais pura segundo o Evangelho” (286), pois, o que causa as divisões é a infidelidade dos membros ao dom de Cristo;

- a oração em comum, porque “a conversão do coração e a santidade de vida, unidas às orações, públicas e privadas, pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico e, com razão, podem se chamar ecumenismo espiritual” (287);

- o mútuo conhecimento fraterno (288);

- a formação ecumênica dos fiéis e, especialmente, dos sacerdotes (289);

- o diálogo entre os teólogos e os encontros entre os cristãos das diferentes Igrejas e comunidades (290);

- a colaboração entre cristãos nos diversos domínios do serviço às pessoas (291)".

§0822.

A preocupação com realizar a união "diz respeito a toda a Igreja, fiéis e pastores" (292). Mas também se deve "ter consciência de que este projeto sagrado da reconciliação de todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo ultrapassa as forças e capacidades humanas". Por isto, pomos toda a nossa esperança "na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e no poder do Espírito Santo" (293).

II. A Igreja é santa

§0823.

"A Igreja é [...], aos olhos da fé, indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é proclamado "o único Santo", com o Pai e o Espírito, amou a Igreja como sua Esposa, Se entregou por ela para santificá-la, a uniu a Ele como seu Corpo e a cumulou com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus" (294). A Igreja é, pois, "o povo santo de Deus" (295) e os seus membros são chamados "santos" (296).

§0824.

A Igreja, unida a Cristo, é santificada por Ele. Por Ele e n'Ele se torna também santifi-

cante. “Todas as obras da Igreja tendem, como seu fim (297), para a santificação dos seres humanos em Cristo e para a glorificação de Deus”. É na Igreja que se encontra “a plenitude dos meios de salvação” (298). É nela que “nós adquirimos a santidade pela graça de Deus” (299).

§0825.

“Na terra, a Igreja está revestida de uma verdadeira, ainda que imperfeita, santidade” (300). Nos seus membros, a santidade perfeita é ainda algo a adquirir: “Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados, pelo Senhor, à perfeição do Pai, cada um pelo seu caminho” (301).

§0826.

O amor é a alma da santidade à qual todos são chamados: “É ele que dirige todos os meios de santificação, lhes dá alma e os conduz ao seu fim” (302):

“Compreendi que, se a Igreja tinha um corpo composto de diferentes membros, o mais necessário, o mais nobre de todos não lhe faltava. Compreendi que a igreja tinha um coração e que esse coração estava ardendo de amor. Compreendi que só o amor fazia agir os membros da Igreja; que se o amor se apagasse, os apóstolos já não anunciariam o Evangelho, os mártires se recusariam a derramar o seu sangue... Compreendi que o amor encerra todas as vocações, que o amor é

tudo, que abarca todos os tempos e lugares ... Em poucas palavras: que ele é eterno" (303).

§0827.

"Enquanto que Cristo, santo e inocente, sem mancha, não conheceu o pecado, mas veio somente expiar os pecados do povo, a Igreja, que no seu próprio seio encerra pecadores, é, simultaneamente, santa e chamada a se purificar, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e renovação" (304). Todos os membros da Igreja, inclusive os seus ministros, devem se reconhecer pecadores (305). Em todos eles, o joio do pecado se encontra ainda misturado com a boa semente do Evangelho, até o fim dos tempos (306). A Igreja reúne, pois, nela, pecadores

abrangidos pela salvação de Cristo, mas ainda a caminho da santificação.

A Igreja “é santa, não obstante conter, no seu seio, pecadores, porque ela não possui, nela, outra vida senão a da graça. É vivendo da sua vida que os seus membros se santificam e é se subtraindo à sua vida que eles caem em pecado e nas desordens que impedem a irradiação da sua santidade. É por isto que ela sofre e faz penitência por estas faltas, tendo o poder de curar, delas, os seus filhos, pelo Sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo” (307).

§0828.

Ao canonizar certos fiéis, isto é, ao proclamar solenemente que esses fiéis pratica-

ram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está nela e ampara a esperança dos fiéis, lhes propondo os santos como modelos e intercessores (308). “Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nos momentos mais difíceis da história da Igreja (309)”. “A santidade é a fonte secreta e o padrão infalível da sua atividade apostólica e do seu dinamismo missionário” (310).

§0829.

“Na pessoa da Santíssima Virgem, a Igreja já alcançou aquela perfeição sem mancha nem ruga que lhe é própria. Mas os fiéis de Cristo têm ainda de trabalhar para crescer

em santidade, vencendo o pecado. Por isto, levantam os olhos para Maria" (311), pois nela, a Igreja já é plenamente santa.

III. A Igreja é católica

O QUE QUER DIZER "CATÓLICA"?

§0830.

A palavra "católico" significa "universal" no sentido de "segundo a totalidade" ou "segundo a integridade". A Igreja é católica num duplo sentido. É católica porque Cristo está presente nela e, "onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja Católica" (312). Nela subsiste a plenitude do Corpo de Cristo unido à sua Cabeça (313), o que implica que ela receba d'Ele a "plenitude dos meios de salvação" (314) que

Ele quis: confissão de fé reta e completa, vida sacramental integral e ministério ordenado na sucessão apostólica. Neste sentido fundamental, a Igreja era católica no dia de Pentecostes (315) e será sempre, até o dia da Parusia.

§0831.

É católica, porque Cristo a enviou em missão à universalidade do gênero humano (316).

“Todos os seres humanos são chamados a fazer parte do povo de Deus. Por isto, permanecendo uno e único, este povo está destinado a se estender a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou a

natureza humana na unidade e decidiu, enfim, reunir na unidade os seus filhos dispersos [...]. Este caráter de universalidade que adorna o povo de Deus é dom do próprio Senhor. Graças a tal dom, a Igreja Católica tende a recapitular, eficaz e perpetuamente, a humanidade inteira, com todos os bens que ela contém, sob Cristo Cabeça, na unidade do Seu Espírito" (317).

CADA UMA DAS IGREJAS PARTICULARES É "CATÓLICA"

§0832.

"A Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis que, unidas aos seus pastores, recebem, também elas, no Novo Testamento,

o nome de Igrejas [...]. Nelas, os fiéis são reunidos pela pregação do Evangelho de Cristo e é celebrado o mistério da Ceia do Senhor [...]. Nestas comunidades, ainda que muitas vezes pequenas e pobres ou dispersas, está presente Cristo, por cujo poder se constitui a Igreja una, santa, católica e apostólica" (318).

§0833.

Entende-se por Igreja particular, que é, em primeiro lugar, a diocese (ou "*eparquia*"), uma comunidade de fiéis cristãos em comunhão de fé e de sacramentos com o seu bispo, ordenado na sucessão apostólica (319). Estas Igrejas particulares "são formadas à imagem da Igreja universal. É nelas e a partir delas

que existe a Igreja Católica una e única" (320).

§0834.

As Igrejas particulares são plenamente católicas pela comunhão com uma de entre elas: a Igreja Romana, "que preside à caridade" (321). "Com esta Igreja, mais excelente por causa da sua origem, deve, necessariamente, estar de acordo toda a Igreja, isto é, os fiéis de toda a parte" (322). "Desde que o Verbo Encarnado desceu até nós, todas as Igrejas cristãs de todo o mundo tiveram e têm a grande Igreja que vive aqui (em Roma) como única base e fundamento, porque, segundo as próprias promessas do Salvador, as

portas do inferno nunca prevalecerão sobre ela” (323).

§0835.

“A Igreja universal não deve ser entendida como simples somatório ou, por assim dizer, federação de Igrejas particulares [...]. Mas é, antes, a Igreja universal por vocação e missão, que, lançando raiz numa variedade de terrenos culturais, sociais e humanos, toma, em cada parte do mundo, aspectos e formas de expressão diversos” (324). A rica variedade de normas disciplinares, ritos litúrgicos, patrimônios teológicos e espirituais, próprios das Igrejas locais, “mostra, da forma mais evidente, pela sua convergência na unidade, a catolicidade da Igreja indivisa” (325).

QUEM PERTENCE À IGREJA CATÓLICA?

§0836.

"Todos os seres humanos são chamados [...] à unidade católica do povo de Deus. De vários modos, a ela pertencem ou para ela estão ordenados, tanto os fiéis católicos como os outros que também acreditam em Cristo e, finalmente, todos os seres humanos, sem exceção, que a graça de Deus chama à salvação" (326).

§0837.

"Estão plenamente incorporados na sociedade que é a Igreja, aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e todos os meios de salvação nela institu-

ídos e que, além disto, pelos laços da profissão de fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, estão unidos no todo visível da Igreja, com Cristo que a dirige por meio do Sumo Pontífice e dos bispos. Mas a incorporação não garante a salvação àquele que, por não perseverar no amor, está "de corpo" no seio da Igreja, mas não "de coração" (327).

§0838.

"Com aqueles que, tendo sido batizados, têm o belo nome de cristãos, embora não professem integralmente a fé ou não guardem a unidade de comunhão com o sucessor de Pedro, a Igreja se sabe unida por múltiplas razões" (328). "Aqueles que creem em

Cristo e receberam validamente o Batismo se encontram numa certa comunhão, embora imperfeita, com a Igreja Católica" (329). Quanto às Igrejas Ortodoxas, esta comunhão é tão profunda "que, bem pouco lhes falta para atingirem a plenitude que permita uma celebração comum da Eucaristia do Senhor" (330).

A IGREJA E OS NÃO CRISTÃOS

§0839.

"Aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão também, de uma ou de outra forma, ordenados ao povo de Deus" (331).

A relação da Igreja com o povo judaico.

A Igreja, povo de Deus na nova Aliança, ao perscrutar o seu próprio mistério, descobre o laço que a une ao povo judaico (332), "a quem Deus falou primeiro" (333). Diferentemente das outras religiões não cristãs, a fé judaica já é uma resposta à revelação de Deus na antiga Aliança. É ao povo judaico que "pertencem a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto, as promessas [...] e os Patriarcas. Desse povo, Cristo nasceu segundo a carne" (Rm 9, 4-5), porque "os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis" (Rm 11, 29).

§0840.

Aliás, quando se considera o futuro, o povo de Deus da Antiga Aliança e o novo povo de Deus tendem para fins análogos: a esperança da vinda (ou do regresso) do Messias. Mas a esperança é, de um lado, a do regresso do Messias, morto e ressuscitado, reconhecido como Senhor e Filho de Deus e, de outro, a da vinda, no fim dos tempos, do Messias, cujos traços permanecem velados; expectativa que é acompanhada pelo drama da ignorância ou do falso conhecimento de Cristo Jesus.

§0841.

Relações da Igreja com os muçulmanos.

"O desígnio de salvação envolve, igualmente, os que reconhecem o Criador e, entre os quais, em primeiro lugar, os muçulmanos que, declarando guardar a fé de Abraão, conosco adoram o Deus único e misericordioso que há de julgar os seres humanos no último dia" (334).

§0842.

A ligação da Igreja com as religiões não cristãs é, antes de tudo, a da origem e do fim comuns do gênero humano.

"De fato, todos os povos formam uma única comunidade; têm uma origem única, pois

Deus fez com que toda a raça humana habitasse a superfície da terra; têm também um único fim último, Deus, cuja Providência, testemunhos de bondade e desígnio de salvação se estendem a todos, até que os eleitos sejam reunidos na cidade santa" (335).

§0843.

A Igreja reconhece nas outras religiões a busca, "ainda nas sombras e sob imagens", do Deus desconhecido, mas próximo, pois é Ele quem, a todos, dá vida, respiração e todas as coisas e quer que todos os seres humanos se salvem. Assim, a Igreja considera tudo quanto nas outras religiões pode se encontrar de bom e verdadeiro, "como uma preparação evangélica e um dom d'Aquele que ilumina

todo ser humano, para que, finalmente, tenha a vida" (336).

§0844.

Mas, no seu comportamento religioso, os seres humanos revelam também limites e erros que desfiguram, neles, a imagem de Deus. "Muitas vezes, enganados pelo Maligno, se transviaram nos seus raciocínios, trocando a verdade de Deus pela mentira. Preferindo o serviço à criatura ao serviço ao Criador ou vivendo e morrendo sem Deus neste mundo, se expuseram ao desespero final" (337).

§0845.

Foi para reunir de novo todos os seus filhos, desorientados e dispersos pelo pecado, que o Pai quis reunir toda a humanidade na Igreja do seu Filho. A Igreja é o lugar onde a humanidade deve reencontrar a sua unidade e a salvação. Ela é “o mundo reconciliado” (338); é a nau que “navega segura neste mundo, ao sopro do Espírito Santo, sob a vela inflada da Cruz do Senhor” (339). Segundo outra imagem, querida aos Padres da Igreja, ela é figurada pela arca de Noé, a única que salva do Dilúvio (340).

“FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO”

§0846.

Extra Ecclesiam nulla salus. Como se deve entender esta afirmação, tantas vezes repetida pelos Padres da Igreja? Formulada de modo positivo, significa que toda a salvação vem de Cristo Cabeça, através da Igreja que é o seu Corpo.

O santo Concílio “ensina, apoiado na Sagrada Escritura e na Tradição, que esta Igreja, peregrina na terra, é necessária à salvação. De fato, só Cristo é Mediador e Caminho de salvação. Ora, ele Se torna presente no seu Corpo, que é a Igreja. Ao nos afirmar, expressamente, a necessidade da fé e do Batismo, Cristo nos confirma, ao mesmo tempo, a ne-

cessidade da própria Igreja, na qual os seres humanos entram pela porta do Batismo. É por isto que não podem se salvar aqueles que, não ignorando que Deus, através de Jesus Cristo, fundou a Igreja Católica como necessária, se recusam a entrar nela ou a nela perseverar" (341).

§0847.

Esta afirmação não visa aqueles que, sem culpa da sua parte, ignoram Cristo e a sua igreja.

"Com efeito, também podem conseguir a salvação eterna aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, no entanto, procuram Deus com um coração sincero e se esforçam, sob o influxo da graça,

por cumprir a sua vontade, conhecida através do que a consciência lhes dita” (342).

§0848.

“Muito embora Deus possa, por caminhos só d'Ele conhecidos, trazer à fé, "sem a qual é impossível agradar a Deus" (343), pessoas que, "sem culpa sua", ignoram o Evangelho, a Igreja tem o dever e, ao mesmo tempo, o direito sagrado, de evangelizar” (344) todos os seres humanos.

A MISSÃO - UMA EXIGÊNCIA DA CATOLICIDADE DA IGREJA

§0849.

O mandato missionário.

"Enviada por Deus às nações, para ser o sacramento universal da salvação, a Igreja, em virtude das exigências íntimas da sua própria catolicidade e em obediência ao mandamento do seu fundador, procura, incansavelmente, anunciar o Evangelho a todos as pessoas" (345). "Ide, pois, fazei discípulos em todas as nações, os batizando em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo e os ensinando a observar tudo quanto vos mandei. E eis que Eu estou convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mt 28, 19-20).

§0850.

A origem e o fim da missão.

O mandato missionário do Senhor tem a sua fonte primeira no amor eterno da Santíssima Trindade: “Por sua natureza, a Igreja peregrina é missionária, visto ter a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo” (346). E o fim último da missão consiste em fazer todos os seres humanos participantes da comunhão existente entre o Pai e o Filho, no Espírito de amor (347).

§0851.

O motivo da missão.

É ao amor de Deus por todos os seres humanos que, desde sempre, a Igreja vai buscar a obrigação e o vigor do seu ardor missionário: “Porque o amor de Cristo nos impele...” (2 Cor 5, 14) (348). Com efeito, “Deus quer que todos os seres humanos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2, 4). Deus quer a salvação de todos, mediante o conhecimento da verdade. A salvação está na verdade. Os que obedecem à moção do Espírito da verdade já estão no caminho da salvação. Mas a Igreja, à qual a mesma verdade foi confiada, deve ir ao encontro dos que a procuram para levá-las a eles. É por

acreditar no desígnio universal da salvação que a Igreja deve ser missionária.

§0852.

Os caminhos da missão.

"O protagonista de toda a missão eclesial é o Espírito Santo" (349). É Ele que conduz a Igreja pelos caminhos da missão. E esta, "continua e prolonga, no decorrer da história, a missão do próprio Cristo, que foi enviado para anunciar a Boa Nova aos pobres. É, portanto, pelo mesmo caminho seguido por Cristo que, sob o impulso do Espírito Santo, a Igreja deve seguir, ou seja, pelo caminho da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação de si mesma até à morte; morte da qual

Ele saiu vitorioso pela ressurreição" (350). É assim que "o sangue dos mártires se torna semente de cristãos" (351).

§0853.

Porém, no seu peregrinar, a Igreja também faz a experiência da "distância que separa a mensagem de que é portadora, da fraqueza humana daqueles a quem este Evangelho é confiado" (352). Só avançando pelo caminho "da penitência e da renovação" (353) e entrando "pela porta estreita da Cruz" (354) é que o povo de Deus pode expandir o Reino de Cristo (355). Com efeito, "assim como foi na pobreza e na perseguição que Cristo realizou a redenção, assim também a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho, para co-

municar aos seres humanos os frutos da salvação" (356).

§0854.

Pela sua própria missão, "a Igreja faz a caminhada de toda a humanidade e partilha a sorte terrena do mundo. Ela é como que o fermento e, por assim dizer, a alma da sociedade humana, chamada a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus" (357). O esforço missionário exige, portanto, paciência. Começa pelo anúncio do Evangelho aos povos e grupos que ainda não acreditam em Cristo (358); prossegue no estabelecimento de comunidades cristãs, que sejam "sinais da presença de Deus no mundo" (359) e na fundação de Igrejas locais (360); com-

promete-se num processo de inculturação, para encarnar o Evangelho nas culturas dos povos (361) e também não deixará de conhecer alguns fracassos. “Pelo que diz respeito aos seres humanos, aos grupos humanos e aos povos, a Igreja só a pouco e pouco os atinge e penetra, assim os assumindo na plenitude católica” (362).

§0855.

A missão da Igreja requer um esforço com vistas à unidade dos cristãos (363). “De fato, as divisões entre cristãos impedem a Igreja de realizar a plenitude da catolicidade que lhe é própria naqueles seus filhos que, sem dúvida, lhe pertencem pelo Batismo, mas que se encontram separados da plenitude da co-

munhão com ela. Mais ainda: para a própria Igreja, se torna mais difícil exprimir, sob todos os seus aspectos, a plenitude da catolicidade na própria realidade da sua vida" (364).

§0856.

A tarefa missionária implica em um diálogo respeitoso com aqueles que ainda não aceitam o Evangelho (365). Os crentes podem tirar proveito, para eles mesmos, deste diálogo, aprendendo a conhecer melhor "tudo quanto de verdade e graça já se encontrava entre os povos, como que por uma secreta presença de Deus" (366). Se anunciam a Boa Nova aos que a ignoram, é para consolidar, completar e elevar a verdade e o bem que Deus espalhou entre os seres humanos e os

povos e para os purificar do erro e do mal, “para glória de Deus, confusão do demônio e felicidade do ser humano” (367).

IV. A Igreja é apostólica

§0857.

A Igreja é apostólica, porque está fundada sobre os Apóstolos. E isto, em três sentidos:

- foi e continua a ser construída sobre o “alicerce dos Apóstolos” (Ef 2, 20 (368)), testemunhas escolhidas e enviadas, em missão, pelo próprio Cristo (369);

- guarda e transmite, com a ajuda do Espírito Santo que nela habita, a doutrina (370), o bom depósito, as sãs palavras recebidas dos Apóstolos (371);

- continua a ser ensinada, santificada e dirigida pelos Apóstolos até o regresso de Cristo, graças àqueles que lhes sucedem no ofício pastoral: o colégio dos bispos, “assistido pelos presbíteros, em união com o sucessor de Pedro, pastor supremo da Igreja”.

“Pastor eterno, não abandonais o vosso rebanho, mas sempre o guardais e protegeis por meio dos santos Apóstolos, para que seja conduzido através dos tempos, pelos mesmos chefes que pusestes à sua frente como representantes do vosso Filho, Jesus Cristo” (373).

A MISSÃO DOS APÓSTOLOS

§0858.

Jesus é o enviado do Pai. Desde o princípio do seu ministério, “chamou para junto de Si os que Lhe aprouve [...] e deles estabeleceu Doze, para andarem consigo e para enviá-los a pregar” (Mc 3, 13-14). A partir de então, eles serão os seus “enviados” (é o que significa a palavra grega “apostoloi”). Neles, Jesus continua a sua própria missão: “Tal como o Pai Me enviou, assim Eu vos envio” (Jo 20, 21) (374). O seu ministério é, pois, a continuação da própria missão de Jesus: “Quem vos acolhe, acolhe a Mim”, disse Ele aos Doze (Mt 10, 40) (375).

§0859.

Jesus os uniu à missão que Ele próprio recebera do Pai. “Assim como o Filho não pode fazer nada por Ele mesmo” (Jo 5, 19.30), mas tudo recebe do Pai que O enviou, assim também, aqueles que Jesus envia nada podem fazer sem Ele (376). D'Ele recebem o mandato da missão e o poder de cumpri-lo. Os apóstolos de Cristo sabem, portanto, que são qualificados por Deus como “ministros de uma Aliança nova” (2 Cor 3, 6), “ministros de Deus” (2 Cor 6, 4), “embaixadores de Cristo” (2 Cor 5, 20), “servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus” (1 Cor 4, 1).

§0860.

No múnus dos Apóstolos há um aspecto intransmissível: serem as testemunhas escolhidas da ressurreição do Senhor e os alicerces da Igreja. Mas há também um aspecto da sua missão que permanece. Cristo prometeu estar com eles até o fim dos tempos (377). “A missão divina confiada por Jesus aos Apóstolos é destinada a durar até o fim dos séculos, uma vez que o Evangelho que devem transmitir é, para a Igreja, princípio de toda a sua vida em todos os tempos. Por isto é que os Apóstolos tiveram o cuidado de instituir [...] sucessores” (378).

OS BISPOS, SUCESSORES DOS APÓSTOLOS

§0861.

"Para que a missão que lhes fora confiada pudesse ser continuada depois da sua morte, os Apóstolos, como que por testamento, mandaram os seus cooperadores imediatos para levarem a cabo a sua tarefa e consolidarem a obra por eles começada, lhes encomendando a guarda do rebanho em que o Espírito Santo os tinha instituído para apascentar a Igreja de Deus. Assim, instituíram pessoas nestas condições e tudo dispuseram para que, após a sua morte, outras pessoas provadas tomassem conta do seu ministério" (379).

§0862.

"Do mesmo modo que o encargo confiado pelo Senhor singularmente a Pedro, o primeiro dos Apóstolos e destinado a ser transmitido aos seus sucessores, é um múnus permanente, assim também, é permanente o múnus confiado aos Apóstolos de serem pastores da Igreja; múnus cuja perenidade a ordem sagrada dos bispos deve garantir". Por isto, a Igreja ensina que, "em virtude da sua instituição divina, os bispos sucedem aos Apóstolos como pastores da Igreja, de modo que, quem os ouve ouve a Cristo e, quem os despreza despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo" (380).

O APOSTOLADO

§0863.

Toda a Igreja é apostólica, na medida em que, através dos sucessores de Pedro e dos Apóstolos, permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem. Toda a Igreja é apostólica na medida em que é “enviada” a todo o mundo. Todos os membros da Igreja, embora de modos diversos, participam deste envio. “A vocação cristã é também, por natureza, vocação para o apostolado”. E chamamos “apostolado” a “toda a atividade do Corpo Místico” tendente a “alargar o Reino de Cristo à terra inteira” (381).

§0864.

"Sendo Cristo, enviado do Pai, a fonte e a origem de todo o apostolado da Igreja", é evidente que a fecundidade do apostolado, tanto dos ministros ordenados como dos leigos, depende da sua união vital com Cristo (382). Segundo as vocações, as exigências dos tempos e os vários dons do Espírito Santo, o apostolado toma as formas mais diversas. Mas é sempre o amor, haurido principalmente na Eucaristia, "que é como que a alma de todo o apostolado" (383).

§0865.

A Igreja é una, santa, católica e apostólica na sua identidade profunda e última, porque é nela que existe, desde já e que será consu-

mado no fim dos tempos, “o Reino dos Céus”, “o Reino de Deus” (384), que veio até nós na Pessoa de Cristo e que cresce misteriosamente no coração dos que n'Ele estão incorporados, até à sua plena manifestação escatológica. Então, todos os seres humanos por Ele resgatados e n'Ele tornados “santos e imaculados, perante Deus, no amor” (385) serão reunidos como o único povo de Deus, “a Esposa do Cordeiro” (386), “a Cidade santa descida do Céu, de junto de Deus, trazendo nela a glória do mesmo Deus” (387). E “a muralha da Cidade se assenta sobre Doze alicerces, cada um dos quais tem o nome de um dos Doze apóstolos do Cordeiro” (Ap 21, 14).

RESUMINDO:

§0866.

A Igreja é una. Tem um só Senhor, professa uma só fé, nasce de um só Batismo e forma um só Corpo, vivificado por um só Espírito, em vista de uma única esperança (388), no fim da qual, todas as divisões serão superadas.

§0867.

A Igreja é santa. É seu Autor o Deus santíssimo. Cristo, seu Esposo, por ela Se entregou para santificá-la. Vivifica-a o Espírito de santidade. Embora encerrando pecadores no seu seio, ela é “a sem-pecado feita de

pecadores". Nos santos, brilha a sua santidade e, em Maria, ela já é totalmente santa.

§0868.

A Igreja é católica. Ela anuncia a totalidade da fé, tem, à sua disposição e administra, a plenitude dos meios de salvação; é enviada a todos os povos; se dirige a todos os seres humanos; abrange todos os tempos; "é, por sua própria natureza, missionária" (389).

§0869.

A Igreja é apostólica. Está edificada sobre alicerces duradouros, que são "os Doze apóstolos do Cordeiro" (390). É indestrutível (391). É infalivelmente mantida na verdade. Cristo é quem a governa por meio de Pedro e

dos outros apóstolos, presentes nos seus sucessores: o Papa e o colégio dos bispos.

§0870.

"A única Igreja de Cristo, da qual professamos no Credo que é una, santa, católica e apostólica, [...] é a Igreja Católica, que subsiste governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos que estão em comunhão com ele, embora numerosos elementos de santificação e de verdade se encontrem fora das suas estruturas" (392).

PARÁGRAFO 4: OS FIÉIS DE CRISTO - HIERARQUIA, LEIGOS, VIDA CONSAGRADA

§0871.

"Fiéis são aqueles que, por terem sido incorporados a Cristo pelo Batismo, foram constituídos em povo de Deus e, por este motivo, se tornaram, a seu modo, participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo" (393).

§0872.

"Devido à sua regeneração em Cristo, existe, entre todos os fiéis, verdadeira igualdade no concernente à dignidade e à atuação, pela

qual todos eles cooperam para a edificação do Corpo de Cristo, segundo a condição e a função próprias de cada um" (394).

§0873.

As próprias diferenças que o Senhor quis que existissem entre os membros do seu Corpo servem à sua unidade e missão. Porque "há na Igreja diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo confiou aos Apóstolos e aos seus sucessores o encargo de ensinar, santificar e governar em seu nome e pelo seu poder. Mas os leigos, feitos participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, assumem, na Igreja e no mundo, a parte que lhes toca naquilo que é a missão de todo o povo de Deus" (395). Por fim, "de am-

bos estes grupos [hierarquia e leigos] existem fiéis que, pela profissão dos conselhos evangélicos [...], se consagram a Deus de modo peculiar e contribuem para a missão salvífica da Igreja" (396).

I. A constituição hierárquica da Igreja

POR QUE O MINISTÉRIO ECLESIAL?

§0874.

A fonte do ministério na Igreja é o próprio Cristo. Foi Ele que o instituiu e lhe deu autoridade e missão, orientação e finalidade.

"Cristo Senhor, para apascentar e aumentar continuamente o povo de Deus, instituiu, na sua Igreja, vários ministérios, para bem de

todo o Corpo. Com efeito, os ministros que estão dotados do poder sagrado estão ao serviço dos seus irmãos, para que todos quantos pertencem ao povo de Deus [...] alcancem a salvação" (397) .

§0875.

"Como hão de acreditar naquele de quem não ouviram falar? E como hão de ouvir falar, sem que alguém o anuncie? E como hão de anunciar, se não forem enviados?" (Rm 10, 14-15). Ninguém, nenhum indivíduo ou comunidade, pode anunciar a si mesmo o Evangelho. "A fé surge da pregação" (Rm 10, 17). Por outro lado, ninguém pode dar a si próprio o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e atua,

não por autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo. Não como membro da comunidade, mas falando à comunidade em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça. Ela deve lhe ser dada e oferecida. Isto supõe ministros da graça, autorizados e habilitados em nome de Cristo. É d'Ele que os bispos e presbíteros recebem a missão e a faculdade (o “poder sagrado”) de agir na pessoa de Cristo Cabeça e os diáconos, a força de servir o povo de Deus na “diaconia” da Liturgia, da Palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e com o seu presbitério. A este ministério, no qual os enviados de Cristo fazem e dão, por graça de Deus, o que por si mesmos não podem fazer nem dar,

a tradição da Igreja chama “sacramento”. O ministério da Igreja é conferido por um sacramento próprio.

§0876.

Intrinsecamente ligado à natureza sacramental do ministério eclesial está o seu caráter de serviço. Com efeito, inteiramente dependentes de Cristo, que lhes dá missão e autoridade, os ministros são verdadeiramente “servos de Cristo” (398), à imagem do mesmo Cristo que por nós livremente tomou “a forma de servo” (Fl2, 7). E, uma vez que a palavra e a graça, de que são ministros, não são deles, mas de Cristo que lhas confiou para os outros eles se tornarão livremente servos de todos (399).

§0877.

Do mesmo modo, pertence à natureza sacramental do ministério eclesial que ele tenha um caráter colegial. De fato, desde o princípio do seu ministério, o Senhor Jesus instituiu os Doze, “gérmenes do novo Israel e, ao mesmo tempo, origem da hierarquia sagrada” (400). Escolhidos juntamente, também juntamente foram enviados e a sua unidade fraterna estará ao serviço da comunhão fraterna de todos os fiéis. Será como um reflexo e um testemunho da comunhão das pessoas divinas (401). Por isto, todo bispo exerce o seu ministério no seio do colégio episcopal e em comunhão com o bispo de Roma, sucessor de Pedro e chefe do mesmo

colégio e todos os presbíteros exercem o seu ministério no seio do presbitério da diocese, sob a direção do seu bispo.

§0878.

Finalmente, pertence à natureza sacramental do ministério eclesial que ele tenha um caráter pessoal. Se os ministros de Cristo atuam em comunhão, fazem-no sempre também de modo pessoal. Cada qual é chamado pessoalmente -: “Tu, segue-Me” (Jo 21, 22) (402) - para ser, na missão comum, uma testemunha pessoal, pessoalmente responsável perante Aquele que lhe confere a missão, agindo “na pessoa d'Ele” e em favor das pessoas: “Eu te batizo em nome do Pai...”; “Eu te absolvo...”.

§0879.

O ministério sacramental na Igreja é, pois, um serviço exercido em nome de Cristo. Tem um caráter pessoal e uma forma colegial. Isto se verifica nos vínculos que ligam o colégio episcopal e o seu chefe, o sucessor de Pedro, bem como na relação entre a responsabilidade pastoral do bispo pela sua Igreja particular e a solicitude comum do colégio episcopal pela Igreja universal.

O COLÉGIO EPISCOPAL E O SEU CHEFE, O PAPA

§0880.

Cristo, ao instituir os Doze, "lhes deu a forma de um corpo colegial, ou seja, de um grupo estável e colocou, à sua frente, Pedro,

escolhido dentre eles" (403). "Assim como, por instituição do Senhor, Pedro e os outros apóstolos formam um só colégio apostólico, assim, de igual modo, o pontífice romano, sucessor de Pedro e os bispos, sucessores dos Apóstolos, estão unidos entre eles" (404).

§0881.

Foi só de Simão, a quem deu o nome de Pedro, que o Senhor fez a pedra da sua Igreja. Confiou-lhe as chaves desta (405) e o instituiu pastor de todo o rebanho (406). "Mas o múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, também foi dado, sem dúvida alguma, ao colégio dos Apóstolos unidos ao seu chefe" (407). Este múnus pastoral de Pedro e dos outros apóstolos pertence aos fundamentos

da Igreja e é continuado pelos bispos sob o primado do Papa.

§0882.

O Papa, bispo de Roma e sucessor de S. Pedro, “é princípio perpétuo e visível e fundamento da unidade que liga entre eles, tanto os bispos como a multidão dos fiéis” (408). “Com efeito, em virtude do seu cargo de vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, o pontífice romano tem, sobre a mesma Igreja, um poder pleno, supremo e universal, que pode livremente sempre exercer” (409).

§0883.

“O colégio ou corpo episcopal não tem autoridade a não ser em união com o pontífice

romano [...] como sua cabeça". Como tal, este colégio é "também sujeito do poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, poder que, no entanto, só pode ser exercido com o consentimento do pontífice romano" (410).

§0884.

"O colégio dos bispos exerce, de modo solene, o poder sobre toda a Igreja, no concílio ecumênico" (411). Mas, "não há concilio ecumênico se não for, como tal, confirmado ou pelo menos aceite, pelo sucessor de Pedro" (412).

§0885.

"Pela sua múltipla composição, este colégio exprime a variedade e a universalidade do

povo de Deus. Enquanto reunido sob uma só cabeça, revela a unidade do rebanho de Cristo" (413).

§0886.

"Cada bispo, individualmente, é o princípio e o fundamento da unidade na sua respectiva Igreja particular" (414). Como tal, "exerce a sua autoridade pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada" (415), assistido pelos presbíteros e diáconos. Mas, como membro do colégio episcopal, cada qual participa na solicitude por todas as Igrejas (416), dever que exerce, antes de tudo, "governando bem a sua própria Igreja como porção da Igreja universal", contribuindo, assim, "para o bem de todo o Corpo

Místico, que é também o corpo das Igrejas" (417). Esta solicitude há de abranger, de modo particular, os pobres (418), os perseguidos por causa da fé e ainda os missionários espalhados por toda a terra.

§0887.

As Igrejas particulares vizinhas e de cultura homogênea formam províncias eclesiásticas ou conjuntos mais vastos, chamados patriarcados ou regiões (419). Os bispos desses conjuntos podem se reunir em sínodos ou concílios provinciais. "Igualmente, hoje, as conferências episcopais podem prestar uma ajuda múltipla e fecunda com o objetivo da realização concreta do espírito colegial" (420).

O OFÍCIO DE ENSINAR

§0888.

Os bispos, com os presbíteros seus cooperadores, “têm, como primeiro dever, anunciar o Evangelho de Deus a todos as pessoas” (421), conforme a ordem do Senhor; (422). Eles são “os arautos da fé”, que trazem, a Cristo, novos discípulos e os “doutores autênticos” da fé apostólica, “munidos da autoridade de Cristo” (423).

§0889.

Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir, à sua Igreja, uma participação na sua própria infalibilidade, ele que é a Verdade.

Pelo “sentido sobrenatural da fé”, o povo de Deus “adere, de modo indefectível, à fé”, sob a conduta do Magistério vivo da Igreja (424).

§0890.

A missão do Magistério está ligada ao caráter definitivo da Aliança, instaurada por Deus em Cristo, com o seu povo. Deve protegê-lo dos desvios e falhas e lhe garantir a possibilidade objetiva de professar, sem erro, a fé autêntica. O múnus pastoral do Magistério está, assim, ordenado a velar para que o povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para cumprir este serviço, Cristo dotou os pastores do carisma da infalibilidade em matéria de fé e de costumes. O exercício de

tal carisma pode se revestir de diversas modalidades.

§0891.

"Desta infalibilidade, goza o pontífice romano, chefe do colégio episcopal, por força do seu ofício, quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar na fé os seus irmãos, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina respeitante à fé ou aos costumes [...]. A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo dos bispos, quando exerce o seu Magistério supremo em união com o sucessor de Pedro", sobretudo num concílio ecumênico (425). Quando, pelo seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma

coisa “para crer como sendo revelada por Deus” (426) como doutrina de Cristo, “deve-se aderir na obediência da fé a tais definições” (427). Esta infalibilidade abarca tudo quanto abarca o depósito da Revelação divina

§0892.

A assistência divina é também dispensada aos sucessores dos Apóstolos, quando ensinam em comunhão com o sucessor de Pedro e, de modo particular, ao bispo de Roma, pastor de toda a Igreja, quando, mesmo sem chegarem a uma definição infalível e sem se pronunciarem de “modo definitivo”, no exercício do seu Magistério ordinário, propõem uma doutrina que leva a uma melhor com-

preensão da Revelação em matéria de fé e de costumes. A este ensinamento ordinário, devem os fiéis “prestar o assentimento religioso do seu espírito” (429), o qual, embora distinto do assentimento da fé, é, no entanto, seu prolongamento.

O OFÍCIO DE SANTIFICAR

§0893.

O bispo tem igualmente “a responsabilidade de dispensar a graça do sumo sacerdócio” (430), em particular na Eucaristia, que oferece pessoalmente ou cuja celebração pelos presbíteros, seus cooperadores, ele garante. É que a Eucaristia é o centro da vida da Igreja particular. O bispo e os presbíteros

santificam a Igreja com a sua oração e o seu trabalho, bem como pelo ministério da Palavra e dos sacramentos. E também a santificam com o seu exemplo, atuando, “não com um poder autoritário sobre a herança do Senhor, mas como modelos do rebanho” (1 Pe 5, 3). Assim “chegarão, com o rebanho que lhes está confiado, à vida eterna” (431).

O OFÍCIO DE GOVERNAR

§0894.

“Os bispos dirigem as suas Igrejas particulares, como vigários e legados de Cristo, mediante os seus conselhos, incitamentos e exemplos, mas também com a sua autoridade e com o seu poder sagrado” (432), que, no

entanto, devem exercer para edificação naquele espírito de serviço que é próprio do seu Mestre (433).

§0895.

"Este poder, que eles exercem pessoalmente em nome de Cristo, é um poder próprio, ordinário e imediato. O seu exercício, contudo, está regulado em definitivo pela autoridade suprema da Igreja" (434). Mas os bispos não devem ser considerados como vigários do Papa. A autoridade ordinária e imediata deste sobre toda a Igreja não anula e, pelo contrário, confirma e defende a daqueles. A autoridade episcopal deve ser exercida em comunhão com toda a Igreja, sob a direção do Papa.

§0896.

O Bom Pastor há de ser o modelo e a "forma" do múnus pastoral do bispo. Consciente das suas fraquezas, "o bispo pode se mostrar indulgente para com os ignorantes e os transviados. Não se furte a atender os que de si dependem, rodeando-os de carinho, como a verdadeiros filhos [...]. Quanto aos fiéis, devem viver unidos ao seu bispo como a Igreja a Jesus Cristo e Jesus Cristo ao Pai" (435).

"Segui todos o bispo, como Jesus Cristo o Pai e o presbitério como se fossem os Apóstolos. Quanto aos diáconos, respeitai-os como à lei de Deus. Ninguém faça, à margem do bispo, nada do que diga respeito à Igreja" (436).

II. Os fiéis leigos

§0897.

"Por leigos, se entendem aqui todos os cristãos, com exceção dos membros da ordem sacra ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos em povo de Deus e feitos participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, na Igreja e no mundo, a missão de todo o povo cristão" (437).

A VOCAÇÃO DOS LEIGOS

§0898.

"A vocação própria dos leigos consiste, precisamente, em procurar o Reino de Deus se ocupando das realidades temporais e as ordenando segundo Deus [...]. Pertence-lhes, de modo particular, iluminar e orientar todas as realidades temporais a que estão estreitamente ligados, de tal modo que elas sejam realizadas e prosperem constantemente segundo Cristo, para glória do Criador e Redentor" (438).

§0899.

A iniciativa dos cristãos leigos é particularmente necessária quando se trata de des-

cobrir, de inventar meios para impregnar, com as exigências da doutrina e da vida cristã, as realidades sociais, políticas e econômicas. Tal iniciativa é um elemento normal da vida da Igreja.

"Os fiéis leigos estão na linha mais avançada da vida da Igreja. Através deles, a Igreja é o princípio vital da sociedade. Por isto, eles, sobretudo, devem ter uma consciência cada vez mais clara, não somente de que pertencem à Igreja, mas de que são a Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis na terra, sob a direção do chefe comum, o Papa e dos bispos em comunhão com ele. Eles são a Igreja" (439).

§0900.

Porque, como todos os fiéis são, por Deus, encarregados do apostolado, em virtude do Batismo e da Confirmação, os leigos têm o dever e gozam do direito, individualmente ou agrupados em associações, de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todas as pessoas e por toda a terra. Este dever é ainda mais urgente quando só por eles podem as pessoas receber o Evangelho e conhecer Cristo. Nas comunidades eclesiais, a sua ação é tão necessária que, sem ela, o apostolado dos pastores não pode, na maior parte das vezes, alcançar pleno efeito (440).

A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA FUNÇÃO SACERDOTAL DE CRISTO

§0901.

"Em virtude da sua consagração a Cristo e da unção do Espírito Santo, os leigos recebem a vocação admirável e os meios que permitem ao Espírito produzir neles frutos cada vez mais abundantes. De fato, todas as suas atividades, orações, iniciativas apostólicas, a sua vida conjugal e familiar, o seu trabalho de cada dia, os seus lazeres do espírito e do corpo, se forem vividos no Espírito de Deus e até as provações da vida, se pacientemente suportadas, tudo se transforma em "sacrifício espiritual, agradável a Deus por Jesus Cristo" (1 Pe 2, 5). Na celebração euca-

rística, todas estas oblações se unem à do Corpo de Senhor, para serem piedosamente oferecidas ao Pai. É assim que os leigos, como adoradores que em toda a parte se comportam santamente, consagram a Deus o próprio mundo" (441).

§0902.

Os pais participam, de um modo particular, no múnus da santificação, "vivendo, em espírito cristão, a vida conjugal e cuidando da educação cristã dos filhos" (442).

§0903.

Os leigos, se têm as qualidades requeridas, podem ser admitidos, de modo estável, aos ministérios de leitor e de acólito (443). "On-

de as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores nem acólitos, podem suprir alguns ofícios destes, como os de exercer o ministério da Palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a sagrada Comunhão, segundo as prescrições do Direito" (444).

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO PROFÉTICA DE CRISTO

§0904.

"Cristo [...] realiza a sua missão profética não só através da hierarquia [...], mas também por meio dos leigos. Para isto os constituiu testemunhas e lhes concedeu o sentido da fé e a graça da Palavra" (445):

“Ensinar alguém, para trazê-lo à fé, [...] é dever de todo pregador e, mesmo, de todo crente” (446).

§0905.

Os leigos realizam a sua missão profética também pela evangelização, “isto é, pelo anúncio de Cristo, concretizado no testemunho da vida e na palavra”. Para os leigos, “esta ação evangelizadora [...] adquire um caráter específico e uma particular eficácia, por se realizar nas condições ordinárias da vida secular” (447).

“Este apostolado não consiste só no testemunho da vida. O verdadeiro apóstolo procura todas as ocasiões de anunciar Cristo pela

palavra, tanto aos não crentes [...] como aos fiéis" (448).

§0906.

Aqueles dentre os fiéis leigos que disso forem capazes e que para tal se formarem, podem também prestar o seu concurso à formação catequética (449), ao ensino das ciências sagradas (450) e aos meios de comunicação social (451).

§0907.

"Os fiéis __ segundo a ciência, a competência e a proeminência de que desfrutam __ têm o direito e mesmo, por vezes, o dever, de manifestar aos sagrados pastores a sua opinião acerca das coisas atinentes ao bem da

Igreja e de a exporem aos restantes fiéis, salvo a integridade da fé e dos costumes, a reverência devida aos pastores e tendo em conta a utilidade comum e a dignidade das pessoas" (452).

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO REAL DE CRISTO

§0908.

Fazendo-se obediente até à morte (453), Cristo comunicou, aos seus discípulos, o dom de régia liberdade, para que, "com abnegação de si mesmos e santidade de vida, vençam, em si próprios, o reino do pecado" (454).

"Aquele que submete o corpo e governa a sua alma, sem se deixar submergir pelas paixões, é senhor de si mesmo. Pode ser chama-

do rei, porque é capaz de reger a sua própria pessoa, é livre e independente e não se deixa cativar por uma escravidão culpável" (455).

§0909.

"Além disto, também pela união das suas forças, devem os leigos sanear as instituições e as condições de vida no mundo, quando estas tendem a levar ao pecado, para que todas se conformem com as regras da justiça e favoreçam a prática da virtude invés de a impedirem. Agindo assim, impregnarão de valor moral a cultura e as obras humanas (456).

§0910.

"Os leigos também podem se sentir ou serem chamados a colaborar com os pastores

no serviço da comunidade eclesial, trabalhando pelo crescimento e vida da mesma, exercendo ministérios muito variados, segundo a graça e os carismas que ao Senhor aprouver lhes comunicar" (457).

§0911.

Na Igreja, "os fiéis leigos podem cooperar no exercício do poder de governo, segundo as normas do direito" (458). É o caso da sua presença nos concílios particulares (459), nos sínodos diocesanos (460) e nos conselhos pastorais (461), do exercício da função pastoral de uma paróquia (462), da colaboração nos conselhos para os assuntos econômicos (463), da participação nos tribunais eclesiásticos (464) etc.

§0912.

Os fiéis devem “distinguir cuidadosamente os direitos e deveres que lhes competem como membros da Igreja, daqueles que lhes dizem respeito como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar uns e outros, se lembrando de que, em todos os assuntos temporais, se devem guiar pela sua consciência cristã, pois nenhuma atividade humana, mesmo de ordem temporal, pode se subtrair ao domínio de Deus” (465).

§0913.

“Assim, todo e qualquer leigo, em virtude dos dons que lhe foram concedidos, é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento

vivo da missão da própria Igreja "segundo a medida do dom de Cristo" (Ef 4, 7)" (466).

III. A vida consagrada

§0914.

"O estado de vida constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está, no entanto, incontestavelmente ligado à sua vida e santidade" (467).

CONSELHOS EVANGÉLICOS E VIDA CONSAGRADA

§0915.

Os conselhos evangélicos são, na sua multiplicidade, propostos a todos os discípulos de Cristo. A perfeição da caridade, a que to-

dos os fiéis são chamados, comporta, para aqueles que livremente assumem o chamamento à vida consagrada, a obrigação de praticar a castidade no celibato, por amor ao Reino, a pobreza e a obediência. É a profissão destes conselhos, num estado de vida estável reconhecido pela Igreja, que caracteriza a "vida consagrada" a Deus (468).

§0916.

A partir daí, o estado de vida consagrada aparece como uma das maneiras de viver uma consagração "mais íntima", radicada no Batismo e totalmente dedicada a Deus (469). Na vida consagrada, os fiéis se propõem, sob a moção do Espírito Santo, a seguir Cristo mais de perto, se entregar a Deus amado a-

cima de todas as coisas e, procurando a perfeição da caridade ao serviço do Reino, ser, na Igreja, sinal e anúncio da glória do mundo que há de vir (470).

UMA GRANDE ÁRVORE, DE FRONDOSA RAMAGEM

§0917.

"Tal como uma árvore se ramifica maravilhosa e variadamente no campo do Senhor, a partir de uma semente lançada por Deus, assim surgiram diversas formas de vida solitária ou comum e várias famílias religiosas que vêm aumentar a riqueza espiritual, tanto em proveito dos seus próprios membros como no de todo o Corpo de Cristo" (471).

§0918.

"Desde as origens da Igreja, houve homens e mulheres que se propuseram, pela prática dos conselhos evangélicos, seguir mais livremente Cristo e imitá-Lo de modo mais fiel. Cada qual a seu modo, levaram uma vida consagrada a Deus. Muitos dentre eles, sob o impulso do Espírito Santo, viveram na solidão. Outros fundaram famílias religiosas que a Igreja de bom grado acolheu e aprovou com a sua autoridade" (472).

§0919.

Os bispos devem sempre se esforçar por discernir os novos dons de vida consagrada confiados pelo Espírito Santo à sua Igreja. A

aprovação de novas formas de vida consagrada é reservada à Sé Apostólica (473).

A VIDA EREMÍTICA

§0920.

Os eremitas nem sempre fazem profissão pública dos três conselhos evangélicos, mas, "por meio de um mais estrito afastamento do mundo, do silêncio na solidão, da oração assídua e da penitência, consagram a sua vida ao louvor a Deus e à salvação do mundo" (474).

§0921.

Os eremitas manifestam o aspecto interior do mistério da Igreja que é a intimidade pessoal com Cristo. Oculta aos olhos das pesso-

as, a vida do eremita é pregação silenciosa d'Aquele a Quem entregou a sua vida. Cristo é tudo para ele. É uma vocação especial para encontrar no deserto, no próprio combate espiritual, a glória do Crucificado.

AS VIRGENS E AS VIÚVAS CONSAGRADAS

§0922.

Já desde os tempos apostólicos, apareceram virgens (475) e viúvas cristãs (476), chamadas pelo Senhor a se unirem a Ele sem partilha, numa maior liberdade de coração, de corpo e de espírito, que tomaram a decisão, aprovada pela Igreja, de viver, respectivamente, no estado de virgindade ou de cas-

tidade perpétua, “por amor ao Reino dos Céus” (Mt 19, 12).

§0923.

As virgens, “emitindo o santo propósito de seguirem mais de perto a Cristo, são consagradas a Deus pelo Bispo diocesano, segundo o rito litúrgico aprovado, se desposam misticamente com Cristo Filho de Deus e se dedicam ao serviço da Igreja” (477). Por este ritual solene (*consecratio virginum* - consagração das virgens), a “virgem é constituída como pessoa consagrada, sinal transcendente do amor da Igreja a Cristo, imagem escatológica da Esposa celeste e da vida futura” (478).

§0924.

"Próxima das outras formas de vida consagrada" (479), a ordem das virgens estabelece a mulher que vive no mundo (ou a monja) na oração, na penitência, no serviço aos seus irmãos e no trabalho apostólico, segundo o estado e carismas respectivos concedidos a cada uma (480). As virgens consagradas podem se associar para observarem mais fielmente os seus propósitos (481).

A VIDA RELIGIOSA

§0925.

Nascida no Oriente, nos primeiros séculos do cristianismo (482) e vivida em institutos canonicamente erguidos pela Igreja (483), a

vida religiosa se distingue das outras formas de vida consagrada pelo aspecto cultual, pela profissão pública dos conselhos evangélicos, pela vida fraterna em comum e pelo testemunho dado a respeito da união de Cristo e da Igreja (484).

§0926.

A vida religiosa faz parte do mistério da Igreja. É um dom que a Igreja recebe do seu Senhor e que oferece, como um estado de vida estável, ao fiel chamado por Deus à profissão dos conselhos. Assim, a Igreja pode, ao mesmo tempo, manifestar Cristo e se reconhecer como Esposa do Salvador. A vida religiosa é convidada a significar, nas suas vari-

adas formas, a própria caridade de Deus em linguagem do nosso tempo.

§0927.

Todos os religiosos, isentos ou não (485), têm o seu lugar entre os cooperadores do bispo diocesano na sua função pastoral (486). A implantação e a expansão missionária da Igreja requerem a presença da vida religiosa em todas as suas formas, desde os começos da evangelização (487). “A história confirma os grandes méritos das famílias religiosas na propagação da fé e na formação de novas Igrejas, desde as antigas instituições monásticas e as Ordens medievais, até às congregações modernas” (488).

OS INSTITUTOS SECULARES

§0928.

"Instituto secular é o instituto de vida consagrada em que os fiéis, vivendo no século, se esforçam por atingir a perfeição da caridade e por contribuir, sobretudo a partir de dentro, para a santificação do mundo" (489).

§0929.

Os membros desses institutos, mediante uma "vida perfeita e inteiramente consagrada [a esta] santificação" (490), tomam parte na tarefa de evangelização da Igreja, "no mundo e a partir do mundo" (491), onde a sua presença atua "à maneira de fermento" (492). O seu testemunho de vida cristã visa ordenar

segundo Deus as realidades temporais e impregnar o mundo com a força do Evangelho. Assumem, por vínculos sagrados, os conselhos evangélicos e mantêm, entre eles, a comunhão e a fraternidade próprias do seu teor de vida secular (493).

AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

§930.

Aproximam-se das diversas formas de vida consagrada, “as sociedades de vida apostólica, cujos membros, sem votos religiosos, prosseguem o fim apostólico próprio da sociedade e, vivendo em comum a vida fraterna, de acordo com a própria forma de vida, tendem, pela observância das constituições, à

perfeição da caridade. Entre elas, há sociedades, cujos membros [...] assumem os conselhos evangélicos segundo as suas constituições" (494).

CONSAGRAÇÃO E MISSÃO: ANUNCIAR O REI QUE VEM

§0931.

Entregando-se a Deus amado sobre todas as coisas, aquele que, pelo Batismo, já Lhe estava devotado, se encontra, assim, mais intimamente consagrado ao serviço divino e dedicado ao bem da Igreja. Pelo estado de consagração a Deus, a Igreja manifesta Cristo e mostra como o Espírito Santo atua nela de modo admirável. Aqueles que professam os conselhos evangélicos têm, pois, por missão,

antes de tudo, viver a sua consagração. “Visto estarem dedicados, em virtude da sua consagração, ao serviço da Igreja, têm obrigação de trabalhar, de modo especial, segundo a índole própria do instituto, na ação missionária” (495).

§0932.

Na Igreja, que é como o sacramento, isto é, o sinal e o instrumento da vida de Deus, a vida consagrada surge como um sinal particular do mistério da Redenção. Seguir e imitar Cristo “mais de perto” e manifestar “mais claramente” o seu aniquilamento, é estar “mais profundamente” presente aos seus contemporâneos e no coração de Cristo. Quem segue este caminho “mais estreito”

estimula os seus irmãos com seu exemplo e "dá este esplêndido e sublime testemunho: o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças" (496).

§0933.

Quer este testemunho seja público, como no estado religioso, quer seja mais discreto ou mesmo secreto, a vinda de Cristo é, para todos os consagrados, a origem e a meta das suas vidas.

"Como o povo de Deus não tem, na terra, cidade permanente [...], o estado religioso [...] manifesta, a todos os crente, a presença, já neste mundo, dos bens celestes, dá testemunho da vida nova e eterna adquirida pela

redenção de Cristo e anuncia a ressurreição futura e a glória celeste" (497).

RESUMINDO:

§0934.

"Por instituição divina, há na Igreja, entre os fiéis, ministros sagrados, também chamados, em direito, de clérigos, sendo os outros chamados leigos". E há fiéis que, pertencendo a uma ou a outra destas duas categorias, se consagraram a Deus pela profissão dos conselhos evangélicos e servem assim à missão da Igreja (498).

§0935.

Para anunciar a fé e implantar o seu Reino, Cristo envia os Apóstolos e respectivos

sucessores. Fá-los participantes da sua missão. É d'Ele que uns e outros recebem o poder de agir em seu nome.

§0936.

O Senhor fez de Pedro o fundamento visível da sua Igreja. Deu-lhe as chaves dela. O bispo da Igreja de Roma, sucessor de São Pedro, é “a cabeça do colégio dos bispos, vigário de Cristo e pastor da Igreja universal neste mundo” (499).

§0937.

O Papa “está revestido, por instituição divina, do poder supremo, plenário, imediato e universal para o governo das almas” (500).

§0938.

Os bispos estabelecidos pelo Espírito Santo sucedem aos Apóstolos. São, “cada um por sua parte, princípio visível e fundamento da unidade nas suas Igrejas particulares” (501).

§0939.

Ajudados pelos presbíteros seus cooperadores e pelos diáconos, os bispos têm o encargo de ensinar autenticamente a fé, celebrar o culto divino, sobretudo a Eucaristia e governar a sua Igreja como verdadeiros pastores. Incumbe-lhes também o cuidado de todas as Igrejas, com e sob a orientação do Papa.

§0940.

"Sendo próprio do estado dos leigos viverem a sua vida no meio do mundo e dos assuntos profanos, eles são chamados por Deus a exercer o seu apostolado no mundo à maneira de fermento, graças ao vigor do seu espírito cristão" (502).

§0941.

Os leigos participam do sacerdócio de Cristo e, cada vez mais unidos a Ele, desenvolvem a graça do Batismo e da Confirmação em todas as dimensões da vida pessoal, familiar, social e eclesial e, assim, realizam a vocação à santidade dirigida a todos os batizados.

§0942.

Graças à sua missão profética, os leigos "são também chamados a ser, em todas as circunstâncias e no próprio coração da comunidade humana, testemunhas de Cristo" (503).

§0943.

Graças à sua missão real, os leigos têm o poder de vencer, neles mesmos e no mundo, o império do pecado, mediante a abnegação e a santidade de vida (504).

§0944.

A vida consagrada a Deus se caracteriza pela profissão pública dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, num

estado de vida estável reconhecido pela Igreja.

§0945.

Entregue a Deus, amado sobre todas as coisas, aquele que o Batismo já a Ele tinha destinado se encontra, no estado de vida consagrada, mais intimamente votado ao serviço divino e dedicado ao bem de toda a Igreja.

PARÁGRAFO 5: A COMUNHÃO DOS SANTOS

§0946.

Depois de ter confessado “a santa Igreja Católica”, o Símbolo dos Apóstolos acrescenta “a comunhão dos santos”. Este artigo é, em certo sentido, uma explicitação do anterior,

pois, “o que é a Igreja, senão a assembleia de todos os santos?” (505). A comunhão dos santos é, precisamente, a Igreja.

§0947.

“Uma vez que todos os crentes formam um só corpo, o bem de uns é comunicado aos outros [...]. E assim, se deve acreditar que existe uma comunhão de bens na Igreja. [...] Mas o membro mais importante é Cristo, que é a Cabeça [...]. Assim, o bem de Cristo é comunicado a todos os membros; comunicação que se faz através dos sacramentos da Igreja” (506). “Como a Igreja é governada por um só e mesmo Espírito, todos os bens por ela recebidos se tornam necessariamente um fundo comum” (507).

§0948.

A expressão “comunhão dos santos” tem, portanto, dois significados estreitamente ligados: “comunhão nas coisas santas (*sancta*)” e “comunhão entre as pessoas santas *(sancti*)”.

“*Sancta sanctis*! (O que é santo, para aqueles que são santos)”. Assim proclama o celebrante na maior parte das liturgias orientais, no momento da elevação dos santos Dons, antes do serviço da comunhão. Os fiéis (*sancti*) são alimentados pelo Corpo e Sangue de Cristo (*sancta*), para crescerem na comunhão do Espírito Santo (*Koinonia*) e a comunicarem ao mundo.

I. A comunhão dos bens espirituais

§0949.

Na comunidade primitiva de Jerusalém, os discípulos “eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações” (Act 2, 42).

A comunhão na fé.

A fé dos fiéis é a fé da Igreja recebida dos Apóstolos, tesouro de vida que se enriquece na medida em que é partilhada.

§0950.

A comunhão nos sacramentos.

“O fruto de todos os sacramentos pertence a todos. Os sacramentos e, sobretudo, o Batismo, que é como que a porta por onde as

pessoas entram na Igreja, são outros tantos vínculos sagrados que os unem todos e os ligam a Jesus Cristo. A comunhão dos santos é a comunhão dos sacramentos [...]; o termo comunhão pode se aplicar a cada um deles, porque cada um deles nos une a Deus [...]. Mas este termo convém mais à Eucaristia do que a qualquer outro, porque é principalmente ela que consuma esta comunhão" (508).

§0951.

A comunhão dos carismas.

Na comunhão da Igreja, o Espírito Santo "distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as ordens", para a edificação da

Igreja (509). Ora, em cada um se manifestam os dons do Espírito, para o bem comum" (1 Cor 12, 7).

§0952.

"Eles punham tudo em comum" (Act 4, 32). "Tudo o que o verdadeiro cristão possui, ele deve olhar como um bem que lhe é comum com os demais e deve estar sempre pronto e ser diligente para ir em socorro do pobre e da miséria do próximo" (510). O cristão é um administrador dos bens do Senhor (511).

§0953.

A comunhão do amor.

Na *sanctorum communio*, “nenhum de nós vive para si mesmo e nenhum de nós morre para si mesmo” (Rm 14, 7). “Se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele; se um membro for honrado por alguém, todos os membros se alegram com ele. Vós sois Corpo de Cristo e seus Membros; cada um na parte que lhe diz respeito” (1 Cor 12, 26-27). “O amor não é interesseiro” (1 Cor 13, 5) (512). O mais insignificante dos nossos atos, realizado com amor, reverte em proveito de todos, numa solidariedade com todos os seres humanos, vivos ou defuntos, que se

funda na comunhão dos santos. Pelo contrário, todo o pecado prejudica esta comunhão.

II. A comunhão entre a Igreja do Céu e a da terra

§0954.

Os três estados da Igreja.

"Até que o Senhor venha na sua majestade e todos os seus anjos com Ele e, vencida a morte, tudo Lhe seja submetido, dos seus discípulos, uns peregrinam na terra, outros, passada esta vida, são purificados e outros, finalmente, são glorificados e contemplam "claramente Deus trino e uno, como Ele é"" (513):

“Todos, porém, comungamos, embora de modo e grau diversos, do mesmo amor a Deus e ao próximo e todos entoamos, ao nosso Deus, o mesmo hino de glória. Com efeito, todos os que são de Cristo e têm o seu Espírito formam uma só Igreja e n'Ele estão unidos uns aos outros”) (514).

§0955.

“E assim, de modo nenhum se interrompe a união dos que ainda caminham sobre a terra com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo, mas antes, segundo a constante fé da Igreja, essa união é reforçada pela comunicação dos bens espirituais” (515).

§0956.

A intercessão dos santos.

"Os bem-aventurados, estando mais intimamente unidos com Cristo, consolidam mais firmemente a Igreja na santidade [...]. Eles não cessam de interceder a nosso favor diante do Pai, apresentando os méritos que na terra alcançaram, graças ao Mediador Único entre Deus e os seres humanos, Jesus Cristo [...]. A nossa fraqueza é, assim, grandemente ajudada pela sua solicitude fraterna" (516):

"Não choreis, pois vos serei mais útil depois da morte e vos ajudarei mais eficazmente que durante a vida" (517).

“Quero passar o meu Céu a fazer o bem sobre a terra” (518)

§0957.

A comunhão com os santos.

“Não é só por causa do seu exemplo que veneramos a memória dos bem-aventurados, mas, ainda mais, para que a união de toda a Igreja no Espírito aumente com o exercício da caridade fraterna. Pois, assim como a comunhão cristã entre os cristãos ainda peregrinos nos aproxima mais de Cristo, assim também, a comunhão com os santos nos une a Cristo, de quem procedem, como de fonte e Cabeça, toda a graça e a própria vida do povo de Deus” (519).

“A Cristo, nós O adoramos, porque Ele é o Filho de Deus. Quanto aos mártires, nós os amamos como a discípulos e imitadores do Senhor. E isto é justo, por causa da sua devoção incomparável para com o seu Rei e Mestre. Assim, que nós possamos também ser seus companheiros e condiscípulos!” (520).

§0958.

A comunhão com os defuntos.

“Reconhecendo claramente esta comunicação de todo o Corpo místico de Cristo, a Igreja dos que ainda peregrinam venerou, com muita piedade, desde os primeiros tempos do cristianismo, a memória dos defuntos e, "porque é um pensamento santo e salutar

rezar pelos mortos, para que sejam livres de seus pecados" (2 Mac 12, 46), por eles ofereceu também sufrágios" (521). A nossa oração por eles pode não só ajudá-los, mas também tornar mais eficaz a sua intercessão em nosso favor.

§0959.

Na única família de Deus.

"Todos os que somos filhos de Deus e formamos em Cristo uma família, ao nos comunicarmos uns com os outros, na caridade mútua e no comum louvor à Santíssima Trindade, correspondemos à íntima vocação da Igreja" (522).

Resumindo:

§0960.

A Igreja é a “comunhão dos santos”. Esta expressão designa, em primeiro lugar, as “coisas santas” (*sancta*) e, antes de tudo, a Eucaristia, pela qual “é representada e se realiza a unidade dos fiéis que constituem um só Corpo em Cristo” (523).

§0961.

Esta expressão também designa a comunhão das “pessoas santas” (*sancti*) em Cristo, que “morreu por todos”, de modo que, o que cada um faz ou sofre por Cristo e em Cristo reverte em proveito de todos.

§0962.

"Nós cremos na comunhão de todos os fiéis de Cristo: dos que peregrinam na terra, dos defuntos que estão levando a cabo a sua purificação e dos bem-aventurados do Céu. Todos formam uma só Igreja e cremos que, nesta comunhão, o amor misericordioso de Deus e dos seus santos está sempre atento às nossas orações" (524).

PARÁGRAFO 6: MARIA - MÃE DE CRISTO E MÃE DA IGREJA

§0963.

Depois de termos falado do papel da Virgem Maria no mistério de Cristo e do Espírito, é conveniente considerarmos agora o seu lugar no mistério da Igreja. "Efetivamente, a

Virgem Maria [...] é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor [...]. Ao mesmo tempo, porém, é verdadeiramente "Mãe dos Membros (de Cristo) [...], porque cooperou, com o seu amor, para que na Igreja nascessem os fiéis, Membros daquela Cabeça"" (525). “Maria, [...] Mãe de Cristo e Mãe da Igreja” (526).

I. A maternidade de Maria em relação à Igreja

INTEIRAMENTE UNIDA AO SEU FILHO...

§0964.

O papel de Maria em relação à Igreja é inseparável da sua união com Cristo e decorre dela diretamente. “Esta associação de Maria

com o Filho na obra da salvação, manifesta-se desde a concepção virginal de Cristo até a sua morte" (527). Mas é particularmente manifesta na hora da sua Paixão.

"A Bem-aventurada Virgem avançou na peregrinação de fé e manteve fielmente a sua união com o Filho até à Cruz, junto da qual esteve de pé, não sem um desígnio divino. Padeceu cruelmente com o seu Filho único e se associou, com coração de mãe, ao seu sacrifício, consentindo amorosamente na imolação da vítima que d'Ela nascera e, por fim, foi dada por mãe ao discípulo pelo próprio Jesus Cristo, agonizante na Cruz, com estas palavras: "Mulher, eis aí o teu filho" (Jo 19, 26-27)" (528).

§0965.

Depois da Ascensão do seu Filho, Maria "assistiu com suas orações aos começos da Igreja" (529). E, reunida com os Apóstolos e algumas mulheres, vemos "Maria implorando com as suas orações o dom daquele Espírito que já na Anunciação a cobrira com a Sua sombra" (530).

... TAMBÉM NA SUA ASSUNÇÃO...

§0966.

"Finalmente, a Virgem Imaculada, preservada imune de toda a mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrena, foi elevada ao Céu em corpo e alma e exaltada pelo Senhor como rainha, para assim se con-

formar mais plenamente com o seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte" (529). A Assunção da santíssima Virgem é uma singular participação na ressurreição do seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos:

"No teu parto guardaste a virgindade e na tua dormição não abandonaste o mundo, ó Mãe de Deus, alcançaste a fonte da vida. Tu que concebeste o Deus vivo e que, pelas tuas orações, hás de livrar as nossas almas da morte" (532).

... ELA É NOSSA MÃE NA ORDEM DA GRAÇA

§0967.

Pela sua plena adesão à vontade do Pai, à obra redentora do Filho e a todas as moções do Espírito Santo, a Virgem Maria é, para a Igreja, o modelo da fé e da caridade. Por isto, ela é “membro eminente e inteiramente singular da Igreja” (533) e constitui mesmo “a realização exemplar”, o tipo, da Igreja (534).

§0968.

Mas o seu papel em relação à Igreja e à toda a humanidade vai ainda mais longe. Ela “cooperou de modo inteiramente singular, com a sua fé, a sua esperança e a sua ardente caridade, na obra do Salvador, para restau-

rar, nas almas, a vida sobrenatural. É, por esta razão, nossa Mãe, na ordem da graça" (535).

§0969.

"Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura sem interrupção, desde o consentimento, que fielmente deu na Anunciação e que manteve inabalável junto da Cruz, até a consumação perpétua de todos os eleitos. De fato, depois de elevada ao Céu, não abandonou esta missão salvadora, mas, com a sua multiforme intercessão, continua a nos alcançar os dons da salvação eterna [...]. Por isto, a Virgem é invocada na Igreja com os títulos de advogada, auxiliadora, socorro e medianeira" (536).

§0970.

"Mas a função maternal de Maria para com os seres humanos, de modo algum ofusca ou diminui a mediação única de Cristo, mas antes, manifesta a sua eficácia. Com efeito, todo o influxo salutar da Virgem santíssima [...] deriva da abundância dos méritos de Cristo, se funda na sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia" (537). "Efetivamente, nenhuma criatura pode ser equiparada ao Verbo Encarnado e Redentor, mas, assim como o sacerdócio de Cristo é participado de diversos modos pelos ministros e pelo povo fiel e assim como a bondade de Deus, sendo uma só, se difunde diversamente pelos seres criados,

assim também, a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma cooperação variada, que participa dessa fonte única" (538).

II. O culto à Santíssima Virgem

§0971.

"Todas as gerações hão de me proclamar ditosa" (Lc 1, 48). "A piedade da Igreja para com a santíssima Virgem pertence à própria natureza do culto cristão" (539). A santíssima Virgem "é, com razão, venerada pela Igreja com um culto especial. E, na verdade, a santíssima Virgem é, desde os tempos mais antigos, honrada com o título de "Mãe de Deus" e, sob a sua proteção, se acolhem os fiéis im-

plorando-a em todos os perigos e necessidades [...]. Este culto [...], embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta por igual ao Verbo Encarnado, ao Pai e ao Espírito Santo e o favorece poderosamente" (540). Encontra a sua expressão nas festas litúrgicas dedicadas à Mãe de Deus (541) e na oração mariana, como o santo rosário, "resumo de todo o Evangelho" (542).

III. Maria, ícone escatológico da Igreja

§0972.

Depois de termos falado da Igreja, da sua origem, missão e destino, não poderíamos terminar melhor do que voltando a olhar pa-

ra Maria, a fim de contemplar nela o que a Igreja é no seu mistério, na sua "peregrinação da fé" e o que será na Pátria, ao terminar a sua caminhada, onde a espera, na "glória da santíssima e indivisa Trindade" e "na comunhão de todos os santos" (543), Aquela que a mesma Igreja venera como Mãe do seu Senhor e como sua própria Mãe.

"Assim como, glorificada já em corpo e alma, a Mãe de Jesus é imagem e início da igreja que há de se consumar no século futuro, assim também, brilha na terra como sinal de esperança segura e de consolação, para o povo de Deus ainda peregrino" (544).

Resumindo:

§0973.

Ao pronunciar o “Fiat” da Anunciação e dando o seu consentimento ao mistério da Encarnação, Maria colabora desde logo com toda a obra a realizar por seu Filho. Ela é Mãe, onde quer que Ele seja Salvador e Cabeça do Corpo Místico.

§0974.

Terminado o curso da sua vida terrena, a santíssima Virgem Maria foi elevada, em corpo e alma, para a glória do Céu, onde já participa da glória da ressurreição do seu Filho, antecipando a ressurreição de todos os Membros do Seu Corpo.

§0975.

"Nós cremos que a santíssima Mãe de Deus, a nova Eva, a Mãe da Igreja, continua a desempenhar no Céu o seu papel maternal para com os membros de Cristo" (545).

ARTIGO 10: "CREIO NA REMISSÃO DOS PECADOS"

§0976.

O Símbolo dos Apóstolos liga a fé no perdão dos pecados à fé no Espírito Santo, mas também à fé na Igreja e na comunhão dos santos. Foi ao dar o Espírito Santo aos Apóstolos que Cristo ressuscitado lhes transmitiu o seu próprio poder divino de perdoar os pecados. "Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, lhes serão per-

doados e àqueles a quem os retiverdes, lhes serão retidos" (Jo 20, 22-23).

(A segunda parte do Catecismo tratará expressamente do perdão dos pecados por meio do Batismo, do sacramento da Penitência e dos outros sacramentos, sobretudo da Eucaristia. Por isto, basta evocar aqui brevemente alguns dados fundamentais).

I. Um só Batismo para a remissão dos pecados

§0977.

Nosso Senhor ligou o perdão dos pecados à fé e ao Batismo: "Ide por todo o mundo e proclamai a Boa Nova a todas as criaturas. Quem acreditar e for batizado será salvo" (Mc16, 15-16). O Batismo é o primeiro e prin-

cipal sacramento do perdão dos pecados, porque nos une a Cristo, que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação (546), a fim de que “também nós vivamos numa vida nova” (Rm 6, 4).

§0978.

“No momento em que fazemos a nossa primeira profissão de fé, ao recebermos o santo Batismo que nos purifica, o perdão que recebemos é tão pleno e total que não fica absolutamente nada por apagar, quer da falta original, quer das faltas cometidas de própria vontade por ação ou omissão; nem qualquer pena a suportar para expiá-las [...]. Mas, apesar disto, a graça do Batismo não isenta ninguém de nenhuma das enfermidades da na-

tureza. Pelo contrário, nos resta ainda combater os movimentos da concupiscência, que não cessam de nos arrastar para o mal" (547).

§0979.

Neste combate contra a inclinação para o mal, quem seria suficientemente forte e vigilante para evitar todas as feridas do pecado? "Portanto, se era necessário que a Igreja tivesse o poder de perdoar os pecados, era necessário também que o Batismo não fosse para ela o único meio de se servir destas chaves do Reino dos Céus que tinha recebido de Jesus Cristo. Era necessário que fosse capaz de perdoar as faltas a todos os penitentes que

tivessem pecado, até mesmo no último momento das vidas deles" (548).

§0980.

É pelo sacramento da Penitência que o batizado pode ser reconciliado com Deus e com a Igreja.

"Os Santos Padres tiveram razão quando chamaram a Penitência de um "batismo laborioso" (549). Este sacramento da Penitência é necessário para a salvação daqueles que caíram depois do Batismo, tal como o próprio Batismo o é para os que ainda não foram regenerados" (550).

II. O poder das chaves

§0981.

Depois da ressurreição, Cristo enviou os seus Apóstolos para “anunciarem a todos os povos o arrependimento em seu nome, com vista à remissão dos pecados” (Lc 24, 47). Este “ministério da reconciliação” (2 Cor 5, 18), não o cumprem os Apóstolos e os seus sucessores somente anunciando às pessoas o perdão de Deus que nos foi merecido por Jesus Cristo e os chamando à conversão e à fé, mas também lhes comunicando a remissão dos pecados pelo Batismo e os reconciliando com Deus e com a Igreja, graças ao poder das chaves recebido de Cristo.

A Igreja “recebeu as chaves do Reino dos Céus, para que nela se faça a remissão dos pecados pelo Sangue de Cristo e a ação do Espírito Santo. É nesta Igreja que a alma, morta pelos pecados, recupera a vida para viver com Cristo, cuja graça nos salvou” (551).

§0982.

Não há nenhuma falta, por mais grave que seja, que a santa Igreja não possa perdoar. “Nem há pessoa, por muito má e culpável que seja, a quem não deva ser proposta a esperança certa do perdão, desde que se arrependa verdadeiramente dos seus erros” (552). Cristo, que morreu por todos os seres humanos, quer que na sua Igreja as portas do

perdão estejam sempre abertas a todo aquele que se afastar do pecado (553).

§0983.

A catequese deve se esforçar por despertar e alimentar, entre os fiéis, a fé na grandeza incomparável do dom que Cristo ressuscitado fez à sua Igreja: a missão e o poder de verdadeiramente perdoar os pecados, pelo ministério dos Apóstolos e seus sucessores.

“O Senhor quer que os seus discípulos tenham um poder imenso. Ele quer que os seus pobres servidores façam, em nome Dele, tudo quanto Ele fazia quando vivia na terra” (554).

“Os sacerdotes receberam um poder que Deus não deu nem aos anjos nem aos arcan-

jos. [...] Deus sanciona, lá em cima, tudo o que os sacerdotes fazem cá em baixo" (555).

"Se, na Igreja, não houvesse a remissão dos pecados, nada havia a esperar, não existiria qualquer esperança de uma vida eterna, de uma libertação eterna. Demos graças a Deus, que deu à sua Igreja tal dom" (556).

Resumindo:

§0984.

O Credo relaciona "o perdão dos pecados" com a profissão de fé no Espírito Santo. De fato, Cristo ressuscitado confiou aos Apóstolos o poder de perdoar os pecados, quando lhes deu o Espírito Santo.

§0985.

O Batismo é o primeiro e principal sacramento para o perdão dos pecados. Ele nos une a Cristo morto e ressuscitado e nos dá o Espírito Santo.

§986.

Por vontade de Cristo, a Igreja possui o poder de perdoar os pecados dos batizados e o exerce através dos bispos e dos presbíteros de modo habitual no sacramento da Penitência.

§0987.

“Na remissão dos pecados, os sacerdotes e os sacramentos são instrumentos mediante os quais nosso Senhor Jesus Cristo, único

autor e dispensador da salvação, nos concede a remissão dos pecados e a graça da justificação" (557).

ARTIGO 11: "CREIO NA RESSURREIÇÃO DA CARNE"

§0988.

O Credo cristão - profissão da nossa fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo e na sua ação criadora, salvadora e santificadora - culmina na proclamação da ressurreição dos mortos no fim dos tempos e na vida eterna.

§0989.

Nós cremos e esperamos firmemente que, tal como Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos e vive para sempre, assim tam-

bém os justos, depois da morte, viverão para sempre com Cristo ressuscitado e que Ele os ressuscitará no último dia (558). Tal como a d'Ele, também a nossa ressurreição será obra da Santíssima Trindade:

"Se o Espírito d'Aquele que ressuscitou Jesus de entre os mortos habita em vós, ele, que ressuscitou Cristo Jesus de entre os mortos, também dará vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós" (Rm 8, 11) (559).

§0990.

A palavra "carne" designa o ser humano na sua condição de fraqueza e mortalidade (560). "Ressurreição da carne" significa que, depois da morte, não haverá somente a vida

da alma imortal, mas também os nossos "corpos mortais" (Rm 8, 11) retomarão a vida.

§0991.

Crer na ressurreição dos mortos foi, desde o princípio, um elemento essencial da fé cristã. "A ressurreição dos mortos é a fé dos cristãos. É por crermos nela que somos cristãos" (561).

"Como é que alguns de entre vós dizem que não há ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. Mas se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação e vã é também a vossa fé. [...] Mas não! Cristo ressuscitou dos

mortos, como primícia dos que morreram" (1 Cor 15, 12-14, 20).

I. A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição

REVELAÇÃO PROGRESSIVA DA RESSURREIÇÃO

§0992.

A ressurreição dos mortos foi revelada progressivamente por Deus ao seu povo. A esperança na ressurreição corporal dos mortos se impôs como consequência intrínseca da fé num Deus criador do ser humano todo: alma e corpo. O Criador do Céu e da terra é também Aquele que mantém fielmente a sua aliança com Abraão e a sua descendência. É nesta dupla perspectiva que começará a se

exprimir a fé na ressurreição. Nas suas provações, os mártires Macabeus confessam:

"O Rei do universo nos ressuscitará para uma vida eterna, a nós que morremos pelas suas leis" (2 Mac 7, 9). "É preferível morrermos nas mãos dos seres humanos e termos a esperança em Deus de que havemos de ser ressuscitados por Ele" (2 Mac 7, 14) (562).

§0993.

Os fariseus (563) e muitos contemporâneos do Senhor (564) esperavam a ressurreição. Jesus a ensina firmemente. E aos saduceus, que a negavam, responde: "Não andareis vós enganados, ignorando as Escrituras e o poder de Deus?" (Mc 12, 24). A fé na ressurreição assenta na fé em Deus, que "não é

um Deus de mortos, mas de vivos" (Mc 12, 27).

§0994.

Mas há mais: Jesus liga a fé na ressurreição à sua própria pessoa: "Eu sou a Ressurreição e a Vida" (Jo 11, 25). É o próprio Jesus que, no último dia, há de ressuscitar os que n'Ele tiverem acreditado (565), comido o seu Corpo e bebido o seu Sangue (566). Desde logo, ele dá um sinal disto mesmo e uma garantia, restituindo a vida a alguns mortos (567) e preanunciando assim a Sua própria ressurreição que, no entanto, será de ordem diferente. Jesus fala deste acontecimento único como do "sinal de Jonas" (568), do sinal do templo (569). Ele anuncia a própria

ressurreição, no terceiro dia depois da morte Dele (570).

§0995.

Ser testemunha de Cristo é ser “testemunha da Sua ressurreição” (Act 1, 22) (571), é “ter comido e bebido com Ele depois da Sua ressurreição dos mortos” (Act 10, 41). A esperança cristã na ressurreição é toda marcada pelos encontros com Cristo ressuscitado. Nós ressuscitaremos como Ele, com Ele e por Ele.

§0996.

Desde o princípio, a fé cristã na ressurreição se deparou com incompreensões e oposições (572). “Não há ponto em que a fé cristã encontre mais contradição do que o da res-

surreição da carne" (573). É bastante comum a aceitação de que, depois da morte, a vida da pessoa humana continua de modo espiritual. Mas como acreditar que este corpo, tão manifestamente mortal, possa ressuscitar para a vida eterna?

COMO É QUE OS MORTOS RESSUSCITAM?

§0997.

O que é ressuscitar? Na morte, separação da alma e do corpo, o corpo do ser humano cai na corrupção, enquanto a sua alma vai ao encontro de Deus, embora ficando à espera de se reunir ao seu corpo glorificado. Deus, na sua omnipotência, restituirá definitivamente a vida incorruptível aos nossos corpos,

os unindo às nossas almas, pela virtude da ressurreição de Jesus.

§0998.

Quem ressuscitará? Todos os seres humanos que tiverem morrido. “Os que tiverem praticado o bem, uma ressurreição para a vida e os que tiverem praticado o mal, uma ressurreição para a condenação” (Jo 5, 29) (574).

§0999.

Como? Cristo ressuscitou com o seu próprio corpo. “Vede as minhas mãos e os meus pés; sou Eu mesmo” (Lc 24, 39). Mas não regressou a uma vida terrena. De igual modo, n'Ele, “todos ressuscitarão com o seu próprio

corpo, com o corpo que agora têm" (575), mas esse corpo será "transformado em corpo glorioso" (576), em "corpo espiritual" (1 Cor 15, 44). "Alguém poderia perguntar: "Como ressuscitam os mortos? Com que espécie de corpo voltam eles?" Insensato! O que tu semeias não volta à vida sem morrer. E o que semeias não é o corpo que há de vir, é um simples grão [...]. O que é semeado sujeito à corrupção ressuscita incorruptível; [...] os mortos ressuscitarão incorruptíveis [...]. É, de fato, necessário que este ser corruptível se revista de incorruptibilidade, que este ser mortal se revista de imortalidade" (1 Cor 15, 3537. 42. 52-53).

§1000.

Este “como” ultrapassa a nossa imaginação e o nosso entendimento; só na fé se torna acessível. Mas a nossa participação na Eucaristia já nos dá um antegozo da transfiguração do nosso corpo operada por Cristo.

“Assim como, depois de ter recebido a invocação de Deus, o pão que vem da terra deixa de ser pão ordinário e é Eucaristia, constituída por duas coisas, uma terrena e outra celeste, do mesmo modo, os nossos corpos, que participam da Eucaristia, já não são corruptíveis, pois têm a esperança da ressurreição” (577).

§1001.

Quando? Definitivamente, “no último dia” (Jo 6, 39-40.44.54; 11, 24), “no fim do mundo” (578). Com efeito, a ressurreição dos mortos está intimamente associada à Parusia de Cristo.

“Ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, o próprio Senhor descerá do Céu e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro” (1 Ts 4, 16).

RESSUSCITADOS COM CRISTO

§1002.

Se é verdade que Cristo nos há de ressuscitar “no último dia”, também é verdade que, de certo modo, nós já ressuscitamos com

Cristo. De fato, braças ao Espírito Santo, a vida cristã é, desde já, na terra, uma participação na morte e ressurreição de Cristo:

"Pelo Batismo, fostes sepultados com Cristo e também ressuscitastes com Ele, devido à fé que tivestes na força de Deus, que O ressuscitou dos mortos [...]. Uma vez que ressuscitastes com Cristo, aspirai às coisas do Alto, onde Cristo Se encontra sentado à direita de Deus" (Cl 2, 12; 3, 1).

§1003.

Unidos a Cristo pelo Batismo, os crentes já participam realmente na vida celeste de Cristo ressuscitado (579). Mas esta vida continua "escondida com Cristo em Deus" (Cl 3, 3). "Ele próprio nos ressuscitou e nos fez sentar

nos Céus em Cristo Jesus" (Ef 2, 6). Alimentados pelo seu Corpo na Eucaristia, nós já pertencemos ao Corpo de Cristo. Quando ressuscitarmos no último dia, havemos também de nos "manifestar com Ele na glória" (Cl 3, 4).

§1004.

À espera desse dia, o corpo e a alma do crente participam já na dignidade de ser "em Cristo". Daí a exigência do respeito para com o próprio corpo e também para com o corpo de outrem, particularmente quando sofre. "O corpo [...] é para o Senhor. E o Senhor é para o corpo. E Deus, que ressuscitou o Senhor, também há de nos ressuscitar pelo seu poder. Não sabeis que os vossos corpos são mem-

bros de Cristo? [...] Não sabeis que não pertenceis a vós próprios? [...]. Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo" (1 Cor 6, 13-15. 19-20).

II. Morrer em Cristo Jesus

§1005.

Para ressuscitar com Cristo, temos de morrer com Cristo, temos "de nos exilar do corpo para habitarmos junto do Senhor" (2 Cor 5, 8). Nesta "partida" (580) que é a morte, a alma é separada do corpo. Voltará a se juntar a ele no dia da ressurreição dos mortos (581).

A MORTE

§1006.

"É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa" (582). Num certo sentido, a morte do corpo é natural. Mas sabemos, pela fé, que a morte é, de fato, o "salário do pecado" (Rm 6, 23) (583). E, para aqueles que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar na sua ressurreição (584).

§1007.

A morte é o fim da vida terrena.

As nossas vidas são medidas pelo tempo no decurso do qual nós mudamos e envelhe-

cemos. E, como acontece com todos os seres vivos da terra, a morte surge como o fim normal da vida. Este aspecto da morte confere uma urgência às nossas vidas. A lembrança da nossa condição de mortais também serve para nos lembrar de que temos um tempo limitado para realizar a nossa vida.

"Lembra-te do teu Criador nos dias da mocidade [...], antes que o pó regresse à terra donde veio e o espírito volte para Deus que o concedeu" (Ecl 12, 1.7).

§1008.

A morte é consequência do pecado.

Intérprete autêntico das afirmações da Sagrada Escritura (585) e da Tradição, o Magis-

tério da Igreja ensina que a morte entrou no mundo por causa do pecado do ser humano (586). Embora o ser humano possuísse uma natureza mortal. Deus não o destinava a morrer. A morte foi, portanto, contrária aos desígnios de Deus Criador e entrou no mundo como consequência do pecado (587). “A morte corporal, de que o ser humano estaria isento se não tivesse pecado” (588), é, pois, “o último inimigo” (1 Cor 15, 26) do ser humano a ter de ser vencido.

§1009.

A morte é transformada por Cristo.

Jesus, Filho de Deus, também sofreu a morte, própria da condição humana. Mas,

apesar da repugnância que sentiu perante ela (589), a assumiu num ato de submissão total e livre à vontade do Pai. A obediência de Jesus transformou em bênção a maldição da morte (590).

O SENTIDO DA MORTE CRISTÃ

§1010.

Graças a Cristo, a morte cristã tem um sentido positivo. “Para mim, viver é Cristo e morrer é lucro” (Fl 1, 21). “São dignas de fé estas palavras: se tivermos morrido com Cristo, também com Ele viveremos” (2 Tm 2, 11). A novidade essencial da morte cristã está nisto: pelo Batismo, o cristão já “morreu com Cristo” sacramentalmente, para viver uma

vida nova. Se morremos na graça de Cristo, a morte física consuma este “morrer com Cristo” e completa, assim, a nossa incorporação n'Ele, no seu ato redentor.

“É bom para mim morrer em (*eis*) Cristo Jesus, mais do que reinar de um extremo ao outro da terra. É a Ele que eu procuro, ele que morreu por nós. É a Ele que eu quero, ele que ressuscitou para nós. Estou prestes a nascer [...]. Deixai-me receber a luz pura. Quando lá tiver chegado, serei um ser humano” (591).

§1011.

Na morte, Deus chama o ser humano para Ele. É por isto que o cristão pode experimentar, em relação à morte, um desejo semelhan-

te ao de S. Paulo: “Desejaria me desprender para estar com Cristo” (Fl 1, 23). E pode transformar a sua própria morte num ato de obediência e amor para com o Pai, a exemplo de Cristo (592).

“O meu desejo terreno foi crucificado: [...] há em mim uma água viva que dentro de mim murmura e diz: "Vem para o Pai"” (593).

“Eu quero ver Deus e, para vê-lo, é preciso morrer” (594).

“Eu não morro; entro na vida” (595).

§1012.

A visão cristã da morte (596) é expressa, de modo privilegiado, na Liturgia da Igreja.

"Para os que creem em Vós, Senhor, a vida não acaba, apenas se transforma e, desfeita a morada deste exílio terrestre, adquirimos, no Céu, uma habitação eterna" (597).

§1013.

A morte é o fim da peregrinação terrena do ser humano, do tempo de graça e misericórdia que Deus lhe oferece para realizar a sua vida terrena segundo o plano divino e para decidir o seu destino último. Quando acabar "a nossa vida sobre a terra, que é só uma" (598), não voltaremos a outras vidas terrenas. "Os seres humanos morrem uma só vez" (Heb 9, 27). Não existe "reencarnação" depois da morte.

§1014.

A Igreja nos exorta a nos prepararmos para a hora da nossa morte (“De uma morte repentina e imprevista, livrai-nos, Senhor”: antiga Ladainha dos Santos), a pedirmos à Mãe de Deus que rogue por nós “na hora da nossa morte” (Oração da Ave-Maria) e a nos confiarmos a S. José, padroeiro da boa morte.

“Em todos os teus atos, em todos os teus pensamentos, havias de te comportar como se devesses morrer hoje. Se tivesses boa consciência, não terias grande receio da morte. Mais vale te acautelares do pecado do que fugir da morte. Se hoje não estás preparado, como o estarás amanhã?” (599).

"Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a morte corporal, à qual, nenhum ser humano vivo pode escapar. Ai daqueles que morrem em pecado mortal. Bem-aventurados os que ela encontrar cumprindo as tuas santíssimas vontades, porque a segunda morte não lhes fará mal" (600).

Resumindo:

§1015.

"*Caro salutis est cardo* - A carne é o eixo da salvação" (601). Nós cremos em Deus, que é o Criador da carne. Cremos no Verbo, que Se fez carne para remir a carne. Cremos na ressurreição da carne, acabamento da criação e da redenção da carne.

§1016.

Pela morte, a alma é separada do corpo. Mas, na ressurreição, Deus restituirá a vida incorruptível ao nosso corpo transformado, o reunindo à nossa alma. Tal como Cristo ressuscitou e vive para sempre, todos nós ressuscitaremos no último dia.

§1017.

"Nós cremos na verdadeira ressurreição desta carne que possuímos agora" (602). No entanto, se semeia no túmulo um corpo corruptível e ressuscita um corpo incorruptível (603), um "corpo espiritual" (1 Cor 15, 44).

§1018.

Em consequência do pecado original, o ser humano deve sofrer a morte corporal, “de que estaria isento, se não tivesse pecado” (604).

§1019.

Jesus, Filho de Deus, sofreu livremente a morte por nós, numa submissão total e livre à vontade de Deus seu Pai. Pela sua morte, ele venceu a morte, abrindo, assim, a todos os seres humanos, a possibilidade da salvação.

ARTIGO 12: “CREIO NA VIDA ETERNA”

§1020.

O cristão que une a sua própria morte à de Jesus encara a morte como chegada até junto d'Ele, como entrada na vida eterna. A Igreja, depois de, pela última vez, ter pronunciado sobre o cristão moribundo as palavras de perdão da absolvição de Cristo e de, pela última vez, tê-lo marcado com uma unção fortificante e lhe ter dado Cristo, no Viático, como alimento para a viagem, lhe fala com estas doces e confiantes palavras: “Parte deste mundo, alma cristã, em nome de Deus Pai onipotente, que te criou; em nome de Jesus Cristo, Filho do Deus vivo, que por ti sofreu;

em nome do Espírito Santo, que sobre ti desceu. Chegues hoje ao lugar da paz e a tua morada seja no Céu, junto de Deus, na companhia da Virgem Maria, Mãe de Deus, de São José e de todos os Anjos e Santos de Deus [...]. Confio-te ao Criador, para que voltes Àquele que te formou do pó da terra. Venham ao encontro de ti, que estás a partir desta vida, Santa Maria, os Anjos e todos os Santos [...]. Vejas o teu Redentor face a face e gozes da contemplação de Deus pelo século dos séculos" (605).

I. O juízo particular

§1021.

A morte põe fim à vida do ser humano enquanto tempo aberto à aceitação ou à rejeição da graça divina, manifestada em Jesus Cristo (606). O Novo Testamento fala do juízo, principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na sua segunda vinda. Mas também afirma, reiteradamente, a retribuição imediata, depois da morte de cada um, em função das suas obras e da sua fé. A parábola do pobre Lázaro (607) e as palavras de Cristo crucificado ao bom ladrão (608), assim como outros textos do Novo Testamento (609), falam de um destino final da alma

(610), o qual pode ser diferente para umas e para outras.

§1022.

Ao morrer, cada ser humano recebe, na sua alma imortal, a retribuição eterna, num juízo particular que põe a sua vida em referência a Cristo, quer através de uma purificação (611), quer para entrar imediatamente na felicidade do Céu (612), quer para se condenar imediatamente para sempre (613).

"Ao entardecer da nossa vida, seremos julgados sobre o amor" (614).

II. O Céu

§1023.

Os que morrerem na graça e na amizade de Deus e estiverem perfeitamente purificados, viverão para sempre com Cristo. Serão para sempre semelhantes a Deus, porque O verão “tal como Ele é” (1 Jo 3, 2), “face a face” (1 Cor 13, 12) (615).

“Com a nossa autoridade apostólica, definimos que, por geral disposição divina, as almas de todos os santos mortos antes da Paixão de Cristo [...] e as de todos os outros fiéis que morreram depois de terem recebido o santo Batismo de Cristo e nas quais nada havia a purificar no momento da morte ou ainda daqueles que, se no momento da morte

houve ou ainda há qualquer coisa a purificar, acabaram por fazê-lo [...] mesmo antes de ressuscitarem em seus corpos e do Juízo universal - e isto depois da Ascensão ao Céu do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo - estiveram, estão e estarão no Céu, associadas ao Reino dos Céus e no Paraíso celeste, com Cristo, na companhia dos santos anjos. E depois da Paixão e morte de nosso Senhor Jesus Cristo, essas almas viram e veem a essência divina com uma visão intuitiva e face a face, sem a mediação de qualquer criatura" (616).

§1024.

Esta vida perfeita com a Santíssima Trindade, esta comunhão de vida e de amor com

Ela, com a Virgem Maria, com os anjos e todos os bem-aventurados, se chama “CÉU”. O CÉU é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do ser humano, o estado de felicidade suprema e definitiva.

§1025.

Viver no CÉU é “estar com Cristo” (617). Os eleitos vivem “n'Ele”, mas n'Ele conservam, ou melhor, encontram a sua verdadeira identidade, o seu nome próprio (618).

“Porque a vida consiste em estar com Cristo. Onde está Cristo, aí está a vida, aí está o Reino” (619).

§1026.

Pela sua morte e ressurreição, Jesus Cristo "nos abriu" o CÉU. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associa, à sua glorificação celeste, aqueles que n'Ele acreditaram e permaneceram fiéis à sua vontade. O CÉU é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados a Ele.

§1027.

Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo ultrapassa toda a compreensão e toda a representação. A Sagrada Escritura nos fala dele por imagens: vida, luz, paz,

banquete de núpcias, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste, paraíso. Aquilo que "nem os olhos viram, nem os ouvidos escutaram, nem jamais passou pelo pensamento do ser humano, Deus o preparou para aqueles que O amam" (1 Cor 2, 9).

§1028.

Em virtude da sua transcendência, Deus não pode ser visto tal como é, senão quando Ele próprio abrir o seu mistério à contemplação imediata do ser humano e lhe der a capacidade para contemplá-Lo. Esta contemplação de Deus na sua glória celeste é chamada pela Igreja de "visão beatífica".

"Qual não será a tua glória e a tua felicidade quando fores admitido a ver a Deus, a ter

a honra de participar nas alegrias da salvação e da luz eterna, na companhia de Cristo Senhor teu Deus, [...] gozar, no Reino dos CÉUS, na companhia dos justos e dos amigos de Deus, das alegrias da imortalidade alcançada!" (620).

§1029.

Na glória do Céu, os bem-aventurados continuam a cumprir, com alegria, a vontade de Deus em relação aos outros seres humanos e a toda a criação. Eles já reinam com Cristo. Com Ele "reinarão pelos século dos séculos" (Ap 22, 5) (621).

III. A purificação final ou Purgatório

§1030.

Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem, depois da morte, uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrarem na alegria do Céu.

§1031.

A Igreja chama de Purgatório a esta purificação final dos eleitos, que é absolutamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativamente ao Purgatório, sobretudo, nos concílios de Florença (622) e de Trento (623). A Tradição da

Igreja, se referindo a certos textos da Escritura (624), fala de um fogo purificador.

"Pelo que diz respeito a certas faltas leves, se deve crer que existe, antes do julgamento, um fogo purificador, conforme afirma Aquele que é a verdade, quando diz que, se alguém proferir uma blasfêmia contra o Espírito Santo, isto não lhe será perdoado nem neste século e nem no século futuro (Mt 12, 32). Desta afirmação podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas neste mundo e outras no mundo que há de vir" (625).

§1032.

Esta doutrina se apoia também na prática da oração pelos defuntos, de que já fala a Sagrada Escritura: "Por isto, [Judas Macabeu]

pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres das suas faltas" (2 Mac 12, 46). Desde os primeiros tempos, a Igreja honrou a memória dos defuntos, oferecendo sufrágios em seu favor, particularmente o Sacrifício eucarístico para que, purificados, pudessem chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também a esmola, as indulgências e as obras de penitência a favor dos defuntos.

"Socorramo-los e os festejemos. Se os filhos de Jó eram purificados pelos sacrifícios feitos pelo pai deles (627), por que duvidar de que as nossas oferendas pelos defuntos lhes levam alguma consolação? [...] Não hesi-

temos em socorrer os que partiram e em oferecer por eles as nossas orações" (628).

IV. O Inferno

§1033.

Não podemos estar em união com Deus se não escolhermos livremente amá-Lo. Mas não podemos amar a Deus se pecarmos gravemente contra Ele, contra o nosso próximo ou contra nós mesmos. "Quem não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é um homicida. Ora, vós sabeis que nenhum homicida tem, em si, a vida eterna" (1 Jo 3, 14-15). Nosso Senhor nos adverte de que seremos separados d'Ele, se descuidarmos das necessidades graves dos po-

bres e dos pequeninos, Seus irmãos (629). Morrer em pecado mortal, sem arrependimento e sem dar acolhimento ao amor misericordioso de Deus, significa permanecer separado d'Ele para sempre, por nossa própria e livre escolha. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa pela palavra “Inferno”.

§1034.

Jesus fala muitas vezes da “gehena” do “fogo que não se apaga” (630), reservada aos que se recusam, até o fim da vida, a acreditar e se converter e na qual podem se perder, ao mesmo tempo, a alma e o corpo (631). Jesus anuncia, em termos muito severos, que “en-

viará os seus anjos que tirarão do seu Reino [...] todos os que praticaram a iniquidade e hão de lançá-los na fornalha ardente" (Mt 13, 41-42) e sobre eles pronunciará a sentença: "Afastai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno" (Mt 25, 41).

§1035.

A doutrina da Igreja afirma a existência do Inferno e a sua eternidade. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem, imediatamente após a morte, aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, "o fogo eterno" (632). A principal pena do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o ser humano pode ter a vida e a felicidade para que foi criado e a que aspira.

§1036.

As afirmações da Sagrada Escritura e os ensinamentos da Igreja a respeito do Inferno são um apelo ao sentido de responsabilidade com que o ser humano deve usar da sua liberdade, tendo em vista o destino eterno. Constituem, ao mesmo tempo, um apelo urgente à conversão. “Entrai pela porta estreita, pois larga é a porta e espaçoso o caminho que levam à perdição e muitos são os que seguem por eles. Quão estreita é a porta e apertado o caminho que levam à vida e como são poucos aqueles que os encontram!” (Mt 7, 13-14).

“Como não sabemos o dia e nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que,

no fim da nossa vida terrena, que é só uma, mereçamos entrar com Ele para o banquete de núpcias e sermos contados entre os benditos e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos, no fogo eterno, nas trevas exteriores, onde "haverá choro e ranger de dentes"" (633).

§1037.

Deus não predestina ninguém para o Inferno (634). Para ter semelhante destino, é preciso haver uma aversão voluntária a Deus (pecado mortal) e persistir nela até ao fim. Na Liturgia eucarística e nas orações quotidianas dos seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, “que não quer que ninguém

pereça, mas que todos se convertam" (2 Pe 3, 9).

"Aceitai benignamente, Senhor, a oblação que nós, vossos servos, com toda a vossa família, Vos apresentamos. Dai a paz aos nossos dias, livrai-nos da condenação eterna e contai-nos entre os vossos eleitos" (635).

V. O Juízo final

§1038.

A ressurreição de todos os mortos, "justos e pecadores" (Act 24, 15), há de preceder o Juízo final. Será "a hora em que todos os que estão nos túmulos hão de ouvir a sua voz e sairão. Os que tiverem praticado o bem ressuscitarão para a vida e os que tiverem prati-

cado o mal ressuscitarão para a condenação" (Jo 5, 28-29). Então, Cristo virá "na sua glória, com todos os seus anjos [...]. Todas as nações se reunirão na sua presença e Ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos e colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. [...] Estes irão para o suplício eterno e os justos irão para a vida eterna" (Mt 25, 31-33.46).

§1039.

É perante Cristo, que é a Verdade, que será definitivamente posta à descoberto a verdade da relação de cada ser humano com Deus (636). O Juízo final revelará, até às suas últimas consequências, o que cada um tiver

feito ou deixado de fazer de bom durante a sua vida terrena.

“Todo o mal que os maus fazem é registrado e eles não o sabem. No dia em que "Deus virá e não se calará" (Sl 50, 3) [...], então, ele Se voltará para os da sua esquerda: "Na terra, lhes dirá: Eu tinha posto, para vós, os meus pobrezinhos. Eu, Cabeça deles, estava no Céu, sentado à direita do Pai, mas, na terra, os meus Membros tinham fome. O que vós tivésseis dado aos meus Membros teria chegado à Cabeça. Quando Eu coloquei os meus pobrezinhos na terra, os constituí vossos portadores para trazerem as vossas boas obras ao meu tesouro. Vós nada depositastes nas

mãos deles e, por isto, nada encontrais em Mim"" (637).

§1040.

O Juízo final terá lugar quando acontecer a vinda gloriosa de Cristo. Só o Pai sabe o dia e a hora, só Ele decide sobre a sua vinda. Pelo seu Filho Jesus Cristo, Ele pronunciará então a sua palavra definitiva sobre toda a história. Nós ficaremos sabendo o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação e compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais a sua Providência tudo terá conduzido para o seu fim último. O Juízo final revelará como a justiça de Deus triunfa de todas as injustiças cometidas pelas

suas criaturas e como o seu amor é mais forte do que a morte (638).

§1041.

A mensagem do Juízo final é um apelo à conversão enquanto Deus ainda dá às pessoas "o tempo favorável, o tempo da salvação" (2 Cor 6, 2). Ela inspira o santo temor a Deus, empenha na justiça do Reino de Deus e anuncia a "feliz esperança" (Tt 2, 13) do regresso do Senhor, que virá "para ser glorificado nos seus santos e admirado em todos os que tiverem acreditado" (2 Ts 1, 10).

VI. A esperança dos novos Céus e da nova terra

§1042.

No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Depois do Juízo final, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma e o próprio universo será renovado:

Então, a Igreja alcançará, "na glória celeste, a sua realização acabada, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas e, quando, juntamente com o gênero humano, também o universo inteiro, que ao ser humano está intimamente ligado e por ele atinge o seu fim, for perfeitamente restaurado em Cristo" (639).

§1043.

A esta misteriosa renovação, que há de transformar a humanidade e o mundo, a Sagrada Escritura chama de “os novos Céus e a nova terra” (2 Pe 3, 13) (640). Será a realização definitiva do desígnio divino de “reunir, sob a chefia de Cristo, todas as coisas que há nos Céus e na terra” (Ef 1, 10).

§1044.

Neste “mundo novo” (641), a Jerusalém Celeste, Deus terá a sua morada entre os seres humanos. “Há de lhes enxugar dos olhos todas as lágrimas. A morte deixará de existir e não mais haverá luto, nem clamor, nem fadiga. Porque o que havia anteriormente desapareceu” (Ap 21, 4) (642).

§1045.

Para o ser humano, esta consumação será a realização final da unidade do gênero humano, querida por Deus desde a criação e da qual a Igreja peregrina era “como que o sacramento” (643). Os que estiverem unidos a Cristo formarão a comunidade dos resgatados, a “Cidade Santa de Deus” (Ap 21, 2), a “Esposa do Cordeiro” (Ap 21, 9). Esta não mais será atingida pelo pecado, pelas manchas (644), pelo amor próprio, que destroem e ferem a comunidade terrena dos seres humanos. A visão beatífica em que Deus Se manifestará aos eleitos de modo inesgotável será a fonte inexaurível da felicidade, da paz e da mútua comunhão.

§1046.

Quanto ao cosmos, a Revelação afirma a profunda comunidade de destino entre o mundo material e o ser humano.

“Na verdade, as criaturas esperam ansiosamente a revelação dos filhos de Deus [...], com a esperança de que as mesmas criaturas sejam também libertadas da corrupção que escraviza [...]. Sabemos que toda a criatura geme ainda agora e sofre as dores do parto. E não só ela, mas também nós, que possuímos as primícias do Espírito, gememos interiormente, esperando a adoção filial e a libertação do nosso corpo” (Rm 8, 19-23).

§1047.

Assim, pois, também o universo visível está destinado a ser transformado, “a fim de que o próprio mundo, restaurado no seu estado primitivo, esteja sem mais nenhum obstáculo ao serviço dos justos” (645), participando da sua glorificação em Jesus Cristo ressuscitado.

§1048.

“Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua plenitude e também não sabemos como é que o universo será transformado, porque a figura deste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente, mas Deus nos ensina que se prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual

reinará a justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos seres humanos" (646).

§1049.

"A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes, ser avivada, para desenvolver esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno deva ser cuidadosamente diferenciado do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus" (647).

§1050.

"Pois todos os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, ou seja, todos os frutos excelentes da natureza e do nosso esforço, depois de os termos propagado pela terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandato, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o Reino eterno e universal" (648). Então, Deus será "tudo em todos" (1 Cor 15, 28), na vida eterna.

"A vida subsistente e verdadeira é o Pai que, pelo Filho e no Espírito Santo, derrama sobre todos, sem exceção, os dons celestes. Graças à sua misericórdia, também nós, seres

humanos, recebemos a promessa indefectível da vida eterna" (649).

RESUMINDO:

§1051.

Ao morrer, cada pessoa recebe, na sua alma imortal, a sua retribuição eterna, num juízo particular feito por Cristo, Juiz dos vivos e dos mortos.

§1052.

"Nós cremos que as almas de todos os que morrem na graça de Cristo [...] constituem o povo de Deus no além da morte, a qual será definitivamente destinada no dia da ressurreição, quando estas almas forem reunidas aos seus corpos" (650).

§1053.

"Nós cremos que a multidão dessas almas que estão congregadas à volta de Jesus e de Maria no Paraíso formam a Igreja celeste onde, na eterna bem-aventurança, veem Deus como Ele é, onde também, certamente em graus e modos diversos estão associadas aos santos anjos no governo divino exercido por Cristo glorioso, intercedendo por nós e ajudando a nossa fraqueza com a sua solicitude fraterna" (651).

§1054.

Os que morrem na graça e amizade de Deus, mas imperfeitamente purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem, depois da morte, uma purificação, a fim de

obterem a santidade necessária para entrarem na alegria de Deus.

§1055.

Em virtude da “comunhão dos santos”, a Igreja encomenda os defuntos à misericórdia de Deus e oferece, em favor deles, sufrágios e, em particular, o santo sacrifício eucarístico.

§1056.

Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja adverte os fiéis sobre a “triste e lamentável realidade da morte eterna” (652), também chamada de “Inferno”.

§1057.

A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o ser humano pode encontrar a vida e a felicidade para que foi criado e às quais aspira.

§1058.

A Igreja ora para que ninguém se perca: "Senhor [...], não permitais que eu me separe de Vós" (653). Sendo verdade que ninguém pode salvar a si mesmo, também é verdade que "Deus quer que todos se salvem" (1 Tm 2, 4) e que a Ele "tudo é possível" (Mt 19, 26).

§1059.

"A santa Igreja Romana crê e firmemente confessa que, no dia do Juízo, todos os seres

humanos hão de comparecer, com o seu próprio corpo, perante o tribunal de Cristo, para prestar contas dos seus próprios atos" (654).

§1060.

No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Então, os justos reinarão com Cristo para sempre, glorificados em corpo e alma e o próprio universo material será transformado. Deus será então, "tudo em todos" (1 Cor 15, 28), na vida eterna.

"AMÉM"

§1061.

O Credo, tal como o último livro da Sagrada Escritura (655), termina com a palavra hebraica "Amém", palavra que se encontra

com frequência no final das orações do Novo Testamento. Do mesmo modo, a Igreja termina com um “Amém” as suas orações.

§1062.

Em hebraico, Amém está ligado à mesma raiz que a palavra “crer”, raiz que exprime solidez, confiança, fidelidade. Assim se compreende porque é que o “Amém” se pode dizer tanto da fidelidade de Deus para conosco como da nossa confiança n'Ele.

§1063.

No profeta Isaías, encontramos a expressão “Deus de verdade”, literalmente “Deus do Amém”, quer dizer, o Deus fiel às suas promessas: “Todo aquele que desejar ser aben-

çoado sobre a terra deve desejar sê-lo pelo Deus fiel (do Amém)" (Is 65, 16). Nosso Senhor emprega frequentemente a palavra "Amém" (656), por vezes sob forma dobrada " (657), para sublinhar a confiança que deve inspirar a sua doutrina e a sua autoridade fundada na verdade de Deus.

§1064.

O "Amém" final do Credo retoma e confirma, portanto, a palavra com que começa: "Creio". Crer é dizer "Amém" às palavras, às promessas, aos mandamentos de Deus; é confiar totalmente n'Aquele que é o "Amém" de infinito amor e perfeita fidelidade. A vida cristã de cada dia será então, o "Amém" ao "Creio" da profissão de fé do nosso Batismo:

“Que o teu Símbolo seja para ti como um espelho. Revê-te nele, para ver se crês tudo quanto dizes crer. E alegra-te todos os dias na tua fé” (658).

§1065.

O próprio Jesus Cristo é o “Amém” (Ap 3, 14). É o Amém definitivo do amor do Pai para conosco, pois assume e leva a bom termo o nosso “Amém” ao Pai. “É que todas as promessas de Deus encontram n'Ele um “sim”! Deste modo, por seu intermédio, nós dizemos “Amém” a Deus, a fim de lhe darmos glória” (2 Cor 1, 20). “Por Cristo, com Cristo em Cristo, a Vós, Deus Pai todo-poderoso, na unidade do Espírito Santo, toda a honra e

toda a glória, agora e para sempre. AMÉM" (659).

Notas

1. Santo Irineu de Lião, Demonstratio prædicationis apostolicæ, 7: SC 62, 41-42.
2. Cf. Jo 17, 3.
3. São Gregório de Nazianzo, Oratio 31 (Theologica 5), 26: SC 250, 326 (PG 36, 161164).
4. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
5. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
6. Cf. Jo 16, 13.
7. Cf. Gl 4, 6.
8. Cf. Jo 3, 34.
9. Cf. Jo 7, 39.
10. Cf. Jo 17, 22.
11. Cf. Jo 16, 14.
12. São Gregório de Nissa, Adversus Macedonianos de Spiritu Sancto, 16: Gregorii Nysseni
opera ed. W. Jæger-H. Langerbeck, V. 3/1 (Leiden 1958) p. 102-103 /PG 45, 1321).
13. Cf. Mt 28, 19.
14. Cf. Jo 3, 5-8.
15. Cf. 1 Jo 2, 1 (paráklêton).
16. Cf. Jo 16. 13.
17. Cf. Jo 19, 34; 1 Jo 5, 8.
18. Cf. Jo 4, 10-14; 7, 38: Ex 17, 1-6: Is 55, 1; Zc 14, 8: 1 Cor 10, 4. Ap 21, 6; 22, 17.
19. Cf. 1 Jo 2, 20. 27; 2 Cor 1, 21.

20. Cf. Ex 30, 22-32.
21. Cf. 1 Sm 16, 13.
22. Cf. Lc 4, 18-19; Is 61, 1.
23. Cf. Lc 2, 11.
24. Lc 2, 26-27.
25. Cf. Lc 4, 1.
26. Cf. Lc 6, 19; 8, 46.
27. Cf. Rm 1, 4; 8, 11.
28. Cf. Act 2, 36.
29. Santo Agostinho, Sermão 341, 1, 1: PL 39, 1493: Ibid. 9, 11: PL 39. 1499.
30. Cf. 1 Rs 18, 38-39.
31. Cf. Act 2, 3-4.
32. Cf. São João da Cruz, Llama de amor viva: Biblioteca Mística Carmelitana, v. 13 (Burgos 1931) p. 1-102; 103-213. [ID., Chama vida de amor: Obras Completas (Paço de Arcos edições Carmelo 1986) p. 829-957)].
33. Cf. Ex 24, 15-18.
34. Cf. Ex 33, 9-10.
35. Cf. Ex 40, 36-38; 1 Cor 10, 1-2.
36. Cf. 1 Rs 8, 10-12.
37. Cf. Lc 1, 35.
38. Cf. Act 1, 9.
39. Cf. Lc 21, 27.
40. Cf. 2 Cor 1, 22 ef 1, 13; 4, 30.
41. Cf. Mc 6, 5; 8, 23.

42. Cf. Mc 10. 16.
43. Cf. Mc 16, 18; Act 5, 12; 14, 3.
44. Cf. Act 8, 17-19; 13, 3; 19, 6.
45. Cf. Heb 6, 2.
46. Cf. Lc 11, 20.
47. Cf. Domingo de Pentecostes, Hino das I e II Vésperas: Liturgia Horarum editio typica, v. 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974), p. 795 e 812. [Liturgia das Horas. vol. II p. 850 e 861. edição da Gráfica de Coimbra, 1999].
48. Cf. Gn 8, 8-12.
49. Cf. Mt 3, 16 e par.
50. Cf. Gl 4, 4
51. Cf. 2 Cor 3, 14.
52. Cf. Jo 5, 39. 46.
53. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
54. Cf. Lc 24, 44.
55. Cf. Sl 33, 6; 104. 30; Gn 1, 2; 2, 7 ecl 3, 20-21 ez 37, 10.
56. Liturgia bizantina, Ofício das Horas. Matinas dos Domingos do segundo modo, Antífonas 1 e 2: Paraklêtikês (Romæ 1885), p. 107.
57. Santo Irineu de Lião, Demonstratio prædicationis apostolicæ. 11: SC 62, 48
49.
58. Cf. Rm 3, 23.
59. Cf. Jo 1, 14; Fl 2, 7.

60. Cf. Gn 18, 1-15; Lc 1, 26-38.54-55; Jo 1, 12-13; Rm 4, 16-21.
61. Cf. Gn 12, 3.
62. Cf. Gl 3, 16.
63. Cf. Jo 11, 52.
64. Cf. Lc. 1, 73.
65. Cf. Gn 22, 17-18; Rm 8, 32; Jo 3, 16.
66. Cf. Ef 1, 13-14; Gl 3, 14.
67. Cf. Ex 19-20; Dt 1-11; 29-31.
68. Cf. Gl 3, 24.
69. Cf. Rm 3, 20.
70. Cf. 1 Pe 2, 9.
71. Cf. 2 Sm 7: Sl 89; Lc 1, 32-33.
72. Cf. Lc 24, 26.
73. Cf. Sf 2, 3.
74. Cf. Is 6-12
75. Cf. Is 42, 1-9; Mt 12, 18-21: Jo 1, 32-34 e também Is 49, 1-6; Mr 3, 17: Lc 2, 32: e, por fim, Is 50, 4-10 e 52, 13 - 53, 12.
76. Cf. Is 61, 1-2.
77. Cf. Ez 11, 19; 36, 25-28; 37, 1-14: Jr 31, 31-34; Jl 3, 1-5.
78. Cf. Act 2, 17-21.
79. Cf. Sf 2, 3; Sl 22, 27; 34, 3; Is 49, 13; 61. 1 etc.
81. Cf. Lc 1, 41.
82. Cf. Lc 1, 68.
83. Cf. Mt 17, 10-13.

84. Cf. Lc 7, 26.
85. Cf. Mt 11, 13-14.
86. Cf. Jo 1, 23; Is 40. 1-3.
87. Cf. Jo 15, 26; 5, 33.
88. Cf. 1 Pe 1, 10-12.
89. Cf. Jo 3, 5.
90. Cf. Pr 8, 1 - 9, 6 ecl 24.
91. Cf. Sf 3, 14; Zc 2, 14.
92. Cf. Lc 1, 46-55.
93 Cf. Lc 1, 26-38; Rm 4, 18-21; Gl 4, 26-28.
94. Cf. Lc 2, 15-19.
95. Cf. Mt 2, 11.
96. Cf. Lc 2, 14.
97. Cf. Jo 19, 25-27.
98. Cf. Jo 6, 27.51.62-63.
99. Cf. Jo 3, 5-8.
100. Cf. Jo 4, 10.14.23-24.
102. Cf. Lc . 11, 13.
103. Cf. Mt 10, 19-20.
104. Cf. Jo 14, 16-17.26; 15. 26; 16, 7-15; 17, 26.
105. Cf. Jo 13, 1; 17, 1.
106. Cf. Lc 23. 46; Jo 19, 30.
107 Cf. Jo 20, 22.
108. Cf. Mt 28, 19; Lc 24, 47-48; Act 1, 8.
109. Cf. Act 2, 33-36.

110. Liturgia bizantina, Oficio das Horas, Vésperas de Pentecostes, Sticherum 4: Pentekostárion (Romæ 1884) p. 390.
111. Cf. Rm 8, 23; 2 Cor 1, 22.
112. Cf. 1 Jo 4, 11-12.
113. Cf. Mt 16, 24-26.
114. Cf. Gl 5, 25.
115. São Basílio Magno, Liber de Spiritu Sancto 15, 36: SC 17bis. 370 (PG 32, 132).
116. Cf. Jo 15, 5. 8. 16.
117. São Cirilo de Alexandria, Commentarius in Iohannem 11, 11: PG 74. 561.
118. Cf. Sl 2, 6-7.
119. Cf. Act 2, 36.
120. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium 1: AAS 57 (1965) 5.
121. CatRom I, 10, 1, p. 104.
122. Santo Hipólito Romano, Tradição Apostólica, 35: ed. B. Botte (Münster i.W.
1989) p. 82.
123. CatRom I 10, 22, p. 118.
124. Cf. Act 19, 39.
125. Cf. Ex 19.
126. Cf. 1 Cor 11, 18; 14, 19.28.34-35.
127. Cf. 1 Cor 1, 2; 16, 1.
128. Cf. 1 Cor 15, 9; Gl 1, 13; Fl 3, 6.
129. Cf. Ef 1, 22; Cl 1, 18.

130. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
131. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 8.
132. Cf. Jo 10, 1-10.
133. Cf. Is 40, 11 ez 34, 11-31.
134. Cf. Jo 10, 11: Ez 34, 11-31.
135. Cf. Jo 10, 11-15.
136. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 8.
137. Cf. 1 Cor 3, 9.
138. Cf. Rm 11, 13-26.
139. Cf. Mt 21, 33-43 e par.: Is 5, 1-7.
140. Cf. Jo 15, 1-5.
141. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 8.
142. Cf. 1 Cor 3, 9.
143. Cf. 1 Cor 3, 11.
144. Cf. 1 Tm 3, 15.
145. Cf. Ef 2, 19-22.
146. Cf. Ap 21, 3.
147. Cf. 1 Pe 2, 5.
148. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 8-9.
149. Cf. Ap 12, 17.
150. Cf. Ap 19, 7; 21, 2. 9; 22, 17.

151. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 9.
152. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 5-6.
153. Hermas, Pastor 8, 1 (Visio 2, 4, 1): SC 53, 96; cf. Aristides, Apologia 16, 7: BP 11, 125; São Justino, Apologia 2, 7: CA 216-218 (PG 6, 456).
154. Santo Epifânio, Panarion, 1, 1, 5, Hæreses 2, 4: GCS 25, 174 (PG 41, 181).
155. Clemente de Alexandria, Pædagogus 1, 6, 27, 2: GCS 12, 106 (PG 8, 281).
156. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 12; Ibid., 13: AAS 57 (1965) 17-18; Ibid., 16: AAS 57 (1965) 20.
157. Cf. Gn 12, 2; 15, 5-6.
158. Cf. Ex 19, 5-6; Dt 7, 6.
159. Cf. Is 2. 2-5: Mq 4, 1-4.
160. Cf. Os l; Is 1. 2-4; Jr 2: etc.
161. Cf. Jr 31, 31-34; Is 55. 3.
162. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
163. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6; ID., Decr. Ad gentes, 3: AAS 58 (1966) 949.
164. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 7.

165. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
166. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 7.
167. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 7.
168. Cf. Mt 10, 16; 26, 31; Jo 10, 1-21.
169. Cf. Mt 12, 49.
170. Cf. Mt 5-6.
171. Cf. Mc 3, 14-15.
172. Cf. Mt 19, 28: Lc 22, 30.
173. Cf. Ap 21, 12-14.
174. Cf. Mc 6. 7.
175. Cf. Lc 10, 1-2.
176 Cf. Mt 10, 25; Jo 15, 20.
177. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
178. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 5: AAS 56 (1964) 99.
179. Cf. Santo Ambrósio expositio evangelii secundum Lucam, 2, 85-89: CCL 14, 6972 (PL 15, 1666-1668).
180. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 4: AAS 57 (1965) 6.
181. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 4: AAS 58 (1966) 950.

182. Cf. Mt 28, 19-20: II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 2: AAS 58 (1966) 948;Ibid., 5-6: AAS 58 (1966) 951-955.
183. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 4: AAS 57 (1965) 7.
184. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 8.
185. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
186. Santo Agostinho, De Civitate Dei 18, 51 CSEL 40/2. 534 (PL 41. 614): cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
187. Cf. 2 Cor 5, 6; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 9.
188. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 5: AAS 57 (1965) 8.
189. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 6.
190. CatRom. 1. 10. 20. p. 117.
191. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 11.
192. Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 2: AAS 56 (1964) 98.
193. São Bernardo de Bernardo de Claraval, In Canticum sermo 27, 7, 14: Opera ed. J. Leclercq-C.H. Talbot-H. Rochais, V. I (Romæ 1957) p. 191.

194. Cf. Ef 5, 25-27.
195. Cf. Ef 3, 9-11.
196. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
197. João Paulo II. Ep. ap. Mulieris dignitatem, 27: AAS 80 (1988) 1718.
198. Cf. Ef 5, 27.
199. João Paulo II ep. ap. Mulieris dignitatem, 27: AAS 80 (1988) 1718, nota 55.
200. Santo Agostinho epistula 187, 11, 34: CSEL 57, 113 (PL 33, 845).
201. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 1 : AAS 57 (1965) 5.
202. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
203. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
204. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 45: AAS 58 (1966) 1066.
205. Paulo VI, Allocutio ad Sacri Collegii Cardinalium Patres (22 de Junho de 1973): AAS 65 (1973) 391.
206. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 7: AAS 58 (1966) 956: cf. Id, Const. dogm.Lumen Gentium, 17: AAS 57 (1965) 20-21.
207. Cf. Ap 14, 4.
208. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 12-13.

209. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
210. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13; cf. Jo 13, 34.
211. Cf. Rm 8, 2; Gl 5, 25.
212. Cf. Mt 5, 13-16.
213. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
214. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 9: AAS 57 (1965) 13.
215. Cf. João Paulo II,. Enc. Redemptor hominis, 18-21: AAS 71 (1979) 301-320.
216. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14
217. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16.
218. Cf. Jo 12, 32.
219. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 41.
220. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
221. São Leão Magno, Sermão 4, 1: CCL 138. 16-17 (PL 54, 149).
222. Cf. Mc 1, 16-20; 3, 13-19.
223. Cf. Mt 13, 10-17.
224. Cf. Lc 10, 17-20.
225. Cf. Lc22. 28-30.

226. Cf. Jo 14, 18.
227. Cf. Mt 28, 20.
228. Cf. Jo 20, 22; Act 2, 33.
229. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 7: AAS 57 (1965) 9.
230. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 7: AAS 57 (1965) 9.
231. Cf. Rm 6, 4-5; 1 Cor 12, 13.
236. Cf. Cl 2, 19.
237. Cf. Ef 4, 11-16.
238. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus 21, 8: CCL 36, 216-217 (PL 35, 1568).
239. São Gregório Magno, Moralia in Jó, Præfatio 6, 4: 14 CCL 143, 19 (PL 75, 525).
240. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ 3, q. 48, a. 2, ad 1: Ed. Leon. 11, 464.
241. Santa Joana D'Arc, Dictum: Procès de condamnation ed. P. Tisset (Paris
1960), p. 166 (texto em francês).
242. Cf. Jo 3, 29.
243. Cf. Mt 22, 1-14; 25, 1-13.
244. Cf. 1 Cor 6, 15-17; 2 Cor 11, 2.
245. Cf. Ap 22. 17 ef 1, 4: 5, 27.
246. Cf. Ef 5, 29.
247. Santo Agostinho enarratio in Psalmum 74, 4: CCL 39, 1207 (PL 37, 948-949).
248. Santo Agostinho, Sermão 268, 2: PL 38, 1232.

249. Pio XII enc. Mystici Corporis: DS 3808.
250. Cf. 1Cor 3, 16-17 ef 2, 21.
251. Santo Irineu de Lião, Adversus Hæreses 3, 24, 1: SC 211. 472-474 (PG 7, 966).
252. Pio XII.enc. Mystici Corporis: DS 3808.
253. Cf. Ef 4, 16.
254. Cf. 1 Cor 12, 13.
255. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 7: AAS 57 (1965) 10.
256. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16; cf. Id. Decr. Apostolicam actuositatem, 3: AAS 58 (1966) 839-840.
257. Cf. 1 Cor 13.
258. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 17
259. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium,30: AAS 57 (1965) 37; João Paulo II ex. ap. Christifideles laici, 24: AAS 81 (1989) 435.
260. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 13: AAS 57 (1965) 17.
261. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 1: AAS 58 (1966) 947.
262. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 4: AAS 57 (1965) 7; cf. São Cipriano de Cartago, De dominica Oratione, 23: CCL 3A. 105 (PL 4, 553).

263. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 11.
264 Cf. Santo Ofício ep. ad Episcopos Angliæ (14 de Setembro de 1864): DS 2888.
265. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 3: DS 3013.
266. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 2: AAS 57 (1965) 92.
267. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 2: AAS 57 (1965) 92.
268. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 78: AAS 58 (1966) 1101.
269. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 2: AAS 57 (1965) 91.
270. Clemente de Alexandria, Pædagogus 1, 6, 42: GCS 12, 115 (PG 8, 300).
271.II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 13: AAS 57 (1905) 18.
272. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 2: AAS 57 (1965) 91-92; Id, Const. dogm. Lumen Gentium, 14: AAS 57 (1965) 18-19; CIC cân 205.
273. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 11-12.
274. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 94.

275. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 92-93.
276. Cf. CIC cân 751.
277. Orígenes, In Ezechielem homilia 9, 1: SC 352, 296 (PG 13, 732).
278. II Concílio do Vaticano,. Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 93.
279. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
280. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 93: cf. Id. Const. dogm. Lumen Gentium, 15: AAS 57 (1965) 19.
281. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 93.
282. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
283. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 4: AAS 57 (1965) 95.
284. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 1: AAS 57 (1965) 90-91.
285. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio,, 6: AAS 57 (1965) 96-97.
286. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 7: AAS 57 (1965) 97.
287. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 8: AAS 57 (1965) 98.

288. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 9: AAS 57 (1965) 98.
289. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 10: AAS 57 (1965) 99.
290. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 4: AAS 57 (1965) 94; Ibid. 9: AAS, 57 (1965) 98: Ibid. 11: AAS 57 (1965) 99.
291. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio,12: AAS 57 (1965) 99100.
292. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 5: AAS 57 (1965) 96.
293. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 24: AAS 57 (1965) 107.
294. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 39: AAS 57 (1965) 44.
295. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16.
296. Cf. Act 9,13: 1 Cor 6, 1; 16, 1.
297. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 10: AAS 56 (1964) 102.
298. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 94.
299. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
300. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.

301. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16.
302. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42: AAS 57 (1965) 48.
303. Santa Teresa do Menino Jesus, Manuscrito B. 3v: Manuscrits autobiographiques (Paris992) p. 299. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, Obras Completas (Paço de Arcos edições do Carmelo 1996) p. 230].
304. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12; cf. In. Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 92-94; Ibid. 6: AAS 57 (1965) 9697.
305. Cf. 1 Jo 1, 8-10.
306. Mt 13, 24-30.
307. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 19: AAS 60 (1968) 440.
308. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 4445: Ibid, 48-51: AAS 57 (1965) 53-58.
309. João Paulo II ex. ap. Christifideles laici 16: AAS 81 (1989) 417.
310. João Paulo II ex. ap. Christifideles laici 17: AAS 81 (1989) 419-420.
311. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 65: AAS 57 (1965) 64.

312. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Smyrnæos 8, 2: SC 10bis p. 138 (Funk 1, 282).
313. Cf. Ef 1, 22-23.
314. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 6: AAS 58 (1966) 953.
315. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 4: AAS 58 (1966) 950-951.
316. Cf. Mt 28, 19.
317. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 13: AAS 57 (1965) 17.
318. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 31.
319. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus. 11: AAS 58 (1966) 677; CIC cân 368-369; CCEO cân 177 § 1. 178. 311, § 1. 312.
320. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27.
321. Santo Inácio de Antioquia ep ad Romanos, Inscr.: SC 10bis, p. 106 (Funk 1, 252).
322. Santo Irineu de Lião, Adversas Hæreses 3, 3, 2: SC 211, 32 (PG 7, 849); I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Pastor æternus, c. 2: DS 3057.
323. São Máximo o Confessor, Opuscula theologica et polemica: PG 91, 137-140.
324. Paulo VI ex. ap. Evangelii nuntiandi, 62: AAS 68 (1976) 52.

325. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS57 (1965) 29.
326. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 13: AAS 57 (1965) 18.
327. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 14: AAS 57 (1965) 1819.
328. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 15: AAS 57 (1965) 19.
329. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 93.
330. Paulo VI, Allocutio in Æde Sixtina, decem exactis annis a sublatis mutuis excomunicationibus inter Romanam et Constantinopolitanam Ecclesias (14 de Dezembro de1975): AAS 68 (1976) 121: cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 13-18: AAS 57 (1965) 100-104.
331. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20.
332. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Nostra ætate, 4: AAS 58 (1966) 742-743.
333. Sexta-Feira da Paixão do Senhor, Celebração da Paixão do Senhor Oração Universal VI: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 254 [Trad. oficial portuguesa: Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p. 259.267].

334. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20; cf. Id, Decl. Nostra ætate, 3: AAS 58 (1966) 741-742.
335. II Concílio do Vaticano, Decl. Nostra ætate, 1: AAS 58 (1966) 740.
336. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20; cf. Id, Decl. Nostra ætate, 2: AAS 58 (1966) 740-741; Paulo VI. Ex. ap. Evangelii nuntiandi, 53: AAS 68 (1976) 41.
337. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20.
338. Cf. Santo Agostinho, Sermão 96, 7, 9: PL 38, 588.
339. Santo Ambrósio, De virginitate 18, 119: Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis opera,v. 14/2 (Milano-Roma 1989) p. 96 (PL 16, 297).
340. Cf. já em 1 Pe 3, 20-21.
341. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 14: AAS 57 (1965) 18.
342. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20; cf. Santo Ofício epistula ad Archiepiscopum Bostoniensem (8 de Agosto 1949): DS 3866-3872.
343. Cf. Heb 11, 6.
344. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 7: AAS 58 (1966) 955.
345. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 1: AAS 58 (1966) 947.

346. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 2: AAS 58 (1966) 948.
347. Cf. João Paulo II. Enc. Redemptoris missio, 23: AAS 83 (1991) 269-270.
348. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 6: AAS 58 (1966) 842-843; João Paulo II enc. Redemptoris missio, 11: AAS 83 (1991) 259-260.
349. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 21: AAS 83 (1991) 268.
350. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 5: AAS 58 (1966) 952.
351. Tertuliano, Apologeticum 50, 13: CCL 1, 171 (PL 1, 603).
352. II Concílio do Vaticano, Const.past. Gaudium et spes, 43: AAS 58 (1966) 1064.
353. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12: cf. Ibid, 15: AAS 57 (1965) 20.
354. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 1 AAS 58 (1966) 947.
355. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 12-20: AAS 83 (1991) 260-268.
356. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
357. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et Spes, 40: AAS 58 (1966) 1058.

358. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 42-47: AAS 83 (1991) 289-295.
359. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 15: AAS 58 (1966) 964.
360. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 48-49: AAS 83 (1991) 295-297.
361. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 52-54: AAS 83 (1991) 299-302.
362. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 6: AAS 58 (1966) 953.
363. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 50: AAS 83 (1991) 297-298.
364. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 4: AAS 57 (1965) 96.
365. Cf. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 55: AAS 83 (1991) 302-304.
366. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 9: AAS 58 (1966) 958.
367. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 9: AAS 58 (1966) 958.
368. Cf. Ap 21, 14.
369. Cf. Mt 28, 16-20; Act 1, 8; 1 Cor 9, 1; 15, 7-8: Gl 1, 1: etc.
370. Cf. Act 2, 42.
371. Cf. 2 Tm 1, 13-14.
372. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 5: AAS 58 (1966) 952.

373. Prefácio dos Apóstolos Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 426 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p. 493].
374. Cf. 1 Jo 13, 20; 17. 18.
375. Cf. Lc 10, 16.
376. Cf. Jo 15, 5.
377. Cf. Mt 28, 20.
378. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 23.
379. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 23: cf. São Clemente Romano epistula ad Corinthios, 42, 4: SC 167, 168-170 (Funk, 1. 152); Ibid. 44, 2: SC 167, 172 (Funk, 1, 154-156).
380. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 24.
381. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 2: AAS 58 (1966) 838.
382. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 6: AAS 58 (1966) 840; cf. Jo15, 5.
383. Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 3: AAS 58 (1966) 839.
384. Cf. Ap 19. 6.
385. Cf. Ef 1. 4.
386. Cf. Ap 21, 9.
387. Cf. Ap 21, 10-11.
388. Cf. Ef 4, 3-5.

389. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 2: AAS 58 (1966) 948.
390. Cf. Ap 21, 14.
391. Cf. Mt 16, 18.
392. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 11-12.
393. CIC, cân. 204, § l; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 31: AAS 57 (1965) 37-38.
394. CIC, cân. 208: cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 32: AAS 57 (1965) 38-39.
395. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 2: AAS 58 (1966) 838-839.
396. CIC cân. 207, § 2.
397. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 18: AAS 57 (1965) 2122.
398. Cf. Rm 1, 1.
399. Cf. 1 Cor 9, 19.
400. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 5: AAS 58 (1966) 951.
401. Cf. Jo 17, 21-23.
402. Cf. Mt 4, 19.21; Jo 1, 43.
403. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 19: AAS 57 (1965) 22.
404. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 25: cf. CIC cân 330.
405. Cf. Mt 16, 18-19.

406. Cf. Jo 21, 15-17.
407. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26.
408. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27.
409. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26: ID. Decr. Christus Dominus, 2: AAS 58 (1966) 673; Ibid, 9: AAS 58 (1966) 676.
410. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26: cf. CIC cân 336.
411. CIC cân 337 § 1.
412. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 27.
413. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26.
414. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27.
415. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27.
416. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus, 3: AAS 58 (1966) 674.
417 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 28.
418. Cf. Gl 2, 10.

419. Cf. Canones Apostolorum, 34 [Constitutiones apostolicæ 8, 47, 34]: SC 336, 284 (Funk, Didascalia et Constitutiones Apostolorum 1, 572-574).
420. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 29.
421. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbiterorum ordinis, 4: AAS 58 (1966) 995.
422. Cf. Mc 16, 15.
423. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 29.
424. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16: cf. Id, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
425. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 30: cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Pastor æternus, c. 4: DS 3074.
426 II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 10: AAS 58 (1966) 822.
427. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 30.
428. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 30.
429. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 2930.
430. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 31.

431. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 32.
432. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 27: AAS 57 (1965) 32.
433. Cf. Lc 22, 26-27.
434. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 27: AAS 57 (1965) 32.
435. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 27: AAS 57 (1965) 33.
436. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Smyrnæos 8, 1: SC 10bis, 138 (Funk 1, 282).
437. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 31: AAS 57 (1965) 37.
438. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 31: AAS 57 (1965) 3738.
439. Pio XII, Allocutio ad Patres Cardinales recenter creatos (20 de Fevereiro de 1946): AAS 38 (1946) 149; aduzido por João Paulo II ex. ap. Christifideles laici, 9: AAS 81 (1989) 406.
440. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 33: AAS 57 (1965) 39.
441. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 34: AAS 57 (1965) 40: cf. Ibid, 10: AAS 57 (1965) 14-15.
442. CIC cân 835 § 4.
443. Cf. CIC cân 230 § 1.
444. CIC cân 230 § 3.

445. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 35: AAS 57 (1965) 40.
446 São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3 q. 71, a. 4, ad 3: Ed. Leon. 12, 124.
447. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 35: AAS 57 (1965) 40.
448. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 6: AAS 58 (1966)
843: cf. Id, Decr. Ad gentes, 15: AAS 58 (1966) 965.
449. Cf. CIC cân 774.776.780.
450. Cf. CIC cân 229.
451. Cf. CIC cân. 822 § 3.
452. CIC cân 212 § 3.
453. Cf. Fl 2, 8-9.
454. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 41.
455. Santo Ambrósio espositio psalmi CXVIII, 14, 30: CSEL 62, 318 (PL 15, 1476).
456. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 42.
457. Paulo VI ex. ap. Evangelii nuntiandi, 73: AAS 68 (1976) 61.
458. CIC cân 129 § 2.
459. Cf. C1C cân 443 § 4.
460. Cf. CIC cân. 463 § 1-2.
461. Cf. CIC cân 511-512.536.
462. Cf. CIC cân 517 § 2.

463. Cf. CIC cân 492 § 1. 537.
464. Cf. CIC cân 1421 § 2.
465. II Concílio do Vaticano, Const. dogm Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 42.
466. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 33: AAS 57 (1965) 39.
467. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 44: AAS 57 (1965) 51.
468. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42-43: AAS 57 (1965) 47-50; ID. Decr. Perfectæ caritatis, l: AAS 58 (1966) 702-703.
469. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Perfectæ caritatis, 5: AAS 58 (1966) 704705.
470. Cf. CIC cân 573.
471. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 43: AAS 57 (1965) 49.
472. II Concílio do Vaticano, Decr. Perfectæ caritatis, 1: AAS 58 (1966) 702.
473 Cf. CIC cân 605.
474. CIC cân 603 § 1.
475. 1 Cor 7, 34-36.
476. Cf. João Paulo II ex. ap. Vita consecrata, 7: AAS 88 (1996) 382.
477. CIC cân. 604 § 1.
478. Ordo Consecrationis virginum. Prænotanda 1 editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis1970). p. 7 [ed. oficial portuguesa: Consagração das Virgens.

Preliminares 1 edição típica.(Coimbra. Conferência Episcopal Portuguesa - Gráfica de Coimbra 1993) p. 9].
479. Cf. CIC cân 604 § 1.
480. Cf. Ordo Consecrationis virginum. Prænotanda 2. editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 7 [ed. oficial portuguesa: Consagração das Virgens. Preliminares 2 edição típica.(Coimbra, Conferência Episcopal Portuguesa — Gráfica de Coimbra 1993) p. 9].
481. Cf. CIC cân 604 § 2.
482. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 11: AAS 57 (1965) 102.
483. Cf. CIC cân 573.
484. Cf. CIC cân 607.
485. Cf. CIC cân 591.
486. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus, 33-35: AAS 58 (1966) 690692.
487. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 18: AAS 58 (1966) 968-969; Ibid. 40: AAS 58 (1966) 987-988.
488. João Paulo II enc. Redemptoris missio, 69: AAS 83 (1991) 317.
489. CIC cân. 710.
490. Pio XII, Const. ap. Provida Mater: AAS 39 (1947) 118.
491. CIC cân 713 § 2.

492. II Concílio do Vaticano, Decr. Perfectæ caritatis, 11: AAS 58 (1966) 707.
493. Cf. CIC cân 713.
494. CIC cân 731 § 1-2.
495. CIC cân 783: João Paulo II enc. Redemptoris missio, 69: AAS 83 (1991) 317318.
496. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 31: AAS 57 (1965) 37.
497. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 44: AAS 57 (1965) 5051
498. Cf. CIC cân 207 § 1-2.
499. CIC cân 331.
500. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus, 2: AAS 58 (1966) 673.
501. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27.
502. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 2: AAS 58 (1966) 839.
503. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 43: AAS 58 (1966) 1063.
504. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 41.
505. São Nicetas de Remesiana, Instructio ad competentes 5, 3, 23 [Explanatio Symboli, 10]: TPL 1, 119 (PL 52, 871).

506. São Tomás de Aquino, In Symbolum Apostolorum scilicet “Credo in Deum” espositio, 13: Opera omnia, v. 27 (Parisiis 1875) p. 224.
507. Cat Rom 1, 10, 24, p. 119.
508. Cat Rom 1, 10, 24, p. 119.
509. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 16.
510. Cat Rom 1, 10, 27, p. 121.
511. Cf. Lc 16, 1-3.
512. Cf. 1 Cor 10. 24.
513. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 49: AAS 57 (1965) 54.
514. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 49: AAS 57 (1965) 5455.
515. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 49: AAS 57 (1965) 55.
516. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 49: AAS 57 (1965) 55.
517. São Domingos, moribundo, aos seus irmãos: Relatio iuridica 4 (Frater Radulphus de Faventia), 42: Acta sanctorum, Augustus I, p. 551.
518. Santa Teresa do Menino Jesus, Verba (17 de Julho de 1897): Derniers Entretiens (Paris 1971) p. 270. [Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, Obras Completas (Paço de Arcos edições do Carmelo 1996) p. 1167].

519. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 50: AAS 57 (1965) 56.
520. Martyrium sancti Polycarpi 17, 3: SC 10bis. 232 (Funk 1, 336).
521. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 50: AAS 57 (1965) 55.
522. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 51: AAS 57 (1965) 58.
523. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
524. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 30: AAS 60 (1968) 445.
525. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 53: AAS 57 (1965) 5758: cf.Santo Agostinho, De santa virginitate 6, 6: CSEL 41, 240 (PL 40, 399).
526. Paulo VI, Allocutio ad Conciliares Patres, tertia exata Œcumenicæ Synodi Sessione(21 de Novembro de 1964): AAS 56 (1964) 1015.
527. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 57: AAS 57 (1965) 61.
528. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 58: AAS 57 (1965) 61
62.
529. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 69: AAS 57 (1965) 66.

530.II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 59: AAS 57 (1965) 62.
531. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 59: AAS 57 (1965) 62: cf. Pio XII, Const. ap. Munificentissimus Deus (1 Novembro de 1950): DS 3903.
532. Liturgia bizantina, Tropário para a festa da Dormição da bem-aventurada Virgem Maria: Horológion tò mega (Romæ 1876) p. 215.
533. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 53: AAS 57 (1965) 59.
534. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 63: AAS 57 (1965) 64.
535. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 61: AAS 57 (1965) 63.
536. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 62: AAS 57 (1965) 63.
537. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 60: AAS 57 (1965) 62.
538. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 62: AAS 57 (1965) 63.
539. Paulo VI ex. Ap. Marialis cultus, 56: AAS 66 (1974) 162.
540. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 66: AAS 57 (1965) 65.
541. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 103; AAS 56 (1964)

125.
542. Paulo VI ex. Ap. Marialis cultus, 42: AAS 66 (1974) 152-153.
543. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 69: AAS 57 (1965) 6667.
544. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 68: AAS 57 (1965) 66
545. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 15: AAS 60 (1968) 439.
544. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 68: AAS 57 (1965) 66.
545. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 15: AAS 60 (1968) 439.
546. Cf. Rm 4, 25.
547. CatRom 1, 11, 3, P.123.
548. CatRom1, 11, 4, p. 123.
549. São Gregório de Nazianzo, Oratio 39, 17: SC 358, 188 (PG 36, 356).
550. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 2: DS 1672.
551. Santo Agostinho, Sermão 214, 11: ed. P. Verbraken: Revue Bénédictine 72 (1962) 21 (PL 38, 1071-1072).
552. CatRom 1, 11, 5, p. 124.
553. Cf. Mt 18, 21-22.
554. Santo Ambrósio, De Pænitentia 1, 8, 34: CSEL 73, 135-136 (PL 16, 476-477).

555. São João Cristóstomo, De sacerdotio 3, 5: SC 272, 148 (PG 48, 643).
556. Santo Agostinho, Sermão 213, 8, 8: ed. G. Morin, Sancti Augustini sermones post Maurinos reperti [Guelferbytanus 1, 9] (Romæ 1930) p. 448 (PL 38, 1064).
557. CatRom1, 11, 6, p. 124-125.
558. Cf. Jo 6, 39-40.
559. Cf. 1 Ts 4, 14; 1 Cor 6, 14; 2 Cor 4, 14; Fl 3, 10-11.
560. Cf. Gn 6, 3: Sl 56, 5: Is 40, 6.
561. Tertuliano, De resurrectione mortuorum 1, 1: CCL 2, 921 (PL 2, 841).
562. Cf. 2 Mac 7, 29: Dn 12, 1-13.
563. Cf. Act 23, 6.
564. Cf. Jo 11, 24.
565. Cf. Jo 5, 24-25: 6, 40.
566. Cf. Jo 6, 54.
567. Cf. Mc 5, 21-43: Lc 7, 11-17: Jo 11.
568. Cf. Mt 12, 39.
569. Cf. Jo 2, 19-22.
570. Cf. Mc 10, 34.
571. Cf. Act 4, 33.
572. Cf. Act 17, 32: 1 Cor 15, 12-13.
573. Santo Agostinho enarratio Psalmum 88, 2. 5: CCL 39, 1237 (PL 37, 1134).
574. Cf. Dn 12, 2.

575. IV Concílio de Trento, c. 1. De fide catholica: DS 801.
576. Cf. Fl 3, 21.
577. Santo Irineu de Lião, Adversus Hæreses 4, 18, 5: SC 100, 610-612 (PG 7, 1028-1029).
578. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 54.
579. Cf. Fl 3, 20.
580. Cf. Fl 1, 23.
581. Cf. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 28: AAS 60 (1968) 444.
582. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 18: AAS 58 (1966) 1038.
583. Cf. Gn 2, 17.
584. Cf. Rm 6, 3-9: Fl 3, 10-11.
585. Cf. Gn 2, 17; 3, 3.19; Sb 1, 13; Rm 5, 12; 6, 23.
586. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5. Decr. de peccato originali, can 1: DS 1511.
587. Cf. Sb 2, 23-24.
588. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 18: AAS 58 (1966) 1038.
589. Cf. Mc 14, 33-34: Heb 5, 7-8.
590. Cf. Rm 5, 19-21.
591. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Romanos 6, 1-2: Sc: lobis, 114 (Funk 1, 258-260).
592. Cf. Lc 23, 46.

593. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Romanos 7, 2: Sc 10bis, 116 (Funk 1, 260).
594. Santa Teresa de Jesus, Pœsía, 7: Biblioteca Mística Carmelitana, v. 6 (Burgos 1919) p. 86. [Santa Teresa de Ávila, Seta de Fogo (Lisboa, Assírio & Alvim 1989) p. 31].
595. Santa Teresa do Menino Jesus, Lettre (9 de Junho de 1897): Correspondance Générale,v. 2 (Paris 1973) p. 1015. [Santa Teresa do Menino Jesus e d Santa Face, Obras Completas(Paço de Arcos edições do Carmelo 1996) p. 622].
596. Cf. 1 Ts 4, 13-14.
597. Prefácio dos Defuntos I: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 439 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 509].
598. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 54.
599. Imitação de Cristo 1, 23, 5-8: ed. T. Lupo (Città del Vaticano 1982) p. 70.
600. São Francisco de Assis, Cântico das criaturas: Opuscula sancti Patris Francisci Assisiensis ed. C. Esser (Grottaferrata 1978) p. 85-86. [Cf. Fontes Franciscanas, I (Braga editorial Franciscana, 1994) p. 781.
601. Tertuliano, De resurrectione mortuorum 8, 2: CCL 2, 931 (PL 2, 852).

602. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 854. C
603. Cf. 1 Cor 15, 42.
604. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 18: AAS 58 (1966) 1038.
605. Ordo Unctionis infirmorum eorumque pastoralis curæ. Orto commendationis morientium. 146-147 editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 60-61 [em port.:Unção e Pastoral dos Doentes. Encomendação dos moribundos. 146-147, segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1994) p. 1091.
606. Cf. 2 Tm 1, 9-10.
607. Cf. Lc 16, 22.
608. Cf. Lc 23, 43.
609. Cf. 2 Cor 5, 5: Fl 1, 23; Heb 9, 27: 12, 23.
610. Cf. Mt 16, 26.
611. Cf. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 856: Concílio de Florença, Decr. pro Græcis: DS 1304: Concílio de Trento, Sess. 25-, Decretum de purgatorio: DS 1820.
612. Cf. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 857; João XXII, Buda Ne super his: DS 991; Bento XII, Const. Benedictus Deus: DS 10001001; Concílio de Florença, Decr. pro Græcis: DS 1305.

613. Cf. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 858; Bento XII, Const. Benedictus Deus: DS 1002; Concílio de Florença, Decr. pro Græcis: DS 1306.
614. São João da Cruz, Avisos y sentencias. 57: Biblioteca Mística Carmelitana, N.
13 (Burgos 1931), p. 238. [S. João da Cruz, Ditos de luz e amor. 57: Obras Completas (Paço de Arcos edições Carmelo 1986) P. 1015].
615. Cf. Ap 22, 4.
616. Bento XII. Const. Benedictus Deus: DS 1000; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm.Lumen Gentium, 49 AAS 57 (1965) 54.
617. Cf. Jo 14, 3; Fl 1, 23: 1 Ts 4, 17.
618. Cf. Ap 2, 17.
619. Santo Ambrósio expositio evangelii secundum Lucam 10, 121: CCL, 14, 379 (PL 15-1927).
620. São Cipriano de Cartago epistula 58, 10: CSEL 3/2, (1996): 665; 58.10.1: CCL 3C, 333-334 (56, 10: PL 4, 367-368).
621. Cf. Mt 25, 21.23.
622. Cf. Conc. de Florença, Decr. pro Græcis: DS 1304.
623. Cf. Concílio de Trento, Sess. 25, Decretum de purgatorio: DS 1820: Sess. 6-. Decr. de iustificatione, canon 30: DS 1580.
624. Por exemplo, 1 Cor 3, 15: 1 Pe 1, 7.

625. São Gregório Magno, Dialogi 4, 41, 3: SC 265, 148 (4, 39: PL 77, 396).
626. Cf. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 856.
627. Cf. Jó 1, 5.
628. São João Crisóstomo, In epistulam I ad Corinthios homilia 41, 5: PG 61, 361.
629. Cf. Mt 25, 31-46.
630. Cf. Mt 5, 22.29; 13, 42.50; Mc 9, 43-48.
631. Cf. Mt 10, 28.
632. Cf. Symbolum Quicumque: DS 76; Synodus Constantinopolitana. q (em 543),Anathematismi contra Origenem, 7: DS 409; Ibid, 9: DS 411; IV Concílio de Latrão, Cap. I,De fide catholica: DS 801: II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 858; Bento XII, Const. Benedictus Deus: DS 1002; Concílio de Florença,Decr. pro Iacobitis: DS 1351: Concílio de Trento, Sess. 6, Decr. de iustificatione, canon 25: DS 1575; Paulo VI. Sollemnis Professio fidei, 12: AAS 60 (1968) 438.
633. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 54.
634. II Concílio de Orange, Conclusio: DS 397; Concílio de Trento, Sess. 6. Decr: de iustificatione, canon 17: DS 1567.

635. Oração Eucarística I ou Cânone Romano, 88: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 450 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 518].
636. Cf. Jo 12, 48.
637. Santo Agostinho, Sermão 18, 4, 4: CCL 41, 247-249 (PL 38, 130-131).
638. Cf. Ct 8, 6.
639. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
640. Cf. Ap 21, 1.
641. Cf. Ap 21, 5.
642. Cf. Ap 21, 27.
643. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 1: AAS 57 (1965) 5.
644. Cf. Ap 21, 27.
645. Santo Irineu de Lião, Adversus Hæreses 5, 32. 1: SC 153, 398 (PG 7, 1210).
646. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 39: AAS 58 (1966) 10561057.
647. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 39: AAS 58 (1966) 1057.
648. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 39: AAS 58 (1966) 1057: cf.Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 5-6.

649. São Cirilo de Jerusalém, Catecheses illuminandorum 18, 29: Opera. v. 2. ed. J. Rupp (Monaci 1870) p. 332 (PG 33, 1049).
650. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 28: AAS 60 (1968) 444.
651. Paulo VI, Sollemnis Professio fidei, 29: AAS 60 (1968) 444.
652. Cf. Sagrada Congregação do Clero, Directorium catechisticum generale, 69: AAS 64(1972) 141.
653. Oração antes da Comunhão, 132: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 474 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 546].
654. II Concílio de Lião, Professio fidei Michælis Palæologi imperatoris: DS 859: cf. Concílio de Trento, Sess. 6, Decretum de iustificatione, c. 16: DS 1549.
655. Cf. Ap 22, 21.
656. Cf. Mt 6, 2.5.16.
657. Cf. Jo 5, 19.
658. Santo Agostinho, Sermão 58, 11, 13: PL 38, 399.
659. Doxologia final da oração eucarística: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 455, 460, 464 e 471 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 522, 528, 535, 543 etc.].

SEGUNDA PARTE: A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

INTRODUÇÃO

POR QUE A LITURGIA?

§1066.

No Símbolo da Fé, a Igreja confessa o mistério da Santíssima Trindade e o seu "desígnio admirável" (Ef 1, 9) sobre toda a criação. O Pai realiza o "mistério da sua vontade", dando o seu Filho muito amado e o seu Espírito Santo para a salvação do mundo e para a glória do seu nome. Tal é o mistério de Cristo (1), revelado e realizado na história segundo um plano, uma "disposição" sabiamente or-

denada, a que São Paulo chama de “a economia do mistério” (Ef 3, 9) e a que a tradição patrística chamará de “a economia do Verbo encarnado” ou “economia da salvação”.

§1067.

“Esta obra da redenção humana e da glorificação perfeita de Deus, cujo prelúdio foram as magníficas obras divinas operadas no povo do Antigo Testamento, a realizou Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada PAIXÃO, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão, em que, "morrendo, destruiu a morte e, ressuscitando, restaurou a vida". Efetivamente, foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu "o sacramento admirável de toda a Igre-

ja"" (2). É por isto que, na Liturgia, a Igreja celebra principalmente o mistério pascal, pelo qual Cristo realizou a obra da nossa salvação.

§1068.

É este mistério de Cristo que a Igreja proclama e celebra na sua Liturgia, para que os fiéis dele vivam e dele deem testemunho no mundo.

“A Liturgia, com efeito, pela qual, sobretudo no sacrifício eucarístico, "se atua a obra da nossa redenção", contribui em sumo grau para que os fiéis exprimam na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja” (3).

QUAL O SIGNIFICADO DA PALAVRA LITURGIA?

§1069.

Originalmente, a palavra “Liturgia” significa “obra pública”, “serviço por parte de e em favor do povo”. Na tradição cristã, quer dizer que o povo de Deus toma parte na “obra de Deus” (4). Pela Liturgia, Cristo, nosso Redentor e Sumo Sacerdote, continua na sua Igreja, com ela e por ela, a obra da nossa redenção.

§1070.

No Novo Testamento, a palavra “Liturgia” é empregada para designar, não somente a celebração do culto divino, mas também o anúncio do Evangelho (6) e a caridade em

ato (7). Em todas estas situações, se trata do serviço a Deus e às pessoas. Na celebração litúrgica, a Igreja é serva, à imagem do seu Senhor, o único "Liturgo" (8), participando no seu sacerdócio (culto) profético (anúncio) e real (serviço da caridade).

"Com razão se considera a Liturgia como o exercício da função sacerdotal de Jesus Cristo. Nela, mediante sinais perceptíveis e no modo próprio de cada qual, se significa e se realiza a santificação das pessoas e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Jesus Cristo, isto é, pela Cabeça e pelos Membros. Portanto, qualquer celebração litúrgica, enquanto obra de Cristo Sacerdote e do seu Corpo, que é a Igreja, é ação sagrada

por excelência e nenhuma outra ação da Igreja a iguala em eficácia com o mesmo título e no mesmo grau" (9).

A LITURGIA COMO FONTE DE VIDA

§1071.

Obra de Cristo, a Liturgia é também uma ação da sua Igreja. Ela realiza e manifesta a Igreja como sinal visível da comunhão de Deus e dos seres humanos por Cristo, empenha os fiéis na vida nova da comunidade e implica em uma participação "consciente, ativa e frutuosa" de todos (10).

§1072.

"A Liturgia não esgota toda a ação da Igreja" (11). Deve ser precedida pela evangeliza-

ção, pela fé e pela conversão e só então pode produzir os seus frutos na vida dos fiéis: a vida nova segundo o Espírito, o engajamento na missão da Igreja e o serviço à sua unidade.

ORAÇÃO E LITURGIA

§1073.

A Liturgia é também participação na oração de Cristo, dirigida ao Pai, no Espírito Santo. Nela, toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu fim. Pela Liturgia, o ser humano interior lança raízes e se alicerça no "grande amor com que o Pai nos amou" (Ef 2, 4) em seu Filho bem-amado. É a mesma "maravilha de Deus" que é vivida e interiori-

zada por toda a oração, “em todo o tempo, no Espírito” (Ef 6, 18).

CATEQUESE E LITURGIA

§1074.

“A Liturgia é, simultaneamente, o cume para o qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde emana toda a sua força” (13). É, portanto, o lugar privilegiado da catequese do Povo de Deus. “A catequese está intrinsecamente ligada a toda ação litúrgica e sacramental, pois é nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, que Jesus Cristo age em plenitude para a transformação dos seres humanos” (14).

§1075.

A catequese litúrgica visa introduzir no mistério de Cristo (ela é “mistagogia”), partindo do visível para o invisível, do significante para o significado, dos “sacramentos” para os “mistérios”. Tal catequese compete aos catecismos locais e regionais. O presente catecismo, que deseja se colocar à serviço de toda a Igreja, na diversidade dos seus ritos e das suas culturas (15), apresentará o que é fundamental e comum a toda a Igreja a respeito da Liturgia enquanto mistério e enquanto celebração (Primeira Seção) e depois, dos sete sacramentos e sacramentais (Segunda Seção).

Notas

1. Cf. Ef 3, 4.
2. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 5: AAS 56 (1964) 99.
3. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 2: AAS 56 (1964) 97-98.
4. Cf. Jo 17, 4
5. Cf. Act 13, 2: Lc 1, 23.
6. Cf. Rm 15, 16; Fl 2, 14-17.30.
7. Cf. Rm 15, 27; 2 Cor 9, 12; Fl 2, 25.
8. Cf. Heb 8, 2.6.
9. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 7: AAS 56 (1964) 101.
10. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 11: AAS 56 (1964) 103.
11. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 9: AAS 56 (1964) 101.
12. Cf. Ef 3, 16-17.
13. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 10: AAS 56 (1964) 102.
14. João Paulo II ex. Ap. Catechesi tradendæ, 23: AAS 71 (1979) 1296.
15. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 3-4: AAS 56 (1964) 98.

PRIMEIRA SEÇÃO: A "ECONOMIA" SACRAMENTAL

§1076.

No dia de Pentecostes, pela efusão do Espírito Santo, a Igreja foi manifestada ao mundo (1). O dom do Espírito inaugura um tempo novo na "dispensação do mistério": o tempo da Igreja, durante o qual, Cristo manifesta, torna presente e comunica a sua obra de salvação pela Liturgia da sua Igreja, "até que Ele venha" (1 Cor 11, 26). Durante este tempo da Igreja, Cristo vive e age, agora na sua Igreja e com ela, de um modo novo, próprio deste tempo novo. Age pelos sacramentos e é a isto que a Tradição comum do Oriente e do Ocidente chama de "economia sa-

cramental". Esta consiste na comunicação (ou "dispensação") dos frutos do mistério pascal de Cristo na celebração da Liturgia "sacramental" da Igreja.

É por isto que importa, antes de tudo, pôr em relevo esta "dispensação sacramental" (Capítulo primeiro). Assim, aparecerão mais claramente a natureza e os aspectos essenciais da celebração litúrgica (Capítulo segundo).

CAPÍTULO PRIMEIRO: O MISTÉRIO PASCAL NO TEMPO DA IGREJA

ARTIGO 1: A LITURGIA - OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. O Pai, fonte e fim da Liturgia

§1077.

"Bendito seja Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, nos Céus, nos encheu de toda a espécie de bênçãos espirituais em Cristo. Foi assim que, n'Ele, nos escolheu antes da criação do mundo, para sermos, no amor, santos e irrepreensíveis na sua presença. Destinou-nos de antemão a que nos tornássemos seus filhos adotivos por Jesus Cristo. Assim aprouve à sua vontade, para que fosse enaltecida a glória da sua graça, com a

qual nos favoreceu em seu Filho muito amado" (Ef 1, 3-6).

§1078.

Abençoar é uma ação divina que dá a vida e de que o Pai é a fonte. A sua bênção é, ao mesmo tempo, palavra e dom ("bene-dictio", "eu-logia"). Aplicada ao ser humano, tal palavra significará a adoração e a entrega ao seu Criador em ação de graças.

§1079.

Desde o princípio até à consumação dos tempos, toda a obra de Deus é bênção. Desde o poema litúrgico da primeira criação até os cânticos da Jerusalém Celeste, os autores

inspirados anunciam o desígnio da salvação como uma imensa bênção divina.

§1080.

Desde o princípio, Deus abençoa os seres vivos, especialmente o homem e a mulher. A aliança com Noé e todos os seres animados renova esta bênção de fecundidade, apesar do pecado do ser humano, pelo qual a terra fica “maldita”. Mas é a partir de Abraão que a bênção divina penetra na história dos seres humanos, que caminhava em direção à morte, para fazê-la regressar à vida, à sua fonte. Pela fé do “pai dos crentes”, que acolhe a bênção, é inaugurada a história da salvação.

§1081.

As bênçãos divinas se manifestam em acontecimentos maravilhosos e salvíficos: o nascimento de Isaac, a saída do Egito (Páscoa e Êxodo), o dom da terra prometida, a eleição de Davi, a presença de Deus no templo, o exílio purificador e o regresso do "pequeno resto". A Lei, os Profetas e os Salmos, que entretecem a Liturgia do povo eleito, se, por um lado, recordam essas bênçãos divinas, por outro, lhes respondem com as bênçãos de louvor e a ação de graças.

§1082.

Na Liturgia da Igreja, a bênção divina é plenamente revelada e comunicada. O Pai é reconhecido e adorado como a Fonte e o Fim

de todas as bênçãos da criação e da salvação. No seu Verbo - encarnado, morto e ressuscitado por nós - ele nos cumula com as suas bênçãos e, por Ele, derrama nos nossos corações o Dom que contém todos os dons: o Espírito Santo.

§1083.

Compreende-se então a dupla dimensão da Liturgia cristã como resposta de fé e de amor às "bênçãos espirituais" com que o Pai nos gratifica. Por um lado, a Igreja, unida ao seu Senhor e "sob a ação do Espírito Santo" (2), bendiz o Pai "pelo seu Dom inefável" (2 Cor 9, 15), mediante a adoração, o louvor e a ação de graças. Por outro lado e até à consumação do desígnio de Deus, a Igreja não ces-

sa de oferecer ao Pai “a oblação dos seus próprios dons” e de Lhe implorar que envie o Espírito Santo sobre esta oblação, sobre si própria, sobre os fiéis e sobre o mundo inteiro, a fim de que, pela comunhão na morte e na ressurreição de Cristo Sacerdote e pelo poder do Espírito, estas bênçãos divinas produzam frutos de vida, “para que seja enaltecida a glória da sua graça” (Ef 1, 6).

II. A ação de Cristo na Liturgia

CRISTO GLORIFICADO...

§1084.

“Sentado à direita do Pai” e derramando o Espírito Santo sobre o seu corpo que é a Igreja, Cristo age agora pelos sacramentos, que

instituiu para comunicar a sua graça. Os sacramentos são sinais perceptíveis (palavras e ações), acessíveis à nossa humanidade atual. Realizam eficazmente a graça que significam, em virtude da ação de Cristo e pelo poder do Espírito Santo.

§1085.

Na Liturgia da Igreja, Cristo significa e realiza principalmente o seu mistério pascal. Durante a sua vida terrena, Jesus anunciava pelo seu ensino e antecipava pelos seus atos o seu mistério pascal. Uma vez chegada a sua "Hora" (3), Jesus vive o único acontecimento da história que não passa jamais: morre, é sepultado, ressuscita de entre os mortos e Se senta à direita do Pai "uma vez por todas"

(Rm 6, 10; Heb 7, 27; 9, 12). É um acontecimento real, ocorrido na nossa história, mas único. Todos os outros acontecimentos da história acontecem uma vez e passam, devorados pelo passado. Pelo contrário, o mistério pascal de Cristo não pode ficar somente no passado, já que, pela sua morte, ele destruiu a morte e tudo o que Cristo é, tudo o que fez e sofreu por todos os seres humanos, participa da eternidade divina e, assim, transcende todos os tempos e em todos se torna presente. O acontecimento da cruz e da ressurreição permanece e atrai tudo para a vida.

... DESDE A IGREJA DOS APÓSTOLOS...

§1086.

"Assim como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só para que, pregando o Evangelho a toda a criatura, anunciassem que o Filho de Deus, pela sua morte e ressurreição, nos libertara do poder de Satanás e da morte e nos introduzira no Reino do Pai, mas também para que realizassem a obra da salvação que anunciavam, mediante o Sacrifício e os sacramentos, à volta dos quais gira toda a vida litúrgica" (4).

§1087.

Deste modo, Cristo ressuscitado, ao dar o Espírito Santo aos Apóstolos, lhes confia o seu poder de santificação (5); eles se tornam sinais sacramentais de Cristo. Pelo poder do mesmo Espírito Santo, eles confiam este poder aos seus sucessores. Esta "sucessão apostólica" estrutura toda a vida litúrgica da Igreja e ela própria é sacramental, transmitida pelo sacramento da Ordem.

... ESTÁ PRESENTE NA LITURGIA TERRESTRE...

§1088.

"Para realizar tão grande obra" - como é a dispensação ou comunicação da sua obra de salvação - "Cristo está sempre presente na

sua igreja e, sobretudo, nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro - "o que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu outrora na Cruz" - quer e, sobretudo, sob as espécies eucarísticas. Está presente com a sua virtude nos sacramentos, de modo que, quando alguém batiza, é o próprio Cristo que batiza. Está presente na sua Palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta os salmos. Ele que prometeu: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estou Eu, no meio deles" (Mt 18, 20)" (6).

§1089.

"Em tão grande obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os seres humanos santificados, Cristo sempre associa, a Ele, a Igreja, sua amantíssima esposa, a qual invoca o seu Senhor e, por meio d'Ele, rende culto ao Pai eterno" (7).

... QUE PARTICIPA NA LITURGIA CELESTE

§1090.

"Na Liturgia da terra, participamos, saboreando-a de antemão, da Liturgia celeste, celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual nos dirigimos como peregrinos e onde Cristo está sentado à direita de Deus, como ministro do santuário e do verdadeiro taber-

náculo. Com todo o exército da milícia celestial, cantamos ao Senhor um hino de glória. Ao venerarmos a memória dos santos, esperamos ter alguma parte e comunhão com eles e aguardamos o Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, até que Ele apareça como nossa vida e também nós apareçamos com Ele na glória" (8).

III. O Espírito Santo e a Igreja na Liturgia

§1091.

Na Liturgia, o Espírito Santo é o pedagogo da fé do povo de Deus, o artífice das "obras-primas de Deus" que são os sacramentos da Nova Aliança. O desejo e a obra do Espírito, no coração da Igreja, é que nós vivamos da

vida de Cristo ressuscitado. Quando Ele encontra em nós a resposta da fé que suscitou, se realiza uma verdadeira cooperação. E, por ela, a Liturgia se torna a obra comum do Espírito Santo e da Igreja.

§1092.

Nesta dispensação sacramental do mistério de Cristo, o Espírito Santo age do mesmo modo que nos outros tempos da economia da salvação: prepara a Igreja para o encontro com o seu Senhor; lembra e manifesta Cristo à fé da assembleia; torna presente e atualiza o mistério de Cristo pelo seu poder transformante e, finalmente, enquanto Espírito de comunhão, une a Igreja à vida e à missão de Cristo.

O ESPÍRITO SANTO PREPARA PARA ACOLHER CRISTO

§1093.

O Espírito Santo realiza, na economia sacramental, as figuras da Antiga Aliança. Uma vez que a Igreja de Cristo estava "admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na Antiga Aliança" (9), a Liturgia da Igreja conserva, como parte integrante e insubstituível, os fazendo seus elementos do culto dessa Antiga Aliança:

- principalmente a leitura do Antigo Testamento;

- a oração dos Salmos;

- e, sobretudo, o memorial dos acontecimentos salvíficos e das realidades significati-

vas, que encontraram o seu cumprimento no mistério de Cristo (a Promessa e a Aliança, o Êxodo e a Páscoa, o Reino e o Templo, o Exílio e o regresso).

§1094.

É com base nesta harmonia dos dois Testamentos (10) que se articula a catequese pascal do Senhor (11) e, depois, a dos Apóstolos e dos Padres da Igreja. Esta catequese desvenda o que estava oculto sob a letra do Antigo Testamento: o mistério de Cristo. É chamada “tipológica”, porque revela a novidade de Cristo a partir das “figuras” (tipos) que a anunciavam nos fatos, palavras e símbolos da primeira Aliança. Por esta releitura no Espírito de verdade a partir de Cristo, as

figuras são desvendadas (12). Assim, o Dilúvio e a Arca de Noé prefiguravam a salvação pelo Batismo (13), tal como a nuvem, a travessia do Mar Vermelho e a água do rochedo eram figura dos dons espirituais de Cristo (14) e o maná do deserto prefigurava a Eucaristia, "o verdadeiro Pão do Céu" (Jo 6, 48).

§1095.

É por isto que a Igreja, especialmente por ocasião dos tempos do Advento, da Quaresma e, sobretudo, na noite da Páscoa, relê e revive todos estes grandes acontecimentos da história da salvação no "hoje" da sua Liturgia. Isto, porém, exige igualmente que a catequese ajude os fiéis a se abrirem a esta compreensão "espiritual" da economia da salva-

ção, tal como a Liturgia da Igreja a manifesta e nos faz vivenciá-la.

§1096.

Liturgia judaica e Liturgia cristã.

Um melhor conhecimento da fé e da vida religiosa do povo judeu, tal como ainda agora são professadas e vividas, pode ajudar a compreender melhor certos aspectos da Liturgia cristã. Para os judeus, tal como para os cristãos, a Sagrada Escritura é uma parte essencial das suas liturgias: para a proclamação da Palavra de Deus, a resposta a esta Palavra, a oração de louvor e de intercessão por vivos e mortos, o recurso à misericórdia divina. A Liturgia da Palavra, na sua estrutura própria,

encontra a sua origem na oração judaica. A Oração das Horas e outros textos e formulários litúrgicos têm, nela, os seus paralelos, assim como as próprias fórmulas das nossas orações mais veneráveis, como o Pai Nosso. As orações eucarísticas se inspiram também em modelos de tradição judaica. A relação entre a Liturgia judaica e a Liturgia cristã, como igualmente a diferença dos respectivos conteúdos, são particularmente visíveis nas grandes festas do ano litúrgico, como a Páscoa. Tanto os cristãos como os judeus celebram a Páscoa. A Páscoa da história, virada para o futuro entre os judeus e a Páscoa consumada na morte e ressurreição de Cristo

entre os cristãos, embora sempre na esperança da sua consumação definitiva.

§1097.

Na Liturgia da Nova Aliança, toda a ação litúrgica, especialmente a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, é um encontro entre Cristo e a Igreja. A assembleia litúrgica recebe a sua unidade da "comunhão do Espírito Santo", que reúne os filhos de Deus no único Corpo de Cristo. Elea ultrapassa todas as afinidades humanas, raciais, culturais e sociais.

§1098.

A assembleia deve se preparar para o encontro com o seu Senhor, ser "um povo bem

disposto" (15). Esta preparação dos corações é obra comum do Espírito Santo e da assembleia, particularmente dos seus ministros. A graça do Espírito Santo procura despertar a fé, a conversão do coração e a adesão à vontade do Pai. Estas disposições se pressupõem para receber outras graças oferecidas na própria celebração e para os frutos de vida nova que ela é destinada a produzir em seguida.

O ESPÍRITO SANTO RECORDA O MISTÉRIO DE CRISTO

§1099.

O Espírito e a Igreja cooperam para manifestar Cristo e a sua obra de salvação na LITURGIA. Principalmente na Eucaristia e, analogicamente, nos outros sacramentos, a

Liturgia é o memorial do mistério da salvação. O Espírito Santo é a memória viva da Igreja (16).

§1100.

A Palavra de Deus.

O Espírito Santo lembra, à assembleia litúrgica, em primeiro lugar, o sentido do acontecimento salvífico, dando vida à Palavra de Deus, que é anunciada para ser recebida e vivida.

"É enorme a importância da Sagrada Escritura na celebração da Liturgia. Porque é a ela que vão se buscar as leituras que se explicam na homilia e os Salmos para cantar. Com o seu espírito e da sua inspiração nasceram

as preces, as orações e os hinos litúrgicos. Dela tiram a sua capacidade de significação as ações e os sinais" (17).

§1101.

É o Espírito Santo que dá aos leitores e ouvintes, segundo a disposição dos seus corações, a compreensão espiritual da Palavra de Deus. Através das palavras, ações e símbolos que formam a trama de uma celebração, o Espírito Santo põe os fiéis e os ministros em relação viva com Cristo, Palavra e Imagem do Pai, de modo a poderem fazer passar para a sua vida o sentido daquilo que ouvem, veem e fazem na celebração.

§1102.

"É pela Palavra da salvação [...] que a fé é alimentada no coração dos fiéis e é mercê da fé que tem início e se desenvolve a reunião dos fiéis" (18). O anúncio da Palavra de Deus não se limita a um ensinamento; faz apelo à resposta da fé enquanto assentimento e compromisso com vistas à aliança entre Deus e o seu povo. É ainda o Espírito Santo que dá a graça da fé, a fortifica e a faz crescer na comunidade. A assembleia litúrgica é, antes de tudo, comunhão na fé.

§1103.

A anamnese.

A celebração litúrgica se refere sempre às intervenções salvíficas de Deus na história. “A economia da revelação se realiza por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre elas [...]; as palavras [...] declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido” (19). Na Liturgia da Palavra, o Espírito Santo “lembra” à assembleia tudo quanto Cristo fez por nós. Segundo a natureza das ações litúrgicas e as tradições rituais das Igrejas, uma celebração “faz memória” das maravilhas de Deus numa anamnese mais ou menos desenvolvida. O Espírito Santo, que

assim desperta a memória da Igreja, suscita então a ação de graças e o louvor (doxologia).

O ESPÍRITO SANTO ATUALIZA O MISTÉRIO DE CRISTO

§1104.

A Liturgia cristã não se limita a recordar os acontecimentos que nos salvaram; os atualiza, os torna presentes. O mistério pascal de Cristo se celebra, não se repete; as celebrações é que se repetem. Mas, em cada uma delas sobrevém a efusão do Espírito Santo, que atualiza o único mistério.

§1105.

A epiclese

A epiclese (“invocação sobre”) é a intercessão mediante a qual o sacerdote suplica ao Pai que envie o Espírito santificador para que as oferendas se tornem o corpo e o sangue de Cristo e para que, as recebendo, os fiéis se tornem, eles próprios, uma oferenda viva para Deus.

§1106.

Juntamente com a anamnese, a epiclese é o coração de qualquer celebração sacramental e, mais particularmente, da Eucaristia.

“Tu perguntas como é que o pão se torna corpo de Cristo e o vinho [..] sangue de Cris-

to? Por mim, digo-te: o Espírito Santo irrompe e realiza isso que ultrapassa toda a palavra e todo o pensamento. [...] Baste-te ouvir que é pelo Espírito Santo, do mesmo modo que é da Santíssima Virgem e pelo Espírito Santo que o Senhor, por Ele mesmo e n'Ele mesmo, assumiu a carne" (20).

§1107.

O poder transformante do Espírito Santo na Liturgia apressa a vinda do Reino e a consumação do mistério da salvação. Na expectativa e na esperança, Ele nos faz realmente antecipar a comunhão plena da Santíssima Trindade. Enviado pelo Pai, que atende a epiclese da Igreja, o Espírito dá a vida aos

que O acolhem e constitui para eles, desde já, "o penhor" da sua herança (21).

A COMUNHÃO DO ESPÍRITO SANTO

§1108.

A finalidade da missão do Espírito Santo em toda a ação litúrgica é nos pôr em comunhão com Cristo para formarmos o seu Corpo. O Espírito Santo é como que a seiva da Videira do Pai, que dá fruto nos sarmentos (22). Na Liturgia, se realiza a mais íntima cooperação do Espírito Santo com a Igreja. Ele, espírito de comunhão, permanece indefectivelmente na Igreja e é por isto que a Igreja é o grande sacramento da comunhão divina que reúne os filhos de Deus dispersos.

O fruto do Espírito, na Liturgia é, inseparavelmente, comunhão com a Santíssima Trindade e comunhão fraterna (23).

§1109.

A epiclese é também oração pelo pleno efeito da comunhão da assembleia no mistério de Cristo. “A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo” (2 Cor 13, 13) devem estar sempre conosco e dar frutos, para além da celebração eucarística. Por isto, a Igreja pede ao Pai que envie o Espírito Santo, para que faça da vida dos fiéis uma oferenda viva para Deus pela transformação espiritual à imagem de Cristo, pela preocupação com a unidade da Igreja e

pela participação na sua missão, mediante o testemunho e o serviço da caridade.

Resumindo:

§1110.

Na Liturgia da Igreja, Deus Pai é bendito e adorado como fonte de todas as bênçãos da criação e da salvação, com que nos abençoou no seu Filho, para nos dar o Espírito da adoção filial.

§1111.

A obra de Cristo na Liturgia é sacramental, porque o seu mistério de salvação se torna ali presente pelo poder do seu Espírito Santo; porque o seu corpo, que é a Igreja, é como que o sacramento (sinal e instrumento) no

qual o Espírito Santo dispensa o mistério da salvação e porque, através das suas ações litúrgicas, a Igreja peregrina já participa, por antecipação, na Liturgia do Céu.

§1112.

A missão do Espírito Santo na Liturgia da Igreja é preparar a assembleia para o encontro com Cristo, lembrar e manifestar Cristo à fé da assembleia, tornar presente e atualizar a obra salvífica de Cristo pelo seu poder transformante e fazer frutificar o dom da comunhão na Igreja.

ARTIGO 2: O MISTÉRIO PASCAL NOS SACRAMENTOS DA IGREJA

§1113.

Toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno do sacrifício eucarístico e dos sacramentos (24). Há na Igreja sete sacramentos: Batismo, Confirmação ou Crisma, Eucaristia, Penitência, Unção dos enfermos, Ordem e Matrimônio (25). Neste artigo, se trata do que é comum aos sete sacramentos da Igreja, do ponto de vista doutrinal; o que lhes é comum, sob o aspecto da celebração, será exposto no capítulo II e o que é próprio de cada um constituirá o objeto da SEÇÃO II.

I. Os sacramentos de Cristo

§1114.

"Aderindo à doutrina da Sagrada Escritura, às tradições apostólicas [...] e ao sentir unânime dos santos Padres" (26), nós professamos que "os sacramentos da nova Lei [...] foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo" (27).

§1115.

As palavras e as ações de Jesus durante a sua vida oculta e o seu ministério público já eram salvíficas. Antecipavam o poder do seu mistério pascal. Anunciavam e preparavam o que Ele ia dar à Igreja quando tudo estivesse cumprido. Os mistérios da vida de Cristo são

os fundamentos do que, dali por diante, pelos ministros da sua Igreja, Cristo dispensa nos sacramentos, porque, “o que no nosso Salvador era visível, passou para os seus mistérios” (28).

§1116.

“Forças que saem” do corpo de Cristo (29), sempre vivo e vivificante, ações do Espírito Santo que opera no seu corpo que é a Igreja, os sacramentos são “as obras-primas de Deus”, na nova e eterna Aliança.

II. Os sacramentos da Igreja

§1117.

Pelo Espírito que a conduz “para a verdade total” (Jo 16, 13), a Igreja reconheceu, pouco

a pouco, este tesouro recebido de Cristo e lhe foi precisando a “dispensação”, tal como o fez relativamente ao cânon das Sagradas Escrituras e à doutrina da fé, enquanto fiel despenseira dos mistérios de Deus (30). Assim, a Igreja discerniu, no decorrer dos séculos, que entre as suas celebrações litúrgicas, há sete que são, no sentido próprio da palavra, sacramentos instituídos pelo Senhor.

§1118.

Os sacramentos são “da Igreja”, no duplo sentido de que são “por ela” e “para ela”. São “pela Igreja”, porque ela é o sacramento da ação de Cristo que nela opera, graças à missão do Espírito Santo. E são “para a Igreja”, porque são estes “sacramentos que fazem a

Igreja" (31), já que manifestam e comunicam aos seres humanos, sobretudo na Eucaristia, o mistério da comunhão do Deus Amor, um em três pessoas.

§1119.

Formando, com Cristo Cabeça, "como que uma única pessoa mística" (32), a Igreja age nos sacramentos como "comunidade sacerdotal", "organicamente estruturada" (33). Pelo Batismo e pela Confirmação, o povo sacerdotal se torna apto a celebrar a Liturgia e, por outro lado, certos fiéis, "assinalados com a sagrada Ordem, ficam constituídos, em nome de Cristo, para apascentar a Igreja com a Palavra e a graça de Deus" (34).

§1120.

O ministério ordenado ou sacerdócio ministerial (35) está ao serviço do sacerdócio batismal. Ele garante que, nos sacramentos, é certamente Cristo quem age pelo Espírito Santo em favor da Igreja. A missão de salvação, confiada pelo Pai ao seu Filho encarnado, é confiada aos Apóstolos e, por eles, aos seus sucessores. Eles recebem o Espírito de Jesus para agirem em seu nome e na sua pessoa (36). Assim, o ministro ordenado é o laço sacramental que une a ação litúrgica àquilo que disseram e fizeram os Apóstolos e, por eles, ao que disse e fez o próprio Cristo, fonte e fundamento dos sacramentos.

§1121.

Os três sacramentos: do Batismo, da Confirmação e da Ordem conferem, além da graça, um caráter sacramental ou “selo”, pelo qual o cristão participa no sacerdócio de Cristo e faz parte da Igreja segundo estados e funções diversas. Esta configuração a Cristo e à Igreja, realizada pelo Espírito, é indelével (37), fica para sempre no cristão como disposição positiva para a graça, como promessa e garantia da proteção divina e como vocação para o culto divino e para o serviço da Igreja. Por isto, estes sacramentos nunca podem ser repetidos.

III. Os sacramentos da fé

§1122.

Cristo enviou os Apóstolos para que, “em seu nome, pregassem a todas as nações a conversão para o perdão dos pecados” (Lc 24, 47). “Fazei discípulos em todas as nações, batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19). A missão de batizar, portanto, a missão sacramental, está implicada na missão de evangelizar, porque o sacramento é preparado pela Palavra de Deus e pela fé, que é o assentimento à dita Palavra. “O povo de Deus é reunido, antes de tudo, pela Palavra do Deus vivo [...]. A pregação da Palavra é necessária para o próprio ministério dos sacramentos, enquanto são

sacramentos da fé que nasce e se alimenta da Palavra" (38).

§1123.

"Os sacramentos têm por finalidade a santificação dos seres humanos, a edificação do corpo de Cristo e, por fim, a prestar culto a Deus e, como sinais, têm também a função de instruir. Não só supõem a fé, mas também a alimentam, a fortificam e a expressam por meio de palavras e coisas, razão pela qual se chamam sacramentos da fé" (39).

§1124.

A fé da Igreja é anterior à fé do fiel, que é chamado a aderir a ela. Quando a Igreja celebra os sacramentos, confessa a fé recebida

dos Apóstolos. Daí o adágio antigo: "*Lex orandi, lex credendi* - A lei da oração é a lei da fé" (Ou: "*Legem credendi, lex statuat supplicandi* - A lei da fé é determinada pela lei da oração", como diz Próspero de Aquitânia [século V]) (40). A lei da oração é a lei da fé; a Igreja crê conforme reza. A Liturgia é um elemento constitutivo da Tradição santa e viva (41).

§1125.

É por isto que nenhum rito sacramental pode ser modificado ou manipulado ao arbítrio do ministro ou da comunidade. Nem mesmo a autoridade suprema da Igreja pode mudar a Liturgia a seu bel-prazer, mas so-

mente na obediência à fé e no respeito religioso ao mistério da Liturgia.

§1126.

Aliás, uma vez que os sacramentos expressam e desenvolvem a comunhão da fé na Igreja, a *lex orandi* é um dos critérios essenciais do diálogo que procura restaurar a unidade dos cristãos (42).

IV. Os sacramentos da salvação

§1127.

Celebrados dignamente na fé, os sacramentos conferem a graça que significam (43). Eles são eficazes, porque neles é o próprio Cristo que opera; é Ele que batiza, é Ele que age nos sacramentos para comunicar a

graça que o sacramento significa. O Pai atende sempre a oração da Igreja do seu Filho, a qual, na epiclese de cada sacramento, exprime a sua fé no poder do Espírito. Tal como o fogo transforma em si tudo quanto atinge, assim, o Espírito Santo transforma em vida divina tudo quanto se submete ao seu poder.

§1128.

É este o sentido da afirmação da Igreja (44): os sacramentos atuam *ex opere operato* (literalmente: "pelo próprio fato de a ação ser executada"), quer dizer: em virtude da obra salvífica de Cristo, realizada uma vez por todas. Segue-se daí que "o sacramento não é realizado pela justiça do ser humano que o dá ou que o recebe, mas pelo poder de Deus"

(45). Desde que um sacramento seja celebrado conforme a intenção da Igreja, o poder de Cristo e do seu Espírito age nele e por ele, independentemente da santidade pessoal do ministro. No entanto, os frutos dos sacramentos dependem também das disposições de quem os recebe.

§1129.

A Igreja afirma que, para os crentes, os sacramentos da Nova Aliança são necessários para a salvação (46). A "graça sacramental" é a graça do Espírito Santo dada por Cristo e própria de cada sacramento. O Espírito cura e transforma aqueles que O recebem, os conformando com o Filho de Deus. O fruto da vida sacramental é que o Espírito de adoção

deifique os fiéis, os unindo vitalmente ao Filho único, o Salvador.

V. Os sacramentos da vida eterna

§1130.

A Igreja celebra o mistério do seu Senhor "até que Ele venha" e "Deus seja tudo em todos" (1 Cor 11, 26; 15, 28). Desde a era Apostólica, a Liturgia é atraída para o seu fim pelo gemido do Espírito na Igreja: "Marana tha!" (1 Cor 16, 22). A Liturgia participa, assim, do desejo de Jesus: "Tenho ardentemente desejado comer convosco esta Páscoa [...], até que ela se realize plenamente no Reino de Deus" (Lc 22, 15-16). Nos sacramentos de Cristo, a Igreja já recebe os penhores da sua herança e

já participa da vida eterna, embora “aguardando a ditosa esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo” (Tt 2, 13). “O Espírito e a Esposa dizem: "Vem!" [...] “Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22, 17.20).

São Tomás de Aquino define assim as diferentes dimensões do sinal sacramental: “*Sacramentum est et signum rememorativum eius quod præcessit, scilicet passionis Christi et demonstrativum eius quod in nobis efficitur per Christi passionem, scilicet gratiæ et prognosticum, id est, prænuntiativum futuræ gloriæ* - O sacramento é sinal rememorativo daquilo que o precedeu, ou seja, da Paixão de Cristo e

demonstrativo daquilo que em nós a Paixão de Cristo realiza, ou seja, da graça e prognóstico, quer dizer, que anuncia de antemão a glória futura" (48).

Resumindo:

§1131.

Os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, pelos quais nos é dispensada a vida divina. Os ritos visíveis, com os quais são celebrados os sacramentos, significam e realizam as graças próprias de cada sacramento. Eles dão fruto naqueles que os recebem com as disposições requeridas.

§1132.

A Igreja celebra os sacramentos enquanto comunidade sacerdotal estruturada pelo sacerdócio batismal e pelo dos ministros ordenados.

§1133.

O Espírito Santo prepara para os sacramentos através da Palavra de Deus e através da fé que acolhe a Palavra nos corações bem dispostos. Então, os sacramentos fortificam e expressam a fé.

§1134.

O fruto da vida sacramental é, ao mesmo tempo, pessoal e eclesial. Por um lado, este fruto é, para todo fiel, viver para Deus em

Cristo Jesus e, por outro, é, para a Igreja, crescimento no amor e na sua missão de testemunho.

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 6: AAS 56 (1964) 100; Id, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 6.
2. Cf. Lc 10, 21.
3. Cf. Jo 13, 1; 17, 1.
4. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 6: AAS 56 (1964) 100.
5. Cf. Jo 20, 21-23.
6. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 7: AAS 56 (1964)100-101.
7. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 7: AAS 56 (1964)101.
8. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 8: AAS 56 (1964) 101; cf. Id.,Const. dogm. Lumen Gentium, 50: AAS 57 (1965) 55-57.
9. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 2: AAS 57 (1965) 6.
10. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 14-16: AAS 58 (1966) 824625.
11. Cf. Lc 24, 13-49.
12. Cf. 2 Cor 3, 14-16.
13. Cf. 1 Pe 3, 21.
14. Cf. 1 Cor 10, 1-6.
15. Cf. Lc 1, 17.
16. Cf. Jo 14, 26.

17. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 24: AAS 56 (1964) 106107.
18. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbiterorum ordinis, 4: AAS 58 (1966) 996.
19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 2: AAS 58 (1966) 818.
20. São João Damasceno expositio fidei, 86 [De fide orthodoxa, 4, 13]: PTS 12, 194-195 (PG 94, 1141.1145).
21. Cf. Ef 1, 14; 2 Cor 1, 22.
22. Cf. Jo 15, 1-17; Gl 5, 22.
23. Cf. 1 Jo 1, 3-7.
24. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 6: AAS 56 (1964) 100.
25. Cf. II Concílio de Lião, Professio fidei. Michælis Palæologi imperatoris: DS 860; Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1310; Concílio de Trento, Sess. 7, Canones de sacramentis in genere, can 1: DS 1601.
26. Concílio de Trento, Sess. 73, Decretum de sacramentis, Proœmium: DS 1600.
27. Concílio de Trento, Sess. 73, Canones de sacramentis in genere, can 1: DS 1601.
28. São Leão Magno, Sermão 74. 2: CCL 138A, 457 (PL 54, 398).
29. Cf. Lc 5, 17; 6, 19; 8, 46.
30. Cf. Mt 13, 52; 1 Col- 4, I.

31. Santo Agostinho, De civitate Dei 22, 17: CSEL 40/2, 625 (PL 41. 779); cf. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 64, a. 2. ad 3 ed. Leon. 12, 43.
32. Pio XII enc. Mystici corporis: AAS 35 (1943) 226.
36. Cf. Jo 20. 21-23; Lc 24. 47; Mt 28, 18-20.
37. Concílio de Trento, Sess. 73, Canones de sacramentis in genere, can 9: DS 1609.
38. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 4: AAS 58 (1966) 995-996.
39. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosactum Concilium, 59: AAS 56 (1964) 116.
40. Próspero de Aquitânia [séc. V], Indiculus, c. 8: DS 246 (PL 51, 209).
41. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 8: AAS 58 (1966) 821.
42. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 2: AAS 57 (1965) 9192: Ibid.,15: AAS 57 (1965) 101-102.
43. Cf. Concílio de Trento, Canones de sacramentis in genere, can 5: DS 1605; Ibid., can. 6: DS 1606.
44. Cf. Concílio de Trento, Canones de sacramentis in genere, can 8: DS 1608.
45. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3, q. 68, a. 8, c.: Ed. Leon. 12, 100.
46. Cf. Concílio de Trento, Canones de sacramentis in genere, can 4: DS 1604.

47. Cf. 2 Pe 1, 4.
48. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3, q. 60, a. 3 c.: Ed. Leon. 12, 6.

CAPÍTULO SEGUNDO: A CELEBRAÇÃO SACRAMENTAL DO MISTÉRIO PASCAL

§1135.

A catequese da Liturgia implica, primeiramente, na compreensão da economia sacramental (capítulo primeiro). A esta luz se revela a novidade da sua celebração. Será tratado, pois, neste capítulo, da celebração dos sacramentos da Igreja. Ter-se-á em vista aquilo que, através da diversidade das tradições litúrgicas, é comum à celebração dos sete sacramentos e o que é próprio de cada um será apresentado mais adiante. Esta catequese fundamental das celebrações sacra-

mentais responderá às principais questões que os fiéis se colocam a este respeito:

- quem celebra?
- como celebrar?
- quando celebrar?
- onde celebrar?

ARTIGO 1: CELEBRAR A LITURGIA DA IGREJA

I. Quem celebra?

§1136.

A Liturgia é "ação" do "Cristo total" (*Christus totus*). Os que agora a celebram, para além dos sinais, já estão integrados na Liturgia celeste, onde a celebração é totalmente comunhão e festa.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA CELESTE

§1137.

O Apocalipse de São João, lido na Liturgia da Igreja, nos revela, primeiramente, um trono preparado no Céu e Alguém sentado no trono (1): “o Senhor Deus” (Is 6, 1) (2). Depois, o Cordeiro “imolado e de pé” (Ap 5, 6) (3): Cristo crucificado e ressuscitado, o único Sumo Sacerdote do verdadeiro santuário (4), o mesmo “que oferece e é oferecido, que dá e é dado”(5). Enfim, “o rio da Vida [...] que corre do trono de Deus e do Cordeiro” (Ap 22, 1), um dos mais belos símbolos do Espírito Santo (6).

§1138.

"Recapitulados" em Cristo, tomam parte no serviço do louvor a Deus e na realização do seu desígnio: os Poderes celestes (7); toda a criação (os quatro viventes); os servidores da Antiga e da Nova Aliança (os vinte e quatro anciãos); o novo povo de Deus (os cento e quarenta e quatro mil) (8) e, em particular, os mártires, "mortos por causa da Palavra de Deus" (Ap 6, 9); a santíssima Mãe de Deus (a Mulher (9); a Esposa do Cordeiro (10); por fim, "uma numerosa multidão que ninguém podia contar e provinda de todas as nações, tribos, povos e línguas" (Ap 7, 9).

§1139.

É desta Liturgia eterna que o Espírito e a Igreja nos fazem participar, quando celebramos o mistério da salvação nos sacramentos.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA SACRAMENTAL

§1140.

É toda a comunidade, o Corpo de Cristo unido à sua Cabeça, que celebra. “As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é "o sacramento da unidade", isto é, povo santo reunido e ordenado sob a direção dos bispos. Por isto, tais ações pertencem a todo o corpo da Igreja, o manifestam e o afetam, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, se-

gundo a variedade de estados, funções e participação atual" (11). Também por isto, "sempre que os ritos comportam, segundo a natureza própria de cada qual, uma celebração comum, caracterizada pela presença e ativa participação dos fiéis, se saliente que esta deve ser preferida, na medida do possível, à celebração individual e como que privada" (12).

§1141.

A assembleia que celebra é a comunidade dos batizados, que, "pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para ser uma casa espiritual e um sacerdócio santo, para oferecerem, mediante todas as ações do cristão, sacrifícios espirituais" (13).

Este “sacerdócio comum” é o de Cristo, único Sacerdote, participado por todos os seus membros (14):

“É desejo ardente da Mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Batismo, um direito e um dever do povo cristão, "raça escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido" (l Pe 2, 9) (15)” (16).

§1142.

Mas, “nem todos os membros têm a mesma função” (Rm 12, 4). Alguns deles são chamados por Deus, na Igreja e pela Igreja, a um serviço especial da comunidade. Estes

servidores são escolhidos e consagrados pelo sacramento da Ordem, pelo qual o Espírito Santo os torna aptos para agirem na pessoa de Cristo Cabeça ao serviço de todos os membros da Igreja (17). O ministro ordenado é como que o "ícone" de Cristo Sacerdote. Por ser na Eucaristia que se manifesta plenamente o sacramento da Igreja, na presidência da Eucaristia aparece, em primeiro lugar, o ministério do bispo e, em comunhão com ele, o dos presbíteros e diáconos.

§1143.

Para o exercício das funções do sacerdócio comum dos fiéis existem ainda outros ministérios particulares, não consagrados pelo sacramento da Ordem e cuja função é determi-

nada pelos bispos segundo as tradições litúrgicas e as necessidades pastorais. “Também os acólitos, os leitores, os comentadores e os membros do coro desempenham um verdadeiro ministério litúrgico” (18).

§1144.

Assim, na celebração dos sacramentos, toda a assembleia é “liturga”, cada qual segundo a sua função, mas “na unidade do Espírito” que age em todos. “Nas celebrações litúrgicas, se limite cada um, ministro ou simples fiel, em exercer o seu ofício, a fazer tudo e só o que é da sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas” (19).

II. Como celebrar?

SINAIS E SÍMBOLOS

§1145.

Uma celebração sacramental é tecida de sinais e de símbolos. Segundo a pedagogia divina da salvação, a sua significação está radicada na obra da criação e na cultura humana, se determina nos acontecimentos da Antiga Aliança e se revela plenamente na pessoa e na obra de Cristo.

§1146.

Os sinais no mundo das pessoas.

Os sinais e os símbolos ocupam um lugar importante na vida humana. Sendo o ser humano um ser, ao mesmo tempo, corporal e

espiritual, ele expressa e percebe as realidades espirituais através de sinais e símbolos materiais. Como ser social, o ser humano tem necessidade de sinais e de símbolos para se comunicar com o seu semelhante através da linguagem, dos gestos e das ações. O mesmo acontece nas suas relações com Deus.

§1147.

Deus fala ao ser humano através da criação visível. O cosmos material se apresenta à compreensão do ser humano para que leia nele os traços do seu Criador (20). A luz e a noite, o vento e o fogo, a água e a terra, a árvore e os frutos, tudo fala de Deus e simboliza, ao mesmo tempo, a sua grandeza e a sua proximidade.

§1148.

Enquanto criaturas, essas realidades perceptíveis podem se tornar o lugar de expressão da ação de Deus que santifica os seres humanos e da ação dos seres humanos que prestam a Deus o seu culto. O mesmo acontece com os sinais e os símbolos da vida social dos seres humanos. Lavar e ungir, partir o pão e beber do mesmo copo podem expressar a presença santificante de Deus e a gratidão do ser humano para com o seu Criador.

§1149.

As grandes religiões da humanidade dão testemunho, muitas vezes de modo impressionante, deste sentido cósmico e simbólico dos ritos religiosos. A Liturgia da Igreja pres-

supõe, integra e santifica elementos da criação e da cultura humana, lhes conferindo a dignidade de sinais da graça, da nova criação em Cristo Jesus.

§1150.

Os sinais da Aliança.

O povo eleito recebe, de Deus, sinais e símbolos distintivos que marcam a sua vida litúrgica, já não são unicamente celebrações de ciclos cósmicos e práticas sociais, mas sinais da Aliança, símbolos das proezas realizadas por Deus em favor do seu povo. Entre estes sinais litúrgicos da Antiga Aliança, podem ser citadas a circuncisão, a unção e a sagração dos reis e dos sacerdotes, a imposi-

ção das mãos, os sacrifícios e, sobretudo, a Páscoa. A Igreja vê, nestes sinais, uma prefiguração dos sacramentos da Nova Aliança.

§1151.

Os sinais assumidos por Cristo.

Na sua pregação, o Senhor Jesus Se serve, muitas vezes, dos sinais da criação, para dar a conhecer os mistérios do Reino de Deus (21). Realiza as suas curas ou sublinha a sua pregação com sinais materiais ou gestos simbólicos (22). Dá um sentido novo aos fatos e sinais da Antiga Aliança, sobretudo ao Êxodo e à Páscoa (23), porque Ele próprio é o sentido de todos esses sinais.

§1152.

Os sinais sacramentais.

Depois de Pentecostes, é através dos sinais sacramentais da sua Igreja que o Espírito Santo opera a santificação. Os sacramentos da Igreja não vêm abolir, mas purificar e assumir, toda a riqueza dos sinais e símbolos do cosmos e da vida social. Além disto, realizam os tipos e figuras da Antiga Aliança, significam e realizam a salvação operada por Cristo e prefiguram e antecipam a glória do Céu.

PALAVRAS E AÇÕES

§1153.

Cada celebração sacramental é um encontro dos filhos de Deus com o seu Pai em Cristo e no Espírito Santo. Tal encontro se expressa como um diálogo, através de ações e de palavras. Sem dúvida que as ações simbólicas já são, propriamente, uma linguagem. Mas é preciso que a Palavra de Deus e a resposta da fé acompanhem e deem vida a estas ações, para que a semente do Reino produza os seus frutos em terra boa. As ações litúrgicas significam o que a Palavra de Deus expressa: ao mesmo tempo, a iniciativa gratuita de Deus e a resposta de fé do seu povo.

§1154.

A Liturgia da Palavra é parte integrante das celebrações sacramentais. Para alimentar a fé dos fiéis, os sinais da Palavra de Deus devem ser valorizados: o livro da Palavra (lecionário ou evangeliário), a sua veneração (procissão, incenso, luz), o lugar da sua proclamação (ambão), a sua leitura audível e inteligível, a homilia do ministro que prolonga a sua proclamação, as respostas da assembleia (aclamações, salmos de meditação, litanias, confissão de fé...).

§1155.

Inseparáveis enquanto sinais e ensinamento, as palavras e a ação litúrgica também o são enquanto realizam o que significam. O

Espírito Santo não se limita a dar a compreensão da Palavra de Deus suscitando a fé nela; pelos sacramentos, realiza também as "maravilhas" de Deus anunciadas pela Palavra: torna presente e comunica a obra do Pai, realizada pelo Filho muito amado.

CANTO E MÚSICA

§1156.

"A tradição musical da Igreja universal criou um tesouro de inestimável valor que excede todas as outras expressões de arte. Sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene" (24). A composição e o canto dos salmos ins-

pirados, muitas vezes acompanhados por instrumentos musicais já estavam estreitamente ligados às celebrações litúrgicas da Antiga Aliança. A Igreja continua e desenvolve esta tradição. “Recitai, entre vós, salmos, hinos e cânticos inspirados. Cantai e louvai ao Senhor no vosso coração” (Ef 5,19) (25). Quem canta, reza duas vezes (26).

§1157.

O canto e a música desempenham a sua função de sinais, de um modo tanto mais significativo quanto “mais intimamente estiverem unidos à ação litúrgica” (27), segundo três critérios principais: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembleia nos momentos previstos e o caráter so-

lene da celebração. Participam, assim, da finalidade das palavras e das ações litúrgicas: a glória de Deus e a santificação dos fiéis (28).

"Como eu chorei ao ouvir os vossos hinos, os vossos cânticos, as suaves harmonias que ecoavam pela vossa igreja! Que emoção me causavam! Passavam pelos meus ouvidos, derramando a verdade no meu coração. Um grande impulso de piedade me elevava e as lágrimas me rolavam pela face, mas me faziam bem" (29).

§1158.

A harmonia dos sinais (canto, música, palavras e ações) é aqui tanto mais expressiva e fecunda quanto mais se expressar na riqueza

cultural própria do Povo de Deus que celebra (30). Por isto, “promova-se com empenho o canto religioso popular para que, tanto nos exercícios piedosos e sagrados como nas próprias ações litúrgicas”, de acordo com as normas da Igreja, “ressoem as vozes dos fiéis” (31). Mas “os textos destinados ao canto sacro devem estar de acordo com a doutrina católica e se inspirar sobretudo na Sagrada Escritura e nas fontes litúrgicas” (32).

AS SANTAS IMAGENS

§1159.

A imagem sagrada, o “ícone” litúrgico, representa principalmente Cristo. Não pode representar o Deus invisível e incompreensí-

vel. Foi a Encarnação do Filho de Deus que inaugurou uma nova "economia" das imagens:

"Outrora, Deus, que não tem nem corpo nem figura, não podia, de modo algum, ser representado por uma imagem. Mas agora, que Ele se fez ver na carne e viveu no meio dos seres humanos, eu posso fazer uma imagem daquilo que vi de Deus [...] Contemplamos a glória do Senhor com o rosto descoberto" (33).

§1160.

A iconografia cristã transpõe para a imagem a mensagem evangélica que a Sagrada Escritura transmite pela palavra. Imagem e palavra se esclarecem mutuamente.

"Para dizer brevemente a nossa profissão de fé, nós conservamos todas as tradições da Igreja, escritas ou não, que nos foram transmitidas intactas. Uma delas é a representação pictórica das imagens, que está de acordo com a pregação da história evangélica, acreditando que, de verdade e não só de modo aparente, o Deus Verbo Se fez ser humano, o que é tão útil como proveitoso, pois as coisas que mutuamente se esclarecem têm indubitavelmente uma significação recíproca" (34).

§1161.

Todos os sinais da celebração litúrgica fazem referência a Cristo e também as imagens sagradas da Mãe de Deus e dos santos. De fato, elas significam Cristo que nelas é glori-

ficado; manifestam “a nuvem de testemunhas” (Heb 12, 1) que continuam a participar da salvação do mundo e às quais estamos unidos, sobretudo na celebração sacramental. Através dos seus ícones, é o ser humano “à imagem de Deus”, finalmente transfigurado “à sua semelhança” (35), que se revela à nossa fé, como ainda os anjos, também eles recapitulados em Cristo.

“Seguindo a doutrina divinamente inspirada dos nossos santos Padres e a tradição da Igreja Católica, que nós sabemos ser a tradição do Espírito Santo que nela habita, definimos com toda a certeza e cuidado que as veneráveis e santas imagens, bem como as representações da Cruz preciosa e vivificante,

pintadas, representadas em mosaico ou de qualquer outra matéria apropriada, devem ser colocadas nas santas igrejas de Deus, sobre as alfaias e vestes sagradas, nos muros e em quadros, nas casas e nos caminhos e tanto a imagem de nosso Senhor, Deus e Salvador, Jesus Cristo, como a de nossa Senhora, a puríssima e santa Mãe de Deus, a dos santos anjos e de todos os santos e justos" (36).

§1162.

"A beleza e a cor das imagens estimulam a minha oração. É uma festa para os meus olhos e, tal como o espetáculo do campo, impele o meu coração a dar glória a Deus" (37). A contemplação dos sagrados ícones, unida à meditação sobre a Palavra de Deus e ao canto

dos hinos litúrgicos entram na harmonia dos sinais da celebração, para que o mistério celebrado se imprima na memória do coração e se expresse depois na vida nova dos fiéis.

III. Quando celebrar?

O TEMPO LITÚRGICO

§1163.

"A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar, com uma comemoração sagrada, em determinados dias do ano, a obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou Domingo, celebra a memória da ressurreição do Senhor, como a celebra também, uma vez ao ano, na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da

sua bem-aventurada Paixão. E distribui todo o mistério de Cristo pelo decorrer do ano [...]. Comemorando assim os mistérios da Redenção, ela abre aos fiéis as riquezas das virtudes e merecimentos do seu Senhor, a ponto de torná-los, de algum modo, presentes a todos os tempos, para que os fiéis, em contato com eles, se encham da graça da salvação" (38).

§1164.

O povo de Deus, desde o tempo da lei mosaica, conheceu festas em datas fixadas a partir da Páscoa, para comemorar as ações portentosas do Deus Salvador, Lhe dar graças por elas, lhes perpetuar a lembrança e ensinar as novas gerações a conformarem com elas a sua conduta. No tempo da Igreja, situ-

ado entre a Páscoa de Cristo, já realizada uma vez por todas e a sua consumação no Reino de Deus, a Liturgia celebrada em dias fixos está toda impregnada da novidade do mistério de Cristo.

§1165.

Quando a Igreja celebra o mistério de Cristo, há uma palavra que ritma a sua oração: Hoje!, como um eco da oração que lhe ensinou o seu Senhor (39) e do chamamento do Espírito Santo (40). Este "hoje" do Deus vivo em que o ser humano é chamado a entrar é a "Hora" da Páscoa de Jesus, que atravessa e sustenta toda a história.

"A vida se derramou sobre todos os seres e todos são inundados de uma grande luz. O

Oriente dos orientes invade o universo e Aquele que era "antes da estrela da manhã" e antes dos astros, imortal e imenso, o grande Cristo, brilha mais que o sol sobre todos os seres. É por isto que, para nós que n'Ele cremos, se instaura um dia de luz, longo, eterno, que não se extingue: a Páscoa mística" (41).

O DIA DO SENHOR

§1166.

"Por tradição apostólica, que remonta ao próprio dia da ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal a cada oitavo dia, no dia que bem se denomina Dia do Senhor ou Domingo" (42). O dia da ressurreição de Cristo é, ao mesmo tempo, o "primeiro dia da

semana", memorial do primeiro dia da criação e o "oitavo dia" em que Cristo, após o seu "repouso" do grande sábado, inaugura o "dia que o Senhor fez", o "dia que não conhece ocaso" (43). A "Ceia do Senhor" é o seu centro, porque é nela que toda a comunidade dos fiéis encontra o Senhor ressuscitado, que os convida para o seu banquete (44).

"O dia do Senhor, o dia da ressurreição, o dia dos cristãos é o nosso dia. Chama-se dia do Senhor por isto mesmo: porque foi nesse dia que o Senhor subiu vitorioso para junto do Pai. Se os pagãos lhe chamam dia do Sol, também nós, de bom grado o confessamos: porque hoje se ergueu a luz do mundo, hoje

apareceu o "Sol da Justiça", cujos raios nos trazem a salvação” (45).

§1167.

O Domingo é o dia por excelência da assembleia litúrgica em que os fiéis se reúnem “para, ouvindo a Palavra de Deus e participando da Eucaristia, fazerem memória da Paixão, ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus, que os "regenerou para uma esperança viva pela ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos"” (46):

“Quando meditamos, ó Cristo, nas maravilhas que tiveram lugar neste dia de domingo da tua santa ressurreição, dizemos: Bendito o dia de Domingo, porque nele teve início a criação [...] a salvação do mundo [...] a reno-

vação do gênero humano [...]. Foi nesse dia que o Céu e a terra se congratularam e que todo o universo se encheu de luz. Bendito o dia de Domingo, porque nele foram abertas as portas do paraíso, para que Adão e todos os deportados nele entrassem sem temor" (47).

O ANO LITÚRGICO

§1168.

Partindo do Tríduo Pascal, como da sua fonte de luz, o tempo novo da ressurreição enche todo o ano litúrgico com sua claridade. Progressivamente, de um lado e de outro desta fonte, o ano é transfigurado pela Liturgia. Ele é realmente o ano da graça do Senhor

(48). A economia da salvação se realiza no quadro do tempo, mas, a partir do seu cumprimento na Páscoa de Jesus e da efusão do Espírito Santo, o fim da história é antecipado, pré-saboreado e o Reino de Deus entra no nosso tempo.

§1169.

É por isto que a Páscoa não é simplesmente uma festa entre outras; é a “festa das festas”, a “solenidade das solenidades”, tal como a Eucaristia é o sacramento dos sacramentos (o grande sacramento). Santo Atanásio a chama de “o grande domingo” (49), tal como a Semana Santa é chamada, no Oriente, de “a semana maior”. O mistério da ressurreição em que Cristo aniquilou a morte penetra no

nosso velho tempo com a sua poderosa energia, até que tudo Lhe seja submetido.

§1170.

No Concílio de Niceia (em 325), todas as Igrejas acordaram em que a Páscoa cristã fosse celebrada no domingo a seguir à lua cheia (14 de Nisan), depois do equinócio da Primavera. Devido a diferentes métodos usados para calcular o dia 14 de Nisan, a data da Páscoa nem sempre coincide nas Igrejas do Ocidente e do Oriente. Por isto, estas Igrejas procuram hoje um acordo, para chegarem de novo a celebrar, numa data comum, o dia da ressurreição do Senhor.

§1171.

O ano litúrgico é o desenrolar dos diferentes aspectos do único mistério pascal. Isto vale particularmente para o ciclo das festas em torno do mistério da Encarnação (Anunciação, Natal, Epifania), que comemoram o princípio da nossa salvação e nos comunicam as primícias do mistério da Páscoa.

O SANTORAL NO ANO LITÚRGICO

§1172.

"Na celebração deste ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera, com especial amor, porque indissoluvelmente unida à obra de salvação do seu Filho, a bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus. Ne-

la vê e exalta o mais excelso fruto da redenção e contempla com alegria, como numa imagem puríssima, o que ela própria deseja e espera ser inteiramente" (50).

§1173.

Quando a Igreja, no ciclo anual, faz memória dos mártires e dos outros santos, "proclama o mistério pascal" realizado naqueles homens e mulheres que "sofreram com Cristo e com Ele foram glorificados, propõe aos fiéis os seus exemplos, que a todos atraem ao Pai por Cristo e implora, pelos seus méritos, as benesses de Deus" (51).

A LITURGIA DAS HORAS

§1174.

O mistério de Cristo, a sua Encarnação e a sua Páscoa, que celebramos na Eucaristia, especialmente na assembleia dominical, penetra e transfigura o tempo de cada dia pela celebração da Liturgia das Horas, “o Ofício divino” (52). Esta celebração, na fidelidade às recomendações apostólicas de “orar sem cessar” (53), “se constituiu de modo a consagrar, pelo louvor a Deus, todo o curso diurno e noturno do tempo” (54). É “a oração pública da Igreja” (55), na qual, os fiéis (clérigos, religiosos e leigos) exercem o sacerdócio real dos batizados. Celebrada “segundo a forma aprovada” pela Igreja, a Liturgia das Horas “é

verdadeiramente a voz da própria Esposa que fala com o Esposo, mais ainda é a oração que Cristo, unido ao seu corpo, eleva ao Pai" (56).

§1175.

A Liturgia das Horas está destinada a se tornar a oração de todo o povo de Deus. Nela, o próprio Cristo "continua a exercer o seu múnus sacerdotal por intermédio da sua I-greja" (57). Cada qual participa nela segundo o seu lugar próprio na Igreja e as circunstân-cias da sua vida. Os sacerdotes, enquanto dedicados ao ministério pastoral, porque são chamados a permanecer assíduos na oração e no ministério da Palavra (58). Os religiosos e religiosas, em virtude do carisma da sua vida consagrada (59). E todos os fiéis, segundo as

suas possibilidades. “Cuidem os pastores de almas de que, nos domingos e festas mais solenes, se celebrem em comum na Igreja as Horas principais, sobretudo as Vésperas. Recomenda-se também aos próprios leigos que recitem o Ofício divino, quer juntamente com os sacerdotes, quer reunidos entre eles ou mesmo sozinhos” (60).

§1176.

Celebrar a Liturgia das Horas exige, não somente harmonizar a voz com o coração que ora, mas também procurar “adquirir maior instrução litúrgica e bíblica, especialmente quanto aos salmos” (61).

§1177.

Os hinos e as preces litânicas da Liturgia das Horas inserem a oração dos salmos no tempo da Igreja, exprimindo o simbolismo do momento do dia, do tempo litúrgico ou da festa celebrada. Além disto, a leitura da Palavra de Deus em cada Hora (com os responsórios ou tropários que a seguem) e, em certas horas, as leituras dos Padres e mestres espirituais, revelam mais profundamente o sentido do mistério celebrado, ajudam a compreender os salmos e preparam para a oração silenciosa. A *lectio* divina, na qual a Palavra de Deus é lida e meditada para se tornar oração, é, deste modo, enraizada na celebração litúrgica.

§1178.

A Liturgia das Horas, que é como que um prolongamento da celebração eucarística, não exclui, antes postula como complemento, as diversas devoções do povo de Deus, particularmente a adoração e o culto ao Santíssimo Sacramento.

IV. Onde celebrar?

§1179.

O culto “em espírito e verdade” (Jo 4, 24) da Nova Aliança não está ligado a nenhum lugar exclusivo. Toda a terra é santa e está confiada aos filhos dos seres humanos. O que tem primazia, quando os fiéis se reúnem num mesmo lugar, são as “pedras vivas” que

se juntam para “a edificação de um edifício espiritual” (1 Pe 2, 45). O corpo de Cristo ressuscitado é o templo espiritual donde brota a fonte de água viva. Incorporados em Cristo pelo Espírito Santo, “nós somos o templo do Deus vivo” (2 Cor 6, 16).

§1180.

Quando o exercício da liberdade religiosa não é impedido (62), os cristãos constroem edifícios destinados ao culto divino. Estas igrejas visíveis não são simples lugares de reunião, mas significam e manifestam a Igreja que vive nesse lugar, morada de Deus com os seres humanos reconciliados e unidos em Cristo.

§1181.

"A casa de oração __ em que é celebrada e conservada a santíssima Eucaristia em que os fiéis se reúnem e na qual a presença do Filho de Deus, nosso Salvador, oferecido por nós no altar do sacrifício, é venerada para auxílio e consolação dos fiéis __ deve ser bela e apta para a oração e para as celebrações sagradas" (63). Nesta "casa de Deus", a verdade e a harmonia dos sinais que a constituem devem manifestar Cristo presente e atuante nesse lugar (64).

§1182.

O *altar* da Nova Aliança é a cruz do Senhor (65), de onde fluem os sacramentos do mistério pascal. Sobre o altar, que é o centro

da igreja, é tornado presente o sacrifício da Cruz sob os sinais sacramentais. Ele é também a mesa do Senhor, para a qual o povo de Deus é convidado (66). Em certas liturgias orientais, o altar é, ainda, o símbolo do túmulo (Cristo morreu verdadeiramente e verdadeiramente ressuscitou).

§1183.

O *sacrário* deve ser situado, "nas igrejas, num dos lugares mais dignos e com a maior honra" (67). A nobreza, o arranjo e a segurança do tabernáculo eucarístico (68) devem favorecer a adoração do Senhor, realmente presente no Santíssimo Sacramento do altar.

O *Santo Crisma* (*myron*), cuja unção é o sinal sacramental do selo do dom do Espírito

Santo, é tradicionalmente conservado e venerado num lugar seguro do santuário. Pode se lhe juntar o óleo dos catecúmenos e o dos enfermos.

§1184.

A *cadeira* do bispo (cátedra) ou do sacerdote "deve significar a sua função de presidente da assembleia e guia da oração" (69).

O *ambão*: "A dignidade da Palavra de Deus requer na igreja um lugar próprio para a sua proclamação. Durante a Liturgia da Palavra, é para lá que deve convergir espontaneamente a atenção dos fiéis" (70).

§1185.

A reunião do povo de Deus começa pelo Batismo. Por isto, a igreja deve ter um lugar apropriado para a celebração do Batismo (*batistério*) e favorecer a lembrança das promessas do Batismo (água benta).

A renovação da vida batismal exige a *Penitência*. Por isto, a igreja deve se prestar à expressão do arrependimento e à recepção do perdão dos pecados, o que reclama um lugar apropriado para acolher os penitentes.

A igreja deve ser também um espaço que convide ao recolhimento e à oração silenciosa, que prolongue e interiorize a grande oração da Eucaristia.

§1186.

Finalmente, a igreja tem uma significação escatológica. Para entrar na casa de Deus, é preciso franquear um *limiar*, símbolo da passagem do mundo ferido pelo pecado para o mundo da vida nova, à qual todos os seres humanos são chamados. A igreja visível simboliza a casa paterna, para a qual, o Povo de Deus está a caminho e onde o Pai "enxugará todas as lágrimas dos seus olhos" (Ap 21, 4). É também por isto que a igreja é a casa de todos os filhos de Deus, amplamente aberta e acolhedora.

RESUMINDO:

§1187.

A Liturgia é obra do Cristo total: Cabeça e Corpo. O nosso Sumo Sacerdote a celebra sem cessar na Liturgia celeste, com a Santa Mãe de Deus, os Apóstolos, todos os santos e a multidão dos seres humanos que já entraram no Reino.

§1188.

Numa celebração litúrgica, toda a assembleia é "liturga", cada qual segundo a sua função. O sacerdócio batismal é de todo o Corpo de Cristo. Mas alguns fiéis são ordenados pelo sacramento da Ordem para representar Cristo como Cabeça do Corpo.

§1189.

A celebração litúrgica comporta sinais e símbolos que se referem à criação (luz, água, fogo), à vida humana (lavar, tingir; partir o pão) e à história da salvação (ritos da Páscoa). Inseridos no mundo da fé e assumidos pela força do Espírito Santo, estes elementos cósmicos, estes ritos humanos, estes gestos memoriais de Deus se tornam portadores da ação salvadora e santificadora de Cristo.

§1190.

A Liturgia da Palavra é parte integrante da celebração. O sentido da celebração é expresso pela Palavra de Deus que é anunciada e pelo compromisso da fé que lhe responde.

§1191.

O canto e a música estão em conexão estreita com a ação litúrgica. São critérios do seu bom uso: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembleia e o caráter sagrado da celebração.

§1192.

As imagens sagradas, presentes nas nossas igrejas e nas nossas casas, se destinam a despertar e alimentar a nossa fé no mistério de Cristo. Através do ícone de Cristo e das suas obras de salvação, é a Ele que adoramos. Através das imagens sagradas da Santa Mãe de Deus, dos anjos e dos santos, veneramos as pessoas que nelas vemos representadas.

§1193.

O Domingo, “Dia do Senhor”, é o dia principal da celebração da Eucaristia, porque é o dia da ressurreição. É o dia por excelência da assembleia litúrgica, o dia da família cristã, o dia da alegria e do descanso do trabalho. É “o fundamento e o núcleo de todo o ano litúrgico” (71).

§1194.

A Igreja “desdobra todo o mistério de Cristo durante o ciclo anual, desde a Encarnação e o Natal até à Ascensão, ao dia de Pentecostes e à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor” (72).

§1195.

Celebrando a memória dos santos e, em primeiro lugar, da Santa Mãe de Deus, depois dos Apóstolos, dos mártires e dos outros santos, em dias fixos do ano litúrgico, a Igreja da terra manifesta a sua união à Liturgia celeste e glorifica Cristo, por ter realizado a salvação nos seus membros glorificados. O exemplo deles é, para ela, um estímulo no seu peregrinar para o Pai.

§1196.

Os fiéis que celebram a Liturgia das Horas se unem a Cristo, nosso Sumo Sacerdote, pela oração dos Salmos, a meditação da Palavra de Deus, os cânticos e as bênçãos, a fim de serem associados à sua oração contínua e

universal, que dá glória ao Pai e implora o dom do Espírito Santo sobre o mundo inteiro.

§1197.

Cristo é o verdadeiro Templo de Deus, “o lugar em que reside a sua glória” e, pela graça de Deus, também os cristãos se tornam templos do Espírito Santo, pedras vivas com que se constrói a Igreja.

§1198.

Na sua condição terrena, a Igreja tem necessidade de lugares onde a comunidade possa se reunir: as nossas igrejas visíveis. São lugares sagrados, imagens da Cidade santa,

da Jerusalém celeste para a qual caminhamos como peregrinos.

§1199.

É nessas igrejas que a Igreja celebra o culto público para glória da Santíssima Trindade, ouve a Palavra de Deus, canta os seus louvores, eleva a sua oração e oferece o sacrifício de Cristo, sacramentalmente presente no meio da assembleia. Essas igrejas são também lugares de recolhimento e de oração pessoal.

ARTIGO 2: DIVERSIDADE LITÚRGICA E UNIDADE DO MISTÉRIO

TRADIÇÕES LITÚRGICAS E CATOLICIDADE DA IGREJA

§1200.

Desde a primeira comunidade de Jerusalém até à Parusia, as Igrejas de Deus celebram em toda a parte o mesmo mistério pascal, fiéis à fé apostólica. O mistério celebrado na Liturgia é um só, mas as formas da sua celebração são diversas.

§1201.

A riqueza insondável do mistério de Cristo é tal, que nenhuma tradição litúrgica pode lhe esgotar a expressão. A história da origem

e desenvolvimento desses ritos testemunha uma complementaridade admirável. Sempre que as Igrejas viveram estas tradições litúrgicas, em comunhão na fé e nos sacramentos da fé, se enriqueceram mutuamente, crescendo na fidelidade à Tradição e à missão comum de toda a Igreja (73).

§1202.

As diversas tradições litúrgicas nasceram em razão da própria missão da Igreja. As Igrejas de uma mesma área geográfica e cultural acabaram por celebrar o mistério de Cristo através de expressões particulares, culturalmente diferenciadas: na tradição do "depósito da fé" (74), no simbolismo litúrgico, na organização da comunhão fraterna, na

compreensão teológica dos mistérios e nos tipos de santidade. Assim, Cristo, Luz e Salvação de todos os povos, é manifestado pela vida litúrgica de uma Igreja ao povo e à cultura a que a mesma Igreja é enviada e em que se radicou. A Igreja é católica e pode integrar, na sua unidade, purificando-as, todas as verdadeiras riquezas das culturas (75).

§1203.

As tradições litúrgicas ou ritos, atualmente em uso na Igreja, são: o rito latino (principalmente o rito romano, mas também os ritos de certas igrejas locais, como o rito ambrosiano ou o de certas ordens religiosas) e os ritos bizantino, alexandrino ou copta, siríaco, armênio, maronita e caldeu. “Fiel à tra-

dição, o sagrado Concílio declara que a santa Mãe Igreja considera iguais, em direito e dignidade, todos os ritos legitimamente reconhecidos e quer que, no futuro, se mantenham e sejam promovidos por todos os meios" (76).

LITURGIA E CULTURAS

§1204.

A celebração da Liturgia deve, pois, corresponder ao gênio e à cultura dos diferentes povos (77). Para que o mistério de Cristo seja "dado a conhecer a todos os gentios, para que obedeçam à fé" (Rm 16, 26), tem de ser anunciado, celebrado e vivido em todas as culturas, de modo que estas não sejam abolidas,

mas resgatadas e plenamente realizadas por ele (78). É com e pela sua cultura humana própria, assumida e transfigurada por Cristo, que a multidão dos filhos de Deus tem acesso ao Pai, para glorificá-Lo num só Espírito.

§1205.

"Na Liturgia, sobretudo na dos sacramentos, existe uma parte imutável — por ser de instituição divina — da qual a Igreja é guardiã e partes suscetíveis de mudança que a Igreja tem o poder e, por vezes mesmo, o dever de adaptar às culturas dos povos recentemente evangelizados" (79).

§1206.

"A diversidade litúrgica pode ser fonte de enriquecimento, mas também pode provocar tensões, incompreensões recíprocas e até cismas. Neste domínio, é claro que a diversidade não deve prejudicar a unidade. Ela só pode se expressar na fidelidade à fé comum, aos sinais sacramentais que a Igreja recebeu de Cristo e à comunhão hierárquica. A adaptação às culturas exige uma conversão do coração e, se necessário, rupturas com hábitos ancestrais incompatíveis com a fé católica" (80).

RESUMINDO:

§1207.

Convém que a celebração da Liturgia tenda a se expressar na cultura do povo em que a Igreja se encontra, sem se submeter a ela. Por outro lado, a própria Liturgia é geradora e formadora de culturas.

§1208.

As diversas tradições litúrgicas ou ritos, legitimamente reconhecidas, uma vez que significam e comunicam o mesmo mistério de Cristo, manifestam a catolicidade da Igreja.

§1209.

O critério que garante a unidade na pluriformidade das tradições litúrgicas é a fidelidade à Tradição apostólica, ou seja: a comunhão na fé e nos sacramentos recebidos dos Apóstolos; comunhão que é significada e garantida pela sucessão apostólica.

NOTAS

1. Cf. Ap 4, 2.
2. Cf. Ec 1, 26-28.
3. Cf. Jo 1, 29.
4. Cf. Heb 4, 14-15; 10, 19-21: etc.
5. Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo: F. E. Brigtman, Liturgies Eastern and Western (Oxford 1896) p. 378 (PG 63, 913).
6. Cf. Jo 4, 10-14; Ap 21, 6.
7. Cf. Ap 4-5: Is 6, 2-3.
8. Cf. Ap 7, 1-8; 14, 1.
9. Cf. Ap 12.
10. Cf. Ap 21, 9.
11. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 26: AAS 56 (1964) 107.
12. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 27: AAS 56 (1964) 107.
13. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14.
14. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14: Ibid., 34: AAS 57 (1965) 40: Id., Decr. Presbyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 991-992.
15. Cf. 1 Pe 2, 4-5.
16. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 14: AAS 56 (1964) 104.

17. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 992; Ibid. 15: AAS 58 (1966) 992: Ibid. 15: AAS 58 (1966) 1014.
18. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 29: AAS 56 (1964) 107.
19. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 28: AAS 56 (1964) 107.
20. Cf. Sb 13, 1: Rm 1, 19-20; Act 14, 17.
21. Cf. Lc 8, 10.
22. Cf. Jo 9, 6: Mc 7, 33-35; 8, 22-25.
23. Cf. Lc 9, 31; 22, 7-20.
24. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 112: AAS 56 (1964) 128.
25. Cf. Cl 3, 16-17.
26. Cf. Santo Agostinho enarratio in Psalmum, 72, 1: CCL 39, 986 (PL 36, 914).
27. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 112: AAS 56 (1964) 128.
28. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 112: AAS 56 (1964) 128.
29. Santo Agostinho, Confissões 9, 6, 14: CCL27, 141 (PL 32, 769-770).
30. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 119: AAS 56 (1964) 129-130.
31. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 118: AAS 56 (1964) 129.

32. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 121: AAS56 (1964) 130.
33. São João Damasceno, De sacris imaginibus oratio 1, 16: PTS 17, 89 e 92 (PG 94, 1245 e 1248).
34. II Concílio de Niceia (em 787) Terminus: COD p. 135.
35. Cf. Rm 8, 29; 1 Jo 3, 2.
36. II Concílio de Niceia, Definitio de sacris imaginibus: DS 600.
37. São João Damasceno, De sacris imaginibus oratio 1, 47: PTS 17. 151 (PG 94, 1268).
38. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 102: AAS 56 (1964) 125.
39. Cf. Mt 6, 1.
40. Cf. Heb 3, 7-4, 11; Sl 95, 8.
41. Pseudo-Hipólito de Roma, In sanctum Pascha 1, 1-2: Studia patristica mediolanensia 15, 230-232 (PG 59, 755).
42. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 106: AAS 56 (1964) 126.
43. Cf. Matinas do dia da Páscoa do rito Bizantino. Ode 9, tropário: Pentekostárion (Roma 1884) p. 11.
44. Cf. Jo 21, 12: Lc 24, 30.
45. São Jerônimo, In die Dominica Paschæ homilia: CCL 78, 550 (PL 30. 218-219).
46. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 106: AAS 56 (1964) 126.

47. Fanqfth. Breviarium iuxta Ecclesiæ Antiochenæ Syrorum, v. 6, (Mossul)886) p. 193b.
48. Cf. Lc 4, 19.
49. Santo Atanásio de Alexandria epistula festivalis 1 (em 329), 10: PG 26, 1366.
50. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 103: AAS 56 (1964) 125.
51. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 104: AAS 56 (1964) 126; cf.Ibid., 108: AAS 56 (1964) 126 e Ibid., 111: AAS 56 (1964)127.
52. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, IV, 83-101: AAS 56 (1964) 121-125.
53. Cf. 1 Ts 5, 17 ef 6, 18.
54. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 84: AAS 56 (1964) 121.
55. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 98: AAS 56 (1964) 124.
56. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 84: AAS 56 (1964) 121.
57. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 83: AAS 56 (1964) 121.
58. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 86: AAS 56 (1964) 121:Ibid., 96: AAS 56 (1964) 123; Id., Decr. Presbyterorum ordinis, 5: AAS 58 (1966) 998.
59. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 98: AAS 56 (1964) 124.

60. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 100: AAS 56 (1964) 124.
61. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 90: AAS 56 (1964) 122.
62. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 4: AAS 58 (1966) 932-933.
63. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 5: AAS 58 (1966) 998; cf. Id., Const.Sacrosanctum Concilium, 122-127: AAS 56 (1964) 130-132.
64. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 7: AAS 56 (1964) 100-101.
65. Cf. Heb 13, 10.
66. Cf. Instrução geral do Missal Romano, 259: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.75 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p. 56].
67. Paulo VI enc. Mysterium fedei: AAS 57 (1965) 771.
68. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 128: AAS 56 (1964) 132.
69. Instrução geral do Missal Romano, 271: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 77 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p. 57].
70. Instrução geral do Missal Romano, 272: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis

1970), p.77 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 571.
71. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 106: AAS 56 (1964) 126.
72. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 102: AAS 56 (1964) 125.
73. Cf. Paulo VI ex. ap. Evangelii nuntiandi, 63-64: AAS 68 (1976) 53-55.
74. Cf. 2 Tm 1, 14.
75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 2829; in. Decr. Unitatis redintegratio, 4: AAS 57 (1965) 95.
76. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 4: AAS 56 (1964) 98.
77. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 37-40: AAS 56 (1964) 110-111.
78. Cf. João Paulo II ex. Ap. Catechesi tradendæ, 53: AAS 71 (1979) 1319-1321.
79. João Paulo II, Carta Ap. Vicesimus quintus annus, 16: AAS 81 (1989) 912-913: cf.
II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 21: AAS 56 (1964) 105-106.
80. João Paulo II, Carta Ap. Vicesimus quintus annus, 16: AAS 81 (1989) 913.

SEGUNDA SEÇÃO: OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA

§1210.

Os sacramentos da nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Os sete sacramentos tocam todas as etapas e momentos importantes da vida do cristão e outorgam nascimento e crescimento, cura e missão à vida de fé dos cristãos. Há aqui certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual (1).

§1211.

Seguindo esta analogia, exporemos primeiro os três sacramentos da iniciação cristã (capítulo primeiro), depois os sacramentos de cura (capítulo segundo) e finalmente os que estão ao serviço da comunhão e da missão dos fiéis (capítulo terceiro). Esta ordem não é, certamente, a única possível, mas permite ver que os sacramentos formam um organismo, no qual cada sacramento particular tem o seu lugar vital. Neste organismo, a Eucaristia ocupa um lugar único, como "sacramento dos sacramentos" e "todos os outros sacramentos estão ordenados para este, como para o seu fim" (2).

CAPÍTULO PRIMEIRO: OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

§1212.

Através dos sacramentos da iniciação cristã - Batismo, Confirmação e Eucaristia - são lançados os alicerces de toda a vida cristã. “A participação na natureza divina, dada aos seres humanos pela graça de Cristo, comporta certa analogia com a origem, crescimento e sustento da vida natural. Nascidos para uma vida nova pelo Batismo, os fiéis são efetivamente fortalecidos pelo sacramento da Confirmação e recebem, na Eucaristia, o Pão da Vida eterna. Assim, por estes sacramentos da iniciação cristã, eles recebem, cada vez mais,

riquezas da vida divina e avançam para a perfeição da caridade" (3).

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DO BATISMO

§1213.

O santo Batismo é o fundamento de toda a vida cristã, o pórtico da vida no Espírito "*vitæ spiritualis ianua* - porta da vida espiritual") e a porta que dá acesso aos outros sacramentos. Pelo Batismo, somos libertos do pecado e regenerados como filhos de Deus, nos tornamos Membros de Cristo e somos incorporados à Igreja e tornados participantes da sua missão (4). "*Batismos est sacramentam regeneratiorais per aquam in*

Verbo - O Batismo é o sacramento da regeneração pela água na Palavra" (5).

I. Como se chama este sacramento?

§1214.

Chama-se Batismo, por causa do rito central com que se realiza: batizar (*baptizeis* em grego) significa "mergulhar", "imergir". A "imersão" na água simboliza a sepultura do catecúmeno na morte de Cristo, de onde sai pela ressurreição com Ele (6) como "nova criatura" (2 Cor 5, 17; Gl 6, 15).

§1215.

Este sacramento é também chamado "banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo" (Tt 3, 5), porque significa e realiza

aquele nascimento da água e do Espírito, sem o qual, “ninguém pode entrar no Reino de Deus” (Jo 3, 5).

§1216.

“Este banho é chamado iluminação, porque aqueles que recebem este ensinamento [catequético] ficam com o espírito iluminado...” (7). Tendo recebido, no Batismo, o Verbo, “luz verdadeira que ilumina todo ser humano” (Jo 1, 9), o batizado, “depois de ter sido iluminado” (8), se tornou “filho da luz” (9) e, ele próprio, “luz” (Ef 5, 8).

“O Batismo é o mais belo e magnífico dos dons de Deus [...] Chamamos-lhe dom, graça, unção, iluminação, veste de incorruptibilidade, banho de regeneração, selo e tudo o que

há de mais precioso. Dom, porque é conferido àqueles que não trazem nada; graça, porque é dado mesmo aos culpados; batismo, porque o pecado é sepultado nas águas; unção, porque é sagrado e régio (como aqueles que são ungidos); iluminação, porque é luz irradiante; veste, porque cobre a nossa vergonha; banho, porque lava; selo, porque nos guarda e é sinal do senhorio de Deus" (10).

II. O Batismo na economia da salvação

AS PREFIGURAÇÕES DO BATISMO NA ANTIGA ALIANÇA

§1217.

Na Liturgia da Vigília Pascal, quando da bênção da água batismal, a Igreja faz sole-

nemente memória dos grandes acontecimentos da história da salvação que prefiguravam já o mistério do Batismo.

"Senhor nosso Deus! Pelo vosso poder invisível, realizais maravilhas nos vossos sacramentos. Ao longo dos tempos, preparastes a água para manifestar a graça do Batismo" (11).

§1218.

Desde o princípio do mundo, a água, esta criatura humilde e admirável, é a fonte da vida e da fecundidade. A Sagrada Escritura a vê como "incubada" pelo Espírito de Deus (12).

"Logo no princípio do mundo, o vosso Espírito pairava sobre as águas, para que já,

desde então, concebessem o poder de santificar" (13).

§1219.

A Igreja viu, na arca de Noé, uma prefiguração da salvação pelo Batismo. Com efeito, graças a ela, "um pequeno grupo, ao todo oito pessoas, foram salvas pela água" (1 Pe 3, 20). "Nas águas do dilúvio, nos destes uma imagem do Batismo, sacramento da vida nova, porque as águas significam, ao mesmo tempo, o fim do pecado e o princípio da santidade" (14).

§1220.

Se a água de nascente simboliza a vida, a água do mar é um símbolo da morte. Por isto

é que podia prefigurar o mistério da cruz. E, por este simbolismo, o Batismo significa a comunhão com a morte de Cristo.

§1221.

É sobretudo a travessia do Mar Vermelho, verdadeira libertação de Israel da escravidão do Egito, que anuncia a libertação operada pelo Batismo.

"Aos filhos de Abraão fizestes atravessar a pé enxuto o Mar Vermelho, para que esse povo, liberto da escravidão, fosse a imagem do povo santo dos batizados" (15).

§1222.

Finalmente, o Batismo é prefigurado na travessia do Jordão, graças à qual o povo de

Deus recebe o dom da terra prometida à descendência de Abraão, imagem da vida eterna. A promessa desta herança bem-aventurada se cumpre na Nova Aliança.

O BATISMO DE CRISTO

§1223.

Todas as prefigurações da Antiga Aliança encontram a sua realização em Jesus Cristo. Ele começa a sua vida pública depois de ter Se feito batizar por São João Batista no rio Jordão (16). E, depois da sua ressurreição, confere esta missão aos Apóstolos: “Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações. Batizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito San-

to e os ensinai a cumprir tudo quanto vos mandei" (Mt 28, 19-20) (17).

§1224.

Nosso Senhor se sujeitou voluntariamente ao Batismo de São João, destinado aos pecadores, para cumprir toda a justiça (18). Este gesto de Jesus é uma manifestação do seu "aniquilamento" (19). O Espírito que pairava sobre as águas da primeira criação desce então sobre Cristo como prelúdio da nova criação e o Pai manifesta Jesus como seu "Filho muito amado" (20).

§1225.

Foi na sua Páscoa que Cristo abriu a todos os seres humanos as fontes do Batismo. De

fato, ele já tinha falado da sua Paixão, que ia sofrer em Jerusalém, como de um “batismo” com que devia ser batizado (21). O sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado (22) são tipos do Batismo e da Eucaristia, sacramentos da vida nova (23) e, desde então, é possível “nascer da água e do Espírito” para entrar no Reino de Deus (Jo 3, 5).

“Repara: Onde é que foste batizado, de onde é que vem o Batismo, senão da cruz de Cristo, da morte de Cristo? Ali está todo o mistério: Ele sofreu por ti. Foi n'Ele que tu foste resgatado, n'Ele que foste salvo” (24).

O BATISMO NA IGREJA

§1226.

É desde o dia de Pentecostes que a Igreja vem celebrando e administrando o santo Batismo. Com efeito, São Pedro declara à multidão, abalada pela sua pregação: “convertei-vos e peça cada um de vós o Batismo em nome de Jesus Cristo, para vos serem perdoados os pecados. Recebereis então o dom do Espírito Santo” (Act 2, 38). Os Apóstolos e os seus colaboradores oferecem o Batismo a quem quer que acredite em Jesus: judeus, pessoas tementes a Deus, pagãos (25). O Batismo aparece sempre ligado à fé: “Acredita no Senhor Jesus e serás salvo juntamente com a tua família”, declara São Paulo ao seu

carcereiro em Filipos. E a narrativa continua: “o carcereiro [...] logo recebeu o Batismo, juntamente com todos os seus” (Act 16, 31-33).

§1227.

Segundo o apóstolo São Paulo, pelo Batismo, o crente comunga na morte de Cristo, é sepultado e ressuscita com Ele.

“Todos nós, que fomos batizados em Cristo Jesus, fomos batizados na sua morte. Fomos sepultados com Ele pelo batismo na morte, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova” (Rm6, 3-4) (26).

Os batizados “se revestem de Cristo” (27). Pelo Espírito Santo, o Batismo é um banho que purifica, santifica e justifica (28).

§1228.

O Batismo é, pois, um banho de água, no qual, “a semente incorruptível” da Palavra de Deus produz o seu efeito vivificador (29). Santo Agostinho dirá sobre o Batismo: “*Accedit verbum ad elementum et fit sacramentam* - Junta-se a palavra ao elemento material e se faz o sacramento” (30).

III. Como se celebra o sacramento do Batismo?

A INICIAÇÃO CRISTÃ

§1229.

É desde o tempo dos Apóstolos que se tornar cristão requer um caminho e uma iniciação com diversas etapas. Este itinerário pode ser percorrido rápida ou lentamente. Mas deverá sempre incluir certos elementos essenciais: o anúncio da Palavra, o acolhimento do Evangelho que implica a conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à comunhão eucarística.

§1230.

Esta iniciação tem variado muito no decurso dos séculos e segundo as circunstâncias. Nos primeiros séculos da Igreja, a iniciação cristã conheceu grande desenvolvimento, com um longo período de catecumenato e uma série de ritos preparatórios que escalonavam liturgicamente o caminho da preparação catecumenal, desembocando na celebração dos sacramentos da iniciação cristã.

§1231.

Nas regiões onde o Batismo das crianças se tomou largamente a forma habitual da celebração deste sacramento, esta se transformou num ato único, que integra, de um modo muito abreviado, as etapas prelimina-

res da iniciação cristã. Pela sua própria natureza, o Batismo das crianças exige um catecumenato pós-batismal. Não se trata apenas da necessidade de uma instrução posterior ao Batismo, mas do desenvolvimento necessário da graça batismal no crescimento da pessoa. É o espaço próprio da catequese.

§1232.

O II Concílio do Vaticano restaurou, para a Igreja latina, "o catecumenato dos adultos, distribuído em várias fases" (31). O respectivo ritual se encontra no *Ordo initiationis christianæ adultorum* (1972). Aliás, o Concílio permitiu que, "para além dos elementos de iniciação próprios da tradição cristã", se admitam, em terras de missão, "os elementos

de iniciação usados por cada um desses povos, na medida em que puderem se integrar ao rito cristão" (32).

§1233.

Hoje em dia, portanto, em todos os ritos latinos e orientais, a iniciação cristã dos adultos começa com a sua entrada no catecumenato, para atingir o ponto culminante na celebração única dos três sacramentos: Batismo, Confirmação e Eucaristia (33). Nos ritos orientais, a iniciação cristã das crianças na infância começa no Batismo, seguido imediatamente da Confirmação e da Eucaristia, enquanto que, no rito romano, a mesma iniciação prossegue durante os anos de catequese, para terminar, mais tarde, com a Confirma-

ção e a Eucaristia, ponto culminante da sua iniciação cristã (34).

A MISTAGOGIA DA CELEBRAÇÃO

§1234.

O sentido e a graça do sacramento do Batismo aparecem claramente nos ritos da sua celebração. Seguindo, com participação atenta, os gestos e as palavras desta celebração, os fiéis são iniciados nas riquezas que este sacramento significa e realiza em cada novo batizado.

§1235.

O sinal da cruz

O sinal da cruz, no princípio da celebração, manifesta a marca de Cristo impressa

naquele que vai passar a Lhe pertencer e significa a graça da redenção que Cristo nos adquiriu pela sua cruz.

§1236.

O anúncio da Palavra de Deus

O anúncio da Palavra de Deus ilumina, com a verdade revelada, os candidatos e a assembleia e suscita a resposta da fé, inseparável do Batismo. Na verdade, o Batismo é, de modo particular, o "sacramento da fé", uma vez que é a entrada sacramental na vida da fé.

§1237.

O exorcismo

E, porque o Batismo significa a libertação do pecado e do Diabo, seu instigador, se pronuncia sobre o candidato um ou vários exorcismos. Ele é ungido com o óleo dos catecúmenos ou então, o celebrante lhe impõe a mão e ele renuncia expressamente a Satanás. Assim preparado, pode professar a fé da Igreja, à qual será "confiado" pelo Batismo (35).

§1238.

A água batismal

A água batismal é então consagrada por uma oração de epiclese (ou no próprio momento ou na Vigília Pascal). A Igreja pede a

Deus que, pelo seu Filho, o poder do Espírito Santo desça a esta água, para que os que nela forem batizados “nasçam da água e do Espírito” (Jo 3, 5).

§1239.

O rito essencial

Segue-se o rito essencial do sacramento: o batismo propriamente dito, que significa e realiza a morte para o pecado e a entrada na vida da Santíssima Trindade, através da configuração com o mistério pascal de Cristo. O Batismo é realizado, do modo mais significativo, pela tríplice imersão na água batismal. Mas, desde tempos antigos, pode também ser

conferido derramando por três vezes água sobre a cabeça do candidato.

§1240.

Na Igreja latina, esta tríplice infusão é acompanhada pelas palavras do ministro: “N. eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Nas liturgias orientais, estando o catecúmeno voltado para o Oriente, o sacerdote diz: “O servo de Deus N. é batizado em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” e, à invocação de cada Pessoa da Santíssima Trindade, o mergulha e o retira da água.

§1241.

A unção com o santo crisma

A unção com o santo crisma, óleo perfumado que foi consagrado pelo bispo, significa o dom do Espírito Santo ao novo batizado. Ele se tornou cristão, quer dizer, “ungido” pelo Espírito Santo, incorporado em Cristo, que foi ungido sacerdote, profeta e rei (36).

§1242.

Na Liturgia das Igrejas do Oriente, a unção pós-batismal é o sacramento da Crismação (Confirmação). Na Liturgia romana, anuncia uma segunda unção com o santo Crisma, que será dada pelo bispo: o sacra-

mento da Confirmação que, por assim dizer, “confirma” e completa a unção batismal.

§1243.

A veste branca e o Pai Nosso

A veste branca simboliza que o batizado “se revestiu de Cristo” (37), ressuscitou com Cristo. A vela, acesa no círio pascal, significa que Cristo iluminou o neófito. Em Cristo, os batizados são “a luz do mundo” (Mt 5, 14) (38).

O recém-batizado é agora filho de Deus no seu Filho Único e pode dizer a oração dos filhos de Deus: o Pai-Nosso.

§1244.

A primeira comunhão eucarística.

Tornado filho de Deus, revestido com a veste nupcial, o neófito é admitido “ao banquete das núpcias do Cordeiro” e recebe o alimento da vida nova: o corpo e o sangue de Cristo. As Igrejas orientais conservam uma consciência viva da unidade da iniciação cristã, dando a sagrada Comunhão a todos os novos batizados e confirmados, mesmo às criancinhas, lembrando a palavra do Senhor. “Deixai vir a Mim as criancinhas, não as impeçais” (Mc 10, 14). A Igreja latina, que reserva o acesso à sagrada Comunhão para aqueles que atingiram o uso da razão, exprime a abertura do Batismo em relação à Eucaris-

tia aproximando do altar a criança recém-batizada para a oração do Pai Nosso.

§1245.

A bênção solene

A celebração do Batismo se conclui com a bênção solene. Quando do Batismo de recém-nascidos, a bênção da mãe ocupa um lugar especial.

IV. Quem pode receber o Batismo?

§1246.

"Todo ser humano ainda não batizado - e só ele - é capaz de receber o Batismo" (39)

O BATISMO DOS ADULTOS

§1247.

Desde os princípios da Igreja, o Batismo dos adultos é a situação mais corrente nas terras onde o anúncio do Evangelho ainda é recente. O catecumenato (preparação para o Batismo) tem, neste caso, um lugar importante. Sendo iniciação na fé e na vida cristã, deve dispor para o acolhimento do dom de Deus no Batismo, na Confirmação e na Eucaristia.

§1248.

O catecumenato, ou formação dos catecúmenos, tem por finalidade permitir a estes, em resposta à iniciativa divina e em união

com uma comunidade eclesial, conduzir, à maturidade, a sua conversão e a sua fé. Trata-se de uma "formação e de uma aprendizagem de toda a vida cristã", mediante a qual os discípulos se unem com Cristo seu mestre. Por conseguinte, sejam os catecúmenos convenientemente iniciados no mistério da salvação, na prática dos costumes evangélicos e, com ritos sagrados a celebrar em tempos sucessivos, sejam introduzidos na vida da fé, da Liturgia e da caridade do povo de Deus" (40).

§1249.

Os catecúmenos "já estão unidos à Igreja, já são da casa de Cristo e, não raro, eles já levam uma vida de fé, de esperança e de a-

mor" (41). "A mãe Igreja já os abraça como seus, com amor e solicitude" (42).

O BATISMO DAS CRIANÇAS

§1250.

Nascidas com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, as crianças também têm necessidade do novo nascimento no Batismo para serem libertas do poder das trevas e transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus (44), a que todos os seres humanos são chamados. A pura gratuidade da graça da salvação é particularmente manifesta no Batismo das crianças. Por isto, a Igreja e os pais privariam a criança da graça inestimável de se tornar fi-

lho de Deus se não lhe conferissem o Batismo pouco depois do seu nascimento (45).

§1251.

Os pais cristãos reconhecerão que esta prática corresponde, também, ao seu papel de sustentar a vida que Deus lhes confiou (46).

§1252.

A prática de batizar as crianças é tradição imemorial da Igreja. Explicitamente atestada desde o século II, é, no entanto, bem possível que, desde o princípio da pregação apostólica, quando “casas” inteiras receberam o Batismo, tenham se batizado também as crianças (48).

FÉ E BATISMO

§1253.

O Batismo é o sacramento da fé (49). Mas a fé tem necessidade da comunidade dos crentes. Só na fé da Igreja é que cada um dos fiéis pode crer. A fé que se requer para o Batismo não é uma fé perfeita e amadurecida, mas um princípio chamado a se desenvolver. Ao catecúmeno ou ao seu padrinho se pergunta: “Que pedis à Igreja de Deus?” E ele responde: “A fé!”.

§1254.

Em todos os batizados, crianças ou adultos, a fé deve crescer depois do Batismo. É por isto que a Igreja celebra todos os anos, na

Vigília Pascal, a renovação das promessas do Batismo. A preparação para o Batismo conduz apenas ao umbral da vida nova. O Batismo é a fonte da vida nova em Cristo, donde jorra toda a vida cristã.

§1255.

Para que a graça batismal possa se desenvolver, é importante a ajuda dos pais. Este é também o papel do padrinho ou da madrinha, que devem ser pessoas de fé sólida, capazes e preparados para ajudar o novo batizado, criança ou adulto, no seu caminho de vida cristã (50). O seu múnus é um verdadeiro ofício eclesial (51). Toda a comunidade eclesial tem uma parte de responsabilidade

no desenvolvimento e na defesa da graça recebida no Batismo.

V. Quem pode batizar?

§1256.

São ministros ordinários do Batismo o bispo e o presbítero e, na Igreja latina, também o diácono (52). Em caso de necessidade, qualquer pessoa, mesmo não batizada, desde que tenha a intenção requerida, pode batizar, utilizando a fórmula batismal trinitária (53). A intenção requerida é a de querer fazer o que faz a Igreja quando batiza. A Igreja vê a razão desta possibilidade na vontade salvífica universal de Deus (54) e na necessidade do Batismo para a salvação (55).

VI. A necessidade do Batismo

§1257.

O próprio Senhor afirma que o Batismo é necessário para a salvação (56). Por isto, ordenou aos seus discípulos que anunciassem o Evangelho e batizassem todas as nações (57). O Batismo é necessário para a salvação de todos aqueles a quem o Evangelho foi anunciado e que tiveram a possibilidade de pedir este sacramento (58). A Igreja não conhece outro meio senão o Batismo para garantir a entrada na bem-aventurança eterna. Por isto, tem cuidado em não negligenciar a missão que recebeu do Senhor de fazer “renascer da água e do Espírito” todos os que podem ser batizados. Deus ligou a salvação ao sacra-

mento do Batismo, mas Ele próprio não está prisioneiro dos seus sacramentos.

§1258.

Desde sempre, a Igreja tem a firme convicção de que aqueles que sofrem a morte por causa da fé, sem terem recebido o Batismo, são batizados pela sua morte por Cristo e com Cristo. Este Batismo de sangue __ tal como o desejo do Batismo ou o Batismo de desejo __ produz os frutos do Batismo, apesar de não ser sacramento.

§1259.

Para os catecúmenos que morrem antes do Batismo, o seu desejo explícito de recebê-lo, unido ao arrependimento dos seus pecados e

ao amor, lhes garante a salvação, que não puderam receber pelo sacramento.

§1260.

"Com efeito, já que Cristo morreu por todos e a vocação última de todos os seres humanos é realmente uma só, ou seja, a divina, devemos manter que o Espírito Santo dá, a todos, a possibilidade de se associarem a este mistério pascal, por um modo só de Deus conhecido" (59). Todo ser humano que, na ignorância do Evangelho de Cristo e da sua Igreja, procura a verdade e faz a vontade de Deus, conforme o conhecimento que dela tem, pode se salvar. Podemos supor que tais pessoas teriam desejado explicitamente o

Batismo se dele tivessem conhecido a necessidade.

§1261.

Quanto às crianças que morrem sem Batismo, a Igreja não pode senão confiá-las à misericórdia de Deus, como o faz no rito do respectivo funeral. De fato, a grande misericórdia de Deus, "que quer que todos os seres humanos se salvem" (1 Tm 2, 4) e a ternura de Jesus para com as crianças, que O levou a dizer: "Deixai vir a Mim as criancinhas, não as impeçais" (Mc 10, 14), nos permitem esperar que haja um caminho de salvação para as crianças que morrem sem Batismo. Por isto, é mais premente ainda o apelo da Igreja a

que não se impeçam as criancinhas de virem a Cristo, pelo dom do santo Batismo.

VII. A graça do Batismo

§1262.

Os diferentes efeitos do Batismo são significados pelos elementos perceptíveis do rito sacramental. A imersão na água evoca os simbolismos da morte e da purificação, mas também da regeneração e da renovação. Os dois efeitos principais são, pois, a purificação dos pecados e o novo nascimento no Espírito Santo (60).

PARA A REMISSÃO DOS PECADOS

§1263.

Pelo Batismo, todos os pecados são perdoados: o pecado original e todos os pecados pessoais, bem como todas as penas devidas ao pecado (61). Com efeito, naqueles que foram regenerados, nada resta que os possa impedir de entrar no Reino de Deus: nem o pecado de Adão, nem o pecado pessoal, nem as consequências do pecado, das quais a mais grave é a separação de Deus.

§1264.

No batizado permanecem, no entanto, certas consequências temporais do pecado, como os sofrimentos, a doença, a morte ou as

fragilidades inerentes à vida, como as fraquezas de caráter etc., assim como uma inclinação para o pecado, a que a Tradição chama de concupiscência ou, metaforicamente, a "isca" ou "aguilhão" do pecado ("fomes peccati"): "Deixada para os nossos combates, a concupiscência não pode fazer mal àqueles que, não consentindo com ela, resistem corajosamente, pela graça de Cristo. Bem pelo contrário, "aquele que tiver combatido segundo as regras será coroado" (2 Tm 2, 5)" (62).

“UMA NOVA CRIATURA”

§1265.

O Batismo não somente purifica de todos os pecados, como também faz, do neófito, “uma nova criatura” (63), um filho adotivo de Deus (64), tornado “participante da natureza divina” (65), membro de Cristo (66) e coerdeiro com Ele (67), templo do Espírito Santo (68).

§1266.

A Santíssima Trindade confere ao batizado a graça santificante, a graça da justificação, que:

- o torna capaz de crer em Deus, ter esperança por Ele e amá-lo, pelas virtudes teologais;

- lhe dá o poder de viver e agir sob a moção do Espírito Santo e pelos dons do Espírito Santo;

- lhe permite crescer no bem, pelas virtudes morais. Assim, todo o organismo da vida sobrenatural do cristão tem a sua raiz no santo Batismo.

INCORPORADOS NA IGREJA, CORPO DE CRISTO

§1267.

O Batismo faz de nós membros do Corpo de Cristo. “Desde então [...], nós somos membros uns dos outros” (Ef 4, 25). O Ba-

tismo incorpora à Igreja. Das fontes batismais nasce o único povo de Deus da Nova Aliança, que ultrapassa todos os limites naturais ou humanos das nações, das culturas, das raças e dos sexos. “Por isto é que todos nós fomos batizados num só Espírito, para formarmos um só Corpo” (1 Cor 12, 13).

§1268.

Os batizados se tornaram “pedras vivas” para “a edificação de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo” (1 Pe 2, 5). Pelo Batismo, participam no sacerdócio de Cristo, na sua missão profética e régia, são “raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo que Deus tornou seu”, para anunciar os louvores d'Aquele que os “chamou das trevas à sua luz

admirável" (1 Pe 2, 9). O Batismo confere a participação no sacerdócio comum dos fiéis.

§1269.

Feito membro da Igreja, o batizado já não pertence a ele próprio (69), mas Àquele que morreu e ressuscitou por nós (70). A partir daí, é chamado a se submeter aos outros (71), a servi-los (72) na comunhão da Igreja, a ser "obediente e dócil" aos chefes da Igreja (73) e a considerá-los com respeito e afeição (74). Assim como o Batismo é fonte de responsabilidade e deveres, assim também, o batizado goza de direitos no seio da Igreja: direito a receber os sacramentos, a ser alimentado com a Palavra de Deus e a ser apoiado com outras ajudas espirituais da Igreja (75).

§1270.

Os batizados, “regenerados [pelo Batismo] para serem filhos de Deus, devem confessar, perante as pessoas, a fé em Deus que receberam por meio da Igreja” e participar na atividade apostólica e missionária do povo de Deus (77).

O VÍNCULO SACRAMENTAL DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

§1271.

O Batismo constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, mesmo com aqueles que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, “pois aqueles que creem em Cristo e foram devidamente batizados estão numa certa comunhão, embora

não perfeita, com a Igreja Católica e, justificados no Batismo pela fé, são incorporados a Cristo e, por isto, com direito se honram com o nome de cristãos e justamente são reconhecidos pelos filhos da Igreja Católica como irmãos no Senhor" (78). "O Batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade vigente entre todos os que, por ele, foram regenerados" (79).

UMA MARCA ESPIRITUAL INDELÉVEL...

§1272.

Incorporado a Cristo pelo Batismo, o batizado é configurado com Cristo (80). O Batismo marca o cristão com um selo espiritual indelével ("character") da sua pertença a

Cristo. Esta marca não é apagada por nenhum pecado, embora o pecado impeça o Batismo de produzir frutos de salvação (81). Ministrado uma vez por todas, o Batismo não pode ser repetido.

§1273.

Incorporados à Igreja pelo Batismo, os fiéis receberam o caráter sacramental que os consagra para o culto religioso cristão (82). O selo batismal capacita e compromete os cristãos a servir a Deus mediante uma participação viva na santa Liturgia da Igreja e a exercer o seu sacerdócio batismal pelo testemunho de uma vida santa e de uma caridade eficaz (83).

§1274.

O “selo do Senhor” (“dominicus character”) (84) é o selo com que o Espírito Santo nos marcou “para o dia da redenção” (Ef 4, 30) (85). “O Batismo é, efetivamente, o selo da vida eterna” (86). O fiel que tiver “guardado o selo” até ao fim, ou seja, que tiver permanecido fiel às exigências do seu Batismo, poderá partir “marcado pelo sinal da fé” (87), com a fé do seu Batismo, na expectativa da visão bem-aventurada de Deus - consumação da fé - e na esperança da ressurreição.

RESUMINDO:

§1275.

A iniciação cristã se faz pelo conjunto de três sacramentos: o Batismo, que é o princípio da vida nova; a Confirmação, que é a consolidação da mesma vida e a Eucaristia, que alimenta o discípulo com o corpo e o sangue de Cristo, com vistas à sua transformação n'Ele.

§1276.

“Ide, pois, fazei discípulos de todas as nações, batizai-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo e ensinai-os a cumprir tudo quanto vos mandei” (Mt 28, 19-20).

§1277.

O Batismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo. Segundo a vontade do Senhor, ele é necessário para a salvação, como a própria Igreja, na qual o Batismo introduz.

§1278.

O rito essencial do Batismo consiste em mergulhar na água o candidato ou em derramar água sobre a sua cabeça, pronunciando a invocação da Santíssima Trindade, isto é, do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

§1279.

O fruto do Batismo ou graça batismal é uma realidade rica que inclui: a remissão do

pecado original e de todos os pecados pessoais; o renascimento para uma vida nova, pela qual o ser humano se torna filho adotivo do Pai, Membro de Cristo, templo do Espírito Santo. Por este fato, o batizado é incorporado à Igreja, Corpo de Cristo e tornado participante do sacerdócio de Cristo.

§1280.

O Batismo imprime na alma um sinal espiritual indelével, o caráter, que consagra o batizado para o culto da religião cristã. Por causa do caráter, o Batismo não pode ser repetido (88).

§1281.

Os que sofrem a morte por causa da fé, os catecúmenos e todos aqueles que, sob o impulso da graça, sem conhecerem a Igreja, procuram sinceramente a Deus e se esforçam por cumprir a sua vontade, podem se salvar, mesmo sem terem recebido o Batismo (89).

§1282.

Desde os tempos mais antigos, o Batismo é administrado às crianças, visto ser uma graça e um dom de Deus que não supõem méritos humanos. As crianças são batizadas na fé da Igreja. A entrada na vida cristã dá acesso à verdadeira liberdade.

§1283.

Quanto às crianças que morrem sem Batismo, a Liturgia da Igreja nos convida a termos confiança na misericórdia divina e a rezar pela sua salvação.

§1284.

Em caso de necessidade, qualquer pessoa pode batizar, desde que tenha a intenção de fazer o que a Igreja faz e derrame água sobre a cabeça do candidato, dizendo: “Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

ARTIGO 2: O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

§1285.

Com o Batismo e a Eucaristia, o sacramento da Confirmação constitui o conjunto dos "sacramentos da iniciação cristã", cuja unidade deve ser salvaguardada. Por isto, é preciso explicar aos fiéis que a recepção deste sacramento é necessária para a plenitude da graça batismal (90). Com efeito, os batizados, "pelo sacramento da Confirmação, são mais perfeitamente vinculados à Igreja e enriquecidos com uma força especial do Espírito Santo e, deste modo, ficam mais estritamente obrigados a difundir e a defender a fé, por

palavras e obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo" (91).

I. A Confirmação na economia da salvação

§1286.

No Antigo Testamento, os Profetas anunciaram que o Espírito do Senhor repousaria sobre o Messias esperado (92) com vistas à sua missão salvífica (93). A descida do Espírito Santo sobre Jesus, quando do seu batismo por João, foi o sinal de que Ele era o que havia de vir, de que era o Messias, o Filho de Deus (94). Concebido pelo poder do Espírito Santo, toda a sua vida e toda a sua missão se realizam numa comunhão total com o mes-

mo Espírito Santo, que o Pai Lhe dá “sem medida” (Jo 3, 34).

§1287.

Ora, esta plenitude do Espírito não devia permanecer unicamente no Messias; devia ser comunicada a todo o povo messiânico (95). Repetidas vezes, Cristo prometeu esta efusão do Espírito, promessa que cumpriu, primeiro no dia de Páscoa (97) e depois, de modo mais esplêndido, no dia de Pentecostes (98). Cheios do Espírito Santo, os Apóstolos começaram a proclamar “as maravilhas de Deus” (Act 2, 11) e Pedro declarou que esta efusão do Espírito era o sinal dos tempos messiânicos (99). Aqueles que então acreditaram na pregação apostólica e se fizeram

batizar, receberam, por seu turno, o dom do Espírito Santo (100).

§1288.

"A partir de então, os Apóstolos, para cumprirem a vontade de Cristo, comunicaram aos neófitos, pela imposição das mãos, o dom do Espírito, para completar a graça do Batismo (101). É por isto que, na Epístola aos Hebreus, se menciona, entre os elementos da primeira instrução cristã, a doutrina sobre os Batismos e também sobre a imposição das mãos (102). A imposição das mãos é justificadamente reconhecida, pela Tradição católica, como a origem do sacramento da Confirmação que, de certo modo, perpetua na Igreja a graça de Pentecostes" (103).

§1289.

Bem cedo, para melhor significar o dom do Espírito Santo, se acrescentou, à imposição das mãos, uma unção com óleo perfumado (crisma). Esta unção ilustra o nome de "cristão", que significa "ungido" e que vai buscar a sua origem ao próprio nome de Cristo, aquele que "Deus ungiu com o Espírito Santo" (Act 10, 38). E este rito da unção se mantém até os nossos dias, tanto no Oriente como no Ocidente. É por isto que, no Oriente, este sacramento se chama crismação (= unção do crisma) ou *myron*, que significa "crisma". No Ocidente, o nome de Confirmação sugere que este sacramento confirma o

Batismo e, ao mesmo tempo, consolida a graça batismal.

DUAS TRADIÇÕES: O ORIENTE E O OCIDENTE

§1290.

Nos primeiros séculos, a Confirmação constituiu, geralmente, uma única celebração com o Batismo, formando com ele, segundo a expressão de São Cipriano, um "sacramento duplo" (104). Entre outras razões, a multiplicação dos batismos de crianças e isto em qualquer tempo do ano e a multiplicação das paróquias (rurais), ampliando as dioceses, deixaram de permitir a presença do bispo em todas as celebrações batismais. No Ocidente, porque se desejava reservar ao bispo o com-

pletar do Batismo, se instaurou a separação, no tempo, dos dois sacramentos. O Oriente conservou unidos os dois sacramentos, de tal modo que a Confirmação é dada pelo sacerdote que batiza. Este, no entanto, só o pode fazer com o “myron” consagrado por um bispo (105).

§1291.

Um costume da Igreja de Roma facilitou a expansão da prática ocidental, graças a uma dupla unção com o santo crisma, depois do batismo: a unção já feita pelo sacerdote ao neófito ao sair do banho batismal é completada por uma segunda unção, feita pelo bispo na fronte de cada um dos novos batizados (106). A primeira unção com o santo crisma,

feita pelo sacerdote, ficou ligada ao rito batismal e significa a participação do batizado nas funções profética, sacerdotal e real de Cristo. Se o Batismo é conferido a um adulto, há apenas uma unção pós-batismal: a da Confirmação.

§1292.

A prática das Igrejas do Oriente sublinha mais a unidade da iniciação cristã. A da Igreja latina exprime, com maior nitidez, a comunhão do novo cristão com o seu bispo, fiador e servidor da unidade da sua Igreja, da sua catolicidade e da sua apostolicidade e, assim, a ligação com as origens apostólicas da Igreja de Cristo.

II. Os sinais e o rito da Confirmação

§1293.

A unção

No rito deste sacramento, convém considerar o sinal da unção e o que essa unção designa e imprime: o selo espiritual.

A unção, na simbologia bíblica e antiga, é rica de numerosas significações: o óleo é sinal de abundância (107) e de alegria (108), purifica (unção antes e depois do banho) e torna ágil (unção dos atletas e lutadores); é sinal de cura, pois suaviza as contusões e as feridas (109) e torna radiante de beleza, saúde e força.

§1294.

Todos estes significados da unção com óleo se reencontram na vida sacramental. A unção antes do Batismo, com o óleo dos catecúmenos, significa purificação e fortalecimento; a unção dos enfermos exprime cura e conforto. A unção com o santo crisma depois do Batismo, na Confirmação e na Ordenação, é sinal de uma consagração. Pela Confirmação, os cristãos, quer dizer, os que são ungidos, participam mais na missão de Jesus Cristo e na plenitude do Espírito Santo de que Ele está repleto, a fim de que toda a sua vida espalhe “o bom odor de Cristo” (110)

§1295.

Por esta unção, o confirmando recebe “a marca”, o selo do Espírito Santo. O selo é o símbolo da pessoa (111), sinal da sua autoridade (112), da sua propriedade sobre um objeto (113). Era assim que se marcavam os soldados com o selo do seu chefe e também os escravos com o do seu dono. O selo autentica um ato jurídico (114) ou um documento (115) e, eventualmente, o torna secreto (116).

§1296.

O próprio Cristo se declara marcado com o selo do Pai (117). O cristão também está marcado com um selo: “Foi Deus que nos concedeu a unção, nos marcou também com o seu selo e depôs os penhores do Espírito em nos-

sos corações" (2 Cor 1, 21-22) (118). Este selo do Espírito Santo marca a pertença total a Cristo, a entrega para sempre ao seu serviço, mas também a promessa da proteção divina na grande prova escatológica (119).

A CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO

§1297.

Um momento importante que precede a celebração da Confirmação, mas que, de certo modo, faz parte dela, é a consagração do santo crisma. É o bispo que, na Quinta-Feira Santa, no decorrer da missa crismal, consagra o santo crisma para toda a sua diocese. Nas Igrejas do Oriente, esta consagração é mesmo reservada ao Patriarca.

"A Liturgia de Antioquia exprime assim a epiclese da consagração do santo crisma (*myron*, em grego): "[Pai (...) envia o Teu Espírito Santo] sobre nós e sobre este óleo que está diante de nós e consagra-o, para que seja, para todos os que com ele forem ungidos e marcados, *myron* santo, *myron* sacerdotal, *myron* real, unção de alegria, a veste da luz, o manto da salvação, o dom espiritual, a santificação das almas e dos corpos, a felicidade imperecível, o selo indelével, o escudo da fé, o capacete invencível contra todas as obras do Adversário" (120).

§1298.

Quando a Confirmação é celebrada separadamente do Batismo, como acontece no

rito romano, a Liturgia do sacramento começa pela renovação das promessas do Batismo e pela profissão de fé dos confirmandos. Assim se evidencia claramente que a Confirmação se situa na continuação do Batismo (121). No caso do Batismo de um adulto, este recebe imediatamente a Confirmação e participa da Eucaristia (122).

§1299.

No rito romano, o bispo estende as mãos sobre o grupo dos confirmandos, gesto que, desde o tempo dos Apóstolos, é sinal do dom do Espírito. E o bispo invoca, assim, a efusão do Espírito.

“Deus todo-poderoso, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, pela água e pelo Espírito

Santo, destes uma vida nova a estes vossos servos e os libertastes do pecado, enviai sobre eles o Espírito Santo Paráclito; dai-lhes, Senhor, o espírito de sabedoria e de inteligência, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de ciência e de piedade e os enchei com o espírito do temor a Vós. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, que é Deus convosco, na unidade do Espírito Santo" (123).

§1300.

O rito essencial

Segue-se o rito essencial do sacramento. No rito latino, "o sacramento da Confirmação é conferido pela unção do santo crisma sobre

a fronte, feita com a imposição da mão e por estas palavras: "*Accipe signaculum doni Spiritus Sancti* – Recebe, por este sinal, o Espírito Santo, o Dom de Deus" (124). Nas Igrejas orientais de rito bizantino, a unção do *myron* se faz depois de uma oração de epiclese, sobre as partes mais significativas do corpo: a fronte, os olhos, o nariz, os ouvidos, os lábios, o peito, as costas, as mãos e os pés, sendo cada unção acompanhada da fórmula: "*Σφραγίς δωρεάς Πνεύματος Àγίου* (*Sfragís doreás Pnévmatos Àgíou*)" ("*Signaculum doni Spiritus Sancti* - Selo do dom que é o Espírito Santo") (125).

§1301.

O beijo da paz

O beijo da paz, com que termina o rito do sacramento, significa e manifesta a comunhão eclesial com o bispo e com todos os fiéis (126).

III. Os efeitos da Confirmação

§1302.

Ressalta desta celebração que o efeito do sacramento da Confirmação é uma efusão especial do Espírito Santo, tal como outrora foi concedida aos Apóstolos, no dia de Pentecostes.

§1303.

Por esse fato, a Confirmação proporciona crescimento e aprofundamento da graça batismal:

- enraíza-nos mais profundamente na filiação divina, que nos leva a dizer “Abba! Pai!” (Rm 8, 15);

- une-nos mais firmemente a Cristo;

- aumenta em nós os dons do Espírito Santo;

- torna mais perfeito o laço que nos une à Igreja (127);

- dá-nos uma força especial do Espírito Santo para propagarmos e defendermos a fé, pela palavra e pela ação, como verdadeiras testemunhas de Cristo, para confessarmos

com valentia o nome de Cristo e para nunca nos envergonharmos da cruz (128):

"Lembra-te, pois, de que recebeste o sinal espiritual, o espírito de sabedoria e de entendimento, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de ciência e de piedade, o espírito do santo temor e guarda o que recebeste. Deus Pai te marcou com o seu sinal, o Senhor Jesus Cristo te confirmou e pôs no teu coração o penhor do Espírito" (129).

§1304.

Tal como o Batismo, de que é a consumação, a Confirmação é dada uma só vez. Com efeito, a Confirmação imprime na alma uma marca espiritual indelével, o "caráter" (130), que é sinal de que Jesus Cristo marcou um

cristão com o selo do seu Espírito, o revestindo com a fortaleza do Alto, para que seja sua testemunha (131).

§1305.

O caráter

O caráter aperfeiçoa o sacerdócio comum dos fiéis recebido no Batismo e "o confirmado recebe a força de confessar a fé de Cristo publicamente e como que em virtude de um encargo oficial (*quasi ex officio*)" (132).

IV. Quem pode receber este sacramento?

§1306.

Todo batizado ainda não confirmado pode e deve receber o sacramento da Confirmação

(133). Uma vez que Batismo, Confirmação e Eucaristia formam uma unidade, segue-se que “os fiéis têm obrigação de receber este sacramento no tempo devido” (134), porque, sem a Confirmação e a Eucaristia, o sacramento do Batismo é, sem dúvida, válido e eficaz, mas a iniciação cristã fica incompleta.

§1307.

O costume latino, desde séculos, aponta “a idade da discrição” como ponta de referência para se receber a Confirmação. Em perigo de morte, porém, devem se confirmar as crianças, mesmo que ainda não tenham atingido a idade da discrição (135).

§1308.

Se, por vezes, se fala da Confirmação como "sacramento da maturidade cristã", não se deve, no entanto, confundir a idade adulta da fé com a idade adulta do crescimento natural, nem se esquecer de que a graça batismal é uma graça de eleição gratuita e imerecida, que não precisa de uma "ratificação" para se tornar efetiva. São Tomás recorda isto mesmo, ao dizer: "A idade do corpo não constitui um prejuízo para a alma. Por isto, mesmo na infância, o ser humano pode receber a perfeição da idade espiritual de que fala a Sabedoria (4, 8): "A velhice honrada não é a que dão os longos dias e nem se avalia pelo número dos anos". E foi assim que muitas crianças,

graças à fortaleza do Espírito Santo que tinham recebido, lutaram corajosamente e até ao sangue por Cristo" (136).

§1309.

A preparação

A preparação para a Confirmação deve ter por fim conduzir o cristão a uma união mais íntima com Cristo e a uma familiaridade mais viva com o Espírito Santo, com a sua ação, os seus dons e os seus apelos, para melhor assumir as responsabilidades apostólicas da vida cristã. Desse modo, a catequese da Confirmação deve se esforçar por despertar o sentido de pertença à Igreja de Jesus Cristo, tanto à Igreja universal como à comu-

nidade paroquial. Esta última tem uma responsabilidade particular na preparação dos confirmandos (137).

§1310.

Para receber a Confirmação é preciso estar em estado de graça. Convém recorrer ao sacramento da Penitência para ser purificado em vista do dom do Espírito Santo. E uma oração mais intensa deve preparar para receber com docilidade e disponibilidade a força e as graças do Espírito Santo (138).

§1311.

O padrinho e a madrinha

Tanto para a Confirmação, como para o Batismo, convém que os candidatos procu-

rem a ajuda espiritual de um padrinho ou de uma madrinha. É conveniente que seja o mesmo do Batismo, para marcar bem a unidade dos dois sacramentos (139).

V. O ministro da Confirmação

§1312.

O ministro originário da Confirmação é o bispo (140).

No Oriente é, ordinariamente, o sacerdote que batiza quem imediatamente confere a Confirmação, numa só e mesma celebração. Fá-lo, no entanto, com o santo crisma consagrado pelo patriarca ou pelo bispo, o que exprime a unidade apostólica da Igreja, cujos laços são reforçados pelo sacramento da Con-

firmação. Na Igreja latina se aplica a mesma disciplina nos batismos de adultos ou quando é admitido à plena comunhão com a Igreja um batizado de outra comunidade cristã, que não tenha recebido validamente o sacramento da Confirmação (141).

§1313.

No rito latino, o ministro ordinário da Confirmação é o bispo (142). Mesmo que o bispo possa, em caso de necessidade, conceder a presbíteros a faculdade de administrar a Confirmação (143), é conveniente que seja ele mesmo a conferi-la, não se esquecendo de que foi por este motivo que a celebração da Confirmação foi separada, no tempo, da do Batismo. Os bispos são os sucessores dos A-

póstolos e receberam a plenitude do sacramento da Ordem. A administração deste sacramento feita por eles realça que ele tem, como efeito, unir mais estreitamente aqueles que o recebem à Igreja, às suas origens apostólicas e à sua missão de dar testemunho de Cristo.

§1314.

Se um cristão estiver em perigo de morte, qualquer sacerdote pode lhe conferir a Confirmação (144). De fato, é vontade da Igreja que nenhum dos seus filhos, mesmo pequenino, parta deste mundo sem ter sido levado à perfeição pelo Espírito Santo com o dom da plenitude de Cristo.

Resumindo:

§1315.

"Quando os Apóstolos que estavam em Jerusalém ouviram dizer que a Samaria recebera a Palavra de Deus lhe enviaram Pedro e João. Quando chegaram lá, rezaram pelos samaritanos para que recebessem o Espírito Santo, que ainda não tinha descido sobre eles. Apenas tinham sido batizados em nome do Senhor Jesus. Então lhes impunham as mãos e eles recebiam o Espírito Santo" (Act 8, 14-17).

§1316.

A Confirmação completa a graça batismal, ela é o sacramento que dá o Espírito Santo

para nos enraizar mais profundamente na filiação divina, nos incorporar mais solidamente em Cristo, tornar mais firme o laço que nos prende à Igreja, nos associar mais à sua missão e nos ajudar a dar testemunho da fé cristã pela palavra, acompanhada de obras.

§1317.

A Confirmação, tal como o Batismo, imprime na alma do cristão um sinal espiritual ou caráter indelével. É por isto que só se pode receber este sacramento uma vez na vida.

§1318.

No Oriente, este sacramento é administrado imediatamente a seguir ao Batismo e é seguido da participação na Eucaristia. Esta

tradição põe em relevo a unidade dos três sacramentos da iniciação cristã. Na Igreja latina, este sacramento é administrado quando se atinge a idade da razão e, ordinariamente, a sua celebração é reservada ao bispo, significando assim que este sacramento vem robustecer o vínculo eclesial.

§1319.

O candidato à Confirmação, que atingiu a idade da razão, deve professar a fé, estar em estado de graça, ter a intenção de receber o sacramento e estar preparado para assumir o seu papel de discípulo e testemunha de Cristo, na comunidade eclesial e nos assuntos temporais.

§1320.

O rito essencial da Confirmação é a unção com o santo crisma na fronte do batizado (no Oriente também em outros órgãos dos sentidos), com a imposição da mão do ministro e as palavras: "*Accipe signaculum doni Spiritus Sancti* – Receba, por este sinal, o Espírito Santo, o Dom de Deus" (no rito Romano) ou: "*Signaculum doni Spiritus Sancti* - Selo do dom que é o Espírito Santo" (no rito Bizantino).

§1321.

Quando a Confirmação é celebrada separadamente do Batismo, a sua ligação com este sacramento é expressa, entre outras coisas, pela renovação dos compromissos ba-

tismais. A celebração da Confirmação no decorrer da Eucaristia contribui para sublinhar a unidade dos sacramentos da iniciação cristã.

ARTIGO 3: O SACRAMENTO DA EUCARISTIA

§1322.

A sagrada Eucaristia completa a iniciação cristã. Aqueles que foram elevados à dignidade do *sacerdócio régio* pelo Batismo e configurados mais profundamente com Cristo pela Confirmação, estes, por meio da Eucaristia, participam, com toda a comunidade, do próprio sacrifício do Senhor.

§1323.

"O nosso Salvador instituiu, na Última Ceia, na noite em que foi entregue, o sacrifício eucarístico do seu corpo e do seu sangue, para perpetuar, pelo decorrer dos séculos, até voltar, o sacrifício da cruz, confiando à Igreja, sua Esposa amada, o memorial da sua morte e ressurreição; sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça e nos é dado o penhor da glória futura" (145).

I. A Eucaristia - fonte e ápice da vida eclesial

§1324.

A Eucaristia é “fonte e ápice de toda a vida cristã” (146). “Os restantes sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiásticos e obras de apostolado, estão vinculados à sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Com efeito, na santíssima Eucaristia está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa” (147).

§1325.

“A comunhão de vida com Deus e a unidade do povo de Deus, pelas quais a Igreja é o que é, são significados e realizados pela Eucaristia. Nela se encontra o ápice, ao mesmo

tempo, da ação pela qual Deus, em Cristo, santifica o mundo e do culto que, no Espírito Santo, os seres humanos prestam a Cristo e, por Ele, ao Pai" (148).

§1326.

Enfim, pela celebração eucarística, nos unimos, desde já, à Liturgia do Céu e antecipamos a vida eterna, quando "Deus for tudo em todos" (1 Cor 15, 28).

§1327.

Em síntese, a Eucaristia é o compêndio e a síntese da nossa fé: "A nossa maneira de pensar está de acordo com a Eucaristia e, por sua vez, a Eucaristia confirma a nossa maneira de pensar" (149).

II. Como se chama este sacramento?

§1328.

A riqueza inesgotável deste sacramento se expressa nos diferentes nomes que lhe são dados. Cada um desses nomes evoca alguns dos seus aspectos. Chama-se:

Eucaristia, porque é ação de graças a Deus. As palavras “eucharistein” (Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24) e “eulogein” (Mt 26, 26; Mc 14, 22) lembram as bênçãos judaicas que proclamam - sobretudo durante a refeição - as obras de Deus: a criação, a redenção e a santificação.

§1329.

Ceia do Senhor (150), porque se trata da ceia que o Senhor comeu com os discípulos na véspera da sua Paixão e da antecipação do banquete nupcial do Cordeiro (151) na Jerusalém Celeste.

Fração do Pão, porque este rito, próprio da refeição dos judeus, foi utilizado por Jesus quando abençoava e distribuía o pão como chefe de família (152), sobretudo quando da Última Ceia (153). É por este gesto que os discípulos O reconhecerão depois da sua ressurreição (154) e é com esta expressão que os primeiros cristãos designarão as suas assembleias eucarísticas (155). Querem, com isto, significar que todos os que comem do único

Pão partido, Cristo, entram em comunhão com Ele e formam um só corpo n'Ele (156).

Assembleia eucarística ("synaxis"), porque a Eucaristia é celebrada em assembleia de fiéis, expressão visível da Igreja (157).

§1330.

Memorial da Paixão e ressurreição do Senhor.

Santo Sacrifício, porque atualiza o único sacrifício de Cristo Salvador e inclui a oferenda da Igreja. Ou ainda, **Santo Sacrifício da Missa**, "**Sacrifício de louvor**" (Heb 13, 15) (158), **Sacrifício espiritual** (159) **Sacrifício puro** (160) **e santo**, pois completa

e ultrapassa todos os sacrifícios da Antiga Aliança.

Santa e divina Liturgia, porque toda a Liturgia da Igreja encontra o seu centro e a sua expressão mais densa na celebração deste sacramento. No mesmo sentido, também é chamada de **Celebração dos Santos Mistérios**. Fala-se igualmente do **Santíssimo Sacramento**, porque é o sacramento dos sacramentos. E, com este nome, se designam as espécies eucarísticas guardadas no sacrário.

§1331.

Comunhão, pois é por este sacramento que nos unimos a Cristo, o qual nos torna participantes do seu corpo e do seu sangue,

para formarmos um só Corpo (161). É chamada ainda de **as coisas santas** (“tà hágia”; “santa”) (162). Este é o sentido primário da “comunhão dos santos” de que fala o Símbolo dos Apóstolos. **Pão dos anjos**, **pão do Céu**, **remédio da imortalidade** (163), **viático**.

§1332.

Santa Missa, porque a Liturgia em que se realiza o mistério da salvação termina com o envio dos fiéis (“missio”), para que eles cumpram a vontade de Deus em suas vidas quotidianas.

III. A Eucaristia na economia da salvação

OS SINAIS DO PÃO E DO VINHO

§1333.

No centro da celebração da Eucaristia, temos o pão e o vinho que, pelas palavras de Cristo e pela invocação do Espírito Santo, se tornam o corpo e o sangue do mesmo Cristo. Fiel à ordem do Senhor, a Igreja continua a fazer, em memória d'Ele e até à sua vinda gloriosa, o que Ele fez na véspera da sua PAIXÃO: “Tomou o pão...”, “Tomou o cálice com vinho...”. Tornando-se misteriosamente o corpo e o sangue de Cristo, os sinais do pão e do vinho continuam a significar também a bondade da criação. Por isto, no ofertório

[apresentação das oferendas], nós damos graças ao Criador pelo pão e pelo vinho (164), fruto "do trabalho do ser humano", mas, primeiramente, "fruto da terra" e "da videira", dons do Criador. A Igreja vê no gesto de Melquisedec, rei e sacerdote, que "ofereceu pão e vinho" (Gn 14, 18), uma prefiguração da sua própria oferenda (165).

§1334.

Na Antiga Aliança, o pão e o vinho são oferecidos em sacrifício, entre as primícias da terra, em sinal de reconhecimento ao Criador. Mas também recebem uma nova significação no contexto do Êxodo: os pães ázimos que Israel come todos os anos na Páscoa comemoram a pressa da partida libertadora do

Egito. A lembrança do maná do deserto recordará sempre a Israel que é do pão da Palavra de Deus que ele vive (166). Finalmente, o pão de cada dia é o fruto da terra prometida, penhor da fidelidade de Deus às suas promessas. O "cálice da bênção" (1 Cor 10, 16), no fim da ceia pascal dos judeus, acrescenta, à alegria festiva do vinho, uma dimensão escatológica: a da expectativa messiânica do restabelecimento de Jerusalém. Jesus instituiu a sua Eucaristia dando um sentido novo e definitivo à bênção do pão e do cálice.

§1335.

Os milagres da multiplicação dos pães, quando o Senhor disse a bênção, partiu e distribuiu os pães pelos seus discípulos, para

alimentar a multidão, prefiguram a superabundância deste pão único da sua Eucaristia (167). O sinal da água transformada em vinho, em Caná (168), já anuncia a "Hora" da glorificação de Jesus. E manifesta o cumprimento do banquete das núpcias no Reino do Pai, onde os fiéis beberão do vinho novo (169) tornado sangue de Cristo.

§1336.

O primeiro anúncio da Eucaristia dividiu os discípulos, tal como o anúncio da PAIXÃO os escandalizou: "Estas palavras são insuportáveis! Quem as pode escutar?" (Jo 6, 60). A Eucaristia e a cruz são pedras de tropeço. É o mesmo mistério e não cessa de ser motivo de divisão. "Também vos quereis ir embora?"

(Jo 6, 67); esta pergunta do Senhor ecoa através dos tempos, como convite do seu amor para descobrir que só Ele tem "palavras de vida eterna" (Jo 6, 68) e que acolher na fé o dom da sua Eucaristia é acolher a Ele próprio.

A INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

§1337.

Tendo amado os seus, o Senhor os amou até ao fim. Sabendo que era chegada a hora de partir deste mundo para regressar ao Pai, no decorrer de uma refeição, lhes lavou os pés e lhes deu o mandamento do amor (170). Para lhes deixar uma garantia deste amor, para jamais se afastar dos seus e para torná-

los participantes da sua Páscoa, instituiu a Eucaristia como memorial da sua morte e da sua ressurreição e ordenou aos seus Apóstolos que a celebrassem até o seu regresso, “constituindo-os então, sacerdotes do Novo Testamento” (171).

§1338.

Os três Evangelhos sinópticos e São Paulo nos transmitiram a narração da instituição da Eucaristia. Por seu lado, São João se refere às palavras de Jesus na sinagoga de Cafarnaum; palavras que preparam a instituição da Eucaristia. Cristo designa a ele próprio como o pão da vida, descido do Céu (172).

§1339.

Jesus escolheu a época da Páscoa para cumprir o que tinha anunciado em Cafarnaum: dar aos seus discípulos o seu corpo e o seu sangue.

“Veio o dia dos Ázimos em que se devia imolar a Páscoa. [Jesus] enviou então Pedro e João, dizendo: "Ide nos preparar a Páscoa, para que possamos comê-la" [...]. Partiram pois [...] e prepararam a Páscoa. Ao chegar a hora, Jesus tomou lugar à mesa e os Apóstolos com Ele. Disse-lhes então: "Tenho desejado ardentemente comer convosco esta Páscoa, antes de padecer. Pois vos digo que não voltarei a comê-la, até que ela se realize plenamente no Reino de Deus". [...] Depois, to-

mou o pão e, dando graças, o partiu, o deu a eles e lhes disse: "Isto é o Meu corpo, que vai ser entregue por vós. Fazei isto em memória de Mim". No fim da ceia, fez o mesmo com o cálice e disse: "Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que vai ser derramado por vós"" (Lc 22, 7-20) (173).

§1340.

Celebrando a Última Ceia com os seus Apóstolos, no decorrer do banquete pascal, Jesus deu o seu sentido definitivo à Páscoa judaica. Com efeito, a passagem de Jesus para o seu Pai, pela sua morte e ressurreição - a Páscoa nova - é antecipada na ceia e celebrada na Eucaristia, que dá cumprimento à Pás-

coa judaica e antecipa a Páscoa final da Igreja na glória do Reino.

“FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM”

§1341.

Ao ordenar que repetissem os seus gestos e palavras, “até que Ele venha” (1 Cor 11, 26), Jesus não pede somente que se lembrem d'Ele e do que Ele fez. Tem em vista a celebração litúrgica, pelos apóstolos e seus sucessores, do memorial de Cristo, da sua vida, morte, ressurreição e da sua intercessão junto do Pai.

§1342.

Desde o princípio, a Igreja foi fiel à ordem do Senhor. Da Igreja de Jerusalém está escrito.

“Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações. [...] Todos os dias frequentavam o templo, como se tivessem uma só alma e partiam o pão em suas casas. Tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração” (Act 2, 42.46).

§1343.

Era, sobretudo, “no primeiro dia da semana”, isto é, no dia de domingo, dia da ressurreição de Jesus, que os cristãos se reuniam “para partir o pão” (Act 20, 7). Desde esses

tempos até os nossos dias, a celebração da Eucaristia se perpetuou, de maneira que, hoje a encontramos em toda a parte na Igreja, com a mesma estrutura fundamental. Ela continua a ser o centro da vida da Igreja.

§1344.

Assim, de celebração em celebração, anunciando o mistério pascal de Jesus "até que Ele venha" (1 Cor 11, 26), o Povo de Deus em peregrinação "avança, pela porta estreita da cruz" (174), para o banquete celeste em que todos os eleitos se sentarão à mesa do Reino.

IV. A celebração litúrgica da Eucaristia

A MISSA DE TODOS OS SÉCULOS

§1345.

Desde o século II, temos o testemunho de São Justino, mártir, sobre as grandes linhas do desenrolar da celebração eucarística. Permaneceram as mesmas até os nossos dias em todas as grandes famílias litúrgicas. Eis o que ele escreve, cerca do ano 155, para explicar ao imperador pagão Antonino Pio (138-161) o que fazem os cristãos:

"No dia que chamam Dia do Sol, se realiza a reunião, num mesmo lugar, de todos os que habitam a cidade ou o campo.

Leem-se as memórias dos Apóstolos e os escritos dos Profetas, tanto quanto o tempo o permite.

Quando o leitor acabou, aquele que preside toma a palavra para incitar e exortar à imitação dessas belas coisas.

Em seguida, nos levantamos todos juntamente e fazemos orações" (175) "por nós mesmos [...] e por todos os outros, [...] onde quer que estejam, para que sejamos encontrados justos por nossa vida e ações e fiéis aos mandamentos e, assim, obtenhamos a salvação eterna.

Terminadas as orações, nos damos um beijo uns nos outros.

Depois, se apresenta, àquele que preside aos irmãos, pão e uma taça de água e vinho misturados.

Ele os toma e faz subir louvor e glória ao Pai do universo, pelo nome do Filho e do Espírito Santo e dá graças (em grego: *eucharistian*) longamente, por termos sido julgados dignos destes dons.

Quando ele termina as orações e ações de graças, todo o povo presente aclama: Amém!

[...] Depois de aquele que preside ter feito a ação de graças e de o povo ter respondido, aqueles a que, entre nós, chamamos diáconos, distribuem, a todos os que estão presentes pão, vinho e água "eucaristizados" e também os levam aos ausentes" (176).

§1346.

A Liturgia eucarística se processa em conformidade com uma estrutura fundamental, que tem se conservado através dos séculos até os nossos dias. Desdobra-se em dois grandes momentos, que formam, basicamente, uma unidade:

- a reunião, a Liturgia da Palavra, com as leituras, a homilia e a oração universal;

- a Liturgia Eucarística, com a apresentação do pão e do vinho, a ação de graças consecratória e a comunhão.

Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística constituem juntas "um só e mesmo ato de culto" (177). Com efeito, a mesa posta para nós na Eucaristia é, ao mesmo tempo, a da

Palavra de Deus e a do corpo do Senhor (178).

§1347.

Não é esse também o dinamismo da refeição pascal de Jesus Ressuscitado com os seus discípulos? Enquanto caminhavam, ele lhes explicava as Escrituras. Depois, Se pondo à mesa com eles, “tomou o pão, proferiu a bênção, o partiu e o deu” (179).

O DESENROLAR DA CELEBRAÇÃO

§1348.

Todos se reúnem.

Os cristãos acorrem a um mesmo lugar para a assembleia eucarística. À sua cabeça está o próprio Cristo, que é o ator principal da

Eucaristia. Ele é o Sumo Sacerdote da Nova Aliança. É Ele próprio que preside, invisivelmente, a toda a celebração eucarística. E é em representação d'Ele (agindo "*in persona Christi Capitis* - na pessoa de Cristo Cabeça"), que o bispo ou o presbítero preside à assembleia, toma a palavra depois das leituras, recebe as oferendas e diz a oração eucarística. Todos têm a sua parte ativa na celebração, cada qual a seu modo: os leitores, os que trazem as oferendas, os que distribuem a comunhão e todo o povo, cujo amém manifesta a participação.

§1349.

A Liturgia da Palavra

A Liturgia da Palavra comporta “os escritos dos Profetas”, quer dizer, o Antigo Testamento e “as Memórias dos Apóstolos”, ou seja, as suas Epístolas e o Evangelho. Depois da homilia, que é uma exortação a acolher esta Palavra como o que ela é na realidade: Palavra de Deus (180) e a pô-la em prática, vêm as intercessões por todos os seres humanos, segundo a palavra do Apóstolo: “Recomendo, antes de tudo, que se façam preces, orações, súplicas e ações de graças, por todos os seres humanos, pelos reis e por todos os que exercem autoridade” (1 Tm 2, 1-2).

§1350.

A apresentação das oferendas (ofertório)

Traz-se então para o altar, por vezes processionalmente, o pão e o vinho que vão ser oferecidos pelo sacerdote, em nome de Cristo, no sacrifício eucarístico, no qual se tornarão o seu corpo e o seu sangue. É precisamente o mesmo gesto que Cristo fez na última ceia, "tomando o pão e o cálice". "Só a Igreja oferece esta oblação pura ao Criador, Lhe oferecendo em ação de graças o que provém da sua criação" (181). A apresentação das oferendas no altar assume o gesto de Melquisedec e põe os dons do Criador nas mãos de Cristo. É Ele que, no seu sacrifício,

leva à perfeição todas as tentativas humanas de oferecer sacrifícios.

§1351.

A coleta

Desde o princípio, com o pão e o vinho para a Eucaristia, os cristãos trazem as suas ofertas para a partilha com os necessitados. Este costume, sempre atual, da coleta (182), se inspira no exemplo de Cristo, que Se fez pobre para nos enriquecer (183):

"Os que são ricos e querem, dão, cada um conforme o que a si mesmo se impôs. O que se recolhe é entregue àquele que preside e ele, por seu turno, presta assistência aos órfãos, às viúvas, àqueles que a doença ou

qualquer outra causa priva de recursos, aos prisioneiros, aos imigrantes, enfim, a todos os que sofrem necessidade" (184).

§1352.

A anáfora

Com a oração eucarística, oração de ação de graças e de consagração, chegamos ao coração e cume da celebração.

O prefácio

No prefácio, a Igreja dá graças ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo, por todas as suas obras: pela criação, redenção e santificação. Toda a comunidade une então as suas vozes àquele louvor incessante que a Igreja celeste

- os anjos e todos os santos - cantam ao Deus três vezes Santo.

§1353.

A epiclese

Na epiclese, pede ao Pai que envie o seu Espírito Santo (ou o poder da sua bênção) (185) sobre o pão e o vinho, para que se tornem, pelo seu poder, o corpo e o sangue de Jesus Cristo e para que os que participam da Eucaristia sejam um só corpo e um só espírito. (Algumas tradições litúrgicas colocam a epiclese depois da anamnese).

A narrativa da instituição

Na narração da instituição, a força das palavras e da ação de Cristo e o poder do Espíri-

to Santo tornam sacramentalmente presentes, sob as espécies do pão e do vinho, o corpo e o sangue do mesmo Cristo, o seu sacrifício oferecido na cruz de uma vez por todas.

§1354.

A anamese

Na **anamnese** que se segue, a Igreja faz memória da Paixão, ressurreição e regresso glorioso de Cristo Jesus e apresenta ao Pai a oferenda do seu Filho, que nos reconcilia com Ele. Nas intercessões, a Igreja manifesta que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja do Céu e da terra, dos vivos e dos defuntos e na comunhão com os pastores da Igreja: o Papa, o bispo da diocese, o

seu presbitério e os seus diáconos e todos os bispos do mundo inteiro com as suas Igrejas.

§1355.

A comunhão

Na comunhão, precedida da Oração do Senhor e da fração do pão, os fiéis recebem "o pão do Céu" e "o cálice da salvação", o corpo e o sangue de Cristo, que Se entregou "para a vida do mundo" (Jo 6, 51).

Porque este pão e este vinho foram, segundo a expressão antiga, "eucaristizados" (186), "chamamos, a este alimento, Eucaristia e ninguém pode tomar parte nela se não acreditar na verdade do que entre nós se ensina, se não recebeu o banho para a remissão

dos pecados e o novo nascimento e se não viver segundo os preceitos de Cristo" (187).

V. O sacrifício sacramental: ação de graças, memorial, presença

§1356.

Se os cristãos celebram a Eucaristia desde as origens e sob uma forma que, na sua substância não mudou através da grande diversidade dos tempos e das liturgias, é porque sabem que estão ligados pela ordem do Senhor, dada na véspera da sua Paixão: "Fazei isto em memória de Mim" (1 Cor 11, 24-25).

§1357.

Esta ordem do Senhor, a cumprimos celebrando o memorial do seu sacrifício. E o fa-

zendo, oferecemos ao Pai o que Ele próprio nos deu: os dons da sua criação, o pão e o vinho, transformados, pelo poder do Espírito Santo e pelas palavras de Cristo, no corpo e no sangue do mesmo Cristo. Assim, Cristo se torna real e misteriosamente presente.

§1358.

Temos, pois, de considerar a Eucaristia:

- como ação de graças e louvor ao Pai,

- como memorial sacrificial de Cristo e do Seu corpo,

- como presença de Cristo, pelo poder da sua Palavra e do seu Espírito.

A AÇÃO DE GRAÇAS E O LOUVOR AO PAI

§1359.

A Eucaristia, sacramento da nossa salvação realizada por Cristo na cruz, é também um sacrifício de louvor em ação de graças pela obra da criação. No sacrifício eucarístico, toda a criação, amada por Deus, é apresentada ao Pai, através da morte e ressurreição de Cristo. Por Cristo, a Igreja pode oferecer o sacrifício de louvor em ação de graças por tudo o que Deus fez de bom, belo e justo, na criação e na humanidade.

§1360.

A Eucaristia é um sacrifício de ação de graças ao Pai, uma bênção pela qual a Igreja

expressa o seu reconhecimento a Deus por todas as suas benesses, por tudo o que Ele fez mediante a criação, a redenção e a santificação. Eucaristia significa, antes de tudo, “ação de graças”.

§1361.

A Eucaristia é também o sacrifício de louvor pelo qual a Igreja canta a glória de Deus em nome de toda a criação. Este sacrifício de louvor só é possível através de Cristo. Ele une os fiéis à sua pessoa, ao seu louvor e à sua intercessão, de maneira que o sacrifício de louvor ao Pai é oferecido **por Cristo**, **com Cristo**, para ser aceito **em Cristo**.

O MEMORIAL SACRIFICIAL DE CRISTO E DO SEU CORPO, A IGREJA

§1362.

A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, a atualização e a oferenda sacramental do seu único sacrifício na Liturgia da Igreja, que é o seu Corpo. Em todas as orações eucarísticas encontramos, depois das palavras da instituição, uma oração chamada anamnese ou memorial.

§1363.

No sentido que lhe dá a Sagrada Escritura, o memorial não é somente a lembrança dos acontecimentos do passado, mas a proclamação das maravilhas que Deus fez pelos seres humanos (188). Na celebração litúrgica des-

ses acontecimentos, eles se tornam, de certo modo, presentes e atuais. É assim que Israel entende a sua libertação do Egito. Sempre que se celebrar a Páscoa, os acontecimentos do Êxodo se tornam presentes à memória dos crentes, para que conformem a eles as vidas deles.

§1364.

O memorial recebe um sentido novo no Novo Testamento. Quando a Igreja celebra a Eucaristia, faz memória da Páscoa de Cristo e esta se torna presente. O sacrifício que Cristo ofereceu na cruz uma vez por todas continua sempre atual (189): “Todas as vezes que, no altar, se celebra o sacrifício da cruz, no qual

"Cristo, nossa Páscoa, foi imolado", se realiza a obra da nossa redenção" (190).

§1365.

Porque é o memorial da Páscoa de Cristo, a Eucaristia é também um sacrifício. O caráter sacrificial da Eucaristia se manifesta nas próprias palavras da instituição: "Isto é o meu corpo, que vai ser entregue por vós" e "este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que vai ser derramado por vós" (Lc 22, 19-20). Na Eucaristia, Cristo dá aquele mesmo corpo que entregou por nós na cruz, aquele mesmo sangue que "derramou por muitos em remissão dos pecados" (Mt 26, 28).

§1366.

A Eucaristia é, pois, um sacrifício, porque representa (torna presente) o sacrifício da cruz, porque é dele o memorial e porque aplica o seu fruto.

Cristo “nosso Deus e Senhor [...], ofereceu Ele mesmo a Deus Pai uma vez por todas, morrendo como intercessor sobre o altar da cruz, para realizar em favor deles [seres humanos] uma redenção eterna. No entanto, porque, após a sua morte, não se devia extinguir o seu sacerdócio (Heb 7, 24-27), na Última Ceia, "na noite em que foi entregue" (1 Cor 11, 13), [...] Ele [quis deixar] à Igreja, sua Esposa bem-amada, um sacrifício visível (como exige a natureza humana) em que fos-

se representado o sacrifício cruento que ia realizar uma vez por todas na cruz, perpetuando a sua memória até o fim dos séculos e aplicando a sua eficácia salvífica à remissão dos pecados que nós cometemos cada dia" (191).

§1367.

O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são um único sacrifício. "É uma só e mesma vítima e Aquele que agora Se oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora ofereceu Ele mesmo na cruz. Só a maneira de oferecer é que é diferente" (192). E porque, "neste divino sacrifício que se realiza na missa, aquele mesmo Cristo, que a Si mesmo Se ofereceu outrora, de mo-

do cruento, sobre o altar da cruz, agora está contido e é imolado de modo incruento [...] este sacrifício é verdadeiramente propiciatório" (193).

§1368.

A Eucaristia é, igualmente, o sacrifício da Igreja. A Igreja, que é o Corpo de Cristo, participa da oblação da sua Cabeça. Com Ele, ela própria é oferecida integralmente. Ela se une à sua intercessão junto ao Pai em favor de todos os seres humanos. Na Eucaristia, o sacrifício de Cristo se torna também o sacrifício dos membros do seu corpo. A vida dos fiéis, o seu louvor, o seu sofrimento, a sua oração, o seu trabalho se unem aos de Cristo e à sua oblação total, adquirindo, assim, um novo

valor. O sacrifício de Cristo presente sobre o altar proporciona, a todas as gerações de cristãos, a possibilidade de se unirem à sua oblação.

Nas catacumbas, a Igreja era frequentemente representada como uma mulher em oração, de braços estendidos em atitude orante. Como Cristo, que estendeu os braços na cruz, assim, por Ele, com Ele e n'Ele, a Igreja se oferece e intercede por todos os seres humanos.

§1369.

Toda a Igreja está unida à oblação e intercessão de Cristo. Encarregado do ministério de Pedro na Igreja, o Papa está associado a toda e qualquer celebração da Eucaristia, na

qual é nomeado como sinal e servidor da unidade da Igreja universal. O bispo do lugar é sempre responsável pela Eucaristia, mesmo quando presidida por um presbítero. O seu nome é citado nela para significar a sua presidência da Igreja particular, no meio do presbitério e com a assistência dos diáconos. A comunidade intercede também por todos os ministros que, por ela e com ela, oferecem o sacrifício eucarístico.

"Seja tida como legítima somente aquela Eucaristia que é presidida pelo bispo ou por quem ele encarregou" (194).

"É pelo ministério dos presbíteros que o sacrifício espiritual dos fiéis se consuma em união com o sacrifício de Cristo. Mediador

único, que é oferecido na Eucaristia de modo incruento e sacramental, pelas mãos deles, em nome de toda a Igreja, até quando o mesmo Senhor voltar" (195).

§1370.

À oblação de Cristo se unem não só os membros que estão ainda neste mundo, mas também os que já estão na glória do Céu. É em comunhão com a santíssima Virgem Maria e fazendo memória d'Ela, assim como de todos os santos e de todas as santas, que a Igreja oferece o sacrifício eucarístico. Na Eucaristia, a Igreja, com Maria, está como que ao pé da cruz, unida à oblação e à intercessão de Cristo.

§1371.

O sacrifício eucarístico é também oferecido pelos fiéis defuntos, “que morreram em Cristo e não estão ainda de todo purificados” (196), para que possam entrar na luz e na paz de Cristo.

“Enterrai este corpo não importa onde! Não vos dê isto qualquer cuidado! Tudo o que vos peço é que vos lembreis de mim diante do altar do Senhor, onde quer que estejais” (197).

“Depois [na anáfora], nós rezamos pelos santos padres e bispos falecidos e, em geral, por todos aqueles que morreram antes de nós, certos de que isto será de grande proveito para as almas em favor das quais tal súpli-

ca se faz enquanto está presente a vítima santa e temível [...]. Apresentando a Deus as nossas súplicas pelos que morreram, embora tenham sido pecadores, nós [...] apresentamos Cristo imolado pelos nossos pecados, tornando, assim, propício, para eles e para nós, o Deus que é amigo dos seres humanos" (198).

§1372.

Santo Agostinho resumiu admiravelmente esta doutrina que nos incita a uma participação cada vez mais perfeita no sacrifício do nosso Redentor que celebramos na Eucaristia.

"Toda esta Cidade resgatada, ou seja, a assembleia e sociedade dos santos, é oferecida

a Deus, como um sacrifício universal, pelo Sumo Sacerdote que, sob a forma de servo, foi ao ponto de Se oferecer por nós na sua PAIXÃO, para fazer, de nós, Corpo de tal Cabeça [...]. Tal é o sacrifício dos cristãos: "Nós, que somos muitos, formamos em Cristo um só Corpo" (Rm 12, 5). E este sacrifício, a Igreja não cessa de renovar, no sacramento do altar bem conhecido dos fiéis, em que lhe é mostrado que ela própria é oferecida naquilo que oferece" (199).

A PRESENÇA DE CRISTO PELO PODER DA SUA PALAVRA E DO ESPÍRITO SANTO

§1373.

"Jesus Cristo, que morreu, que ressuscitou, que está à direita de Deus, que intercede por nós" (Rm 8, 34) está presente na sua Igreja de múltiplos modos (200): na sua Palavra, na oração da sua Igreja, "onde dois ou três estão reunidos em Meu nome" (Mt 18, 20), nos pobres, nos doentes, nos prisioneiros (201), nos seus sacramentos, dos quais é o autor, no sacrifício da missa e na pessoa do ministro. Mas está presente, "sobretudo, sob as espécies eucarísticas" (202).

§1374.

O modo da presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é único. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz dela “como que a perfeição da vida espiritual e o fim para que tendem todos os sacramentos” (203). No santíssimo sacramento da Eucaristia estão “contidos, verdadeira, real e substancialmente, o corpo e o sangue, conjuntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, Cristo completo” (204). “Esta presença se chama "real", não a título exclusivo como se as outras presenças não fossem "reais", mas por excelência, porque é substancial e porque,

por ela, se torna presente o Cristo completo: Deus e ser humano" (205).

§1375.

É pela conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo que Ele Se torna presente neste sacramento. Os Padres da Igreja proclamaram com firmeza a fé da mesma Igreja na eficácia da Palavra de Cristo e da ação do Espírito Santo, para operar esta conversão. Assim, São João Crisóstomo declara:

"Não é o ser humano que faz com que as coisas oferecidas se tornem corpo e sangue de Cristo, mas é o próprio Cristo, que foi crucificado por nós. O sacerdote, figura de Cristo, pronuncia estas palavras, mas a sua eficá-

cia e a graça são de Deus. Isto é o Meu corpo, diz ele. Esta palavra transforma as coisas oferecidas" (206).

E Santo Ambrósio diz, a respeito da mesma conversão:

Estejamos bem convencidos de que "isto não é o que a natureza formou, mas o que a bênção consagrou e de que a força da bênção ultrapassa a da natureza, porque, pela bênção, a própria natureza é mudada" (207). "A Palavra de Cristo, que pôde fazer, do nada, o que não existia, não havia de poder mudar coisas existentes no que elas ainda não eram? Porque não é menos dar, às coisas, a sua natureza original do que mudá-la" (208).

§1376.

O Concílio de Trento resume a fé católica declarando: “Porque Cristo, nosso Redentor, disse que o que Ele oferecia sob a espécie do pão era verdadeiramente o seu corpo, sempre na Igreja se teve esta convicção que o sagrado Concílio de novo declara: pela consagração do pão e do vinho se opera a conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo Nosso Senhor e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue. A esta mudança, a Igreja católica chama, de modo conveniente e apropriado, transubstanciação” (209).

§1377.

A presença eucarística de Cristo começa no momento da consagração e dura enquanto as espécies eucarísticas subsistirem. Cristo está presente todo em cada uma das espécies e todo em cada uma das suas partes, de maneira que a fração do pão não divide Cristo (210).

§1378.

O culto da Eucaristia.

Na Liturgia da Missa, nós expressamos a nossa fé na presença real de Cristo sob as espécies do pão e do vinho, entre outras maneiras, ajoelhando ou nos inclinando profundamente em sinal de adoração ao Senhor. “A

Igreja Católica sempre prestou e continua a prestar este culto de adoração que é devido ao sacramento da Eucaristia, não só durante a missa, mas também fora da sua celebração, conservando com o maior cuidado as hóstias consagradas, as apresentando aos fiéis para que solenemente as venerem e as levando em procissão" (211).

§1379.

A Sagrada Reserva (o Sacrário)

A Sagrada Reserva (Sacrário) era, no princípio, destinada a guardar, de maneira digna, a Eucaristia, para poder ser levada aos doentes e ausentes, fora da missa. Pelo aprofundamento da fé na presença real de Cristo na

sua Eucaristia, a Igreja tomou consciência do sentido da adoração silenciosa do Senhor, presente sob as espécies eucarísticas e é por isto que o Sacrário deve ser colocado num lugar particularmente digno da igreja. Ele deve ser construído de tal modo que sublinhe e manifeste a verdade da presença real de Cristo no Santíssimo Sacramento.

§1380.

É de suma conveniência que Cristo tenha querido ficar presente à sua Igreja deste modo único. Uma vez que estava para deixar os seus sob forma visível, Cristo quis nos dar a sua presença sacramental e, visto que ia sofrer na cruz para nos salvar, quis que tivéssemos o memorial do amor com que nos a-

mou “até o fim” (Jo 13, 1), até o dom da própria vida. Com efeito, na sua presença eucarística, ele fica misteriosamente no meio de nós, como Aquele que nos amou e Se entregou por nós (212) e permanece sob os sinais que exprimem e comunicam este amor:

“A Igreja e o mundo têm grande necessidade do culto eucarístico. Jesus nos espera neste sacramento do amor. Não neguemos o tempo para estar com Ele na adoração, na contemplação cheia de fé e disposta a reparar as faltas graves e os pecados do mundo. Que a nossa adoração não cesse jamais” (213).

§1381.

“A presença do verdadeiro corpo e do verdadeiro sangue de Cristo neste sacramento,

"não a apreendemos pelos sentidos, mas só pela fé que se apoia na autoridade de Deus", diz São Tomás. É por isto que, comentando o texto de São Lucas 22, 19: "Isto é o Meu corpo que será entregue por vós", São Cirilo de Alexandria declara: "Não vás agora te perguntar se isto é verdade, mas acolhe com fé as palavras do Senhor, porque Ele, que é a verdade, não mente"" (214):

Adoro te devote, latens Deitas,	Adoro-te com devoção, ó Deus que te escondes,
Quæ sub his figuris sub vere latitas.	Que sob estas figuras, de verdade te ocultas.
Tibi se cor meum totum subficit,	A ti, meu coração se submete inteiramente.
Quia Te contemplans,	Porque, ao contem-

totem deficit.	plar-te, desfalece por completo.
Visus, tactus, gustus in Te fallitur.	Visão, tato e paladar em ti falham.
Sed auditu solo tutu Creditur.	Apenas ouvindo, se crê com segurança.
Credo quidquid dixit Dei Filius.	Creio em tudo o que disse o Filho de Deus.
Nil hoc Veritatis verbo verius.	Nada mais verdadeiro que esta palavra da Verdade (215).

VI. O banquete pascal

§1382.

A Missa é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o memorial sacrificial em que se perpetua o sacrifício da cruz e o banquete sagrado da comunhão do corpo e sangue do Senhor. Mas a celebração do sacrifício euca-

rístico está toda orientada para a união íntima dos fiéis com Cristo pela comunhão. Comungar é receber o próprio Cristo, que Se ofereceu por nós.

§1383.

O altar

O altar, à volta do qual a Igreja se reúne na celebração da Eucaristia, representa os dois aspectos de um mesmo mistério: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor e isto tanto mais que o altar cristão é o símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia dos seus fiéis, ao mesmo tempo como vítima oferecida para a nossa reconciliação e como alimento celeste que nos é dado. “Com efeito,

o que é o altar de Cristo senão a imagem do corpo de Cristo?", pergunta Santo Ambrósio (216) e, noutra passagem: "O altar representa o corpo [de Cristo] e o corpo de Cristo está sobre o altar" (217). A Liturgia exprime esta unidade do sacrifício e da comunhão em numerosas orações. Assim, a Igreja de Roma reza na sua anáfora:

"Humildemente Vos suplicamos, Deus todo-poderoso, que esta nossa oferenda seja apresentada pelo vosso santo Anjo no altar celeste, diante da vossa divina majestade, para que todos nós, participando deste altar, pela comunhão do santíssimo corpo e sangue do vosso Filho, alcancemos a plenitude das bênçãos e graças do Céu" (218)

“TOMAI TODOS E COMEI”: A COMUNHÃO

§1384.

O Senhor nos dirige um convite insistente a que O recebamos no sacramento da Eucaristia: “Em verdade em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós” (Jo 6, 53).

§1385.

Para responder a este convite, devemos nos preparar para este momento tão grande e santo. São Paulo exorta a um exame de consciência: “Quem comer o pão ou beber do cálice do Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois,

cada qual a si mesmo e então coma desse pão e beba desse cálice, pois, quem come e bebe sem discernir o corpo do Senhor come e bebe a própria condenação" (1Cor 11, 27-29). Aquele que tiver consciência de um pecado grave deve receber o sacramento da Reconciliação antes de se aproximar da Comunhão.

§1386.

Perante a grandeza deste sacramento, o fiel só pode retomar humildemente e com ardente fé nas palavras do centurião (219): "*Domine, non sum dignus ut intres sub tectum meum, sed tantum dic verbum et sanabitur anima mea* – Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas dizei uma [só] palavra e serei salvo" (220). E,

na divina Liturgia de São João Crisóstomo, os fiéis oram no mesmo Espírito:

"Faz-me comungar hoje, ó Filho de Deus, na tua ceia mística. Porque eu não revelarei o segredo aos teus inimigos, nem te darei o beijo de Judas. Mas, como o ladrão, eu te suplico: Lembra-Te de mim, Senhor, no teu Reino" (221).

§1387.

Para se prepararem convenientemente para receber este sacramento, os fiéis devem observar o jejum prescrito na sua Igreja (222). A atitude corporal (gestos, traje) deve traduzir o respeito, a solenidade, a alegria deste momento em que Cristo Se torna nosso hóspede.

§1388.

É conforme o próprio sentido da Eucaristia que os fiéis, se tiverem as disposições requeridas (223), recebam a Comunhão quando participam na missa (224). “Recomenda-se vivamente aquela mais perfeita participação na missa em que os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, recebem, do mesmo sacrifício, o corpo do Senhor” (225).

§1389.

A Igreja impõe aos fiéis a obrigação de “participar da divina Liturgia nos domingos e dias de festa” (226) e de receber a Eucaristia ao menos uma vez em cada ano, se possível no tempo pascal (227), preparados pelo sacramento da Reconciliação. Mas lhes reco-

menda vivamente que recebam a santa Eucaristia aos domingos e dias de festa ou ainda mais vezes e mesmo todos os dias.

§1390.

Graças à presença sacramental de Cristo sob cada uma das espécies, a comunhão apenas sob a espécie de pão permite receber todo o fruto de graça da Eucaristia. Por razões pastorais, esta maneira de comungar se estabeleceu legitimamente como a mais habitual no rito latino. “A sagrada Comunhão tem uma forma mais plena, enquanto sinal, quando é feita sob as duas espécies. Com efeito, nesta forma, se manifesta mais perfeitamente o sinal do banquete eucarístico”

(228). É a forma habitual de comungar, nos ritos orientais.

OS FRUTOS DA COMUNHÃO

§1391.

A Comunhão aumenta a nossa união com Cristo. Receber a Eucaristia na comunhão traz consigo, como fruto principal, a união íntima com Cristo Jesus. De fato, o Senhor diz: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em Mim e Eu nele” (Jo 6, 56). A vida em Cristo tem o seu fundamento no banquete eucarístico: “Assim como o Pai, que vive, Me enviou e Eu vivo pelo Pai, também o que Me come viverá por Mim” (Jo 6, 57).

“Quando, nas festas do Senhor, os fiéis recebem o corpo do Filho, proclamam uns aos outros a Boa Nova de que lhes foram dados os penhores da vida, como quando o anjo disse a Maria de Magdala: "Cristo ressuscitou!". Eis que também agora a vida e a ressurreição são conferidas àquele que recebe Cristo” (229).

§1392.

O que o alimento material produz na nossa vida corporal, realiza-o a Comunhão, de modo admirável, na nossa vida espiritual. A comunhão da carne de Cristo Ressuscitado, “vivificada pelo Espírito Santo e vivificante” (230), conserva, aumenta e renova a vida da graça recebida no Batismo. Este crescimento

da vida cristã precisa ser alimentado pela Comunhão eucarística, pão da nossa peregrinação, até à hora da morte, em que nos será dado como viático.

§1393.

A Comunhão nos afasta do pecado. O corpo de Cristo que recebemos na Comunhão é "entregue por nós" e o sangue que nós bebemos é "derramado pela multidão, para remissão dos pecados". É por isto que a Eucaristia não pode nos unir a Cristo sem nos purificar, ao mesmo tempo, dos pecados cometidos e nos preservar dos pecados futuros.

"Sempre que O recebemos, anunciamos a morte do Senhor (231). Se nós anunciamos a morte do Senhor, anunciamos a remissão dos

pecados. Se, de cada vez que o seu sangue é derramado, é derramado para a remissão dos pecados, eu devo recebê-lo sempre, para que sempre Ele perdoe os meus pecados. Eu que peco sempre, devo ter sempre um remédio" (232).

§1394.

Tal como o alimento corporal serve para restaurar as forças perdidas, assim também, a Eucaristia fortifica o amor que, na vida quotidiana, tende a se enfraquecer e este amor vivificado apaga os pecados veniais (233). Dando-Se a nós, Cristo reaviva o nosso amor e nos torna capazes de quebrar as ligações desordenadas às criaturas e de nos radicarmos n'Ele.

"Uma vez que Cristo morreu por nós por amor, quando nós fazemos memória da sua morte no momento do sacrifício, pedimos que esse amor nos seja dado pela vinda do Espírito Santo; suplicamos humildemente que, em virtude desse amor pelo qual Cristo quis morrer por nós, também nós, recebendo a graça do Espírito Santo, possamos considerar o mundo como crucificado para nós e sermos, nós próprios, crucificados para o mundo; [...] tendo recebido o dom do amor, morramos para o pecado e vivamos para Deus" (234).

§1395.

Pelo mesmo amor que acende em nós, a Eucaristia nos preserva dos pecados mortais

futuros. Quanto mais participarmos da vida de Cristo e progredirmos na sua amizade, mais difícil nos será romper com Ele através do pecado mortal. A Eucaristia não objetiva o perdão dos pecados mortais. Isto é próprio do sacramento da Reconciliação. O que é próprio da Eucaristia é ser o sacramento daqueles que estão na plena comunhão da Igreja.

§1396.

A unidade do corpo Místico

A Eucaristia faz a Igreja. Os que recebem a Eucaristia ficam mais estreitamente unidos a Cristo. Por isto mesmo, Cristo une todos os fiéis num só corpo: a Igreja. A Comunhão

renova, fortalece e aprofunda esta incorporação na Igreja, já realizada pelo Batismo. No Batismo, fomos chamados a formar um só corpo (235). A Eucaristia realiza esta vocação. “O cálice da bênção que abençoamos, não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos não é comunhão com o corpo de Cristo? Uma vez que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, porque participamos desse único pão” (1 Cor 10, 16-17):

“Se sois o Corpo de Cristo e seus Membros, é o vosso sacramento que está colocado sobre a mesa do Senhor, é o vosso sacramento que recebeis. Vós respondeis “Amém” [“Sim, é verdade!”] àquilo que recebeis e, ao

responder, o subscreveis. Tu ouves estas palavras: “O corpo de Cristo” e respondes: “Amém”. Então, sê um membro de Cristo, para que o teu “Amém” seja verdadeiro” (326).

§1397.

A Eucaristia nos compromete com os pobres. Para receber, na verdade, o corpo e o sangue de Cristo entregue por nós, temos de reconhecer Cristo nos mais pobres, seus irmãos (237):

“Saboreaste o sangue do Senhor e não reconheces sequer o teu irmão. Desonras esta mesa, se não julgas digno de partilhar o teu alimento com aquele que foi julgado digno de tomar parte nesta mesa. Deus te libertou de todos os teus pecados e te chamou para ela e

tu nem então te tornaste mais misericordioso" (238).

§1398.

A Eucaristia e a unidade dos cristãos.

Perante a grandeza deste mistério, Santo Agostinho exclama: "*O sacramentum pietatis! O signum unitatis! O vinculum caritatis!* - Ó sacramento da piedade, ó sinal da unidade, ó vínculo da caridade!" Quanto mais dolorosas se fazem sentir as divisões da Igreja que rompem a participação comum na mesa do Senhor, tanto mais prementes são as orações que fazemos ao Senhor para que voltem os dias da unidade completa de todos os que creem n' Ele.

§1399.

As Igrejas orientais que não estão em comunhão plena com a Igreja Católica celebram a Eucaristia com um grande amor. “Essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos e, principalmente em virtude da sucessão apostólica, o sacerdócio e a Eucaristia, por meio dos quais continuam unidos a nós por vínculos estreitíssimos” (240). Portanto, “uma certa comunhão *in sacris* é, não só possível, mas até aconselhável, em circunstâncias oportunas e com aprovação da autoridade eclesiástica” (241).

§1400.

As comunidades eclesiais saídas da Reforma, separadas da Igreja Católica, “não

[conservaram] a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem" (242). É por este motivo que a intercomunhão eucarística com estas comunidades não é possível para a Igreja Católica. No entanto, estas comunidades eclesiais, "quando, na santa ceia, fazem memória da morte e ressurreição do Senhor, professam que a vida é significada na comunhão com Cristo e esperam a sua vinda gloriosa" (243).

§1401.

Se surgir uma grave necessidade, segundo o juízo do Ordinário, os ministros católicos podem ministrar os sacramentos (Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos) aos outros

cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que os pedem por sua livre vontade. Requer-se, neste caso, que manifestem a fé católica em relação a estes sacramentos e que se encontrem nas devidas disposições (244).

VII. A Eucaristia - "Penhor da futura glória"

§1402.

Numa antiga oração, a Igreja aclama assim o mistério da Eucaristia: "*O sacrum convivium in quo Christus sumitur: recolitur memoria passionis eius; mens impletur gratia et futuræ gloriæ nobis pignus datur* - Ó sagrado banquete em que se recebe Cristo e se comemora a sua Paixão em que a alma se

enche de graça e nos é dado o penhor da futura glória" (245). Se a Eucaristia é o memorial da Páscoa do Senhor, se pela nossa comunhão no altar somos cumulados da "plenitude das bênçãos e graças do Céu" (246), a Eucaristia é também a antecipação da glória celeste.

§1403.

Na Última Ceia, o próprio Senhor chamou a atenção dos seus discípulos para a consumação da Páscoa no Reino de Deus: "Eu vos digo que não voltarei a beber deste fruto da videira, até o dia em que beberei convosco o vinho novo no Reino do meu Pai" (Mt 26, 29) (247). Sempre que a Igreja celebra a Eucaristia, elas se lembra desta promessa e o seu

olhar se volta para “Aquele que vem” (Ap 1, 4). Na sua oração, ela clama pela sua vinda: “Marana tha” (1 Cor 16, 22), “Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22, 20), “que a Tua graça venha e que este mundo passe!” (248).

§1404.

A Igreja sabe que, desde já, o Senhor vem na sua Eucaristia e que está ali, no meio de nós. Mas esta presença é velada. E é por isto que nós celebramos a Eucaristia “*expectantes beatam spem et adventum Salvatoris nostri Jesu Christi* - enquanto aguardamos a feliz esperança e a vinda de Jesus Cristo nosso Salvador” (249), pedindo a graça de sermos acolhidos “com bondade no vosso Reino, onde também nós esperamos ser recebidos, pa-

ra vivermos [...] eternamente na vossa glória, quando enxugardes todas as lágrimas dos nossos olhos e, Vos vendo tal como sois, Senhor nosso Deus, seremos para sempre semelhantes a Vós e cantaremos sem fim os vossos louvores, por Jesus Cristo nosso Senhor" (250).

§1405.

Desta grande esperança - dos novos Céus e da nova terra, onde habitará a justiça (251) - não temos garantia mais segura nem sinal mais manifesto do que a Eucaristia. Com efeito, cada vez que se celebra este mistério, "se realiza a obra da nossa redenção" (252) e nós "partimos o mesmo pão, que é remédio de imortalidade, antídoto para não morrer,

mas viver em Jesus Cristo para sempre" (253).

Resumindo:

§1406.

Jesus diz: "Eu sou o pão vivo descido do Céu. Quem comer deste pão viverá eternamente [...] Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna [...], permanece em Mim e Eu nele" (Jo 6, 51.54.56).

§1407.

A Eucaristia é o coração e o cume da vida da Igreja, porque nela Cristo associa a sua Igreja e todos os seus Membros ao seu sacrifício de louvor e de ação de graças, oferecido ao Pai uma vez por todas na cruz e, por este

sacrifício, ele derrama as graças da salvação sobre o seu Corpo, que é a Igreja.

§1408.

A celebração eucarística inclui sempre: a proclamação da Palavra de Deus, a ação de graças a Deus Pai por todas as suas benesses, sobretudo pelo dom do seu Filho, a consagração do pão e do vinho e a participação no banquete litúrgico pela recepção do corpo e do sangue do Senhor. Estes elementos constituem um só e mesmo ato de culto.

§1409.

A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, isto é, da obra de salvação realizada

pela vida, morte e ressurreição de Cristo, obra tornada presente pela ação litúrgica.

§1410.

É o próprio Cristo, sumo e eterno sacerdote da Nova Aliança, que, agindo pelo ministério dos sacerdotes, oferece o sacrifício eucarístico. E é ainda o mesmo Cristo, realmente presente sob as espécies do pão e do vinho, que é a oferenda do sacrifício eucarístico.

§1411.

Só os sacerdotes validamente ordenados podem presidir à Eucaristia e consagrar o pão e o vinho, para que se tornem o corpo e o sangue do Senhor.

§1412.

Os sinais essenciais do sacramento eucarístico são o pão de trigo e o vinho da videira, sobre os quais é invocada a bênção do Espírito Santo e o sacerdote pronuncia as palavras da consagração ditas por Jesus durante a Última Ceia: “Isto é o meu corpo, que será entregue por vós... Este é o cálice do meu sangue...”.

§1413.

Pela consagração, se opera a transubstanciação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo. Sob as espécies consagradas do pão e do vinho, o próprio Cristo, vivo e glorioso, está presente de modo verdadeiro, real e

substancial, com o seu corpo e o seu sangue, com a sua alma e a sua divindade (254).

§1414.

Enquanto sacrifício, a Eucaristia é oferecida também em reparação dos pecados dos vivos e dos defuntos e para obter de Deus benesses espirituais ou temporais.

§1415.

Aquele que quiser receber Cristo na Comunhão eucarística deve se encontrar em estado de graça. Se alguém tiver consciência de ter pecado mortalmente, não deve se aproximar da Eucaristia sem primeiro ter recebido a absolvição no sacramento da Penitência.

§1416.

A sagrada Comunhão do corpo e do sangue de Cristo aumenta a união do comungante com o Senhor, lhe perdoa os pecados veniais e o preserva dos pecados graves. E, uma vez que os laços da caridade entre o comungante e Cristo são reforçados, a recepção deste sacramento reforça a unidade da Igreja, Corpo Místico de Cristo.

§1417.

A Igreja recomenda vivamente aos fiéis que recebam a sagrada Comunhão quando participam da celebração da Eucaristia e lhes impõe a obrigação de o fazerem ao menos uma vez por ano.

§1418.

Uma vez que Cristo em pessoa está presente no Sacramento do Altar, devemos honrá-Lo com culto de adoração. “A visita ao Santíssimo Sacramento é uma prova de gratidão, um sinal de amor e um dever de adoração para com Cristo nosso Senhor” (255).

§1419.

Tendo passado deste mundo para o Pai, Cristo nos deixou na Eucaristia o penhor da glória junto d'Ele. A participação no santo sacrifício nos identifica com o seu coração, sustenta as nossas forças ao longo da peregrinação desta vida, nos faz desejar a vida eterna e, desde já, nos une à Igreja do Céu, à Santíssima Virgem e a todos os santos.

Notas

1. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 65, a. 1. c: Ed. Leon. 12, 56-57.
2. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 65. a. 3. c: Ed. Leon. 12, 60.
3. Paulo VI, Const. Ap. Divinæ consortium naturæ: AAS 63 (1971) 657: cf. Ordo initiationis christianæ adultorum, Prænotanda 1-2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 7 [Iniciação cristã dos adultos, Segunda Edição, Preliminares, 1-2 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1996) p. 9-10]
4. Cf. Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1314: CIC can 204, § 1. 849; CCEO can 675 § 1.
5. CatRom 2, 2, 5, p. 179.
6. Cf. Rm 6, 3-4; Cl 2, 12.
7. São Justino, Apologia 1, 61: CA 1, 168 (PG 6, 421).
8. Cf. Heb 10, 32.
9 Cf. 1 Ts 5, 5.
10. São Gregório Nazianzo, Oratio 40, 3-4: SC 358, 202-204 (PG 36, 361-364).
11. Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 315].
12. Cf. Gn 1, 2.

13. Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 283 [A tradução oficial portuguesa desta oração não inclui a metáfora da "concepção": "Logo no princípio do mundo, o vosso Espírito pairava sobre as águas, prefigurando o seu poder de santificar": Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 315].
14. Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. 3151.
15. Vigília Pascal, Bênção da água: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 283 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 315].
16. Cf. Mt 3, 13.
17. Cf. Mc 16, 15-16.
18. Cf. Mt 3, 15.
19. CL Fl 2, 7.
20. Cf. Mt 3, 16-17.
21. Cf. Mc 10, 38; Lc 12, 50.
22. Cf. Jo 19, 34.
23. Cf.. 1 Jo 5, 6-8.
24. Santo Ambrósio, De sacramentis 2, 2, 6: CSEL73, 27-28 (PL16, 425-426).
25. Cf. Act 2, 41: 8, 12-13; 10, 48; 16, 15.
26. Cf. Cl 2, 12.

27. Cf. Gl 3, 27.
28. Cf. 1 Cor 6, 11; 12, 13.
29. Cf. 1 Pe 23 ef 5, 26.
30. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus 80, 3: CCL 36, 529 (PL 35, 1840).
31. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 64: AAS 56 (1964) 117.
32. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 65: AAS 56 (1964) 117; cf. Ibid.,37-40: AAS 56 (1964) 110-111.
33. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 14: AAS 58 (1966) 963: CIC can. 851.865 866.
34. Cf. CIC can. 851, 2. 868.
35. Cf. Rm 6, 17.
36. Cf. Ordo Baptismi parvulorum, 62 (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 32 [Celebração do Batismo das crianças, 62, Segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1994), p.61).
37. Cf. Gl 3, 27.
38. Cf. Fl 2, 15.
39. CIC can.864; cf. CCEO. can.679.
40. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 14: AAS 58 (1966) 962-963; cf. Ordo initiationis christianæ adultorum, Prænotanda 19 (Typis Polyglottis Vaticanis 1972) p. 11 Iniciação cristã dos adultos. Segunda Edição, Preliminares, 19 (Coimbra, Gráfica

de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1996) p. 26-27); Ibid., De tempore catechumenatus eiusque ritibus 98, p. 36 [Ibid.. O tempo do catecumenado e os seus ritos 98. p. 66].
41. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 14: AAS 58 (1966) 963.
42. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 14: AAS 57 (1965) 19: cf. CIC can. 206.788.
43. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5, Decretum de peccato originali, can. 4: DS 1514.
44. Cf. Cl 1, 12-14.
45. Cf. CIC can. 867: CCEO can. 868. § 1.
46. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 1516; Ibid.,41: AAS 57 (1965) 47; Id., Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1067-1069; CIC can. 774. § 2. 1136.
47. Cf. Act 16, 15. 33; 18, 8; 1 Cor 1, 16.
48. Cf. Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Pastoralis actio, 4: AAS 72 (1980) 1139.
49. Cf. Mc 16, 16.
50. Cf. CIC can. 872-874.
51. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 67: AAS 56 (1964) 118.
52. Cf. CIC can. 861, § 1; CCEO can. 677, § 1.
53. Cf. CIC can. 861, § 2.
54. Cf. 1 Tm 2, 4.

55 Cf. Mc 16, 16.
56. Cf. Jo 3, 5.
57. Cf. Mt 28, 20. Cf. Concílio de Trento, Sess. 7°, Decretum de sacramentis, Canones de sacramento Baptismi, can. 5: DS 1618; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium,14: AAS 57 (1965) 18: ID., Decr. Ad gentes, 5: AAS 58 (1966) 951-952.
58. Cf. Mc 16, 16.
59. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes. 22: AAS 58 (1966) 1043; cf. In.. Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20; In. Decr. Ad gentes, 7: AAS 58 (1966) 955.
60. Cf. Act 2, 38: Jo 3, 5.
61. Cf. Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1316.
62. Concílio de Trento, Decretum de peccato originali, can. 5: DS 1515.
63. Cf. 2 Cor 5, 17.
64. Cf. Gl 4, 5-7.
65. Cf. 2 Pe 1, 4.
66. Cf. 1 Cor 6, 15; 12, 27.
67. Cf. Rm 8, 17.
68. Cf. 1 Cor 6, 19.
69. Cf. 1 Cor 6, 19.
70. Cf. 2 Cor 5, 15.
71. Cf. Ef 5, 21: 1 Cor 16, 15-16.
72. Cf. Jo 13, 12-15.

73. Cf. Heb 13, 17.
74. Cf. 1 Ts 5, 12-13.
75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 37: AAS 57 (1965) 4243; CIC can. 208-223: CCEO can 675, § 2.
76. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium. 11: AAS 57 (1965) 16.
77. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 17: AAS 57 (1965) 21; Id., Decr. Ad gentes. 7: AAS 58 (1966) 956; Ibid., 23: AAS 58 (1966) 974-975.
78. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 3: AAS 57 (1965) 93.
79. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 22: AAS 57 (1965)105.
80. Cf. Rm 8, 29.
81. Cf. Concílio de Trento, Sess. 7-, Decretum de sacramentis, Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609: Ibid., Canones de sacramento Baptismi. can. 6: DS 1619.
82. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11:AAS 57 (1965) 16.
83. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 15-16.
84. Cf. Santo Agostinho. Epístola 98, 5: CSEL 34, 527 (PL 33, 362).
85. Cf. Ef 1, 13-14; 2 Cor 1, 21-22.

86. Santo Irineu de Lião, Demonstratio prædicationis apostolicæ, 3: SC 62, 32.
87. Oração Eucarística I ou Cânone Romano: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 454 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 521].
88. Cf. Concílio de Trento, Sess. Decretum de sacramentis, Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609; Ibid., Canones de sacramento Baptismi. can.11: DS 1624.
89. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 16: AAS 57 (1965) 20.
90. Cf. Ordo Confirmationis, Prænotanda 1 (Typis Polyglottis Vaticanas 1973) p. 16 [Celebração da Confirmação, Preliminares 1 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 21].
91. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15: cf. Ordo Confirmationis, Prænotanda 2 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 16 [Celebração da Confirmação, Preliminares 2 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 21].
92. Cf. Is 11. 2.
93. Cf. Lc 4, 16-22; Is 61, 1.
94. Cf. Mt 3, 13-17; Jo 1, 33-34.
95. Cf. Ez 36, 25-27; Jo 3, 1-2.

96. Cf. Lc 12, 12; Jo 3, 5-8: 7, 37-39; 16, 7-15; Act 1, 8.
97. Cf. Jo 20, 22.
98. Cf. Act 2, 1-4.
99. Cf. Act 2, 17-18.
100. Cf. Act 2, 38.
101. Cf. Act 8, 15-17; 19, 5-6.
102. Cf. Heb 6, 2.
103. Paulo VI. Const. ap. Divinæ consortium naturæ: AAS 63 (1971) 659.
104. Cf. São Cipriano de Cartago. Epístola 73, 21: CSEL 3/2, 795; (1996), CCL 3C. 556 (PL 3, 1169).
105. Cf. CCEO can. 695, § 1. 696. § 1.
106. Cf. Santo Hipólito de Roma, Traditio apostolica, 21: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 50 e 52.
107. Cf. Dt 11, 14 etc.
108. Cf. Sl 23, 5: 104, 15.
109. Cf. Is 1, 6: Lc 10, 34.
110. Cf. 2 Cor 2, 15.
111. Cf. Gn 38, 18; Cf . 8, 6.
112. Cf. Gn 41, 42.
113. Cf. Dt 32. 34.
114. Cf. 1 Rs 21, 8.
115. Cf. Jr 32, 10.
116. Cf. Is 29, 11.
117. Cf. Jo 6, 27.
118. Cf. Ef 1, 13; 4, 30.
119. Cf. Ap 7, 2-3; 9. 4 ez 9, 4-6.

120. Pontificale iuxta ritum Syrorum Occidentalium id est Antiochiæ, Pars I, Versio latina (Typis Polyglottis Vaticanis 1941) p. 36-37.
121. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 71: AAS 56 (1964) 118.
122. Cf. CIC can. 866.
123. Ordo Confirmationis, 25 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973). p. 26 [Celebração da Confirmação, 25 (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 33].
124. Paulo VI. Const. Ap. Divinæ consortium naturæ: AAS 63 (1971) 657 [Celebração da Confirmação, Const. ap. sobre o Sacramento da Confirmação (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 19].
125. Rituale per le Chiese orientali di rito bizantino in lingua greca, Pars 1 (Libreria Editrice Vaticana 1954) p. 36.
126 Cf. Santo Hipólito, Traditio apostolica, 21: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 54.
127. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.
128. Cf. Concílio de Florença, Decretum por Armenis: DS 1319: II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15; Ibid., 12: AAS 57 (1965) 16.

129. Santo Ambrósio, De mysteriis, 7, 42: CSEL 73, 106 (PL 16, 402-403).
130. Cf. Concílio de Trento, Decretum de sacramentis. Canones de sacramentis in genere, can. 9: DS 1609.
131. Cf. Lc 24, 48-49.
132. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ 3, q. 72, a. 5. ad 2: Ed. Leon. 12. 130.
133. Cf. CIC can. 889. § 1.
134. CIC can. 890.
135. Cf. CIC can. 891.883. 3.
136. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ 3, q. 72. a. 8, ad 2: Ed. Leon. 12.
133.
137. Ordo Confirmationis, Prænotanda 3 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 16 [Celebraçãoda Confirmação, Preliminares 3 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 12].
138. Cf. Act 1, 14.
139. Cf. Ordo Confirmationis, Prænotanda 5 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p.
17 [Celebração da Confirmação, Preliminares 5 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) p. 22]: Ibid., 6: (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 17 [(Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa. 1991) 22]: CIC can 893, § 1-2.

140. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1465) 32.
141. Cf. CIC can. 883, § 2.
142. Cf. CIC can. 882.
143. Cf. CIC. can. 884, § 2.
144. Cf. CIC can 883, 3.
145. II Concílio do Vaticano, Sacrosactum concilium, 47: .AAS 56 (1964) 113.
146. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.
147. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 5: AAS 58 (1966) 997.
148. Sagrada Congregação dos Ritos, Instr. Eucharisticum mysterium, 6: AAS 59 (1967) 545.
149. Santo Ireneu de Lião, Adversus hæreses 4, 18, 5: SC 100, 610 (PG 7, 1028).
150. Cf. 1 Cor 11, 20.
151. Cf. Ap 19, 9.
152. Cf. Mt 14, 19; 15, 36; Mc 8, 6.19.
153. Cf. Mt 26, 26: 1 Cor 11, 24.
154. Cf. Lc 24, 13-35.
155. Cf. Act 2, 42.46: 20, 7.11.
156. Cf. 1 Cor 10, 16-17.
157. Cf. 1 Cor 11, 17-34.
158. Cf. Sl 116, 13.17.
159. Cf. 1 Pe 2, 5.
160. Cf. Ml 1, 11.

161. Cf. 1 Cor 10, 16-17.
162. Cf. Constitutiones apostolicæ 8, 13, 12: SC: 336, 208 (Funk, Didascalia et Constitutiones Apostolorum 1, 516); Didaké 9,5: SC 248, 178 (Funk, Patres apostolici 1, 22); Ibid. 10, 6: SC 248. 180 (Funk, Patres apostolici 1, 24).
163. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Ephesios 20, 2: SC 10 bis, 76 (Funk 1, 230).
164. Cf. Sl 104, 13-15.
165. Cf. Oração Eucarística 1 ou Cânone Romano, 95: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p. 453 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. 521].
166. Cf. Dt 8, 3.
167. Cf. Mt 14, 13-21; 15, 32-39.
168. Cf. Jo 2, 11.
169. Cf. Mc 14, 25.
170. Cf. Jo 13, 1-17.
171. Concílio de Trento, Sess. 22, Doctrina de ss. Missæ Sacrificio, c. 1: DS 1740.
172. Cf. Jo 6, 13
173. Cf. Mt 26, 17-29; Mc 14, 12-25; 1 Cor 11, 23-25.
174. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 1: AAS 58 (1966) 947.
175. São Justino, Apologia, 1. 67: CA 1. 184-186 (PG 6. 429).

176. São Justino, Apologia, 1. 65: CA 1, 176-180 (PG 6. 428)
177. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 56: AAS 56 (1964) 115.
178. Cf. III Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 21: AAS 58 (1966) 827.
179. Cf. Lc 24, 13-35.
180. Cf. 1 Ts 2, 13.
181. Santo Ireneu de Lião, Adversus hæreses 4. 18, 4: SC 100, 606 (PG 7, 1027): cf. Mt 1. 11.
182. Cf. 1 Cor 16, 1.
183. Cf. 2 Cor 8, 9.
184. São Justino, Apologia, 1. 67, 6: CA 1, 186-188 (PG 6, 429).
185. Cf. Oração Eucarística 1 ou Cânone Romano, 90: Missale Romarum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970). p.451 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 518].
186 São Justino, Apologia, 1, 65: CA 1, 180 (PG 6, 428).
187. São Justino, Apologia, 1, 66, 1-2: CA 1. 180 (PG 6, 428).
188. Cf. Ex 13. 3.
189. Cf. Heb 7, 25-27.
190. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.

191. Concílio de Trento, Sess. 22-, Doctrina de ss. Missæ Sacrificio, c. 1: DS 1740.
192. Concílio de Trento, Sess. 22-, Doctrina de ss. Missæ Sacrificio, c. 2: DS 1743.
193. Ibid.
194. Santo Inácio de Antioquia epistula AdSmyrnæos 8, 1: SC 10bis. 138 (Funk 1, 282).
195. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 993.
196. Concílio de Trento, Sess. 22-, Doctrina de ss. Missæ Sacrificio, c. 2: DS 1743.
197. Santo Agostinho, Confissões 9, II, 27: CCL 27, 149 (PL 32, 775): palavras de Santa Mônica, antes de morrer, a Santo Agostinho e ao seu irmão.
198. São Cirilo de Jerusalém, Catecheses mystagogicæ 5, 9-10: SC 126, 158-160 (PG 30, 1116-1117).
199. Santo Agostinho, De Civitate Dei 10, 6: CSEL 40/1, 456 (PL 41, 284).
200. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48: AAS 57 (1965) 53.
201. Cf. Mt 25, 31-46
202. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 7: AAS 56 (1964) 100101.
203. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ 3, q. 73, a. 3, c: Ed. Leon. 12, 140.
204. Concílio de Trento, Sess. 13, Decretum de s.s. Eucharistia, can. 1: Ds 1651.

205. Paulo VI enc. Mysterium fidei: AAS 57 (1965) 764.
206. São João Crisóstomo, De proditione Iudæ homilia 1, 6: PG 49, 380.
207. Santo Ambrósio, De mysteriis 9, 50: CSEL 73, 110 (PL 16, 405).
208. Ibid.. 9, 52: CSEL 73, 112 (PL 16, 407).
209. Concílio de Trento, Sess. 13, Decretum de ss. Eucharista, c. 4: DS 1642.
210. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13, Decretum de ss. Eucharista. c. 3: DS 1641.
211. Paulo VI enc. Mysterium fdei: AAS 57 (1965) 769.
212. Cf. Gl 2, 20.
213. João Paulo II ep. Dominicæ Cenæ, 3: AAS 72 (1980) 119; cf. Enchiridion Vaticanum 7, 177.
214. Paulo VI enc. Mysterium fidei: AAS 57 (1965) 757; cf. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3. q. 75, a. 1. c: Ed. Leon. 12, 156; São Cirilo de Alexandria, Commentarius in Lucam 22, 19: PG 72, 912.
215. AHMA 50, 589.
216. Santo Ambrósio, De Sacramentis, 5, 7: CSEL 73, 61 (PL 16, 447).
217 Santo Ambrósio, De Sacramentis, 4, 7: CSEL73. 49 (PL 16. 437).
218. Oração Eucarística I ou Cânone Romano, 96: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis

Vaticanas 1970). p.453 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. 521].

219. Cf. Mt 8, 8.

220. Rito da Comunhão. 133: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.474 [Missal Romano. Gráfica de Coimbra 1992, 546).

221. Liturgia Bizantina. Anáfora de São João Crisóstomo, Prece antes da Comunhão: F. E. Brightman, Liturgies Eastern and Western (Oxford 1896) p. 394 (PG 63, 920).

222. Cf. CIC can. 919.

223. Cf. CIC can. 916-917: AAS 75 (1983 II), pp. 165-166.

224. Os fiéis, no mesmo dia, só podem receber a ss. Eucaristia uma segunda vez. Comissão Pontifícia para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canônico, Responsa ad proposita dubia, 1: AAS 76 (1984) 746.

225. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 55: AAS 56 (1964) 115.

226. Cf. Decr. Ecclesiarum Orientalium, 15: AAS 57 (1965) 81.

227. Cf. CIC can. 920.

228. Instrução geral do Missal Romano, 240: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.68 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 51].

229. Fanqîth. Breviarium iuxta ritum Ecclesiæ Antiochenæ Syrorum, v. 1 (Mossul 1886) p. 237 a-b.
230. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 5: AAS 58 (1966)997.
231. Cf. I Cor 11, 26.
232. Santo Ambrósio, De Sacramentis, 4. 28: CSEL 73, 57-58 (PL 16, 446).
233. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13. Decretum de ss. Eucharista, c. 2: DS 1638.
234. São Fulgêncio de Ruspas, Contra gesta Fabiani 28, 17: CCL 91A, 813-814 (PL 65, 789).
235. Cf. 1 Cor 12, 13.
236. Santo Agostinho, Sermão 272: PL 38, 1247.
237. Cf. Mt 25, 40.
238 São João Crisóstomo, In epistulam I ad Corinthios, homilia 27. 5: PG 61, 230.
239. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus 26, 13: CCL 36. 266 (PL 35, 1613): cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 47: AAS 56 (1964) 113.
240. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 15: AAS 57 (1965) 102.
241. II Concílio do Vaticano, Decr, Unitatis redintegratio, 15: AAS 57 (1965) 102: ef. CIC can.844, § 3.
242. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 22: AAS 57 (1965) 106.

243. II Concílio do Vaticano, Decr. Unitatis redintegratio, 22: AAS 57 (1965) 106.
244. Cf. CIC can. 844. § 4.
245. Na solenidade do santíssimo corpo e sangue de Cristo, Antífona do "Magnificat" das Vésperas II: Liturgia Horarum editio typica, v. 3 (Typis Polyglottis Vaticanis 1973) p. 502 [Liturgia das Horas. v. 3 (Gráfica de Coimbra 1983) p. 621].
246. Oração Eucarística I ou Cânone Romano. 96: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.453 [Missal Romano. Gráfica de Coimbra 1992, 521].
247. Cf. Lc 22, 18: Mc 14. 25.
248. Didaké 10, 6: SC 248, 180 (Funk, Patres apostolici 1, 24).
249. Rito de Comunhão, 126 [Embolismo depois do Pai Nosso]: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.472 [a tradução oficial portuguesa difere um pouco: "enquanto esperamos a vinda gloriosa de Jesus Cristo nosso Salvador": Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 5451: cf. Tt 2, 13.
250. Oração Eucarística III, 116: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis1970), p. 465 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, 535].
251. Cf. 2 Pe 3, 13.

252. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 3: AAS 57 (1965) 6.
253. Santo Inácio de Antiquia epistula ad Ephesios, 20, 2: SC lobis. 76 (Funk 1, 230).
254. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13, Decretum de ss. Eucharistæ. c. 3: DS 1640; Ibid., can.1: DS 1651.
255. Paulo VI enc. Mysterium fidei: AAS 57 (1965) 771.

CAPÍTULO SEGUNDO: OS SACRAMENTOS DE CURA

§1420.

Pelos sacramentos da iniciação cristã, o ser humano recebe a vida nova de Cristo. Ora, esta vida, nós a trazemos “em vasos de barro”. Por enquanto, ela está ainda “oculta com Cristo em Deus” (Cl 3, 3). Vivemos ainda na “nossa morada terrena” (1), sujeita ao sofrimento, à doença e à morte. A vida nova de filhos de Deus pode ser enfraquecida e até perdida pelo pecado.

§1421.

O Senhor Jesus Cristo, médico das nossas almas e dos nossos corpos, que perdoou os

pecados ao paralítico e lhe restituiu a saúde do corpo (2), quis que a sua Igreja continuasse, com a força do Espírito Santo, a sua obra de cura e de salvação, mesmo para com os seus próprios membros. É esta a finalidade dos dois sacramentos de cura: o sacramento da Penitência e o da Unção dos enfermos.

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

§1422.

"Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm, da misericórdia de Deus, o perdão da ofensa a Ele feita e, ao mesmo tempo, são reconciliados com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a

qual, pelo amor, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão" (3).

I. Como se chama este sacramento?

§1423.

É chamado sacramento da Conversão, porque realiza sacramentalmente o apelo de Jesus à conversão (4) e o esforço de regressar à casa do Pai (5), da qual o pecador se afastou pelo pecado.

É chamado de sacramento da Penitência, porque consagra uma caminhada pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação por parte do cristão pecador.

§1424.

É chamado de **sacramento da Confissão**, porque o reconhecimento e a confissão dos pecados perante o sacerdote é um elemento essencial deste sacramento.

Num sentido profundo, este sacramento é também uma "confissão", um reconhecimento e um louvor à santidade de Deus e à sua misericórdia para com o ser humano pecador.

É chamado de **sacramento do Perdão**, porque, pela absolvição sacramental do sacerdote, Deus concede ao penitente "o perdão e a paz" (6).

É chamado de **sacramento da Reconciliação**, porque dá ao pecador o amor de

Deus que reconcilia: “Deixai-vos reconciliar com Deus” (2 Cor 5, 20). Aquele que vive do amor misericordioso de Deus está pronto para responder ao apelo do Senhor: “Vai primeiro te reconciliar com teu irmão” (Mt 5, 24).

II. Por que um sacramento de Reconciliação depois do Batismo?

§1425.

“Vós fostes lavados, fostes santificados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus” (1 Cor 6, 11). Precisamos tomar consciência da grandeza do dom de Deus que nos foi concedido nos sacramentos da iniciação cristã, para nos apercebermos até que ponto o pecado

é algo de inadmissível para aquele que foi revestido de Cristo (7). Mas o apóstolo São João diz também: “Se dissermos que não temos pecado enganamos a nós mesmos e a verdade não está em nós” (1 Jo 1, 8). E o próprio Senhor nos ensinou a rezar: “Perdoai as nossas ofensas” (Lc 11, 4), relacionando o perdão mútuo das nossas ofensas com o perdão que Deus concederá aos nossos pecados.

§1426.

A conversão a Cristo, o novo nascimento do Batismo, o dom do Espírito Santo, o corpo e o sangue de Cristo recebidos em alimento, nos tornaram “santos e imaculados na sua presença” (Ef 1, 4), tal como a própria Igreja, Esposa de Cristo, é “santa e imaculada na sua

presença" (Ef 5, 27). No entanto, a vida nova recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação para o pecado, a que a tradição chama de concupiscência, a qual persiste nos batizados, a fim de que prestem as suas provas no combate da vida cristã, ajudados pela graça de Cristo (8). Este combate é o da conversão com vistas à santidade e à vida eterna, a que o Senhor não se cansa de nos chamar (9).

III. A conversão dos batizados

§1427.

Jesus chama à conversão. Tal apelo é parte essencial do anúncio do Reino: "Completou-

se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Convertei-vos e acreditai na Boa Nova" (Mc 1, 15). Na pregação da Igreja, este apelo se dirige, em primeiro lugar, àqueles que ainda não conhecem Cristo e o seu Evangelho. Por isto, o Batismo é o momento principal da primeira e fundamental conversão. É pela fé na Boa Nova e pelo Batismo (10) que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da vida nova.

§1428.

Ora, o apelo de Cristo à conversão continua a se fazer ouvir na vida dos cristãos. Esta segunda conversão é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que "contém pecadores no

seu seio" e que é, "ao mesmo tempo, santa e necessitada de purificação, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e de renovação" (11). Este esforço de conversão não é somente obra humana. É o movimento do "coração contrito" (12) atraído e movido pela graça (13) para responder ao amor misericordioso de Deus, que nos amou primeiro (14).

§1429.

Testemunho disto mesmo é a conversão de Pedro, depois de três vezes ter negado o seu Mestre. O olhar infinitamente misericordioso de Jesus lhe provoca lágrimas de arrependimento (15) e, depois da ressurreição do Senhor, a tríplice afirmação do seu amor para

com Ele (16). A segunda conversão tem também uma **dimensão comunitária**. Isto aparece no apelo dirigido pelo Senhor a uma Igreja inteira: “Arrepende-te!” (Ap 2, 5-16).

Santo Ambrósio diz, a respeito das duas conversões, que, na Igreja, “existem a água e as lágrimas: a água do Batismo e as lágrimas da Penitência”.

IV. A penitência interior

§1430.

Como já acontecia com os Profetas, o apelo de Jesus à conversão e à penitência não visa, primariamente, as ações exteriores: “o saco e a cinza”, os jejuns e as mortificações, mas a conversão do coração, a penitência

interior. Sem ela, as obras de penitência são estéreis e enganadoras e, pelo contrário, a conversão interior impele à expressão dessa atitude em sinais visíveis, gestos e obras de penitência (18).

§1431.

A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um regresso, uma conversão a Deus com todo o nosso coração, um rompimento com o pecado, uma aversão ao mal com repugnância pelas más ações que cometemos. Ao mesmo tempo, implica o desejo e o propósito de mudar de vida, com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda da sua graça. Esta conversão do coração é acompanhada por uma dor e uma

tristeza salutares, a que os Santos Padres chamaram *animi cruciatus* (aflição do espírito), *compunctio cordis* (compunção do coração) (19).

§1432.

O coração do ser humano é pesado e endurecido. É necessário que Deus dê ao ser humano um coração novo (20). A conversão é, antes de tudo, obra da graça de Deus, a qual faz com que os nossos corações se voltem para Ele: “Convertei-nos, Senhor e seremos convertidos” (Lm 5, 21). Deus é quem nos dá a coragem de começarmos de novo. É ao descobrir a grandeza do amor de Deus que o nosso coração é abalado pelo horror e pelo peso do pecado e começa a ter receio de o-

fender a Deus pelo pecado e de estar separado d'Ele. O coração humano se converte ao olhar para Aquele a quem os nossos pecados transpassaram (21).

"Tenhamos os olhos fixos no sangue de Cristo e compreendamos o quanto Ele é precioso para o seu Pai, já que, derramado para a nossa salvação, proporcionou ao mundo inteiro a graça do arrependimento" (22).

§1433.

Depois da Páscoa, é o Espírito Santo que "confunde o mundo no tocante ao pecado", isto é, faz o mundo ver o pecado de não ter acreditado n'Aquele que o Pai enviou (23). Mas este mesmo Espírito, que desmascara o pecado, é o Consolador (24) que dá ao cora-

ção do ser humano a graça do arrependimento e da conversão (25).

V. As múltiplas formas da penitência na vida cristã.

§1434.

Expressões da penitência interior

A penitência interior do cristão pode ter expressões muito variadas. A Escritura e os Padres insistem, sobretudo, em três formas: o jejum, a oração e a esmola que exprimem a conversão em relação a si mesmo, a Deus e aos outros. Ao lado da purificação radical operada pelo Batismo ou pelo martírio, citam, como meios de obter o perdão dos pecados, os esforços realizados para se reconci-

liar com o próximo, as lágrimas de penitência, a preocupação com a salvação do próximo (27), a intercessão dos santos e a prática da caridade, “que cobre uma multidão de pecados” (1 Pe 4, 8).

§1435.

A conversão na vida quotidiana

A conversão se realiza, na vida quotidiana, por gestos de reconciliação, pelo cuidado com os pobres, o exercício e a defesa da justiça e do direito (28), pela confissão das próprias faltas aos irmãos, pela correção fraterna, a revisão de vida, o exame de consciência, a direção espiritual, a aceitação dos sofrimentos, a coragem de suportar a perseguição

por amor à justiça. Tomar a sua cruz todos os dias e seguir Jesus é o caminho mais seguro da penitência (29).

§1436.

Eucaristia e Penitência.

A conversão e a penitência quotidianas têm a sua fonte e alimento na Eucaristia, porque na Eucaristia se torna presente o sacrifício de Cristo, que nos reconciliou com Deus. Pela Eucaristia se nutrem e se fortificam os que vivem a vida de Cristo. “Ela é o antídoto que nos livra das faltas quotidianas e nos preserva dos pecados mortais” (30).

§1437.

A leitura da Sagrada Escritura, a oração da Liturgia das Horas e do Pai Nosso, todo ato sincero de culto ou de devoção reavivam em nós o espírito de conversão e de penitência e contribuem para o perdão dos nossos pecados.

§1438.

Os momentos fortes da Penitência

Os tempos e os dias de penitência no decorrer do Ano Litúrgico (tempo da Quaresma, cada sexta-feira, em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja (31). Estes tempos são particularmente apropriados para os exercí-

cios espirituais, as liturgias penitenciais, as peregrinações em sinal de penitência, as privações voluntárias como o jejum e a esmola, a partilha fraterna (obras caritativas e missionárias).

§1439.

O dinamismo da conversão e da penitência foi maravilhosamente descrito por Jesus na parábola do “filho pródigo”, cujo centro é “o pai misericordioso” (32). O deslumbramento de uma liberdade ilusória e o abandono da casa paterna; a miséria extrema em que o filho se encontra depois de dilapidada a fortuna; a humilhação profunda de se ver obrigado a guardar porcos e, pior ainda, de desejar se alimentar com as bolotas que os porcos

comiam; a reflexão sobre os bens perdidos; o arrependimento e a decisão de se declarar culpado diante do pai; o caminho do regresso; o acolhimento generoso por parte do pai; a alegria do pai. Estes são alguns dos aspectos próprios do processo de conversão. A roupa nova, o anel e o banquete festivo são símbolos da vida nova, pura, digna, cheia de alegria, que é a vida do ser humano que volta para Deus e para o seio da família que é a Igreja. Só o coração de Cristo, que conhece a profundidade do amor do seu Pai, pôde nos revelar o abismo da sua misericórdia de um modo tão cheio de simplicidade e beleza.

VI. O sacramento da Penitência e da Reconciliação

§1440.

O pecado é, antes de tudo, ofensa a Deus, ruptura da comunhão com Ele. Ao mesmo tempo, é um atentado contra a comunhão com a Igreja. É por isto que a conversão traz com ela, ao mesmo tempo, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, o que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e Reconciliação (33).

SÓ DEUS PERDOA O PECADO

§1441.

Só Deus perdoa os pecados (34). Jesus, porque é Filho de Deus, diz de Si próprio: “O

Filho do Homem tem na terra o poder de perdoar os pecados" (Mc 2, 10) e exerce este poder divino: "Os teus pecados te são perdoados!" (Mc 2, 5) (35). Mais ainda: em virtude da sua autoridade divina, concede este poder aos seres humanos para que o exerçam em seu nome.

§1442.

Cristo quis que a sua Igreja fosse, toda ela, na sua oração, na sua vida e na sua atividade, sinal e instrumento do perdão e da reconciliação que Ele nos adquiriu pelo preço do seu sangue. Entretanto, confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico. É este que está encarregado do "ministério da reconciliação" (2 Cor 5, 18). O apóstolo é

enviado “em nome de Cristo” e “é o próprio Deus” que, através dele, exorta e suplica: “Deixai-vos reconciliar com Deus” (2 Cor 5, 20).

RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA

§1443.

Durante a sua vida pública, Jesus não somente perdoou os pecados, como também manifestou o efeito desse perdão: reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os tinha afastado ou mesmo excluído. Sinal bem claro disto é o fato de Jesus admitir os pecadores à sua mesa e mais ainda: de se sentar à mesa deles, gesto que expressa, ao mesmo tempo,

de modo desconcertante, o perdão de Deus (37) e o regresso ao seio do povo de Deus (38).

§1444.

Ao tornar os Apóstolos participantes do seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor lhes dá também autoridade para reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial do seu ministério se expressa, particularmente, nas palavras solenes de Cristo a Simão Pedro: “Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus. Tudo o que ligares na terra ficará ligado nos Céus e tudo o que desligares na terra ficará desligado nos Céus” (Mt 16, 19). “Este mesmo encargo de ligar e desligar, conferido a Pedro, foi também atribuído ao

Colégio dos Apóstolos unidos à sua Cabeça (Mt 18,18; 28, 16-20)" (39).

§1445.

As palavras "ligar e desligar" significam: aquele que vós excluirdes da vossa comunhão, ficará também excluído da comunhão com Deus; aquele que de novo receberdes na vossa comunhão, também Deus o acolherá na sua. A reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus.

O SACRAMENTO DO PERDÃO

§1446.

Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores da sua Igreja e, antes de tudo, para aqueles que, de-

pois do Batismo, caíram em pecado grave e assim perderam a graça batismal e feriram a comunhão eclesial. É a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de se converterem e de reencontrarem a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como "a segunda tábua (de salvação), depois do naufrágio que é a perda da graça" (40).

§1447.

No decorrer dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu este poder recebido do Senhor variou muito. Durante os primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que tinham cometido pecados particularmente graves depois do Batismo (por e-

xemplo: a idolatria, o homicídio ou o adultério) estava ligada a uma disciplina muito rigorosa, segundo a qual os penitentes tinham de fazer penitência pública pelos seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receberem a reconciliação. A esta "ordem dos penitentes" (que apenas dizia respeito a certos pecados graves) só raramente se era admitido e, em certas regiões, apenas uma vez na vida. Durante o século VII, inspirados pela tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses levaram para a Europa continental a prática "privada" da penitência, que não exigia a realização pública e prolongada de obras de penitência antes de se receber a reconciliação com a Igreja. O sacramen-

to se processa, a partir de então, de um modo mais secreto entre o penitente e o sacerdote. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição e abria assim o caminho a uma frequência regular deste sacramento. Permitia integrar, numa só celebração sacramental, o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Nas suas grandes linhas, é esta forma de penitência que a Igreja tem praticado até os nossos dias.

§1448.

Através das mudanças que a disciplina e a celebração deste sacramento têm conhecido no decorrer dos séculos, se distingue a mesma estrutura fundamental. Esta inclui dois elementos igualmente essenciais: por um

lado, os atos do ser humano que se converte sob a ação do Espírito Santo, ou seja, a contrição, a confissão e a satisfação e, por outro lado, a ação de Deus pela intervenção da Igreja. A Igreja que, por meio do bispo e seus presbíteros, concede, em nome de Jesus Cristo, o perdão dos pecados e fixa o modo da satisfação, também reza pelo pecador e faz penitência com ele. Assim, o pecador é curado e restabelecido na comunhão eclesial.

§1449.

A fórmula de absolvição em uso na Igreja latina expressa os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das Misericórdias é a fonte de todo o perdão. Ele realiza a reconciliação dos pecadores através da Páscoa do seu Filho

e o dom do seu Espírito, através da oração e o ministério da Igreja:

"Deus, Pai de Misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (41).

VII. Os atos do penitente

§1450.

"*Pœnitentia cogit peccatorem omnia libenter sufferre; in corde eius contritio, in ore confessio, in opere tota humilitas vel fructifera satisfactio* - A penitência leva o

pecador a tudo suportar de bom grado: no coração, a contrição; na boca, a confissão; nas obras, toda a humildade e frutuosa satisfação" (42).

A CONTRIÇÃO

§1451.

Entre os atos do penitente, a contrição ocupa o primeiro lugar. Ela é "uma dor da alma e uma detestação do pecado cometido, com o propósito de não mais pecar no futuro" (43).

§1452.

Quando procedente do amor a Deus, amado sobre todas as coisas, a contrição é dita "perfeita" (contrição de amor). Tal contrição

perdoa as faltas veniais e obtém, igualmente, o perdão dos pecados mortais se incluir o propósito firme de recorrer, logo que possível, à confissão sacramental (44).

§1453.

A contrição dita “imperfeita” (ou “atrição”) é, também ela, um dom de Deus, um impulso do Espírito Santo. Nasce da consideração da feiura do pecado ou do temor pela condenação eterna e as outras penas de que o pecador está ameaçado (contrição por temor). Tal abalo da consciência pode dar início a uma evolução interior que será levada a bom termo sob a ação da graça, pela absolvição sacramental. No entanto, por ela mesma, a contrição imperfeita não obtém o perdão dos

pecados graves, mas dispõe para obtê-lo no sacramento da Penitência (45).

§1454.

É conveniente que a recepção deste sacramento seja preparada por um exame de consciência feito à luz da Palavra de Deus. Os textos mais adaptados para este efeito devem ser procurados no Decálogo e na catequese moral do Evangelho e das cartas dos Apóstolos, no Sermão da Montanha e nos ensinamentos apostólicos (46).

A CONFISSÃO DOS PECADOS

§1455.

A confissão (a acusação) dos pecados, mesmo de um ponto de vista simplesmente

humano, nos liberta e facilita a nossa reconciliação com os outros. Pela confissão, o ser humano encara os pecados de que se tornou culpado, assume a sua responsabilidade e, deste modo, se abre de novo a Deus e à comunhão da Igreja, para tornar possível um futuro diferente.

§1456.

A confissão ao sacerdote constitui uma parte essencial do sacramento da Penitência. "Os penitentes devem, na confissão, enumerar todos os pecados mortais de que têm consciência, após terem seriamente se examinado, mesmo que tais pecados sejam secretíssimos e tenham sido cometidos apenas contra os dois últimos preceitos do Decálogo

(47), porque, por vezes, estes pecados ferem mais gravemente a alma e são mais perigosos que os cometidos à vista de todos" (48).

"Quando os fiéis se esforçam por confessar todos os pecados de que se lembram, não se pode duvidar de que os apresentam todos ao perdão da misericórdia divina. Os que procedem de modo diverso e conscientemente ocultam alguns, esses não apresentam à bondade divina nada que ela possa perdoar por intermédio do sacerdote, porque, "se o doente tem vergonha de mostrar a sua ferida ao médico, a medicina não pode curar o que ignora"" (49).

§1457.

Segundo o mandamento da Igreja, “todo fiel que tenha atingido a idade da razão está obrigado a confessar fielmente os pecados graves, ao menos uma vez ao ano” (50). Aquele que tem consciência de haver cometido um pecado mortal, não deve receber a sagrada Comunhão, mesmo que tenha uma grande contrição, sem ter previamente recebido a absolvição sacramental (51). A não ser que tenha um motivo grave para comungar e não lhe seja possível se encontrar com um confessor (52). As crianças devem aceder ao sacramento da Penitência antes de receberem pela primeira vez a Sagrada Comunhão (53).

§1458.

Sem ser estritamente necessária, a confissão das faltas quotidianas (pecados veniais) é, contudo, vivamente recomendada pela Igreja (54). Com efeito, a confissão regular dos nossos pecados veniais nos ajuda a formar a nossa consciência, a lutar contra as más inclinações, a nos deixarmos curar por Cristo, a progredirmos na vida do Espírito. Recebendo com maior frequência, neste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele (55).

"Aquele que confessa os seus pecados e os acusa já está de acordo com Deus. Deus acusa os teus pecados; se tu também os acusas,

juntas-te a Deus. O ser humano e o pecador são, por assim dizer, duas realidades distintas. Quando ouves falar do ser humano, foi Deus que o criou. Quando ouves falar do pecador, foi o próprio ser humano quem o fez. Destrói o que fizeste, para que Deus salve o que fez. [...] Quando começas a detestar o que fizeste, é então que começam as tuas boas obras, porque acusas as tuas obras más. O princípio das obras boas é a confissão das más. Praticaste a verdade e vens à luz" (56).

A SATISFAÇÃO

§1459.

Muitos pecados prejudicam o próximo. Há que fazer o possível por reparar esse dano

(por exemplo: restituir as coisas roubadas, restabelecer a boa reputação daquele que foi caluniado, indenizar por ferimentos). A simples justiça o exige. Mas, além disto, o pecado fere e enfraquece o próprio pecador, assim como as suas relações com Deus e com o próximo. A absolvição tira o pecado, mas não repara todas as desordens causadas pelo pecado (57). Aliviado do pecado, o pecador deve ainda recuperar a perfeita saúde espiritual. Ele deve, pois, fazer mais alguma coisa para reparar os seus pecados; "satisfazer" de modo apropriado ou "expiar" os seus pecados. A esta satisfação também se chama "penitência".

§1460.

A penitência que o confessor impõe deve levar em conta a situação pessoal do penitente e procurar o seu bem espiritual. Deve corresponder, quanto possível, à gravidade e natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, num donativo, nas obras de misericórdia, no serviço ao próximo, em privações voluntárias, sacrifícios e, sobretudo, na aceitação paciente da cruz que temos de levar. Tais penitências nos ajudam a nos configurarmos com Cristo, que, por Ele só, expiou os nossos pecados (58) de uma vez por todas. Tais penitências fazem com que nos tornemos coerdeiros de Cristo Ressuscitado,

“uma vez que também sofremos com Ele” (Rm 8, 17) (59).

“Mas esta satisfação que realizamos pelos nossos pecados não é possível senão por Jesus Cristo. Nós que, por nós mesmos, nada podemos, com a ajuda "d'Aquele que nos conforta, podemos tudo" (60). Assim, o ser humano não tem nada com o que se glorificar. Toda a nossa “glória” está em Cristo [...] em quem nos satisfazemos, "produzindo dignos frutos de penitência" (61), os quais vão receber d'Ele toda a sua força, por Ele são oferecidos ao Pai e, graças a Ele, são aceitas pelo Pai” (62).

VIII. O ministro deste sacramento

§1461.

Uma vez que Cristo confiou aos Apóstolos o ministério da reconciliação (63), os bispos, seus sucessores e os presbíteros, colaboradores dos bispos, continuam a exercer tal ministério. Com efeito, os bispos e os presbíteros é que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados, "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

§1462.

O perdão dos pecados reconcilia com Deus, mas também com a Igreja. O bispo, chefe visível da Igreja particular, é justamen-

te considerado, desde os tempos antigos, como o principal detentor do poder e ministério da reconciliação. É o moderador da disciplina penitencial (64). Os presbíteros, seus colaboradores, o exercem na medida em que receberam o respectivo encargo, quer do seu bispo (ou de um superior religioso), quer do Papa, através do direito da Igreja (65).

§1463.

Certos pecados particularmente graves são punidos pela excomunhão, a pena eclesiástica mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos atos eclesiásticos (66) e cuja absolvição, por conseguinte, só pode ser dada, segundo o direito da Igreja, pelo Papa, pelo bispo do lugar ou

por sacerdotes por eles autorizados (67). Em caso de perigo de morte, qualquer sacerdote, mesmo que careça da faculdade de ouvir confissões, pode absolver de qualquer pecado e de toda excomunhão (68).

§1464.

Os sacerdotes devem exortar os fiéis a se aproximarem do sacramento da Penitência e devem se mostrar disponíveis para a celebração deste sacramento, sempre que os cristãos o peçam de modo razoável (69).

§1465.

Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote exerce o ministério do bom Pastor que procura a ovelha perdida; do bom Sama-

ritano que cura as feridas; do Pai que espera pelo filho pródigo e o acolhe no seu regresso; do justo juiz que não faz acepção de pessoas e cujo juízo é, ao mesmo tempo, justo e misericordioso. Em resumo, o sacerdote é sinal e instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador.

§1466.

O confessor não é dono, mas servidor do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve se unir à intenção e à caridade de Cristo (70). Deve ter um conhecimento comprovado do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza para com aquele que caiu. Deve amar a verdade, ser fiel ao Magistério da Igreja e

conduzir o penitente com paciência para a cura e a maturidade plena. Deve rezar e fazer penitência por ele, o confiando à misericórdia do Senhor.

§1467.

Dada a delicadeza e a grandeza deste ministério e o respeito devido às pessoas, a igreja declara que todo sacerdote que ouve confissões está obrigado a guardar segredo absoluto sobre os pecados que os seus penitentes lhe confessaram, sob penas severíssimas (71). Tampouco pode se servir dos conhecimentos que a confissão lhe proporciona sobre a vida dos penitentes. Este segredo, que não admite exceções, é chamado “sigilo sacramental”,

porque aquilo que o penitente manifestou ao sacerdote fica "selado" pelo sacramento.

IX. Os efeitos deste sacramento

§1468.

"Toda a eficácia da Penitência consiste em nos restituir à graça de Deus e em nos unir a Ele numa amizade perfeita" (72). O fim e o efeito deste sacramento são, pois, a reconciliação com Deus. Naqueles que recebem o sacramento da Penitência com coração contrito e disposição religiosa, seguem-se-lhe "a paz e a tranquilidade da consciência, acompanhadas de uma grande consolação espiritual" (73). Com efeito, o sacramento da reconciliação com Deus leva a uma verdadeira "ressur-

reição espiritual", à restituição da dignidade e dos bens próprios da vida dos filhos de Deus, o mais precioso dos quais é a amizade do mesmo Deus (74).

§1469.

Este sacramento nos reconcilia com a Igreja. O pecado abala ou rompe a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência a repara ou a restaura. Neste sentido, não se limita apenas a curar aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas também exerce um efeito vivificante sobre a vida da Igreja que sofreu com o pecado de um dos seus membros (75). Restabelecido ou confirmado na comunhão dos santos, o pecador é fortalecido pela permuta de bens espirituais entre todos

os membros vivos do corpo de Cristo, quer vivam ainda em estado de peregrinos, quer já tenham alcançado a Pátria Celeste (76).

"É de se lembrar que a reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que trarão remédio a outras rupturas produzidas pelo pecado. O penitente perdoado se reconcilia consigo mesmo no mais profundo do seu ser, onde recupera a própria verdade interior; se reconcilia com os irmãos, que de algum modo ofendeu e magoou; se reconcilia com a Igreja; se reconcilia com toda a criação" (77).

§1470.

Neste sacramento, o pecador, se remetendo ao juízo misericordioso de Deus, de certo

modo, antecipa o julgamento a que será submetido no fim desta vida terrena. É aqui e agora, nesta vida, que nos é oferecida a opção entre a vida e a morte. Só pelo caminho da conversão é que podemos entrar no Reino de onde o pecado grave nos exclui (78). Convertendo-se a Cristo, pela penitência e pela fé, o pecador passa da morte à vida "e não é submetido a julgamento" (Jo 5, 24).

X. As indulgências

§1471.

A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência.

O QUE É A INDULGÊNCIA?

"A indulgência é a remissão, perante Deus, da pena temporária[1] devida aos pecados cuja culpa já foi apagada; remissão que o fiel devidamente disposto obtém em certas e determinadas condições, pela ação da Igreja, a qual, enquanto dispensadora da redenção, distribui e aplica, por sua autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos" (79). "A indulgência é parcial ou plenária, segundo ela liberta parcialmente ou na totalidade da pena temporária devida ao pecado" (80). "O fiel pode lucrar para si mesmo as

[1] *Temporalis*: que dura apenas um curto período de tempo, temporário (Gaffiot).

indulgências [...] ou aplicá-las aos defuntos" (81).

AS PENAS DO PECADO

§1472.

Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, se deve ter presente que o pecado tem uma dupla consequência. O pecado grave nos priva da comunhão com Deus e, portanto, nos torna incapazes da vida eterna, cuja privação se chama "pena eterna" do pecado. Por outro lado, todo pecado, mesmo venial, traz consigo um apego desordenado às criaturas, o qual precisa ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama Purgatório. Esta purifica-

ção liberta do que se chama “pena temporária” do pecado. Estas duas penas não devem ser consideradas como uma espécie de vingança, infligida por Deus, do exterior, mas como algo decorrente da própria natureza do pecado. Uma conversão procedente de uma caridade fervorosa pode chegar à total purificação do pecador, de modo que nenhuma pena subsista (82).

§1473.

O perdão do pecado e o restabelecimento da comunhão com Deus trazem consigo a abolição das penas eternas do pecado. Mas subsistem as penas temporárias. O cristão deve se esforçar por aceitar, como uma graça, essas penas temporárias pelo pecado, supor-

tando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte. Deve se aplicar, através de obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas da penitência, a se despojar completamente do “velho ser humano” e a se revestir com o “novo ser humano” (83).

NA COMUNHÃO DOS SANTOS

§1474.

O cristão que procura se purificar do seu pecado e se santificar com a ajuda da graça de Deus não se encontra só. “A vida de cada um dos filhos de Deus está ligada de modo admirável, em Cristo e por Cristo, à vida de

todos os outros irmãos cristãos, na unidade sobrenatural do Corpo Místico de Cristo, como que numa só Pessoa Mística" (84).

§1475.

Na comunhão dos santos "existe, portanto, entre os fiéis - os que já estão na Pátria Celeste, os que foram admitidos à expiação do Purgatório e os que ainda vivem como peregrinos na terra - um constante laço de amor e uma abundante permuta de todos os bens" (85). Nesta admirável permuta, a santidade de um beneficia os demais, muito para além do dano que o pecado de um tenha podido causar aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito

ser purificado mais depressa e mais eficazmente das penas do pecado.

§1476.

O tesouro da Igreja

A estes bens espirituais da comunhão dos santos também lhes chamamos o **Tesouro da Igreja**, "que não é um somatório de bens, como quando se trata das riquezas materiais acumuladas no decurso dos séculos, mas sim o valor infinito e inesgotável que têm, junto a Deus, as expiações e méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade seja liberta do pecado e chegue à comunhão com o Pai. É em Cristo, nosso Redentor, que

se encontram, em abundância, as satisfações e os méritos da sua redenção (86)".

§1477.

"Pertencem igualmente a este tesouro o valor verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm, junto a Deus, as orações e boas obras da bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos, que se santificaram pela graça de Cristo, seguindo os seus passos e que realizaram uma obra agradável ao Pai, de modo que, trabalhando pela sua própria salvação, igualmente cooperaram na salvação dos seus irmãos na unidade do Corpo Místico" (87).

OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA

§1478.

A indulgência se obtém mediante a Igreja que, em virtude do poder de ligar e desligar que lhe foi concedido por Jesus Cristo, intervém a favor de um cristão e lhe abre o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos, para obter, do Pai das Misericórdias, o perdão das penas temporárias devidas pelos seus pecados. É assim que a Igreja não quer somente ir em ajuda a este cristão, mas também estimulá-lo a obras de piedade, penitência e caridade" (88).

§1479.

Uma vez que os fiéis defuntos em vias de purificação também são membros da mesma comunhão dos santos, nós podemos ajudá-los. Entre outros modos, obtendo para eles indulgências, de modo que sejam libertos das penas temporárias devidas pelos seus pecados.

XI. A celebração do sacramento da Penitência

§1480.

Tal como todos os sacramentos, a Penitência é uma ação litúrgica. Ordinariamente, os elementos da sua celebração são os seguintes: saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciên-

cia e suscitar a contrição e exortação ao arrependimento, a confissão que reconhece os pecados e os manifesta ao sacerdote, a imposição e aceitação da penitência, a absolvição do sacerdote, o louvor de ação de graças e a despedida, com a bênção do sacerdote.

§1481.

A Liturgia bizantina tem várias fórmulas de absolvição em forma deprecativa, que expressam admiravelmente o mistério do perdão. “Deus, que pelo profeta Natã perdoou a Davi, quando ele confessou os seus próprios pecados, a Pedro, depois de ele ter chorado amargamente, à pecadora, depois de ela ter derramado lágrimas a seus pés, ao publicano e ao pródigo, este mesmo Deus vos perdoe,

por intermédio de mim, pecador, nesta vida e na outra e vos faça comparecer, sem vos condenar no seu temível tribunal. Ele que é bendito pelo século dos séculos. Amém" (89).

§1482.

O sacramento da Penitência pode também ter lugar no âmbito de uma celebração comunitária, na qual se faz uma preparação conjunta para a confissão e conjuntamente se dão graças pelo perdão recebido. Neste caso, a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual são inseridas numa Liturgia da Palavra de Deus, com leituras e homilia, exame de consciência feito em comum, pedido comunitário de perdão, oração do Pai Nosso e ação de graças em comum. Esta celebração

comunitária expressa mais claramente o caráter eclesial da penitência. No entanto, seja qual for a forma da sua celebração, o sacramento da Penitência é sempre, por sua própria natureza, uma ação litúrgica e, portanto, eclesial e pública (90).

§1483.

Em casos de grave necessidade, se pode recorrer à celebração comunitária da reconciliação, com confissão geral e absolvição geral. Tal necessidade grave pode ocorrer quando há perigo iminente de morte, sem que o sacerdote ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode existir também quando, tendo em conta o número dos peni-

tentes, não há confessores bastantes para ouvir devidamente as confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa sua, se vejam privados, durante muito tempo, da graça sacramental ou da sagrada Comunhão. Neste caso, para a validade da absolvição, os fiéis devem ter o propósito de confessar individualmente os seus pecados graves em tempo oportuno (91). Pertence ao bispo diocesano julgar se as condições requeridas para a absolvição geral existem (92). Uma grande afluência de fiéis, por ocasião de grandes festas ou de peregrinações não constitui um desses casos de grave necessidade (93).

§1484.

"A confissão individual e íntegra e a absolvição constituem o único modo ordinário pelo qual o fiel, consciente de pecado grave, se reconcilia com Deus e com a Igreja. Somente a impossibilidade física ou moral o escusa desta forma de confissão" (94). Há razões profundas para que assim seja. Cristo age em cada um dos sacramentos. Ele Se dirige pessoalmente a cada um dos pecadores: "Meu filho, os teus pecados te são perdoados" (Mc 2, 5). Ele é o Médico que Se inclina sobre cada um dos doentes que necessitam d'Ele (95), para curá-los. Alivia-os e os reintegra na comunhão fraterna. A confissão pes-

soal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja.

Resumindo:

§1485.

"Na tarde da Páscoa, o Senhor Jesus apareceu aos seus Apóstolos e lhes disse: "Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados lhes serão perdoados e àqueles a quem os retiverdes lhes serão retidos"" (Jo 20, 22-23).

§1486.

O perdão dos pecados cometidos depois do Batismo é concedido por meio de um sacramento próprio, chamado sacramento da

Conversão, da Confissão, da Penitência ou da Reconciliação.

§1487.

Quem peca ofende a honra de Deus e o seu amor, a sua própria dignidade de ser humano chamado a ser filho de Deus e o bem-estar espiritual da Igreja, da qual cada fiel deve ser pedra viva.

§1488.

Aos olhos da fé, não existe mal mais grave do que o pecado; nada tem piores consequências para os próprios pecadores, para a Igreja e para todo o mundo.

§1489.

Voltar à comunhão com Deus, depois de tê-la perdido pelo pecado, é um movimento nascido da graça do mesmo Deus misericordioso e cheio de interesse pela salvação dos seres humanos. Deve-se pedir esta graça preciosa, tanto para si mesmo como para os outros.

§1490.

O movimento de regresso a Deus, pela conversão e o arrependimento, implica dor e aversão em relação aos pecados cometidos e o propósito firme de não tornar a pecar no futuro. Portanto, a conversão se refere ao passado e ao futuro e se alimenta da esperança pela misericórdia divina.

§1491.

O sacramento da Penitência é constituído pelo conjunto de três atos realizados pelo penitente e pela absolvição do sacerdote. Os atos do penitente são: o arrependimento, a confissão ou manifestação dos pecados ao sacerdote e o propósito de cumprir a reparação e as obras de reparação.

§1492.

O arrependimento (também chamado contrição) deve se inspirar em motivações que brotam da fé. Se for motivado pelo amor de caridade para com Deus, se diz “perfeito”; se fundado em outros motivos, se diz “imperfeito”.

§1493.

Aquele que quer obter a reconciliação com Deus e com a Igreja deve confessar ao sacerdote todos os pecados graves que ainda não tiver confessado e de que se lembre, depois de ter examinado cuidadosamente a sua consciência. A confissão das faltas veniais, sem ser, propriamente, necessária, é, todavia, vivamente recomendada pela Igreja.

§1494.

O confessor propõe ao penitente o cumprimento de certos atos de "satisfação" ou "penitência", com o fim de reparar o mal causado pelo pecado e restabelecer os hábitos próprios de um discípulo de Cristo.

§1495.

Só os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver podem perdoar os pecados em nome de Cristo.

§1496.

Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são:

- a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recupera a graça;

- a reconciliação com a Igreja;

- a remissão da pena eterna em que incorreu pelos pecados mortais;

- a remissão, ao menos em parte, das penas temporárias, que são consequência do pecado;

- a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;

- o acréscimo das forças espirituais para o combate cristão.

§1497.

A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua a ser o único meio ordinário para a reconciliação com Deus e com a Igreja.

§1498.

Por meio das indulgências, os fiéis podem obter, para eles mesmos e também para as almas do Purgatório, a remissão das penas temporárias, que são consequência do pecado.

ARTIGO 2: A UNÇÃO DOS ENFERMOS

§1499.

"Pela santa Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor, sofredor e glorificado, para que os alivie e os salve. Mas ainda os exorta a que, se associando livremente à PAIXÃO e morte de Cristo, concorram para o bem do povo de Deus" (95).

I. Os seus fundamentos na economia da salvação

A DOENÇA NA VIDA HUMANA

§1500.

A doença e o sofrimento estiveram sempre entre os problemas mais graves que afligem a

vida humana. Na doença, o ser humano experimenta a sua incapacidade, os seus limites, a sua finitude. Qualquer enfermidade pode nos fazer entrever a morte.

§1501.

A doença pode levar à angústia, ao fechar-se em si mesmo e até, por vezes, ao desespero e à revolta contra Deus. Mas também pode tornar uma pessoa mais amadurecida, ajudá-la a discernir, na sua vida, o que não é essencial para se voltar para o que o é. Muitas vezes, a doença leva à busca de Deus, a um regresso a Ele.

O DOENTE PERANTE DEUS

§1502.

O ser humano do Antigo Testamento vive a doença perante Deus. É diante de Deus que desafoga o seu lamento pela doença que lhe sobreveio (97) e é a Ele, Senhor da vida e da morte, que implora a cura (98). A doença se torna caminho de conversão (99) e o perdão de Deus dá início à cura (100). Israel faz a experiência de que a doença está, de modo misterioso, ligada ao pecado e ao mal e de que a fidelidade a Deus, em conformidade com a sua Lei, restitui a vida, "porque Eu, o Senhor, é que sou o teu médico" (Ex 15, 26). O profeta entrevê que o sofrimento pode ter também um sentido redentor pelos pecados

dos outros (101). Finalmente, Isaías anuncia que Deus fará vir para Sião um tempo em que perdoará todas as faltas e curará todas as doenças (102).

CRISTO-MÉDICO

§1503.

A compaixão de Cristo para com os doentes e as suas numerosas curas de enfermos de toda a espécie (103) são um sinal claro de que “Deus visitou o seu povo” (104) e de que o Reino de Deus está próximo. Jesus tem poder não somente para curar, mas também para perdoar os pecados (105). Ele veio curar o ser humano na sua totalidade, alma e corpo. Ele é o médico de que os doentes preci-

sam (106). A sua compaixão para com todos os que sofrem vai ao ponto de Se identificar com eles: “Estive doente e Me visitastes” (Mt 25, 36). O seu amor de predileção para com os enfermos não cessou, ao longo dos séculos, de despertar a atenção particular dos cristãos para aqueles que sofrem no corpo ou na alma. Ele está na origem de incansáveis esforços para aliviá-los.

§1504.

Frequentemente, Jesus pede aos doentes que acreditem (107). Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos (108), lama e lavagem (109). Por seu lado, os doentes procuram Lhe tocar (110), “porque saía d'Ele uma força que a todos curava” (Lc 6,

19). Por isto, nos sacramentos, Cristo continua a "nos tocar" para nos curar.

§1505.

Comovido por tanto sofrimento, Cristo não só Se deixa tocar pelos doentes, como também faz suas as misérias deles: "Tomou sobre Si as nossas enfermidades e carregou as nossas doenças" (Mt 8, 17) (111). Ele não curou todos os doentes. As curas que fazia eram sinais da vinda do Reino de Deus. Anunciavam uma cura mais radical: a vitória sobre o pecado e sobre a morte, mediante a sua Páscoa. Na cruz, Cristo tomou sobre Ele todo o peso do mal (112) e tirou "o pecado do mundo" (Jo 1, 29), do qual a doença não é mais que uma consequência. Pela sua PAI-

XÃO e morte na cruz, Cristo deu novo sentido ao sofrimento. Desde então, este pode nos configurar a Ele e nos unir à sua PAIXÃO redentora.

“CURAI OS ENFERMOS...”

§1506.

Cristo convida os discípulos a o seguirem, tomando a sua cruz (113). Seguindo-O, eles adquirem uma nova visão da doença e dos doentes. Jesus os associa à sua vida pobre e servidora. Fá-los participar do seu ministério de compaixão e de cura. E eles “partiram e pregaram que era preciso cada um se arrepender. Expulsavam muitos demônios, ungi-

am, com óleo, numerosos doentes e os curavam" (Mc 6, 12-13).

§1507.

O Senhor ressuscitado renova esta missão ("em Meu nome... hão de impor as mãos aos doentes e estes ficarão curados": Mc 16, 1 7-18) e a confirma por meio dos sinais que a Igreja realiza invocando o seu nome (114). Estes sinais manifestam de modo especial, que Jesus é verdadeiramente "Deus que salva" (115).

§1508.

O Espírito Santo confere a alguns o carisma especial de poderem curar (116), para manifestar a força da graça do Ressuscitado.

Todavia, nem as orações mais fervorosas obtêm sempre a cura de todas as doenças. Assim, São Paulo deve aprender com o Senhor que “a minha graça te basta, pois, na fraqueza é que a minha força atua plenamente” (2 Cor 12, 9) e que os sofrimentos a suportar podem ter como sentido que “eu complete na minha carne o que falta à Paixão de Cristo, em benefício do seu Corpo, que é a Igreja” (Cl 1, 24).

§1509.

“Curai os enfermos!” (Mt 10, 8). A Igreja recebeu este encargo do Senhor e procura cumpri-lo, tanto pelos cuidados que dispensa aos doentes, como pela oração de intercessão com que os acompanha. Ela "crê na presença

vivificante de Cristo, médico das almas e dos corpos, presença que age particularmente através dos sacramentos e, de modo muito especial, da Eucaristia, pão que dá a vida eterna (117) e cuja ligação com a saúde corporal é insinuada por São Paulo (118).

§1510.

No entanto, a Igreja dos Apóstolos conhece um rito próprio em favor dos enfermos, atestado por São Tiago: “Alguém de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará e, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados” (Tg 5,

14-15). A Tradição reconheceu neste rito um dos sete sacramentos da Igreja (119).

UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS

§1511.

A Igreja crê e confessa que, entre os sete sacramentos, há um especialmente destinado a reconfortar os que se encontram sob a provação da doença: a Unção dos enfermos.

"Esta santa unção dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por São Marcos (120), mas recomendado aos fiéis e promulgado por São Tiago, apóstolo e irmão do Senhor" (121).

§1512.

Na tradição litúrgica, tanto no Oriente como no Ocidente, temos, desde os tempos antigos, testemunhos de unções de doentes praticadas com óleo benzido. No decorrer dos séculos, a Unção dos enfermos começou a ser conferida cada vez mais exclusivamente aos que estavam prestes a morrer. Por causa disto, lhe fora dado o nome de “Extrema Unção”. Porém, apesar dessa evolução, a Liturgia nunca deixou de pedir ao Senhor pelo doente, para que recuperasse a saúde, se tal fosse conveniente para a sua salvação.

§1513.

A Constituição Apostólica “Sacram Unctionem Infirmorum”, de 30 de Novembro

de 1972, na sequência do II Concílio do Vaticano (123) estabeleceu que, a partir de então, se observasse o seguinte no rito romano:

“O sacramento da Unção dos Enfermos é conferido aos que se encontram enfermos com a vida em perigo, os ungindo na fronte e nas mãos com óleo de oliveira ou, segundo as circunstâncias, com outro óleo de origem vegetal, devidamente benzido, proferindo uma só vez, as palavras: "Por esta santa unção e pela sua infinita misericórdia, o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto dos teus pecados, ele te salve e, na sua bondade, alivie os teus sofrimentos"” (124).

II. Quem recebe e quem administra este sacramento?

EM CASO DE GRAVE ENFERMIDADE...

§1514.

A Unção dos Enfermos “não é sacramento só dos que estão prestes a morrer. Por isto, o tempo oportuno para a receber é certamente quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte” (125).

§1515.

Se um doente que recebeu a Unção recupera a saúde, pode, em caso de nova enfermidade grave, receber outra vez este sacramento. No decurso da mesma doença, este sacramento pode ser repetido se o mal se a-

grava. É conveniente receber a Unção dos Enfermos antes de uma operação cirúrgica importante. E o mesmo se diga a respeito das pessoas de idade, cuja fragilidade se acentua.

"... CHAME OS PRESBÍTEROS DA IGREJA"

§1516.

Só os sacerdotes (bispos e presbíteros) são ministros da Unção dos Enfermos (126). É dever dos pastores instruir os fiéis acerca dos benefícios deste sacramento. Que os fiéis animem os enfermos a chamarem o sacerdote para receberem este sacramento. E que os doentes se preparem para recebê-lo com boas disposições, com a ajuda do seu pastor e de toda a comunidade eclesial, convidada a

rodear, de um modo muito especial, os doentes, com as suas orações e atenções fraternas.

III. Como se celebra este sacramento?

§1517.

Como todos os sacramentos, a Unção dos Enfermos é uma celebração litúrgica e comunitária (127), quer tenha lugar no seio da família, quer no hospital ou na igreja, para um só doente ou para um grupo deles. É muito conveniente que seja celebrada durante a Eucaristia, memorial da Páscoa do Senhor. Se as circunstâncias para tal convidarem, a celebração do sacramento pode ser precedida pelo sacramento da Penitência e seguida pelo da Eucaristia. Enquanto sacramento da Pás-

coa de Cristo, a Eucaristia deveria ser sempre o último sacramento da peregrinação terrestre, o “viático” da “passagem” para a vida eterna.

§1518.

Palavra e sacramento formam um todo inseparável. A Liturgia da Palavra, precedida de um ato penitencial, abre a celebração. As palavras de Cristo e o testemunho dos Apóstolos despertam a fé do doente e da comunidade, para pedir ao Senhor a força do seu Espírito.

§1519.

A celebração do sacramento compreende principalmente os seguintes elementos: “Os

presbíteros da Igreja" (128) impõem, em silêncio, as mãos sobre os enfermos e rezam por eles na fé da Igreja (129). Esta é a epiclese própria deste sacramento. Então, conferem a unção com óleo, benzido, se possível, pelo bispo.

Estes atos litúrgicos indicam a graça que este sacramento confere aos doentes.

IV. Os efeitos da celebração deste sacramento

§1520.

Um dom particular do Espírito Santo.

A primeira graça deste sacramento é uma graça de reconforto, de paz e de coragem para vencer as dificuldades próprias do estado

de doença grave ou da fragilidade da velhice. Esta graça é um dom do Espírito Santo que renova a confiança e a fé em Deus e dá força contra as tentações do Maligno, especialmente a tentação do desânimo e da angústia da morte (130). Esta assistência do Senhor pela força do seu Espírito visa levar o doente à cura da alma, mas também à do corpo, se tal for a vontade de Deus (131). Além disto, "se ele cometeu pecados, ser-lhe-ão perdoados" (Tg 5, 15) (132).

§1521.

A união à PAIXÃO de Cristo.

Pela graça deste sacramento, o enfermo recebe a força e o dom de se unir mais inti-

mamente à PAIXÃO de Cristo. Ele é, de certo modo, consagrado para produzir frutos pela configuração com a PAIXÃO redentora do Salvador. O sofrimento, sequela do pecado original, recebe um sentido novo: transforma-se em participação na obra salvífica de Jesus.

§1522.

Uma graça eclesial.

Os doentes que recebem este sacramento, "se associando livremente à Paixão e morte de Cristo, concorrem para o bem do povo de Deus" (133). Ao celebrar este sacramento, a Igreja, na comunhão dos santos, intercede pelo bem do doente. E o doente, por seu lado,

pela graça deste sacramento, contribui para a santificação da Igreja e para o bem de todos os seres humanos, pelos quais a Igreja sofre e se oferece, por Cristo, a Deus Pai.

§1523.

Uma preparação para a última passagem.

Se o sacramento da Unção dos Enfermos é concedido a todos os que sofrem de doenças e enfermidades graves, com mais forte razão o é aos que estão prestes a deixar esta vida ("*in exitu vitæ constituti* (134)), de modo que também foi chamado "*sacramentum exeuntium* - sacramento dos que partem" (135). A Unção dos Enfermos completa a nossa conformação com a morte e ressurrei-

ção de Cristo, tal como o Batismo a tinha começado. Leva à perfeição as unções santas que marcam toda a vida cristã: a do Batismo selara em nós a vida nova, a da Confirmação nos robustecera para o combate desta vida, esta última unção mune o fim da nossa vida terrena como que de um sólido escudo com vistas às últimas batalhas, antes da entrada na Casa do Pai (136).

V. O Viático, último sacramento do cristão

§1524.

Àqueles que vão deixar esta vida, a Igreja lhes oferece, além da Unção dos Enfermos, a Eucaristia como viático. Recebida neste momento de passagem para o Pai, a comunhão

do corpo e do sangue de Cristo tem um significado e uma importância particulares. É semente de vida eterna e força de ressurreição, segundo as palavras do Senhor: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e Eu o ressuscitrei no último dia” (Jo 6, 54). Sacramento de Cristo morto e ressuscitado, a Eucaristia é aqui sacramento da passagem da morte para a vida, deste mundo para o Pai (137).

§1525.

Assim, do mesmo modo que os sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Eucaristia constituem uma unidade chamada “os sacramentos da iniciação cristã”, também se pode dizer que a Penitência, a Santa Unção e

a Eucaristia, como viático, constituem, quando a vida do cristão chega ao seu fim, “os sacramentos que preparam a entrada na Pátria” ou os sacramentos com que termina a peregrinação.

Resumindo:

§1526.

“Algum de vós está doente? Chame os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, o ungindo com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará. E, se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados” (Tg 5, 14-15).

§1527.

O sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que enfrenta as dificuldades inerentes ao estado de doença grave ou de velhice.

§1528.

O tempo oportuno para receber a Santa Unção chegou certamente quando o fiel começa a se encontrar em perigo de morte, devido a doença ou a velhice.

§1529.

Todas as vezes que um cristão cai gravemente enfermo, pode receber a Santa Unção e também quando, mesmo depois de tê-la recebido, a doença se agrava.

§1530.

Só os sacerdotes (presbíteros e bispos) podem ministrar o sacramento da Unção dos Enfermos e, para isto, empregarão óleo benzido pelo bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante.

§1531.

O essencial da celebração deste sacramento consiste na unção na fronte e nas mãos do doente (no rito romano) ou sobre outras partes do corpo (no Oriente), unção acompanhada da oração litúrgica do sacerdote celebrante que pede a graça especial deste sacramento.

§1532.

A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos:

- a união do doente à Paixão de Cristo, para o seu bem e para o de toda a Igreja;

- o conforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;

- o perdão dos pecados, se o doente não pôde obtê-lo pelo sacramento da Penitência;

- o restabelecimento da saúde, se tal for conveniente para a salvação espiritual;

- a preparação para a passagem para vida eterna.

Notas

1. Cf. 2 Cor 5, 1.
2. Cf. Mc, 2, 1-12.
3. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11 : AAS 57 (1965) 15.
4. Cf. Mc 1, 15.
5. Cf. Lc 15, 18.
6. Ordo Pænitentiæ. 46.55 (TypisPolyglottis Vaticanis 1974) p. 27. 37 [Celebração da Penitência, 46.55 (Coimbra. Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47. 65].
7. Cf. Gl 3, 27.
8. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5, Decretum de peccato originali, can. 5: DS 1515.
9. Cf.Concílio de Trento, Sess. 6, Decretum de iustificatione, c. 16: DS 1545; II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 44-45.
10. Cf. Act 2, 38.
11. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 8: AAS 57 (1965) 12.
12. Cf. Sl 51, 19.
13. Cf. Jo 6, 44: 12, 32.
14. Cf. 1 Jo 4, 10.
15. Cf. Lc 22, 61-62.
16. Cf. Jo 21, 15-17.

17. Santo Ambrósio epistula extra collection 1 [41], 12: CSEL 82/3, 152 (PL 16, 1116).
18. Cf. Jl 2, 12-13: Is 1,16-17: Mt 6, 1-8.16-18.
19. Concílio de Trento, Sess. 143, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 4: DS 1676-1678; Id. Sess, 143, Canones de Pænitentiæ, can. 5: DS1705: CatRom. 2, 5, 4, p. 289.
20. Cf. Ez, 36, 26-27.
21. Cf. Jo 19, 37: Zc 12, 10.
22. São Clemente de Roma epistula ad Corinthios 7, 4: SC 167, 110 (Funk 1, 108).
23. Cf. Jo 16, 8-9.
24. Cf. Jo 15, 26.
25. Cf. Act 2, 36-38: João Paulo II enc. Dominum et vivificantem, 27-48: AAS 78 (1986) 837-868.
26. Cf. Tb 12, 8; Mt 6, 1-8.
27. Cf. Tg 5, 20.
28. Cf. Am 5, 24; Is 1, 17.
29. Cf. Lc 9, 23.
30. Cf. Concílio de Trento, Sess. 133, Decretum de ss. Eucharitia, c. 2: DS 1638.
31. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 109-110: AAS 56 (1964) 127; CIC can. 1249-1253: CCEO can. 880-883.
32. Cf. Lc 15, 11-24.
33. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.

34. Cf. Mc 2, 7.
35. Cf. Lc 7, 48.
36. Cf. Jo 20, 21-23.
37. Cf. Lc 15.
38. Cf. Lc 19, 9.
39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26.
40. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, c. 14: DS 1542; cf. Tertuliano, De Pænitentia 4, 2: CCL 1, 326 (PL 1, 1343).
41. Cf. Ordo Pænitentiæ, 46.55 (Typis Polyglottis Vaticanis 1974) p. 27.37 [Celebração da Penitência,. 46.55 (Coimbra- Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa, 1997) p. 47.65].
42. CatRom 2, 5, 21, p. 299: cf. Concílio de Trento, Sess.14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 3: DS 1673.
43. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 4: DS
1676.
44. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 4: DS
1677.
45. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14. Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 4: DS 1678: ID., Sess. 14, Canones de sacramento Pænitentiæ, can. 5: DS 1705.

46. Cf. Rm 12-15: Cor 12-13: Gl 5: Ef 4-6.
47. Cf. Ex 20, 17; Mt 5, 28.
48. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 5: DS 1680.
49. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 5: DS 1680; São Jerônimo, Commentarius in Ecclesiasten, 10, 11: CCL 72, 338 (PL 23, 1096).
50. CIC can. 989: cf. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 5: DS 1683 ID., Sess. 14°, Canones de sacramento Pænitentiæ, can. 8: DS 1708.
51. Cf. Concílio de Trento, Sess. 13, Decretum de ss. Eucharistia, c. 7: DS 1647: Ibid., can. 11: DS 1661.
52. Cf. CIC can. 916; CCEO can. 711.
53. Cf. CIC can. 914.
54. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 5: DS 1680/CIC can. 988. § 2.
55. Cf. Lc 6, 36.
56. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus, 12, 13: CCL 36, 128 (PL 35, 1491).
57. Cf. Concílio de Trento, 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, can. 12: DS 1712.
58. Cf. Rm 3, 25: 1 Jo 2, 1-2.
59. Cf. Concílio de Trento, 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 8: DS 1690.

60. Cf. Fl 4, 13.
61. Cf. Lc 3, 8.
62. Concílio de Trento, 14, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 8: DS 1691
63. Cf. Jo 20, 23: 2 Cor 5, 18.
64. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 32.
65. Cf. CIC can. 844. 967-969: CCEO can. 722. §§ 3-4.
66. Cf. CIC can. 1331: CCEO can. 1431.1434.
67. Cf. CIC can. 1354-1357: CCEO can. 1420.
68. Cf. CIC can. 976: em relação à absolvição dos pecados, CCEO can. 725.
69. Cf. CIC can. 986: CCEO can. 735: II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis,13: AAS 58 (1966) 1012.
70. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 13: AAS 58 (1966) 1012.
71. Cf. CIC can. 983-984. 1388. § 1: CCEC can. 1456.
72. “Pœnitentiæ itaque omnis in eo vis est, ut nos in Dei gratiam restituat, cum Eoque summa amicitia coniungat”: CatRom 2, 5, 18, p. 297.
73. Concílio de Trento, 142, Doctrina de sacramento Pænitentiæ, c. 3: DS 1674.
74. Cf. Lc 15, 32.
75. Cf. 1 Cor 12, 26.
76. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 48-50: AAS 57 (1965) 53-57.

77. João Paulo II ex. ap. Reconciliatio et pænitentia 31, § V: AAS 77 (1985) 265.
78. Cf. 1 Cor 5, 11: Gl 5, 19-21; Ap 22, 15.
79. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, Normæ. I: AAS 59 (1967) 21.
80. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, Normæ. 2: AAS 59 (1967) 21.
81. CIC can. 994.
82. Cf. Concílio de Trento, Sess. 142, Canones de sacramento Pænitentiæ. can. 1213: DS 1712-1713; Id., Sess. 252, Decretum de purgatorio: DS 1820.
83. Cf. Ef 4, 24.
87. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 5: AAS 59 (1967) 11-12.
88. Cf. Paulo VI, Const. ap. Indulgentiarum doctrina, 8: AAS 59 (1967) 16-17; Concílio de Trento, Sess. 252, Decretum de Indulgentiis: DS 1835.
89. Euchológion tò méga (Atenas 1992) p. 222.
90. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 26-27 AAS 56 (1964) 107.
91. Cf. CIC can. 962. § 1.
92. Cf. CIC can. 962. § 2.
93. Cf. CIC can. 962. § 1, 2.
94. Ordo Pænitentiæ, Prænotanda 31 (Typis Polyglottis Vaticanis1974) p. 21 [Celebração da Penitência, 31 (Coimbra, Gráfica de Coimbra - Conferência Episcopal Portuguesa.1997) p. 29].

95. Cf. Mc 2, 17.
96. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.
97. Cf. Sl 38.
98. Cf. Sl 6, 3: Is 38.
99. Cf. Sl 38, 5: 39, 9.12.
100. Cf. Sl 32, 5: 107. 20; Mc 2, 5-12.
101. Cf. Is 53, 11.
102. Cf. Is 33, 24.
103. Cf. Mt 4, 24.
104. Cf. Lc 7, 16.
105. Cf. Mc 2, 5-12.
106. Cf. Mc 2, 17.
107. Cf. Mc 5, 34.36: 9. 23.
108. Cf. Mc 7. 32-36; 8, 22-25.
109. Cf. Jo 9, 6-15.
110. Cf. Mc 3, 10: 6. 56.
111. Cf. Is 53, 4.
112. Cf. Is 53, 4-6.
113. Cf. Mt 10, 38.
114. Cf. Act 9, 34: 14, 3.
115. Cf. Mt 1, 21: Act 4, 12.
116. Cf. 1 Cor 12, 9. 28. 30.
117. Cf. Jo 6, 54.58.
118. Cf. 1 Cor 11, 30.
119. Cf. Santo Inocêncio epistula Si instituta ecclesiastica: DS 216; Concílio de Florença,Decretum pro

Armenis: DS 1324-1325: Concílio de Trento, Sess. 14-, Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, c. 1-2: DS 1695-1696; Id., Sess. 14-, canones de extrema Unctione, can. 1-2: DS 1716-1717.

120. Cf. Mc 6, 13.
121. Concílio de Trento, Sess. 14-, Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, c. 1: DS1695; Cf. Tg 5, 14-15.
122. Concílio de Trento, Sess. 14-, Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, Sess. 14-, c. 2: DS 1696.
123. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 73: AAS 56 (1964) 118119.
124. Paulo VI. Const. ap. Sacram Unctionem infirmorum: AAS 65 (1973) 8. Cf.CIC 847, § 1.
125. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 73: AAS 56 (1964) 118-119: cf. CIC can. 1004. § I. 1005.1007: CCEO can. 738.
126. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14-. Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, c. 3: DS 1697: Id., Sess. 14-, Canones de extrema Unctione, can. 4: DS 1719.
127. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum concilium, 27: AAS 56 (1964) 107.
128. Cf. Tg 5, 14.
129. Cf. Tg 5, 15.
130. Cf. Heb 2, 15.

131. Concílio de Florença, Decretum pro Armenis: DS 1325
132. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14, canones de extrema Unctione, can. 2: DS 1717.
133. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 15.
134. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, c. 3: DS 1698.
135. Ibid.
136. Cf. Concílio de Trento, Sess. 14, Doctrina de sacramento extremæ Unctionis, Proœmium: DS 1694.
137. Cf. Jo 13, 1.

CAPÍTULO TERCEIRO: OS SACRAMENTOS A SERVIÇO DA COMUNHÃO

§1533.

O Batismo, a Confirmação e a Eucaristia são os sacramentos da iniciação cristã. São o fundamento da vocação comum de todos os discípulos de Cristo: vocação à santidade e à missão de evangelizar o mundo. E conferem as graças necessárias para a vida segundo o Espírito, nesta existência de peregrinos em marcha para a Pátria.

§1534.

Dois outros sacramentos, a Ordem e o Matrimônio, são ordenados para a salvação de outrem. Se contribuem também para a salva-

ção pessoal, é através do serviço aos outros que o fazem. Conferem uma missão particular na Igreja e servem para a edificação do povo de Deus.

§1535.

Nestes sacramentos, aqueles que já foram consagrados pelo Batismo e pela Confirmação (1), para o sacerdócio comum de todos os fiéis, podem receber consagrações particulares. Os que recebem o sacramento da Ordem são consagrados para serem, em nome de Cristo, “com a palavra e a graça de Deus, os pastores da igreja” (2). Por seu lado, “os esposos cristãos são fortalecidos e como que consagrados por meio de um sacramento es-

pecial para o digno cumprimento dos deveres do seu estado" (3).

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DA ORDEM

§1536.

A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo aos Apóstolos continua a ser exercida na Igreja, até o fim dos tempos. É, portanto, o sacramento do ministério apostólico. Ele compreende três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconado.

[Sobre a instituição e a missão do ministério apostólico por Cristo, ver os números §0874-§0896. Aqui, apenas se trata da via

sacramental pela qual se transmite este ministério].

I. Por que o nome de sacramento da Ordem?

§1537.

A palavra Ordem, na antiguidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que governavam, *Ordinatio* designa a integração num *ordo*. Na Igreja, existem corpos constituídos, que a Tradição, não sem fundamento na Sagrada Escritura (4), designa, desde tempos antigos, com o nome de *táxeis* (em grego), *ordines* (em latim). A Liturgia fala, assim, do *ordo episcoporum* - ordem dos bispos -, do ordo presbyterorum - ordem dos presbíteros - e do

ordo diaconorum - ordem dos diáconos. Há outros grupos que também recebem o nome de *ordo*: os catecúmenos, as virgens, os esposos, as viúvas...

§1538.

A integração num destes corpos da Igreja se fazia através de um rito chamado *ordinatio*, ato religioso e litúrgico que era uma consagração, uma bênção ou um sacramento. Hoje, a palavra *ordinatio* é reservada ao ato sacramental que integra na ordem dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos e que ultrapassa a simples eleição, designação, delegação ou instituição pela comunidade, pois confere um dom do Espírito Santo que permite o exercício de um "poder sagrado" (*sa-*

cra potestas) (5) que só pode vir do próprio Cristo, pela sua Igreja. A ordenação também é chamada de *consecratio* - consagração, porque é um pôr à parte e uma investidura feita pelo próprio Cristo para a sua Igreja. A imposição das mãos do bispo, com a oração consecratória, constitue o sinal visível desta consagração.

II. O sacramento da Ordem na economia da salvação

O SACERDÓCIO DA ANTIGA ALIANÇA

§1539.

O povo eleito foi constituído por Deus como "um reino de sacerdotes e uma nação consagrada" (Ex 19, 6) (6). Mas, dentro do

povo de Israel, Deus escolheu uma das doze tribos, a de Levi, separada para o serviço litúrgico (7), sendo o próprio Deus a sua parte na herança (8). Um rito próprio consagrou as origens do sacerdócio da Antiga Aliança (9). Nela, os sacerdotes são “constituídos em favor dos seres humanos, nas coisas respeitantes a Deus, para oferecerem dons e sacrifícios pelos pecados” (10).

§1540.

Instituído para anunciar a Palavra de Deus (11) e para restabelecer a comunhão com Deus pelos sacrifícios e a oração, aquele sacerdócio é, no entanto, impotente para operar a salvação, precisando repetir incessantemente os sacrifícios, sem poder alcançar

uma santificação definitiva (12), a qual, só o sacrifício de Cristo havia de conseguir.

§1541.

Apesar disto, no sacerdócio de Aarão e no serviço dos levitas, assim como na instituição dos setenta "Anciãos" (13), a Liturgia da Igreja vê prefigurações do ministério ordenado da Nova Aliança. Assim, no rito latino, a Igreja pede, na oração consecratória da ordenação dos bispos:

"Senhor Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo [...], por vossa palavra e vosso dom, instituístes a Igreja com as suas normas fundamentais, eternamente predestinastes a geração dos justos que havia de nascer de Abraão, estabelecestes príncipes e sacerdotes

e não deixastes sem ministério o vosso santuário...” (14).

§1542.

Na ordenação dos presbíteros, a Igreja reza:

“Senhor, Pai santo, [...] já na Antiga Aliança se desenvolveram funções sagradas que eram sinais do sacramento novo. A Moisés e a Aarão, que pusestes à frente do povo para o conduzirem e santificarem, associastes como seus colaboradores outros homens também escolhidos por Vós. No deserto, comunicastes o espírito de Moisés a setenta homens prudentes, com o auxílio dos quais ele governou mais facilmente o vosso povo. Do mesmo modo, as graças abundantes concedidas a

Aarão, Vós as transmitistes a seus filhos, para não faltarem sacerdotes, segundo a Lei, para oferecerem os sacrifícios do templo, sombra dos bens futuros...” (15).

§1543.

E, na oração consecratória para a ordenação dos diáconos, a Igreja confessa:

“Senhor, Pai santo, [...] é o novo templo que se edifica quando estabeleceis os três graus dos ministros sagrados para servirem ao vosso nome, como já na primeira Aliança escolhestes os filhos de Levi para o serviço do templo antigo” (16).

O SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

§1544.

Todas as prefigurações do sacerdócio da Antiga Aliança encontram a sua realização em Jesus Cristo, “único mediador entre Deus e os seres humanos” (1 Tm 2, 5). Melquisedec, “sacerdote do Deus Altíssimo” (Gn 14, 18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único “Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedec” (Heb 5, l0; 6,20), “santo, inocente, sem mancha” (Heb 7, 26), que, “com uma única oblação, tornou perfeitos para sempre os que foram santificados” (Heb 10, 14), isto é, pelo único sacrifício da sua cruz.

§1545.

O sacrifício redentor de Cristo é único, realizado uma vez por todas. E, no entanto, é tornado presente no sacrifício eucarístico da Igreja. O mesmo se diga do sacerdócio único de Cristo, que é tornado presente pelo sacerdócio ministerial, sem diminuição da unicidade do sacerdócio de Cristo "e, por isto, só Cristo é verdadeiro sacerdote, sendo os outros seus ministros" (17).

DUAS PARTICIPAÇÕES NO SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

§1546.

Cristo, sumo sacerdote e único mediador, fez da Igreja "um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai" (18). Toda a comunidade dos

crentes, como tal, é uma comunidade sacerdotal. Os fiéis exercem o seu sacerdócio batismal através da participação, cada qual segundo a sua vocação própria, na missão de Cristo, sacerdote, profeta e rei. É pelos sacramentos do Batismo e da Confirmação que os fiéis são “consagrados para serem [...] um sacerdócio santo” (19).

§1547.

O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis - embora “um e outro, cada qual segundo o seu modo próprio, participem do único sacerdócio de Cristo” (20), são, no entanto, essencialmente diferentes, ainda que sendo “ordenados um para

o outro" (21). Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da vida batismal - vida de fé esperança e amor, vida segundo o Espírito - o sacerdócio ministerial está ao serviço do sacerdócio comum e se destina ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos. É um dos meios pelos quais Cristo não cessa de construir e guiar a sua igreja. E é por isto que é transmitido por um sacramento próprio, que é o sacramento da Ordem.

NA PESSOA DE CRISTO CABEÇA...

§1548.

No serviço eclesial do ministro ordenado, é o próprio Cristo que está presente à sua

Igreja, como Cabeça do seu corpo, Pastor do seu rebanho, Sumo Sacerdote do sacrifício redentor, mestre da verdade. É o que a Igreja expressa quando diz que o padre, em virtude do sacramento da Ordem, age *in persona Christi Capitis* - na pessoa de Cristo Cabeça (22).

"É o mesmo Sacerdote, Jesus Cristo, de quem realmente o ministro faz as vezes. Se realmente o ministro é assimilado ao Sumo Sacerdote, em virtude da consagração sacerdotal que recebeu, ele goza do direito de agir pelo poder do próprio Cristo que representa *virtute ac persona ipsius Christi*" (23).

"Cristo é a fonte de todo o sacerdócio, pois o sacerdócio da [antiga] Lei era figura d'Ele,

ao passo que o sacerdote da nova lei age na pessoa d'Ele" (24).

§1549.

Pelo ministério ordenado, especialmente dos bispos e padres, a presença de Cristo como Cabeça da Igreja se torna visível no meio da comunidade dos crentes (25). Segundo a bela expressão de Santo Inácio de Antioquia, o bispo é *typos tou Patrós*, como que a imagem viva de Deus Pai (26).

§1550.

Esta presença de Cristo no seu ministro não deve ser entendida como se este estivesse premunido contra todas as fraquezas humanas, contra o afã de domínio, contra os erros,

isto é, contra o pecado. A força do Espírito Santo não garante do mesmo modo todos os atos do ministro. Enquanto que nos sacramentos esta garantia é dada, de maneira que nem mesmo o pecado do ministro pode impedir o fruto da graça, há muitos outros atos em que a condição humana do ministro deixa vestígios, que nem sempre são sinal de fidelidade ao Evangelho e podem, por conseguinte, prejudicar a fecundidade apostólica da Igreja.

§1551.

Este sacerdócio é ministerial. “O encargo que o Senhor confiou aos pastores do seu Povo é um verdadeiro serviço” (27). Refere-se inteiramente a Cristo e aos seres humanos.

Depende inteiramente de Cristo e do seu sacerdócio único e foi instituído em favor dos seres humanos e da comunidade da Igreja. O sacramento da Ordem comunica "um poder sagrado" que não é outro senão o de Cristo. O exercício desta autoridade deve, pois, se regular pelo modelo de Cristo, que, por amor, Se fez o último e servo de todos (28). "O Senhor disse claramente que o cuidado dispensado ao seu rebanho seria uma prova de amor para com Ele" (29).

... "EM NOME DE TODA A IGREJA"

§1552.

O sacerdócio ministerial não tem somente o encargo de representar Cristo, Cabeça da

Igreja, perante a assembleia dos fiéis. Ele age também em nome de toda a Igreja, quando apresenta a Deus a oração da mesma Igreja (30) e, sobretudo, quando oferece o sacrifício eucarístico (31).

§1553.

"Em nome de toda a Igreja" não quer dizer que os sacerdotes sejam os delegados da comunidade. A oração e a oferenda da Igreja são inseparáveis da oração e da oferenda de Cristo, sua Cabeça. É sempre o culto de Cristo na e pela sua Igreja. É toda a Igreja, Corpo de Cristo, que ora e se oferece, "por Cristo, com Cristo, em Cristo", na unidade do Espírito Santo, a Deus Pai. Todo o Corpo, *caput et membra* (Cabeça e Membros), ora e se ofere-

ce e, por isto, aqueles que, no Corpo, são de modo especial os ministros, se chamam ministros não apenas de Cristo, mas também da Igreja. É porque representa Cristo que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja.

III. Os três graus do sacramento da Ordem

§1554.

"O ministério eclesiástico, instituído por Deus, é exercido em ordens diversas por aqueles que, desde a antiguidade, são chamados bispos, presbíteros e diáconos" (32). A doutrina católica expressa na Liturgia, no Magistério e na prática constante da Igreja, reconhece que existem dois graus de partici-

pação ministerial no sacerdócio de Cristo: o episcopado e o presbiterado. O diaconado se destina a ajudá-los e a servi-los. Por isto, o termo "sacerdos" designa, no uso atual, os bispos e os presbíteros, mas não os diáconos. Todavia, a doutrina católica ensina que os graus de participação sacerdotal (episcopado e presbiterado) e o grau de serviço (diaconado), todos três são conferidos por um ato sacramental chamado "ordenação", ou seja, pelo sacramento da Ordem.

"Reverenciem todos os diáconos como a Jesus Cristo e, de igual modo, o bispo, que é a imagem do Pai e os presbíteros, como o senado de Deus e como a assembleia dos A-

póstolos. Sem eles, não se pode falar de Igreja" (33).

A ORDENAÇÃO EPISCOPAL - PLENITUDE DO SACRAMENTO DA ORDEM

§1555.

"Entre os vários ministérios que são exercidos na Igreja desde os primeiros tempos, consta da Tradição que o principal é o daqueles que, constituídos no episcopado através de uma sucessão que remonta às origens, são os transmissores da semente apostólica" (34).

§1556.

Para desempenhar a sua sublime missão, "os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo

com uma efusão especial do Espírito Santo, que sobre eles desceu e, pela imposição das mãos, eles próprios transmitiram, aos seus colaboradores, este dom espiritual que foi transmitido até os nossos dias através da consagração episcopal" (35).

§1557.

O II Concílio do Vaticano "ensina que, pela consagração episcopal, se confere a plenitude do sacramento da Ordem, à qual, o costume litúrgico da Igreja e a voz dos santos Padres chamam sumo sacerdócio e vértice (*summa*) do sagrado ministério" (36).

§1558.

"A consagração episcopal, juntamente com a função de santificar, confere também as funções de ensinar e governar [...]. De fato, pela imposição das mãos e pelas palavras da consagração, a graça do Espírito Santo é dada e é impresso o caráter sagrado, de tal modo que os bispos fazem as vezes, de uma forma eminente e visível, do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice e atuam em vez d'Ele (*in Eius persona agant*)" (37). "Por isto, pelo Espírito Santo que lhes foi dado, os bispos foram constituídos verdadeiros e autênticos mestres da fé, pontífices e pastores" (38).

§1559.

"É em virtude da consagração episcopal e pela comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do colégio que alguém é constituído membro do corpo episcopal" (39). O caráter e a natureza colegial da ordem episcopal se manifestam, entre outros modos, na antiga prática da Igreja que exige, para a consagração de um novo bispo, a participação de vários bispos (40). Para a ordenação legítima de um bispo se requer, hoje, uma intervenção especial do bispo de Roma, em virtude da sua qualidade de supremo vínculo visível da comunhão das Igrejas particulares na Igreja una e de fiador da sua liberdade.

§1560.

Cada bispo tem, como vigário de Cristo, o encargo pastoral da Igreja particular que lhe foi confiada. Mas, ao mesmo tempo, partilha colegialmente, com todos os seus irmãos no episcopado, a solicitude por todas as Igrejas. "Se cada bispo é pastor próprio apenas da porção do rebanho que foi confiada aos seus cuidados, a sua qualidade de legítimo sucessor dos Apóstolos, por instituição divina, o torna solidariamente responsável pela missão apostólica da Igreja" (41).

§1561.

Tudo o que acaba de ser dito explica porque é que a Eucaristia celebrada pelo bispo tem uma significação muito especial como

expressão da Igreja reunida em torno do altar sob a presidência daquele que representa visivelmente Cristo, bom Pastor e Cabeça da sua Igreja (42).

A ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS - COOPERADORES DOS BISPOS

§1562.

"Cristo, a Quem o Pai santificou e enviou ao mundo, por meio dos seus Apóstolos tornou os bispos, que são sucessores deles, participantes da sua consagração e missão e estes, por sua vez, transmitem legitimamente o múnus do seu ministério em grau diverso e a diversos sujeitos na Igreja" (43). "O seu cargo ministerial foi transmitido em grau subordinado aos presbíteros, para que, constituídos

na Ordem do presbiterado, fossem cooperadores da Ordem episcopal para o desempenho perfeito da missão apostólica confiada por Cristo" (44).

§1563.

"O ofício dos presbíteros, enquanto unido à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo edifica, santifica e governa o seu corpo. Por isto, o sacerdócio dos presbíteros, embora pressuponha os sacramentos da iniciação cristã, é conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual, os presbíteros, mediante a unção do Espírito Santo, ficam assinalados com um caráter particular e, desta maneira, configurados a Cristo Sacerdote, de tal modo que

possam agir em nome e na pessoa de Cristo Cabeça" (45).

§1564.

"Os presbíteros, embora não possuam o pontificado supremo e dependam dos bispos no exercício do próprio poder, todavia, lhes estão unidos na honra do sacerdócio e, por virtude do sacramento da Ordem, são consagrados, à imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote (46), para pregar o Evangelho, serem pastores dos fiéis e celebrarem o culto divino como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento (47).

§1565.

Em virtude do sacramento da Ordem, os sacerdotes participam das dimensões universais da missão confiada por Cristo aos Apóstolos. O dom espiritual que receberam na ordenação os prepara, não para uma missão limitada e restrita, “mas sim para uma missão de salvação de amplitude universal, "até aos confins da terra"” (48), “dispostos, no seu coração, a pregar o Evangelho em toda a parte” (49).

§1566.

“É no culto ou *sinaxe* eucarística que, por excelência, exercem o seu múnus sagrado. Nela, agindo na pessoa de Cristo e proclamando o seu mistério, unem as preces dos

fiéis ao sacrifício da Cabeça e, no sacrifício da Missa, tornam presente e aplicam, até à vinda do Senhor, o único sacrifício do Novo Testamento, o de Cristo, o qual, de uma vez por todas, se ofereceu ao Pai como hóstia imaculada" (50). É deste sacrifício único que todo o seu ministério sacerdotal tira a própria força (51).

§1567.

"Cooperadores esclarecidos da Ordem episcopal, sua ajuda e instrumento, chamados para o serviço do povo de Deus, os presbíteros constituem, com o seu bispo, um único presbitério com diversas funções. Onde quer que se encontre uma comunidade de fiéis, eles tornam, de certo modo, presente, o bis-

po, ao qual estão associados, de ânimo fiel e generoso e cujos encargos e solicitude assumem, segundo a própria medida, os traduzindo na prática do cuidado quotidiano dos fiéis" (52). Os presbíteros só podem exercer o seu ministério na dependência do bispo e em comunhão com ele. A promessa de obediência que fazem ao bispo no momento da ordenação e o beijo da paz dado pelo bispo no final da Liturgia de ordenação significam que o bispo os considera seus colaboradores, filhos, irmãos e amigos e que, em contrapartida, eles lhe devem amor e obediência.

§1568.

"Os presbíteros elevados pela ordenação à Ordem do presbiterado estão unidos entre

eles numa íntima fraternidade sacramental. Especialmente na diocese, a cujo serviço, sob o bispo respectivo, estão consagrados, formam um só presbitério" (53). A unidade do presbitério tem uma expressão litúrgica no costume segundo o qual, durante o rito da ordenação presbiterial, os presbíteros impõem, também eles, as mãos, depois do bispo.

A ORDENAÇÃO DOS DIÁCONOS - "COM VISTAS AO SERVIÇO"

§1569.

"No grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos, "não com vistas ao sacerdócio, mas ao serviço"" (54). Para a ordenação no diaconado, só

o bispo é que impõe as mãos, significando, com isto, que o diácono está especialmente ligado ao bispo nos encargos próprios da sua "diaconia" (55).

§1570.

Os diáconos participam de modo especial da missão e da graça de Cristo (56). O sacramento da Ordem os marca com um selo ("caráter") que ninguém pode fazer desaparecer e que os configura com Cristo, que se fez "diácono", isto é, o servo de todos (57). Entre outros serviços, pertence aos diáconos assistir o bispo e os sacerdotes na celebração dos divinos mistérios, sobretudo da Eucaristia, distribuí-la, assistir ao Matrimônio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregar, presidir

os funerais e se consagrar aos diversos serviços da caridade (58).

§1571.

A partir do II Concílio do Vaticano, a Igreja latina restabeleceu o diaconado “como grau próprio e permanente da hierarquia” (59), enquanto as Igrejas do Oriente o tinham sempre mantido. Este diaconado permanente, que pode ser conferido a homens casados, constitui um enriquecimento importante para a missão da Igreja. Com efeito, é apropriado e útil que homens, cumprindo na Igreja um ministério verdadeiramente diaconal, quer na vida litúrgica e pastoral, quer nas obras sociais e caritativas, “sejam fortificados pela imposição das mãos, transmitida

desde os Apóstolos e mais estreitamente ligados ao altar, para que cumpram o seu ministério mais eficazmente por meio da graça sacramental do diaconado" (60).

IV. A celebração deste sacramento

§1572.

A celebração da ordenação de um bispo, de presbíteros ou de diáconos, dada a sua importância na vida de uma Igreja particular, requer o concurso do maior número possível de fiéis. Terá lugar, de preferência, no domingo e na Sé catedral, com solenidade adequada à circunstância. As três ordenações - do bispo, do presbítero e do diácono - seguem o mesmo esquema. O lugar próprio de

sua celebração é dentro da Liturgia eucarística.

§1573.

O rito essencial do sacramento da Ordem é constituído, para os três graus, pela imposição das mãos, por parte do bispo, sobre a cabeça do ordinando, bem como pela oração consecratória específica, que pede a Deus a efusão do Espírito Santo e dos seus dons apropriados ao ministério para que é ordenado o candidato (61).

§1574.

Como em todos os sacramentos, ritos anexos envolvem a celebração. Variando muito nas diversas tradições litúrgicas, todos tem

um traço comum: expressam os múltiplos aspectos da graça sacramental. Assim, os ritos iniciais, no rito latino - a apresentação e a eleição do ordinando, a alocução do bispo, o interrogatório do ordinando, as ladainhas dos santos - atestam que a escolha do candidato se fez em conformidade com o costume da Igreja e preparam o ato solene da consagração, depois da qual, vários ritos vêm exprimir e completar, de modo simbólico, o mistério realizado. Para o bispo e para o sacerdote, a unção com o santo crisma, sinal da unção especial do Espírito Santo, que torna fecundo o seu ministério; entrega do livro, do Evangelho, do anel, da mitra e do báculo ao bispo, em sinal da sua missão apostólica de

anunciar a Palavra de Deus, da sua fidelidade à Igreja Esposa de Cristo, do seu múnus de pastor do rebanho do Senhor. Para o presbítero, entrega da patena e do cálice, "a oferenda do povo santo" (62) que ele é chamado a apresentar a Deus. Para o diácono, entrega do livro do Evangelho, pois acaba de receber a missão de anunciar o Evangelho de Cristo.

V. Quem pode conferir este sacramento?

§1575.

Foi Cristo quem escolheu os Apóstolos e lhes deu parte na sua missão e autoridade. Depois de ter subido à direita do Pai, Cristo não abandona o seu rebanho, antes, continuamente o guarda por meio dos Apóstolos e

com a sua proteção e continua a dirigi-lo através destes mesmos pastores que hoje prosseguem a sua obra (63). É, pois, Cristo "quem dá", a uns serem apóstolos, a outros serem pastores (64). E continua agindo por meio dos bispos (65).

§1576.

Uma vez que o sacramento da Ordem é o sacramento do ministério apostólico, pertence aos bispos, enquanto sucessores dos Apóstolos, transmitir "o dom espiritual" (66), "a semente apostólica" (67). Os bispos validamente ordenados, isto é, que estão na linha da sucessão apostólica, conferem validamente os três graus do sacramento da Ordem (68).

VI. Quem pode receber este sacramento?

§1577.

"Só o varão (*vir*) batizado pode receber validamente a sagrada ordenação" (69). O Senhor Jesus escolheu homens (*viri*) para formar o colégio dos Doze Apóstolos (70) e o mesmo fizeram os Apóstolos quando escolheram os seus colaboradores (71) para lhes sucederem no desempenho do seu ministério (72). O Colégio dos bispos, a que os presbíteros estão unidos no sacerdócio, torna presente e atualiza, até que Cristo volte, o Colégio dos Doze. A Igreja se reconhece vinculada por esta escolha feita pelo Senhor em pessoa.

É por isto que a ordenação das mulheres não é possível (73).

§1578.

Ninguém tem direito a receber o sacramento da Ordem. Com efeito, ninguém pode se arrogar tal encargo. É-se chamado a ele por Deus (74). Aquele que julga reconhecer em si sinais do chamamento divino ao ministério ordenado deve submeter humildemente o seu desejo à autoridade da Igreja, à qual incumbe a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber as Ordens. Como toda e qualquer graça, este sacramento só pode ser recebido como um dom imerecido.

§1579.

Todos os ministros ordenados da Igreja latina, à exceção dos diáconos permanentes, são normalmente escolhidos entre homens crentes que vivem celibatários e têm vontade de guardar o celibato "por amor ao Reino dos Céus" (Mt 19, 12). Chamados a se consagrarem totalmente ao Senhor e às "Suas coisas" (75), se dão por inteiro a Deus e às pessoas. O celibato é um sinal desta vida nova, para cujo serviço o ministro da Igreja é consagrado. Aceito com um coração alegre, anuncia de modo radioso o Reino de Deus (76).

§1580.

Nas Igrejas orientais vigora, desde há séculos, uma disciplina diferente. Enquanto os

bispos são escolhidos unicamente entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos e presbíteros. Esta prática é, desde há muito tempo, considerada legítima. Estes sacerdotes exercem um ministério frutífero nas suas comunidades (77). Mas, por outro lado, o celibato dos sacerdotes é tido em muita honra nas Igrejas orientais e são numerosos aqueles que livremente optam por ele, por amor ao Reino de Deus. Tanto no Oriente como no Ocidente, aquele que recebeu o sacramento da Ordem já não pode se casar.

VII. Os efeitos do sacramento da Ordem

O CARÁTER INDELÉVEL

§1581.

Este sacramento configura o ordinando com Cristo por uma graça especial do Espírito Santo, para servir de instrumento de Cristo em favor da sua Igreja. Pela ordenação, se recebe a capacidade de agir como representante de Cristo, Cabeça da Igreja, na sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

§1582.

Tal como no caso do Batismo e da Confirmação, esta participação na função de Cristo é dada uma vez por todas. O sacramento da

Ordem confere, também ele, um caráter espiritual indelével e não pode ser repetido nem conferido para um tempo limitado (78).

§1583.

Uma pessoa validamente ordenada pode, é certo, por graves motivos, ser dispensada das obrigações e funções decorrentes da ordenação ou ser proibido de exercê-las (79). Mas já não pode voltar a ser leigo, no sentido estrito (80), porque o caráter impresso pela ordenação fica para sempre. A vocação e a missão recebidas no dia da ordenação o marcam de modo permanente.

§1584.

Uma vez que é Cristo, afinal, quem age e opera a salvação através do ministro ordenado, a indignidade deste não impede Cristo de agir (81). Santo Agostinho diz isto numa linguagem vigorosa:

"Quanto ao ministro orgulhoso, deve ser contado juntamente com o diabo. E nem por isto se contamina o dom de Cristo. O que através de tal ministro se comunica conserva a sua pureza. O que passa por ele se mantém límpido e chega até à terra fértil. [...] De fato, a virtude espiritual do sacramento é semelhante à luz: os que devem ser iluminados a recebem na sua pureza e ela, embora atravesse seres manchados, não se suja" (82).

A GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO

§1585.

A graça do Espírito Santo própria deste sacramento consiste numa configuração com Cristo, Sacerdote, Mestre e Pastor, de quem o ordenado é constituído ministro.

§1586.

Para o bispo, é, em primeiro lugar, uma graça de fortaleza ("*Spiritum principalem* - Espírito soberano", isto é espírito que faz chefes, pede a oração de consagração do bispo, no rito latino (83)): a graça de guiar e defender, com força e prudência, a sua Igreja, como pai e pastor, com amor desinteressado para com todos e uma predileção pelos po-

bres, os enfermos e os necessitados (84). Esta graça o impele a anunciar o Evangelho a todos, a ser o modelo do seu rebanho, a ir adiante dele no caminho da santificação, se identificando, na Eucaristia, com Cristo sacerdote e vítima, sem recear dar a vida pelas suas ovelhas.

"Ó Pai, que conheceis os corações, concedei ao vosso servo, que escolhestes para o episcopado, a graça de apascentar o vosso santo rebanho e de exercer, de modo irrepreensível, diante de Vós, o supremo sacerdócio, Vos servindo noite e dia. Que ele torne propício o vosso rosto e ofereça os dons da vossa santa Igreja; tenha, em virtude do Espírito do supremo sacerdócio, o poder de perdoar os

pecados segundo o vosso mandamento; distribua os cargos segundo a vossa ordem e desligue de todo vínculo, pelo poder que Vós destes aos Apóstolos. Que ele Vos agrade pela sua doçura e coração puro, Vos oferecendo um perfume agradável, por vosso Filho Jesus Cristo...” (85).

§1587.

O dom espiritual conferido pela ordenação presbiterial está expresso nesta oração própria do rito bizantino. O bispo, impondo as mãos, diz, entre outras coisas: “Senhor, enchei com o dom do Espírito Santo aquele que Vos dignastes elevar ao grau de presbítero, para que seja digno de se manter irrepreensível diante do vosso altar, de anunciar o E-

vangelho do vosso Reino, de desempenhar o ministério da vossa Palavra de verdade, de Vos oferecer dons e sacrifícios espirituais, de renovar o vosso povo pelo banho da regeneração, de modo que ele próprio vá ao encontro do nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo, vosso Unigênito, no dia da sua segunda vinda e receba, da vossa imensa bondade, a recompensa de um fiel desempenho do seu ministério" (86).

§1588.

Quanto aos diáconos, "fortalecidos pela graça sacramental, servem o povo de Deus na "diaconia" da Liturgia, da palavra e da caridade em comunhão com o bispo e o seu presbitério" (87).

§1589.

Perante a grandeza da graça e do múnus sacerdotais, os santos doutores sentiram o apelo urgente à conversão, a fim de corresponderem, por toda a sua vida, Àquele de Quem o sacramento os constituiu ministros. É assim que São Gregório de Nazianzo, ainda jovem presbítero, exclama:

"Temos de começar por nos purificar, antes de purificarmos os outros. Temos de ser instruídos, para podermos instruir. Temos de nos tornar luz para iluminar, de nos aproximar de Deus, para podermos aproximar d'Ele os outros, ser santificados para santificar, conduzir pela mão e aconselhar com inteligência" (88). "Eu sei de Quem somos minis-

tros, a que nível nos encontramos e para onde nos dirigimos. Conheço as alturas de Deus e a fraqueza do ser humano, mas também a sua força" (89). [Quem é, pois, o sacerdote? Ele é] "o defensor da verdade, se eleva com os anjos, glorifica com os arcanjos, faz subir, ao altar do Alto, as vítimas dos sacrifícios, participa do sacerdócio de Cristo, remodela a criatura, restaura [nela] a imagem [de Deus], a recria para o mundo do Alto e, para dizer o que há de mais sublime, é divinizado e diviniza" (90).

E, diz o santo Cura d'Ars: "É o sacerdote quem continua a obra da redenção na terra"... "Se bem se compreendesse o que o sacerdote é na terra, se morreria, não de medo,

mas de amor" [...]. "O sacerdócio é o amor ao Coração de Jesus" (91).

Resumindo:

§1590.

São Paulo disse ao seu discípulo Timóteo: "Exorto-te a que reavives o dom que Deus depositou em ti, pela imposição das minhas mãos" (2 Tm 1, 6) e "aquele que aspira ao lugar de bispo, aspira a uma nobre função" (1 Tm 3, 1). A Tito, o mesmo Apóstolo disse: "Se te deixei em Creta, foi para acabares de organizar o que faltava e estabelecer anciãos em cada cidade, como te havia ordenado" (Tt 1, 5).

§1591.

A Igreja é, na sua totalidade, um povo sacerdotal. Graças ao Batismo, todos os fiéis participam do sacerdócio de Cristo. Esta participação se chama “sacerdócio comum dos fiéis”. Na base deste sacerdócio e ao seu serviço existe outra participação na missão de Cristo: a do ministério conferido pelo sacramento da Ordem, cuja missão é servir em nome e na pessoa de Cristo Cabeça no meio da comunidade.

§1592.

O sacerdócio ministerial difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis, porque confere um poder sagrado para o serviço aos mesmos fiéis. Os ministros ordenados

exercem o seu serviço junto ao povo de Deus pelo ensino (*munus docendi*), pelo culto divino (*munus liturgicum*) e pelo governo pastoral (*munus regendi*).

§1593.

Desde as origens, o ministério ordenado foi conferido e exercido em três graus: o dos bispos, o dos presbíteros e o dos diáconos. Os ministérios conferidos pela ordenação são insubstituíveis na estrutura orgânica da Igreja. Sem bispo, presbíteros e diáconos, não pode se falar de Igreja (92).

§1594.

O bispo recebe a plenitude do sacramento da Ordem que o insere no colégio episcopal e

faz dele o chefe visível da Igreja particular que lhe é confiada. Os bispos, enquanto sucessores dos Apóstolos e membros do Colégio, têm parte na responsabilidade apostólica e na missão de toda a Igreja, sob a autoridade do Papa, sucessor de São Pedro.

§1595.

Os presbíteros estão unidos aos bispos na dignidade sacerdotal e, ao mesmo tempo, dependem deles no exercício das suas funções pastorais. Eles são chamados a serem os cooperadores providentes dos bispos; formam, à volta do seu bispo, o presbitério, que assume com ele a responsabilidade da Igreja particular. Os presbíteros recebem do bispo o

encargo de uma comunidade paroquial ou de uma função eclesial determinada.

§1596.

Os diáconos são ministros ordenados para as tarefas de serviço da Igreja. Eles não recebem o sacerdócio ministerial, mas a ordenação lhes confere funções importantes no ministério da Palavra, no culto divino, no governo pastoral e no serviço da caridade; encargos que eles devem desempenhar sob a autoridade pastoral do seu bispo.

§1597.

O sacramento da Ordem é conferido pela imposição das mãos, seguida de uma solene oração consecratória que pede a Deus, para o

ordenando, as graças do Espírito Santo requeridas para o seu ministério. A ordenação imprime um caráter sacramental indelével.

§1598.

A Igreja confere o sacramento da Ordem somente a homens (*viris*) batizados, cujas aptidões para o exercício do ministério tenham sido devidamente reconhecidas. Compete à autoridade da Igreja a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber a Ordem.

§1599.

Na Igreja latina, o sacramento da Ordem para o presbiterado, normalmente é conferido apenas a candidatos decididos a abraçar

livremente o celibato e que manifestem publicamente a sua vontade de guardá-lo por amor ao Reino de Deus e ao serviço às pessoas.

§1600.

Pertence aos bispos o direito de conferir o sacramento da Ordem nos seus três graus.

ARTIGO 2: O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

§1601.

“O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre eles a comunhão íntima de toda a vida, ordenado, por sua índole natural, ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole entre os batizados,

foi elevado por Cristo Senhor à dignidade de sacramento" (93).

I. O matrimônio no desígnio de Deus

§1602.

A Sagrada Escritura começa pela criação do homem e da mulher, à imagem e semelhança de Deus (94) e termina com a visão das "núpcias do Cordeiro" (Ap 19, 9) (95). Do princípio ao fim, a Escritura fala do matrimônio e do seu "mistério", da sua instituição e do sentido que Deus lhe deu, da sua origem e da sua finalidade, das suas diversas realizações ao longo da história da salvação, das suas dificuldades nascidas do pecado e da

sua renovação “no Senhor” (1 Cor 7, 39), na Nova Aliança de Cristo e da Igreja (96).

O MATRIMÔNIO NA ORDEM DA CRIAÇÃO

§1603.

“A íntima comunidade da vida e do amor conjugal foi fundada pelo Criador e dotada de leis próprias [...]. O próprio Deus é o autor do matrimônio” (97). A vocação para o matrimônio está inscrita na própria natureza do homem e da mulher, tais como saíram das mãos do Criador. O matrimônio não é uma instituição puramente humana, apesar das numerosas variações a que esteve sujeito no decorrer dos séculos, nas diferentes culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais. Tais

diversidades não devem fazer com que sejam esquecidos os traços comuns e permanentes. Muito embora a dignidade desta instituição nem sempre e nem por toda a parte transpareça com a mesma clareza (98) existe, no entanto em todas as culturas, certo sentido da grandeza da união matrimonial, porque “a saúde da pessoa e da sociedade está estreitamente ligada a uma situação feliz da comunidade conjugal e familiar” (99).

§1604.

Deus, que criou o ser humano por amor, também o chamou ao amor, vocação fundamental e inata de todo ser humano, porque o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus (100), que é amor (1 Jo 4, 8-16).

Tendo-os Deus criado homem e mulher, o amor mútuo entre os dois se torna imagem do amor absoluto e indefectível com que Deus ama o ser humano. É bom, muito bom, aos olhos do Criador (101). E este amor, que Deus abençoa, está destinado a ser fecundo e a se realizar na obra comum do cuidado com a criação. “Deus os abençoou e lhes disse: "Sede fecundos e vos multiplicai. Enchei a terra e a submetei"” (Gn 1, 28).

§1605.

Que o homem e a mulher tenham sido criados um para o outro, o afirma a Sagrada Escritura: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2, 18). A mulher, “carne da sua carne” (102), isto é, sua igual, a criatura mais

parecida com ele, lhe é dada por Deus como uma "auxiliar" (103), representando assim aquele "Deus que é o nosso auxílio" (104). "Por este motivo, o homem deixará o pai e a mãe, para se unir à sua mulher e os dois serão uma só carne" (Gn 2, 24). Que isto significa uma unidade indefectível das duas vidas, o próprio Senhor o mostra, ao lembrar qual foi, "no princípio", o desígnio do Criador (105): "Portanto, já não são dois, mas uma só carne" (Mt 19, 6).

O MATRIMÔNIO SOB O REGIME DO PECADO

§1606.

Todo ser humano faz a experiência do mal, à sua volta e em si mesmo. Esta experiência

se faz sentir também nas relações entre o homem e a mulher. Desde sempre, a união de ambos foi ameaçada pela discórdia, o espírito de domínio, a infidelidade, o ciúme e conflitos capazes de ir até o ódio e à ruptura. Esta desordem pode se manifestar de um modo mais ou menos agudo e ser mais ou menos ultrapassada, conforme as culturas, as épocas, os indivíduos. Mas parece, sem dúvida, ter um caráter universal.

§1607.

Segundo a fé, esta desordem, que dolorosamente comprovamos, não procede da natureza do homem e da mulher, nem da natureza das suas relações, mas do pecado. Ruptura com Deus, o primeiro pecado teve como

primeira consequência a ruptura da comunhão original entre o homem e a mulher. As suas relações são distorcidas por acusações recíprocas (106); a atração mútua, dom próprio do Criador (107), se converte em relação de domínio e de cupidez (108); a esplêndida vocação do homem e da mulher para serem fecundos, se multiplicarem e submeterem a terra (109) fica sujeita às dores do parto e do ganha-pão (110).

§1608.

No entanto, a ordem da criação subsiste, apesar de gravemente perturbada. Para curar as feridas do pecado, o homem e a mulher precisam da ajuda da graça que Deus, na sua misericórdia infinita, nunca lhes recusou

(111). Sem esta ajuda, o homem e a mulher não podem chegar a realizar a união das suas vidas para a qual Deus os criou “no princípio”.

O MATRIMÔNIO SOB A PEDAGOGIA DA LEI

§1609.

Na sua misericórdia, Deus não abandonou o ser humano pecador. As penas que se seguiram ao pecado, “as dores do parto” (112), o trabalho “com o suor do rosto” (Gn 3, 19), constituem também remédios que reduzem os malefícios do pecado. Depois da queda, o matrimônio ajuda a superar o autoisolamento, o egoísmo, a busca do próprio

prazer e a se abrir ao outro, à mútua ajuda, à doação de si mesmo.

§1610.

A consciência moral com relação à unidade e indissolubilidade do matrimônio se desenvolveu sob a pedagogia da antiga Lei. A poligamia dos Patriarcas e dos reis ainda não era explicitamente rejeitada. No entanto, a Lei dada a Moisés visa proteger a mulher contra um domínio arbitrário por parte do homem, ainda que a mesma Lei comporte também, segundo a palavra do Senhor, vestígios da "dureza do coração" humano, em razão da qual, Moisés permitiu o repúdio da mulher (113).

§1611.

Ao verem a Aliança de Deus com Israel sob a imagem de um amor conjugal exclusivo e fiel (114), os Profetas prepararam a consciência do povo eleito para uma compreensão aprofundada da unicidade e indissolubilidade do matrimônio (115). Os livros de Rute e de Tobias dão testemunhos comoventes do elevado sentido do matrimônio, da fidelidade e da ternura dos esposos. E a Tradição sempre viu no Cântico dos Cânticos uma expressão única do amor humano enquanto reflexo do amor de Deus, amor "forte como a morte", que "nem as águas caudalosas conseguem apagar" (Ct 8, 6-7).

O MATRIMÔNIO NO SENHOR

§1612.

A aliança nupcial entre Deus e o seu povo Israel tinha preparado a Aliança nova e eterna, pela qual o Filho de Deus, encarnando e dando a sua vida, uniu a Ele, de certo modo, toda a humanidade por Ele salva (116), preparando assim as "núpcias do Cordeiro" (117).

§1613.

No umbral da sua vida pública, Jesus realiza o seu primeiro sinal - a pedido da sua Mãe - por ocasião de uma festa de casamento (118). A Igreja atribui uma grande importância à presença de Jesus nas bodas de Caná.

Ela vê, nesse fato, a confirmação da bondade do matrimônio e o anúncio de que, doravante, o matrimônio seria um sinal eficaz da presença de Cristo.

§1614.

Na sua pregação, Jesus ensinou, sem equívocos, o sentido original da união entre o homem e a mulher, tal como o Criador a quis no princípio. A permissão de repudiar a sua mulher, dada por Moisés, foi uma concessão à dureza do coração (119). A união matrimonial entre o homem e a mulher é indissolúvel. Foi o próprio Deus que a estabeleceu: “Não separe, pois, o ser humano, o que Deus uniu” (Mt 19, 6).

§1615.

Esta insistência inequívoca na indissolubilidade do vínculo matrimonial pode criar perplexidade e aparecer como uma exigência impraticável (120). No entanto, Jesus não impôs aos esposos um fardo impossível de levar e pesado demais (121), mais pesado do que a Lei de Moisés. Tendo vindo restabelecer a ordem original da criação, perturbada pelo pecado, ele próprio dá a força e a graça para viver o matrimônio na dimensão nova do Reino de Deus. É seguindo a Cristo, na renúncia a si próprios e tomando a sua cruz (122), que os esposos poderão "compreender" (123) o sentido original do matrimônio e vivê-lo com a ajuda de Cristo. Esta graça do

Matrimônio cristão é fruto da cruz de Cristo, fonte de toda a vida cristã.

§1616.

É o que o Apóstolo Paulo nos dá a entender, quando diz: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e Se entregou por ela, a fim de santificá-la” (Ef 5, 25-26) e acrescenta imediatamente: “Por isto o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher e serão, os dois, uma só carne. É grande este mistério. Digo: em relação a Cristo e à Igreja” (Ef 5, 31-32).

§1617.

Toda a vida cristã tem a marca do amor esponsal entre Cristo e a Igreja. Já o Batismo,

entrada para o povo de Deus, é um mistério nupcial. Ele é, por assim dizer, o banho de núpcias (124) que precede o banquete das bodas: a Eucaristia. O Matrimônio cristão, por sua vez, se torna sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo com a Igreja. E, uma vez que significa e comunica a graça desta aliança, o Matrimônio entre batizados é um verdadeiro sacramento da Nova Aliança (125).

A VIRGINDADE POR AMOR AO REINO

§1618.

Cristo é o centro de toda a vida cristã. A união com Ele prevalece sobre todas as outras, quer se trate de laços familiares, quer sociais (126). Desde o princípio da Igreja,

houve homens e mulheres que renunciaram ao grande bem do matrimônio, para seguirem o Cordeiro aonde quer que Ele vá (127), para cuidarem das coisas do Senhor, para procurarem agradá-Lo, para saírem ao encontro do Esposo que vem (128). O próprio Cristo convidou alguns a O seguirem neste modo de vida de que Ele é o modelo.

"Há eunucos que nasceram assim desde o ventre materno. Há os que foram feitos eunucos pelos seres humanos e há os que a si mesmos se fizeram eunucos por amor ao Reino dos Céus. Quem puder entender entenda!" (Mt 19, 12).

§1619.

A virgindade por amor ao Reino dos Céus é um desenvolvimento da graça batismal, um sinal poderoso da preeminência da união com Cristo e da espera fervorosa do seu regresso; um sinal que lembra também que o matrimônio é uma realidade do tempo presente, que é passageiro (130).

§1620.

Tanto o sacramento do Matrimônio quanto a virgindade por amor ao Reino de Deus vêm do próprio Senhor. É Ele que lhes dá sentido e concede a graça indispensável para serem vividos em conformidade com a sua vontade (131). A estima pela virgindade por amor ao Reino (132) e o sentido cristão do

matrimônio são inseparáveis e se favorecem mutuamente.

"Denegrir o Matrimônio é, ao mesmo tempo, diminuir a glória da virgindade; enaltecê-lo é realçar a admiração devida à virgindade [...], porque, no fim de contas, o que só em comparação com um mal parece bom não pode ser um verdadeiro bem, mas o que ainda é melhor do que bens incontestados, isso é que é o bem por excelência" (133)

II. A celebração do Matrimônio

§1621.

No rito latino, a celebração do Matrimônio entre dois fiéis católicos tem lugar, normalmente, no decorrer da santa Missa, em virtu-

de da ligação de todos os sacramentos com o mistério pascal de Cristo (134). Na Eucaristia se realiza o memorial da Nova Aliança, pela qual Cristo se uniu para sempre à Igreja, sua Esposa bem-amada, por quem se entregou (135). Por isto, é conveniente que os esposos selem o seu consentimento à doação recíproca pela oferenda das próprias vidas, unindo-a à oblação de Cristo pela sua Igreja, tornada presente no sacrifício eucarístico e recebendo a Eucaristia, para que, comungando o mesmo corpo e o mesmo sangue de Cristo, "formem um só corpo" em Cristo (136).

§1622.

"Enquanto ação sacramental de santificação, a celebração litúrgica do Matrimônio [...]

deve ser, por ela mesma, válida, digna e frutífera" (137). Por isto, é conveniente que os futuros esposos se preparem para a celebração do seu Matrimônio, recebendo o sacramento da Penitência.

§1623.

Segundo a tradição latina, são os esposos quem, como ministros da graça de Cristo, mutuamente se conferem o sacramento do Matrimônio, ao expressarem, perante a Igreja, o seu consentimento. Nas tradições das Igrejas orientais, os sacerdotes que oficiam - bispos ou presbíteros - são testemunhas do mútuo consentimento manifestado pelos esposos (138), mas a sua bênção também é necessária para a validade do sacramento (139).

§1624.

As diversas liturgias são ricas em orações de bênção e de epiclese, pedindo a Deus a sua graça e invocando a sua bênção sobre o novo casal, especialmente sobre a esposa. Na epiclese deste sacramento, os esposos recebem o Espírito Santo como comunhão do amor de Cristo e da Igreja (140). É Ele o selo da aliança de ambos, a fonte sempre oferecida do seu amor, a força pela qual se renovará a sua fidelidade.

III. O consentimento matrimonial

§1625.

Os protagonistas da aliança matrimonial são um homem e uma mulher batizados, li-

vres para contrair Matrimônio e que livremente expressam o seu consentimento. “Ser livre” quer dizer:

- não ser constrangido;

- não estar impedido por nenhuma lei natural nem eclesiástica.

§1626.

A Igreja considera a permuta dos consentimentos entre os esposos como o elemento indispensável “que constitui o Matrimônio” (141). Se faltar o consentimento, não há Matrimônio.

§1627.

O consentimento consiste num “ato humano pelo qual os esposos se dão e se rece-

bem mutuamente" (142): "Eu te recebo por minha esposa. Eu te recebo por meu esposo" (143). Este consentimento, que une os esposos entre eles, tem a sua consumação no fato de os dois "se tornarem uma só carne" (144).

§1628.

O consentimento deve ser um ato da vontade de cada um dos contratantes, livre de violência ou de grave temor externo (145). Nenhum poder humano pode substituir a este consentimento (146). Faltando esta liberdade, o matrimônio é inválido.

§1629.

Por este motivo (ou por outras razões, que tornem nulo ou não realizado o casamento)

(147), a Igreja pode, depois de examinada a situação pelo tribunal eclesiástico competente, declarar “a nulidade do Matrimônio”, ou seja, que o Matrimônio nunca existiu. Em tal caso, os contratantes ficam livres para se casarem, salvaguardadas as obrigações naturais resultantes da união anterior (148).

§1630.

O sacerdote (ou o diácono) que assiste à celebração do Matrimônio recebe o consentimento dos esposos em nome da Igreja e dá a bênção da Igreja. A presença do ministro da Igreja (bem como das testemunhas) expressa visivelmente que o Matrimônio é uma realidade eclesial.

§1631.

É por este motivo que, normalmente, a Igreja exige, para os seus fiéis, a forma eclesiástica da celebração do Matrimônio (149). Muitas razões concorrem para explicar esta determinação:

- o Matrimônio sacramental é um ato litúrgico. Portanto, é conveniente que seja celebrado na Liturgia pública da Igreja;

- o Matrimônio introduz num *ordo eclesial*, cria direitos e deveres na Igreja entre os esposos e para com os filhos;

- uma vez que o Matrimônio é um estado de vida na Igreja, é necessário que haja a certeza a respeito dele (daí a obrigação de haver testemunhas);

- o caráter público do consentimento protege o “sim” uma vez dado e ajuda a permanecer fiel ele.

§1632.

Para que o “sim” dos esposos seja um ato livre e responsável e para que a aliança matrimonial tenha bases humanas e cristãs sólidas e duradouras, é de primordial importância a preparação para o matrimônio:

O exemplo e o ensino dados pelos pais e pelas famílias continuam a ser o caminho privilegiado desta preparação.

O papel dos pastores e da comunidade cristã, como “família de Deus”, é indispensável para a transmissão dos valores humanos e cristãos do Matrimônio e da família (150) e

isto tanto mais quanto é certo que, nos nossos dias, muitos jovens conhecem a experiência de lares desfeitos que já não garantem suficientemente aquela iniciação:

"Os jovens devem ser, conveniente e oportunamente, instruídos, sobretudo no seio da própria família, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. Deste modo, educados na estima pela castidade, poderão passar, chegada a idade conveniente, de um noivado honesto para o matrimônio" (151).

CASAMENTOS MISTOS E DISPARIDADE DE CULTOS

§1633.

Em muitos países, a situação do matrimônio misto (entre um católico e um batizado

não católico) se apresenta de modo bastante frequente. Tal situação pede uma atenção particular dos cônjuges e dos pastores. O caso dos casamentos com disparidade de culto (entre um católico e um não batizado) exige uma atenção ainda maior.

§1634.

A diferença de confissão religiosa entre os cônjuges não constitui um obstáculo insuperável para o Matrimônio, quando eles conseguem pôr em comum o que cada um recebeu na sua comunidade e aprender, um com o outro, o modo como cada um vive a sua fidelidade a Cristo. Mas as dificuldades dos matrimônios mistos nem por isto devem ser subestimadas. São devidas ao fato de a sepa-

ração dos cristãos ainda não ter sido superada. Os esposos se arriscam a vir a se ressentir com o drama da desunião entre os cristãos no seio do próprio lar. A disparidade de culto pode agravar ainda mais estas dificuldades. As divergências em relação à fé, o próprio conceito do Matrimônio e ainda as diferentes mentalidades religiosas podem constituir uma fonte de tensões no Matrimônio, principalmente por causa da educação dos filhos. Pode então surgir uma tentação: a indiferença religiosa.

§1635.

Segundo o direito em vigor na Igreja latina, um Matrimônio misto precisa da permissão expressa da autoridade eclesiástica (152)

para a respectiva liceidade. Em caso de disparidade de culto, é requerida uma dispensa expressa do impedimento para a validade do Matrimônio (153). Tanto a permissão como a dispensa supõem que as duas partes conhecem e não rejeitam os fins e propriedades essenciais do Matrimônio e também que a parte católica confirma os seus compromissos, dados também a conhecer expressamente à parte não católica, de conservar a sua fé e de assegurar o Batismo e a educação dos filhos na Igreja Católica (154).

§1636.

Em muitas regiões, graças ao diálogo ecumênico, as respectivas comunidades cristãs puderam organizar uma pastoral comum

para os casamentos mistos. O seu papel consiste em ajudar os casais a viverem a sua situação particular à luz da fé. Ela deve também ajudá-los a superar as tensões entre as obrigações dos cônjuges um para com o outro e para com as respectivas comunidades eclesiais. Deve estimular o desenvolvimento do que lhes é comum na fé e o respeito pelo que os divide.

§1637.

Nos casamentos com disparidade de culto, o cônjuge católico tem uma tarefa particular a cumprir, “porque o marido não crente é santificado pela sua mulher e a mulher não crente é santificada pelo marido crente” (1 Cor 7, 14). Será uma grande alegria, para o

cônjuge cristão e para a Igreja, se esta "santificação" levar à conversão livre do outro à fé cristã (155). O amor conjugal sincero, a prática humilde e paciente das virtudes familiares e a oração perseverante podem preparar o cônjuge não crente para receber a graça da conversão.

IV. Os efeitos do sacramento do Matrimônio

§1638.

"Do Matrimônio válido se origina, entre os cônjuges, um vínculo de sua natureza perpétuo e exclusivo. No matrimônio cristão, além disto, são os cônjuges robustecidos e como que consagrados por um sacramento peculiar

para os deveres e dignidade do seu estado" (156).

O VÍNCULO MATRIMONIAL

§1639.

O consentimento, pelo qual os esposos mutuamente se dão e se recebem é selado pelo próprio Deus (157). Da sua aliança "nasce uma instituição, também à face da sociedade, tornada firme e estável pela lei divina" (158). A aliança dos esposos é integrada na aliança de Deus com os seres humanos: "O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino" (159).

§1640.

O vínculo matrimonial é, portanto, estabelecido pelo próprio Deus, de maneira que o matrimônio ratificado e consumado entre batizados não pode jamais ser dissolvido. Este vínculo, resultante do ato humano livre dos esposos e da consumação do matrimônio, é, a partir de então, uma realidade irrevogável e dá origem a uma aliança garantida pela fidelidade de Deus. A Igreja não tem poder para se pronunciar contra esta disposição da sabedoria divina (160).

A GRAÇA DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

§1641.

Os esposos cristãos, “no seu estado de vida e na sua ordem, têm, no povo de Deus, os seus dons próprios” (161). Esta graça própria do sacramento do Matrimônio se destina a aperfeiçoar o amor dos cônjuges e a fortalecer a sua unidade indissolúvel. Por meio desta graça, “eles se auxiliam mutuamente para chegarem à santidade pela vida conjugal e pela procriação e educação dos filhos” (162).

§1632.

Cristo é a fonte desta graça. “Assim como outrora Deus veio ao encontro do seu povo com uma aliança de amor e fidelidade, assim,

agora, o Salvador dos seres humanos e Esposo da Igreja vem ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do Matrimônio" (163), fica com eles, lhes dá a coragem de O seguirem tomando sobre si a sua cruz, de se levantarem depois das quedas, de se perdoarem mutuamente, de levarem o fardo um do outro (164), de serem "submissos um ao outro no temor a Cristo" (Ef 5, 21) e de se amarem com um amor sobrenatural, delicado e fecundo. Nas alegrias do seu amor e da sua vida familiar ele lhes dá, já neste mundo, um antegosto do festim das núpcias do Cordeiro.

"Onde irei buscar forças para descrever, de modo satisfatório, a felicidade do Matrimônio que a Igreja une, que a oblação eucarísti-

ca confirma e a bênção sela? Os anjos o proclamam, o Pai celeste o ratifica [...] Que jugo o de dois cristãos, unidos por uma só esperança, um único desejo, uma única disciplina, um mesmo serviço! Ambos filhos do mesmo Pai, servos do mesmo Senhor. Nada os separa, nem no espírito nem na carne e, pelo contrário, eles são verdadeiramente dois numa só carne. Ora, onde a carne é uma só, também um só é o espírito" (165).

V. Os bens e as exigências do amor conjugal

§1643.

"O amor conjugal comporta um todo em que entram todas as componentes da pessoa: apelo do corpo e do instinto, força do senti-

mento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade. Ele visa uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, conduz à formação de um só coração e de uma só alma. Ele exige a indissolubilidade e a fidelidade na doação recíproca definitiva e se abre à fecundidade. Trata-se, é claro, das características normais de todo o amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e consolida, mas as eleva ao ponto de fazer delas a expressão de valores especificamente cristãos" (166).

A UNIDADE E A INDISSOLUBILIDADE DO MATRIMÔNIO

§1644.

Pela sua própria natureza, o amor entre os esposos exige a unidade e a indissolubilidade da sua comunidade de pessoas, a qual engloba toda a sua vida. “Assim, já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19, 6) (167). “Eles são chamados a crescer incessantemente na sua comunhão, através da fidelidade quotidiana à promessa da mútua doação total que o Matrimônio implica” (168). Esta comunhão humana é confirmada, purificada e aperfeiçoada pela comunhão em Jesus Cristo, conferida pelo sacramento do Matrimônio e se apro-

funda pela vida na fé comum e pela Eucaristia recebida em comum.

§1645.

"A igual dignidade pessoal que se deve reconhecer à mulher e ao homem no amor pleno que têm um pelo outro manifesta claramente a unidade do Matrimônio, confirmada pelo Senhor" (169). A poligamia é contrária a esta igual dignidade e ao amor conjugal, que é único e exclusivo (170).

A FIDELIDADE DO AMOR CONJUGAL

§1646.

Pela sua própria natureza, o amor conjugal exige dos esposos uma fidelidade inviolável. Esta é uma consequência da doação de si

mesmos que os esposos fazem um ao outro. O amor quer ser definitivo. Não pode ser “até nova ordem”. “Esta união íntima, enquanto doação recíproca de duas pessoas, tal como o bem dos filhos, exige a inteira fidelidade entre os cônjuges e reclama a sua união indissolúvel” (171).

§1647.

O motivo mais profundo se encontra na fidelidade de Deus à sua aliança, de Cristo à sua Igreja. Pelo sacramento do Matrimônio, os esposos ficam habilitados a representar esta fidelidade e a dar testemunho dela. Pelo sacramento, a indissolubilidade do Matrimônio adquire um sentido novo e mais profundo.

§1648.

Pode parecer difícil e até impossível se ligar por toda a vida a um ser humano. Por isto mesmo, é da maior importância anunciar a Boa Nova de que Deus nos ama com um amor definitivo e irrevogável, de que os esposos participam neste amor que os conduz e sustém e de que, pela sua fidelidade, podem ser testemunhas do amor fiel de Deus. Os esposos que, com a graça de Deus, dão este testemunho, muitas vezes em condições bem difíceis, merecem a gratidão e o amparo da comunidade eclesial (172).

§1649.

No entanto, há situações em que a coabitação matrimonial se torna praticamente im-

possível pelas mais diversas razões. Em tais casos, a Igreja admite a separação física dos esposos e o fim da coabitação. Mas os esposos não deixam de ser marido e mulher perante Deus e não são livres para contrair nova união. Nesta situação difícil, a melhor solução seria, se possível, a reconciliação. A comunidade cristã é chamada a ajudar estas pessoas a viverem cristãmente a sua situação na fidelidade ao vínculo do seu Matrimônio, que continua indissolúvel (173).

§1650.

Hoje em dia e em muitos países, são numerosos os católicos que recorrem ao divórcio em conformidade com as leis civis e que contraem civilmente uma nova união. A Igre-

ja mantém, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo ("quem repudia a sua mulher e casa com outra comete adultério em relação à primeira e se uma mulher repudia o seu marido e casa com outro, comete adultério": Mc 10, 11-12), que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro Matrimônio foi válido. Se os divorciados se casam civilmente, ficam numa situação objetivamente contrária à lei de Deus. Por isto, não podem se aproximar da comunhão eucarística enquanto persistir tal situação. Pelo mesmo motivo, ficam impedidos de exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação, por meio do sacramento da Penitência, só pode ser dada àqueles que se arrepende-

rem de terem violado o sinal da Aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometerem a viver em continência completa.

§1651.

Com respeito a cristãos que vivem nesta situação e que muitas vezes conservam a fé e desejam educar cristãmente os seus filhos, os sacerdotes e toda a comunidade devem dar provas de uma solicitude atenta, para que eles não se sintam separados da Igreja em cuja vida podem e devem participar como batizados que são.

"Serão convidados a ouvir a Palavra de Deus, a assistir ao sacrifício da Missa, a perseverar na oração, a prestar o seu contributo às obras de caridade e às iniciativas da co-

munidade em prol da justiça, a educar os seus filhos na fé cristã, a cultivar o espírito de penitência e a cumprir os atos respectivos, a fim de implorarem, dia após dia, a graça de Deus" (174).

A ABERTURA À FECUNDIDADE

§1652.

"Pela sua própria natureza, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados à procriação e à educação dos filhos, que constituem o ponto alto da sua missão e a sua coroa".

"Os filhos são, sem dúvida, o mais excelente dom do Matrimônio e contribuem muitíssimo para o bem dos próprios pais. O mesmo

Deus que disse: "não é bom que o homem esteja só" (Gn 2, 18) e que "desde o princípio fez o ser humano homem e mulher" (Mt 19, 4), querendo lhe comunicar uma participação especial na sua obra criadora, abençoou o homem e a mulher dizendo: "Sede fecundos e multiplicai-vos" (Gn 1, 28). Por isto, o culto autêntico do amor conjugal e toda a vida familiar que dele nasce, sem pôr de lado os outros fins do Matrimônio, tendem a que os esposos, com fortaleza de ânimo, estejam dispostos a colaborar com o amor do Criador e do Salvador, que, por meio deles, aumenta continuamente e enriquece a sua família" (176).

§1653.

A fecundidade do amor conjugal se estende aos frutos da vida moral, espiritual e sobrenatural que os pais transmitem aos filhos pela educação. Os pais são os principais e primeiros educadores dos seus filhos (177). Neste sentido, a missão fundamental do Matrimônio e da família é estar à serviço da vida (178).

§1654.

Os esposos a quem Deus não concedeu a graça de ter filhos podem, no entanto, ter uma vida conjugal cheia de sentido, humana e cristãmente falando. O Matrimônio deles pode irradiar uma fecundidade de caridade, de acolhimento e de sacrifício.

VI. A Igreja doméstica

§1655.

Cristo quis nascer e crescer no seio da Sagrada Família de José e de Maria. A Igreja outra coisa não é senão a “família de Deus”. Desde as suas origens, o núcleo aglutinante da Igreja era, muitas vezes, constituído por aqueles que, “com toda a sua casa”, se tinham tornado crentes” (179). Quando se convertiam, desejavam que também “toda a sua casa” fosse salva (180). Estas famílias, que passaram a ser crentes eram pequenas ilhas de vida cristã no meio de um mundo descrente.

§1656.

Nos nossos dias, num mundo muitas vezes estranho e até hostil à fé, as famílias crentes são de primordial importância, como focos de fé viva e irradiante. É por isto que o II Concílio do Vaticano chama à família, segundo uma antiga expressão, "*Ecclesia domestica* - Igreja doméstica" (181). É no seio da família que os pais são, "pela palavra e pelo exemplo [...], os primeiros arautos da fé para os seus filhos, ao serviço da vocação própria de cada um e muito especialmente da vocação consagrada" (182).

§1657.

É aqui que se exerce, de modo privilegiado, o sacerdócio batismal do pai de família,

da mãe, dos filhos, de todos os membros da família, “na recepção dos sacramentos, na oração, na ação de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade efetiva” (183). O lar é, assim, a primeira escola de vida cristã e “uma escola de enriquecimento humano” (184). É aqui que se aprende a tenacidade e a alegria no trabalho, o amor fraterno, o perdão generoso e sempre renovado e, sobretudo, o culto divino, pela oração e pelo oferecimento da própria vida.

§1658.

Não podem ser esquecidas também certas pessoas que estão, em virtude das condições concretas em que têm de viver, muitas vezes sem assim o terem desejado, particularmente

próximas do coração de Cristo e que merecem, portanto, a estima e a solicitude atenta da Igreja, particularmente dos pastores: o grande número de pessoas celibatárias. Muitas delas ficam sem família humana, frequentemente devido a condições de pobreza. Algumas vivem a sua situação no espírito das bem-aventuranças, servindo a Deus e ao próximo de modo exemplar. Mas a todas é necessário abrir as portas dos lares, “igrejas domésticas” e da grande família que é a Igreja. “Ninguém se sinta privado de família neste mundo. A Igreja é casa e família para todos e, especialmente, para quantos estão "cansados e oprimidos" (Mt 11, 28)” (185).

Resumindo:

§1659.

São Paulo diz: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja [...]. É grande este mistério, que eu refiro a Cristo e à Igreja” (Ef 5, 25-32).

§1660.

A aliança matrimonial, pela qual um homem e uma mulher constituem entre eles uma comunidade íntima de vida e de amor, foi fundada e dotada das suas leis próprias pelo Criador. Pela sua natureza, se destina ao bem dos cônjuges, assim como à procriação e educação dos filhos. Entre os batizados, foi

elevada por Cristo Senhor à dignidade de sacramento (186).

§1661.

O sacramento do Matrimônio significa a união de Cristo com a Igreja. Confere aos esposos a graça de se amarem com o amor com que Cristo amou a sua Igreja. A graça do sacramento aperfeiçoa assim o amor humano entre os esposos, dá firmeza à sua unidade indissolúvel e os santifica no caminho da vida eterna (187).

§1662.

O Matrimônio está alicerçado no consentimento dos contraentes, quer dizer, na vontade de se darem mútua e definitivamente,

com o fim de viverem uma aliança de amor fiel e fecundo.

§1663.

Uma vez que o Matrimônio estabelece os cônjuges num estado público de vida na Igreja, é conveniente que a sua celebração seja pública, integrada numa celebração litúrgica, perante o sacerdote (ou testemunha qualificada da Igreja), as testemunhas e a assembleia dos fiéis.

§1664.

A unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade são essenciais ao Matrimônio. A poligamia é incompatível com a unidade do Matrimônio. O divórcio separa o que Deus

uniu. A recusa à fecundidade desvia a vida conjugal do seu "dom mais excelente": o filho (188).

§1665.

O novo casamento dos divorciados em vida do cônjuge legítimo é contrário ao desígnio e à Lei de Deus ensinados por Cristo. Eles não ficam separados da Igreja, mas não têm acesso à comunhão eucarística. Viverão a sua vida cristã, sobretudo, educando os filhos na fé.

§1666.

O lar cristão é o lugar onde os filhos recebem o primeiro anúncio da fé. É por isto que a casa de família se chama, com razão, "Igre-

ja doméstica", comunidade de graça e de oração, escola de virtudes humanas e de caridade cristã.

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14.
2. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 [1965} 15.
3. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1068.
4. Cf. Heb 5, 6; 7, 11: Sl 110, 4.
5. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 11965) 14.
6. Cf. Is 61, 6.
7. Cf. Nm 1, 48-53.
8. Cf. Js 13, 33.
9. Cf. Ex29, 1-30; Lv 8.
10. Cf. Heb 5, 1.
11. Cf. Ml 2, 7-9.
12. Cf. Heb 5, 3; 7, 27; 10, 1-4.
13. Cr. Nm 11, 24-25.
14. Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum. De Ordinatione Episcopi. Prex ordinationis, 47 editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p.24 [Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos. Oração de ordenação do Bispo, 47 (Coimbra, Gráfica de Coimbra -Conferência Episcopal Portuguesa.1992) 40].

15. Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum. De Ordinatione presbyterorum. Prex ordinationis, 159 editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p. 91-92 [Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos. Oração de ordenação dos presbíteros, 159 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1992) p. 104].
16. Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum. De Ordinatione diaconorum. Prex ordinationis, 207 editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p. 121 [Ordenação do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos. Oração de ordenação dos diáconos, 207 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1992) p. 179].
17. “Et ideo solus Christus est verus sacerdos, alii autem ministri eius”: S. Tomás de Aquino, Commentarium in epistolam ad Hebræos, c. 7. lect. 4: Opera ommnia, v. 21 (Parisiis 1876) p. 647.
18. Cf. Ap 1, 6; 5, 9-10; 1 Pe 2, 5.9.
19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14.
20. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14.
21. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14

22. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14: Ibid., 28 AAS 57 (1965) 34: Id., Const. Sacrosanctum Concilium, 33 AAS 56 (1964) 108: In.. Decr.Christus Dominus, 11 AAS 58 (1966) 677: Id.. Decr. Presbyterorum ordinis, 2:. AAS 58 (1966) 992: Ibid. 6: AAS 58 (1966) 999.
23. Pio XII. Enc. Mediator Dei: AAS 39 (1947) 548.
24. “Christus est fons totius sacerdotii: nam sacerdos legalis erat figura ipsius, sacerdos autem novæ leis in persona ipsius operatur”: São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 3, q. 22, a. 4. e: Ed. Leon. 11, 260.
25. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21: AAS 57 (1965) 24.
26. Cf. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Trallianos 3, 1: SC 10bis, 96 (Funk 1, 244) Id.,Epistula ad Magnesios 6, 1: SC 10bis, 84 (Funk 1, 234).
27. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 24: AAS 57 (1965) 29.
28. Cf. Mc 10, 43-45; 1 Pe 5,3.
29. São João Crisóstomo, De sacerdotio 2, 4: SC 272, 118 (PG 48, 635); cf. Jo 21, 15

17.

30. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum Concilium, 33: AAS 56 (1964) 108.

31. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 10: AAS 57 (1965) 14.
32. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 28: AAS 57 (1965) 33-34.
33. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Trallianos 3, 1: SC 10bis, 96 (Funk1, 244).
34. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 23.
35. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21 : AAS 57 (1965) 24.
36. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21: AAS 57 (1965) 25.
37. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21 : AAS 57 (1965) 25.
38. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus, 2: AAS 58 (1966) 674.
39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26.
40. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 22: AAS 57 (1965) 26.
41. Pio XII. Enc. Fidei donum: AAS 49 (1957) 237: ct. II Concílio do Vaticano, Cons. Dogm.Lumen Gentium, 23: AAS 57 (1965) 27-28: In.. Decr. Christus Dominus, 4: AAS 58 (1966) 674-675: Ibid., 36: AAS 58 (1966) 692: Ibid., 37 AAS 58 (1966) 693; Id,. Decr. Ad gentes, 5: AAS 58 (1966)

951-952; Ibid., 6: AAS 58 (1966) 952953: Ibid., 38: AAS 58 (1966) 984-986.
42. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum Concilium, 41: AAS 56 (1964) 111; Id., Cons. Dogm. Lumen Gentium, 26: AAS 57 (1965) 31-32.
43. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 28: AAS 57 (1965) 33.
44. II Concílio do Vaticano, Decr. Prebyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 992.
45. II Concílio do Vaticano, Decr. Prebyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 992.
46. Cf. Heb 5, 1-10: 7, 24; 9, 11-28.
47. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 28: AAS 57 (1965) 34.
48. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 10: AAS 58 (1966) 1007.
49. II Concílio do Vaticano, Decr. Optatam totius, 20: AAS 58 (1966) 726.
50. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 28: AAS 57 (1965) 34.
51. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966) 993.
52. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 28: AAS 57 (1965) 35.
53. II Concílio do Vaticano, Dec. Presbyterorum ordinis, 8: AAS 58 (1966) 1003.

54. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 29 AAS 57 (1965) 36; cf. Id.. Decr.Christus Dominus, 15: AAS 58 (1966) 679.
55. Cf. Santo Hipólito de Roma, Traditio apostolica, 8: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) P 22-24.
56. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 41:.AAS 57 (1965) 46: Id.. DecrAd gentes 16: AAS 58 (1966) 967.
57. Cf. Mc 10, 45: Lc 22, 27: São Policarpo de Esmirna epistula ad Philippenses 5, 2: SC 10bis. 182 (Funk 1, 300).
58. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 29: AAS 57 (1965) 36; Id.. Cons. Sacrosanctum Concilium, 35, 4: AAS 56 (1964) 109: Id., Decr. Ad gentes, 16: AAS 58 (1966) 967.
59. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 29: AAS 57 (1965) 36.
60. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 16: AAS 58 (1966) 967.
61. Cf. Pio XII. Const. ap. Sacramentum ordinis, DS 3858.
62. Cf. Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum. De Ordinatione presbyterorum. Traditio panis et vini. 163 editio tipica altera (Typis PolyglottisVaticanis 1990) p. 95 [Ordenação do Bispo, dos presbíteros e diáconos entrega do pão e do vinho,163 (Coimbra, Gráfica de

Coimbra - Conferencia Episcopal Portuguesa.1992) p. 107].

63. Cf. Prefácio dos Apóstolos I: Missale Romanum editio typica(Typis Polyglottis Vaticanis1970). p. 426 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. 493].
64. Cf. Ef 4, 11.
65. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21: AAS 57 (1965) 24.
66. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21: AAS 57 (1965) 24.
67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 20: AAS 57 (1965) 23.
68. Cf. Inocêncio III, Professio fidei Waldensibus præscripta: DS 794; IV Concílio de Latrão, Cap. 1, De fide catholica: DS 802; CIC can. 1012; CCEO can. 744,747.
69. CIC can. 1024.
70. Cf. Mc 3, 14-19; Lc 6, 12-16.
71. Cf. 1 Tm 3, 1-13; 2 Tm 1, 6: Tt 1, 5-9.
72. Cf. São Clemente de Roma epistula ad Corinthios, 42, 4: SC 167, 168-170 (Funk I. 152);Ibid., 44. 3: SC 167, 172 (Funk 1, 156).
73. Cf . João Paulo II ep. Ap. Mulieris dignitatem, 26-27: AAS 80 (1988) 1715-1720. Id.. Ep. Ap. Ordinatio sacerdotalis: AAS 86 (1994) 545-548; Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Decl. Inter insig-

niores: AAS 69 (1977) 98-116; Id., Responsum ad dubium circa doctrinam in Epist. Ap. "Ordinatio Sacerdotalis" traditam: AAS 87 (1995) 1114.

74. Cf. Heb 5, 4.
75. Cf. 1 Cor 7, 32.
76. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Presbyterorum ordinis, 16: AAS 58 (1966) 1915-1016.
77. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr Presbyterorum ordinis, 16: AAS 58 (1966) 1015.
78. Cf. Concílio de Trento, Sess. 23, Canones de sacramento Ordinis, c. 4: DS 1767: II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 21: AAS 57 (1965) 25: Ibid., 28 AAS 57 (1965) 34: Ibid., 29: AAS 57 (1965) 36: Id., Decr. Presbyterorum ordinis, 2: AAS 58 (1966)992.
79. CIC can 290-293. 1336. § 1, 3 e 5. 1338. § 2.
80. Cf. Concílio de Trento, Sess. 23, Canones de sacramento Ordinis, can. 4: DS 1774.
81. Cf. Concílio de Trento, Sess. 7, Canones de sacramentis in genere, can. 12: DS 1612: Concílio de Constança errores Iohannis Wyclif, 4: DS 1154.
82. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus, 5, 15: CCL 36, 50 (PL 35, 1422).
83. Pontificale Romanum. De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum. De Ordinatione Episcopi. Prex ordinationis, 47 editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanis1990) p.24 [Ordenação

do Bispo, dos presbíteros e dos diáconos, Oração de ordenação do Bispo, 47 (Coimbra, Gráfica de Coimbra -Conferência Episcopal Portuguesa.1992) 40].

84. II Concílio do Vaticano, Decr. Christus Dominus, 13: AAS 58 (1966) 678-679: Ibid., 16: AAS 58 (1966) 680-681.
85. São Hipólito de Roma, Traditio apostolica, 3: ed. B. Botte (Münster i.W. 1989) p. 8-10.
86. Liturgia Bizantina, 2- oração da imposição das mãos presbiteral: Euchológion tò méga(Roma 1873) p. 136.
87. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 29 AAS 57 (1965) 36.
88. São Gregório de Nazianzo, Oratio 2, 71: SC 247, 184 (PG 35, 480).
89. São Gregório de Nazianzo, Oratio 2, 74: SC 247, 186 (PG 35, 481).
90. São Gregório de Nazianzo, Oratio 2, 73: SC 247, 186 (PG 35, 481.
91. B. Nodet, Le Cure d'Ars. Sa pensée-son cœur (Le Puy 1966) p. 98.
92. Cf. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Trallianos 3, 1: SC 10bis. 96 (Funk 1, 244).
93. CIC can. 1055. § 1.
94. Cf. Gn 1, 26-27.
95. Cf. Ap 19, 7.

96. Cf. Ef 5, 32-32.
97. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1067.
98. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 47: AAS 58 11966) 1067.
99. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 47: AAS 58 (1966) 1067.
100. Cf. Gn 1, 27.
101. Cf Gn 1, 31.
102. Cf. Gn 2, 23.
103. Cf Gn 2, 18.
104. Cf. Sl 121, 2.
105. Cf Mt 19, 4.
106. Cf. Gn 3, 12.
107. Cf. Gn 2, 22.
108. Cf. Gn 3, 16.
109. Cf. Gn 1, 28.
110. Cf. Gn 3, 16-19.
111. Cf. Gn 3, 21.
112. Cf. Gn 3, 16.
113. Cf. Mt 19, 8: Dt 24, 1.
114. Cf. Os 1-3: Is 54; 62; Jr 2-3; 31 ez 16; 23.
115. Cf. Ml 2, 13-17.
116. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
117. Cf. Ap 19, 7. 9
118. Cf. Jo 2, 1-11.

119. Cf. Mt 19, 8.
120. Cf. Mt 19, 10 .
121. Cf. Mt 11, 29-30.
122. Cf. Mc 8, 34.
123. Cf. Mt 19, 11.
124. Cf. Ef5, 26-27.
125. Cf. Concílio de Trento, Sess. 24. Doctrina de sacramento Matrimonii: DS 1800; CIC can. 1055, § I.
126. Cf. Lc 14, 26; Mc 10, 28-31.
127. Cf. Ap 14, 4.
128. Cf. 1 Cor 7, 32.
129. Cf. Mt 25, 6.
130. Cf. Mc 12, 25: 1 Cor 7, 31.
131. Cf. Mt 19, 3-12.
132. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42: AAS 57 (1965) 48: Id., Decr. Perfectæ caritatis, 12 AAS 58 (1966) 707: In., Decr. Optatam totius, 10: AAS 58 (1966) 720-721.
133. São João Crisóstomo, De Virginitate 10, 1: SC 125, 122 (PG 48, 540): cf. João Paulo II ex. ap. Familiares consortio, 16: AAS 74 (1982) 98.
134. Cf. II Concílio do Vaticano, Sacrosanctum Concilium, 61:AAS 56 (1964) 116-117.
135. Cl. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 6: AAS 57 (1965) 9.
136. Cf. 1 Cor 10, 17.

137. João Paulo II ex. ap. Familiares consortio, 67: AAS 74 (1982) 162.
138. Cf. CCEO can. 817.
139. CCEO can. 828.
140. Cf Ef 5, 32.
141. CIC can. 1057. § 1.
142. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1067; CIC can. 1057, § 2.
143. Ordo celebrandi Matrimonium, 62 editio typica altera (Typis Polyglottis Vaticanas 1991) p. 17 [Celebração do Matrimônio, 62, Segunda edição típica (Coimbra, Gráfica de Coimbra — Conferência Episcopal Portuguesa 1993) p.31].
144. Cf. Gn 2, 24; Mc 10, 8: Ef 5, 31.
145. Cf. CIC can. 1103.
146. Cf. CIC can. 1057, § 1.
147. Cf. CIC can. 1083-1108.
148. Cf. CIC can. 1071, § 1, 3.
149. Cf. Concílio de Trento, Sess. 242, Decretum "Tametsi ": DS 1813-1816: CIC can. 1108.
150. Cf. CIC can. 1063.
151. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 49: AAS 58 (1966) 1070.
152. Cf. CIC can. 1124.
153. Cf. CIC can. 1086.
154. Cf. C1C can. 1125.
155. Cf. 1 Cor 7, 16.

156. CIC can.1134.
157. Cf. Mc 10, 9.
158. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1067.
159. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1068.
160. Cf. CIC can. 1141.
161. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16.
162. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 1516: cf.Ibid., 41:.AAS 57 (1965) 47.
163. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1068.
164. Cf. Gl 6, 2.
165. Tertuliano, Ad Uxorem 2, 8. 6-7: CCL 1, 393 (PL 1, 1415-1416): cf. João Paulo II ex. ap.Familiaris consortio, 13: AAS 74 (1982) 94.
166. João Paulo II ex. ap. Familiares consortio, 13: AAS 74 (1982) 96.
167. Cf. Gn 2, 24.
168. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 19: AAS 74 (1982) 101.
169. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 49: AAS 58 (1966)
1070.

170. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 19: AAS 74 (1982) 102.
171. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1068.
172. João Paulo II. Ex. ap. Familiaris consortio, 20: AAS 74 (1982) 104.
173. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 83: AAS 74 (1982) 184; CIC can. 1151-1155.
174. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 84: AAS 74 (1982) 185.
175. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1068.
176. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1070
1071.
177. II Concílio do Vaticano, Decl. Gravissimum educationis, 3: AAS 58 (1966) 731.
178. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 28: AAS 74(1982) 114.
179. Cf At 18, 8.
180. Cf. At 16, 31; 11, 14.
181. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16; cf. J oão Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 21: AAS 74 (1982) 105.
182. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16.

183. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium,10: AAS 57 (1965) 15.
184. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 52: AAS 58 (1966) 1073.
185. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 85: AAS 74 (1982) 187.
186. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 10671068; CIC can. 1055, § 1.
187. Cf. Concílio de Trento, Sess. 24. Doctrina de sacramento Matrimonii: DS 1799.
188. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1070.

CAPÍTULO QUARTO: AS OUTRAS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS

ARTIGO 1: OS SACRAMENTAIS

§1667.

"A Santa Mãe Igreja instituiu também os sacramentais. Estes são sinais sagrados por meio dos quais, imitando de algum modo os sacramentos, se significam e se obtêm, pela oração da Igreja, efeitos principalmente de ordem espiritual. Por meio deles, se dispõem os seres humanos para a recepção do principal efeito dos sacramentos e são santificadas as várias circunstâncias da vida" (1).

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS SACRAMENTAIS

§1668.

São instituídos pela Igreja com vistas à santificação de certos ministérios da mesma Igreja, de certos estados de vida, de circunstâncias muito variadas da vida cristã, bem como do uso de coisas úteis ao ser humano. Segundo as decisões pastorais dos bispos, podem também corresponder às necessidades, à cultura e à história próprias do povo cristão de uma região ou de uma época. Incluem sempre uma oração, muitas vezes acompanhada de um sinal determinado, como a imposição da mão, o sinal da cruz, a aspersão com água benta (que recorda o Batismo).

§1669.

Eles decorrem do sacerdócio batismal. Todo batizado é chamado a ser uma “bênção” (2) e a abençoar (3). Por isto, há certas bênçãos que podem ser presididas por leigos (4). Porém, quanto mais uma bênção disser respeito à vida eclesial e sacramental, tanto mais a sua presidência será reservada ao ministério ordenado (bispos, presbíteros ou diáconos) (5).

§1670.

Os sacramentais não conferem a graça do Espírito Santo à maneira dos sacramentos, mas, pela oração da Igreja, preparam para receber a graça e dispõem para cooperar com ela. “Portanto, a Liturgia dos sacramentos e

sacramentais oferece aos fiéis bem dispostos a possibilidade de santificarem quase todos os acontecimentos da vida por meio da graça divina que deriva do mistério pascal da Paixão, morte e ressurreição de Cristo, mistério onde vão buscar a sua eficácia todos os sacramentos e sacramentais. E assim, quase não há uso honesto das coisas materiais que não possa reverter para este fim: a santificação dos seres humanos e o louvor a Deus" (6).

FORMAS VARIADAS DOS SACRAMENTAIS

§1671.

Entre os sacramentais, figuram, em primeiro lugar, as bênçãos (de pessoas, da me-

sa, de objetos e lugares). Toda a bênção é louvor a Deus e oração para obter os seus dons. Em Cristo, os cristãos são abençoados por Deus Pai, “com toda a espécie de bênçãos espirituais” (Ef 1, 3). É por isto que a Igreja dá a bênção invocando o nome de Jesus e fazendo habitualmente o santo sinal da cruz de Cristo.

§1672.

Certas bênçãos têm um alcance duradouro. São as que têm por fim consagrar pessoas a Deus e reservar objetos e lugares para usos litúrgicos. Entre as que são destinadas a pessoas (e que não devem ser confundidas com a ordenação sacramental) figuram a bênção do abade ou abadessa de um mosteiro, a consa-

gração das virgens e das viúvas, o rito da profissão religiosa e as bênçãos para certos ministérios da Igreja (leitores, acólitos, catequistas etc.). Como exemplo das que dizem respeito a objetos, se pode apontar a dedicação ou bênção de unta igreja ou de um altar, a bênção dos santos óleos, dos vasos e paramentos sagrados, dos sinos etc.

§1673.

Quando a Igreja pede publicamente e com autoridade em nome de Jesus Cristo, que uma pessoa ou objeto seja protegido contra a ação do Maligno e subtraído ao seu domínio, se fala de exorcismo. Jesus o praticou (7) e é d'Ele que a Igreja obtém o poder e o encargo de exorcizar (8). Sob uma forma simples, se

faz o exorcismo na celebração do Batismo. O exorcismo solene, chamado “grande exorcismo”, só pode ser feito por um presbítero e com licença do bispo. Deve se proceder a ele com prudência, observando estritamente as regras estabelecidas pela Igreja (9). O exorcismo tem por fim expulsar os demônios ou libertar do poder diabólico e isto em virtude da autoridade espiritual que Jesus confiou à sua Igreja. Muito diferente é o caso das doenças, sobretudo psíquicas, cujo tratamento depende da ciência médica. Por isto, antes de se proceder ao exorcismo, é importante ter a certeza de que se trata de uma presença diabólica e não de uma doença.

A RELIGIOSIDADE POPULAR

§1674.

Fora da Liturgia dos sacramentos e dos sacramentais, a catequese deve ter em consideração as formas de piedade dos fiéis e a religiosidade popular. O sentimento religioso do povo cristão desde sempre encontrou a sua expressão em variadas formas de devoção que rodeiam a vida sacramental da Igreja, tais como a veneração das relíquias, as visitas aos santuários, as peregrinações, as procissões, a via-sacra, as danças religiosas, o rosário, as medalhas etc. (10).

§1675.

Estas manifestações são um prolongamento da vida litúrgica da Igreja, mas não a substituem. “Devem ser organizadas, tendo em conta os tempos litúrgicos e de modo a se harmonizarem com a Liturgia, a decorrerem dela de algum modo e a nela introduzirem o povo, porque, por sua natureza, a Liturgia lhes é, de longe, superior” (11).

§1676.

Para manter e apoiar a religiosidade popular, é necessário um discernimento pastoral. O mesmo se diga, se for este o caso, para purificar e corrigir o sentimento religioso subjacente a essas devoções e para fazer progredir no conhecimento do mistério de Cristo. A sua

prática está submetida ao cuidado e às decisões dos bispos e às normas gerais da igreja (12).

"A religiosidade do povo, no seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. A sapiência popular católica tem uma capacidade de síntese vital. Engloba criativamente o divino e o humano, Cristo e Maria, espírito e corpo, comunhão e instituição, pessoa e comunidade, fé e pátria, inteligência e afeto. Esta sabedoria é um humanismo cristão que afirma radicalmente a dignidade de toda pessoa como filha de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental, ensina a encontrar a natureza e a compreender o traba-

lho e proporciona as razões para a alegria e o humor, mesmo no meio de uma vida muito dura. Esta sabedoria é também, para o povo, um princípio de discernimento, um instinto evangélico pelo qual capta espontaneamente quando se serve na Igreja o Evangelho e quando ele é esvaziado e asfixiado por outros interesses" (13).

Resumindo:

§1677.

Chamam-se sacramentais os sinais sagrados instituídos pela Igreja, cuja finalidade é preparar os seres humanos para receberem os frutos dos sacramentos e santificarem as diferentes circunstâncias da vida.

§1678.

Entre os sacramentais, as bênçãos ocupam um lugar importante. Compreendem, ao mesmo tempo, o louvor a Deus pelas suas obras e a intercessão da Igreja para que os seres humanos possam fazer uso dos dons de Deus segundo o espírito do Evangelho.

§1679.

Além da Liturgia, a vida cristã se nutre com as variadas formas da devoção popular enraizadas nas diferentes culturas. Procurando esclarecê-las com a luz da fé, a Igreja favorece as formas de religiosidade popular que expressam um instinto evangélico e uma sabedoria humana que enriquecem a vida cristã.

ARTIGO 2: AS EXÉQUIAS CRISTÃS

§1680.

Todos os sacramentos, principalmente os da iniciação cristã, têm por fim a última páscoa do cristão, que, pela morte, o faz entrar na vida do Reino. Então se cumpre o que ele confessa na fé e na esperança: “Espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir” (14).

I. A última Páscoa do cristão

§1681.

O sentido cristão da morte é revelado à luz do mistério pascal da morte e ressurreição de Cristo em quem pomos a nossa única esperança. O cristão que morre em Cristo Jesus

“abandona este corpo para ir morar junto ao Senhor” (15).

§1682.

O dia da morte inaugura para o cristão, no fim da sua vida sacramental, a consumação do seu novo nascimento começado no Batismo, o definitivo “assemelhar-se à imagem do Filho”, conferido pela unção do Espírito Santo e pela participação no banquete do Reino, antecipada na Eucaristia, ainda que algumas derradeiras purificações lhe sejam ainda necessárias para poder vestir o traje nupcial.

§1683.

A Igreja que, como mãe, trouxe sacramentalmente no seu seio o cristão durante a sua

peregrinação terrena, o acompanha no fim da sua caminhada para o entregar “nas mãos do Pai”. E oferece ao Pai em Cristo, o filho da sua graça e depõe na terra, na esperança, o gérmen do corpo que há de ressuscitar na glória (16). Esta oblação é plenamente celebrada no sacrifício eucarístico e as bênçãos que o precedem e o seguem são sacramentais.

II. A celebração das exéquias

§1684.

As exéquias cristãs são uma celebração litúrgica da Igreja. O ministério da Igreja tem em vista, aqui, tanto expressar a comunhão eficaz com o defunto, como fazer participar

dela a comunidade reunida para o funeral e lhe anunciar a vida eterna.

§1685.

Os diferentes ritos das exéquias expressam o caráter pascal da morte cristã e correspondem às situações e tradições de cada região, até no que respeita à cor litúrgica (17).

§1686.

A Celebração das Exéquias (*Ordo exsequiarum*) da Liturgia romana propõe três tipos de celebração das exéquias, correspondentes aos três lugares em que se desenrolam (a casa, a igreja, o cemitério) e segundo a importância que lhes dão a família, os costumes locais, a cultura e a piedade popu-

lar. O esquema é, aliás, comum a todas as tradições litúrgicas e compreende quatro momentos principais:

§1687.

O acolhimento da comunidade.

Uma saudação de fé dá início à celebração. Os parentes do defunto são acolhidos com uma palavra de "consolação", no sentido do Novo Testamento: a fortaleza do Espírito Santo na esperança (18). Também a comunidade orante que se junta espera ouvir "as palavras da vida eterna". A morte de um membro da comunidade (ou o seu dia de aniversário, sétimo ou trigésimo) é um acontecimento que deve levar a ultrapassar as pers-

pectivas “deste mundo” e projetar os fiéis para as verdadeiras perspectivas da fé em Cristo Ressuscitado.

§1688.

A Liturgia da Palavra, quando das exéquias, exige uma preparação, tanto mais atenta quanto a assembleia presente pode incluir fiéis pouco frequentadores da Liturgia e até amigos do defunto que não sejam cristãos. A homilia, de modo particular, deve “evitar o gênero literário do elogio fúnebre” (19) e iluminar o mistério da morte cristã com a luz de Cristo ressuscitado.

§1689.

O sacrifício eucarístico. Quando a celebração tem lugar na igreja, a Eucaristia é o coração da realidade pascal da morte cristã (20). É então que a Igreja manifesta a sua comunhão eficaz com o defunto. Oferecendo ao Pai, no Espírito Santo, o sacrifício da morte e da ressurreição de Cristo, Lhe pede que o seu filho defunto seja purificado dos pecados e respectivas consequências e admitido à plenitude pascal da mesa do Reino (21). É pela Eucaristia assim celebrada que a comunidade dos fiéis, especialmente a família do defunto, aprende a viver em comunhão com aquele que “adormeceu no Senhor”, comungando o

corpo de Cristo, de que ele é membro vivo e depois, rezando por ele e com ele.

§1690.

O adeus (“a Deus”) ao defunto é a sua “encomendação a Deus” pela Igreja. É “a última saudação dirigida pela comunidade cristã a um dos seus membros, antes de o corpo ser levado para a sepultura” (22). A tradição bizantina o expressa pelo beijo do adeus ao defunto.

Nesta saudação final, “se canta por ele ter partido desta vida e pela sua separação, mas também porque há uma comunhão e uma reunião. Com efeito, mortos, nós não nos separamos uns dos outros, porque todos percorremos o mesmo caminho e nos reencon-

traremos no mesmo lugar. Nunca nos separaremos, porque vivemos para Cristo e agora estamos unidos a Cristo. Indo para Ele... estaremos todos juntos em Cristo" (23).

Notas

1. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 60: AAS 56 (1964) 116: cf. CIC can. 1166; CCEO can. 867.
2. Cf. Gn 12, 2.
3. Cf. Lc 6, 28; Rm 12, 14; 1 Pe 3, 9.
4. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 79: AAS 56 (1964) 120: cf. CIC can. 1168.
5. Cf. De Benedictionibus, Prænotanda generalia, 16 e 18. Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1984) p. 13.14-15 [Celebração das Bênçãos, Preliminares gerais, 16 e 18 (Coimbra, Gráfica de Coimbra Conferência Episcopal Portuguesa, 1991) p. 13].
6. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 61: AAS 56 (1964) 116 e 117.
7. Cf. Mc 1, 25-26.
8. Cf. Mc 3, 15; 6, 7.13; 16, 17.
9. Cf. CIC can. 1172.
10. Cf. II Concílio de Niceia, Definitio de sacris imaginibus: DS 601; Ibid.: DS 603; Concílio de Trento, Sess.25, Decretum de invocatione, veneratione et reliquiis sanctorum et sacris imaginibus: DS 1822.
11. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 13: AAS 56 (1964) 103.

12. Cf. João Paulo II,. Ex. Ap. Catechesi tradendæ, 54: AAS 71 (1979) 1321-1322.
13. III Conferência Geral do Episcoplado Latino-Americano, Puebla, La Evangelización en el presente y en el futuro de América Latina. 448 (Bogotá 1979) p. 131 [Puebla. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Texto oficial da CNBB, 448 (Petrópolis ed. Vozes 1980) p.153-154]; cf. Paulo VI ex. ap. Evangelii nuntiandi, 48: AAS 68 (1976) 37-38.
14. Símbolo Niceno-Constantinopolitano: DS 150.
15. Cf. 2 Cor 5, 8.
16. Cf. 1 Cor 15, 42-44.
17. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 81: AAS 56 (1964) 120.
18. Cf. 1 Ts 4, 18.
19. Cf. Ordo exsequiarum, De primo typo exsequiarum, 41 editio typica (Typis PolyglottisVaticanis 1969) p. 21 [Celebração das Exéquias, n. 57 (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração - Conferência Episcopal. 1984) p. 521.
20. Cf. Ordo exsequiarum, Prænotanda editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 7[Celebração das Exéquias, Preliminares, I (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração - Conferência Episcopal, 1984) p. 31.

21. Cf. Ordo exsequiarum, De primo typo exsequiarum, 56. Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 26 [Celebração das Exéquias, n. 87* (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração — Conferência Episcopal. 1984) p. 82-83].
22. Ordo exsequiarum, Prænotanda, 10 editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1969) p. 9 [Celebração dos Exéquias, Preliminares, 10 (Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração - Conferência Episcopal, 1984) p. 7].
23. São Simão de Tessalônica, De ordine sepulturæ, 367: PG 155, 685.

TERCEIRA PARTE: A VIDA EM CRISTO

INTRODUÇÃO

§1691.

"Reconhece, ó cristão, a tua dignidade. Uma vez constituído participante da natureza divina, não penses em voltar às antigas misérias da tua vida passada. Lembra-te de que Cabeça e de que Corpo és membro. Não te esqueças de que foste libertado do poder das trevas e transferido para a luz e para o Reino de Deus" (1).

§1692.

O Símbolo da fé professou a grandeza dos dons de Deus ao ser humano na obra da cria-

ção e, mais ainda, na da redenção e santificação. O que a fé confessa, os sacramentos comunicam. Pelos “sacramentos que os fizeram renascer”, os cristãos se tornaram “filhos de Deus” (1 Jo 3, 1) (2), “participantes da natureza divina” (2 Pe 1, 4). Reconhecendo, pela fé, a sua nova dignidade, os cristãos são chamados a levar, doravante, uma vida digna do Evangelho de Cristo (3). Pelos sacramentos e pela oração, recebem a graça de Cristo e os dons do seu Espírito, que dela os tornam capazes.

§1693.

Cristo Jesus sempre fez aquilo que era do agrado do Pai (4). Viveu sempre em perfeita comunhão com Ele. De igual modo, os seus

discípulos são convidados a viver sob o olhar do Pai, “que vê no segredo” (Mt 6, 6), para se tornarem “perfeitos como o Pai celeste é perfeito” (Mt 5,47).

§1694.

Incorporados em Cristo pelo Batismo (5), os cristãos “morreram para o pecado e vivem para Deus em Cristo Jesus” (6), participando assim na vida do Ressuscitado (7). Seguindo a Cristo e em união com Ele (8), os cristãos podem “se esforçar por ser imitadores de Deus, como filhos bem amados e por proceder com amor” (9), conformando os seus pensamentos, palavras e ações com os sentimentos de Cristo Jesus (10) e seguindo os seus exemplos (11).

§1695.

"Justificados pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus" (1 Cor 6, 11), "santificados e chamados a serem santos" (12) os cristãos se tornaram "templo do Espírito Santo" (1 Cor 6, 19). Este, que é o "Espírito do Filho", os ensina a orar ao Pai (13) e, tendo Se feito vida deles, os impele a agir (14), para produzirem os frutos do Espírito (15) mediante um amor traduzido em obras. Curando as feridas do pecado, o Espírito Santo nos renova interiormente com uma transformação espiritual (16), nos ilumina e nos fortalece para vivermos como "filhos da luz" (Ef 5, 8), "em toda espécie de bondade, justiça e verdade" (Ef 5, 9).

§1696.

O caminho de Cristo “leva à vida”; um caminho contrário “leva à perdição” (Mt 7, 13) (17). A parábola evangélica dos dois caminhos está sempre presente na catequese da Igreja. E significa a importância das decisões morais para a nossa salvação. “Há dois caminhos, um da vida e outro da morte, mas entre os dois existe uma grande diferença” (18).

§1697.

Na catequese, importa revelar, com toda a clareza, a alegria e as exigências do caminho de Cristo (19). A catequese da “vida nova” n'Ele (Rm 6, 4), deve ser:

- uma catequese do Espírito Santo, mestre interior da vida segundo Cristo, doce hóspe-

de e amigo que inspira, guia, ratifica e fortalece essa vida;

- uma catequese da graça, pois é pela graça que somos salvos e é também pela graça que as nossas obras podem ser frutuosas para a vida eterna;

- uma catequese das bem-aventuranças, porque o caminho de Cristo se resume nelas e é o único caminho da felicidade eterna a que o coração do ser humano aspira;

- uma catequese do pecado e do perdão, porque, sem se reconhecer pecador, o ser humano não pode conhecer a verdade sobre si mesmo, condição de um procedimento justo e, sem a oferta do perdão, não seria capaz de suportar aquela verdade;

- uma catequese das virtudes humanas, que faz apreender a beleza e o atrativo das retas disposições para o bem;

- uma catequese das virtudes cristãs da fé, da esperança e do amor, que se inspira abundantemente no exemplo dos santos;

- uma catequese do duplo mandamento do amor exposto no Decálogo;

- uma catequese eclesial, porque é nas múltiplas permutas dos "bens espirituais", na "comunhão dos santos", que a vida cristã pode crescer, se desenvolver e se comunicar.

§1698.

A referência, primeira e última, desta catequese será sempre o próprio Jesus Cristo, que é "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,

6). De olhos postos n'Ele com fé, os cristãos podem esperar que Ele próprio realize neles as suas promessas e, amando-O com o amor com que Ele os amou, podem fazer as obras correspondentes à sua dignidade.

"Rogo-te que penses em nosso Senhor Jesus Cristo como tua verdadeira Cabeça e em ti como um dos seus Membros. Ele é para ti como a cabeça é para os membros. Tudo o que é d'Ele é teu: o espírito, o coração, o corpo, a alma e todas as faculdades. Deves usar de todas elas como se fossem realmente tuas, para servir, louvar, amar e glorificar a Deus. Tu és para Ele como um membro em relação à cabeça e, por isto, também Ele deseja ardentemente Se servir de todas as tuas facul-

dades como se fossem suas, para servir e glorificar o Pai" (20). "Para mim, viver é Cristo" (Fl 1, 21).

Notas

1. São Leão Magno, Sermo 21, 3: CCL 138, 88 (PL 54, 192-193).
2. Cf. Jo 1, 12.
3. Cf. Fl 1, 27.
4. Cf. Jo 8, 29.
5. Cf. Rm 6, 5.
6. Cf. Rm 6, 11.
7. Cf. Cl 2, 12.
8. Cf. Jo 15, 5.
9. Cf. Ef 5, 1-2.
10. Cf. Fl 2, 5.
11. Cf. Jo 13, 12-16.
12. Cf. 1 Cor 1, 2.
13. Cf. Gl 4, 6.
14. Cf. Gl 5, 25.
15. Cf. Gl 5, 22.
16. Cf. Ef 4, 23.
17. Cf. Dt 30, 15-20.
18. Didaké 1, 1: SC 248, 140 (Funk 1, 2).
19. Cf. João Paulo II ex. Ap. Catechesi tradendæ, 29: AAS 71 (1979) 1301.
20. São João Eudes, Le Cœur admirable de la Très Sacrée Mère de Dieu, 1, 5 Œuvres completes, v. 6 (Paris 1908) p. 113-114.

PRIMEIRA SEÇÃO: A VOCAÇÃO DO SER HUMANO: A VIDA NO ESPÍRITO

§1699.

A vida no Espírito Santo realiza a vocação do ser humano (Capítulo primeiro). É feita de amor divino e de solidariedade humana (Capítulo segundo). É concedida gratuitamente como salvação (Capítulo terceiro).

CAPÍTULO PRIMEIRO: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

§1700.

A dignidade da pessoa humana está radicada na sua criação à imagem e semelhança de Deus (Artigo 1) e se realiza na sua vocação à bem-aventurança divina (Artigo 2). Compe-

te ao ser humano chegar livremente a esta realização (Artigo 3). Pelos seus atos deliberados (Artigo 4), a pessoa humana se conforma ou não ao bem prometido por Deus e atestado pela consciência moral (Artigo 5). Os seres humanos edificam a si mesmos e crescem a partir do interior; fazem de toda a sua vida sensível e espiritual objeto do próprio crescimento (Artigo 6). Com a ajuda da graça, crescem na virtude (Artigo 7), evitam o pecado e, se o cometeram, se entregam, como o filho pródigo (1), à misericórdia do Pai dos Céus (Artigo 8). Atingem, assim, a perfeição do amor.

ARTIGO 1: O SER HUMANO, IMAGEM DE DEUS

§1701.

"Cristo, na revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela plenamente o ser humano a ele mesmo e o faz conhecer a sua vocação sublime" (2). Foi em Cristo, "imagem do Deus invisível" (Cl 1, 15) (3), que o ser humano foi criado "à imagem e semelhança" do Criador. Assim como foi em Cristo, redentor e salvador, que a imagem divina, deformada no ser humano pelo primeiro pecado, foi restaurada na sua beleza original e enobrecida pela graça de Deus (4).

§1702.

A imagem divina está presente em cada ser humano. Resplandece na comunhão das pessoas, à semelhança da unidade das Pessoas divinas entre Elas (cf. Capítulo segundo).

§1703.

Dotada de uma alma “espiritual e imortal” (5) a pessoa humana é “a única criatura sobre a terra querida por Deus por ela mesma” (6). Desde que é concebida, é destinada para a bem-aventurança eterna.

§1704.

A pessoa humana participa da luz e da força do Espírito divino. Pela razão, é capaz de compreender a ordem das coisas estabelecida

pelo Criador. Pela vontade, é capaz de orientar ela própria para o bem verdadeiro. E encontra a perfeição na “busca e no amor da verdade e do bem” (7).

§1705.

Em virtude da sua alma e das forças espirituais da inteligência e da vontade, o ser humano é dotado de liberdade, “sinal privilegiado da imagem divina” (8).

§1706.

Mediante a sua razão, o ser humano conhece a voz de Deus que o impele “a fazer [...] o bem e a evitar o mal” (9). Todos devem seguir esta lei, que ressoa na consciência e se cumpre no amor a Deus e ao próximo. O e-

xercício da vida moral atesta a dignidade da pessoa.

§1707.

"Seduzido pelo Maligno desde o começo da história, o ser humano abusou da sua liberdade" (10). Sucumbiu à tentação e cometeu o mal. Conserva o desejo pelo bem, mas a sua natureza está ferida pelo pecado original. O ser humano ficou com a inclinação para o mal e sujeito ao erro.

"O ser humano se encontra, pois, dividido nele mesmo. E assim, toda a vida humana, quer particular quer coletiva, se apresenta como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas" (11).

§1708.

Pela sua Paixão, Cristo nos livrou de Satanás e do pecado e nos tornou merecedores da vida nova no Espírito Santo. A sua graça restaura o que o pecado tinha deteriorado em nós.

§1709.

Quem crê em Cristo se torna filho de Deus. Esta adoção filial o transforma, lhe dando a possibilidade de seguir o exemplo de Cristo. Torna-o capaz de agir com retidão e de praticar o bem. Na união com o seu Salvador, o discípulo atinge a perfeição do amor, que é a santidade. Amadurecida na graça, a vida moral culmina na vida eterna, na glória do Céu.

Resumindo:

§1710.

"Cristo [...] mostra plenamente o ser humano a ele mesmo e o faz ver a sua vocação sublime" (12).

§1711.

Dotada de uma alma espiritual, de inteligência e de vontade, a pessoa humana é, desde a sua concepção, destinada para Deus e destinada à eterna bem-aventurança. E continua a se aperfeiçoar na "busca e amor à verdade e ao bem" (13).

§1712.

"A verdadeira liberdade é, no ser humano, o sinal privilegiado da imagem de Deus" (14).

§1713.

O ser humano é obrigado a seguir a lei moral, que o impele a “fazer [...] o bem e a evitar o mal” (15). Esta lei ressoa na sua consciência.

§1714.

O ser humano, ferido na sua natureza pelo pecado original, está sujeito ao erro e inclinado para o mal no exercício da sua liberdade.

§1715.

Quem crê em Cristo possui a vida nova no Espírito Santo. A vida moral, crescida e amadurecida na graça, deve se consumar na glória do Céu.

ARTIGO 2: A NOSSA VOCAÇÃO PARA A BEM-AVENTURANÇA

I. As bem-aventuranças

§1716.

As bem-aventuranças estão no coração da pregação de Jesus. O seu anúncio retoma as promessas feitas ao povo eleito, desde Abraão. A pregação de Jesus as completa, as orientando, não somente à felicidade já resultante da posse de uma terra, mas ao Reino dos Céus.

"Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus.

Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados.

Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.

Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.

Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus.

Bem-aventurados os que promovem a paz. porque serão chamados filhos de Deus.

Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor à justiça, porque deles é o Reino dos Céus.

Bem-aventurados sereis, quando, por minha causa, vos insultarem, vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal de vós. A-

legrai-vos e exultai, pois é grande nos Céus a vossa recompensa" (Mt 5, 3-12).

§1717.

As bem-aventuranças retratam o rosto de Jesus Cristo e nos descrevem a sua caridade; expressam a vocação dos fiéis associados à glória da sua Paixão e ressurreição; definem os atos e atitudes características da vida cristã; são as promessas paradoxais que sustentam a esperança no meio das tribulações; anunciam aos discípulos as bênçãos e recompensas já obscuramente adquiridas; já estão inauguradas na vida da Virgem Maria e de todos os santos.

II. O desejo de felicidade

§1718.

As bem-aventuranças respondem ao desejo natural de felicidade. Este desejo é de origem divina; Deus o pôs no coração do ser humano para atraí-lo para Ele, o único que pode satisfazê-lo.

“Todos nós, sem dúvida, queremos viver felizes e não há, entre os seres humanos, quem não dê a sua concordância a esta afirmação, mesmo antes de ela ser plenamente enunciada” (16)

“Como é então, Senhor, que eu Te procuro? De fato, quando Te procuro, ó meu Deus, é a vida feliz que eu procuro. Fazei com que Te procure, para que a minha alma viva!

Porque, tal como o meu corpo vive da minha alma, assim a minha alma vive de Ti" (17).

"Só Deus sacia" (18).

§1719.

As bem-aventuranças mostram a meta da existência humana, o fim último dos atos humanos: Deus nos chama para a sua própria felicidade. Este chamado se dirige a cada um, pessoalmente, mas também ao conjunto da Igreja, povo novo constituído por aqueles que acolheram a promessa e dela vivem na fé.

III. A bem-aventurança cristã

§1720.

O Novo Testamento emprega muitas expressões para caracterizar a bem-aventurança a que Deus chama o ser humano: a chegada do Reino de Deus (19); a visão de Deus: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus” (Mt 5, 8) (20); a entrada na alegria do Senhor (21); a entrada no repouso de Deus (22):

“Lá, descansaremos e veremos; veremos e amaremos; amaremos e louvaremos. Eis o que acontecerá no fim sem fim. E que outro fim temos nós, senão chegar ao Reino que não terá fim?” (23).

§1721.

De fato, Deus nos colocou no mundo para O conhecermos, servirmos e amarmos e assim, chegarmos ao Paraíso. A bem-aventurança nos faz participantes da natureza divina (1 Pe 1, 4) e da vida eterna (24). Com ela, o ser humano entra na glória de Cristo (25) e no gozo da vida trinitária.

§1722.

Tal bem-aventurança ultrapassa a compreensão e as simples forças humanas. Resulta de um dom gratuito de Deus. Por isto se classifica de sobrenatural, tal como a graça, que dispõe o ser humano para entrar no gozo de Deus.

“Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus”. É certo que “ninguém pode ver Deus” na sua grandeza e glória inenarrável e “continuar a viver”, porque o Pai é inacessível. Mas, no seu amor, na sua bondade para com os seres humanos e, na sua omnipotência, vai ao ponto de conceder, aos que O amam, esta graça: ver Deus [...] porque “o que é impossível aos seres humanos é possível a Deus” (26).

§1723.

A bem-aventurança prometida nos coloca perante as opções morais decisivas. Convida-nos a purificar o nosso coração dos seus maus instintos e a procurar o amor a Deus acima de tudo. E nos ensina que a verdadeira

felicidade não reside na riqueza ou no bem-estar, nem na glória humana ou no poder, nem em qualquer obra humana, por útil que seja, como as ciências, as técnicas e as artes, nem em qualquer criatura, mas só em Deus, fonte de todo o bem e de todo o amor:

"A riqueza é a grande divindade deste tempo; é a ela que a multidão, toda a massa dos seres humanos, presta instintiva homenagem. Mede-se a felicidade pela fortuna, como pela fortuna se mede a honorabilidade [...]. Tudo provém desta convicção: com a riqueza, tudo se pode. A riqueza é, pois, um dos ídolos atuais e o outro é a notoriedade. [...] A notoriedade, o fato de se ser conhecido e de fazer ruído no mundo (a que poderia se

chamar de fama de imprensa), acabou por ser considerada como um bem nela mesma, um bem soberano, objeto até de verdadeira veneração" (27).

§1724.

O Decálogo, o Sermão da Montanha e a catequese apostólica nos descrevem os caminhos que conduzem ao Reino dos Céus. Por eles, avançamos, passo a passo, pelos atos de cada dia, amparados pela graça do Espírito Santo. Fecundados pela Palavra de Cristo, pouco a pouco, damos frutos na Igreja para a glória de Deus (28).

Resumindo:

§1725.

As bem-aventuranças retomam e aperfeiçoam as promessas de Deus, desde Abraão, as direcionando para o Reino dos Céus. Correspondem ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração do ser humano.

§1726.

As bem-aventuranças nos ensinam qual o fim último a que Deus nos chama: o Reino, a visão de Deus, a participação da natureza divina, a vida eterna, a filiação, o repouso em Deus.

§1727.

A bem-aventurança da vida eterna é um dom gratuito de Deus e é sobrenatural, como a graça que a ela conduz.

§1728.

As bem-aventuranças nos colocam perante opções decisivas com relação aos bens terrenos e purificam o nosso coração, para nos ensinarem a amar a Deus sobre todas as coisas.

§1729.

A bem-aventurança do Céu determina os critérios de discernimento no uso dos bens terrenos em conformidade com a Lei de Deus.

ARTIGO 3: A LIBERDADE DO SER HUMANO

§1730.

Deus criou o ser humano racional, lhe conferindo a dignidade de pessoa dotada de iniciativa e do domínio dos seus próprios atos. “Deus quis "deixar o ser humano entregue à sua própria decisão" (Eclo 15, 14), de tal modo que procure por ele mesmo o seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegue à total e beatífica perfeição” (29). “O ser humano é racional e, por isto, semelhante a Deus, criado livre e senhor dos seus atos” (30).

I. Liberdade e responsabilidade

§1731.

A liberdade é o poder, radicado na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, praticando assim, por si mesmo, ações deliberadas. Pelo livre arbítrio, cada qual dispõe de si. A liberdade é, no ser humano, uma força de crescimento e de maturação na verdade e na bondade. E atinge a sua perfeição quando está ordenada para Deus, nossa bem-aventurança.

§1732.

Enquanto não se fixa definitivamente no seu bem último, que é Deus, a liberdade implica na possibilidade de escolher entre o

bem e o mal e, portanto, de crescer na perfeição ou de falhar e pecar. É ela que caracteriza os atos propriamente humanos. Torna-se fonte de louvor ou de censura, de mérito ou de demérito.

§1733.

Quanto mais o ser humano fizer o bem, mais livre se torna. Não há verdadeira liberdade senão no serviço do bem e da justiça. A opção pela desobediência e pelo mal é um abuso da liberdade e conduz à escravidão do pecado (31).

§1734.

A liberdade torna o ser humano responsável pelos seus atos, na medida em que são

voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre os próprios atos.

§1735.

A imputabilidade e responsabilidade de um ato podem ser diminuídas e até anuladas pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais.

§1736.

Todo ato diretamente desejado é imputável ao seu autor.

Assim, depois do pecado no paraíso, o Senhor pergunta a Adão: “O que fizeste?” (Gn 3, 13). O mesmo faz a Caim (32). Assim tam-

bém o profeta Natã faz ao rei Davi, após o adultério com a mulher de Urias e o assassinato deste (33).

Uma ação pode ser indiretamente voluntária, quando resulta de uma negligência com relação ao que se deveria ter conhecido ou feito. Por exemplo, um acidente de trânsito, provocado por ignorância do código da estrada.

§1737.

Um efeito pode ser tolerado, por não ter sido desejado pelo agente. Por exemplo, o esgotamento de uma mãe à cabeceira do seu filho doente. O efeito mau não é imputável se não tiver sido desejado nem como fim nem como meio do ato, como a morte sofrida

quando se levava socorro a uma pessoa em perigo. Para que o efeito mau seja imputável, é necessário que seja previsível e que aquele que age tenha a possibilidade de evitá-lo, como, por exemplo, no caso de um homicídio cometido por um condutor em estado de embriaguez.

§1738.

A liberdade se exercita nas relações entre seres humanos. Toda pessoa humana, criada à imagem de Deus, tem o direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável. Todos devem a todos este dever do respeito. O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, particularmente em matéria moral

e religiosa (34). Este direito deve ser civilmente reconhecido e protegido dentro dos limites do bem comum e da ordem pública (35).

II. A liberdade humana na economia da salvação

§1739.

Liberdade e pecado.

A liberdade do ser humano é finita e falível. E, de fato, o ser humano falhou. Livremente, pecou. Rejeitando o projeto divino de amor enganou a ele mesmo e se tornou escravo do pecado. Esta primeira alienação gerou uma profusão de outras. A história da humanidade, desde as suas origens, dá tes-

temunho de desgraças e opressões nascidas do coração do ser humano, como consequência de um mau uso da liberdade.

§1740.

Ameaças à liberdade.

O exercício da liberdade não implica o direito de tudo dizer e fazer. É falso pretender que "o ser humano, sujeito da liberdade, basta a ele mesmo, tendo por fim a satisfação do seu interesse próprio no gozo dos bens terrenos" (36). Por outro lado, as condições de ordem econômica e social, política e cultural, requeridas para um justo exercício da liberdade, são, com demasiada frequência, desprezadas e violadas. Estas situações de ce-

gueira e de injustiça abalam a vida moral e induzem, tanto os fracos como os fortes, à tentação de pecar contra o amor. Afastando-se da lei moral, o ser humano atenta contra a sua própria liberdade, agrilhoa a ele mesmo, quebra os laços de fraternidade com os seus semelhantes e se rebela contra a verdade divina.

§1741.

Libertação e salvação.

Pela sua cruz gloriosa, Cristo obteve a salvação de todos os seres humanos. Resgatou-os do pecado que os retinha numa situação de escravatura. “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1). N'Ele, nós co-

mungamos na verdade que nos liberta (37). Foi-nos dado o Espírito Santo e, como ensina o Apóstolo, “onde está o Espírito, aí está a liberdade” (2 Cor 3, 17). Já desde agora nos glorificamos com a “liberdade dos filhos de Deus” (38).

§1742.

Liberdade e graça.

A graça de Cristo não faz concorrência de modo nenhum, à nossa liberdade, quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do ser humano. Pelo contrário e, como certifica a experiência cristã, sobretudo na oração, quanto mais dóceis formos aos impulsos da

graça, tanto mais crescem a nossa liberdade interior e a nossa segurança nas provações, como também perante as pressões e constrangimentos do mundo exterior. Pela ação da graça, o Espírito Santo nos educa para a liberdade espiritual, para fazer de nós colaboradores livres da sua obra na Igreja e no mundo. “Deus eterno e misericordioso, afastai de nós toda adversidade, para que, sem obstáculos ao corpo ou ao espírito, possamos livremente cumprir a vossa vontade” (39).

Resumindo:

§1743.

“Deus [...] deixou o ser humano entregue à sua própria decisão” (Eclo 15,14), para que

ele possa aderir livremente ao seu Criador e assim chegar à perfeição beatífica (40).

§1744.

A liberdade é a capacidade de agir ou não agir e, assim, de realizar por si mesmo ações deliberadas. Atinge a perfeição do seu ato, quando está orientada para Deus, supremo Bem.

§1745.

A liberdade caracteriza os atos propriamente humanos. Torna o ser humano responsável pelos atos de que é autor voluntário. O seu agir deliberado lhe pertence como próprio.

§1746.

A imputabilidade ou responsabilidade de uma ação pode ser diminuída ou suprimida, por ignorância, violência, medo e outros fatores psíquicos ou sociais.

§1747.

O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade do ser humano, sobretudo em matéria religiosa e moral. Mas o exercício da liberdade não implica o suposto direito de tudo dizer ou de tudo fazer.

§1748.

“Foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5,1).

ARTIGO 4: A MORALIDADE DOS ATOS HUMANOS

§1749.

A liberdade faz do ser humano um sujeito moral. Quando age de maneira deliberada, o ser humano é, por assim dizer, o pai dos seus atos. Os atos humanos, ou seja, livremente escolhidos em consequência de um juízo de consciência, são moralmente qualificáveis. São bons ou maus.

I. As fontes da moralidade

§1750.

A moralidade dos atos humanos depende:

- do objeto escolhido;

- do fim que se tem em vista ou da intenção;

- das circunstâncias da ação.

O objeto, a intenção e as circunstâncias são as “fontes” ou elementos constitutivos da moralidade dos atos humanos.

§1751.

O objeto

O objeto escolhido é um bem para o qual a vontade tende deliberadamente. É a matéria de um ato humano. O objeto escolhido especifica moralmente o ato da vontade, na medida em que a razão o reconhece e o julga conforme ou não ao verdadeiro bem. As regras objetivas da moralidade enunciam a or-

dem racional do bem e do mal, atestada pela consciência.

§1752.

A intenção

Em face do objeto, a intenção se coloca do lado do sujeito que age. Porque está na fonte voluntária da ação e a determina pelo fim em vista, a intenção é um elemento essencial na qualificação moral da ação. O fim em vista é o primeiro dado da intenção e designa a meta a atingir pela ação. A intenção é um movimento da vontade em direção ao fim; diz respeito à finalidade do agir. É o alvo do bem que se espera da ação empreendida. Não se limita à direção das nossas ações singulares,

mas pode ordenar, para um mesmo fim, ações múltiplas. Pode orientar toda a vida para o fim último. Por exemplo, um serviço prestado tem por fim ajudar o próximo, mas pode ser inspirado, ao mesmo tempo, pelo amor a Deus como fim último de todas as ações. Uma mesma ação pode também ser inspirada por várias intenções, como prestar um serviço para obter um favor ou para satisfazer a vaidade.

§1753.

O fim não justifica os meios

Uma intenção boa (por exemplo: ajudar o próximo) não torna bom nem justo um comportamento em si mesmo desordenado (co-

mo a mentira e a maledicência). O fim não justifica os meios. Assim, não se pode justificar a condenação de um inocente como meio legítimo para salvar o povo. Pelo contrário, uma intenção má acrescentada (por exemplo, à vanglória) torna mau um ato que, em si, pode ser bom (como a esmola (41)).

§1754.

As circunstâncias

As circunstâncias, incluindo as consequências, são elementos secundários de um ato moral. Contribuem para agravar ou atenuar a bondade ou malícia moral dos atos humanos (por exemplo, o montante de um roubo). Podem também diminuir ou aumen-

tar a responsabilidade do agente (por exemplo, agir por medo da morte). As circunstâncias não podem, por elas mesmas, modificar a qualidade moral dos próprios atos; não podem tornar boa nem justa uma ação má em si mesma.

II. Os atos bons e os atos maus

§1755.

O ato moralmente bom pressupõe, simultaneamente, a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias. Um fim mau corrompe a ação, mesmo que o seu objeto seja bom em si (como orar e jejuar “para ser visto pelas pessoas”).

O objeto da escolha pode, por ele só, viciar todo um modo de agir. Há comportamentos concretos - como a fornicação - cuja escolha é sempre um erro, porque comporta uma desordem da vontade e isto é um mal moral.

§1756.

Um bem não pode resultar de um mal

É, portanto errôneo julgar a moralidade dos atos humanos tendo em conta apenas a intenção que os inspira ou as circunstâncias (meio, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir etc.) que os enquadram. Há atos que, por eles e neles mesmos, independentemente das circunstâncias e das intenções, são sempre gravemente ilícitos em

razão do seu objeto. Por exemplo: a blasfêmia e o jurar falso, o homicídio e o adultério. Não é permitido fazer o mal para que dele resulte um bem.

Resumindo:

§1757.

O objeto, a intenção e as circunstâncias constituem as três “fontes” da moralidade dos atos humanos.

§1758.

O objeto escolhido especifica moralmente o ato da vontade, conforme a razão o reconhece e o julga bom ou mau.

§1759.

"Não se pode justificar uma ação má feita com boa intenção" (42). O fim não justifica os meios.

§1760.

O ato moralmente bom pressupõe, simultaneamente, a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias.

§1761.

Há comportamentos concretos pelos quais é sempre errado optar, porque a sua escolha inclui uma desordem da vontade, isto é, um mal moral. Não é permitido fazer o mal para que dele resulte um bem.

ARTIGO 5: A MORALIDADE DAS PAIXÕES

§1762.

A pessoa humana se ordena à bem-aventurança através dos seus atos deliberados. As paixões ou sentimentos que experimenta podem dispô-la neste sentido e contribuir para isto.

I. As paixões

§1763.

O termo "paixões" pertence ao patrimônio cristão. Os sentimentos ou paixões são as emoções ou movimentos da sensibilidade que inclinam a agir ou a não agir em vista do

que se sentiu ou imaginou como bom ou como mau.

§1764.

As paixões são componentes naturais do psiquismo humano, constituem o lugar de passagem e garantem a ligação entre a vida sensível e a vida do espírito. Nosso Senhor designa o coração do ser humano como fonte de onde brota o movimento das paixões (43).

§1765.

São numerosas as paixões. A mais fundamental é o amor, provocado pela atração pelo bem. O amor causa o desejo pelo bem ausente e a esperança de alcançá-lo. Este impulso tem o seu fim no prazer e na alegria do bem

possuído. A apreensão pelo mal causa o ódio, a aversão e o receio pelo mal futuro e este impulso termina na tristeza pelo mal presente ou na ira que a ele se opõe.

§1766.

"Amar é querer bem a alguém" (44). Todos os outros afetos nascem neste impulso original do coração do ser humano para o bem. Só o bem é amado (45). "As paixões são más se o amor for mau e boas, se ele for bom" (46).

II. Paixões e vida moral

§1767.

Nelas mesmas, as paixões não são nem boas nem más. Só recebem qualificação moral na medida em que dependem efetivamen-

te da razão e da vontade. As paixões se dizem voluntárias, “ou porque são comandadas pela vontade ou porque a vontade não Lhes opõe obstáculos” (47). Pertence à perfeição do bem moral ou humano que as paixões sejam reguladas pela razão (48).

§1768.

Os grandes sentimentos não determinam nem a moralidade nem a santidade das pessoas; são o reservatório inesgotável das imagens e afetos com que se expressa a vida moral. As paixões são moralmente boas quando contribuem para uma ação boa e más, no caso contrário. A vontade reta ordena, para o bem e para a bem-aventurança, os movimentos perceptíveis que assume; a vontade má

sucumbe às paixões desordenadas e as exacerba. As emoções e os sentimentos podem ser assumidos pelas virtudes ou pervertidos pelos vícios.

§1769.

Na vida cristã, o próprio Espírito Santo realiza a sua obra mobilizando todo o ser, mesmo as dores, temores e tristezas, como se vê claramente na agonia e Paixão do Senhor. Em Cristo, os sentimentos humanos podem alcançar a sua consumação na caridade e na bem-aventurança divina.

§1770.

A perfeição moral consiste em que o ser humano não seja movido para o bem só pela

vontade, mas também pelo apetite perceptível, segundo estas palavras do Salmo: “O meu coração e a minha carne exultam no Deus vivo” (Sl 84, 3).

Resumindo:

§1771.

O termo “paixões” designa afetos ou sentimentos. Através das suas emoções, o ser humano pressente o bem e suspeita do mal.

§1772.

As principais paixões são o amor e o ódio, o desejo e o temor, a alegria, a tristeza e a ira.

§1773.

Nas paixões enquanto movimentos da sensibilidade não há bem, nem mal moral.

Mas, na medida em que dependem ou não da razão e da vontade, há nelas bem ou mal moral.

§1774.

As emoções e os sentimentos podem ser assumidos pelas virtudes ou pervertidos pelos vícios.

§1775.

A perfeição do bem moral consiste em que o ser humano não seja movido para o bem só pela vontade, mas também pelo seu "coração".

ARTIGO 6: A CONSCIÊNCIA MORAL

§1776.

"No mais profundo da consciência, o ser humano descobre uma lei que ele não deu a ele mesmo, mas à qual deve obedecer e cuja voz ressoa, quando necessário, aos ouvidos do seu coração, o chamando sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal [...]. De fato, o ser humano tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus [...]. A consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do ser humano, no qual ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na intimidade do seu ser" (49).

I. O juízo da consciência

§1777.

Presente no coração da pessoa, a consciência moral (50) a leva, no momento oportuno, a fazer o bem e a evitar o mal. E também julga as opções concretas, aprovando as boas e denunciando as más (51). Ela atesta a autoridade da verdade em relação ao Bem Supremo, pelo qual a pessoa humana se sente atraída e cujos mandamentos acolhe. Quando presta atenção à consciência moral, o ser humano prudente pode ouvir Deus a lhe falar.

§1778.

A consciência moral é um juízo da razão, pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto que vai praticar, que está prestes a executar ou que já realizou. Em tudo quanto diz e faz, o ser humano tem obrigação de seguir fielmente o que sabe ser justo e reto. É pelo juízo da sua consciência que o ser humano tem a percepção e reconhece as prescrições da lei divina.

A consciência "é uma lei do nosso espírito, mas que o ultrapassa, nos dá ordens e significa responsabilidade e dever, temor e esperança [...]. É a mensageira d'Aquele que, tanto no mundo da natureza como no da graça, nos fala veladamente, nos instrui e nos go-

verna. A consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo" (52).

§1779.

Importa que cada um esteja suficientemente presente a si mesmo para ouvir e seguir a voz da sua consciência. Esta exigência de interioridade é tanto mais necessária quanto a vida nos leva muitas vezes a nos subtrair a qualquer reflexão, exame ou introspecção. "Regressa à tua consciência, interroga-a [...] Voltai, irmãos, ao vosso interior e, em tudo quanto fazeis, olhai para a Testemunha que é Deus" (53).

§1780.

A dignidade da pessoa humana implica e exige a retidão da consciência moral. A consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade (“sindérese”), a sua aplicação em determinadas circunstâncias por meio de um discernimento prático das razões e dos bens e, por fim, o juízo emitido sobre os atos concretos a praticar ou já praticados. A verdade sobre o bem moral, declarada na lei da razão, é reconhecida prática e concretamente pelo prudente juízo da consciência. Classifica-se de prudente o ser humano que faz opções em conformidade com este juízo.

§1781.

A consciência permite assumir a responsabilidade dos atos praticados. Se o ser humano comete o mal, o justo juízo da consciência pode ser nele a testemunha da verdade universal do bem e, ao mesmo tempo, da maldade da sua opção concreta. O veredito do juízo da consciência continua a ser um penhor de esperança e de misericórdia. Atestando a falta cometida, lembra o perdão a pedir, o bem ainda a praticar e a virtude a cultivar incessantemente com a graça de Deus.

“Tranquilizaremos diante d'Ele o nosso coração, se o nosso coração vier a nos acusar,

pois Deus é maior do que o nosso coração e conhece todas as coisas" (1 Jo 3, 19-20).

§1782.

O ser humano tem o direito de agir em consciência e em liberdade para tomar pessoalmente decisões morais. "O ser humano não deve ser forçado a agir contra a própria consciência. Nem deve também ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa" (54).

II. A formação da consciência

§1783.

A consciência deve ser informada e o juízo moral esclarecido. Uma consciência bem formada é reta e verídica e formula os seus

juízos segundo a razão e em conformidade com o bem verdadeiro desejado pela sabedoria do Criador. A formação da consciência é indispensável aos seres humanos submetidos a influências negativas e tentados pelo pecado a preferir o seu juízo próprio e a recusar os ensinamentos autorizados.

§1784.

A formação da consciência é tarefa para toda a vida. Desde os primeiros anos, a criança desperta para o conhecimento e para a prática da lei interior reconhecida pela consciência moral. Uma educação prudente ensina a virtude, preserva ou cura do medo, do egoísmo e do orgulho, dos ressentimentos da culpabilidade e dos movimentos de compla-

cência, nascidos da fraqueza e das faltas humanas. A formação da consciência garante a liberdade e gera a paz do coração.

§1785.

Na formação da consciência, a Palavra de Deus é a luz do nosso caminho. Devemos assimilá-la na fé e na oração e pô-la em prática. Devemos também examinar a nossa consciência com os olhos postos na cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espírito Santo, ajudados pelo testemunho e pelos conselhos dos outros e guiados pelo ensino autorizado da Igreja (55).

III. Decidir em consciência

§1786.

Perante a necessidade de decidir moralmente, a consciência pode emitir um juízo reto, de acordo com a razão e a lei de Deus ou, pelo contrário, um juízo errôneo, que se afaste delas.

§1787.

Por vezes, o ser humano se vê confrontado com situações que tornam o juízo moral menos seguro e a decisão difícil. Mas deve procurar sempre o que é justo e bom e discernir a vontade de Deus expressa na lei divina.

§1788.

Para isto, o ser humano se esforça por interpretar os dados da experiência e os sinais dos tempos, graças à virtude da prudência, aos conselhos de pessoas sensatas e à ajuda do Espírito Santo e dos seus dons.

§1789.

Algumas regras se aplicam a todos os casos:

- nunca é permitido fazer mal para que daí resulte um bem;

- a “regra de ouro” é: “Tudo quanto quiserdes que as pessoas vos façam, fazei-lhes, de igual modo, vós também” (Mt 7, 12 e Tb 4, 16) (56).

- a caridade passa sempre pelo respeito ao próximo e aa sua consciência. “Ao pecardes assim contra os irmãos, ao lhes ferirdes a consciência, é contra Cristo que pecais” (1 Cor 8, 12). “O que é bom é não [...] [fazer] nada em que o teu irmão possa tropeçar, cair ou fraquejar” (Rm 14, 21).

IV. O juízo errôneo

§1790.

O ser humano deve obedecer sempre ao juízo certo da sua consciência. Agindo deliberadamente contra ele, condenaria a si mesmo. Mas pode acontecer de a consciência moral estar na ignorância e fazer juízos errôneos sobre atos a praticar ou já praticados.

§1791.

Muitas vezes, tal ignorância pode ser imputada à responsabilidade pessoal. Assim acontece “quando o ser humano pouco se importa em procurar a verdade e o bem e quando a consciência vai progressivamente se cegando com o hábito do pecado” (57). Nestes casos, a pessoa é culpada do mal que comete.

§1792.

A ignorância a respeito de Cristo e do seu Evangelho, os maus exemplos dados por outros, a escravidão das paixões, a pretensão de uma mal entendida autonomia da consciência, a rejeição da autoridade da Igreja e do seu ensino, a falta de conversão e de carida-

de, podem estar na origem dos desvios do juízo na conduta moral.

§1793.

Se, pelo contrário, a ignorância é invencível ou o juízo errôneo é sem responsabilidade do sujeito moral, o mal cometido pela pessoa não pode lhe ser imputado. Mas, nem por isto deixa de ser um mal, uma privação, uma desordem. É preciso trabalhar, portanto, para corrigir, dos seus erros, a consciência moral.

§1794.

A consciência boa e pura é iluminada pela fé verdadeira, porque o amor procede, ao mesmo tempo, “de um coração puro, de uma

boa consciência e de uma fé sincera" (1 Tm 1, 5) (58).

"Quanto mais prevalecer a reta consciência tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão se conformar às normas objetivas da moralidade" (59).

Resumindo:

§1795.

"A consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do ser humano, no qual ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na intimidade do seu ser" (60).

§1796.

A consciência moral é um juízo da razão, pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto.

§1797.

Para o ser humano que procedeu mal, o veredito da consciência é um penhor de conversão e de esperança.

§1798.

Uma consciência bem formada é reta e verídica. Formula os seus juízos segundo a razão e em conformidade com o verdadeiro bem, desejado pela sabedoria do Criador. Cada qual deve procurar os meios para formar a sua consciência.

§1799.

Perante a necessidade de decidir moralmente, a consciência pode formular um juízo reto, de acordo com a razão e a lei divina ou, pelo contrário, um juízo errôneo que das mesmas se afasta.

§1800.

O ser humano deve obedecer sempre ao juízo certo da sua consciência.

§1801.

A consciência moral pode permanecer na ignorância ou fazer juízos errôneos. Tal ignorância e erros nem sempre são isentos de culpabilidade.

§1802.

A Palavra de Deus é luz para os nossos passos. Devemos assimilá-la na fé e na oração e pô-la em prática. É assim que se forma a consciência moral.

ARTIGO 7: AS VIRTUDES

§1803.

"Tudo o que é verdadeiro, nobre e justo, tudo o que é puro, amável e de boa reputação, tudo o que é virtude e digno de louvor, isto deveis ter no pensamento" (Fl 4, 8).

A virtude é uma disposição habitual e firme para praticar o bem. Permite à pessoa não somente praticar atos bons, mas dar o melhor dela mesma. A pessoa virtuosa tende

para o bem com todas as suas forças perceptíveis e espirituais, procura o bem e opta por ele em atos concretos.

"O fim de uma vida virtuosa consiste em se tornar semelhante a Deus" (61).

I. As virtudes humanas

§1804.

As virtudes humanas são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade, que regulam os nossos atos, ordenam as nossas paixões e guiam o nosso procedimento segundo a razão e a fé. Conferem facilidade, domínio e alegria para se levar uma vida moralmente boa. Ser

humano virtuoso é aquele que livremente pratica o bem.

As virtudes morais são humanamente adquiridas. São os frutos e os germes de atos moralmente bons e dispõem todas as potencialidades do ser humano para comungar com o amor divino.

DISTINÇÃO DAS VIRTUDES CARDEAIS

§1805.

Há quatro virtudes que desempenham um papel de eixo (*cardo*, *cardinis*). Por isto são chamadas de "cardeais". Todas as outras se agrupam em torno delas. São: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. "Se alguém ama a justiça, o fruto dos seus traba-

lhos são as virtudes, porque ela ensina a temperança e a prudência, a justiça e a fortaleza" (Sb 8, 7). Com estes ou outros nomes, estas virtudes são louvadas em numerosas passagens da Sagrada Escritura.

A PRUDÊNCIA

§1806.

A prudência é a virtude que dispõe a razão prática para discernir, em qualquer circunstância, o nosso verdadeiro bem e para escolher os justos meios de alcançá-lo. "O ser humano prudente vigia os seus passos" (Pr 14, 15). "Sede ponderados e comedidos, para poderdes orar" (l Pe 4, 7). A prudência é a "norma reta da ação" escreve São Tomás (62)

seguindo Aristóteles. Não se confunde, nem com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada "*auriga virtutum* - condutor das virtudes", porque guia as outras virtudes, lhes indicando a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O ser humano prudente decide e ordena a sua conduta segundo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e ultrapassamos as dúvidas sobre o bem a fazer e o mal a evitar.

A JUSTIÇA

§1807.

A justiça é a virtude moral que consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus se chama “virtude da religião”. Para com os seres humanos, a justiça leva a respeitar os direitos de cada qual e a estabelecer, nas relações humanas, a harmonia que promove a equidade em relação às pessoas e ao bem comum. O ser humano justo, tantas vezes evocado nos livros santos, se distingue pela retidão habitual dos seus pensamentos e da sua conduta para com o próximo. “Não cometerás injustiças nos julgamentos. Não favorecerás o pobre, nem serás complacente

para com os poderosos. Julgarás o teu próximo com imparcialidade" (Lv 19, 15). "Senhores, dai aos vossos escravos o que é justo e equitativo, considerando que também vós tendes um Senhor no Céu" (Cl 4, 1).

A FORTALEZA

§1808.

A fortaleza é a virtude moral que, no meio das dificuldades, assegura a firmeza e a constância na busca pelo bem. Torna firme a decisão de resistir às tentações e de superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza dá capacidade para vencer o medo, mesmo da morte e enfrentar a provação e as perseguições. Dispõe a ir até à renúncia e ao

sacrifício da própria vida, na defesa de uma causa justa. “O Senhor é a minha fortaleza e a minha glória” (Sl 118, 14). “No mundo, haveis de sofrer tribulações. Mas tende coragem! Eu venci o mundo!” (Jo 16, 33).

A TEMPERANÇA

§1809.

A temperança é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e proporciona o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos nos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem os apetites sensoriais, guarda uma sã discrição e não se deixa arrastar pelas paixões do

coração (63). A temperança é, muitas vezes, louvada no Antigo Testamento: "Não te deixes levar pelas tuas más inclinações e refreia os teus apetites" (Eclo 18, 30). No Novo Testamento é chamada de "moderação" ou de "sobriedade". Devemos "viver com moderação, justiça e piedade no mundo presente" (Tt 2, 12).

"Viver bem é amar a Deus com todo o coração, com toda a alma e com todo o proceder [...], de tal modo que se lhe dedica um amor incorrupto e íntegro (pela temperança), que mal algum poderá abalar (fortaleza), que a ninguém mais serve (justiça), que cuida de discernir todas as coisas para não se deixar

surpreender pela astúcia e pela mentira (prudência)" (64).

AS VIRTUDES E A GRAÇA

§1810.

As virtudes humanas, adquiridas pela educação, por atos deliberados e por uma sempre renovada perseverança no esforço, são purificadas e elevadas pela graça divina. Com a ajuda de Deus, forjam o caráter e facilitam a prática do bem. O ser humano virtuoso se sente feliz ao praticá-las.

§1811.

Não é fácil, ao ser humano ferido pelo pecado, manter o equilíbrio moral. O dom da salvação, que nos veio por Cristo, nos dá a

graça necessária para perseverar na busca das virtudes. Cada qual deve pedir constantemente esta graça de luz e de força, recorrer aos sacramentos, cooperar com o Espírito Santo e seguir os seus apelos para amar o bem e se acautelar com o mal.

II. As virtudes teologais

§1812.

As virtudes humanas são radicadas nas virtudes teologais, que adaptam as faculdades do ser humano à participação na natureza divina (65). De fato, as virtudes teologais se referem diretamente a Deus e dispõem os cristãos para viverem em relação com a San-

tíssima Trindade. Têm Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto.

§1813.

As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão, informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de proceder como filhos seus e assim merecerem a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. São três as virtudes teologais: fé esperança e amor (66).

A FÉ

§1814.

A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que Ele nos disse e revelou e que a santa Igreja nos propõe para acreditarmos, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, “o ser humano se entrega total e livremente a Deus” (67). E, por isto, o crente procura conhecer e fazer a vontade de Deus. “O justo viverá por causa da sua fé” (Hab 2, 4 e Rm 1, 17). A fé viva “atua através do amor” (Gl 5, 6).

§1815.

O dom da fé permanece naquele que não pecou contra ela (68). Mas, “sem obras, a fé

está morta" (Tg 2, 26). Privada da esperança e do amor, a fé não une plenamente o fiel a Cristo, nem faz dele um membro vivo do seu corpo.

§1816.

O discípulo de Cristo, não somente deve guardar a fé e viver dela, como ainda professá-la, dar firme testemunho dela e propagá-la. "Todos devem estar dispostos a confessar Cristo diante das pessoas e a segui-Lo no caminho da cruz, no meio das perseguições que nunca faltam à Igreja" (69). O serviço e testemunho da fé são requeridos para a salvação: "A todo aquele que me tiver reconhecido diante das pessoas, também Eu o reconhecerei diante do meu Pai que está nos Céus. Mas

aquele que tiver me negado diante das pessoas, também Eu o negarei diante do meu Pai que está nos Céus" (Mt 10, 32-33).

A ESPERANÇA

§1817.

A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos o Reino dos Céus e a vida eterna como nossa felicidade, pondo toda a nossa confiança nas promessas de Cristo e não nos apoiando nas nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo. "Conservemos firmemente a esperança que professamos, pois Aquele que fez a promessa é fiel" (Heb 10, 23). "O Espírito Santo, que Ele derramou abundantemente sobre nós, por meio de Je-

sus Cristo nosso Salvador, para que, justificados pela sua graça, nos tornássemos em esperança, herdeiros da vida eterna" (Tt 3, 6-7).

§1818.

A virtude da esperança corresponde ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração de todo o ser humano; assume as esperanças que inspiram as atividades dos seres humanos, as purifica e as ordena para o Reino dos Céus; protege contra o desânimo; sustenta no abatimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O ânimo que a esperança dá preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade.

§1819.

A esperança cristã retorna e realiza a esperança do povo eleito, que tem a sua origem e modelo na esperança de Abraão, o qual, em Isaac, foi cumulado das promessas de Deus e purificado pela provação do sacrifício (70). “Contra toda a esperança humana, Abraão teve esperança e acreditou. Por isto, se tornou pai de muitas nações” (Rm 4, 18).

§1820.

A esperança cristã se manifesta, desde o princípio da pregação de Jesus, no anúncio das bem-aventuranças. As bem-aventuranças elevam a nossa esperança para o Céu, como nova terra prometida e lhe traçam o caminho através das provações que aguardam os dis-

cípulos de Jesus. Mas, pelos méritos do mesmo Jesus Cristo e da sua Paixão, Deus nos guarda na "esperança que não engana" (Rm 5, 5). A esperança é "a âncora da alma, inabalável e segura" que penetra [...] "onde entrou Jesus como nosso precursor" (Heb 6, 19-20). É também uma arma que nos protege no combate da salvação: "Revistamo-nos com a couraça da fé e da caridade, com o capacete da esperança da salvação" (1 Ts 5, 8). Proporciona-nos alegria, mesmo no meio da provação: "alegres na esperança, pacientes na tribulação" (Rm 12, 12). Expressa-se e nutre-se com a oração, particularmente com a oração do Pai-Nosso, resumo de tudo o que a esperança nos faz desejar.

1736

§1821.

Podemos, portanto, esperar a glória do Céu prometida por Deus àqueles que O amam (71) e fazem a sua vontade (72). Em todas as circunstâncias, cada qual deve esperar, com a graça de Deus, “permanecer firme até o fim” (73) e alcançar a alegria do Céu, como eterna recompensa de Deus pelas boas obras realizadas com a graça de Cristo. É na esperança que a Igreja pede que “todos os seres humanos se salvem” (1 Tm 2, 4) e ela própria aspira a ficar, na glória do Céu, unida a Cristo, seu Esposo.

“Espera, ó minha alma, espera, que não sabes quando virá o dia nem a hora. Vela com cuidado, que tudo passa com brevidade,

embora o teu desejo faça o certo duvidoso e longo o tempo breve. Olha que, quanto mais pelejares, mais mostrarás o amor que tens a teu Deus e mais te regozijarás com teu Amado em gozo e deleite que não pode ter fim" (74).

O AMOR

§1822.

O amor é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas por Ele mesmo e ao próximo como a nós mesmos, por amor a Deus.

§1823.

Jesus faz do amor o mandamento novo (75). Amando os seus "até o fim" (Jo 13, 1),

manifesta o amor do Pai, que Ele próprio recebe. E os discípulos, amando-se uns aos outros, imitam o amor de Jesus, amor que eles recebem também neles mesmos. É por isto que Jesus diz: “Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei. Permanecei no meu amor” (Jo 15, 9). E ainda: “É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei” (Jo 15, 12).

§1824.

Fruto do Espírito e da plenitude da Lei, o amor guarda os mandamentos de Deus e do seu Cristo: “Permanecei no meu amor. Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor” (Jo 15, 9-10) (76).

§1825.

Cristo morreu por amor a nós, sendo nós ainda “inimigos” (Rm 5, 10). O Senhor nos pede que, como Ele, amemos até os nossos inimigos (77), que nos façamos o próximo dos mais afastado (78), que amemos as crianças (79) e os pobres como a Ele próprio (80).

O apóstolo São Paulo nos deixou um incomparável quadro do amor: “O amor é paciente, o amor é benigno; não é invejoso, não é altivo nem orgulhoso; não é inconveniente, não procura o próprio interesse, não se imita, não guarda ressentimento, não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade; tu-

do desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (1Cor 13, 4-7).

§1826.

Sem o amor, diz ainda o Apóstolo, "nada sou". E tudo o que for privilégio, serviço ou mesmo virtude..., se não tiver amor, "de nada me beneficia" (81). O amor é superior a todas as virtudes. É a primeira das virtudes teologais: "Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor, mas a maior de todas é o amor" (1 Cor 13, 13).

§1827.

O exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pelo amor. Este é o "vínculo da perfeição" (Cl 3, 14) e a forma das virtudes.

Articula-as e as ordena entre elas. É a fonte e o fim da sua prática cristã. O amor assegura e purifica a nossa capacidade humana de amar e a eleva à perfeição sobrenatural do amor divino.

§1828.

A prática da vida moral animada pelo amor dá ao cristão a liberdade espiritual dos filhos de Deus. O cristão já não está diante de Deus como um escravo, com temor servil, nem como o mercenário à espera do salário, mas como um filho que corresponde ao amor "d'Aquele que nos amou primeiro" (1 Jo 4, 19).

"Nós ou nos desviamos do mal por temor ao castigo e estamos na atitude do escravo ou

vivemos à espera da recompensa e nos parecemos com os mercenários ou, finalmente, é pelo bem em si e por amor Àquele que manda, que obedecemos [...] e então estamos na atitude própria dos filhos" (82).

§1829.

Os frutos do amor são: a alegria, a paz e a misericórdia; exige a prática do bem e a correção fraterna; é benevolente; suscita a reciprocidade; é desinteressado e liberal; é amizade e comunhão:

"A consumação de todas as nossas obras é o amor. É nele que está o fim. É para a conquista dele que corremos. Corremos para lá chegar e, uma vez chegados, é nele que descansamos" (83).

III. Os dons e os frutos do Espírito Santo

§1830.

A vida moral dos cristãos é sustentada pelos dons do Espírito Santo. Estes são disposições permanentes que tornam o ser humano dócil aos impulsos do Espírito Santo.

§1831.

Os sete dons do Espírito Santo são: temor a Deus, devoção, ciência, fortaleza, conselho, entendimento e sabedoria. Pertencem em plenitude a Cristo, filho de Davi (84). Completam e levam à perfeição as virtudes de quem os recebe. Tornam os fiéis dóceis na obediência pronta às inspirações divinas.

"Que o vosso espírito de bondade me conduza pelo caminho reto" (Sl 143, 10). "Todos aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus [...] e, se somos filhos, também somos herdeiros, herdeiros de Deus, coerdeiros de Cristo" (Rm 8, 14.17).

§1832.

Os frutos do Espírito são perfeições que o Espírito Santo forma em nós, como primícias da glória eterna. A tradição da Igreja enumera doze: "caridade, alegria, paz, paciência, bondade, longanimidade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência, castidade" (Gl 5, 22-23 segundo a Vulgata).

Resumindo:

§1833.

A virtude é uma disposição habitual e firme para praticar o bem.

§1834.

As virtudes humanas são disposições estáveis da inteligência e da vontade, que regulam os nossos atos, ordenam as nossas paixões e guiam o nosso procedimento segundo a razão e a fé. Podem ser agrupadas em volta das quatro virtudes cardinais: prudência, justiça, fortaleza e temperança.

§1835.

A prudência dispõe a razão prática para discernir, em todas as circunstâncias, o ver-

dadeiro bem e para escolher os justos meios de realizá-lo.

§1836.

A justiça consiste na constante e firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido.

§1837.

A fortaleza assegura, no meio das dificuldades, a firmeza e a constância na prossecução do bem.

§1838.

A temperança modera a atração pelos prazeres sensoriais e proporciona equilíbrio no usufruto dos bens criados.

§1839.

As virtudes morais se desenvolvem pela educação, por atos deliberados e pela perseverança no esforço. A graça divina as purifica e as eleva.

§1840.

As virtudes teologais dispõem os cristãos para viverem em relação com a Santíssima Trindade. Têm Deus por origem, motivo e objeto, o Deus conhecido pela fé, esperado e amado por Ele mesmo.

§1841.

São três as virtudes teologais: fé esperança e amor (85). Informam e vivificam todas as virtudes morais.

§1842.

Pela fé, cremos em Deus e em tudo quanto Ele nos revelou e a santa Igreja nos propõe para acreditarmos.

§1843.

Pela esperança, desejamos e esperamos de Deus, com firme confiança, a vida eterna e as graças para merecê-la.

§1844.

Pelo amor, amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, por amor a Deus. O amor é o "vínculo da perfeição" (Cl 3,14) e a forma de todas as virtudes.

§1845.

Os sete dons do Espírito Santo, concedidos aos cristãos, são: temor a Deus, devoção, ciência, fortaleza, conselho, entendimento e sabedoria.

ARTIGO 8: O PECADO

I. A misericórdia e o pecado

§1846.

O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores (86). O anjo assim disse a José: "Pôr-Lhe-ás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1, 21). O mesmo se diga da Eucaristia, sacramento da Redenção: "Isto é o meu sangue, o sangue da

Aliança, que vai ser derramado por todos para a remissão dos pecados" (Mt 26, 28).

§1847.

"Deus, que nos criou sem nós, não quis nos salvar sem nós" (87). O acolhimento da sua misericórdia exige de nós a confissão das nossas faltas. "Se dizemos que não temos pecado nos enganamos e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e para nos purificar de toda a maldade" (1 Jo 1, 8-9).

§1848.

Como afirma São Paulo: "Onde abundou o pecado, superabundou a graça" (Rm 5, 20).

Mas, para realizar a sua obra, a graça tem de pôr à descoberto o pecado, para converter o nosso coração e nos obter “a justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 5, 21). Como um médico que examina a chaga antes de lhe aplicar o remédio, Deus, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, projeta uma luz viva sobre o pecado.

“A conversão requer o reconhecimento do pecado. Contém, nela mesma, o juízo interior da consciência. Pode-se ver nela a prova da ação do Espírito de verdade no mais íntimo do ser humano. Torna-se, ao mesmo tempo, o princípio de um novo dom da graça e do amor: "Recebei o Espírito Santo". Assim, neste "convencer quanto ao pecado", desco-

brimos um duplo dom: o dom da verdade da consciência e o dom da certeza da redenção. O Espírito da verdade é o Consolador" (88).

II. Definição de pecado

§1849.

O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a reta consciência. É uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa de um apego perverso a certos bens. Fere a natureza do ser humano e atenta contra a solidariedade humana. Foi definido como "uma palavra, um ato ou um desejo contrários à Lei eterna" (89).

§1850.

O pecado é uma ofensa a Deus: “Pequei contra Vós, só contra Vós e fiz o mal diante dos vossos olhos” (Sl 51, 6). O pecado é contrário ao amor que Deus nos tem e afasta d'Ele os nossos corações. É, como o primeiro pecado, uma desobediência, uma revolta contra Deus, pela vontade de os seres humanos se tornarem “como deuses”, conhecendo e determinando o que é bem e o que é mal (Gn 3, 5). Assim, o pecado é “o amor a si próprio levado até ao desprezo por Deus” (90). Por esta exaltação orgulhosa de si mesmo, o pecado é diametralmente oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação (91).

§1851.

É precisamente na Paixão em que a misericórdia de Cristo vai vencê-lo que o pecado manifesta melhor a sua violência e a sua multiplicidade: incredulidade, ódio assassino, rejeição e escárnio por parte dos chefes e do povo, covardia de Pilatos e crueldade dos soldados, a traição de Judas tão dura para Jesus, a negação de Pedro e o abandono dos discípulos. No entanto, mesmo na hora das trevas e do príncipe deste mundo (92), o sacrifício de Cristo se torna secretamente a fonte de onde brotará, inesgotável, o perdão dos nossos pecados.

III. A diversidade dos pecados

§1852.

É grande a variedade dos pecados. A Sagrada Escritura nos fornece várias listas. A Epístola aos Gálatas opõe as obras da carne aos frutos do Espírito: “As obras da natureza decaída ("a carne") são claras: imoralidade, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, discórdias, ciúmes, fúrias, rivalidades, dissensões, facciosismos, invejas, excessos de bebida e de comida e coisas semelhantes a estas. Sobre elas vos previno, como já vos tinha prevenido: os que praticam ações como estas, não herdarão o Reino de Deus” (Gl 5, 19-21) (93).

§1853.

Os pecados podem se distinguir segundo o seu objeto, como todo ato humano, ou segundo as virtudes a que se opõem, por excesso ou por defeito, ou segundo os mandamentos que violam. Também podem se agrupar segundo outros critérios: os que dizem respeito a Deus, ao próximo, à própria pessoa do pecador; pecados espirituais e carnais; ou, ainda, pecados por pensamentos, palavras, obras ou omissões. A raiz do pecado está no coração do ser humano, na sua vontade livre, conforme o ensinamento do Senhor: “Do coração é que provêm pensamentos malévolos, assassínios, adultérios, fornicações, roubos, falsos testemunhos, maledicências, coisas

que tornam o ser humano impuro" (Mt 15, 19). Mas é também no coração que reside o amor, princípio das obras boas e puras, que o pecado ofende.

IV. A gravidade do pecado: pecado mortal e pecado venial

§1854.

Os pecados devem ser julgados segundo a sua gravidade. A distinção entre pecado mortal e pecado venial, já perceptível na Escritura (94), se impôs na Tradição da Igreja. A experiência dos seres humanos a corrobora.

§1855.

O pecado mortal destrói o amor no coração do ser humano por uma infração grave à

Lei de Deus. Desvia o ser humano de Deus, que é o seu último fim, a sua bem-aventurança e ele dá preferência a um bem inferior, em detrimento de Deus. O pecado venial deixa subsistir o amor, embora o ofendendo e o ferindo.

§1856.

O pecado mortal, atacando em nós o princípio vital que é o amor, torna necessária uma nova iniciativa da misericórdia de Deus e uma conversão do coração que normalmente se realiza no quadro do sacramento da Reconciliação.

“Quando [...] a vontade se deixa atrair por uma coisa propriamente contrária ao amor, pela qual somos direcionados para o nosso

fim último, o pecado, pelo seu próprio objeto, deve ser considerado mortal [...], quer seja contra o amor a Deus (como a blasfêmia, o perjúrio etc.), quer contra o amor ao próximo (como o homicídio, o adultério etc.) [...] Em contrapartida, quando a vontade do pecador por vezes se deixa levar para uma coisa que em si é desordenada, não sendo, todavia, contrária ao amor a Deus e ao próximo (como uma palavra ociosa, um risco supérfluo etc.), tais pecados são veniais" (95).

§1857.

Para que um pecado seja mortal são requeridas, simultaneamente, três condições: "É pecado mortal o que tem por objeto uma

matéria grave e é cometido com plena consciência e de propósito deliberado" (96).

§1858.

A matéria grave é precisada pelos dez Mandamentos, segundo a resposta que Jesus deu ao jovem rico: "Não mates, não cometas adultério, não furtes, não levantes falsos testemunhos, não cometas fraudes, honra pai e mãe" (Mc 10, 18). A gravidade dos pecados é maior ou menor; um homicídio é mais grave que um roubo. A qualidade das pessoas lesadas também entra em linha de conta; a violência cometida contra pessoas de família é, por sua natureza, mais grave que a exercida contra estranhos.

§1859.

Para que o pecado seja mortal tem de ser cometido com plena consciência e total consentimento. Pressupõe o conhecimento do caráter pecaminoso do ato, da sua oposição à Lei de Deus. E implica também em um consentimento suficientemente deliberado para ser uma opção pessoal. A ignorância simulada e o endurecimento do coração (97) não diminuem, antes aumentam, o caráter voluntário do pecado.

§1860.

A ignorância involuntária pode diminuir ou mesmo desculpar a imputabilidade de uma falta grave. Mas se parte do princípio de que ninguém ignora os princípios da lei mo-

ral inscritos na consciência de todo ser humano. Os impulsos da sensibilidade e as paixões podem também diminuir o caráter voluntário e livre da falta. O mesmo se diga de pressões externas e de perturbações patológicas. O pecado cometido por maldade, por escolha deliberada do mal, é o mais grave.

§1861.

O pecado mortal é uma possibilidade radical da liberdade humana, tal como o próprio amor. Tem, como consequência, a perda doa amor e a privação da graça santificante, ou seja, do estado de graça. E, se não for resgatado pelo arrependimento e pelo perdão de Deus, originará a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no Inferno, uma vez que a

nossa liberdade tem capacidade para fazer escolhas definitivas, irreversíveis. No entanto, embora nos seja possível julgar se um ato é em si, uma falta grave, devemos confiar o juízo sobre as pessoas à justiça e à misericórdia de Deus.

§1862.

Comete-se um pecado venial quando, em matéria leve, não se observa a medida prescrita pela lei moral ou quando, em matéria grave, se desobedece à lei moral, mas sem pleno conhecimento ou sem total consentimento.

§1863.

O pecado venial enfraquece o amor, traduz um afeto desordenado aos bens criados, impede o progresso da pessoa no exercício das virtudes e na prática do bem moral e merece penas temporais. O pecado venial deliberado e não seguido de arrependimento predispõe, pouco a pouco, a cometer o pecado mortal. No entanto, o pecado venial não quebra a aliança com Deus e é humanamente reparável com a graça de Deus. “Não priva da graça santificante, da amizade com Deus, do amor, nem e, portanto, da bem-aventurança eterna” (98).

“Enquanto vive na carne, o ser humano não é capaz de evitar totalmente o pecado; ao

menos os pecados leves. Mas estes pecados, que chamamos leves, não os tenhas por insignificantes. Se os tens por insignificantes quando os pesas, treme quando os contas. Muitos objetos leves fazem uma massa pesada; muitas gotas de água enchem um rio; muitos grãos fazem um monte. Onde então está a nossa esperança? Antes de tudo, na confissão...” (99).

§1864.

“Todo o pecado ou blasfêmia será perdoado aos seres humanos, mas a blasfêmia contra o Espírito não lhes será perdoada” (Mt 12, 31) (100). Não há limites para a misericórdia de Deus, mas quem recusa deliberadamente receber a misericórdia de Deus, pelo arre-

pendimento, rejeita o perdão dos seus pecados e a salvação oferecida pelo Espírito Santo (101). Tal endurecimento pode levar à impenitência final e à perdição eterna.

V. A proliferação do pecado

§1865.

O pecado arrasta ao pecado; gera o vício, pela repetição dos mesmos atos. Daí resultam as inclinações perversas que obscurecem a consciência e corrompem a apreciação concreta do bem e do mal. Assim, o pecado tende a se reproduzir e se reforçar, embora não possa destruir radicalmente o sentido moral.

§1866.

Os vícios podem ser classificados segundo as virtudes a que se opõem ou os relacionando com os pecados capitais que a experiência cristã distinguiu, na sequência de São João Cassiano (102) e São Gregório Magno (103). Chamam-se capitais porque são geradores de outros pecados e de outros vícios. São eles: a soberba, a avareza, a inveja, a ira, a luxúria, a gula e a preguiça ou acédia.

§1867.

A tradição catequética lembra também a existência de “pecados que bradam ao Céu”. Bradam ao Céu: o sangue de Abel (104); o pecado dos sodomitas (105); o clamor do povo oprimido no Egito (106); o lamento do

estrangeiro, da viúva e do órfão (107); a injustiça para com o assalariado (108).

§1868.

O pecado é um ato pessoal. Mas, além disto, nós temos responsabilidade nos pecados cometidos por outros, quando neles cooperamos:

- tomando parte neles, direta e voluntariamente;

- ordenando-os, aconselhando-os, aplaudindo-os ou aprovando-os;

- não os denunciando ou não os impedindo, quando a isto obrigados;

- protegendo os que praticam o mal.

§1869.

Assim, o pecado torna os seres humanos cúmplices uns dos outros, faz reinar entre eles a concupiscência, a violência e a injustiça. Os pecados provocam situações sociais e instituições contrárias à bondade divina. As "estruturas de pecado" são expressão e efeito dos pecados pessoais e induzem as suas vítimas a que, por sua vez, cometam o mal. Constituem, em sentido analógico, um "pecado social" (109).

Resumindo:

§1870.

"Deus incluiu todos na desobediência para usar de misericórdia para com todos" (Rm 11, 32).

§1871.

O pecado é "uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna" (110). É uma ofensa a Deus. Levanta-se contra Deus por uma desobediência contrária à obediência de Cristo.

§1872.

O pecado é um ato contrário à razão. Fere a natureza do ser humano e atenta contra a solidariedade humana.

§1873.

A raiz de todos os pecados está no coração do ser humano. As suas espécies e gravidade se aferem, principalmente, pelo seu objeto.

§1874.

Optar deliberadamente - isto é, sabendo e querendo - por algo gravemente contrário à lei divina e ao fim último do ser humano é cometer um pecado mortal. Este destrói em nós o amor, sem o qual a bem-aventurança eterna é impossível e, se não houver arrependimento, tem como consequência a morte eterna.

§1875.

O pecado venial constitui uma desordem moral reparável pelo amor que deixa subsistir em nós.

§1876.

A repetição dos pecados, mesmo veniais, gera os vícios, entre os quais se distinguem os pecados capitais.

Notas

1. Cf. Lc 15, 11-32.
2. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
3. Cf. 2 Cor 4, 4.
4. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
5. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 14: AAS 58 (1966) 1036.
6. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 24: AAS 58 (1966) 1045.
7. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 15: AAS 58 (1966) 1036.
8. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 17: AAS 58 (1966) 1037.
9. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
10. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 13: AAS 58 (1966) 1034.
11. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 13: AAS 58 (1966) 1035.
12. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 22: AAS 58 (1966) 1042.
13. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 15: AAS 58 (1966)
1036.

14. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 17: AAS 58 (1966) 1037.
15. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
16. Santo Agostinho, De moribus Ecclesiæ catholicæ 1. 3, 4: CSEL 90, 6 (PL 32, 1312).
17. Santo Agostinho, Confissões, 10, 20, 29: CCL 27, 170 (PL 32, 791).
18. São Tomás de Aquino, In Symbolum Apostolarum scilicet “Credo in Deum” expositio, c. 15: Opera omnia, v. 27 (Parisiis 1875) p. 228.
19. Cf. Mt 4, 17.
20. Cf. 1 Jo 3, 2; 1 Cor 13.
21. Cf. Mt 25, 21. 23.
22. Cf. Heb 4, 7-11 .
23. Santo Agostinho, De civitate Dei, 22, 30 CSEL 40/2, 670 (PL 41, 804).
24. Cf. Jo 17, 3.
25. Cf. Rm 8, 18.
26. Santo Ireneu de Lião, Adversus Hæreses, 4, 20, 5: SC 100, 638.
27. Johannes Henricus Newman, Discourses addressed to Mixed Congregations, 5 [Saintliness the Standard of Christian Principie] (Westminister 1966), p. 89-91.
28. Cf. parábola do semeador: Mt 13, 3-23.

29. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 17: AAS 58 (1966) 1037.
30. Santo Ireneu de Lião, Adversus Hæreses, 4, 4, 3: SC 100, 424 (PG 7, 983).
31. Cf. Rm 6, 17.
32. Cf. Gn 4, 10.
33. Cf. 2 Sm 12, 7-15.
34. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 930-931.
35. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 7: AAS 58 (1966) 934-935.
36. Congregação para a Doutrina da Fé, Instr. Libertatis conscientia, 13: AAS 79 (1987) 559.
37. Cf. Jo 8, 32.
38. Cf. Rm 8, 21.
39. Domingo XXXII do Tempo Comum, Colecta: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p.371 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992,
426].
40. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 17: AAS 58 (1966)
1037.
41. Cf. Mt 6, 2-4.
42. São Tomás de Aquino, In duo præcepta caritatis et in decem Legis præcepta expositio,c.6: Opera omnia, v. 27 (Parisiis 1875) p. 149.

43. Cf. Mc 7, 21.
44. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2. q. 26. a. 4. c: Ed. Leon. 6, 190.
45. Cf. Santo Agostinho, De Trinitate, 8, 3, 4: CCL 50, 271-272 (PL 42, 949).
46. Santo Agostinho, De civitate Dei, 14, 7: CSEL 40/2. 13 (PL 41, 410).
47. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 24, a. 1 e.: Ed. Leon. 6, 179.
48. Cf. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 24, a. 3. c.: Ed. Leon. 6, 181.
49. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
50. Cf. Rm 2, 14-16.
51. Cf. Rm 1, 32.
52. Joannes Henricus Newman, A Letter to the Duke of Norfolk, 5: Certain Diffculties felt by Anglicans in Catholic Teaching, v. 2 (Westminster 1969) p. 248.
53. Santo Agostinho, In epistulam Iohannis ad Parthos tractatus 8, 9: PL 35, 2041.
54. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 3: AAS 58 (1966) 932.
55. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 14: AAS 58 (1966) 940.
56. Cf. Lc 6, 31; Tb 4, 15.

57. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
58. Cf. 1 Tm 3, 9; 2 Tm 1, 3; 1 Pe 3, 21; Act 24, 16.
59. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
60. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 16: AAS 58 (1966) 1037.
61. São Gregório de Nissa, De Beatitudinibus, oratio 1: Gregorii Nysseni opera. ed. W. Jæger, v. 7/2 (Leiden 1992) p. 82 (PG 44, 1200).
62. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 47. a. 2. sed contra: Ed. Leon.
8, 349.
63. Cf. Eclo 5, 2; 37, 27-31.
64. Santo Agostinho, De moribus Ecclesiæ catholicæ, 1, 25, 46: CSEL 90, 51 (PL 32, 1330-1331).
65. Cf. 2 Pe 1, 4.
66. Cf. 1 Cor 13, 13.
67. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Verbum, 5: AAS 58 (1966) 819.
68. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, c. 15: DS 1544.
69. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42: AAS 57 (1965) 48: cf. ID., Decl. Dignitatis humanæ, 14: AAS 58 (1966) 940.
70. Cf. Gn 17, 4-8; 22, 1-18.
71. Cf. Rm 8, 28-30.

72. Cf. Mt 7, 21.
73. Cf. Mt 10, 22: Concílio de Trento, Sess. 5, Decretum de iustificatione, c. 13: DS 1541.
74. Santa Teresa de Jesus exclamaciones del alma a Dios, 15, 3: Biblioteca Mística Carmelitana, v. 4 (Burgos 1917) p. 290. [Exclamações, XV. 3: Obras Completas (Paço de Arcos. Edições Carmelo 1994) p. 959).
75. Cf. Jo 13. 34.
76. Cf. Mt 22, 40: Rm 13, 8-10.
77. Cf. Mt 5, 44.
78. Cf. Lc 10, 27-37.
79. Cf Mc 9, 37.
80. Cf. Mt 25, 40.45.
81. Cf. 1 Cor 13, 1-4.
82. São Basílio Magno, Regulæ fusius tractatæ, prol. 3: PG 31. 896.
83. Santo Agostinho, In epistulam Iohannis ad Parthos tractus 10, 4: PL 35, 20562057.
84. Cf. Is 11, 1-2.
85. 1 Cor 13, 13.
86. Cf. Lc 15.
87. Santo Agostinho, Sermão 169, 11, 13: PL 38, 923.
88. João Paulo II enc. Dominum et vivificantem, 31: AAS 78 (1986) 843.
89. Santo Agostinho, Contra Faustum manichæum, 22, 27: CSEL 25, 621 (PL 42, 418): cf.São Tomás de

Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 71, a. 6: Ed. Leon. 7, 8-9.
90. Santo Agostinho, De civitate Dei, 14, 28: CSEL 40/2, 56 (PL 41, 436).
91. Cf. Fl 2, 6-9.
92. Cf. Jo 14, 30.
93. Cf. Rm 1, 28-32; 1 Cor 6, 9-10 ef 5, 3-5; Cl 3, 5-9; 1 Tm 1, 9-10; 2 Tm 3, 2-5.
94. Cf. 1 Jo 5, 16-17.
95. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 88. a. 2 e: Ed. Leon. 7, 135.
96. João Paulo II. Ex. ap. Reconciliatio et pænitentia, 17: AAS 77 (1985) 221.
97. Cf. Mc 3, 5-6; Lc 16, 19-31.
98. João Paulo II ex. ap. Reconciliatio et pænitentia, 17: AAS 77 (1985) 221.
99. Santo Agostinho, In epistulam Iohannis Parthos tractatus, 1, 6: PL 35, 1982.
100. Cf. Mc 3. 29; Lc 12, 10.
101. Cf. João Paulo II enc. Dominum et vivificantem, 46: AAS 78 (1986) 864-865.
102. Cf. São Cassiano, Conlatio, 5, 2: CSEL 13, 121 (PL 49, 611).
103. Cf. São Gregório Magno, Moralia in Jó, 31, 45, 87: CCL 143B, 1610 (PL 76, 621).
104. Cf. Gn 4. 10.
105. Cf. Gn 18, 20; 19, 13.

106. Cf. Ex 3, 7-10.
107. Cf. Ex 22, 20-22.
108. Cf. Dt 24, 14-15; Tg 5, 4.
109. J oão Paulo II ex. ap. Reconciliatio et pænitentia, 16: AAS 77 (1985) 216.
110. Santo Agostinho, Contra Faustum manichæum, 22, 27: CSEL 25, 621 (PL 42, 418).

CAPÍTULO SEGUNDO: A COMUNIDADE HUMANA

§1877.

A vocação da humanidade é manifestar a imagem de Deus e ser transformada à imagem do Filho único do Pai. Esta vocação se reveste de uma forma pessoal, pois, cada um é chamado a entrar na bem-aventurança divina. Mas diz também respeito ao conjunto da comunidade humana.

ARTIGO 1: A PESSOA E A SOCIEDADE

I. O caráter comunitário da vocação humana

§1878.

Todos os seres humanos são chamados ao mesmo fim, que é o próprio Deus. Existe certa semelhança entre a unidade entre as Pessoas divinas e a fraternidade que os seres humanos devem instaurar entre eles, na verdade e no amor (1). O amor ao próximo é inseparável do amor a Deus.

§1879.

A pessoa humana tem necessidade da vida social. Esta não constitui para ela algo de acessório, mas uma exigência da sua natureza.

Graças ao contato com os demais, ao serviço mútuo e ao diálogo com os seus irmãos, o ser humano desenvolve as suas capacidades e assim responde à sua vocação (2).

§1880.

Sociedade é um conjunto de pessoas ligadas de modo orgânico por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas. Assembleia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade perdura no tempo; assume o passado e prepara o futuro. Através dela, cada ser humano é constituído "herdeiro", recebe "talentos" que enriquecem a sua identidade e cujos frutos deve desenvolver (3). Com toda a razão, cada um é devedor de dedicação às comunidades de que faz parte e de

respeito às autoridades encarregadas do bem comum.

§1881.

Cada comunidade é definida pelo fim a que tende e, por conseguinte, obedece a regras específicas. Mas “a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais” (4).

§1882.

Certas sociedades, como a família e a comunidade civil, correspondem de modo mais imediato à natureza do ser humano. São-lhe necessárias. Para favorecer a participação do maior número possível de pessoas na vida social, deve-se fomentar a criação de associa-

ções e instituições de livre iniciativa, “com fins econômicos, culturais, sociais, desportivos, recreativos, profissionais, políticos, tanto no interior das comunidades políticas como a nível mundial” (5). Esta “socialização” expressa também a tendência natural que leva os seres humanos a se associarem, com vistas a atingirem objetivos que ultrapassam as capacidades individuais, desenvolve as qualidades da pessoa, particularmente o sentido de iniciativa e de responsabilidade e contribui para garantir os seus direitos (6).

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

§1883.

Mas a socialização também oferece perigos. Uma intervenção exagerada do Estado pode constituir uma ameaça à liberdade e às iniciativas pessoais. A doutrina da Igreja elaborou o princípio dito da subsidiariedade. Segundo ele, “uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua ação com a dos demais componentes sociais, com vistas ao bem comum” (7).

§1884.

Deus não quis reservar só para Ele o exercício de todos os poderes. Confia a cada criatura as funções que ela é capaz de exercer, segundo as capacidades da sua própria natureza. Este modo de governo deve ser imitado na vida social. O procedimento de Deus no governo do mundo, que testemunha tão grande respeito para com a liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria daqueles que governam as comunidades humanas. Eles devem atuar como ministros da Providência divina.

§1885.

O princípio da subsidiariedade se opõe a todas as formas de coletivismo e marca os

limites da intervenção do Estado. Visa harmonizar as relações entre os indivíduos e as sociedades e tende a instaurar uma verdadeira ordem internacional.

II. Conversão e sociedade

§1886.

A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para atingir este fim, tem de ser respeitada a justa hierarquia dos valores, que "subordina as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais" (8):

"A convivência humana [...] há de se considerar, antes de tudo, como um fato de ordem principalmente espiritual: como comu-

nicação de conhecimentos, à luz da verdade, exercício de direitos e cumprimento de deveres; incentivo e apelo aos bens do espírito; gozo comum do justo prazer da beleza em todas as suas expressões; permanente disposição para partilhar com os outros o melhor de si mesmo; aspiração a uma mútua e cada vez mais rica assimilação de valores espirituais. Todos estes valores vivificam e, ao mesmo tempo, orientam tudo o que diz respeito às doutrinas, às realidades econômicas, à convivência cívica, aos movimentos e regimes políticos, à ordem jurídica e aos demais elementos exteriores através dos quais se articula e se expressa a convivência humana no seu incessante devir" (9).

1790

§1887.

A inversão dos meios e dos fins (10), que chega a dar valor de fim último ao que não passa de meio para a ele chegar ou a considerar as pessoas como puros meios com vistas a um fim, gera estruturas injustas que “tornam árduo e praticamente impossível um procedimento cristão conforme com os mandamentos do Divino Legislador” (11).

§1888.

Deve-se, pois, apelar para as capacidades espirituais e morais da pessoa e para a exigência permanente da sua conversão interior, para se conseguirem mudanças sociais que estejam realmente ao seu serviço. A prioridade reconhecida à conversão do coração,

não elimina de modo algum, antes impõe, a obrigação de introduzir, nas instituições e nas condições de vida, quando introduzem ao pecado, as correções convenientes para que elas se conformem com as normas da justiça e favoreçam o bem em vez de se lhe oporem (12).

§1889.

Sem a ajuda da graça, os seres humanos não seriam capazes de "descobrir o caminho, muitas vezes estreito, entre a covardia que cede ao mal e a violência que, julgando combatê-lo, o agrava" (13). É o caminho da caridade, ou seja, do amor a Deus e ao próximo. A caridade constitui o maior mandamento social. Ela respeita o outro e os seus direitos

exige a prática da justiça, de que só ela nos torna capazes e nos inspira uma vida de entrega: “Quem procurar preservar sua vida, há de perdê-la; quem a perder, há de salvá-la” (Lc 17, 33).

Resumindo:

§1890.

Existe certa semelhança entre a unidade das Pessoas divinas e a fraternidade que os seres humanos devem instaurar entre eles.

§1891.

Para se desenvolver em conformidade com a sua natureza, a pessoa humana tem necessidade da vida social. Certas sociedades, como a família e a comunidade civil, corres-

pondem, de modo mais imediato, à natureza do ser humano.

§1892.

"A pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais" (14).

§1893.

Deve-se promover uma larga participação nas associações e instituições de livre iniciativa.

§1894.

Segundo o princípio da subsidiariedade, nem o Estado nem qualquer sociedade mais abrangente devem substituir a iniciativa e à

responsabilidade das pessoas e dos corpos intermediários.

§1895.

A sociedade deve favorecer a prática das virtudes e não impedi-la. Deve se inspirar numa justa hierarquia de valores.

§1896.

Onde quer que o pecado perverta o clima social, deve-se fazer apelo à conversão dos corações e à graça de Deus. A caridade incentiva reformas justas. Não existe solução para a questão social fora do Evangelho (15).

ARTIGO 2: A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

I. A autoridade

§1897.

"A sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda se a ela não presidir uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum" (16).

Chama-se "autoridade" àquela qualidade em virtude da qual pessoas ou instituições dão leis e ordens às pessoas e esperam obediência da parte delas.

§1898.

Toda a comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a governe (17). Esta tem o seu fundamento na natureza humana. Ela é necessária para a unidade da comunidade civil. O seu papel consiste em assegurar, o quanto possível, o bem comum da sociedade.

§1899.

A autoridade exigida pela ordem moral emana de Deus: “Submeta-se cada qual às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não tenha sido constituída por Deus e as que existem foram estabelecidas por Ele. Quem resiste, pois, à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus e os que

lhe resistem atraem sobre si a condenação" (Rm 13, 1-2) (18).

§1900.

O dever de obediência impõe a todos a obrigação de tributar à autoridade as honras que lhe são devidas e de rodear de respeito e, segundo o seu mérito, de gratidão e benevolência, as pessoas que a exercem.

Saída da pena do papa São Clemente de Roma encontramos a mais antiga oração da Igreja pela autoridade política (19):

"Dai-lhes, Senhor, a saúde, a paz, a concórdia, a estabilidade, para que exerçam sem obstáculos a soberania que lhes confiastes. Sois Vós, ó mestre, celeste rei dos séculos, quem dá, aos filhos dos seres humanos, gló-

ria, honra e poder sobre as coisas da terra. Dirigi, Senhor, o seu conselho, segundo o que é bom, segundo o que é agradável aos vossos olhos, para que, exercendo com piedade, na paz e na mansidão, o poder que lhes destes, Vos encontrem propício" (20).

§1901.

Se a autoridade remete para uma ordem fixada por Deus, já "a determinação dos regimes políticos, tal como a designação dos seus dirigentes, devem ser deixados à livre vontade dos cidadãos" (12).

A diversidade dos regimes políticos é moralmente admissível, desde que concorram para o bem legítimo da comunidade que os adota. Os regimes cuja natureza for contrária

à lei natural, à ordem pública e aos direitos fundamentais das pessoas não podem promover o bem comum das nações onde se impuseram.

§1902.

A autoridade não recebe de si mesma a legitimidade moral. Por isto, não deve proceder de maneira despótica, mas agir em prol do bem comum, como uma "força moral fundada na liberdade e no sentido de responsabilidade" (22):

"A legislação humana só se reveste do caráter de lei na medida em que se conforma com a justa razão. Daí ser evidente que ela recebe todo o seu vigor da Lei eterna. Na medida em que se afastar da razão, deve ser de-

clarada injusta, pois não realiza a noção de lei; será, antes, uma forma de violência" (23).

§1903.

A autoridade só é exercida legitimamente na medida em que procurar o bem comum do respectivo grupo e em que, para atingi-lo empregar meios moralmente lícitos. No caso de os dirigentes promulgarem leis injustas ou tomarem medidas contrárias à ordem moral, tais disposições não podem obrigar as consciências. "Neste caso, a própria autoridade deixa de existir e degenera em abuso do poder" (24).

§1904.

"É preferível que todo poder seja equilibrado por outros poderes e outras competências que o mantenham no seu justo limite. Este é o princípio do "Estado de direito", no qual é soberana a Lei e não a vontade arbitrária dos seres humanos" (25).

II. O bem comum

§1905.

Em conformidade com a natureza social do ser humano, o bem de cada um está necessariamente relacionado com o bem comum. E este não pode se definir senão em referência à pessoa humana.

"Não vivais isolados, fechados em vós mesmos, como se já estivésseis justificados, mas reuni-vos para procurar, em conjunto, o que é de interesse comum" (26).

§1906.

Por bem comum deve-se entender "o conjunto das condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir a sua perfeição, do modo mais completo e adequado" (27). O bem comum interessa à vida de todos. Exige prudência da parte de cada um e, sobretudo, da parte de quem exerce a autoridade. E inclui três elementos essenciais.

§1907.

Supõe, em primeiro lugar, o respeito à pessoa como tal. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A sociedade humana deve se empenhar em permitir, a cada um dos seus membros, realizar a própria vocação. De modo particular, o bem comum reside nas condições do exercício das liberdades naturais, indispensáveis à realização da vocação humana. “Por exemplo, o direito de agir segundo a reta norma da sua consciência, o direito à salvaguarda da vida privada e à justa liberdade, mesmo em matéria religiosa” (28).

§1908.

Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento da própria sociedade. O desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. Sem dúvida, à autoridade compete arbitrar, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares, mas deve tornar acessível a cada qual aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho educação e cultura, informação conveniente, direito de constituir família (29) etc.

§1909.

Finalmente, o bem comum implica a paz, quer dizer, a permanência e segurança de

uma ordem justa. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a segurança da sociedade e dos seus membros. O bem comum está na base do direito à legítima defesa, pessoal e coletiva.

§1910.

Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite se reconhecer como tal, é na comunidade política que se encontra a sua realização mais completa. Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos corpos intermediários.

§1911.

As dependências humanas se intensificam. Estendem-se, pouco a pouco, a toda a terra. A unidade da família humana, reunindo seres de igual dignidade natural, implica em um bem comum universal. E este requer uma organização da comunidade das nações capaz de “prover às diversas necessidades dos seres humanos, tanto no domínio da vida social (alimentação, saúde educação...), como para fazer face a múltiplas circunstâncias particulares que podem surgir aqui e ali. (Por exemplo: [...] acudir às misérias dos refugiados, dar assistência aos migrantes e suas famílias...)” (30).

§1912.

O bem comum está sempre orientado para o progresso das pessoas. “A ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não o inverso” (31). Esta ordem tem por base a verdade, constrói-se na justiça e é vivificada pelo amor.

III. Responsabilidade e participação

§1913.

Participação é o empenho voluntário e generoso da pessoa nas permutas sociais. É necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum.

Este é um dever inerente à dignidade da pessoa humana.

§1914.

A participação se realiza, primeiro, ao se encarregar alguém dos setores de que assume a responsabilidade pessoal. Pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o ser humano participa do bem dos outros e da sociedade (32).

§1915.

Os cidadãos devem, tanto quanto possível, tomar parte ativa na vida pública. As modalidades desta participação podem variar de país para país ou de uma cultura para outra.

“É de se louvar o modo de agir das nações em que, em autêntica liberdade, o maior número possível de cidadãos participa dos assuntos públicos” (33).

§1916.

A participação de todos na promoção do bem comum implica, como qualquer dever ético, uma conversão incessantemente renovada dos parceiros sociais. A fraude e outros subterfúgios, pelos quais alguns se esquivam às obrigações da lei e às prescrições do dever social, devem ser firmemente condenados como incompatíveis com as exigências da justiça. Importa promover o progresso das instituições que melhorem as condições da vida humana (34).

§1917.

Incumbe àqueles que exercem cargos de autoridade garantir os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a se colocar ao serviço dos seus semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. “Pode-se legitimamente pensar que o futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar, às gerações de amanhã, razões para viver e para ter esperança” (35).

Resumindo:

§1918.

"Não existe autoridade que não venha de Deus e as que existem foram estabelecidas por Deus" (Rm 13,1).

§1919.

Toda a comunidade humana tem necessidade de uma autoridade para se manter e se desenvolver:

§1920.

"A comunidade política e a autoridade pública têm o seu fundamento na natureza humana e pertencem, por isto, à ordem estabelecida por Deus" (36).

§1921.

A autoridade é exercida de modo legítimo se se dedicar a conseguir o bem comum da sociedade. Para atingi-lo, deve empregar meios moralmente aceitáveis.

§1922.

A diversidade dos regimes políticos é legítima, desde que estas concorram para o bem da comunidade.

§1923.

A autoridade política deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral e garantir as condições necessárias para o exercício da liberdade.

§1924.

O bem comum abrange “o conjunto das condições sociais que permitem, aos grupos e às pessoas, atingir a sua perfeição, do modo mais pleno e fácil” (37).

§1925.

O bem comum inclui três elementos essenciais: o respeito e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa; a prosperidade ou desenvolvimento dos bens espirituais e temporais da sociedade; a paz e a segurança do grupo e dos seus membros.

§1926.

A dignidade da pessoa humana implica na busca do bem comum. Cada qual deve se

preocupar em suscitar e sustentar instituições que melhorem as condições da vida humana.

§1927.

Compete ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil. O bem comum de toda a família humana exige uma organização da sociedade internacional.

ARTIGO 3: A JUSTIÇA SOCIAL

§1928.

A sociedade garante a justiça social quando realiza as condições que permitem às associações e aos indivíduos obterem o que lhes é devido, segundo a sua natureza e vocação.

A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.

I. O respeito pela pessoa humana

§1929.

A justiça social só pode ser alcançada com o respeito à dignidade transcendente do ser humano. A pessoa constitui o fim último da sociedade, que está ordenada para ela.

A defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana "nos foram confiadas pelo Criador, tarefa a que estão rigorosa e responsavelmente obrigados os homens e as mulheres em todas as conjunturas da história" (38).

§1930.

O respeito pela pessoa humana implica no dos direitos que decorrem da sua dignidade de criatura. Esses direitos são anteriores à sociedade e impõem-se-lhe. Estão na base da legitimidade moral de qualquer autoridade. Desprezando-os ou recusando reconhecê-los na sua legislação positiva, uma sociedade atenta contra a sua própria legitimidade moral (39). Faltando esse respeito, uma sociedade não tem outra solução, senão o recurso à força e à violência, para obter a obediência dos seus súditos. É dever da Igreja trazer, à memória das pessoas de boa vontade, aqueles direitos e distingui-los das reivindicações abusivas ou falsas.

§1931.

O respeito pela pessoa humana passa pelo respeito pelo princípio: “Que cada um considere o seu próximo, sem qualquer exceção, como “outro ele mesmo” e zele, antes de tudo, pela sua existência e pelos meios que lhe são necessários para viver dignamente” (40). Nenhuma legislação será capaz, por ela mesma, de fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo que são obstáculo ao estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Tais atitudes só desaparecem com o amor, que vê em cada ser humano um “próximo”, um irmão.

§1932.

O dever de nos fazermos o “próximo” do outro e de o servirmos ativamente é tanto mais premente quanto esse outro for mais indefeso, seja em que domínio for. “Quantas vezes o fizestes a um dos meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes” (Mt 25, 40).

§1933.

Este mesmo dever é extensivo a todos os que pensam ou se comportam de modo diferente de nós. A doutrina de Cristo chega a exigir o perdão das ofensas. Ele estende o mandamento do amor, que é o da nova Lei, a todos os inimigos (41). A libertação, no espírito do Evangelho, é incompatível com o ódio ao inimigo enquanto pessoa, embora não o

seja com o ódio ao mal, que ele pode praticar enquanto inimigo.

II. Igualdade e diferença entre os seres humanos

§1934.

Criados à imagem do Deus único, dotados de uma idêntica alma racional, todos os seres humanos têm a mesma natureza e a mesma origem. Resgatados pelo sacrifício de Cristo, todos são chamados a participar da mesma bem-aventurança divina. Todos gozam, portanto, de igual dignidade.

§1935.

A igualdade entre os seres humanos se assenta essencialmente na sua dignidade pessoal e nos direitos que dela decorrem.

“Toda a espécie de discriminação com relação aos direitos fundamentais da pessoa, quer por razão do sexo, quer da raça, cor, condição social, língua ou religião, deve ser ultrapassada e eliminada como contrária ao desígnio de Deus” (42).

§1936.

Ao vir ao mundo, o ser humano não dispõe de tudo o que é necessário para o desenvolvimento da sua vida corporal e espiritual. Precisa dos outros. Há diferenças relacionadas com a idade, as capacidades físicas, as

aptidões intelectuais e morais, os intercâmbios de que cada um pôde se beneficiar, a distribuição das riquezas (43). Os “talentos” não são distribuídos por igual (44).

§1937.

Estas diferenças fazem parte do plano de Deus que quer que cada um receba de outrem aquilo de que precisa e que os que dispõem de “talentos” particulares comuniquem os seus benefícios aos que deles precisam. As diferenças estimulam e muitas vezes obrigam as pessoas à magnanimidade, à benevolência e à partilha e estimulam as culturas a enriquecerem umas às outras:

“Eu distribuo as virtudes tão diferentemente que não dou tudo a todos, mas a uns

uma e a outros outra [...] A um darei principalmente o amor, a outro a justiça, a este a humildade, àquele uma fé viva. [...] E assim, dei muitos dons e graças de virtudes espirituais e temporais com tal diversidade que não comuniquei tudo a uma só pessoa, para que vós fosseis forçados a praticar o amor uns para com os outros; [...] Eu quis que um tivesse necessidade do outro e todos fossem meus ministros na distribuição das graças e dons de Mim recebidos" (45).

§1938.

Mas também existem desigualdades iníquas que ferem milhões de homens e de mulheres. Essas estão em contradição frontal com o Evangelho.

"A igual dignidade pessoal postula que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. Com efeito, as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros ou povos da única família humana provocam escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional" (46).

III. A solidariedade humana

§1939.

O princípio da solidariedade, também enunciado sob o nome de "amizade" ou de "caridade social", é uma exigência direta da fraternidade humana e cristã (47).

Um erro, “hoje largamente espalhado, é o que esquece esta lei da solidariedade humana e do amor, ditada e imposta tanto pela comunidade de origem e pela igualdade da natureza racional entre todos os seres humanos, seja qual for o povo a que pertençam, como pelo sacrifício da redenção oferecido por Jesus Cristo no altar da cruz ao Pai celeste em favor da humanidade pecadora” (48).

§1940.

A solidariedade se manifesta em primeiro lugar na repartição dos bens e na remuneração do trabalho. Implica também ,o esforço por uma ordem social mais justa em que as tensões possam ser resolvidas melhor e os

conflitos encontrem mais facilmente uma saída negociada.

§1941.

Os problemas socioeconômicos só podem ser resolvidos com a ajuda de todas as formas de solidariedade: solidariedade dos pobres entre eles, dos ricos com os pobres, dos trabalhadores entre eles, dos empresários e empregados na empresa; solidariedade entre as nações e entre os povos. A solidariedade internacional é uma exigência de ordem moral. Dela depende, em parte, a paz do mundo.

§1942.

A virtude da solidariedade vai além dos bens materiais. Ao difundir os bens espiritu-

ais da fé, a Igreja favoreceu, por acréscimo, o desenvolvimento dos bens temporais, a que, muitas vezes, abriu novos caminhos. Assim se verificou, ao longo dos séculos, a Palavra do Senhor: “Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo” (Mt 6, 33):

“Desde há dois mil anos que vive e persevera na alma da Igreja este sentimento, que levou e ainda leva as almas até ao heroísmo caridoso dos monges agricultores, dos libertadores de escravos, dos que cuidam dos doentes, dos mensageiros da fé, da civilização, da ciência a todas as gerações e a todos os povos com vistas a criar condições sociais

capazes de tornar possível a todos uma vida digna do ser humano e do cristão" (49).

Resumindo:

§1943.

A sociedade assegura a justiça social, realizando as condições que permitem às associações e aos indivíduos obterem o que lhes é devido.

§1944.

O respeito pela pessoa humana considera o outro como "outro eu". Supõe o respeito pelos direitos fundamentais, decorrentes da dignidade intrínseca da pessoa.

§1945.

A igualdade entre os seres humanos está assentada na sua dignidade pessoal e nos direitos que dela decorrem.

§1946.

As diferenças entre as pessoas fazem parte do desígnio de Deus, que quer que precisemos uns dos outros. Devem estimular a caridade.

§1947.

A igual dignidade das pessoas humanas exige esforços no sentido de reduzir desigualdades sociais e econômicas excessivas. Ela conduz ao desaparecimento das desigualdades iníquas.

§1948.

A solidariedade é uma virtude eminentemente crista. Ela pratica a partilha dos bens espirituais, ainda mais que a dos materiais.

Notas

1. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 24: AAS 58 (1966) 1045.
2. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 25: AAS 58 (1966) 1045.
3. Cf. Lc 19, 13. 15.
4. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 25: AAS 58 (1966) 1045.
5. João XXIII enc. Mater et magistra, 60: AAS 53 (1961) 416.
6. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 24: AAS 58 (1966) 10451046; João Paulo II enc. Centesimus annus, 16: AAS 83 (1991) 813.
7. João Paulo II enc. Centesimus annus, 48: AAS 83 (1991) 854: cf. Pio XI enc. Quadragesimo anno: AAS 23 (1931) 184-186.
8. João Paulo II enc. Centesimus annus, 36: AAS 83 (1991) 838.
9. João XXIII enc. Pacem in terris, 36: AAS 55 (1963) 266.
10. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 41: AAS 83 (1991) 844.
11. Pio XII, Mensagem radiofônica (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 197.
12. Cf. II Concílio do Vaticano, Cons. dogm. Lumen Gentium, 36: AAS 57 (1965) 42.

13. João Paulo II enc. Centesimus annus, 25 AAS 83 (1991) 823.
14. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 25 AAS 58 (1966) 1045.
15. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 5: AAS 83 (1991) 800.
16. João XXIII enc. Pacem in terris, 46: AAS 55 (1963) 269.
17. Cf. Leão XIII enc. Diuturnum illud: Leonis XIII Acta 2, 271; Id. enc. Immortale Dei:Leonis XIII Acta, 5, 120.
18. Cf. 1 Pe 2, 13-17.
19 Cf. já 1 Tm 2, 1-2.
20. São Clemente de Roma epistula ad Corinthios, 61, 1-2: SC 167, 198-200 (Funk 1, 178-180).
21. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 74: AAS 58 (1966) 1096.
22. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 74: AAS 58 (1966) 1096.
23. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 93, a. 3. ad 2: Ed. Leon. 7, 164.
24. João XXIII enc. Pacem in terris, 51: AAS 55 (1963) 271.
25. João Paulo II enc. Centesimus annus, 44: AAS 83 (1991) 848.
26. Pseudo Barnabé epistula, 4, 10: SC 172, 100-102 (Funk 1, 48).

27. Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966)1046: cf. Ibid., 74: AAS 58 (1966) 1096.
28. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966) 1046.
29. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966) 1046.
30. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 84: AAS 58 (1966) 1107.
31. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966) 1047.
32. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 31: AAS 83 (1991) 847.
33. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 3162: AAS 58 (1966) 1050.
34. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 30: AAS 58 (1966) 1049.
35. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 31: AAS 58 (1966) 1050.
36. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 74: AAS 58 (1966) 1096.
37. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966) 1046.
38. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 47: AAS 80 (1988) 581.
39. Cf. João XXIII enc. Pacem in terris, 61: AAS 55 (1963) 274.

40. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 27: AAS 58 (1966) 274.
41. Cf. Mt 5, 43-44.
42. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 29: AAS 58 (1966) 10481049.
43. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 29: AAS 58 (1966) 1048.
44. Cf. Mt 25, 14-30: Lc 19, 11-27.
45. Santa Catarina de Sena, Il dialogo della Divina provvidenza, 7: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 23-24.
46. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 29: AAS 58 (1966) 1049.
47. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 38-40: AAS 80 (1988) 564-569; Id.. Enc. Centesimus annus, 10: AAS 83 (1991) 805-806.
48. Pio XII enc. Summi Pontificatus: AAS 31 (1939) 426.
49. Pio XII, Mensagem radiofônica (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 204.

CAPÍTULO TERCEIRO: A SALVAÇÃO DE DEUS: A LEI E A GRAÇA

§1949.

Chamado à bem-aventurança, mas ferido pelo pecado, o ser humano tem necessidade da salvação de Deus. O auxílio divino lhe é dado em Cristo, pela lei que o dirige e na graça que o ampara.

"Trabalhai com temor e tremor na vossa salvação, porque é Deus que opera em vós o querer e o fazer, segundo os seus desígnios" (Fl 2, 12-13).

ARTIGO 1: A LEI MORAL

§1950.

A lei moral é obra da Sabedoria divina. Podemos defini-la, em sentido bíblico, como uma instrução paterna, uma pedagogia de Deus. Ela prescreve ao ser humano os caminhos, as regras de procedimento que o levam à bem-aventurança prometida e lhe proíbe os caminhos do mal, que desviam de Deus e do seu amor. Ela é, ao mesmo tempo, firme nos seus preceitos e amável nas suas promessas.

§1951.

A lei é uma regra de procedimento decorrente da autoridade competente com vistas ao bem comum. A lei moral pressupõe a or-

dem racional estabelecida entre as criaturas, para seu bem e com vistas ao seu fim, pelo poder, sabedoria e bondade do Criador. Toda lei encontra na Lei eterna a sua verdade primeira e última. A lei é declarada e estabelecida pela razão como uma participação na Providência do Deus vivo, Criador e Redentor de todos. “Esta ordenação da razão, eis o que se chama lei” (1).

“Entre todos os seres animados, o ser humano é o único que pode se glorificar de ter recebido de Deus uma lei. Animal dotado de razão, capaz de compreender e de discernir ele regulará o seu procedimento dispondo da sua liberdade e da sua razão, na submissão Àquele que tudo lhe submeteu” (2).

§1952.

As expressões da lei moral são diversas, mas todas coordenadas entre elas: a lei eterna, fonte em Deus de todas as leis; a lei natural; a lei revelada, compreendendo a Lei antiga e a Lei nova ou evangélica e, por fim, as leis civis e eclesiásticas.

§1953.

A lei moral encontra em Cristo a sua plenitude e unidade. Jesus Cristo é, em pessoa, o caminho da perfeição. Ele é o fim da lei, porque só Ele ensina e confere a justiça de Deus: "O fim da Lei é Cristo, para a justificação de todo aquele que crê" (Rm 10, 4).

I. A lei moral natural

§1954.

O ser humano participa da sabedoria e da bondade do Criador, que lhe confere o domínio dos seus atos e a capacidade de se governar com vistas à verdade e ao bem. A lei natural expressa o sentido moral original que permite ao ser humano discernir, pela razão, o bem e o mal, a verdade e a mentira. “A lei natural [...] está escrita e gravada na alma de todos e de cada um dos seres humanos, porque não é senão a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar... Mas este ditame da razão humana não poderia ter força de lei, se não fosse a voz e a intérprete de

uma razão superior, à qual o nosso espírito e a nossa liberdade devem estar sujeitos” (3).

§1955.

A lei “divina e natural” (4) mostra ao ser humano o caminho a seguir para praticar o bem e atingir o seu fim. A lei natural enuncia os preceitos primários e essenciais que regem a vida moral. Tem como eixo a aspiração e a submissão a Deus, fonte e juiz de todo bem, assim como o sentido do outro como igual a si mesmo. Quanto aos seus preceitos principais, está expressa no Decálogo. Esta Lei é chamada natural, não em relação à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga é própria da natureza humana:

“Onde estão, pois, inscritas [estas regras] senão no livro daquela luz que se chama a verdade? É lá que está escrita toda a lei justa e é de lá que ela passa para o coração do ser humano que pratica a justiça. Não que migre para ele, mas porque nele imprime a sua marca, à maneira de um selo que, do sinete, passa para a cera, sem contudo deixar o sinete” (5).

A lei natural “não é senão a luz da inteligência posta em nós por Deus. Por ela, nós conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou esta lei, Deus a deu ao ser humano na criação” (6).

§1956.

Presente no coração de cada ser humano e estabelecida pela razão, a lei natural é universal nos seus preceitos e a sua autoridade se estende a todos os seres humanos. Ela expressa a dignidade da pessoa e determina a base dos seus deveres e direitos fundamentais.

“Existe, sem dúvida, uma verdadeira lei, que é a reta razão. Ela é conforme à natureza comum a todos os seres humanos; é imutável e eterna; as suas ordens apelam para o dever; as suas proibições desviam da falta. [...] É um sacrilégio substituí-la por uma lei contrária e é interdito deixar de cumprir uma só que seja

das suas disposições. Quanto a revogá-la inteiramente, ninguém o pode fazer" (7).

§1957.

A aplicação da lei natural varia muito. Pode requerer uma reflexão adaptada à multiplicidade das condições de vida, segundo os lugares, as épocas e as circunstâncias. Todavia, na diversidade das culturas, a lei natural permanece como regra que une os seres humanos entre eles, lhes impondo, para além das diferenças inevitáveis, princípios comuns.

§1958.

A lei natural é imutável (8) e permanente através das variações da história. Subsiste

sob o fluxo das ideias e dos costumes e está na base do respectivo progresso. As regras que a traduzem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que se lhe neguem até os princípios, não é possível destruí-la nem tirá-la do coração do ser humano. Ela ressurge sempre na vida dos indivíduos e das sociedades:

"Não há dúvida de que o roubo é punido pela vossa Lei, Senhor e pela lei que está escrita no coração do ser humano e que nem a própria iniquidade consegue apagar" (9).

§1959.

Obra excelente do Criador, a lei natural fornece os fundamentos sólidos sobre os quais o ser humano pode construir o edifício

das regras morais que hão de orientar as suas opções. Também nela se assenta a base moral indispensável para a construção da comunidade dos seres humanos. Enfim, proporciona a base necessária à lei civil, que a ela se liga, quer por uma reflexão que, dos seus princípios, tira as conclusões, quer por adições de natureza positiva e jurídica.

§1960.

Os preceitos da lei natural não são recebidos por todos de maneira clara e imediata. Na situação atual, a graça e a Revelação são necessárias ao ser humano pecador para que as verdades religiosas e morais possam ser conhecidas "por todos e sem dificuldade, com firme certeza e sem mistura de erro" (10). A

lei natural proporciona, à lei revelada e à graça, uma base preparada por Deus e concedida por obra do Espírito.

II. A Lei antiga

§1961.

Deus, nosso Criador e nosso Redentor, escolheu Israel como seu povo e lhe revelou a sua Lei, preparando assim a vinda de Cristo. A Lei de Moisés expressa muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas se encontram declaradas e autenticadas no âmago da aliança da salvação.

§1962.

A Lei antiga é o primeiro estágio da Lei revelada. As suas prescrições morais estão re-

sumidas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assentam os alicerces da vocação do ser humano, feito à imagem de Deus, proíbem o que é contrário ao amor a Deus e ao próximo e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo ser humano, para lhe manifestar o apelo e os caminhos de Deus e o proteger contra o mal:

Deus “escreveu nas tábuas da Lei o que os seres humanos não liam nos seus corações” (11)

§1963.

Segundo a tradição cristã, a Lei santa (12) espiritual (13) e boa (14), é ainda imperfeita. Como um pedagogo (15) ela mostra o que se

deve fazer, mas, só por ela, não dá a força e a graça do Espírito para ser cumprida. Por causa do pecado, que ela não pode anular, não deixa de ser uma lei de escravidão. Segundo São Paulo ela tem por função, principalmente, denunciar e manifestar o pecado que constitui uma "lei de concupiscência" (16) no coração do ser humano. No entanto, a Lei permanece como a primeira etapa no caminho para o Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão para a conversão e para a fé em Deus salvador. Proporciona um ensinamento que subsiste para sempre como Palavra de Deus.

§1964.

A Lei antiga é uma preparação para o Evangelho. “A Lei é profecia e pedagogia das realidades futuras” (17). Ela profetiza e preanuncia a obra de libertação do pecado, que será realizada por Cristo e fornece, ao Novo Testamento, imagens, “tipos” e símbolos para expressar a vida segundo o Espírito. Finalmente, a Lei é completada pelo ensinamento dos Livros Sapienciais e dos Profetas, que a orientam para a Nova Aliança e para o Reino dos Céus.

“Houve [...], na vigência da Antiga Aliança, pessoas que possuíam o amor e a graça do Espírito Santo e aspiravam, acima de tudo, às promessas espirituais e eternas e, sob este

aspecto, já pertenciam à nova Lei. E, vice-versa, existem, na nova Aliança, pessoas carnais, ainda distantes da perfeição da Nova Lei. Para estimulá-los à prática da virtude, tem sido necessário, mesmo na Nova Aliança, o temor ao castigo e certas promessas temporais. Em todo caso, a Lei antiga, embora prescrevesse o amor, não dava o Espírito Santo, pelo qual "o amor é derramado em nossos corações" (Rm 5, 5)" (18).

III. A nova Lei ou Lei evangélica

§1965.

A Lei nova ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da Lei divina, natural e revelada. É obra de Cristo e tem a sua expressão, de mo-

do particular, no Sermão da Montanha. É também obra do Espírito Santo e, por Ele, se torna a lei interior do amor. “Estabelecerei, com a casa de Israel, uma aliança nova [...] Hei de imprimir as minhas leis no seu espírito e as gravarei no seu coração. Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo” (Heb 8, 8-10) (19).

§1966.

A Lei nova é a graça do Espírito Santo, dada aos fiéis pela fé em Cristo. Opera através do amor e se serve do Sermão do Senhor para nos ensinar o que se deve fazer e dos sacramentos, para nos comunicar a graça de fazê-lo.

"Aquele que quiser meditar com devoção e perspicácia o Sermão que nosso Senhor pronunciou na Montanha, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, nele encontrará, sem dúvida alguma, a carta perfeita da vida cristã [...]. Esse Sermão encerra todos os preceitos próprios para guiar a vida cristã" (20).

§1967.

A Lei evangélica "cumpre" (21), apura, ultrapassa e leva à perfeição a Lei antiga. Nas "bem-aventuranças", ela cumpre as promessas divinas, as elevando e as ordenando para o "Reino dos Céus". Dirige-se àqueles que estão dispostos a acolher com fé esta esperança nova: os pobres, os humildes, os aflitos, os corações puros, os perseguidos por

causa de Cristo, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.

§1968.

A Lei evangélica dá cumprimento aos mandamentos da Lei. O Sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei antiga, tira deles as virtualidades ocultas, fazendo surgir novas exigências. Ele revela toda a verdade divina e humana que elas contêm. Não acrescenta preceitos externos novos, mas chega a reformar a raiz dos atos, o coração, onde o ser humano escolhe entre o puro e o impuro (22), onde se formam a fé, a esperança e o amor e, com elas, as outras virtudes. Assim, o Evangelho leva a Lei à sua plenitude, pela imitação da

perfeição do Pai celeste (23), pelo perdão aos inimigos e pela oração pelos perseguidores, à maneira da generosidade divina (24).

§1969.

A Lei nova pratica os atos da religião: a esmola, a oração, o jejum, os ordenando para "o Pai, que vê no segredo", ao contrário do desejo "de ser visto pelas pessoas" (25). A sua oração é o "Pai Nosso" (26).

§1970.

A Lei evangélica implica na escolha decisiva entre "os dois caminhos" (27) e a passagem à prática das palavras do Senhor (28); resume-se na regra de ouro: "Tudo quanto quiserdes que as pessoas vos façam, fazei-

lho, de igual modo, vós também, pois nisto consiste a Lei e os Profetas" (Mt 7, 12 e Tb 4: 16) (29).

Toda a Lei evangélica se apoia no "mandamento novo" de Jesus (30), de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou (31).

§1971.

Ao Sermão do Senhor convém juntar a catequese moral dos ensinamentos apostólicos, como Rm 12-15; 1 Cor 12-13; Cl 3-4 Ef 4-5 etc. Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, sobretudo pela exposição das virtudes que decorrem da fé em Cristo e que são estimuladas pelo amor, o principal dom do Espírito Santo. "Seja o vosso amor sem fingimento

[...]. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno [...]. Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação e perseverantes na oração, acudindo com a vossa parte às necessidades dos santos, procurando o ensejo de exercer a hospitalidade (Rm 12, 912). Esta catequese nos ensina também a tratar os casos de consciência à luz da nossa relação com Cristo e com a Igreja (23).

§1972.

A Lei nova é chamada de Lei do amor, porque faz agir mais pelo amor infundido pelo Espírito Santo do que pelo temor. É Lei da graça, porque confere a força da graça para agir pela fé e pelos sacramentos. É Lei de liberdade, porque nos liberta das observân-

cias rituais e jurídicas da Lei antiga, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso do amor e, finalmente, nos faz passar da condição do escravo "que ignora o que faz o seu senhor", para a do amigo de Cristo: "porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai" (Jo 15, 15). Ou ainda para a condição de filho herdeiro (34).

§1973.

Além dos seus preceitos, a Lei nova inclui também os conselhos evangélicos. A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos é estabelecida pela referência ao amor, que é a perfeição da vida cristã. Os preceitos se destinam a afastar tudo o que é incompatível com o amor.

Os conselhos têm por fim afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir impedimento à expansão do amor (35).

§1974.

Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva do amor, sempre insatisfeito por não dar mais. Atestam o seu ímpeto e solicitam a nossa prontidão espiritual. A perfeição da Lei nova consiste essencialmente nos preceitos do amor a Deus e ao próximo. Os conselhos indicam caminhos mais diretos, meios mais adequados e são praticáveis segundo a vocação de cada um.

"Deus não quer que cada um observe todos os conselhos, mas somente os que são convenientes, segundo a diversidade das pes-

soas, dos tempos, das ocasiões e das forças, como o amor requer, pois é ele que, como rei de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as ações cristãs, lhes dá a todos e a todas o lugar, a ordem, o tempo e o valor" (36).

Resumindo:

§1975.

Segundo as Escrituras, a Lei é uma instrução paterna de Deus que prescreve ao ser humano os caminhos que levam à bem-aventurança prometida e proíbe os caminhos do mal.

§1976.

"A lei é uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada por aquele que tem o encargo da comunidade" (37).

§1977.

"Cristo é o fim da Lei" (38). Só Ele ensina e concede a justiça de Deus.

§1978.

A lei natural é uma participação na sabedoria e bondade de Deus pelo ser humano, formado à imagem do seu Criador. Ela expressa a dignidade da pessoa humana e constitui a base dos seus direitos e deveres fundamentais.

§1979.

A lei natural é imutável e permanente através da história. As regras que a traduzem permanecem substancialmente válidas. É a base necessária para a fixação das regras morais e da lei civil.

§1980.

A Lei antiga foi o primeiro estágio da Lei revelada. As suas prescrições morais estão resumidas nos Dez Mandamentos.

§1981.

A Lei de Moisés contém muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Deus as revelou porque os seres humanos não as liam nos seus corações.

§1982.

A Lei antiga é uma preparação para o Evangelho.

§1983.

A nova Lei é a graça do Espírito Santo recebida pela fé em Cristo e que opera através do amor. Está expressa sobretudo no Sermão do Senhor na Montanha e utiliza os sacramentos para nos comunicar a graça.

§1984.

A Lei evangélica cumpre, ultrapassa e aperfeiçoa a Lei antiga. As suas promessas pelas bem-aventuranças do Reino dos Céus e os seus mandamentos reformam a raiz dos atos: o coração.

§1985.

A nova Lei é uma lei de amor, uma lei de graça, uma lei de liberdade.

§1986.

Além dos seus preceitos, a nova Lei inclui os conselhos evangélicos. “A santidade da Igreja é especialmente favorecida pelos vários conselhos que o Senhor propõe no Evangelho aos seus discípulos” (39).

ARTIGO 2: GRAÇA E JUSTIFICAÇÃO

I. A justificação

§1987.

A graça do Espírito Santo tem o poder de nos justificar, isto é, de nos lavar dos nossos pecados e de nos comunicar “a justiça de

Deus, pela fé em Jesus Cristo" (40) e pelo Batismo (41):

"Se morremos com Cristo, acreditamos que também com Ele viveremos, sabendo que, uma vez ressuscitado dos mortos, Cristo já não morre; a morte já não tem domínio sobre Ele. Porque, na morte que sofreu, Cristo morreu para o pecado de uma vez para sempre, mas a sua vida é uma vida para Deus. Assim, vós também, considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus" (Rm 6, 8-l l).

§1988.

Pelo poder do Espírito Santo, nós tomamos parte na Paixão de Cristo, morrendo para o pecado e, na sua ressurreição, nascen-

do para uma vida nova. Somos os membros do seu corpo, que é a Igreja (42), os sarmentos enxertados na videira, que é Ele próprio (43).

"É pelo Espírito que nós temos parte em Deus. [...] Pela participação no Espírito, nos tornamos participantes da natureza divina [...]. É por isto que aqueles em quem habita o Espírito são divinizados" (44).

§1989.

A primeira obra da graça do Espírito Santo é a conversão, que opera a justificação, segundo a mensagem de Jesus no princípio do Evangelho: "Convertei-vos, que está perto o Reino dos Céus" (Mt 4, 17). Sob a moção da graça, o ser humano se volta para Deus e se

desvia do pecado, acolhendo assim o perdão e a justiça do Alto. “A justificação comporta, portanto, a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do ser humano interior” (45).

§1990.

A justificação desliga o ser humano do pecado, que está em contradição com o amor a Deus e lhe purifica o coração. A justificação continua a iniciativa da misericórdia de Deus, que oferece o perdão; reconcilia o ser humano com Deus; o liberta da escravidão do pecado e o cura.

§1991.

A justificação é, ao mesmo tempo, acolhimento da justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo. Justiça designa, aqui, a retidão do amor divino. Com a justificação, são derramados nos nossos corações a fé, a esperança e o amor e nos é concedida a obediência à vontade divina.

§1992.

A justificação nos foi merecida pela Paixão de Cristo, que, na cruz, Se ofereceu como hóstia viva, santa e agradável a Deus e cujo sangue se tornou instrumento de propiciação pelos pecados de todos os seres humanos. A justificação é concedida pelo Batismo, sacramento da fé. Conforma-nos com a justiça

de Deus, que nos torna interiormente justos pelo poder da sua misericórdia. E tem por fim a glória de Deus e de Cristo e o dom da vida eterna (46).

"Mas agora, foi sem a Lei que se manifestou a justiça de Deus, atestada pela Lei e pelos Profetas; a justiça que vem para todos os crentes, mediante a fé em Jesus Cristo. É que não há diferença alguma; todos pecaram e estão privados da glória de Deus. Sem o merecerem, são justificados pela sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus. Deus o ofereceu para, nele, pelo seu sangue, se realizar a expiação que atua mediante a fé. Foi assim que Ele mostrou a sua justiça, ao perdoar os pecados cometidos outrora, no

tempo da divina paciência. Deus mostra assim a sua justiça no tempo presente, porque Ele é justo e justifica quem tem fé em Jesus" (Rm 3, 21-26).

§1993.

A justificação estabelece a colaboração entre a graça de Deus e a liberdade do ser humano. Do lado do ser humano, se expressa na concordância da fé à Palavra de Deus que convida à conversão e na cooperação do amor com o impulso do Espírito Santo que se lhe adianta e o guarda.

"Quando Deus move o coração do ser humano pela iluminação do Espírito Santo, o ser humano não fica sem fazer nada ao receber esta inspiração, que, aliás, pode rejeitar.

No entanto, também não pode, sem a graça de Deus, caminhar, por sua livre vontade, para a justiça na sua presença" (47).

§1994.

A justificação é a obra mais excelente do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus e concedido pelo Espírito Santo. Santo Agostinho pensa que "a justificação do ímpio é obra maior que a criação do Céu e da terra", porque "o Céu e a terra passarão, ao passo que a justificação e a salvação dos eleitos permanecerão" (48). Pensa mesmo que a justificação dos pecadores é mais importante que a criação dos anjos em justiça, pelo fato de demonstrar uma maior misericórdia.

§1995.

O Espírito Santo é o mestre interior. Fazendo nascer o “ser humano interior” (49), a justificação implica na santificação de todo o ser.

“Pois, como pusestes os vossos membros ao serviço da impureza e do mal para cometer a iniquidade, assim, ponde agora os vossos membros ao serviço da justiça, para chegar à santidade. [...] Mas agora, libertos do pecado e feitos servos de Deus, tendes por fruto a santidade e o fim é a vida eterna” (Rm 6, 19-22).

II. A graça

§1996.

A nossa justificação vem da graça de Deus. A graça é o favor, o socorro gratuito que Deus nos dá para respondermos ao seu chamamento para nos tornarmos filhos de Deus (50); filhos adotivos (51) participantes da natureza divina (52) e da vida eterna (53).

§1997.

A graça é uma participação na vida de Deus e nos introduz na intimidade da vida trinitária. Pelo Batismo, o cristão participa da graça de Cristo, Cabeça do seu Corpo. Como "filho adotivo", pode doravante chamar Deus de "Pai", em união com o seu Filho Unigênito

e recebe a vida do Espírito, que lhe infunde o amor e forma a Igreja.

§1998.

Esta vocação para a vida eterna é sobrenatural. Depende inteiramente da iniciativa gratuita de Deus, porque só Ele pode Se revelar e dar a Si mesmo. E ultrapassa as capacidades da inteligência e as forças da vontade humana, como de qualquer criatura (54).

§1999.

A graça de Cristo é dom gratuito que Deus nos faz da sua vida e que é infundida pelo Espírito Santo na nossa alma, para curá-la do pecado e a santificar. A graça santificante, ou

deificante, é recebida no Batismo. É, em nós, a nascente da obra de santificação (55).

"Por isto, se alguém está em Cristo, é uma nova criação. O que era antigo passou. Eis que surgiram coisas novas! Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo" (2 Cor 5, 17-18).

§2000.

A graça santificante é um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural que aperfeiçoa a própria alma, para torná-la capaz de viver com Deus e de agir por seu amor. Devemos distinguir a graça habitual, disposição permanente para viver e agir segundo o apelo divino e as graças atuais, que designam as intervenções divinas, quer na

origem da conversão, quer no decurso da obra de santificação.

§2001.

A preparação do ser humano para acolher a graça já é obra da graça. Esta é necessária para suscitar e sustentar a nossa colaboração na justificação pela fé e na santificação através do amor. Deus aperfeiçoa em nós o que ele começou, porque é Ele quem, "segundo o seu beneplácito, realiza em nós o querer e o fazer" (Fl 2, 13) e opera naqueles que querem o aperfeiçoamento (56).

"É certo que nós também trabalhamos, mas não fazemos mais do que cooperar com Deus que opera, porque a sua misericórdia nos precedeu. Precedeu-nos para sermos cu-

rados e continua a nos acompanhar para que, uma vez curados, sejamos vivificados. Precede-nos para que sejamos chamados, segue-nos para que sejamos glorificados, precede-nos para que vivamos segundo a devoção, segue-nos para que vivamos para sempre com Ele, porque, sem Ele, nada podemos fazer" (57).

§2002.

A livre iniciativa de Deus reclama a resposta livre do ser humano, porque Deus criou o ser humano à sua imagem, lhe conferindo, com a liberdade, o poder de conhecê-Lo e de amá-Lo. Só livremente é que a sua alma entra na comunhão do amor. Deus toca imediatamente e move diretamente o coração do ser

humano. Colocou no ser humano uma aspiração à verdade e ao bem, que só Ele pode satisfazer. As promessas da “vida eterna” correspondem a esta aspiração, para além de toda a esperança.

“Se Tu, após as tuas obras muito boas, [...] descansaste no sétimo dia, foi para nos dizer de antemão, pela voz do Teu Livro, que no fim das nossas obras, que "são muito boas" pelo simples fato de teres sido Tu quem nolas deu, também nós repousaremos em Ti, no Sábado da vida eterna” (58).

§2003.

A graça é, antes de tudo e principalmente, o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas também compreende os dons que

o Espírito nos dá para nos associar à sua obra, para nos tornar capazes de colaborar na salvação dos outros e no crescimento do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. São as graças sacramentais, dons próprios dos diferentes sacramentos. São, além disto, as graças especiais, também chamadas “carismas”, segundo o termo grego empregado por São Paulo e que significa “favor”, “dom gratuito”, “benesse” (59). Qualquer que seja o seu caráter, por vezes extraordinário, como o dom dos milagres ou das línguas, os carismas estão ordenados para a graça santificante e têm por finalidade o bem comum da Igreja. Estão ao serviço do amor que edifica a Igreja (60).

§2004.

Entre as graças especiais, devem ser mencionadas as graças de estado que acompanham o exercício das responsabilidades da vida cristã e dos ministérios no seio da Igreja. “Possuímos dons diferentes, conforme a graça que nos foi dada. Quem tem o dom da profecia, comunique-o em harmonia com a fé; quem tem o dom do ministério, exerça as funções do ministério; quem tem o dom do ensino, ensine; quem tem o dom de exortar, exorte; quem tem a missão de repartir, faça-o com desinteresse; quem preside, faça-o com zelo; quem exerce a misericórdia, faça-o com alegria” (Rm 12, 6-8).

§2005.

Sendo, como é, de ordem sobrenatural, a graça escapa da nossa experiência e só pode ser conhecida pela fé. Não podemos, pois, nos basear nos nossos sentimentos nem nas nossas obras, para daí concluirmos que estamos justificados e salvos (61). No entanto, segundo a palavra do Senhor, que diz: “Pelos seus frutos os conhecereis” (Mt 7, 20), a consideração das benesses de Deus na nossa vida e na vida dos santos nos oferece uma garantia de que a graça de Deus opera em nós e nos estimula a uma fé cada vez maior e a uma atitude de pobreza confiante.

Encontramos uma das mais belas ilustrações desta atitude na resposta de Santa Joa-

na d'Arc a uma pergunta capciosa dos seus juízes eclesiásticos: “Interrogada sobre se sabe se está na graça de Deus, ela responde: "Se não estou, Deus nela me ponha; se estou, Deus nela me guarde"” (62).

III. O mérito

“Vós sois glorificado na assembleia dos santos. Quando coroais os seus méritos, coroais os vossos próprios dons” (63).

§2006.

A palavra “mérito” designa, em geral, a retribuição devida por uma comunidade ou sociedade à ação de um dos seus membros, experimentada como um benefício ou um malefício, digna de recompensa ou de casti-

go. O mérito diz respeito à virtude da justiça em conformidade com o princípio da igualdade que a rege.

§2007.

Em relação a Deus, não há, da parte do ser humano, mérito, no sentido de um direito estrito. Entre Ele e nós, a desigualdade é sem medida, pois nós tudo recebemos d'Ele, nosso Criador.

§2008.

O mérito do ser humano perante Deus, na vida cristã, provém do fato de que Deus se dispôs, livremente, a associar o ser humano à obra da sua graça. A ação paterna de Deus está em primeiro lugar, pelo seu impulso e o

livre agir do ser humano está em segundo, na sua colaboração, de modo que os méritos das obras devem ser atribuídos primeiro à graça de Deus e depois ao fiel. Aliás, o próprio mérito do ser humano depende de Deus, porque as suas boas ações procedem em Cristo, das predisposições e ajudas do Espírito Santo.

§2009.

A adoção filial, que nos torna, pela graça, participantes da natureza divina, pode nos conferir, segundo a justiça gratuita de Deus, um verdadeiro mérito. Trata-se de um direito derivante da graça, o direito pleno do amor que nos faz "coerdeiros" de Cristo e dignos de obtermos a "herança prometida da vida eterna" (64). Os méritos das nossas boas obras

são dons da bondade divina (65). “A graça precedeu e agora se restitui o que é devido [...] Os méritos são dons de Deus” (66).

§2010.

Uma vez que, na ordem da graça, a iniciativa pertence a Deus, ninguém pode merecer a graça primeira, que está na origem da conversão, do perdão e da justificação. Sob a moção do Espírito Santo e do amor, podemos, depois, merecer para nós mesmos e para outros, as graças úteis para a santificação e para o aumento da graça e do amor, bem como para a obtenção da vida eterna. Os próprios bens temporais, tais como a saúde e a amizade, podem ser merecidos segundo a sabedoria de Deus. Estas graças e estes bens

são objeto da oração cristã. Esta provê à nossa necessidade da graça para as ações meritórias.

§2011.

O amor de Cristo é, em nós, a fonte de todos os nossos méritos diante de Deus. A graça, nos unindo a Cristo com um amor ativo, assegura a qualidade sobrenatural dos nossos atos e, por consequência, o seu mérito, tanto diante de Deus como diante das pessoas. Os santos tiveram sempre uma consciência viva de que os seus méritos eram pura graça.

"Depois do exílio da terra espero ir gozar de Vós na Pátria, mas não quero acumular méritos para o Céu, quero é trabalhar só por vosso amor [...]. Na noite desta vida, apare-

cerei diante de Vós com as mãos vazias, pois não Vos peço, Senhor, que conteis as minhas obras. Todas as nossas justiças têm manchas aos vossos olhos. Quero, portanto, me revestir com a vossa própria Justiça e receber do vosso amor a posse eterna de Vós mesmo...” (67).

IV. A santidade cristã

§2012.

“Deus concorre em tudo para o bem daqueles que O amam [...]. Porque os que Ele de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem do seu Filho, para que Ele seja o Primogênito de muitos irmãos. E aqueles que predestinou,

também os chamou e aqueles que chamou, também os justificou e aqueles que justificou, também os glorificou" (Rm 8, 28-30).

§2013.

"Os cristãos, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição do amor" (68). Todos são chamados à santidade: "Sede perfeitos, como o vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5, 48). "Para alcançar esta perfeição, empreguem os fiéis as forças recebidas segundo a medida em que Cristo as dá, para que [...], obedecendo em tudo à vontade do Pai, se consagrem com toda a alma à glória do Senhor e ao serviço ao próximo. Assim crescerá em frutos abundantes a santidade do povo de Deus, como pa-

tentemente se manifesta na história da Igreja, com a vida de tantos santos" (69).

§2014.

O progresso espiritual tende para a união cada vez mais íntima com Cristo. Esta união se chama "mística", porque participa do mistério de Cristo através dos sacramentos - "os santos mistérios" - e, n'Ele, do mistério da Santíssima Trindade. Deus nos chama todos a esta íntima união com Ele, mesmo que graças especiais ou sinais extraordinários desta vida mística somente a alguns sejam concedidos, para manifestar o dom gratuito feito a todos.

§2015.

O caminho desta perfeição passa pela cruz. Não há santidade sem renúncia e combate espiritual (70). O progresso espiritual implica na ascese e na mortificação, que conduzem gradualmente a viver na paz e na alegria das bem-aventuranças.

“Aquele que sobe, nunca mais para de ir, de princípio em princípio, por princípios que não têm fim. Aquele que sobe nunca mais deixa de desejar aquilo que já conhece” (71).

§2016.

Os filhos da santa Igreja, nossa Mãe esperam justamente a graça da perseverança final e a recompensa de Deus seu Pai pelas boas obras realizadas com a sua graça em comu-

nhão com Jesus (72). Guardando a mesma regra de vida, os crentes partilham a "bem-aventurada esperança" dos que a misericórdia divina reúne na "Cidade santa, a nova Jerusalém, que desce do Céu, como noiva adornada para o seu Esposo" (Ap 21, 2).

Resumindo:

§2017.

A graça do Espírito Santo nos confere a justiça de Deus. Unindo-nos, pela fé e pelo Batismo, à Paixão e ressurreição de Cristo, o Espírito Santo nos faz participar da sua vida.

§2018.

A justificação, tal como a conversão, apresenta duas faces. Sob a moção da graça, o ser

humano se volta para Deus e se desvia do pecado, recebendo assim o perdão e a justiça do Alto.

§2019.

A justificação compreende a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do ser humano interior.

§2020.

A justificação nos foi merecida pela Paixão de Cristo. Foi-nos dada por meio do Batismo. Conforma-nos com a justiça de Deus que nos faz justos. Tem como fim a glória de Deus e de Cristo e o dom da vida eterna. É a obra mais excelente da misericórdia de Deus.

§2021.

A graça é o socorro que Deus nos dá para correspondermos à nossa vocação de nos tornarmos seus filhos adotivos. Introduz-nos na intimidade da vida trinitária.

§2022.

Na obra da graça, a iniciativa divina previne, prepara e suscita a livre resposta do ser humano. A graça corresponde às aspirações profundas da liberdade humana, a chama para cooperar com ela e a aperfeiçoa.

§2023.

A graça santificante é o dom gratuito que Deus nos faz da sua vida infundida pelo Espí-

rito Santo na alma para curá-la do pecado e a santificar.

§2024.

A graça santificante nos torna “agradáveis a Deus”. Os carismas, graças especiais do Espírito Santo, estão subordinados à graça santificante e têm por finalidade o bem comum da Igreja. Deus também atua por meio de múltiplas graças atuais, distintas da graça habitual, permanente em nós.

§2025.

Não há para nós mérito diante de Deus, senão como consequência do livre desígnio divino de associar o ser humano à obra da sua graça. O mérito pertence, em primeiro

lugar, à graça de Deus e, em segundo lugar, à cooperação do ser humano. O mérito do ser humano se reverte para Deus.

§2026.

A graça do Espírito Santo em virtude da nossa filiação adotiva pode nos conferir um verdadeiro mérito segundo a justiça gratuita de Deus. O amor é, em nós, a principal fonte de mérito perante Deus.

§2027.

Ninguém pode merecer a graça primeira, que está na origem da conversão. Sob a moção do Espírito Santo, podemos merecer, para nós mesmos e para outrem, todas as gra-

ças úteis para chegar à vida eterna, bem como os bens temporais necessários.

§2028.

"Todos os cristãos [...] são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição do amor" (73). "A perfeição cristã só tem um limite: o de não ter nenhum" (74).

§2029.

"Se alguém quiser Me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e Me siga" (Mt 16, 24).

ARTIGO 3: A IGREJA, MÃE E EDUCADORA

§2030.

É na Igreja, em comunhão com todos os batizados, que o cristão realiza a sua vocação. Da Igreja recebe a Palavra de Deus, que contém os ensinamentos da "Lei de Cristo" (75); da Igreja recebe a graça dos sacramentos que o sustentam no "caminho"; da Igreja recebe o exemplo da santidade; reconhece-lhe a figura e a fonte na santíssima Virgem Maria; distingue-a no testemunho autêntico dos que a vivem; descobre-a na tradição espiritual e na longa história dos santos que o precederam e que a Liturgia celebra ao ritmo do Santoral.

§2031.

A vida moral é um culto espiritual. Nós “oferecemos os nossos corpos como sacrifício vivo, santo, agradável a Deus” (76), no seio do corpo de Cristo que formamos e em comunhão com a oferenda da sua Eucaristia. Na Liturgia e na celebração dos sacramentos, a oração e a doutrina se conjugam com a graça de Cristo, para esclarecer e alimentar o agir cristão. Como todo o conjunto da vida cristã, a vida moral tem a sua fonte e o seu ponto alto no sacrifício eucarístico.

I. Vida moral e Magistério da Igreja

§2032.

A Igreja, “coluna e fundamento da verdade” (1 Tm 3, 15), “recebeu dos Apóstolos o solene mandamento de Cristo de anunciar a verdade da salvação” (77). “À Igreja compete anunciar sempre e em toda a parte os princípios morais, mesmo de ordem social, bem como emitir juízo acerca de quaisquer realidades humanas, na medida em que o exigirem os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas” (78).

§2033.

O Magistério dos pastores da Igreja em matéria moral é exercido ordinariamente na

catequese e na pregação, com a ajuda das obras dos teólogos e autores espirituais. Assim se transmitiu, de geração em geração, sob a égide e a vigilância dos pastores, o "depósito" da moral cristã formado por um conjunto característico de regras, mandamentos e virtudes procedentes da fé em Cristo e vivificados pelo amor. Esta catequese tomou por fundamento, tradicionalmente, a par do Credo e do Pai Nosso, o Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral válidos para todos os seres humanos.

§2034.

O Romano Pontífice e os bispos, como "doutores autênticos, investidos na autoridade de Cristo, pregam ao povo a eles confiado

a fé que deve ser acreditada e aplicada aos costumes" (79). O Magistério ordinário e universal do Papa e dos bispos em comunhão com ele ensina aos fiéis a verdade que se deve crer, a caridade que se deve praticar e a bem-aventurança que se deve esperar.

§2035.

O grau supremo na participação da autoridade de Cristo está garantido pelo carisma da infalibilidade. Esta "é tão ampla quanto o depósito da Revelação divina" (80) e estende-se também a todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades salvíficas da fé não podem ser guardadas expostas e observadas (81).

§2036.

A autoridade do Magistério se estende também aos preceitos específicos da lei natural, porque a sua observância exigida pelo Criador é necessária à salvação. Ao lembrar as prescrições da lei natural, o Magistério da Igreja exerce uma parte essencial da sua função profética de anunciar aos seres humanos o que eles são na verdade e de lhes lembrar o que devem ser perante Deus (82).

§2037.

A Lei de Deus, confiada à Igreja, é ensinada aos fiéis como caminho de vida e de verdade. Os fiéis têm, portanto, o direito (83) de serem instruídos sobre os preceitos divinos salvíficos que purificam o juízo e, com a gra-

ça, curam a razão humana ferida. E têm o dever de observar as constituições e decretos emanados da autoridade legítima da Igreja. Mesmo que sejam disciplinares, tais determinações requerem docilidade na caridade.

§2038.

Na tarefa do ensino e da aplicação da moral cristã, a Igreja precisa da dedicação dos pastores, da ciência dos teólogos, do contributo de todos os cristãos e pessoas de boa vontade. A fé e a prática do Evangelho conferem a cada qual uma experiência da vida "em Cristo" que o ilumina e o torna capaz de avaliar as realidades divinas e humanas, segundo o Espírito de Deus (84). Assim, o Espírito Santo pode Se servir dos mais humildes para

iluminar os sábios e os mais elevados em dignidade.

§2039.

Os ministérios devem ser exercidos num espírito de serviço fraterno e de dedicação à Igreja em nome do Senhor (85). Ao mesmo tempo, a consciência de cada um, no seu juízo moral sobre os seus atos pessoais, deve evitar se fechar numa consideração individual. Deve se abrir o mais possível à consideração do bem de todos, tal como ele se expressa na lei moral, natural e revelada e, consequentemente, na lei da Igreja e no ensino autorizado do Magistério sobre as questões morais. Não convém opor a consciência pessoal e a razão à lei moral ou ao Magistério da Igreja.

§2040.

Assim, pode se desenvolver entre os cristãos um verdadeiro espírito filial em relação à Igreja. Esse espírito é a expansão normal da graça batismal que nos gerou no seio da Igreja e nos tornou membros do corpo de Cristo. Na sua solicitude maternal, a Igreja nos concede a misericórdia de Deus que supera todos os nossos pecados e age especialmente através do sacramento da Reconciliação. Como mãe solícita, nos administra também, na sua Liturgia, diariamente, o alimento da Palavra e da Eucaristia do Senhor.

II. Os preceitos da Igreja

§2041.

Os preceitos da Igreja se inserem nesta linha de uma vida moral ligada à vida litúrgica e se nutrindo dela. O caráter obrigatório destas leis positivas promulgadas pelas autoridades pastorais tem por fim garantir aos fiéis o mínimo indispensável de espírito de oração e de esforço moral e de crescimento no amor a Deus e ao próximo. Os preceitos mais gerais da Igreja são cinco:

§2042.

O primeiro preceito (“Ouvir missa inteira e se abster de trabalhos servis nos domingos e nas festas de guarda”) exige dos fiéis que san-

tifiquem o dia em que se comemora a ressurreição do Senhor, bem como as principais festas litúrgicas em honra dos mistérios do Senhor, da Bem-aventurada Virgem Maria e dos Santos, que a Igreja declara como sendo de preceito, sobretudo participando na celebração eucarística em que a comunidade cristã se reúne e descansando de trabalhos e ocupações que possam impedir a santificação desses dias (86).

O segundo preceito ("Confessar-se ao menos uma vez em cada ano") assegura a preparação para a Eucaristia, mediante a recepção do sacramento da Reconciliação que continua a obra de conversão e perdão do Batismo (87).

O terceiro preceito (“Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição”) garante um mínimo na recepção do Corpo e Sangue do Senhor em ligação com as festas pascais, origem e centro da Liturgia cristã (88).

§2043.

O quarto preceito (“Guardar abstinência e jejuar nos dias determinados pela Igreja”) assegura os dias de ascese e de penitência que nos preparam para as festas litúrgicas e contribuem para nos fazer adquirir domínio sobre os nossos instintos e a liberdade do coração (89).

O quinto preceito (“prover as necessidades da Igreja, segundo os legítimos usos e costumes e as determinações”) aponta ainda, aos

fiéis, a obrigação de prover às necessidades materiais da Igreja, segundo as possibilidades de cada um (90).

III. Vida moral e testemunho missionário

§2044.

A fidelidade dos batizados é condição primordial para o anúncio do Evangelho e para a missão da Igreja no mundo. Para manifestar diante das pessoas a sua força de verdade e irradiação, a mensagem de salvação deve ser autenticada pelo testemunho de vida dos cristãos. “O testemunho de vida cristã e as obras realizadas com espírito sobrenatural são meios poderosos para atrair os seres humanos à fé e a Deus” (91).

§2045.

Porque são membros do Corpo cuja Cabeça é Cristo (92), os cristãos contribuem, pela constância das suas convicções e dos seus costumes, para a edificação da Igreja. A Igreja cresce, aumenta e se desenvolve pela santidade dos seus fiéis (93), até ao "estado do ser humano perfeito, à medida da estatura de Cristo na sua plenitude" (Ef 4, 13).

§2046.

Vivendo segundo Cristo, os cristãos apressam a vinda do Reino de Deus, do "Reino da justiça, da verdade e da paz" (94). Mas, nem por isto descuidam das suas tarefas terrenas. Fiéis ao seu Mestre, as cumprem com retidão, paciência e amor.

Resumindo:

§2047.

A vida moral é um culto espiritual. O agir cristão encontra alimento na Liturgia e na celebração dos sacramentos.

§2048.

Os preceitos da Igreja dizem respeito à vida moral e cristã, unida à Liturgia e se nutrindo dela.

§2049.

O magistério dos pastores da Igreja em matéria moral é exercido ordinariamente na catequese e na pregação, com base no Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral válidos para todo o ser humano.

§2050.

O Romano Pontífice e os bispos, na qualidade de doutores autênticos, pregam ao povo de Deus a fé que deve ser acreditada e aplicada nos costumes. Compete-lhes também se pronunciarem sobre as questões morais da área da lei natural e da razão.

§2051.

A infalibilidade do Magistério dos pastores abrange todos os elementos de doutrina, mesmo moral, sem os quais as verdades salvíficas da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas.

Notas

1. Leão XIII enc. Libertas præstantissimum: Leonis XIII Acta 8. 218: São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 90. a. 1: Ed. Leon. 7, 149-150.
2. Tertuliano, Adversos Marcionem, 2, 4, 5: CCL I. 479 (PL 2, 315).
3. Leão XIII enc. Libertas præstantissimum: Leonis XIII Acta 8. 219
4. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 89: AAS 58 (1966) 11111112.
5. Santo Agostinho, De Trinitate, 14, 15, 21: CCL 50A, 451 (PL 42, 1052).
6. São Tomás de Aquino, In duo præcepta caritatis et in detem Legi præcepta expositio 1: Opera œmnia, v. 27 (Parisiis 1875) p. 144.
7. Marco Túlio Cícero, De re publica, 3, 22, 33: Scripta quæ manserunt omnia, Bibliotheca Teubneriana fasc. 39. ed. K. Ziegler (Leipzig 1969) p. 96.
8. Cf. II Concílio do Vaticano,. Const. past. Gaudium et spes, 10: AAS 58 (1966) 1033.
9. Santo Agostinho, Confissões 2, 4, 9: CCL 27, 21 (PL 32, 678).
10. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. Dei Filius, c. 2: DS 3005: Pio XII. Enc. Humani Generis: DS 3876.

11. Santo Agostinho enarratio in Psalmum, 57, I: CCL 39, 708.
12. Cf. Rm 7, 12.
13. Cf. Rm 7, 14.
14. Cf. Rm 7, 16.
15. Cf. Gl 3, 24.
16. Cf. Rm 7.
17. Santo Ireneu de Lião, Adversus hæreses, 4, 15, 1: SC 100. 548 (PG 7, 1012).
18. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2, q. 107, a.I, ad 2: Ed. Leon 7, 279.
19. Cf. Jr 31, 31-34.
20. Santo Agostinho, De sermone Domine in monte, 1, 1, 1: CCL 35, 1-2 (PL 34, 1229-1231).
21. Cf. Mt 5, 17-19.
22. Cf. Mt 15, 18-19.
23. Cf. Mt 5, 48.
24. Cf. Mt 5, 44.
25. Cf. Mt 6, 1-6; 16-18.
26. Cf. Mt 6, 9-13.
27. Cf. Mt 7, 13-14.
28. Cf. Mt 7, 21-27.
29. Cf. Lc 6, 31.
30. Cf. Jo 13, 34.
31. Cf. Jo 15, 12.
32. Cf. Rom 14; 1 Cor 5-10.
33. Cf. Tg 1, 25; 2, 12.

34. Cf. G14.1-7; 21-31; Rm 8, 15-17.
35. Cf. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2. Q. 184, a. 3: Ed. Leon. 10, 453-454.
36. São Francisco de Sales, Traité de Tamour de Dieu, 8, 6: Œuvres, v. 5 (Anecy 1894) p. 75.
37. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 1-2. q. 90, a. 4 e: Ed. Leon. 7, 152.
38. Cf. Rm 10, 4.
39. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42 AAS 57 (1965) 48.
40. Cf. Rm 3, 22.
41. Cf. Rm 6, 3-4.
42. Cf. 1 Cor 12.
43. Cf. Jo 15, 1-4.
44. Santo Atanásio de Alexandria epistula adSerapionem. 1, 24: PG 26, 585-588.
48. Santo Agostinho, In Iohannis evangelium tractatus, 72, 3: CCL 36, 508 (PL 35, 1823).
49. Cf. Rm 7, 22 ef 3,16.
50. Cf. Jo 1, 12-18.
51. Cf. Rm 8, 14-17.
52. Cf. 2 Pe 1, 3-4.
53. Cf. Jo 17, 3.
54. Cf. 1 Cor 2, 7-9.
55. Cf. Jo 4, 14; 7, 38-39.
56. Santo Agostinho, De gratia et libero arbítrio, 17, 33: PL 44, 901.

57. Santo Agostinho, De natura et gratia, 31, 35: CSEL 49, 258-259 (PL 44, 264).
58. Santo Agostinho, Confissões, 13, 36, 51: CCL 27, 272 (PL 32, 868).
59. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 12: AAS 57 (1965) 1617.
60. Cf. 1 Cor 12.
61. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, c. 9: DS 1533-1534.
62. Santa Joana D'Arc: Dito: Procès de condannation ed. P. Tisset (Paris, 1969) p.
62.
63. Prefácio dos Santos, I: Missale Romanum editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 428 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992. p . 495]: cf. o “Doutor da Graça”. Santo Agostinho e-narratio in Psalmum 102, 7: CCL 40, 1457 (PI_ 37, 1321).
64. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, c. 16: DS 1546.
65. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, c. 16: DS 1546.
66. Santo Agostinho, Sermão 298, 4-5: SPM 1, 98-99 (PL 38, 1376).
67. Santa Teresa do Menino Jesus, Acte d'offrande à TAmour miséricordieux: Récréations pieuses -

Prières (Paris 1992) p. 512-515. [Obras Completas (Paço de Arcos edições Carmelo 199) p. 1077].
68. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 45.
69. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 45.
70. Cf. 2 Tm 4.
71. São Gregório de Nissa, In Canticum homilia 8: Gregorii Nysseni opera ed. W. Jæger - H. Langerbeck, v. 6 (Leiden 1960) p. 247 (PG 44, 941).
72. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6-, Decretum de iustificatione, can. 26: DS 1576
73. II Concílio do Vaticano, Const dogm. Lumen Gentium, 40: AAS 57 (1965) 45.
74. São Gregório de Nissa, De vita Moysis, 1. 5: ed. M. Simonetti (Vicenza 1984) p. 10 (PG 44. 300).
75. Cf. Gl 6, 2.
76. Cf. Rm 12, 1.
77. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 17: AAS 57 (1965) 21.
78. CIC can. 747, § 2.
79. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 29.
80. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 25: AAS 57 (1965) 30.
81. Cf. Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Decl. Mysterium Ecclesiæ, 3: AAS 65(1973) 401.

82. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 14: AAS 58 (1966) 940.
83. Cf. CIC can. 213.
84. Cf. 1 Cor 2, 10-15.
85. Cf. Rm 12, 8.11.
86. Cf. CIC can. 1246-1248: CCEO can. 880, § 3, 881, §§ 1.2.4.
87. Cf. CIC can. 989: CCEO can. 719.
88. Cf. CIC can. 920: CCEO can. 708. 881, § 3.
89 Cf. CIC can. 1249-1251; CCEO can. 882.
90. Cf. CIC can. 222: CCEO can. 25. As Conferências Episcopais podem, para além destes estabelecer outros preceitos eclesiásticos para o seu território: cf. CICcan. 455.
91. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 6: AAS 58 (1966) 842.
92. Cf. Ef 1, 22.
93. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 39: AAS 57 (1965) 44.
94. Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do universo, Prefácio: Missale Romanum. Editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 381 [Missal Romano, Gráfica de Coimbra 1992, p. 429].

SEGUNDA SEÇÃO: OS DEZ MANDAMENTOS

“MESTRE, O QUE DEVO FAZER...?”

OS DEZ MANDAMENTOS		
Êxodo 20: 2-17	**Deuteronômio 5: 6-21**	**Fórmula Catequética**
Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, dessa casa da escravidão.	Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, dessa casa da escravidão.	**Primeiro**: Adorar a Deus e amá-Lo sobre todas as coisas.
Não terás outros deuses perante Mim. Não farás de ti nenhuma imagem esculpida, nem figura que existe lá no alto do Céu ou cá em baixo na terra ou nas águas debaixo da terra. Não te	Não terá outros deuses diante de Mim.	

prostrarás diante delas nem lhes prestarás culto porque eu, o Senhor teu Deus, sou um Deus cioso: castigo a ofensa dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que Me ofendem, mas uso de misericórdia até à milésima geração com aqueles que Me amam e guardam os meus mandamentos.		
Não invocarás em vão o nome do Senhor teu Deus, porque o Senhor não deixa sem castigo quem invocar o seu nome	Não invocarás em vão o nome do Senhor teu Deus.	**Segundo**: Não invocar o santo nome de Deus em vão.

em vão		
Lembra-te do dia do Sábado para santificá-lo. Durante seis dias trabalharás e farás todos os trabalhos. Mas o sétimo dia é sábado do Senhor teu Deus. Não farás nele nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho ou tua filha, nem o teu servo nem a tua serva, nem o teu gado, nem o	Guarda o dia do sábado para santificá-lo.	**Terceiro**: Santificar os domingos e festas de guarda.

estrangeiro que vive em tua cidade. Porque em seis dias o Senhor fez o Céu e a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas, ao sétimo dia, descansou. Por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o consagrou.		
Honra pai mãe, a fim de prolongares os teus dias na terra que o Senhor teu Deus vai te dar.	Honra teu pai e tua mãe.	**Quarto**: Honrar pai mãe (e os outros legítimos superiores).

Não matarás.	Não matarás.	**Quinto**: Não matar (nem causar outro dano, no corpo ou na alma, a si mesmo ou ao próximo).
Não cometerás adultério.	Não cometerás adultério.	**Sexto**: Guardar castidade nas palavras e nas obras.
Não roubarás.	Não roubarás.	**Sétimo**: Não furtar (nem injustamente reter ou danificar os bens do próximo)
Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo.	Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo.	**Oitavo**: Não levantar falsos testemunhos (nem de qualquer outro modo faltar à verdade ou difamar o próximo).
Não cobiçarás a casa do teu próxi-		

mo.		
Não desejarás a mulher do próximo, nem o seu servo nem a sua serva, o seu boi ou o seu jumento, nem nada que lhe pertença.	Não desejarás a mulher do teu próximo;	**Nono**: Guardar castidade nos pensamentos e nos desejos.
	Não cobiçarás nada que pertença ao teu próximo.	**Décimo**: Não cobiçar as coisas alheias.
		Estes dez mandamentos se resumem em dois, que são: "Amar a Deus sobre todas as coisas" e "Amar ao próximo como a nós mesmos".

§2052.

"Mestre, o que devo fazer de bom para ter a vida eterna?" Ao jovem que Lhe faz esta pergunta, Jesus responde, primeiro invocando a necessidade de reconhecer Deus como "o único Bom", o Bem por excelência e a fonte de todo o bem. Depois, lhe declara: "Se queres entrar na vida, observa os mandamentos". E cita, ao seu interlocutor, os mandamentos que dizem respeito ao amor ao próximo: "Não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não levantarás falso testemunho, honra pai e mãe". Finalmente, resume estes mandamentos de modo positivo: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 19, 16-19).

§2053.

A esta primeira resposta vem se juntar uma segunda: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens e dá-os aos pobres e terás um tesouro nos Céus. Vem depois e segue-Me” (Mt 19,21). Esta resposta não anula a primeira. Seguir Jesus implica cumprir os mandamentos. A Lei não é abolida (1), mas o ser humano é convidado a reencontrá-la na Pessoa do seu Mestre, em Quem ela encontra o seu perfeito cumprimento. Nos três Evangelhos sinópticos, o apelo de Jesus ao jovem rico, para segui-Lo na obediência de discípulo e na observância dos preceitos, está associado ao apelo à pobreza e à castidade (2). Os

conselhos evangélicos são inseparáveis dos mandamentos.

§2054.

Jesus retomou os dez mandamentos, mas manifestou a força do Espírito que atua na letra em que eles se expressam. Pregou a "justiça maior que a dos escribas e fariseus" (Mt 5, 20) (3), bem como a dos pagãos (4). E explicou todas as exigências dos mandamentos: "Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás [...] eu, porém, vos digo: Quem se irritar contra o seu irmão será réu perante o tribunal" (Mt 5, 21-22).

§2055.

Quando Lhe perguntam: “Qual é o maior mandamento que há na Lei?” (Mt 22, 36), Jesus responde: “Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente; este é o maior e primeiro mandamento. O segundo é semelhante a este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Nestes dois mandamentos se resumem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22, 37-40) (5). O Decálogo deve ser interpretado à luz deste duplo e único mandamento do “amor”, que é “a plenitude da Lei” (Rm 13, 10).

“De fato: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás" bem como qualquer outro mandamento estão re-

sumidos numa só frase: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". “O amor não pratica o mal contra o próximo. Portanto, o amor é a plenitude da Lei” (Rm 13, 9-10).

O DECÁLOGO NA SAGRADA ESCRITURA

§2056.

A palavra “Decálogo” significa literalmente “dez palavras” (Ex 34, 28: Dt 4, 13: 10, 4). Estas dez palavras, Deus as revelou ao seu povo na montanha sagrada. Escreveu-as com o “seu Dedo” (6), o que não aconteceu com os outros preceitos, que foram escritos por Moisés (7). São palavras de Deus num sentido eminente e nos foram transmitidas no Livro do Êxodo (8) e no Livro do Deuteronômio

(9). Desde o Antigo Testamento que os livros santos fazem referência às “dez palavras”, mas é na Nova Aliança em Jesus Cristo que será revelado o seu sentido pleno.

§2057.

O Decálogo se compreende, antes de tudo, no contexto do Êxodo, que é o grande acontecimento libertador de Deus, no centro da Antiga Aliança. Quer sejam formuladas como preceitos negativos ou interdições, quer como mandamentos positivos (por exemplo: “Honra teu pai e tua mãe”), as “dez palavras” indicam as condições de uma vida liberta da escravidão do pecado. O Decálogo é um caminho de vida.

“Se amares o teu Deus, andares nos seus caminhos e guardares os seus mandamentos, leis e costumes, viverás e te multiplicarás” (Dt 30, 16).

Esta força libertadora do Decálogo aparece, por exemplo, no mandamento sobre o repouso do sábado, que abrange, igualmente, os estrangeiros e os escravos.

“Recorda-te de que foste escravo no país do Egito, de onde o Senhor teu Deus te fez sair com mão forte e braço poderoso” (Dt 5, 15).

§2058.

As “dez palavras” resumem e proclamam a Lei de Deus: “Estas palavras, o Senhor as dirigiu a toda a vossa assembleia sobre a

montanha, do meio do fogo, da nuvem e das trevas, com voz forte, sem acrescentar mais nada. Escreveu-as em duas tábuas de pedra e as entregou a mim" (Dt 5,22). Por isto é que estas duas tábuas são chamadas de "o testemunho" (Ex 25, 16). De fato, elas contêm as cláusulas da aliança concluída entre Deus e o seu povo. Estas "tábuas do testemunho" (Ex 31, 18; 32, 15; 34, 29) devem ser depositadas na "Arca" (Ex 25, 16: 40, 1-2).

§2059.

As "dez palavras" são pronunciadas por Deus no decurso de uma teofania ("sobre a montanha, no meio do fogo, o Senhor vos falou face a face": Dt 5, 4). Fazem parte da revelação que Deus fez Dele mesmo e da sua

glória. O dom dos mandamentos é uma dádiva do próprio Deus e da sua santa vontade. Dando a conhecer as suas vontades, Deus Se revela ao seu povo.

§2060.

O dom dos mandamentos e da Lei faz parte da Aliança selada por Deus com os seus. Segundo o Livro do Êxodo, a revelação das "dez palavras" teve lugar entre a proposta da Aliança (11) e a sua conclusão (12), depois de o povo ter se comprometido a "fazer" tudo o que o Senhor tinha dito e a "obedecer" (13). O Decálogo nunca é transmitido sem primeiro se evocar a Aliança ("o Senhor nosso Deus firmou conosco uma Aliança no Horeb": Dt 5, 2).

§2061.

É no âmbito da Aliança que os mandamentos recebem o seu pleno significado. Segundo a Escritura, o procedimento moral do ser humano atinge todo o seu sentido na e pela Aliança. A primeira das "dez palavras" lembra o amor primeiro de Deus pelo seu povo.

“Como em castigo do pecado, se tinha dado a passagem do paraíso da liberdade para a escravidão deste mundo, por este motivo, a primeira frase do Decálogo, primeira palavra dos mandamentos de Deus, incide sobre a liberdade: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, de uma casa de escravidão" (Ex 20, 2: Dt 5, 6)” (14).

§2062.

Os mandamentos propriamente ditos vêm em segundo lugar e traduzem as implicações da pertença a Deus, instituída pela Aliança. A existência moral é resposta à iniciativa amorosa do Senhor. É reconhecimento, homenagem a Deus e culto de ação de graças. É cooperação com o plano que Deus prossegue na história.

§2063.

A Aliança e o diálogo entre Deus e o ser humano são ainda comprovados pelo fato de todas as obrigações serem enunciadas em primeira pessoa ("Eu sou o Senhor...") e dirigidas a outro sujeito ("tu..."). Em todos os mandamentos de Deus, é um pronome pes-

soal singular que designa o destinatário. Ao mesmo tempo que a todo o povo, Deus faz conhecer a sua vontade a cada um em particular.

"O Senhor prescreveu o amor para com Deus e ensinou a justiça para com o próximo, para que o ser humano não fosse nem injusto nem indigno de Deus. Assim, através do Decálogo, Deus preparava o ser humano para se tornar seu amigo e ter um só coração com o seu próximo [...]. As palavras do Decálogo continuam a ser, para nós [cristãos], o que eram. Longe de serem abolidas, elas receberam amplificação e desenvolvimento, com o fato da vinda do Senhor na carne" (15).

O DECÁLOGO NA TRADIÇÃO DA IGREJA

§2064.

Na fidelidade à Sagrada Escritura e em conformidade com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu no Decálogo uma importância e um significado primordiais.

§2065.

A partir de Santo Agostinho, os "Dez Mandamentos" têm um lugar preponderante na catequese dos futuros batizados e dos fiéis. No século XV começou o costume de expressar os preceitos do Decálogo em fórmulas rimadas, fáceis de decorar e positivas, que ainda hoje se usam. Os catecismos da Igreja

expuseram muitas vezes a moral cristã seguindo a ordem dos “Dez Mandamentos”.

§2066.

A divisão e a numeração dos mandamentos variou no decurso da história. O atual catecismo segue a divisão dos mandamentos estabelecida por Santo Agostinho e que passou a ser tradicional na Igreja Católica. É a mesma das “confissões” luteranas. Os Padres gregos procederam a uma divisão um tanto diversa, que se encontra nas Igrejas ortodoxas e nas comunidades reformadas.

§2067.

Os Dez Mandamentos enunciam as exigências do amor a Deus e ao próximo. Os três

primeiros se referem mais ao amor a Deus e os outros sete, ao amor ao próximo.

“Como o amor abrange dois preceitos, nos quais o Senhor resume toda a Lei e os Profetas, [...] assim também, os Dez Mandamentos estão divididos em duas tábuas. Três foram escritos numa tábua e sete na outra” (16).

§2068.

O Concílio de Trento ensina que os Dez Mandamentos obrigam os cristãos e que o ser humano justificado continua obrigado a cumpri-los (17). E o II Concilio do Vaticano também o afirma: “Os bispos, sucessores dos Apóstolos, recebem do Senhor [...] a missão de ensinar todas as nações e de pregar o Evangelho a toda a criatura, para que todos os

seres humanos se salvem pela fé, pelo Batismo e pelo cumprimento dos mandamentos" (18).

A UNIDADE DO DECÁLOGO

§2069.

O Decálogo forma um todo indissociável. Cada "Palavra" remete para cada uma das outras e todas elas se condicionam reciprocamente. As duas "tábuas" se esclarecem mutuamente e formam uma unidade orgânica. Transgredir um mandamento é infringir todos os outros (19). Não é possível honrar a outrem sem louvar a Deus seu criador e nem se pode adorar a Deus sem amar todos os seres humanos, suas criaturas. O Decálogo

unifica a vida teologal e a vida social do ser humano.

O DECÁLOGO E A LEI NATURAL

§2070.

Os Dez Mandamentos fazem parte da revelação de Deus. Mas, ao mesmo tempo nos ensinam a verdadeira humanidade do ser humano. Põem em relevo os deveres essenciais e, por conseguinte, indiretamente, os direitos fundamentais inerentes à natureza da pessoa humana. O Decálogo encerra uma expressão privilegiada da "lei natural".

No princípio, Deus admoestou os seres humanos com os preceitos da lei natural, que tinha enraizado nos seus corações, isto é, pe-

lo Decálogo. Se alguém não os cumprisse, não se salvaria. E Deus não exigiu mais nada aos seres humanos" (20).

§2071.

Embora acessíveis à simples razão, os preceitos do Decálogo foram revelados. Para atingir um conhecimento completo e certo das exigências da lei natural, a humanidade pecadora precisava desta revelação.

"Uma explicação completa dos mandamentos do Decálogo se tornou necessária no estado de pecado, por causa do obscurecimento da lei da razão e do desvio da vontade" (21).

Nós conhecemos os mandamentos de Deus pela revelação divina que nos é proposta na Igreja e pela voz da consciência moral.

A OBRIGAÇÃO DO DECÁLOGO

§2072.

Uma vez que expressam os deveres fundamentais do ser humano para com Deus e para com o próximo, os Dez Mandamentos revelam, no seu conteúdo primordial, obrigações graves. São basicamente imutáveis e a sua obrigação se impõe sempre e em toda a parte. Ninguém pode se dispensar dela. Os Dez Mandamentos foram gravados por Deus no coração do ser humano.

§2073.

Mas a obediência aos mandamentos também implica obrigações cuja matéria, propriamente, é leve. Assim, a injúria por palavras é proibida pelo quinto mandamento, mas só poderá ser falta grave em razão das circunstâncias ou da intenção de quem a profere.

“SEM MIM, NADA PODEIS FAZER”

§2074.

Jesus diz: “Eu sou a videira, vós os ramos. Quando alguém permanece em Mim e Eu nele, esse é que dá muito fruto, porque, sem Mim, nada podeis fazer” (Jo 15, 5). O fruto, a que se faz referência nestas palavras, é a santidade de uma vida fecundada pela união

com Cristo. Quando cremos em Jesus Cristo, comungamos nos seus mistérios e guardamos os seus mandamentos, o Salvador vem em pessoa amar em nós o seu Pai e os seus irmãos, o nosso Pai e os nossos irmãos. A sua pessoa se torna, graças ao Espírito, a regra viva e interior do nosso agir. “É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei” (Jo 15, 12).

Resumindo:

§2075.

“O que devo fazer de bom para ter a vida eterna? Se queres entrar na vida, observa os mandamentos” (Mt 19,16-17).

§2076.

Com o seu modo de agir e com a sua pregação, Jesus confirmou a perenidade do Decálogo.

§2077.

A dádiva do Decálogo foi feita no âmbito da Aliança concluída por Deus com o seu povo. É nesta e por esta Aliança que os mandamentos de Deus recebem o seu verdadeiro significado.

§2078.

Por fidelidade à Escritura e em conformidade com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.

§2079.

O Decálogo forma uma unidade orgânica em que cada “palavra” ou “mandamento” remete para todo o conjunto. Transgredir um mandamento é infringir toda a Lei (22).

§2080.

O Decálogo contém uma expressão privilegiada da lei natural. É-nos dado a conhecer pela revelação divina e pela razão humana.

§2081.

Os Dez Mandamentos enunciam, no seu conteúdo fundamental, obrigações graves. No entanto, a obediência a estes mandamentos implica também obrigações, cuja matéria em si mesma, é leve.

§2082.

Aquilo que Deus manda, ele torna possível pela sua graça.

Notas

1. Cf. Mt 5, 17.
2. Cf. Mt 19, 6-12.21.23-29.
3. Cf. Mt 5, 20.
4. Cf. Mt 5, 46-47.
5. Cf. Dt 6, 5: Lv 19, 18.
6. Cf. Ex 31,18; Dt 5, 22.
7. Cf. Dt 31, 9.24.
8. Cf. Ex 20, 1-17.
9. Cf. Dt 5, 6-22.
10. Cf., por exemplo. Os 4, 2; Jr 7, 9: Ez 18, 5-9.
11. Cf. Ex 19.
12. Cf. Ex 24.
13. Cf. Ex 24, 7.
14. Orígenes, In Exodum homilia 8, 1; SC 321, 242 (PG 12, 350).
15. Santo Irineu de Lião, Adversus hæreses, 4, 16, 3-4: SC 100, 566-570 (PG 7, 1017-1018).
16. Santo Agostinho, Sermão 33, 2; CCL 41, 414 (PL 38, 208).
17. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6, Decretum de iustificatione, can.19-20: DS 15691570.
18. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 24: AAS 57 (1965) 29.
19. Cf. Tg 2, 10-11.

20. Santo Ireneu de Lião, Adversas hæreses, 4, 15, 1: SC 100, 548 (PG 7, 1012).
21. São Boaventura, In quattuor libros Sententiarum, 3, 37, 1, 3: Opera amnia, v. 3 (Ad Claras Aquas 1887) p. 819-820.
22. Cf. Tg 2, 10-11.

CAPÍTULO PRIMEIRO: “AMARÁS O SENHOR TEU DEUS COM TODO O TEU CORAÇÃO, COM TODA A TUA ALMA E COM TODAS AS TUAS FORÇAS”

§2083.

Jesus resumiu os deveres do ser humano para com Deus nestas palavras: “Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com toda a tua mente” (Mt 22, 37) (1). Elas são um eco imediato do apelo solene: “Escuta, Israel: o Senhor nosso Deus é o único” (Dt 6, 4).

Deus amou primeiro. O amor do Deus único é lembrado na primeira das “dez palavras”. Em seguida, os mandamentos explici-

tam a resposta de amor que o ser humano é chamado a dar ao seu Deus.

ARTIGO 1: O PRIMEIRO MANDAMENTO

"Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, dessa casa da escravidão. Não terás outros deuses perante Mim. Não farás de ti nenhuma imagem esculpida, nem figura que existe lá no alto do Céu ou cá em baixo, na terra ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante delas nem lhes prestarás culto" (Ex 20, 2-5) (2).

"Está escrito: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a Ele prestarás culto"" (Mt 4, 10).

I. “Ao Senhor teu Deus adorarás, a Ele servirás”

§2084.

Deus Se dá a conhecer lembrando a sua ação onipotente, benevolente e libertadora, na história daquele a quem se dirige: “Sou Eu [...] que te tirei da terra do Egito, dessa casa da escravidão” (Dt 5, 6). A primeira palavra encerra o primeiro mandamento da Lei: “Ao Senhor, teu Deus, adorarás, a Ele servirás [...]. Não ireis atrás de outras divindades” (Dt 6, 13-14). O primeiro apelo e a justa exigência de Deus é que o ser humano O acolha e O adore.

§2085.

O Deus único e verdadeiro revela, antes de tudo, a sua glória a Israel (3). A revelação da vocação e da verdade do ser humano está ligada à revelação de Deus. O ser humano tem a vocação de manifestar Deus pelo seu agir em conformidade com a sua criação, “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1, 26).

“Não haverá jamais outro Deus, ó Trifão e nunca houve outro, desde os séculos [...], senão Aquele que fez e ordenou o Universo. Não pensamos que o nosso Deus seja diferente do vosso. É o mesmo que fez sair os vossos pais do Egito, pela sua mão poderosa e braço levantado. Nós não pomos as nossas esperanças em qualquer outro, que não há,

mas no mesmo que vós, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó" (4).

§2086.

"O primeiro dos preceitos abrange a fé, a esperança e o amor. De fato, quem fala de Deus fala de um ser constante, imutável, sempre o mesmo, fiel, perfeitamente justo. Daí se segue que devemos, necessariamente, aceitar as suas palavras e ter n'Ele uma fé e confiança plenas. É todo-poderoso, clemente, infinitamente propenso a bem fazer. Quem poderia não pôr n'Ele todas as suas esperanças? E quem seria capaz de não amá-lo, ao ver os tesouros de bondade e ternura que derramou sobre nós? Daí a fórmula que Deus emprega na Sagrada Escritura, quer no prin-

cípio, quer no fim dos seus preceitos: "Eu sou o Senhor"" (5).

A FÉ

§2087.

A nossa vida moral tem a sua fonte na fé em Deus, que nos revela o seu amor. São Paulo fala da "obediência da fé" (6) como a primeira obrigação. E faz ver, no "desconhecimento de Deus", o princípio e a explicação de todos os desvios morais (7). O nosso dever para com Deus é crer n'Ele e dar testemunho d'Ele.

§2088.

O primeiro mandamento nos ordena que alimentemos e guardemos com prudência e

vigilância a nossa fé, rejeitando tudo quanto a ela se opõe. Pode-se pecar contra a fé de vários modos.

A dúvida voluntária em relação à fé negligencia ou recusa ter por verdadeiro o que Deus revelou e a Igreja nos propõe para crer. A dúvida involuntária é a hesitação em crer, a dificuldade em superar as objeções relacionadas com a fé ou ainda a angústia suscitada pela sua obscuridade. Quando deliberadamente cultivada, a dúvida pode levar à cegueira do espírito.

§2089.

A incredulidade é o desprezo pela verdade revelada ou a recusa voluntária em aceitá-la. A "**heresia** é a negação pertinaz, depois de

recebido o Batismo, de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica ou ainda a dúvida pertinaz acerca da mesma. **Apostasia** é o repúdio total à fé cristã. **Cisma** é a recusa à sujeição ao Sumo Pontífice ou à comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos" (8).

A ESPERANÇA

§2090.

Quando Deus Se revela e chama o ser humano, este não pode responder plenamente ao amor divino pelas suas próprias forças. Deve esperar que Deus lhe dê a capacidade de, por sua vez, amá-Lo e de agir de acordo com os mandamentos do amor. A esperança

é a expectativa confiante pela bênção divina e pela visão beatífica de Deus. É também o receio de ofender o amor de Deus e de provocar o castigo.

§2091.

O primeiro mandamento visa igualmente os pecados contra a esperança, que são o desespero e a presunção.

Pelo desespero, o ser humano deixa de esperar de Deus a sua salvação pessoal, os socorros para atingi-la ou o perdão dos seus pecados. Opõe-se à bondade de Deus, à sua justiça (porque o Senhor é fiel às suas promessas) e à sua misericórdia.

§2092.

Há duas espécies de presunção: o ser humano presume das suas capacidades (esperando poder se salvar sem a ajuda do Alto) ou presume da onipotência ou misericórdia divinas (esperando obter o perdão sem se converter e a glória sem a merecer).

O AMOR

§2093.

A fé no amor de Deus implica no apelo e na obrigação de corresponder ao amor divino com um amor sincero. O primeiro mandamento nos manda amar a Deus sobre todas as coisas (9) e a todas as criaturas, por Ele e por causa d'Ele.

§2094.

Pode-se pecar contra o amor de Deus de diversas maneiras. A indiferença descuida ou recusa a consideração pelo amor divino, lhe desconhece o cuidado preveniente e lhe nega a força. A ingratidão não reconhece, por desleixo ou recusa formal, o amor divino, não retribuindo amor com amor. A tibieza, que é a hesitação ou a negligência em corresponder ao amor divino, pode implicar na recusa de se entregar ao impulso do amor. A acédia ou preguiça espiritual chega a recusar a alegria que vem de Deus e se aborrecer com o bem divino. O ódio a Deus nasce do orgulho e se opõe ao amor de Deus, cuja bondade nega e

ousa amaldiçoá-lo como Aquele que proíbe o pecado e lhe inflige o castigo.

II. “Só a Ele prestarás culto”

§2095.

As virtudes teologais da fé, da esperança e do amor informam e vivificam as virtudes morais. Assim, o amor nos leva a prestar a Deus o que, com toda a justiça, Lhe devemos enquanto criaturas. A virtude da religião nos dispõe para tal atitude.

A ADORAÇÃO

§2096.

A adoração é o primeiro ato da virtude da religião. Adorar a Deus é reconhecê-Lo como tal, Criador e Salvador, Senhor e Dono de

tudo quanto existe, Amor infinito e misericordioso. “Ao Senhor teu Deus adorarás, só a Ele prestarás culto” (Lc 4, 8), diz Jesus, citando o Deuteronômio (Dt 6, 13).

§2097.

Adorar a Deus é reconhecer, com respeito e submissão absoluta, o “nada da criatura”, que só por Deus existe. Adorar a Deus é, como Maria no Magnificat, louvá-Lo, exaltá-Lo e humildar-se, confessando com gratidão que Ele fez grandes coisas e que o seu Nome é santo (10). A adoração ao Deus único liberta o ser humano de se fechar sobre si mesmo, da escravidão do pecado e da idolatria ao mundo.

A ORAÇÃO

§2098.

Os atos de fé, de esperança e de amor exigidos pelo primeiro mandamento, são feitos na oração. A elevação do espírito para Deus é uma expressão da nossa adoração ao mesmo Deus; oração de louvor e de ação de graças, de intercessão e de súplica. A oração é condição indispensável para se poder obedecer aos mandamentos de Deus. “É preciso orar sempre, sem desfalecer” (Lc 18, 1).

O SACRIFÍCIO

§2099.

É justo que se ofereçam a Deus sacrifícios em sinal de adoração e de reconhecimento,

de súplica e de comunhão. “Verdadeiro sacrifício é todo ato realizado para se unir a Deus em santa comunhão e poder ser feliz” (11).

§2100.

Para ser autêntico, o sacrifício exterior deve ser expressão do sacrifício espiritual. “O meu sacrifício é um espírito arrependido...” (Sl 51, 19). Os Profetas da Antiga Aliança denunciaram muitas vezes os sacrifícios feitos sem participação interior (12) ou sem ligação com o amor do próximo (13). Jesus recorda as palavras do profeta Oseias: “Eu quero misericórdia e não sacrifício” (Mt 9, 13; 12, 7) (14). O único sacrifício perfeito é o que Cristo ofereceu na cruz em total oblação ao amor do Pai e para nossa salvação (15). Unindo-nos

ao seu sacrifício, podemos fazer da nossa vida um sacrifício a Deus.

PROMESSAS E VOTOS

§2101.

Em muitas circunstâncias, o cristão é chamado a fazer promessas a Deus. O Batismo e a Confirmação, o Matrimônio e a Ordenação comportam sempre promessas. Por devoção pessoal, o cristão pode também prometer a Deus tal ou tal ato, uma oração, uma esmola, uma peregrinação etc. A fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação do respeito devido à majestade divina e do amor para com o Deus fiel.

§2102.

"O voto, isto é, a promessa deliberada e livre feita a Deus de um bem possível e melhor, deve ser cumprido em virtude da religião" (16). O voto é um ato de devoção, no qual o cristão oferece a si próprio a Deus ou Lhe promete uma boa ação. Portanto, pelo cumprimento dos seus votos, ele dá a Deus o que Lhe foi prometido e consagrado. Os Atos dos Apóstolos nos mostram São Paulo cuidadoso em cumprir os votos que fez (17).

§2103.

A Igreja reconhece um valor exemplar nos votos de praticar os conselhos evangélicos (18).

"A mãe Igreja se alegra por encontrar no seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais de perto o rebaixamento do Salvador e mais claramente o manifestam, abraçando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando à própria vontade. Em matéria de perfeição, se sujeitam ao ser humano, por amor a Deus, para além do que é obrigação, a fim de mais plenamente se conformarem a Cristo obediente" (19).

Em certos casos, a Igreja pode, por razões proporcionadas, dispensar dos votos e das promessas (20).

O DEVER SOCIAL DA RELIGIÃO E O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

§2104.

"Todos os seres humanos têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja e de, uma vez conhecida, abraçá-la e guardá-la". Este dever se fundamenta na "própria natureza dos seres humanos" (22). Não está em oposição ao "respeito sincero" pelas diversas religiões, que "muitas vezes refletem um raio da verdade que ilumina todos os seres humanos" (23), nem à exigência do amor que impele os cristãos "a agir com amor, prudência e paciência para com as pessoas que se encontram no erro ou na ignorância da fé" (24).

§2105.

O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao ser humano individual e socialmente. Esta é “a doutrina católica tradicional sobre o dever moral que os seres humanos e as sociedades têm para com a verdadeira religião e a única Igreja de Cristo” (25). Ao evangelizar incessantemente as pessoas, a Igreja trabalha para que elas possam “impregnar com o espírito cristão as mentalidades e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem” (26). É dever social dos cristãos respeitar e despertar em cada ser humano o amor pela verdade e pelo bem. Esse dever exige que tornem conhecido o culto da única verdadeira religião que sub-

siste na Igreja católica e apostólica (27). Os cristãos são chamados a ser a luz do mundo (28). A Igreja manifesta assim a realeza de Cristo sobre toda a criação e, em particular, sobre as sociedades humanas (29).

§2106.

"Que em matéria religiosa ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder dentro dos justos limites segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros" (30). Este direito se fundamenta na própria natureza da pessoa humana, cuja dignidade a leva a aderir livremente à verdade divina, que transcende a ordem temporal e, por isto, "permanece mesmo naqueles que não satis-

fazem a obrigação de buscar e aderir à verdade" (31).

§2107.

"Se, em razão das circunstâncias particulares dos diferentes povos, se atribui a determinado grupo religioso um reconhecimento civil especial na ordem jurídica, é necessário que, ao mesmo tempo, se reconheça e se assegure, a todos os cidadãos e comunidades religiosas, o direito à liberdade em matéria religiosa" (32).

§2108.

O direito à liberdade religiosa não é nem a permissão moral de aderir ao erro (33), nem um suposto direito ao erro (34), mas um di-

reito natural da pessoa humana à liberdade civil, isto é, à imunidade do constrangimento exterior, dentro dos justos limites em matéria religiosa, por parte do poder político. Este direito natural deve ser reconhecido na ordem jurídica da sociedade, de tal maneira que constitua um direito civil (35).

§2109.

O direito à liberdade religiosa não pode, por sua própria natureza, ser ilimitado (36) nem limitado somente por uma "ordem pública" concebida de maneira positivista ou naturalista (37). Os "justos limites" que lhe são próprios devem ser determinados, para cada situação social, pela prudência política, segundo as exigências do bem comum e rati-

ficadas pela autoridade civil, segundo “regras jurídicas conformes à ordem moral objetiva” (38).

III. “Não terás outros deuses perante Mim”

§2110.

O primeiro mandamento proíbe honrar outros deuses, além do único Senhor que Se revelou ao seu povo e proíbe a superstição e a irreligião. A superstição representa, de certo modo, um excesso perverso de religião e a irreligião é um vício, oposto por defeito, à virtude da religião.

A SUPERSTIÇÃO

§2111.

A superstição é um desvio do sentimento religioso e das práticas que ele impõe. Também pode afetar o culto que prestamos ao verdadeiro Deus. Por exemplo, quando atribuímos uma importância de algum modo mágica a certas práticas, aliás legítimas ou necessárias. Atribuir só à materialidade das orações ou aos sinais sacramentais a respectiva eficácia, independentemente das disposições interiores que exigem, é cair na superstição (39).

A IDOLATRIA

§2112.

O primeiro mandamento condena o politeísmo. Exige do ser humano que não acredite em outros deuses além de Deus, que não venere outras divindades além da única. A Sagrada Escritura está constantemente lembrando esta rejeição aos "ídolos de ouro e prata, obra das mãos do ser humano", que "têm boca e não falam, têm olhos e não veem...". Estes ídolos vãos tornam vão o ser humano e assim, "sejam como eles os que os fazem e quantos põem neles a sua confiança" (Sl 115, 4-5.8) (40). Deus, pelo contrário, é o "Deus vivo" (Js 3, 10) (41), que faz viver e intervém na história.

§2113.

A idolatria não diz respeito apenas aos falsos cultos do paganismo. Continua a ser uma tentação constante para a fé. Ela consiste em divinizar o que não é Deus. Há idolatria desde o momento em que o ser humano honra e reverencia uma criatura em lugar de Deus, quer se trate de deuses ou de demônios (por exemplo, o satanismo), do poder, do prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro etc.. “Vós não podereis servir a Deus e ao dinheiro”, diz Jesus (Mt 6, 24). Muitos mártires foram mortos por não adorarem “a Besta” (42), se recusando mesmo a lhe simularem o culto. A idolatria recusa o senhorio

único de Deus. Ela é, pois, incompatível com a comunhão divina (43).

§2114.

A vida humana se unifica na adoração ao Único. O mandamento de adorar o único Senhor simplifica o ser humano e o salva de uma dispersão ilimitada. A idolatria é uma perversão do sentido religioso inato no ser humano. Idólatras são aqueles que "aplicam uma noção de Deus firmemente arraigada em suas mentes a qualquer coisa que não seja Deus" (44).

ADIVINHAÇÃO E MAGIA

§2115.

Deus pode revelar o futuro aos seus Profetas ou a outros santos. Mas a atitude certa do cristão consiste em se pôr com confiança nas mãos da Providência, em tudo quanto se refere ao futuro e em pôr de parte toda a curiosidade malsã a tal propósito. A imprevidência, no entanto, pode constituir uma falta de responsabilidade.

§2116.

Todas as formas de adivinhação devem ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras práticas supostamente “reveladoras” do futuro (45). A

consulta aos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e de sortes, os fenômenos de vidência, o recurso aos "médiuns", tudo isto contém uma vontade de dominar o tempo, a história e, finalmente, os seres humanos, ao mesmo tempo em que é um desejo de conluio com os poderes ocultos. Todas estas práticas estão em contradição com a honra e o respeito, penetrados pelo temor amoroso, que devemos a Deus e só a Ele.

§2117.

Todas as práticas de magia ou de feitiçaria, pelas quais se pretende domesticar os poderes ocultos para pô-los ao seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo -

ainda que seja para lhe obter a saúde - são gravemente contrárias à virtude de religião. Tais práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas da intenção de fazer mal a outrem ou quando recorrem à intervenção dos demônios. O uso de amuletos também é repreensível. O espiritismo implica muitas vezes em práticas divinatórias ou mágicas e, por isto, a Igreja adverte os fiéis para que se acautelem com ele. O recurso às medicinas ditas tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes malignos, nem a exploração da credulidade alheia.

A IRRELIGIÃO

§2118.

O primeiro mandamento da Lei de Deus reprova os principais pecados de irreligião: tentar Deus com palavras ou atos, o sacrilégio, a simonia.

§2119.

Tentar Deus consiste em pôr à prova, por palavras ou atos, a sua bondade e a sua onipotência. Foi assim que Satanás quis que Jesus se atirasse do templo abaixo, para com isto forçar Deus a intervir (46). Jesus lhe opôs as palavras de Deus: “Não tentarás o Senhor teu Deus” (Dt 6, 16). O desafio contido em semelhante tentação a Deus fere o respei-

to e a confiança que devemos ao nosso Criador e Senhor, implicando sempre em uma dúvida com relação ao seu amor, à sua Providência e ao seu poder (47).

O SACRILÉGIO

§2120.

O sacrilégio consiste em profanar ou em tratar indignamente os sacramentos e outras ações litúrgicas, bem como as pessoas, as coisas e os lugares consagrados a Deus. O sacrilégio é um pecado grave, sobretudo quando é cometido contra a Eucaristia, pois que, neste sacramento, é o próprio corpo de Cristo que Se nos torna presente substancialmente (48).

A SIMONIA

§2121.

A simonia (49) se define como a compra ou venda das realidades espirituais. A Simão, o mago, que queria comprar o poder espiritual que via operante nos Apóstolos, Pedro responde: “Vá contigo o teu dinheiro para a perdição, porque julgaste poder adquirir com dinheiro o dom de Deus” (Act 8, 20). O apóstolo se conformava, assim, às palavras de Jesus: “Recebestes de graça, pois dai gratuitamente” (Mt 10, 8) (50). É impossível alguém se apropriar dos bens espirituais e se comportar, a respeito deles, como proprietário ou dono, pois eles têm a sua fonte em

Deus e só d'Ele podem ser recebidos gratuitamente.

§2122.

"Além das ofertas determinadas pela autoridade competente, o ministro nada peça pela administração dos sacramentos e tenha o cuidado de que os pobres, em razão da pobreza, não se vejam privados do auxílio dos sacramentos" (51). A autoridade competente fixa essas "oblações" em virtude do princípio segundo o qual o povo cristão tem o dever de contribuir para o sustento dos ministros da Igreja. "O trabalhador merece o seu sustento" (Mt 10, 10) (52).

O ATEÍSMO

§2123.

"Muitos [...] dos nossos contemporâneos não percebem esta íntima e vital ligação a Deus ou até a rejeitam explicitamente, de tal maneira que o ateísmo deve ser considerado um dos fatos mais graves do tempo atual" (53).

§2124.

A palavra "ateísmo" abrange fenômenos muito diversos. Uma forma frequente dele é o materialismo prático, que limita as suas necessidades e ambições ao espaço e ao tempo. O humanismo ateu julga falsamente que o ser humano "é, para ele mesmo, o seu pró-

prio fim, o único artífice e demiurgo da sua própria história" (54). Outra forma do ateísmo contemporâneo é a que espera a libertação do ser humano exclusivamente através de uma libertação econômica e social, à qual, "a religião, por sua mesma natureza, se oporia, na medida em que, dando ao ser humano a esperança de uma enganosa vida futura, o afasta da construção da cidade terrena" (55).

§2125.

Na medida em que nega ou rejeita a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra a virtude da religião (56). A imputabilidade desta falta pode ser largamente diminuída, atendendo às intenções e às circunstâncias. Na gênese e difusão do ateísmo, "os

crentes podem ter tido parte não pequena, na medida em que, pela negligência na educação da sua fé ou por exposições falaciosas da doutrina ou ainda pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer que mais esconderam do que revelaram o autêntico rosto de Deus e da religião" (57).

§2126.

Muitas vezes, o ateísmo se fundamenta num falso conceito da autonomia humana, levado até à recusa de qualquer dependência em relação a Deus (58). No entanto, "o reconhecimento de Deus de modo nenhum se opõe à dignidade do ser humano, uma vez que esta se fundamenta e se realiza no próprio Deus" (59). A Igreja sabe que "a sua

mensagem está de acordo com os desejos mais profundos do coração humano" (60).

O AGNOSTICISMO

§2127.

O agnosticismo se reveste de muitas formas. Em certos casos, o agnóstico se recusa a negar Deus. Postula, pelo contrário, a existência de um ser transcendente, incapaz de Se revelar e do qual ninguém seria capaz de dizer fosse o que fosse. Em outros casos, não se pronuncia sobre a existência de Deus, declarando ser impossível prová-la e até afirmá-la ou negá-la.

§2128.

O agnosticismo pode, por vezes, encerrar certa busca de Deus. Mas pode, igualmente, representar um indiferentismo, uma fuga perante a questão última da existência e uma preguiça da consciência moral. Com muita frequência, o agnosticismo equivale a um ateísmo prático.

IV. “Não farás para ti nenhuma imagem esculpida...”

§2129.

Esta imposição divina comportava a interdição de qualquer representação de Deus feita pela mão do ser humano. O Deuteronômio explica: “Tomai muito cuidado convosco, pois não vistes imagem alguma no dia

em que o Senhor vos falou no Horeb do meio do fogo. Portanto, não vos deixeis corromper, fabricando para vós imagem esculpida" do que quer que seja (Dt 4, 15-16). Quem Se revelou a Israel foi o Deus absolutamente transcendente. "Ele é tudo", mas, ao mesmo tempo, "está acima de todas as suas obras" (Eclo 43, 27-28). Ele é "a própria fonte de toda a beleza criada" (Sb 13, 3).

§2130.

No entanto, já no Antigo Testamento, Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens que conduziriam, simbolicamente, à salvação pelo Verbo encarnado. Por exemplo, a serpente de bronze (61), a Arca da Aliança e os querubins (62).

§2131.

Com base no mistério do Verbo encarnado, o sétimo Concílio ecumênico, de Niceia (ano de 787) justificou, contra os iconoclastas, o culto aos ícones de Cristo e também aos da Mãe de Deus, dos anjos e de todos os santos. Encarnando, o Filho de Deus inaugurou uma nova "economia" das imagens.

§2132.

O culto cristão das imagens não é contrário ao primeiro mandamento, que proíbe os ídolos. Com efeito, "a honra prestada a uma imagem remonta (63) ao modelo original" e "quem venera uma imagem venera nela a pessoa representada" (64). A honra prestada às santas imagens é uma "veneração respei-

tosa" e não uma adoração, que só a Deus se deve.

"O culto da religião não se dirige às imagens propriamente, como realidades, mas as olha sob o seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. Ora, o impulso que se dirige à imagem enquanto tal não se detém nela, mas se orienta para a realidade de que ela é imagem" (65).

Resumindo:

§2133.

"Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças" (Dt 6, 5).

§2134.

O primeiro mandamento chama o ser humano a crer em Deus, a ter esperança n'Ele e a amá-Lo sobre todas as coisas.

§2135.

“Ao Senhor teu Deus adorarás” (Mt 4,10). Adorar a Deus, orar a Ele, Lhe prestar o culto que Lhe é devido, cumprir as promessas e votos que foram feitas a ele são atos da virtude da religião que traduzem a obediência ao primeiro mandamento.

§2136.

O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao ser humano, individual e socialmente.

§2137.

O ser humano deve poder professar livremente a religião, tanto em privado quanto em público (66).

§2138.

A superstição é um desvio do culto que prestamos ao verdadeiro Deus. Manifesta-se na idolatria, bem como nas diferentes formas de adivinhação e magia.

§2139.

O ato de tentar a Deus por palavras ou por obras, o sacrilégio e a simonia são pecados de irreligião, proibidos pelo primeiro mandamento.

§2140.

Na medida em que rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra o primeiro mandamento.

§2141.

O culto às imagens sagradas se fundamenta no mistério da encarnação do Verbo de Deus. E não é contrário ao primeiro mandamento.

ARTIGO 2: O SEGUNDO MANDAMENTO

“Não invocarás em vão o nome do Senhor teu Deus” (Ex 20, 7) (67)

“Foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado" [...]. Pois Eu vos digo que não jureis em caso algum” (Mt 5, 33-34).

I. O nome do Senhor é Santo

§2142.

O segundo mandamento manda respeitar o nome do Senhor. Depende, como o primeiro mandamento, da virtude da religião e regula, de um modo mais particular, o nosso uso da palavra nas coisas santas.

§2143.

Entre todas as palavras da Revelação, há uma, singular, que é a revelação do nome de Deus. Deus confia o Seu nome aos que creem n'Ele e Se revela a eles no seu mistério pessoal. O dom do nome é da ordem da confidência e da intimidade. “O nome do Senhor é Santo” e, por isto, o ser humano não pode

abusar dele. Deve guardá-lo na memória, num silêncio de adoração amorosa (68). E não o empregará nas suas próprias palavras senão para bendizê-lo, louvá-lo e glorificá-lo (69).

§2144.

A deferência para com o Seu nome expressa o que é devido ao mistério do próprio Deus e a toda a realidade sagrada que ele evoca. O sentido do sagrado deriva da virtude da religião.

"Os sentimentos de temor e de sagrado serão ou não sentimentos cristãos? [...] Ninguém pode razoavelmente pôr isto em dúvida. São os sentimentos que nós teríamos e num grau intenso, se tivéssemos a visão do

Deus soberano. São os sentimentos que nós teríamos se tivéssemos consciência da sua presença. Ora, na medida em que acreditamos que Ele está presente, devemos ter tais sentimentos. Não os ter é não estar conscientes desta realidade, é não crer que Ele está presente" (70).

§2145.

O fiel deve dar testemunho do nome do Senhor, confessando a sua fé sem ceder ao medo (71). A pregação e a catequese devem estar compenetrados pela adoração e pelo respeito pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

§2146.

O segundo mandamento proíbe o abuso do nome de Deus, isto é, todo o uso inconveniente do nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e de todos os santos.

§2147.

As promessas feitas a outrem em nome de Deus comprometem a honra, a fidelidade, a veracidade e a autoridade divinas. Devem ser respeitadas por justiça. Ser-lhes infiel é abusar do nome de Deus e, de certo modo, fazer de Deus um mentiroso (72)

§2148.

A blasfêmia se opõe diretamente ao segundo mandamento. Consiste em proferir

contra Deus - interior ou exteriormente - palavras de ódio, de censura, de desafio; dizer mal de Deus; faltar-Lhe ao respeito nas conversas; abusar do nome d'Ele. São Tiago reprova aqueles “que blasfemam o bom nome [de Jesus] que sobre eles foi invocado” (Tg 2, 7). A proibição da blasfêmia se estende às palavras contra a Igreja de Cristo, contra os santos, contra as coisas sagradas. É também blasfematório recorrer ao nome de Deus para justificar práticas criminosas, reduzir povos à escravidão, torturar ou condenar à morte. O abuso do nome de Deus para cometer um crime provoca a rejeição da religião.

A blasfêmia é contrária ao respeito devido a Deus e ao seu santo nome. É, nela mesma, pecado grave (73).

§2149.

As juras que invocam o nome de Deus sem intenção de blasfêmia são uma falta de respeito para com o Senhor. O segundo mandamento interdiz também o uso mágico do nome divino.

“O nome de Deus é grande quando é pronunciado com o respeito devido à sua grandeza e majestade. O nome de Deus é santo quando é pronunciado com veneração e temor de ofendê-lo” (74).

II. O nome do Senhor invocado em vão

§2150.

O segundo mandamento proíbe jurar falso. Fazer um juramento ou jurar é tomar a Deus como testemunha do que se afirma. É invocar a veracidade divina como garantia da própria veracidade. O juramento compromete o nome do Senhor. “Ao Senhor, teu Deus, adorarás, a Ele servirás e pelo seu nome jurarás” (Dt 6, 13).

§2151.

A reprovação ao falso juramento é um dever para com Deus. Como Criador e Senhor, Deus é a regra de toda a verdade. A palavra humana está de acordo ou em oposição a

Deus, que é a própria verdade. Quando é verídico e legítimo, o juramento realça a relação da palavra humana com a verdade de Deus. O juramento falso invoca Deus como testemunha de uma mentira.

§2152.

Comete perjúrio aquele que, sob juramento, faz uma promessa que não tem a intenção de cumprir ou que, depois de ter prometido sob juramento, de fato não cumpre. O perjúrio constitui uma grave falta de respeito para com o Senhor de toda palavra. Comprometer-se, sob juramento, a praticar uma ação má é contrário à santidade do nome divino.

§2153.

Jesus expôs o segundo mandamento no sermão da montanha: “Ouvistes que foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor". Eu, porém, vos digo que não jureis em caso algum [...]. A vossa linguagem deve ser: "Sim, sim. Não, não". O que passa disto vem do Maligno” (Mt 5, 33-34. 37) (75). Jesus ensina que todo juramento implica em uma referência a Deus e que a presença de Deus e da sua verdade deve ser honrada em toda palavra. A discrição no recurso a Deus, ao falar está acompanhado da atenção respeitosa à sua presença, testemunhada ou des-

respeitada em cada uma das nossas afirmações.

§2154.

Seguindo o exemplo de São Paulo (76), a Tradição da Igreja entendeu as palavras de Jesus como não se opondo ao juramento, quando feito por uma causa grave e justa (por exemplo, diante do tribunal). “O juramento, isto é, a invocação do nome de Deus como testemunha da verdade, não se pode prestar senão com verdade, discernimento e justiça” (77).

§2155.

A santidade do nome de Deus exige que não se recorra a ele por questões fúteis e que

não se preste juramento em circunstâncias susceptíveis de serem interpretadas como uma aprovação do poder que injustamente o exigisse. Quando o juramento é exigido por autoridades civis ilegítimas pode ser recusado. E deve sê-lo, se for pedido para fins contrários à dignidade das pessoas ou à comunhão da Igreja.

III. O nome cristão

§2156.

O sacramento do Batismo é conferido "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28, 19). No Batismo, o nome do Senhor santifica o ser humano e o cristão recebe o seu nome na Igreja. Pode ser o de um santo,

isto é, de um discípulo que levou uma vida de fidelidade exemplar ao seu Senhor. O patrocínio do santo oferece um modelo de caridade e assegura a sua intercessão. O "nome de batismo" pode também expressar um mistério cristão ou uma virtude cristã. "Procurem os pais, os padrinhos e o pároco que não se imponham nomes alheios ao sentir cristão" (78).

§2157.

O cristão começa o seu dia, as suas orações, as suas atividades, pelo sinal da cruz "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém". O batizado consagra o dia à glória de Deus e apela para a graça do Salvador, que lhe permite agir no Espírito, como

filho do Pai. O sinal da cruz nos fortalece nas tentações e nas dificuldades.

§2158.

Deus chama a cada um pelo seu nome (79). O nome de todo ser humano é sagrado. O nome é a imagem da pessoa. Exige respeito, como sinal da dignidade de quem por ele se identifica.

§2159.

O nome recebido é um nome de eternidade. No Reino, o caráter misterioso e único de cada pessoa marcada com o nome de Deus resplandecerá em plena luz. “Ao vencedor [...] dar-lhe-ei uma pedra na qual estará escrito um novo nome, que ninguém conhece, a

não ser aquele que a recebe" (Ap 2, 17). "Olhei e vi: o Cordeiro estava sobre o monte de Sido e, com Ele, cento e quarenta e quatro mil pessoas, que tinham inscrito na fronte o nome d'Ele e o do seu Pai" (Ap 14, 1).

Resumindo:

§2160.

"Senhor, nosso Deus, como é admirável o vosso nome em toda a terra!" (Sl 8, 2).

§2161.

O segundo mandamento manda respeitar o nome do Senhor: O nome do Senhor é santo.

§2162.

O segundo mandamento proíbe o uso inconveniente do nome de Deus. A blasfêmia consiste em usar o nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos, de modo injurioso.

§2163.

O juramento falso invoca Deus como testemunha de uma mentira. O perjúrio é uma falta grave contra o Senhor; sempre fiel às suas promessas.

§2164.

"Não jurar nem pelo Criador, nem pela criatura, senão com verdade, por necessidade e com reverência" (80).

§2165.

No Batismo, o cristão recebe o seu nome na Igreja. Procurem os pais, os padrinhos e o pároco, que lhe seja imposto um nome cristão. O patrocínio de um santo oferece um modelo de caridade e assegura a sua intercessão.

§2166.

O cristão começa as suas orações e as suas atividades pelo sinal da cruz “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém”.

§2167.

Deus chama cada um pelo seu nome (81).

ARTIGO 3: O TERCEIRO MANDAMENTO

"Lembra-te do dia do sábado para o santificares. Durante seis dias trabalharás e farás todos os teus trabalhos. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus. Não farás nele nenhum trabalho" (Ex 20, 8-10) (82).

"O sábado foi feito para o ser humano e não o ser humano para o sábado. O Filho do Homem, até do sábado é Senhor" (Mc 2, 27-28).

I. O dia do sábado

§2168.

O terceiro mandamento do Decálogo se refere à santificação do sábado: "O sétimo dia é

um sábado, um descanso completo consagrado ao Senhor" (Ex 31, 15).

§2169.

A Escritura faz, a este propósito, memória da criação: "Porque em seis dias o Senhor fez o Céu e a terra, o mar e tudo o que nele se encontra, mas ao sétimo dia descansou. Eis porque o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou" (Ex 20, 11).

§2170.

A Escritura vê também, no dia do Senhor, o memorial da libertação de Israel da escravidão do Egito. "Recorda-te de que foste escravo no país do Egito, de onde o Senhor, teu Deus, te fez sair com mão forte e braço pode-

roso. É por isto que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de sábado" (Dt 5, 15).

§2171.

Deus confiou a Israel o sábado, para ele guardá-lo em sinal da Aliança inviolável (83). O sábado é para o Senhor, santamente reservado ao louvor a Deus, à sua obra criadora e às suas ações salvíficas em favor de Israel.

§2172.

O agir de Deus é o modelo do agir humano. Se Deus "descansou" no sétimo dia (Ex 31, 17), o ser humano deve também "descansar" e deixar que os outros, sobretudo os pobres, "tomem fôlego" (84). O sábado faz ces-

sar os trabalhos quotidianos e concede uma folga. É um dia de protesto contra as servidões do trabalho e o culto ao dinheiro

§2173.

O Evangelho relata numerosos incidentes em que Jesus é acusado de violar a lei do sábado. Mas Jesus nunca viola a santidade deste dia (86). É com autoridade que Ele dá a sua interpretação autêntica desta lei: “O sábado foi feito para o ser humano e não o ser humano para o sábado” (Mc 2, 27). Cheio de compaixão, Cristo Se autoriza, em dia de sábado, a fazer o bem invés do mal, a salvar uma vida antes que perdê-la (87). O sábado é o dia do Senhor das misericórdias e da honra

a Deus (88). “O Filho do Homem é Senhor do próprio sábado” (Mc 2, 28).

II. O dia do Senhor

“Este é o dia que o Senhor fez. Exultemos e cantemos de alegria” (Sl 118, 24).

O DIA DA RESSURREIÇÃO: A NOVA CRIAÇÃO

§2174.

Jesus ressuscitou de entre os mortos “no primeiro dia da semana” (Mc 16, 2) (89). Enquanto “primeiro dia”, o dia da ressurreição de Cristo lembra a primeira criação. Enquanto “oitavo dia”, a seguir ao sábado (90), significa a nova criação, inaugurada com a ressurreição de Cristo. Este dia se tornou, para os

cristãos, o primeiro de todos os dias, a primeira de todas as festas, o dia do Senhor (*Hê kuriakê hêméra, dies dominica*), o "Domingo".

"Reunimo-nos todos no dia do Sol, porque foi o primeiro dia [após o Sábado judaico, mas também o primeiro dia] em que Deus, tirando das trevas a matéria, criou o mundo, mas também porque Jesus Cristo, nosso Salvador, nesse mesmo dia ressuscitou dos mortos" (91).

O DOMINGO - REALIZAÇÃO DO SÁBADO

§2175.

O domingo se distingue expressamente do sábado, ao qual sucede cronologicamente em

cada semana e cuja prescrição ritual substitui, para os cristãos. O domingo realiza plenamente, na Páscoa de Cristo, a verdade espiritual do sábado judaico e anuncia o descanso eterno do ser humano em Deus. Porque o culto da Lei preparava para o mistério de Cristo e o que nela se praticava era figura de algum aspecto relativo a Cristo (92).

"Os que viveram segundo a antiga ordem das coisas alcançaram uma nova esperança, não guardando mais o sábado e sim o dia do Senhor, em que a nossa vida foi abençoada por Ele e pela sua morte" (93).

§2176.

A celebração do domingo é o cumprimento da prescrição moral, naturalmente inscrita

no coração do ser humano, de “prestar a Deus um culto exterior, visível, público e regular, sob o sinal da sua bondade universal para com os seres humanos” (94). O culto dominical cumpre o preceito moral da Antiga Aliança, cujo ritmo e espírito retoma, ao celebrar, em cada semana, o Criador e o Redentor do seu povo.

A EUCARISTIA DOMINICAL

§2177.

A celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor está no coração da vida da Igreja. “O domingo em que se celebra o mistério pascal, por tradição apostólica, deve ser

guardado em toda a Igreja como o primordial dia festivo de preceito" (95).

"Do mesmo modo devem ser guardados os dias do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo, a Epifania, a Ascensão, o santíssimo corpo e sangue de Cristo, Santa Maria Mãe de Deus, sua Imaculada Conceição e Assunção, São José e os Apóstolos São Pedro e São Paulo e, finalmente, o de todos os Santos" (96).

§2178.

Esta prática da reunião da assembleia cristã data dos primórdios da idade apostólica (97). A Epístola aos Hebreus lembra: "Sem abandonarmos a nossa assembleia, como é costume de alguns, mas nos exortando mutuamente" (Heb 10, 25).

A Tradição guarda a lembrança de uma exortação sempre atual: “Ir cedo à igreja, aproximar-se do Senhor e confessar os próprios pecados, arrepender-se deles na oração [...], assistir à santa e divina Liturgia, acabar a sua oração e não sair antes da despedida [...]. Muitas vezes temos dito: este dia é-vos dado para a oração e o descanso. É o dia que o Senhor fez: nele exultemos e cantemos de alegria” (98).

A PARÓQUIA

§2179.

“A paróquia é certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do bispo

diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio" (99). É o lugar onde todos os fiéis podem se reunir para a celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo cristão na expressão ordinária da vida litúrgica e o reúne nesta celebração, ensina a doutrina salvífica de Cristo e pratica a caridade do Senhor em obras boas e fraternas (100).

"Podes também rezar em tua casa, mas não podes rezar aí como na igreja, onde muitos se reúnem, onde o grito é lançado a Deus de um só coração. [...] Lá há qualquer coisa a mais: a união dos espíritos, a harmonia das almas, o laço do amor, as orações dos sacerdotes" (101).

A OBRIGAÇÃO DO DOMINGO

§2180.

O mandamento da Igreja determina e precisa a lei do Senhor: “No domingo e nos outros dias festivos de preceito, os fiéis têm obrigação de participar da missa” (102). “Cumpre o preceito de participar na missa quem a ela assiste onde quer que se celebre em rito católico, quer no próprio dia festivo quer na tarde do antecedente” (103).

§2181.

A Eucaristia dominical fundamenta e sanciona toda a prática cristã. É por isto que os fiéis têm obrigação de participar da Eucaristia nos dias de preceito, a menos que estejam

justificados, por motivo sério (por exemplo, doença, obrigação de cuidar de crianças de peito) ou dispensados pelo seu pastor (104). Os que deliberadamente faltam a esta obrigação cometem um pecado grave.

§2182.

A participação na celebração comum da Eucaristia dominical é um testemunho de pertença e fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Os fiéis atestam, deste modo, a sua comunhão na fé e no amor. Juntos, dão testemunho da santidade de Deus e da sua esperança na salvação. E se reconfortam mutuamente, sob a ação do Espírito Santo.

§2183.

"Se for impossível a participação na celebração eucarística por falta de ministro sagrado ou por outra causa grave, se recomenda muito que os fiéis tomem parte na Liturgia da Palavra, se a houver na igreja paroquial ou noutro lugar sagrado, celebrada segundo as prescrições do bispo diocesano ou consagrem um tempo conveniente à oração pessoal ou em família ou em grupos de famílias, conforme a oportunidade" (105).

DIA DE GRAÇA E DE CESSAÇÃO DO TRABALHO

§2184.

Tal como Deus "repousou no sétimo dia, depois de todo o trabalho que realizara" (Gn

2, 2), assim a vida humana é ritmada pelo trabalho e pelo repouso. A instituição do Dia do Senhor contribui para que todos gozem do tempo de descanso e lazer suficiente, que lhes permita cultivar a vida familiar, cultural, social e religiosa (106).

§2185.

Aos domingos e outros dias festivos de preceito, os fiéis se abstenham de trabalhos e negócios que impeçam o culto devido a Deus, a alegria própria do Dia do Senhor, a prática das obras de misericórdia ou o devido repouso do espírito e do corpo (107). As necessidades familiares ou uma grande utilidade social constituem justificações legítimas em relação ao preceito do descanso dominical. Mas os

fiéis estarão atentos a que legítimas desculpas não introduzam hábitos prejudiciais à religião, à vida de família e à saúde.

"O amor à verdade procura o ócio santo. A necessidade do amor aceita o negócio justo" (108).

§2186.

Os cristãos que dispõem de tempos livres se lembrem dos seus irmãos que têm as mesmas necessidades e os mesmos direitos e não podem descansar por motivos de pobreza e de miséria. O domingo é tradicionalmente consagrado, pela devoção cristã, às boas obras e aos serviços humildes aos doentes, enfermos e pessoas de idade. Os cristãos também santificarão o domingo dedicando, à

sua família e vizinhos, tempo e cuidados difíceis de prestar nos outros dias da semana. O domingo é um tempo de reflexão, de silêncio, de cultura e de meditação que favorecem o crescimento da vida interior e cristã.

§2187.

Santificar os domingos e festas de guarda exige um esforço comum. Todo cristão deve evitar impor a outrem, sem necessidade, o que possa impedi-lo de guardar o Dia do Senhor. Quando os costumes (desporto, restaurantes etc.) e as obrigações sociais (serviços públicos etc.) reclamam de alguns um trabalho dominical, cada um fica com a responsabilidade de um tempo suficiente de descanso. Os fiéis estarão atentos, com moderação e

caridade, para evitar os excessos e violências originados às vezes nas diversões de massa. Não obstante as pressões de ordem econômica, os poderes públicos se preocuparão em assegurar aos cidadãos um tempo destinado ao repouso e ao culto divino. Os patrões têm obrigação análoga para com os seus empregados.

§2188.

No respeito pela liberdade religiosa e pelo bem comum de todos, os cristãos devem se esforçar pelo reconhecimento dos domingos e dias santos da Igreja como dias feriados legais. Devem dar a todos o exemplo público de oração, respeito e alegria e defender as suas tradições como uma contribuição pre-

ciosa para a vida espiritual da sociedade humana. Se a legislação do país ou outras razões obrigarem a trabalhar no domingo, que este dia seja vivido, no entanto, como sendo o dia da nossa libertação, que nos faz participantes da “reunião festiva”, da “assembleia de primogênitos inscritos nos Céus” (Heb 12, 22-23).

Resumindo:

§2189.

“Guarda o dia do sábado para santificá-lo” (Dt 5,12). “O sétimo dia será um dia de repouso completo, consagrado ao Senhor” (Ex 31, 15).

§2190.

O sábado, que representava o acabamento da primeira criação, é substituído pelo domingo, que lembra a criação nova, inaugurada na ressurreição de Cristo.

§2191.

A Igreja celebra o dia da ressurreição de Cristo no oitavo dia que, com razão, se chama dia do Senhor ou domingo (109).

§2192.

"O domingo [...] deve ser guardado em toda a Igreja como o primordial dia festivo de preceito" (110). "No domingo e outros dias santos de preceito, os fiéis têm obrigação de participar da Missa" (111).

§2193.

"No domingo e nos outros dias festivos de preceito, os fiéis [...] se abstenham daqueles trabalhos e negócios que impeçam o culto a prestar a Deus, a alegria própria do dia do Senhor ou o devido descanso do espírito e do corpo" (112).

§2194.

A instituição do domingo contribui para que "todos gozem do tempo suficiente de repouso e lazer que lhes permita desfrutar da vida familiar, cultural, social e religiosa" (113).

§2195.

Todo cristão deve evitar impor a outrem, sem necessidade, o que o impeça de guardar o Dia do Senhor.

Notas

1. Cf. Lc 10,27: "...com todas as tuas forças".
2. Cf. Dt 5, 6-9.
3. Cf. Ex 19, 16-25; 24, 15-18.
4. São Justino, Diálogo com o judeu Trifão, 11, 1: CA 2, 40 (PG 6. 497).
5. CatRom. 3, 2, 4. p. 408-409.
6. Cf. Rm 1, 5; 16, 26.
7. Cf Rm 1, 18-32.
8. CIC can. 751.
9. Cf. Dt 6, 4-5.
10. Cf. Lc 1, 46-49.
11. Santo Agostinho, De civitate Dei. 10, 6: CSEL 40/1. 454-455 (PL 41, 283).
12. Cf. Am, 5, 21-25.
13. Cf. Is 1, 10-20.
14. Cf. Os 6, 6.
15. Cf. Heb 9, 13-14.
16. CIC can. 1191. §1.
17. Cf. Act 18, 18; 21, 23-24.
18. Cf. CIC can. 654.
19. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42: AAS 57 (1965) 48-49.
20. Cf. CIC can 692.1196-1197.
21. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 1: AAS 58 (1966) 930.

22. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 931.
23. II Concílio do Vaticano, Decl. Nostra ætate, 2: AAS 58 (1966) 742.
24. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 14: AAS 58 (1966) 940.
25. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 1: AAS 58 (1966) 930.
26. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 13: AAS 58 (1966) 849.
27. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 1: AAS 58 (1966) 930.
28. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 13: AAS 58 (1966) 850.
29. Cf. Leão XIII. Enc. Immortale Dei: Leonis XIII Acta 5, 118-150: Pio XI. Enc. Quas primas: AAS 17 (1925) 593-610.
30. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 931; cf. Id,. Const. past. Gaudium et spes, 26: AAS 58 (1966) 1046.
31. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 931.
32. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 6: AAS 58 (1966) 934.
33. Cf. Leão XIII enc. Libertas præstantissimum: Leonis XIII Acta 8, 229-230.

34. Cf. Pio XII, Alocução aos participantes no quinto Congresso nacional italiano da União dos Juristas católicos (6 de Dezembro de 1953): AAS 45 (1953) 799.
35. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 930-931.
36. Cf. Pio VI, Breve Quod aliquantum (10 de Março de 1791): Collectio Brevium atque Instructionum SS. D. N. Pii Papæ VI, quæ ad præsentes Ecclesiæ Catholicæ in Gallia 1...] calamitates pertinent (Romæ 1800) p. 54-55.
37. Cf. Pio IX. Enc. Quanta cura: DS 2890.
38. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 7: AAS 58 (1966) 935.
39. Cf. Mt 23, 16-22.
40. Cf. Is 44, 9-20; Jr 10, 1-16; Dn 14, 1-30; Br 6; Sb 13, 1-15.19
41. Cf. Sl 42, 3 etc.
42. Cf. Ap 13-14.
43. Cf. Gl 5, 20: Ef 5, 5.
44. Orígenes, Contra Celsum 2, 40; SC 132, 378 (PG 11, 861).
45. Cf. Dr 18, 10; Jr 29, 8.
46. Cf. Lc 4, 9.
47. Cf. 1 Cor 10, 9 ex 17, 2-7: Sl 95, 9.
48. Cf. CIC can. 1367.1376.
49. Cf. Act 8, 9-24.

50. Cf. já Is 55, 1.
51. CIC can 848.
52. Cf. Lc 10, 7; 1 Cor 9, 4-18; 1 Tm 5, 17-18.
56. Cf. Rm 1,18.
57. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 19: AAS 58 (1966) 1039.
58. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 20: AAS 58 (1966) 1040.
59. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 21: AAS 58 (1966) 1040.
60. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 21: AAS 58 (1966) 1042.
61. Cf. Nm 21, 4-9: Sb 16, 5-14; Jo 3, 14-15.
62. Cf. Ex 25, 10-22: 1 Rs 6, 23-28; 7, 23-26.
63. São Basílio Magno, Liber de Spiritu Sancto, 18, 45: SC 17bis. 406 (PG 32, 149).
64. II Concílio de Niceia, Definitio de sacris imaginibus: DS 601; cf. Concílio de Trento, Sess. 25-, Decretum de invocatione, veneratione et reliquiis sanctorum et sacris imaginibus: DS 1821-1825: II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 125: AAS 56 (1964) 132: Id., Const. dogm. Lumen Gentium, 67: AAS 57 (1965) 65-66.
65. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2. q. 81, a. 3, ad 3: Ed. Leon. 9, 180.
66. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 15: AAS 58 (1966) 940.

67 Cf. Dt 5, 11
68. Cf. Zc 2, 17.
69. Cf. Sl 29, 2; 96, 2; 113, 1-2.
70. Ioannes Henricus Newman, Parochial and Plain Sermons, v. 5, Sermon 2 [Reverence, a Belief in God's Presence] (Westminster 1967) p. 21-22.
71. Cf Mt 10, 32; 1 Tm 6, 12.
72. Cf. 1 Jo 1, 10.
73. Cf. CIC can. 1369.
74. Santo Agostinho, De Sermone Domini in monte, 2, 5, 19: CCL 35, 109 (PL 34, 1278).
75. Cf. Tg 5, 12.
76. Cf. 2 Cor 1, 23; Gl 1, 20.
77. CIC can. 1199. § 1.
78. CIC can. 855.
79. Cf. Is 43, 1: Jo 10, 3.
80. Santo Inácio de Loiola exercitia spiritualia, 38: MHSI 100, 174.
81. Cf. Is 43, 1.
82. Cf. Dt 5, 12-15.
83. Cf. Ex 31, 16.
84. Cf. Ez 23, 12.
85. Cf. Ne 13, 15-22; 2 Cr 36, 21.
86. Cf. Mc 1, 21; Jo 9, 16.
87. Cf. Mc 3, 4.
88. Cf. Mt 12, 5; Jo 7, 23.
89. Cf. Mt 28, 1; Lc 24, 1; Jo 20, 1.

90. Cf. Mc 16, 1: Mt 28, 1.
91. São Justino, Apologia, 1, 67: CA 1, 188 (PG 6, 429-432).
92. Cf. 1 Cor 10, 11.
93. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Mgnesios, 9, 11: SC 10bis, 88 (Fusk 1, 236-238).
94. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2. q. 122. a. 4. c: Ed. Leon. 9, 478.
95. CIC can. 1246, § 1.
96. CIC can. 1246, § 1.
97. Cf. Act 2, 42-46; 1 Cor 11, 17.
98. Pseudo Eusébio de Alexandria, Sermo de die dominica: PG 86 / 1, 416 e 421.
99. CIC can. 515. § 1.
100. Cf. João Paulo II ex. ap. Christifideles laici, 26: AAS 81 (1989) 437-440.
101. São João Crisóstomo, De incomprehensibili Dei natura seu contra Anomeos, 3, 6: SC 28bis, 218 (PL 48, 725).
102. CIC can. 1247.
103. CIC can. 1248, § 1.
104. Cf. CIC can. 1245.
105. CIC can. 1248, § 2.
106. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 67: AAS 58 (1966) 1089.
107. Cf. CIC can. 1247.

108. Santo Agostinho, De civitate Dei, 19, 19: CSEL 40/2.407 (PL 41, 647).
109. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 106: AAS 56 (1964)
126.
110. CIC can. 1246, § 1.
111. CIC can. 1247.
112. CIC can. 1247.
113. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 67: AAS 58 (1966) 1089.

CAPÍTULO SEGUNDO: “AMARÁS O TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO”

Jesus disse aos discípulos: “Amai-vos uns aos outros, como Eu vos amei” (Jo 13, 34).

§2196.

Respondendo à questão posta sobre o primeiro dos mandamentos, Jesus disse: “O primeiro é: "Escuta, Israel! O Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças!" O segundo é este: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". Não há outro mandamento maior do que estes” (Mc 12, 29-31).

E o apóstolo São Paulo lembra: “Quem ama o próximo cumpre plenamente a lei. De fato: "Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás", bem como qualquer outro mandamento estão resumidos numa só frase: "Amarás ao próximo como a ti mesmo". O amor não faz mal ao próximo. Assim, é no amor que está o pleno cumprimento da lei” (Rm 13, 8-10).

ARTIGO 4: O QUARTO MANDAMENTO

“Honra pai e mãe, a fim de prolongares os teus dias na terra que o Senhor teu Deus vai te dar” (Ex 20, 12).

“Era-lhes submisso” (Lc 2, 51).

O próprio Senhor Jesus lembrou a força deste “mandamento de Deus” (1). E o Apóstolo ensina: “Filhos, obedecei aos vossos pais, no Senhor, pois é isso que é justo. "Honra pai e mãe". Este é o primeiro mandamento, com uma promessa "para que sejas feliz e gozes de longa vida sobre a terra"” (Ef 6, 1-3) (2).

§2197.

O quarto mandamento é o primeiro da segunda tábua e indica a ordem do amor. Deus quis que, depois de Si, honrássemos os nossos pais, a quem devemos a vida e que nos transmitiram o conhecimento de Deus. Temos obrigação de honrar e respeitar todos aqueles que Deus, para nosso bem, revestiu com sua autoridade.

§2198.

Este mandamento se expressa sob a forma positiva de deveres a cumprir. Anuncia os mandamentos seguintes, relativos ao respeito particular pela vida, pelo matrimônio, pelos bens terrenos, pela palavra dada. E constitui um dos fundamentos da doutrina social da Igreja.

§2199.

O quarto mandamento se dirige expressamente aos filhos nas suas relações com o pai e a mãe, porque esta relação é a mais universal. Mas diz respeito igualmente às relações de parentesco com os membros do grupo familiar. Exige que se preste honra, afeição e reconhecimento aos avós e antepassa-

dos. É, por fim, extensivo aos deveres dos alunos para com os professores, dos empregados para com os patrões, dos subordinados para com os chefes e dos cidadãos para com a pátria e para com quem os administra ou governa.

Este mandamento implica e deixa subentendido os deveres dos pais, tutores, professores, chefes, magistrados, governantes, todos aqueles que exercem alguma autoridade sobre outrem ou sobre uma comunidade de pessoas.

§2200.

A observância do quarto mandamento comporta a respectiva recompensa: “Honra pai e mãe, a fim de prolongares os teus dias

na terra que o Senhor teu Deus vai te dar" (Ex 20, 12) (3). O respeito por este mandamento proporciona, com os frutos espirituais, os frutos temporais da paz e da prosperidade. Pelo contrário, a sua inobservância acarreta grandes danos às comunidades e às pessoas humanas.

I. A família no plano de Deus

NATUREZA DA FAMÍLIA

§2201.

A comunidade conjugal se assenta sobre o consentimento dos esposos. O matrimônio e a família estão destinados ao bem dos esposos e à procriação e educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos esta-

belecem, entre os membros de uma mesma família, relações pessoais e responsabilidades primordiais.

§2202.

Um homem e uma mulher, unidos em matrimônio, formam, com os seus filhos, uma família. Esta disposição precede todo e qualquer reconhecimento por parte da autoridade pública e se impõe a ela. Deverá ser considerada como a referência normal em função da qual serão apreciadas as diversas formas de parentesco.

§2203.

Ao criar o homem e a mulher, Deus instituiu a família humana e a dotou da sua cons-

tituição fundamental. Os seus membros são pessoas iguais em dignidade. Para o bem comum dos seus membros e da sociedade, a família implica em uma diversidade de responsabilidades, de direitos e de deveres.

A FAMÍLIA CRISTÃ

§2204.

"A família cristã constitui uma revelação e uma realização específica da comunhão eclesial e, por este motivo [...], há de ser designada como uma igreja doméstica" (4). Ela é uma comunidade de fé, de esperança e de caridade e se reveste de uma importância singular na Igreja, como transparece do Novo Testamento (5).

§2205.

A família cristã é uma comunhão de pessoas, vestígio e imagem da comunhão do Pai e do Filho, no Espírito Santo. A sua atividade procriadora e educativa é o reflexo da obra criadora do Pai. É chamada a partilhar da oração e do sacrifício de Cristo. A oração quotidiana e a leitura da Palavra de Deus fortalecem nela o amro. A família cristã é evangelizadora e missionária.

§2206.

As relações no seio da família comportam uma afinidade de sentimentos, de afetos e de interesses, que provêm, sobretudo, do mútuo respeito das pessoas. A família é uma comunidade privilegiada chamada a realizar a co-

munhão das almas, o comum acordo dos esposos e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos (6).

II. A família e a sociedade

§2207.

A família é a célula originária da vida social. É ela a sociedade natural em que o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e a vida de relações no seio da família constituem os fundamentos da liberdade, da segurança, da fraternidade no seio da sociedade. A família é a comunidade em que, desde a infância, se podem aprender os valores morais, começar a honrar a Deus e a

fazer bom uso da liberdade. A vida da família é iniciação à vida em sociedade.

§2208.

A família deve viver de modo que os seus membros aprendam a se preocupar e a se encarregar dos jovens e dos velhos, das pessoas doentes ou incapacitadas e dos pobres. São muitas as famílias que, em certos momentos, não se encontram em condições de prestar esta ajuda. Recai então sobre outras pessoas, outras famílias e, subsidiariamente, sobre a sociedade, o dever de prover a estas necessidades. “A religião pura e sem mancha, aos olhos de Deus nosso Pai, consiste em visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribula-

ções e se conservar limpo do contágio do mundo" (Tg 1, 27).

§2209.

A família deve ser ajudada e defendida por medidas sociais apropriadas. Nos casos em que as famílias não estiverem em condições de cumprir as suas funções, os outros corpos sociais têm o dever de ajudá-las e de amparar a instituição familiar. Mas, segundo o princípio da subsidiariedade, as comunidades mais vastas se absterão de lhe usurpar as suas prerrogativas ou de se imiscuir na sua vida.

§2210.

A importância da família na vida e no bem-estar da sociedade (7) implica em uma

responsabilidade particular desta no apoio e fortalecimento do matrimônio e da família. A autoridade civil deve considerar como seu grave dever “reconhecer e proteger a verdadeira natureza do matrimônio e da família, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade doméstica” (8).

§2211.

A comunidade política tem o dever de honrar a família, de assisti-la e de, particularmente, lhe garantir:

- a liberdade de fundar um lar, ter filhos e educá-los de acordo com as suas próprias convicções morais e religiosas;

- a proteção da estabilidade do vínculo conjugal e da instituição familiar;

- a liberdade de professar a sua fé, de transmiti-la, de educar nela os seus filhos, com os meios e as instituições necessárias;

- o direito à propriedade privada, a liberdade de iniciativa, de obter um trabalho, uma habitação e o direito de emigrar;

- consoante as instituições dos países, o direito aos cuidados médicos e à assistência aos idosos, bem como ao abono de família;

- a proteção da segurança e da salubridade, sobretudo no que respeita a perigos como a droga, a pornografia, o alcoolismo etc.;

- a liberdade de formar associações com outras famílias e de ter, assim, representação junto às autoridades civis (9).

§2212.

O quarto mandamento esclarece as outras relações na sociedade. Nos nossos irmãos e irmãs vemos os filhos dos nossos pais; nos nossos primos, os descendentes dos nossos avós; nos nossos concidadãos, os filhos da nossa pátria; nos batizados, os filhos da nossa mãe Igreja; em toda a pessoa humana, um filho ou filha d'Aquele que quer ser chamado "Pai nosso". Daí que as nossas relações com o próximo sejam reconhecidas como de ordem pessoal. O próximo não é um "indivíduo" da coletividade humana; é "alguém" que, pelas suas origens conhecidas, merece uma atenção e um respeito singulares.

§2213.

As comunidades humanas são compostas de pessoas. O bom governo das mesmas não se limita à garantia dos direitos e ao cumprimento dos deveres, bem como ao respeito pelos contratos. Relações justas entre patrões e empregados, governantes e cidadãos, pressupõem a benevolência natural, de acordo com a dignidade das pessoas humanas, solícitas pela justiça e pela fraternidade.

III. Deveres dos membros da família

DEVERES DOS FILHOS

§2214.

A paternidade divina é a fonte da paternidade humana (10). Nela se fundamenta a

honra devida aos pais. O respeito dos filhos, menores ou adultos, pelo seu pai e pela sua mãe (11) se nutre do afeto natural nascido dos laços que os unem. Exige-o o preceito divino (12).

§2215.

O respeito pelos pais (piedade filial) é feito de reconhecimento àqueles que, pelo dom da vida, pelo seu amor e seu trabalho, puseram os filhos no mundo e lhes permitiram crescer em estatura, sabedoria e graça. “Honra o teu pai de todo o teu coração e não esqueças as dores da tua mãe. Lembra-te de que foram eles que te geraram. Como lhes retribuirás o que por ti fizeram?” (Eclo 7, 27-28).

§2216.

O respeito filial se revela na docilidade e na obediência autênticas. “Observa, meu filho, as ordens do teu pai e não desprezes os ensinamentos da tua mãe [...]. Servir-te-ão de guia no caminho, velarão por ti quando dormires e falarão contigo ao despertares” (Pr 6, 20.22). “O filho sábio é fruto da correção paterna, mas o insolente não aceita a repreensão” (Pr 13, 1).

§2117.

Enquanto viver na casa dos pais, o filho deve obedecer a tudo o que eles lhe mandarem para o seu bem ou o da família. “Filhos, obedecei em tudo aos vossos pais, porque isto agrada ao Senhor” (Cl 3, 20) (13). Os fi-

lhos devem também obedecer às prescrições razoáveis dos seus educadores e de todos aqueles a quem os pais os confiaram. Mas se o filho se convencer, em consciência, de que é moralmente mau obedecer a determinada ordem, não o faça.

Com o crescimento, os filhos continuarão a respeitar os pais. Adivinharão os seus desejos, pedirão de boa vontade os seus conselhos e aceitarão as suas admoestações justificadas. A obediência aos pais cessa com a emancipação, mas não o respeito que sempre lhes é devido. É que este tem a sua raiz no temor a Deus, que é um dos dons do Espírito Santo.

§2218.

O quarto mandamento lembra aos filhos adultos as suas responsabilidades para com os pais. Tanto quanto lhes for possível, devem lhes prestar ajuda material e moral nos anos da velhice e no tempo da doença, da solidão ou do desânimo. Jesus lembra este dever de gratidão (14).

“Deus quis honrar o pai pelos filhos e cuidadosamente firmou sobre eles a autoridade da mãe. Quem honra o pai alcança o perdão dos seus pecados e quem honra a mãe é semelhante àquele que acumula tesouros. Quem honra o pai encontrará alegria nos seus filhos e será ouvido no dia da sua oração. Quem honra o pai gozará de longa vida e

quem lhe obedece consolará a sua mãe" (Eclo 3, 2-6).

"Filho, ampara o teu pai na velhice, não o desgostes durante a sua vida. Mesmo se ele vier a perder a razão, sê indulgente, não o desprezes, tu que estás na plenitude das tuas forças [...]. É como um blasfemador o que desampara o seu pai e é amaldiçoado por Deus aquele que irrita a sua mãe" (Eclo 3, 12-16).

§2219.

O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar e engloba também as relações entre irmãos e irmãs. O respeito pelos pais impregna todo o ambiente familiar. "A coroa dos anciãos são os filhos dos seus fi-

lhos" (Pr 17, 6). "Suportai-vos uns aos outros no amor, com toda a humildade, mansidão e paciência" (Ef 4, 2).

§2220.

Os cristãos têm o dever de ser especialmente gratos àqueles de quem receberam o dom da fé, a graça do Batismo e a vida na Igreja. Pode se tratar dos pais, de outros membros da família, dos avós, dos pastores, dos catequistas, dos professores ou amigos. "Conservo a lembrança da tua fé tão sincera, que foi primeiro a da tua avó Lóide e da tua mãe Eunice e que estou certo, habita também em ti" (2 Tm 1, 5).

DEVERES DOS PAIS

§2221.

A fecundidade do amor conjugal não se reduz apenas à procriação dos filhos. Deve também se estender à sua educação moral e à sua formação espiritual. O “papel dos pais na educação é de tal importância que é impossível substituí-los” (15). O direito e o dever da educação são primordiais e inalienáveis para os pais (16).

§2222.

Os pais devem olhar para os seus filhos como filhos de Deus e respeitá-los como pessoas humanas. Educarão os seus filhos no cumprimento da lei de Deus, na medida em

que eles próprios se mostrarem obedientes à vontade do Pai dos Céus.

§2223.

Os pais são os primeiros responsáveis pela educação dos filhos. Testemunham esta responsabilidade, primeiro pela criação de um lar onde são regra a ternura, o perdão, o respeito, a fidelidade e o serviço desinteressado. O lar é um lugar apropriado para a educação das virtudes, a qual requer a aprendizagem da abnegação, de sãos critérios, do autodomínio, condições da verdadeira liberdade. Os pais ensinarão os filhos a subordinar "as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais" (17). Os pais têm a grave responsabilidade de dar bons exemplos

aos filhos. Sabendo reconhecer, diante deles os próprios defeitos, serão mais capazes de guiá-los e corrigi-los.

"Aquele que ama o seu filho, castiga-o com frequência [...]. Aquele que dá ensinamentos ao seu filho será louvado" (Eclo 30, 1-2). "E vós, pais, não irriteis os vossos filhos; pelo contrário, educai-os com disciplina e advertências inspiradas pelo Senhor" (Ef 6, 4).

§2224.

O lar constitui o âmbito natural para a iniciação da pessoa humana na solidariedade e nas responsabilidades comunitárias. Os pais devem ensinar os filhos a se acautelarem contra os perigos e as degradações que ameaçam as sociedades humanas.

§2225.

Pela graça do sacramento do matrimônio, os pais receberam a responsabilidade e o privilégio de evangelizar os filhos. Desde tenra idade devem iniciá-los nos mistérios da fé, de que são os "primeiros arautos" (18). Hão de associá-los, desde a sua primeira infância, à vida da Igreja. A maneira como se vive em família pode alimentar as disposições afetivas que, durante toda a vida, permanecem como autêntico preâmbulo e esteio de uma fé viva.

§2226.

A educação da fé por parte dos pais deve começar desde a mais tenra infância. Faz-se já quando os membros da família se ajudam

mutuamente a crescer na fé pelo testemunho de uma vida cristã, de acordo com o Evangelho. A catequese familiar precede, acompanha e enriquece as outras formas de ensinamento da fé. Os pais têm a missão de ensinar os filhos a rezar e a descobrir a sua vocação de filhos de Deus (19). A paróquia é a comunidade eucarística e o coração da vida litúrgica das famílias cristãs; é o lugar privilegiado da catequese dos filhos e dos pais.

§2227.

Por sua vez, os filhos contribuem para o crescimento dos seus pais na santidade (20). Todos e cada um se darão, generosamente e sem se cansar, o perdão mútuo exigido pelas ofensas, querelas, injustiças e abandonos.

Assim sugere o afeto mútuo. E assim exige o amor de Cristo (21).

§2228.

Durante a infância, o respeito e o carinho dos pais se traduzem primeiro no cuidado e na atenção que consagram à educação dos filhos, para prover as suas necessidades físicas e espirituais. Na medida em que vão crescendo, o mesmo respeito e dedicação levam os pais a educar os filhos no sentido de um uso correto da sua razão e da sua liberdade.

§2229.

Como primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos, os pais têm o direito de escolher para eles uma escola que correspon-

da às suas próprias convicções. É um direito fundamental. Tanto quanto possível, os pais têm o dever de escolher as escolas que melhor os apoiem na sua tarefa de educadores cristãos (22). Os poderes públicos têm o dever de garantir este direito dos pais e de assegurarem as condições reais do seu exercício.

§2230.

Ao se tornarem adultos, os filhos têm o dever e o direito de escolher a sua profissão e o seu estado de vida. Devem assumir as novas responsabilidades numa relação de confiança com os seus pais, a quem pedirão e de quem de boa vontade receberão opiniões e conselhos. Os pais terão o cuidado de não

constranger os filhos, nem na escolha de uma profissão, nem na escolha do cônjuge. Mas este dever de discrição não os proíbe, muito pelo contrário, de os ajudar com opiniões ponderadas, sobretudo quando tiverem em vista a fundação de um novo lar.

§2231.

Há quem não se case para cuidar dos pais ou dos irmãos e irmãs; para se dedicar mais exclusivamente a uma profissão; ou ainda por outros motivos válidos. Esses podem contribuir muitíssimo para o bem da família humana.

IV. A família e o Reino

§2232.

São importantes, mas não absolutos, os laços familiares. Quanto mais a criança cresce para a maturidade e autonomia humanas e espirituais, tanto mais a sua vocação individual, que vem de Deus, se afirma com nitidez e força. Os pais devem respeitar este chamamento e apoiar a resposta dos filhos para segui-lo. Hão de se convencer de que a primeira vocação do cristão é seguir Jesus (23). “Quem ama o pai ou a mãe mais do que a Mim não é digno de Mim e quem ama o filho ou a filha mais do que a Mim não é digno de Mim” (Mt 10, 37).

§2233.

Tornar-se discípulo de Jesus é aceitar o convite para pertencer à família de Deus, para viver em conformidade com a sua maneira de viver: “Todo aquele que fizer a vontade do meu Pai que está nos Céus é que é meu irmão e minha irmã e minha mãe” (Mt 12, 50).

Os pais devem acolher e respeitar, com alegria e ação de graças, o chamamento que o Senhor fizer a um dos seus filhos, para segui-Lo na virgindade pelo Reino, na vida consagrada ou no ministério sacerdotal.

V. As autoridades na sociedade civil

§2234.

O quarto mandamento da Lei de Deus manda que honremos também todos aqueles que, para o nosso bem, receberam de Deus alguma autoridade na sociedade. E esclarece os deveres dos que exercem essa autoridade, bem como os daqueles que dela se beneficiam.

DEVERES DAS AUTORIDADES CIVIS

§2235.

Aqueles que exercem alguma autoridade devem exercê-la como quem presta um serviço. “Quem quiser, entre vós, se tornar grande, será vosso servo” (Mt 20, 26). O exercício

da autoridade é moralmente regulado pela sua origem divina, pela sua natureza racional e pelo seu objeto específico. Ninguém pode mandar ou instituir o que for contrário à dignidade das pessoas e à lei natural.

§2236.

O exercício da autoridade visa tornar manifesta uma justa hierarquia de valores, a fim de facilitar o exercício da liberdade e da responsabilidade de todos. Os superiores exerçam a justiça distributiva com sabedoria, tendo em conta as necessidades e a contribuição de cada qual e em vista da concórdia e da paz. Estarão atentos a que as regras e disposições que tomam não induzam em tenta-

ção, opondo o interesse pessoal ao da comunidade (24).

§2237.

Os poderes políticos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana. Administrarão a justiça com humanidade, respeitando o direito de cada qual e, particularmente, das famílias e dos deserdados.

Os direitos políticos inerentes à cidadania podem e devem ser reconhecidos conforme as exigências do bem comum. Não podem ser suspensos pelos poderes públicos sem motivo legítimo e proporcionado. O exercício dos direitos políticos se orienta para o bem comum da nação e da comunidade humana.

DEVERES DOS CIDADÃOS

§2238.

Os que estão sujeitos à autoridade considerarão os seus superiores como representantes de Deus, que os instituiu ministros dos seus dons. “Submetei-vos, por causa do Senhor, a toda a instituição humana [...]. Procedei como pessoas livres e não como aqueles que fazem, da liberdade, uma capa da sua malícia, mas como servos de Deus” (1 Pe 2, 13-16). A sua colaboração leal comporta o direito e, às vezes, o dever, de uma justa reclamação de tudo o que lhes parecer prejudicial à dignidade das pessoas e ao bem da comunidade.

§2239.

É dever dos cidadãos colaborar com os poderes civis para o bem da sociedade, num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade. O amor e o serviço à pátria derivam do dever da gratidão e da ordem do amor. A submissão às autoridades legítimas e o serviço ao bem comum exigem dos cidadãos que cumpram o seu papel na vida da comunidade política.

§2240.

A submissão à autoridade e a corresponsabilidade pelo bem comum exigem moralmente o pagamento dos impostos, o exercício do direito de voto, a defesa do país.

“Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto, a quem se deve o imposto; a taxa, a quem se deve a taxa; o respeito, a quem se deve o respeito; a honra, a quem se deve a honra” (Rm 13, 7).

Os cristãos “residem na sua própria pátria, mas vivem todos como que de passagem; em tudo participam como os outros cidadãos, mas tudo suportam como se não tivessem pátria [...]. Obedecem às leis estabelecidas, mas, pelo seu modo de vida, superam as leis [...]. Tão nobre é o posto que Deus lhes assinalou que não lhes é lícito desertar” (26).

O Apóstolo nos exorta a fazer súplicas e ações de graças pelos reis e por todos aqueles que exercem a autoridade, “para que possa-

mos ter uma vida calma e tranquila, com toda a piedade e dignidade" (1 Tm 2, 2).

§2241.

As nações mais abastadas devem acolher, tanto quanto possível, o estrangeiro em busca da segurança e dos recursos vitais que não consegue encontrar no seu país de origem. Os poderes públicos devem velar pelo respeito ao direito natural que coloca o hóspede sob a proteção daqueles que o recebem.

As autoridades políticas podem, em vista do bem comum de que têm a responsabilidade, subordinar o exercício do direito de imigração a diversas condições jurídicas, particularmente no respeitante aos deveres que os imigrantes contraem para com o país de ado-

ção. O imigrado tem a obrigação de respeitar, com reconhecimento, o patrimônio material e espiritual do país que o acolheu, de obedecer às suas leis e de contribuir para o seu bem.

§2242.

O cidadão é obrigado, em consciência, a não seguir as prescrições das autoridades civis, quando tais prescrições forem contrárias às exigências de ordem moral, aos direitos fundamentais das pessoas ou aos ensinamentos do Evangelho. A recusa de obediência às autoridades civis, quando as suas exigências forem contrárias às da reta consciência, tem a sua justificação na distinção entre o serviço a Deus e o serviço a comuni-

dade política. “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22, 21). “Deve-se obedecer antes a Deus que às pessoas” (Act 5, 29).

“Quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprimir os cidadãos, estes não se recusem às exigências objetivas do bem comum, mas lhes é lícito, dentro dos limites definidos pela lei natural e pelo Evangelho, defender os seus próprios direitos e os dos seus concidadãos contra o abuso dessa autoridade” (27).

§2243.

A resistência à opressão do poder político não recorrerá legitimamente às armas, senão nas seguintes condições:

1 - em caso de violações certas, graves e prolongadas dos direitos fundamentais;

2 - depois de ter esgotado todos os outros recursos;

3 - se não provocar desordens piores;

4 - se houver esperança fundada de êxito;

5 - e se for impossível prover, razoavelmente, soluções melhores.

A COMUNIDADE POLÍTICA E A IGREJA

§2244.

Toda instituição se inspira, mesmo que implicitamente, numa visão do ser humano e do seu destino; visão da qual tira as suas referências de juízo, a sua hierarquia de valores, a sua linha de procedimento. A maior

parte das sociedades referiram as suas instituições a certa preeminência do ser humano sobre as coisas. Só a religião divinamente revelada é que reconheceu claramente em Deus, Criador e Redentor, a origem e o destino do ser humano. A Igreja convida os poderes políticos a referenciar os seus juízos e decisões a esta inspiração da verdade sobre Deus e sobre o ser humano.

"As sociedades que ignoram esta inspiração ou a recusam em nome da sua independência em relação a Deus são levadas a procurar, em si mesmas ou a tomar de uma ideologia, as suas referências e o seu fim e, não admitindo que se defenda um critério objetivo do bem e do mal, a si mesmas atribuem,

sobre o ser humano e o seu destino, um poder totalitário, declarado ou oculto, como a história tem mostrado" (31).

§2245.

"A Igreja que, em virtude da sua função e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política, [...] é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana" (29). "A Igreja respeita e promove a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos" (30).

§2246.

Faz parte da missão da Igreja "proferir um juízo moral, mesmo acerca das realidades que dizem respeito à ordem política, sempre

que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem, utilizando todos e só os meios conformes com o Evangelho e o bem de todos segundo a variedade dos tempos e circunstâncias" (31).

Resumindo:

§2247.

"Honra pai e mãe" (Dt 5, 16; Mc 7,10).

§2248.

Segundo o quarto mandamento, Deus quis que, depois d'Ele, honrássemos os nossos pais e aqueles que, para o nosso bem, ele revestiu de autoridade.

§2249.

A comunidade conjugal está fundada na aliança e no consentimento dos esposos. O matrimônio e a família estão ordenados para o bem dos cônjuges e para a procriação e educação dos filhos.

§2250.

“A saúde da pessoa e da sociedade humana e cristã depende estreitamente de uma situação favorável da comunidade conjugal e familiar” (32).

§2251.

Os filhos devem aos pais respeito, gratidão, obediência justa e ajuda. O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar.

§2252.

Os pais são os primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos na fé, na oração e em todas as virtudes. Eles têm o dever de prover, na medida do possível, às necessidades físicas e espirituais dos seus filhos.

§2253.

Os pais devem respeitar e favorecer a vocação dos seus filhos. Hão de se lembrar e hão de lhes ensinar que a primeira vocação do cristão é seguir Jesus.

§2254.

A autoridade pública tem a obrigação de respeitar os direitos fundamentais da pessoa

humana e as condições do exercício da sua liberdade.

§2255.

É dever dos cidadãos colaborar com os poderes civis na edificação da sociedade, num espírito de verdade, justiça, solidariedade e liberdade.

§2256.

O cidadão está obrigado, em consciência, a não seguir as prescrições das autoridades civis, quando tais prescrições forem contrárias às exigências da ordem moral. “Deve-se obedecer antes a Deus do que às pessoas” (Act 5, 29).

§2257.

Toda a sociedade refere os seus juízos e a sua conduta a uma visão do ser humano e do seu destino. Fora das luzes do Evangelho sobre Deus e sobre o ser humano, as sociedades facilmente resvalam para o totalitarismo.

ARTIGO 5: O QUINTO MANDAMENTO

“Não matarás” (Ex 20, 13).

“Ouvistes o que foi dito aos antigos: "Não matarás. Aquele que matar terá de responder em juízo". Eu, porém, vos digo: Quem se irritar contra o seu irmão será réu perante o tribunal” (Mt 5, 21-22).

§2258.

"A vida humana é sagrada, porque, desde a sua origem, postula a ação criadora de Deus e se mantém para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é senhor da vida, desde o seu começo até ao seu fim. Ninguém, em circunstância alguma, pode reivindicar o direito de dar a morte diretamente a um ser humano inocente" (33).

I. O respeito pela vida humana

O TESTEMUNHO DA HISTÓRIA SAGRADA

§2259.

A Sagrada Escritura, na narrativa da morte de Abel pelo seu irmão Caim (34), revela,

desde os primórdios da história humana, a presença no ser humano da ira e da inveja, consequências do pecado original. O ser humano se tornou inimigo do seu semelhante. Deus denuncia a perversidade deste fratricídio: “Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra por Mim. No futuro, serás maldito sobre a terra, que abriu a sua boca para beber, da tua mão, o sangue do teu irmão” (Gn 4, 10-11).

§2260.

A aliança entre Deus e a humanidade é entretecida de referências ao dom divino da vida humana e à violência assassina do ser humano:

“Pedirei contas do vosso sangue [...]. A quem derramar sangue humano, por mão de ser humano será derramado o seu, porque Deus fez o ser humano à sua imagem” (Gn 9, 5-61).

O Antigo Testamento considerou sempre o sangue como um sinal sagrado da vida (35). E este ensinamento é válido para todos os tempos.

§2261.

A Escritura determina a proibição contida no quinto mandamento: “Não causarás a morte do inocente e do justo” (Ex 23, 7). O homicídio voluntário de um inocente é gravemente contrário à dignidade do ser humano, à regra de ouro e à santidade do Criador.

A lei que o proíbe é universalmente válida: obriga a todos e a cada um, sempre e em toda a parte.

§2262.

No Sermão da Montanha, o Senhor lembra o preceito: “Não matarás” (Mt 5, 21) e lhe acrescenta a proibição da ira, do ódio e da vingança. Mais ainda: Cristo exige do seu discípulo que ofereça a outra face (36), que ame os seus inimigos (37). Ele próprio não Se defendeu e disse a Pedro que deixasse a espada na bainha (38).

A LEGÍTIMA DEFESA

§2263.

A defesa legítima das pessoas e das sociedades não é uma exceção à proibição de matar o inocente que constitui o homicídio voluntário. “Do ato de defesa pode se seguir um duplo efeito: um, a conservação da própria vida; outro, a morte do agressor” (39). “Nada impede que um ato possa ter dois efeitos, dos quais só um esteja na intenção, estando o outro para além da intenção” (40).

§2264.

O amor para consigo mesmo permanece um princípio fundamental de moralidade. É, portanto, legítimo, fazer respeitar o seu pró-

prio direito à vida. Quem defende a sua vida não é réu de homicídio, mesmo que se veja constrangido a desferir sobre o agressor um golpe mortal.

"Se, para nos defendermos, usarmos de uma violência maior do que a necessária, isto será ilícito. Mas se repelirmos a violência com moderação, isto será lícito [...]. E não é necessário à salvação que se deixe de praticar tal ato de defesa moderada para evitar a morte do outro, porque se está mais obrigado a velar pela própria vida do que pela alheia" (41).

§2265.

A legítima defesa pode ser não somente um direito, mas até um grave dever para a-

quele que é responsável pela vida de outrem. Defender o bem comum implica colocar o agressor injusto na impossibilidade de fazer mal. É por esta razão que os detentores legítimos da autoridade têm o direito de recorrer mesmo às armas para repelir os agressores da comunidade civil confiada à sua responsabilidade.

§2266.

O esforço do Estado em reprimir a difusão de comportamentos que lesam os direitos humanos e as regras fundamentais da convivência civil corresponde a uma exigência de preservar o bem comum. É direito e dever da autoridade pública legítima infligir penas proporcionadas à gravidade do delito. A pena

tem como primeiro objetivo reparar a desordem introduzida pela culpa. Quando esta pena é voluntariamente aceita pelo culpado, adquire valor de expiação. A pena tem ainda como objetivo, para além da defesa da ordem pública e da proteção da segurança das pessoas, uma finalidade medicinal, posto que deve, na medida do possível, contribuir para a emenda do culpado.

§2267.

A doutrina tradicional da Igreja, desde que não haja a mínima dúvida acerca da identidade e da responsabilidade do culpado, não exclui o recurso à pena de morte, se for esta a única solução possível para defender eficaz-

mente vidas humanas de um injusto agressor.

Contudo, se processos não sangrentos bastarem para defender e proteger do agressor a segurança das pessoas, a autoridade deve se servir somente desses processos, porquanto correspondem melhor às condições concretas do bem comum e são mais consentâneos com a dignidade da pessoa humana.

Na verdade, nos nossos dias, devido às possibilidades de que dispõem os Estados para reprimir eficazmente o crime, tornando inofensivo quem o comete, sem com isso lhe retirar definitivamente a possibilidade de se redimir, os casos em que se torna absolutamente necessário suprimir o réu "são já mui-

to raros, se não mesmo praticamente inexistentes" (42).

O HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO

§2268.

O quinto mandamento proíbe, como gravemente pecaminoso, o homicídio direto e voluntário. O assassino e quantos voluntariamente colaboram no assassinato cometem um pecado que brada ao Céu (43).

O infanticídio (44), o fratricídio, o parricídio e o assassinato do cônjuge são crimes especialmente graves em razão dos laços naturais que eles quebram. Não se podem invocar preocupações de eugenismo ou de higiene pública para justificar qualquer homicídio,

ainda que tal seja imposto pelos poderes públicos.

§2269.

O quinto mandamento proíbe fazer seja o que for com a intenção de provocar, indiretamente, a morte de uma pessoa. A lei moral proíbe expor alguém, sem razão grave, a um perigo mortal, assim como negar assistência a uma pessoa em perigo.

A aceitação pela sociedade humana de fomes mortíferas, sem se esforçar por lhe dar remédio, é uma escandalosa injustiça e um pecado grave. Os traficantes, cujas práticas usurárias e mercantis provocam a fome e a morte dos seus irmãos em humanidade, cometem indiretamente homicídio, que lhes é

imputável (45). O homicídio involuntário não é moralmente imputável. Mas não se é desculpado de falta grave se, sem razões proporcionadas, se proceder de maneira a causar a morte, mesmo sem a intenção de provocá-la.

O ABORTO

§2270.

A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento da sua existência, devem ser reconhecidos, a todo ser humano, os direitos da pessoa, entre os quais, o direito inviolável de todo ser inocente à vida (46).

“Antes de te formar no ventre materno eu te escolhi; antes que saísses do ventre da tua mãe eu te consagrei” (Jr 1, 5).

“Vós conhecíeis já a minha alma e nada do meu ser Vos era oculto, quando secretamente era formado, modelado nas profundidades da terra” (Sl 139, 15).

§2271.

A Igreja afirmou, desde o século I, a malícia moral de todo aborto provocado. E esta doutrina não mudou. Continua invariável. O aborto direto, isto é, desejado como fim ou como meio, é gravemente contrário à lei moral:

“Não matarás o embrião por meio do aborto, nem farás que morra o recém-nascido” (47).

“Deus [...], Senhor da vida, confiou aos seres humanos, para que estes desempenhassem de um modo digno dos mesmos seres humanos, o nobre encargo de conservar a vida. Esta deve, pois, ser salvaguardada, com extrema solicitude, desde o primeiro momento da concepção. O aborto e o infanticídio são crimes abomináveis” (48).

§2272.

A colaboração formal num aborto constitui falta grave. A Igreja pune com a pena canônica da excomunhão este delito contra a vida humana. “Quem procurar o aborto, se-

guindo-se o efeito (*effectu secuto*) incorre em excomunhão *latæ sententiæ* (49), isto é, "pelo fato mesmo de se cometer o delito" (50) e nas condições previstas pelo Direito (50). A Igreja não pretende, deste modo, restringir o campo da misericórdia. Simplesmente, manifesta a gravidade do crime cometido, o prejuízo irreparável causado ao inocente que foi morto, aos seus pais e a toda a sociedade.

§2273.

O inalienável direito à vida, por parte de todo indivíduo humano inocente, é um elemento constitutivo da sociedade civil e da sua legislação:

"Os direitos inalienáveis da pessoa deverão ser reconhecidos e respeitados pela soci-

edade civil e pela autoridade política. Os direitos do ser humano não dependem nem dos indivíduos, nem dos pais, nem mesmo representam uma concessão da sociedade e do Estado. Pertencem à natureza humana e são inerentes à pessoa, em razão do ato criador que lhe deu origem. Entre estes direitos fundamentais deve se aplicar o direito à vida e à integridade física de todo ser humano, desde a concepção até à morte" (52).

"Desde o momento em que uma lei positiva priva determinada categoria de pessoas da proteção que a legislação civil deve lhes conceder, o Estado acaba por negar a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não põe a sua força ao serviço dos direitos de to-

dos os cidadãos e, em particular, dos mais fracos, se encontram ameaçados os próprios fundamentos de um “Estado de direito” [...]. Como consequência do respeito e da proteção que devem ser garantidos ao nascituro, desde o momento da sua concepção, a lei deve prever sanções penais apropriadas para toda a violação deliberada dos seus direitos” (53).

§2274.

Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a concepção, o embrião terá de ser defendido na sua integridade, tratado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano.

O diagnóstico pré-natal é moralmente lícito, desde que “respeite a vida e a integridade do embrião ou do feto humano e seja orientado para a sua defesa ou cura individual [...]. Mas está gravemente em oposição com a lei moral ao prever, em função dos resultados, a eventualidade de provocar um aborto. Um diagnóstico [...] não pode ser equivalente a uma sentença de morte” (54).

§2275.

“Devem se considerar lícitas as intervenções no embrião humano, sempre que respeitem a vida e a integridade do mesmo e não envolvam, para ele, riscos desproporcionados, antes, tenham em vista a sua cura, as

melhoria das suas condições de saúde ou a sua sobrevivência individual" (55).

"É imoral produzir embriões humanos destinados a serem explorados como material biológico disponível" (56).

"Certas tentativas de intervenção no patrimônio cromossomático ou genético não são terapêuticas, mas tem em vista a produção de seres humanos selecionados segundo o sexo ou outras qualidades pré-estabelecidas. Tais manipulações são contrárias à dignidade pessoal do ser humano, à sua integridade e à sua identidade única, irrepetível" (57).

A EUTANÁSIA

§2276.

Aqueles que têm uma vida deficiente ou enfraquecida reclamam um respeito especial. As pessoas doentes ou deficientes devem ser amparadas, para que possam levar uma vida tão normal quanto possível.

§2277.

Quaisquer que sejam os motivos e os meios, a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inaceitável.

Assim, uma ação ou uma omissão que, propriamente ou na intenção, cause a morte com o fim de suprimir o sofrimento, constitui

um assassínio gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e ao respeito do Deus vivo, seu Criador. O erro de juízo em que se pode ter caído de boa fé, não muda a natureza do ato homicida, o qual deve sempre ser condenado e posto de parte (58).

§2278.

A cessação de tratamentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionais aos resultados esperados, pode ser legítima. É a rejeição do "encarniçamento terapêutico". Não que assim se pretenda dar a morte; simplesmente se aceita o fato de não poder impedi-la. As decisões devem ser tomadas pelo paciente, se para isto tiver competência e capacidade. Caso contrário, por

quem para tal tenha direitos legais, respeitando sempre a vontade razoável e os interesses legítimos do paciente.

§2279.

Mesmo que a morte seja considerada iminente, os cuidados habitualmente devidos a uma pessoa doente não podem ser legitimamente interrompidos. O uso dos analgésicos para aliviar os sofrimentos do moribundo, mesmo se correndo o risco de abreviar os seus dias, pode ser moralmente conforme com a dignidade humana, se a morte não for desejada, nem como fim nem como meio, mas somente prevista e tolerada como inevitável. Os cuidados paliativos constituem uma

forma excepcional do amor desinteressado; a este título, devem ser encorajados.

O SUICÍDIO

§2280.

Cada qual é responsável perante Deus pela vida que Ele lhe deu. Deus é o senhor soberano da vida e devemos recebê-la com reconhecimento e preservá-la para sua honra e salvação das nossas almas. Nós somos administradores e não proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela.

§2281.

O suicídio contraria a inclinação natural do ser humano para conservar e perpetuar a sua vida. É gravemente contrário ao justo

amor a si mesmo. Ofende igualmente o amor ao próximo, porque quebra injustamente os laços de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana em relação às quais temos obrigações a cumprir. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo.

§2282.

Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, sobretudo para os jovens, o suicídio assume ainda a gravidade do escândalo. A cooperação voluntária no suicídio é contrária à lei moral.

Perturbações psíquicas graves, a angústia ou o temor grave de uma provação, de um sofrimento, da tortura, são circunstâncias

que podem diminuir a responsabilidade do suicida.

§2283.

Não se deve perder a esperança pela salvação eterna das pessoas que se suicidaram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, lhes oferecer a oportunidade de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida.

II. O respeito pela dignidade das pessoas

O RESPEITO PELA ALMA DO PRÓXIMO: O ESCÂNDALO

§2284.

O escândalo é a atitude ou comportamento que leva outrem a fazer o mal. O escandaloso se transforma em tentador do seu próximo; atenta contra a virtude e a retidão, podendo arrastar o irmão para a morte espiritual. O escândalo constitui uma falta grave se, por ação ou omissão, levar deliberadamente outra pessoa a cometer uma falta grave.

§2285.

O escândalo se reveste de uma gravidade particular conforme a autoridade dos que o

causam ou a fraqueza dos que dele são vítimas. Ele inspirou esta maldição a nosso Senhor: “Mas, se alguém escandalizar um destes pequeninos que creem em Mim, seria preferível que lhe suspendessem do pescoço a mó de um moinho e o lançassem nas profundezas do mar” (Mt 18, 6) (59). O escândalo é grave quando é causado por aqueles que, por natureza ou em virtude da função que exercem, tem a obrigação de ensinar e de educar os outros. Jesus o censura nos escribas e fariseus, os comparando a lobos disfarçados de cordeiros (60).

§2286.

O escândalo pode ser provocado pela lei ou pelas instituições, pela moda ou pela opinião.

É assim que se tornam culpados de escândalo os que estabelecem leis ou estruturas sociais conducentes à degradação dos costumes e à corrupção da vida religiosa ou a "condições sociais que, voluntária ou involuntariamente, tornam difícil e praticamente impossível uma conduta cristã conforme aos mandamentos" (61). O mesmo se diga dos chefes de empresa que tomam medidas incitando à fraude, dos professores que "exasperam" os seus alunos (62) ou daqueles que,

manipulando a opinião pública, a desviam dos valores morais.

§2287.

Aquele que usa dos poderes de que dispõe em condições que induzem a agir mal, se torna culpado de escândalo e responsável pelo mal que, direta ou indiretamente, favorece. “É inevitável que haja escândalos, mas ai daquele que os causa” (Lc 17, 1).

O RESPEITO PELA SAÚDE

§2288.

A vida e a saúde física são bens preciosos, confiados por Deus. Temos a obrigação de cuidar razoavelmente desses dons, tendo em

conta as necessidades alheias e o bem comum.

O cuidado da saúde dos cidadãos requer a ajuda da sociedade para se conseguirem condições de vida que permitam crescer e atingir a maturidade: alimentação e vestuário, casa, cuidados de saúde ensino básico emprego, assistência social.

§2289.

Se a moral apela para o respeito da vida corporal, não é que faça dela um valor absoluto. Pelo contrário, se insurge contra uma concepção neopagã, tendente a promover o culto ao corpo, lhe sacrificando tudo e a idolatrar a perfeição física e o êxito desportivo. Pela escolha seletiva que faz entre os fortes e

os fracos, tal concepção pode conduzir à perversão das relações humanas.

§2290.

A virtude da temperança leva a evitar toda a espécie de excessos, o abuso da comida, da bebida, do tabaco e dos medicamentos. Aqueles que, em estado de embriaguez ou por gosto imoderado pela velocidade, põem em risco a segurança dos outros e a sua própria, nas estradas, no mar ou no ar, se tornam gravemente culpados.

§2291.

O uso de estupefacientes causa gravíssimos danos à saúde e à vida humana. A não ser por prescrições estritamente terapêuticas,

o seu uso é uma falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas e constituem uma cooperação direta, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral.

O RESPEITO PELA PESSOA E A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

§2292.

As experiências científicas, médicas ou psicológicas sobre pessoas ou grupos humanos podem concorrer para a cura dos doentes e para o progresso da saúde pública.

§2293.

A investigação científica de base, tanto como a aplicada, constituem uma expressão

significativa do domínio do ser humano sobre a criação. A ciência e a técnica são recursos preciosos quando, postos ao serviço do ser humano, promovem o seu desenvolvimento integral em benefício de todos. Mas, só por eles, não podem indicar o sentido da existência e do progresso humano. A ciência e a técnica estão destinadas para o ser humano, a quem devem a sua origem e progressos. Por isto, é na pessoa e nos seus valores morais que encontram a indicação da sua finalidade e a consciência dos seus limites.

§2294.

É ilusório reivindicar a neutralidade moral da investigação científica e das suas aplicações. Por outro lado, os critérios de orienta-

ção não podem ser deduzidos da simples eficácia e nem da utilidade que daí pode advir para uns em prejuízo de outros, nem, pior ainda, das ideologias dominantes. A ciência e a técnica requerem, pelo seu próprio significado intrínseco, o respeito incondicional dos critérios fundamentais da moralidade: devem estar ao serviço da pessoa humana, dos seus direitos inalienáveis, do seu bem autêntico e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus.

§2295.

As investigações ou experiências sobre o ser humano não podem legitimar atos propriamente contrários à dignidade das pessoas e à lei moral. O eventual consentimento

dos sujeitos não justifica tais atos. A experimentação sobre o ser humano não é moralmente legítima se fizer correr riscos desproporcionais ou evitáveis à vida ou à integridade física ou psíquica do sujeito. A experimentação sobre seres humanos não é conforme a dignidade da pessoa se, ainda por cima, for feita sem o consentimento esclarecido do sujeito ou de quem sobre ele tem responsabilidades.

§2296.

A transplantação de órgãos é conforme à lei moral se os perigos e riscos físicos e psíquicos em que o doador incorre forem proporcionais ao bem que se procura em favor do destinatário. A doação de órgãos após a

morte é um ato nobre e meritório e deve ser encorajado como uma manifestação de generosa solidariedade. Mas não é moralmente aceitável se o doador ou os seus representantes não lhe tiverem dado o seu consentimento expresso. Para além disto, é moralmente inadmissível provocar diretamente a mutilação que leve à invalidez ou à morte de um ser humano, ainda que isto se faça para retardar a morte de outras pessoas.

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE CORPORAL

§2297.

Os raptos e o sequestro de reféns espalham o terror e, pela ameaça, exercem intoleráveis pressões sobre as vítimas. São moral-

mente ilegítimos. O terrorismo ameaça, fere e mata sem descriminação; é gravemente contrário à justiça e à caridade. A tortura, que usa a violência física ou moral para arrancar confissões, para castigar culpados, atemorizar opositores ou satisfazer ódios, é contrária ao respeito pela pessoa e pela dignidade humana. A não ser por indicações médicas de ordem estritamente terapêutica, as amputações, mutilações ou esterilizações diretamente voluntárias de pessoas inocentes são contrárias à lei moral (63).

§2298.

Nos tempos passados, certas práticas de crueldade foram comummente adotadas por governos legítimos para manter a lei e a or-

dem, muitas vezes sem protesto dos pastores da Igreja, tendo eles mesmos adotado, nos seus próprios tribunais, as prescrições do direito romano sobre a tortura. A par destes fatos lastimáveis, a Igreja ensinou sempre o dever da clemência e da misericórdia e proibiu aos clérigos o derramamento de sangue. Nos tempos recentes, se tornou evidente que estas práticas cruéis não eram necessárias à ordem pública nem conformes aos direitos legítimos da pessoa humana. Pelo contrário, tais práticas conduzem às piores degradações. Deve-se trabalhar pela sua abolição e orar pelas vítimas e seus carrascos.

O RESPEITO PELOS MORTOS

§2299.

Aos moribundos deve-se dispensar toda a atenção e cuidado, para ajudá-los a viver os últimos momentos com dignidade e paz. Devem ser ajudados pela oração dos que lhes são mais próximos. Estes velarão para que os doentes recebam, em tempo oportuno, os sacramentos que os preparam para o encontro com o Deus vivo.

§2300.

Os corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e amor, na fé e na esperança pela ressurreição. Enterrar os mortos é uma

obra de misericórdia corporal (64) que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo.

§2301.

A autópsia dos cadáveres pode ser moralmente admitida por motivos de investigação legal ou pesquisa científica. O dom gratuito de órgãos depois da morte é legítimo e até pode ser meritório.

A Igreja permite a cremação, a não ser que esta ponha em causa a fé na ressurreição dos corpos (65).

III. A salvaguarda da paz

A PAZ

§2302.

Evocando o preceito “Não matarás” (Mt 5, 21), nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da ira assassina e do ódio.

A ira é um desejo de vingança. “Desejar a vingança, para mal daquele que deve ser castigado, é ilícito”, mas impor uma reparação “para correção do vício e para conservar o bem da justiça”, isto é louvável (66). Se a ira for até ao desejo deliberado de matar o próximo ou de feri-lo gravemente, ela ofende de modo grave ao amor e é pecado mortal. O

Senhor diz: “Quem se irar contra o seu irmão, será sujeito a julgamento” (Mt 5, 22).

§2303.

O ódio voluntário é contra o amor. Odiar o próximo, lhe querendo mal deliberadamente é pecado. É pecado grave, quando deliberadamente se lhe deseja um mal grave. “Eu, porém, vos digo: Amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem, para serdes filhos do vosso Pai que está nos Céus...” (Mt 5, 44-45).

§2304.

O respeito e o crescimento da vida humana exigem a paz. A paz não é só ausência da guerra, nem se limita a assegurar o equilíbrio

das forças adversas. A paz não é possível na terra sem a salvaguarda dos bens das pessoas, a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito pela dignidade das pessoas e dos povos e a prática assídua da fraternidade. Ela é “tranquilidade da ordem” (67); é “obra da justiça” (Is 32, 17) e efeito do amor (68).

§2305.

A paz terrena é imagem e fruto da paz de Cristo, o “Príncipe da Paz” messiânico (Is 9, 5). Pelo sangue da sua cruz, ele, levando n’Ele próprio a morte à inimizade (69), reconciliou com Deus os seres humanos e fez da sua Igreja o sacramento da unidade do gênero humano e da sua união com Deus

(70). “Ele é a nossa paz” (Ef 2, 14) e declara “bem-aventurados os pacíficos” (Mt 5, 9).

§2306.

Os que, renunciando à ação violenta e sangrenta, recorrem a meios de defesa ao alcance dos mais fracos para a salvaguarda dos direitos humanos, dão testemunho do amor evangélico, desde que o façam sem lesar os direitos e obrigações dos outros seres humanos e das sociedades. E atestam legitimamente a gravidade dos riscos físicos e morais do recurso à violência, com as suas ruínas e mortes (71).

EVITAR A GUERRA

§2307.

O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e injustiças que toda guerra traz com ela, a Igreja exorta insistentemente a todos para que orem e atuem para que a bondade divina nos livre da antiga escravidão da guerra (72).

§2308.

Cada cidadão e cada governante deve trabalhar no sentido de evitar as guerras.

No entanto, enquanto “subsistir o perigo de guerra e não houver uma autoridade internacional competente, dotada dos conveni-

entes meios, não se pode negar aos governos, uma vez esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa" (73).

§2309.

Devem ser ponderadas com rigor as estritas condições de uma legítima defesa pela força das armas. A gravidade de tal decisão a submete a condições rigorosas de legitimidade moral. É necessário, ao mesmo tempo:

- que o prejuízo causado pelo agressor à nação ou comunidade de nações seja duradouro, grave e certo;

- que todos os outros meios de lhe pôr fim tenham se revelado impraticáveis ou ineficazes;

- que estejam reunidas condições sérias de êxito;

- que o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. O poder dos meios modernos de destruição tem um peso gravíssimo na apreciação desta condição.

Estes são os elementos tradicionalmente apontados na doutrina da chamada "guerra justa".

A apreciação destas condições de legitimidade moral pertence ao juízo prudencial daqueles que têm o encargo do bem comum.

§2310.

Os poderes públicos têm, neste caso, o direito e o dever de impor aos cidadãos as obrigações necessárias à defesa nacional.

Aqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar são servidores da segurança e da liberdade dos povos. Na medida em que desempenharem como convém esta tarefa, contribuem verdadeiramente para o bem comum e para a salvaguarda da paz (74).

§2311.

Os poderes públicos atenderão equitativamente o caso daqueles que, por motivos de consciência, recusam o uso de armas. Estes

continuam obrigados a servir, de outra forma, a comunidade humana (75).

§2312.

A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. “Uma vez lamentavelmente começada a guerra, nem por isto tudo se torna lícito entre as partes beligerantes” (76).

§2313.

Devem ser respeitados e tratados com humanidade os não combatentes, os soldados feridos e os prisioneiros.

As ações deliberadamente contrárias ao direito dos povos e aos seus princípios universais, bem como as ordens que comandam

tais ações, são crimes. Uma obediência cega não basta para desculpar os que a elas se submetem. Assim, o extermínio de um povo, de uma nação ou de uma minoria étnica deve ser condenado como pecado mortal. É-se moralmente obrigado a resistir às ordens para praticar um genocídio.

§2314.

"Toda ação bélica, que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou vastas regiões com os seus habitantes é um crime contra Deus e o próprio ser humano, que deve ser condenado com firmeza e sem hesitação" (77). Um dos perigos da guerra moderna é o de oferecer aos detentores das armas científicas, particularmente atô-

micas, biológicas ou químicas, oportunidade para cometer tais crimes.

§2315.

A acumulação de armas é considerada por muitos como um processo paradoxal de dissuadir, da guerra, eventuais adversários. Veem nisto o mais eficaz dos meios susceptíveis de garantir a paz entre as nações. No entanto, este processo de dissuasão suscita severas reservas morais. A corrida aos armamentos não garante a paz. Longe de eliminar as causas da guerra, corre o risco de agravá-las. O dispêndio de fabulosas riquezas na preparação de armas sempre novas impede que se auxiliem as populações indigentes (78) e trava o desenvolvimento dos povos. O superar-

mamento multiplica as razões de conflito e aumenta o risco da sua propagação.

§2316.

O fabrico e comércio de armas têm a ver com o bem comum das nações e da comunidade internacional. Daí que as autoridades públicas tenham o direito e o dever de regulamentá-los. A busca de interesses privados ou coletivos em curto prazo não pode legitimar empresas que incentivam a violência e os conflitos entre as nações e que comprometem a ordem jurídica internacional.

§2317.

As injustiças, as excessivas desigualdades de ordem econômica ou social, a inveja, a

desconfiança e o orgulho que grassam entre os seres humanos e as nações são uma constante ameaça à paz e provocam as guerras. Tudo o que se fizer para superar estas desordens contribui para edificar a paz e evitar a guerra.

"Na medida em que os seres humanos são pecadores, o perigo da guerra os ameaça e continuará a ameaçá-los até à vinda de Cristo. Mas, na medida em que, unidos na caridade, superam o pecado, superadas ficam também as violências, até que se realizem estas palavras: "Com as espadas forjarão arados e foices, com as lanças. Não mais levantará a espada povo contra povo, nem ja-

mais se exercitarão para a guerra" (Is 2, 4)" (79).

Resumindo:

§2318.

"Deus tem, em suas mãos, a vida de todo ser vivo e o sopro de vida de todos os seres humanos" (Jó 12,10).

§2319.

Toda a vida humana, desde o momento da concepção até à morte, é sagrada, porque a pessoa humana foi desejada por ela mesma e criada à imagem e semelhança do Deus vivo e santo.

§2320.

O assassínio de um ser humano é gravemente contrário à dignidade da pessoa e à santidade do Criador.

§2321.

A proibição de matar não revoga o direito de retirar, ao injusto agressor, a possibilidade de fazer mal. A legítima defesa é um dever grave para quem é responsável pela vida de outrem ou pelo bem comum.

§2322.

Desde que foi concebida, a criança tem direito à vida. O aborto direto, isto é, desejado como fim ou como meio, é uma "prática infame" (80), gravemente contrária à lei moral.

A Igreja pune com a pena canônica da excomunhão este delito contra a vida humana.

§2323.

Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a sua concepção, o embrião deve ser defendido na sua integridade, atendido e cuidado medicamente como qualquer outro ser humano.

§2324.

A eutanásia voluntária, quaisquer que sejam as formas e os motivos, é um homicídio. É gravemente contrária à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Deus vivo, seu Criador.

§2325.

O suicídio é gravemente contrário à justiça, à esperança e à caridade. É proibido pelo quinto mandamento.

§2326.

O escândalo constitui uma falta grave quando, por ação ou omissão, leva deliberadamente outrem a pecar gravemente.

§2327.

Devido aos males e injustiças que toda a guerra traz consigo, devemos fazer tudo o que for humanamente possível para evitá-la. A Igreja ora: “Da fome, da peste e da guerra, livrai-nos, Senhor!”.

§2328.

A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. As práticas deliberadamente contrárias ao direito das pessoas e aos seus princípios universais são crimes.

§2329.

A corrida aos armamentos é um terrível flagelo para a humanidade e prejudica os pobres de uma forma intolerável (81).

§2330.

“Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus” (Mt 5, 9).

ARTIGO 6: O SEXTO MANDAMENTO

"Não cometerás adultério" (Ex 20, 14) (82).

"Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, vos digo: Todo aquele que olhar para uma mulher, a desejando, já cometeu adultério com ela no seu coração" (Mt 5, 27-28).

I. "Homem e mulher os criou"...

§2331.

"Deus é amor e vive n'Ele mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem [...] Deus inscreveu nela a vocação para o amor e para a comunhão e, portanto, a

capacidade e a responsabilidade correspondentes" (83).

"Deus criou o ser humano à sua imagem; [...] homem e mulher os criou" (Gn 1, 27); "Crescei e multiplicai-vos" (Gn 1, 28); "Quando Deus criou o ser humano, fê-lo à semelhança de Deus. Criou-os homem e mulher, os abençoou e lhes chamou "humanos" no dia em que os criou" (Gn 5, 1-2).

§2332.

A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito, particularmente, à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de um modo mais geral, à aptidão para criar laços de comunhão com outrem.

§2333.

Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua identidade sexual. A diferença e a complementaridade físicas, morais e espirituais se orientam para os bens do matrimônio e para o progresso da vida familiar. A harmonia do casal e da sociedade depende, em parte, da maneira como são vividos entre os sexos, a complementaridade, a necessidade mútua e o apoio recíproco.

§2334.

"Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo, ao homem e à mulher" (84). "O ser humano é uma pessoa e isto na mesma medida para o homem e para a mulher, porque

ambos são criados à imagem e semelhança de um Deus pessoal" (85).

§2335.

Cada um dos dois sexos é, com igual dignidade, embora de modo diferente, imagem do poder e da ternura de Deus. A união do homem e da mulher no matrimônio é um modo de imitar, na carne, a generosidade e a fecundidade do Criador. "O homem deixará o seu pai e a sua mãe para se unir à sua mulher e os dois serão uma só carne" (Gn 2, 24). Desta união procedem todas as gerações humanas (86).

§2336.

Jesus veio restaurar a criação na pureza das suas origens. No Sermão da Montanha, interpreta, de modo rigoroso, o desígnio de Deus.

“Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, vos digo: Todo aquele que olhar para uma mulher, a desejando, já cometeu adultério com ela no seu coração” (Mt 5, 27-28). Não separe, o ser humano, o que Deus uniu (87).

A Tradição da Igreja entendeu o sexto mandamento como englobando o conjunto da sexualidade humana.

II. A vocação à castidade

§2337.

A castidade significa a integração conseguida da sexualidade na pessoa e daí a unidade interior do ser humano no seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se expressa a pertença do ser humano ao mundo corporal e biológico, se torna pessoal e verdadeiramente humana quando integrada na relação de pessoa a pessoa, no dom mútuo total e temporalmente ilimitado, do homem e da mulher.

A virtude da castidade engloba, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da doação.

A INTEGRIDADE DA PESSOA

§2338.

A pessoa casta mantém a integridade das forças de vida e de amor em si depositadas. Esta integridade garante a unidade da pessoa e se opõe a qualquer comportamento susceptível de ofendê-la. Não tolera nem a duplicidade da vida, nem a da linguagem (88).

§2339.

A castidade implica em uma aprendizagem do domínio de si, que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara: ou o ser humano comanda as suas paixões e alcança a paz ou se deixa dominar por elas e se torna infeliz (89). “A dignidade do ser huma-

no exige que ele proceda segundo uma opção consciente e livre, isto é, movido e determinado por uma convicção pessoal e não sob a pressão de um cego impulso interior ou da mera coação externa. O ser humano atinge esta dignidade quando, se libertando de toda escravidão das paixões, prossegue o seu fim na livre escolha do bem e se propicia, de modo eficaz e com diligente iniciativa, os meios adequados" (90).

§2340.

Aquele que quiser permanecer fiel às promessas do seu Batismo e resistir às tentações, terá o cuidado de procurar os meios: o conhecimento de si, a prática de uma ascese adaptada às situações em que se encontra, a

obediência aos mandamentos divinos, a prática das virtudes morais e a fidelidade à oração. “A continência, na verdade, nos recolhe e nos reconduz àquela unidade que tínhamos perdido, nos dispersando na multiplicidade” (91).

§2341.

A virtude da castidade gira na órbita da virtude cardial da temperança, a qual visa impregnar de razão as paixões e os apetites da sensibilidade humana.

§2342.

O domínio de si é uma obra de grande fôlego. Nunca se poderá considerar total e definitivamente adquirido. Implica um esforço

constantemente retomado em todas as idades da vida (92). Mas o esforço requerido pode ser mais intenso em certas épocas, como quando se forma a personalidade, durante a infância e a adolescência.

§2343.

A castidade conhece leis de crescimento e passa por fases marcadas pela imperfeição e, muitas vezes, até pelo pecado. O ser humano virtuoso e casto "se constrói dia a dia com as suas numerosas decisões livres. Por isto, conhece, ama e cumpre o bem moral segundo fases de crescimento" (93).

§2344.

A castidade representa uma tarefa eminentemente pessoal. Implica também em um esforço cultural, porque existe “interdependência entre o desenvolvimento da pessoa e o da própria sociedade” (94). A castidade pressupõe o respeito pelos direitos da pessoa, particularmente o de receber uma informação e educação que respeitem as dimensões morais e espirituais da vida humana.

§2345.

A castidade é uma virtude moral. Mas é também um dom de Deus, uma graça, um fruto do trabalho espiritual (95). O Espírito Santo concede a graça de imitar a pureza de

Cristo (96) àquele que regenerou pela água do Batismo.

A INTEGRALIDADE DO DOM DE SI

§2346.

O amor é a forma de todas as virtudes. Sob a sua influência, a castidade aparece como uma escola de doação da pessoa. O domínio de si está destinado para o dom de si. A castidade leva quem a pratica a se tornar, junto ao próximo, testemunha da fidelidade e da ternura de Deus.

§2347.

A virtude da castidade se expande na amizade. Indica ao discípulo o modo de seguir e imitar Aquele que nos escolheu como seus

próprios amigos (97), que Se deu totalmente a nós e nos faz participar da sua condição divina. A castidade é promessa de imortalidade.

A castidade se expressa especialmente na amizade para com o próximo. Desenvolvida entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, a amizade representa um grande bem para todos. Conduz à comunhão espiritual.

OS DIVERSOS REGIMES DA CASTIDADE

§2348.

Todo batizado é chamado à castidade. O cristão "se revestiu de Cristo" (98), modelo de toda a castidade. Todos os fiéis de Cristo

são chamados a levar uma vida casta, segundo o seu estado de vida particular. No momento do seu Batismo, o cristão se comprometeu a orientar a sua afetividade na castidade.

§2349.

"A castidade deve qualificar as pessoas segundo os seus diferentes estados de vida: uns, na virgindade ou celibato consagrado, forma eminente de se entregarem mais facilmente a Deus com um coração indiviso; outros, do modo que a lei moral para todos determina e conforme são casados ou solteiros" (99). As pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal e as outras praticam a castidade na continência.

“Existem três formas da virtude da castidade: uma, das esposas; outra, das viúvas; a terceira, da virgindade. Não louvamos uma com exclusão das outras. [...] É nisto que a disciplina da Igreja é rica” (100).

§2350.

Os noivos são chamados a viver a castidade na continência. Eles farão, neste tempo de prova, a descoberta do respeito mútuo, a aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem um ao outro de Deus. Reservarão para o tempo do matrimônio as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade.

AS OFENSAS À CASTIDADE

§2351.

A luxúria é um desejo desordenado ou um gozo desregrado de prazer venéreo. O prazer sexual é moralmente desordenado quando procurado por si mesmo, isolado das finalidades da procriação e da união.

§2352.

Por masturbação se entende a estimulação voluntária dos órgãos genitais para daí retirar um prazer venéreo. “Na linha de uma tradição constante, tanto o Magistério da Igreja como o sentido moral dos fiéis têm afirmado, sem hesitação, que a masturbação é um ato intrínseca e gravemente desordenado”. “Seja

qual for o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma". O prazer sexual é ali procurado fora da "relação sexual requerida pela ordem moral, que é aquela que realiza, no contexto de um amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana" (101).

Para formar um juízo justo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos e para orientar a ação pastoral, deverá se ter em conta a imaturidade afetiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros fatores psíquicos ou sociais que podem atenuar ou até reduzir ao mínimo, a culpabilidade moral.

§2353.

A fornicação é a união carnal fora do matrimônio entre um homem e uma mulher livres. É gravemente contrária à dignidade das pessoas e da sexualidade humana, naturalmente ordenada para o bem dos esposos, assim como para a geração e educação dos filhos. Além disto, é um escândalo grave, quando há corrupção dos jovens.

§2354.

A pornografia consiste em retirar os atos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros, para exibi-los a terceiras pessoas, de modo deliberado. Ofende a castidade, porque desnatura o ato conjugal, doação íntima dos esposos um ao outro. É um grave

atentado contra a dignidade das pessoas intervenientes (atores, comerciantes, público), uma vez que cada um se torna, para o outro, objeto de um prazer vulgar e de um lucro ilícito. E faz mergulhar uns e outros na ilusão de um mundo fictício. É pecado grave. As autoridades civis devem impedir a produção e a distribuição de material pornográfico.

§2355.

A prostituição é um atentado contra a dignidade da pessoa que se prostitui, reduzida ao prazer venéreo que dela se tira. Quem paga, peca gravemente contra si mesmo, quebra a castidade a que o obriga o seu Batismo e mancha o seu corpo, que é templo do Espírito Santo (102). A prostituição constitui um

flagelo social. Envolve habitualmente mulheres, mas também homens, crianças ou adolescentes (nestes dois últimos casos, o pecado duplica com o escândalo). É sempre gravemente pecaminoso se entregar à prostituição, mas a miséria, a chantagem e a pressão social podem atenuar a imputabilidade do pecado.

§2356.

A violação designa a entrada, na intimidade sexual de uma pessoa, à força, com violência. É um atentado contra a justiça e a caridade. A violação ofende profundamente o direito de cada um ao respeito, à liberdade e à integridade física e moral. Causa um prejuízo grave que pode marcar a vítima para toda a vida. É sempre um ato intrinsecamente

mau. É mais grave ainda, se cometido por parentes próximos (incesto) ou por educadores contra crianças a eles confiadas.

CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

§2357.

A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres que experimentam uma atração sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua gênese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que “os atos de

homossexualidade são intrinsecamente desordenados" (104). São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem de uma verdadeira complementaridade afetiva sexual e não podem, em caso algum, ser aprovados.

§2358.

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objetivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar, na sua

vida, a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

§2359.

As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio educadoras da liberdade interior e, às vezes, pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

III. O amor dos esposos

§2360.

A sexualidade se destina ao amor conjugal entre o homem e a mulher. No matrimônio, a intimidade corporal dos esposos se torna sinal e penhor de comunhão espiritual. Entre os batizados, os laços do matrimônio são santificados pelo sacramento.

§2361.

“A sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se dão um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é algo de puramente biológico, mas diz respeito à pessoa humana como tal, no que ela tem de mais íntimo. Esta só se realiza de maneira

verdadeiramente humana se for parte integrante do amor com o qual homem e mulher se comprometem totalmente um para com o outro até à morte" (105).

"Tobias se ergueu do leito e disse [...] [a Sara]: "Irmã, levanta-te. Vamos orar ao Senhor e lhe pedir que nos conceda a sua misericórdia e salvação". Levantaram-se ambos e se puseram a orar e a implorar que lhes fosse enviada a salvação, dizendo: "Bendito sejas, Deus dos nossos pais [...]. Tu criaste Adão e lhe deste Eva, sua esposa, como amparo valioso e de ambos fez proceder o gênero humano. Com efeito, disseste: "Não é bom que o homem esteja só. Façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele". Agora, Senhor, Tu bem

sabes que não é por luxúria que agora tomo por esposa esta minha irmã, mas é com intenção pura. Permite, pois, que eu e ela encontremos misericórdia e cheguemos juntos à velhice" (Tb 8, 4-9).

§2362.

"Os atos pelos quais os esposos se unem íntima e castamente são honestos e dignos. Realizados de modo autenticamente humano expressam e alimentam a mútua entrega pela qual se enriquecem um ao outro com alegria e gratidão" (106). A sexualidade é fonte de alegria e de prazer.

"Foi o próprio Criador Quem [...] estabeleceu que, nesta função [da geração], os esposos experimentassem prazer e satisfação do

corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal ao procurar este prazer e gozar dele. Aceitam o que o Criador lhes destinou. No entanto, devem saber se manter dentro dos limites de uma justa moderação" (107).

§2363.

Pela união dos esposos se realiza o duplo fim do matrimônio: o bem dos próprios esposos e a transmissão da vida. Não podem ser separados estes dois significados ou valores do matrimônio sem alterar a vida espiritual do casal nem comprometer os bens do matrimônio e o futuro da família.

O amor conjugal entre o homem e a mulher está, assim, colocado sob a dupla exigência da fidelidade e da fecundidade.

A FIDELIDADE CONJUGAL

§2364.

Ambos os esposos constituem “uma íntima comunidade de vida e de amor, fundada pelo Criador e por Ele dotada de leis próprias”. Esta comunidade “é instaurada pela aliança conjugal, ou seja, por um irrevogável consentimento pessoal” (108). Os dois se entregam, definitiva e totalmente, um ao outro. Doravante, já não são dois, mas uma só carne. A aliança livremente contraída pelos esposos lhes impõe a obrigação de mantê-la

una e indissolúvel (109). “O que Deus uniu, não o separe o ser humano” (Mc 10, 9) (110).

§2365.

A fidelidade expressa a constância em manter a palavra dada. Deus é fiel. O sacramento do matrimônio introduz o homem e a mulher na fidelidade de Cristo à sua Igreja. Pela castidade conjugal, eles dão testemunho deste mistério perante o mundo.

São João Crisóstomo sugere aos jovens casados que façam este discurso às suas esposas: “Tomei-te nos meus braços, amo-te e prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de tal maneira que tenhamos a certeza de não ser separados

naquela que nos está reservada [...]. Eu ponho o teu amor acima de tudo e nada me seria mais penoso do que não ter os mesmos pensamentos que tu" (111).

A FECUNDIDADE DO MATRIMÔNIO

§2366.

A fecundidade é um dom, uma finalidade do matrimônio, porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora se juntar ao amor mútuo dos esposos; ele surge no próprio coração deste dom mútuo, do qual é fruto e complemento. Por isto, a Igreja, que "toma partido pela vida" (112), ensina que "todo ato matrimonial deve, por si, estar aberto à transmissão da

vida” (113). “Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, se fundamenta sobre o nexo indissolúvel estabelecido por Deus e que o ser humano não pode quebrar por sua iniciativa entre os dois significados inerentes ao ato conjugal: união e procriação” (114).

§2367.

Chamados a dar a vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus (115). “No dever de transmitir e educar a vida humana - dever que deve ser considerado como a sua missão própria - saibam os esposos que são cooperadores do amor de Deus e como que os seus intérpretes. Cumprirão, pois esta missão, com responsabilidade humana e cristã” (116).

§2368.

Um aspecto particular desta responsabilidade diz respeito à regulação da procriação. Os esposos podem querer espaçar o nascimento dos seus filhos por razões justificadas (117). Devem, porém, verificar se tal desejo não procede do egoísmo e se está de acordo com a justa generosidade de uma paternidade responsável. Além disto, regularão o seu comportamento segundo os critérios objetivos da moralidade. “Quando se trata de conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, a moralidade do comportamento não depende apenas da sinceridade da intenção e da apreciação dos motivos; deve também ser determinada por crité-

rios objetivos, tomados da natureza da pessoa e dos seus atos; critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e da procriação humana. Tudo isto só é possível, se se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal" (118).

§2369.

"É salvaguardando estes dois aspectos essenciais: união e procriação, que o ato conjugal conserva integralmente o sentido de mútuo e verdadeiro amor e a sua ordenação para a altíssima vocação do ser humano para a paternidade" (119).

§2370.

A continência periódica, os métodos de regulação dos nascimentos baseados na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos (120), são conformes aos critérios objetivos da moralidade. Estes métodos respeitam o corpo dos esposos, estimulam a ternura entre eles e favorecem a educação de uma liberdade autêntica. Em contrapartida, é intrinsecamente má "qualquer ação que, quer em previsão do ato conjugal, quer durante a sua realização, quer no desenrolar das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação" (121).

"À linguagem que expressa naturalmente a doação recíproca e total dos esposos, a contracepção opõe uma linguagem objetivamente contraditória, segundo a qual já não se trata de se darem totalmente um ao outro. Daí deriva, não somente a recusa positiva da abertura à vida, mas também uma falsificação da verdade interna do amor conjugal, chamado a ser um dom da pessoa toda. [...] Esta diferença antropológica e moral entre a contracepção e o recurso aos ritmos periódicos, implica dois conceitos de pessoa e de sexualidade humana irredutíveis um ao outro" (122).

§2371.

"Aliás, todos devem ter bem presente que a vida humana e a missão de transmiti-la não se limitam aos horizontes deste mundo, nem podem ser medidas ou compreendidas unicamente em função dele, mas estão sempre relacionadas com o destino eterno do ser humano" (123).

§2372.

O Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos. A tal título, é legítimo que intervenha para orientar o crescimento da população. Pode fazê-lo mediante uma informação objetiva e respeitosa, não porém com imposições autoritárias e obrigatórias. O Estado não pode legitimamente se substituir à iniciativa

dos esposos, primeiros responsáveis pela procriação e educação dos seus filhos (124). Neste domínio, não tem autoridade para intervir com medidas contrárias à lei moral.

O DOM DO FILHO

§2373.

A Sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja veem, nas famílias numerosas, um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais (125).

§2374.

É grande o sofrimento dos casais que descobrem que são estéreis. “Que me dareis, Senhor Deus?”, pergunta Abraão a Deus. “Vou-me sem filhos...” (Gn 15, 2). “Dá-me filhos ou

então morro!", grita Raquel ao seu marido Jacó (Gn 30, 1).

§2375.

As pesquisas que se destinam a reduzir a esterilidade humana devem ser encorajadas, com a condição de serem colocadas "ao serviço da pessoa humana, dos seus direitos inalienáveis e do seu bem verdadeiro e integral, em conformidade com o projeto e a vontade de Deus" (126).

§2376.

As técnicas que provocam a dissociação dos progenitores pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal (dádiva de esperma ou ovócito, empréstimo de útero) são grave-

mente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificial heteróloga) lesam o direito do filho de nascer de um pai e de uma mãe seus conhecidos e unidos entre eles pelo casamento. E atraiçoam “o direito exclusivo a não serem nem pai nem mãe senão um pelo outro” (127).

§2377.

Praticadas no seio do casal estas técnicas (inseminação e fecundação artificial homóloga) são talvez menos prejudiciais, mas continuam moralmente inaceitáveis. Dissociam o ato sexual do ato procriador. O ato fundador da existência do filho deixa de ser um ato pelo qual duas pessoas se dão uma à outra e “remete a vida e a identidade do embrião pa-

ra o poder dos médicos e biólogos. Instaurando o domínio da técnica sobre a origem e destino da pessoa humana, tal relação de domínio é, propriamente, contrária à dignidade e à igualdade que devem ser comuns aos pais e aos filhos" (128). "A procriação é moralmente privada da sua perfeição própria quando não é querida como fruto do ato conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos. [...] Só o respeito pelo laço que existe entre os significados do ato conjugal e o respeito pela unidade do ser humano permite uma procriação conforme à dignidade da pessoa" (129).

§2378.

O filho não é uma dívida, é uma dádiva. O "dom mais excelente do matrimônio" é uma pessoa humana. O filho não pode ser considerado como objeto de propriedade, conclusão a que levaria o reconhecimento de um pretenso "direito ao filho". Neste domínio, só o filho é que possui verdadeiros direitos: o de "ser fruto do ato específico do amor conjugal dos seus pais e também o de ser respeitado como pessoa desde o momento da sua concepção" (130).

§2379.

O Evangelho mostra que a esterilidade física não é um mal absoluto. Os esposos que, depois de esgotados os recursos médicos legí-

timos, sofrem de infertilidade, se associarão à cruz do Senhor, fonte de toda a fecundidade espiritual. Podem mostrar a sua generosidade adotando crianças abandonadas ou realizando serviços significativos em favor do próximo.

IV. As ofensas à dignidade do matrimônio

§2380.

O adultério.

É o termo que designa a infidelidade conjugal. Quando dois parceiros, dos quais, pelo menos um é casado, estabelecem entre eles uma relação sexual, mesmo efêmera, cometem adultério. Cristo condena o adultério,

mesmo de simples desejo (131). O sexto mandamento e o Novo Testamento proíbem absolutamente o adultério (132). Os Profetas lhe denunciam a gravidade e veem, no adultério, a figura do pecado da idolatria (133).

§2381.

O adultério é uma injustiça.

Aquele que o comete, falta aos seus compromissos. Viola o sinal da Aliança, que é o vínculo matrimonial, lesa o direito do outro cônjuge e atenta contra a instituição do matrimônio, violando o contrato em que assenta. Compromete o bem da geração humana e dos filhos, que têm necessidade da união estável dos pais.

O DIVÓRCIO

§2382.

O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um matrimônio indissolúvel (134). E revogou as tolerâncias que se tinham infiltrado na antiga Lei (135).

Entre batizados, “o matrimônio concluído e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, nem por nenhuma causa, além da morte” (136).

§2383.

A separação dos esposos, permanecendo o vínculo matrimonial, pode ser legítima em certos casos previstos pelo direito canônico (137).

Se o divórcio civil for a única maneira possível de garantir certos direitos legítimos, tais como o cuidado dos filhos ou a defesa do patrimônio, pode ser tolerado sem constituir falta moral.

§2384.

O divórcio é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente aceito pelos esposos de viverem um com o outro até à morte. O divórcio é uma injúria contra a aliança da salvação, de que o matrimônio sacramental é sinal. O fato de se contrair nova união, embora reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura, o cônjuge casado outra vez se encontra numa situação de adultério público e permanente.

“Não é lícito ao homem, despedida a esposa, se casar com outra; nem é legítimo que outro tome como esposa a que foi repudiada pelo marido” (138).

§2385.

O caráter imoral do divórcio lhe advém também da desordem que introduz na célula familiar e na sociedade. Esta desordem traz consigo prejuízos graves: para o cônjuge que fica abandonado; para os filhos, traumatizados pela separação dos pais e, muitas vezes, objeto de contenda entre eles e pelo seu efeito de contágio, que faz dele uma verdadeira praga social.

§2386.

Pode acontecer de um dos cônjuges ser a vítima inocente do divórcio declarado pela lei civil. Este, então, não viola o preceito moral. Há uma grande diferença entre o cônjuge que sinceramente se esforçou por ser fiel ao sacramento do matrimônio e se vê injustamente abandonado e aquele que, por uma falta grave da sua parte, destrói um matrimônio canonicamente válido (139).

OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÔNIO

§2387.

É compreensível o drama daquele que, desejoso de se converter ao Evangelho, se vê obrigado a repudiar uma ou mais mulheres

com quem partilhou anos de vida conjugal. Contudo, a poligamia não está de acordo com a lei moral. “Opõe-se radicalmente à comunhão conjugal, porque nega, de modo direto, o desígnio de Deus, tal como nos foi revelado no princípio e é contrária à igual dignidade pessoal da mulher e do homem, os quais, no matrimônio, se dão um ao outro num amor total que, por isto mesmo, é único e exclusivo” (140). O cristão que anteriormente foi polígamo é gravemente obrigado, por justiça, a honrar as obrigações contraídas para com as suas antigas mulheres e respectivos filhos.

§2388.

O incesto designa relações íntimas entre parentes ou afins, num grau que proíbe o

matrimônio entre eles (141). São Paulo estigmatiza esta falta particularmente grave: “É voz corrente que existe entre vós um caso de imoralidade [...] ao ponto de certo homem viver com a mulher de seu pai! [...] Em nome do Senhor Jesus [...], que esse homem seja entregue a Satanás [...] para ruína do seu corpo” (1 Cor 5, 1. 4-5). O incesto corrompe as relações familiares e representa uma regressão à animalidade.

§2389.

Podem se relacionar com o incesto os abusos sexuais cometidos por adultos em relação a crianças ou adolescentes confiados à sua guarda. Neste caso, a culpa é dupla, por se tratar de um escandaloso atentado contra a

integridade física e moral dos jovens, que assim ficarão marcados para toda a sua vida e de uma violação da responsabilidade educativa.

§2390.

Há união livre quando homem e mulher se recusam a dar forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual.

A expressão é falaciosa. O que pode significar uma união em que as pessoas não se comprometem uma para com a outra, testemunhando assim uma falta de confiança na outra, em si mesmas ou no futuro?

A expressão tenta camuflar situações diferentes: concubinato, recusa do matrimônio como tal, incapacidade de se ligar por com-

promissos em longo prazo (142). Todas estas situações ofendem a dignidade do matrimônio, destroem a própria ideia de família, enfraquecem o sentido da fidelidade. São contrárias à lei moral, pois o ato sexual deve ter lugar exclusivamente no matrimônio e, fora dele, constitui sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.

§2391.

Hoje em dia, há muitos que reclamam uma espécie de “direito à experiência”, quando há intenção de contrair matrimônio. Seja qual for a firmeza do propósito daqueles que enveredam por relações sexuais prematuras, “estas não permitem assegurar que a sinceridade e a fidelidade da relação interpessoal de

um homem e de uma mulher fiquem a salvo e nem, sobretudo, que esta relação fique protegida da volubilidade dos desejos e dos caprichos" (143). A união carnal só é legítima quando se tiver instaurado uma definitiva comunidade de vida entre o homem e a mulher. O amor humano não tolera o "ensaio". Exige o dom total e definitivo das pessoas entre si (144).

Resumindo:

§2392.

"O amor é a vocação fundamental e inata de todo ser humano" (145).

§2393.

Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo, a um e a outra. Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua identidade sexual.

§2394.

Cristo é o modelo da castidade. Todo batizado é chamado a levar uma vida casta, cada um segundo o seu próprio estado de vida.

§2395.

A castidade significa a integração da sexualidade na pessoa. Implica a aprendizagem do autodomínio.

§2396.

Entre os pecados gravemente contrários à castidade, devem se citar: a masturbação, a fornicação, a pornografia e as práticas homossexuais.

§2397.

A aliança livremente contraída pelos esposos implica em um amor fiel. Ele lhes impõe a obrigação de guardar indissolúvel o seu matrimônio.

§2398.

A fecundidade é um bem, um dom, uma finalidade do matrimônio. Dando a vida, os esposos participam da paternidade de Deus.

§2399.

A regulação dos nascimentos representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização direta ou a contracepção).

§2400.

O adultério e o divórcio, a poligamia e a união livre são ofensas graves à dignidade do matrimônio.

ARTIGO 7: O SÉTIMO MANDAMENTO

"Não furtarás" (Ex 20, 15) (146). "Não roubarás" (Mt 19, 18).

§2401.

O sétimo mandamento proíbe tomar ou reter injustamente o bem do próximo e prejudicá-lo nos seus bens, seja como for. Prescreve a justiça e o amor na gestão dos bens terrenos e do fruto do trabalho das pessoas. Exige, com vistas ao bem comum, o respeito pelo destino universal dos bens e pelo direito à propriedade privada. A vida cristã se esforça por ordenar para Deus e para o amor fraterno os bens deste mundo.

I. O destino universal e a propriedade privada dos bens

§2402.

No princípio, Deus confiou a terra e os seus recursos à gestão comum da humanida-

de, para que dela cuidasse, a dominasse pelo seu trabalho e gozasse dos seus frutos (147). Os bens da criação são destinados a todo o gênero humano. No entanto, a terra foi repartida entre os seres humanos para garantir a segurança da sua vida exposta à penúria e ameaçada pela violência. A apropriação dos bens é legítima para garantir a liberdade e a dignidade das pessoas e para ajudar cada qual a acorrer às suas necessidades fundamentais e às necessidades daqueles que tem a seu cargo. Tal apropriação deve permitir que se manifeste a solidariedade natural entre os seres humanos.

§2403.

O direito à propriedade privada, adquirida ou recebida de maneira justa, não anula a doação original da terra à humanidade no seu conjunto. O destino universal dos bens continua a ser primordial, embora a promoção do bem comum exija o respeito pela propriedade privada, do direito a ela e do respectivo exercício.

§2404.

"Quem usa desses bens não deve considerar as coisas exteriores, que legitimamente possui, só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar, não só a si, mas também aos outros" (148). A propriedade de um bem faz do seu

detentor um administrador da Providência de Deus, com a obrigação de fazê-lo frutificar e de comunicar os seus benefícios aos outros, a começar pelos seus próximos.

§2405.

Os bens de produção - materiais ou imateriais - como terras ou fábricas, competências ou artes, requerem os cuidados dos seus possuidores, para que a sua fecundidade beneficie ao maior número. Os detentores dos bens de uso e de consumo devem utilizá-los com moderação, reservando a melhor parte para o hóspede, o doente, o pobre.

§2406.

A autoridade política tem o direito e o dever de regular, em função do bem comum, o exercício legítimo do direito de propriedade (149).

II. O respeito pelas pessoas e seus bens

§2407.

Em matéria econômica, o respeito pela dignidade humana exige a prática da virtude da temperança, para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da justiça, para acautelar os direitos do próximo e lhe dar o que lhe é devido e da solidariedade, segundo a regra de ouro e conforme a liberalidade do

Senhor, que, “sendo rico Se fez pobre, para nos enriquecer com a sua pobreza” (150)

O RESPEITO PELOS BENS ALHEIOS

§2408.

O sétimo mandamento proíbe o roubo, isto é, a usurpação do bem alheio, contra a vontade razoável do seu proprietário. Não há roubo quando o consentimento se pode presumir ou a recusa é contrária à razão e ao destino universal dos bens. É o caso da necessidade urgente e evidente em que o único meio de remediar necessidades imediatas e essenciais (alimento, abrigo, vestuário...) é dispor e usar dos bens alheios (151).

§2409.

Todo o processo de se apoderar e de reter injustamente o bem alheio, mesmo que não esteja em desacordo com as disposições da lei civil, é contrário ao sétimo mandamento. Assim, reter deliberadamente bens emprestados ou objetos perdidos; cometer fraude no comércio (152); pagar salários injustos (153); subir os preços especulando com a ignorância ou a necessidade dos outros (154).

São também processos moralmente ilícitos: a especulação pela qual se manobra no sentido de fazer variar artificialmente a avaliação dos bens, com vistas a daí tirar vantagem em detrimento de outrem; a corrupção, pela qual se desvia o juízo daqueles que de-

vem tomar decisões segundo o direito; a apropriação e o uso privado de bens sociais de uma empresa; os trabalhos mal executados, a fraude fiscal, a falsificação de cheques e faturas, as despesas excessivas, o desperdício. Causar voluntariamente um prejuízo em propriedades privadas ou públicas é contra a lei moral e exige reparação.

§2410.

As promessas devem ser cumpridas e os contratos rigorosamente observados, desde que o compromisso assumido seja moralmente justo. Grande parte da vida econômica e social depende da validade dos contratos entre pessoas físicas ou morais. Por exemplo, os contratos comerciais de compra e venda,

os contratos de arrendamento ou de trabalho. Todo contrato deve ser convencionado e executado de boa fé.

§2411.

Os contratos estão sujeitos à justiça comutativa, que regula as permutas entre as pessoas e entre as instituições no exato respeito pelos seus direitos. A justiça comutativa obriga e estritamente exige a salvaguarda dos direitos de propriedade, o pagamento das dívidas e a prestação das obrigações livremente contraídas. Sem a justiça comutativa, nenhuma outra forma de justiça é possível.

A justiça comutativa se distingue da justiça legal, a qual diz respeito ao que o cidadão equitativamente deve à comunidade e da jus-

tiça distributiva, que regula o que a comunidade deve aos cidadãos, proporcionalmente às suas contribuições e às suas necessidades.

§2412.

Em virtude da justiça comutativa, a reparação da injustiça cometida exige a restituição do bem roubado ao seu proprietário.

Jesus louvou Zaqueu pelo seu compromisso: “Se causei qualquer prejuízo a alguém, lhe restituirei quatro vezes mais” (Lc 19, 8). Aqueles que, de maneira direta ou indireta, se apoderaram de um bem alheio, estão obrigados a restituí-lo ou a dar o equivalente em natureza ou espécie, se a coisa desapareceu, assim como os frutos e vantagens que o seu dono teria legitimamente auferido. Estão i-

gualmente obrigados a restituir, na proporção da sua responsabilidade e do seu proveito, todos aqueles que, de qualquer modo, participaram no roubo ou dele se aproveitaram com conhecimento de causa. Por exemplo, aqueles que o ordenaram, o ajudaram ou o ocultaram.

§2413.

Os jogos de azar (jogo de cartas etc.) e as apostas não são, propriamente, contrários à justiça. Mas se tornam moralmente inaceitáveis quando privam a pessoa do que lhe é necessário para as suas necessidades e as de outrem. A paixão pelo jogo pode se tornar uma grave servidão. Apostar injustamente ou trapacear nos jogos constitui matéria grave, a

menos que o prejuízo causado seja tão leve que quem o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo.

§2414.

O sétimo mandamento proíbe os atos ou empreendimentos que, seja por que motivo for - egoísta ou ideológico, mercantil ou totalitário - conduzam a escravizar seres humanos, a desconhecer a sua dignidade pessoal, a comprá-los, vendê-los e trocá-los como mercadoria. É um pecado contra a dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais, reduzi-las, pela violência, a um valor utilitário ou a uma fonte de lucro. São Paulo ordenava a um amo cristão que tratasse o seu escravo, também cristão, "não mais como escravo, mas

como irmão [...], tanto humanamente como no Senhor" (Fm 1, 16).

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

§2415.

O sétimo mandamento exige o respeito pela integridade da criação. Os animais, tal como as plantas e os seres inanimados, são naturalmente destinados ao bem comum da humanidade, passada, presente e futura (155) O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser desvinculado do respeito pelas exigências morais. O domínio concedido pelo Criador ao ser humano sobre os seres inanimados e os outros seres vivos não é absoluto, mas regulado pela pre-

ocupação da qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras e exige um respeito religioso pela integridade da criação (156).

§2416.

Os animais são criaturas de Deus. Deus os envolve na sua solicitude providencial (157). Pelo simples fato de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória (158). Por isto, os seres humanos devem estimá-los. É de se lembrar com que delicadeza os santos, como São Francisco de Assis ou São Filipe de Néri, tratavam os animais.

§2417.

Deus confiou os animais ao governo daquele que foi criado à Sua imagem (159). É, portanto, legítimo, nos servimos dos animais para a alimentação e para a confecção do vestuário. Podemos domesticá-los para que sirvam ao ser humano nos seus trabalhos e lazeres. As experiências médicas e científicas em animais são práticas moralmente admissíveis desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas.

§2418.

É contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas. É igualmen-

te indigno gastar com eles somas que deveriam, prioritariamente, aliviar a miséria dos seres humanos. Pode-se amar os animais, mas não se deveria desviar para eles o afeto só devido às pessoas.

III. A doutrina social da Igreja

§2419.

"A Revelação cristã conduz [...] a uma compreensão mais penetrante das leis da vida social" (160). A Igreja recebe do Evangelho a revelação plena da verdade acerca do ser humano. Quando cumpre a sua missão de anunciar o Evangelho, a Igreja atesta ao ser humano, em nome de Cristo, a sua dignidade própria e a sua vocação para a comunhão das

pessoas e lhe ensina as exigências da justiça e da paz, conformes à sabedoria divina.

§2420.

A Igreja emite um juízo moral em matéria econômica e social, “quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigem” (161). Na ordem da moralidade, ela exerce uma missão diferente da que concerne às autoridades políticas. A Igreja se preocupa com os aspectos temporais do bem comum em razão da sua ordenação ao Bem soberano, nosso fim último. E se esforça por inspirar as atitudes justas, no que respeita aos bens terrenos e às relações socioeconômicas.

§2421.

A doutrina social da Igreja se desenvolveu no século XIX quando do confronto do Evangelho com a sociedade industrial moderna, as suas novas estruturas para a produção de bens de consumo, o seu novo conceito de sociedade, de Estado e de autoridade, as suas novas formas de trabalho e de propriedade. O desenvolvimento da doutrina da Igreja em matéria econômica e social comprova o valor permanente da doutrina da mesma Igreja, ao mesmo tempo que o verdadeiro sentido da sua Tradição, sempre viva e ativa (162).

§2422.

O ensino social da Igreja inclui um corpo de doutrina que vai se articulando na medida

em que a mesma Igreja interpreta os acontecimentos no decurso da história à luz do conjunto da Palavra revelada por Cristo Jesus, com a assistência do Espírito Santo (163). Este ensino se torna tanto mais aceitável para as pessoas de boa vontade quanto mais inspira o procedimento dos fiéis.

§2423.

A doutrina social da Igreja propõe princípios de reflexão, salienta critérios de julgamento e fornece orientações para a ação.

Todo o sistema, segundo o qual as relações sociais forem inteiramente determinadas pelos fatores econômicos, é contrário à natureza da pessoa humana e dos seus atos (164).

§2424.

Uma teoria que faça do lucro a regra exclusiva e o fim último da atividade econômica é moralmente inaceitável. O apetite desordenado pelo dinheiro não deixa de produzir os seus efeitos perversos e é uma das causas dos numerosos conflitos que perturbam a ordem social (165).

Um sistema que "sacrifique os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos à organização coletiva da produção" é contrário à dignidade humana (166). Toda a prática que reduza as pessoas a não serem mais que simples meios com vistas ao lucro escraviza o ser humano, conduz à idolatria ao dinheiro e contribui para propagar o ateísmo. "Não po-

deis servir a Deus e ao dinheiro" (Mt 6, 24; Lc 16, 13).

§2425.

A Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao "comunismo" ou ao "socialismo". Por outro lado, recusou, na prática do "capitalismo", o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano (167). Regular a economia só pela planificação centralizada perverte a base dos laços sociais e regulá-la só pela lei do mercado é faltar à justiça social, "porque há numerosas necessidades humanas que não podem ser satisfeitas pelo mercado" (168). É necessário preconizar uma regulação racional do mercado e das

iniciativas econômicas, segundo uma justa hierarquia dos valores e tendo em vista o bem comum.

IV. A atividade econômica e a justiça social

§2426.

O desenvolvimento das atividades econômicas e o crescimento da produção se destinam a acorrer às necessidades dos seres humanos. A vida econômica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; ordena-se, antes de tudo, para o serviço às pessoas, ao ser humano integral e de toda a comunidade humana. Conduzida segundo métodos próprios, a atividade econômica deve ser exercida dentro dos

limites da ordem moral e segundo as normas da justiça social, para corresponder ao desígnio de Deus sobre o ser humano (169).

§2427.

O trabalho humano procede imediatamente das pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, umas com as outras, a obra da criação, dominando a terra (170). Portanto, o trabalho é um dever. “Se algum de vós não quer trabalhar, também não coma” (2 Ts 3, 10) (171). O trabalho honra os dons do Criador e os talentos recebidos. Também pode ser redentor. Suportando o que o trabalho tem de penoso (172) em união com Jesus, o artesão de Nazaré e crucificado do Calvário, o ser humano colabora, de certo

modo, com o Filho de Deus, na sua obra redentora. Mostra-se discípulo de Cristo, levando a cruz de cada dia na atividade que foi chamado a exercer (173). O trabalho pode ser um meio de santificação e uma animação das realidades terrenas no Espírito de Cristo.

§2428.

No trabalho, a pessoa exerce e cumpre uma parte das capacidades inscritas na sua natureza. O valor primordial do trabalho pertence ao próprio ser humano, seu autor e destinatário. O trabalho é para o ser humano e não o ser humano para o trabalho (174).

Cada um deve poder tirar do trabalho os meios de subsistência, para si e para os seus

e a possibilidade de servir a comunidade humana.

§2429.

Cada um tem o direito de iniciativa econômica e usará legitimamente os seus talentos para contribuir para uma abundância proveitosa a todos e recolher os justos frutos dos seus esforços. Mas terá o cuidado de se conformar com as regulamentações impostas pelas legítimas autoridades com vistas ao bem comum (175).

§2430.

A vida econômica põe em causa interesses diversos muitas vezes opostos entre eles. Assim se explica a emergência dos conflitos que

a caracterizam (176). Todos devem se esforçar por reduzir estes últimos através de uma negociação que respeite os direitos e deveres de todos os parceiros sociais: os responsáveis das empresas, os representantes dos assalariados (por exemplo, organizações sindicais) e eventualmente, os poderes públicos.

§2431.

A responsabilidade do Estado.

"A atividade econômica, particularmente a da economia de mercado, não pode se desenrolar num vazio institucional, jurídico e político. Pressupõe asseguradas as garantias das liberdades individuais e da propriedade, sem falar de uma moeda estável e de serviços pú-

blicos eficientes. Mas o dever essencial do Estado é assegurar estas garantias, de modo que, quem trabalha, possa usufruir do fruto do seu trabalho e, portanto, se sinta estimulado a realizá-lo com eficiência e honestidade [...]. O Estado tem o dever de zelar e orientar a aplicação dos direitos humanos no sector econômico. Todavia, neste domínio, a primeira responsabilidade não cabe ao Estado, mas sim às instituições e diferentes grupos e associações que compõem a sociedade" (177).

§2432.

Os responsáveis de empresas têm, perante a sociedade, a responsabilidade econômica e ecológica das suas operações (178). Estão obrigados a levar em consideração o bem das

pessoas e não somente o aumento dos lucros. Estes são necessários, pois permitem realizar investimentos que assegurem o futuro das empresas e garantam o emprego.

§2433.

O acesso ao trabalho e ao exercício da profissão deve ser aberto a todos sem discriminação injusta: homens e mulheres, sãos e deficientes, naturais e imigrados (179). Por sua vez, a sociedade deve, nas diversas circunstâncias, ajudar os cidadãos a conseguir um trabalho e um emprego (180).

§2434.

O salário justo é o fruto legítimo do trabalho.

Recusá-lo ou retê-lo, pode constituir grave injustiça (181). Para calcular a remuneração equitativa, há que se levar em conta, ao mesmo tempo, as necessidades de cada um e o contributo que presta. “Tendo em conta as funções e a produtividade de cada um, bem como a situação da empresa e o bem comum, o trabalho deve ser remunerado de maneira a assegurar, ao ser humano e aos seus, os recursos necessários para uma vida digna no plano material, social, cultural e espiritual” (182). O acordo entre as partes não basta pa-

ra justificar moralmente o montante do salário.

§2435.

A greve

A greve é moralmente legítima quando se apresenta como recurso inevitável, senão mesmo necessário, com vistas a um benefício proporcionado. Mas se torna moralmente inaceitável quando acompanhada de violências ou ainda quando for feita com objetivos não diretamente ligados às condições de trabalho ou contrários ao bem comum.

§2436.

É injusto não pagar aos organismos de segurança social as quotas estabelecidas pelas autoridades legítimas.

O desemprego devido à falta de trabalho é, quase sempre, para quem dele é vítima, um atentado à sua dignidade e uma ameaça ao equilíbrio da vida. Para além do prejuízo pessoalmente sofrido, derivam dele numerosos riscos para a respectiva família (183).

V. Justiça e solidariedade entre as nações

§2437.

No plano internacional, a desigualdade dos recursos e meios econômicos é tal que cava entre as nações um verdadeiro “fosso”

(184). De um lado, estão os que detêm e desenvolvem os meios do crescimento e, do outro, os que acumulam dívidas.

§2438.

Diversas causas, de natureza religiosa, política, econômica e financeira, conferem hoje "à questão social, uma dimensão mundial" (185). A solidariedade é necessária entre nações cujas políticas já são interdependentes. E é ainda mais indispensável quando se trata de travar "mecanismos perversos" que contrariam o desenvolvimento dos países menos avançados (186). Os sistemas financeiros abusivos, quando não usurários (187), as relações comerciais iníquas entre as nações, a corrida aos armamentos, têm de ser substitu-

ídos por um esforço comum para mobilizar os recursos com vistas a objetivos de desenvolvimento moral, cultural e econômico, predefinindo as prioridades e as escalas de valores" (188).

§2439.

As nações ricas têm uma grave responsabilidade moral em relação àquelas que não podem, por elas mesmas, assegurar os meios do seu desenvolvimento ou disto foram impedidas por trágicos acontecimentos históricos. É um dever de solidariedade e amor e é também uma obrigação de justiça, se o bem-estar das nações ricas provier de recursos que não foram equitativamente pagos.

§2440.

A ajuda direta constitui uma resposta apropriada a necessidades imediatas extraordinárias, causadas, por exemplo, por catástrofes naturais epidemias etc.. Mas não basta para reparar os graves prejuízos resultantes de situações de indigência nem para prover, de modo durável, às necessidades. É necessário também reformar as instituições econômicas e financeiras internacionais, para que melhor promovam relações equitativas com os países menos avançados (189). É necessário apoiar o esforço dos países pobres, trabalhando pelo seu crescimento e pela sua libertação (190). Esta doutrina deve ser aplicada de modo muito particular no domínio do tra-

balho agrícola. Os camponeses, sobretudo no terceiro mundo, formam a massa preponderante dos pobres.

§2441.

Aumentar o sentido de Deus e o conhecimento de si mesmo está na base de todo desenvolvimento completo da sociedade humana. Este multiplica os bens materiais e nos põe ao serviço da pessoa e da sua liberdade. Diminui a miséria e a exploração econômicas. Faz crescer o respeito pelas identidades culturais e a abertura à transcendência (191).

§2442.

Não compete aos pastores da Igreja intervir diretamente na construção política e na

organização da vida social. Este papel faz parte da vocação dos fiéis leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com os seus concidadãos. A ação social pode implicar em uma pluralidade de caminhos concretos, mas deverá ter sempre em vista o bem comum e se conformar à mensagem evangélica e ao ensinamento da Igreja. Compete aos fiéis leigos "animar as realidades temporais com o seu compromisso cristão, se comportando nelas como artífices da paz e da justiça" (192).

VI. O amor aos pobres

§2443.

Deus abençoa os que ajudam os pobres e reprova os que deles se afastam: “Dá a quem te pede. Não voltes as costas a quem pretende te pedir emprestado” (Mt 5, 42). “Recebestes gratuitamente, pois dai também gratuitamente” (Mt 10, 8). É pelo que tiverem feito pelos pobres que Jesus reconhecerá os seus eleitos (193). Quando “a Boa Nova é anunciada aos pobres” (Mt 11, 5) (194), é sinal de que Cristo está presente.

§2444.

“O amor da Igreja pelos pobres [...] faz parte da sua constante tradição” (195). Esse

amor se inspira no Evangelho das bem-aventuranças (196), na pobreza de Jesus (197) e na sua atenção aos pobres (198). O amor aos pobres é mesmo um dos motivos do dever de trabalhar para “poder fazer o bem, socorrendo os necessitados” (199). E não se estende somente à pobreza material, mas também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa (200).

§2445.

O amor aos pobres é incompatível com o amor imoderado às riquezas ou com o uso egoísta das mesmas.

“E agora, ó ricos, chorai em altos brados por causa das desgraças que virão sobre vós. As vossas riquezas estão podres e as vossas

vestes roídas pela traça. O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram e a sua ferrugem servirá de testemunho contra vós e devorará a vossa carne como o fogo. Entesourastes, afinal, para os vossos últimos dias! Olhai que o salário que não pagastes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos está clamando e os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor do universo! Tendes vivido na terra entregues ao luxo e aos prazeres, cevando assim os vossos apetites para o dia da matança! Condenastes e destes a morte ao inocente e Deus não vai se opor?" (Tg 5, 1-6).

§2446.

São João Crisóstomo lembra com vigor: "Não fazer os pobres participar dos seus pró-

prios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Não são nossos, mas deles, os bens que detemos" (201). "Satisfaçam-se, antes de tudo, as exigências da justiça e não se ofereça, como dom do amor, aquilo que é devido a título de justiça" (202):

"Quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não lhes ofertamos o que é nosso; limitamos a lhes restituir o que lhes pertence. Mais do que praticar uma obra de misericórdia, cumprimos um dever de justiça" (203).

§2447.

As obras de misericórdia são as ações caridosas pelas quais vamos em ajuda ao nosso próximo, nas suas necessidades corporais e

espirituais (204). Instruir, aconselhar, consolar, confortar são obras de misericórdia espirituais, como perdoar e suportar com paciência. As obras de misericórdia corporais consistem particularmente em dar de comer a quem tem fome, abrigar quem não tem teto, vestir os nus, visitar os doentes e os presos, sepultar os mortos (205). Entre estes gestos, a esmola dada aos pobres (206) é um dos principais testemunhos do amor fraterna e também uma prática de justiça que agrada a Deus (207): “Quem tem duas túnicas reparta com quem não tem nenhuma e quem tem mantimentos, faça o mesmo” (Lc 3, 11). “Dai antes, em esmola, do que possuis e tudo para vós ficará limpo” (Lc 11, 41). “Se um irmão ou

uma irmã estiverem nus e precisarem do alimento quotidiano e um de vós lhe disser: "Ide em paz. Tratai de vos aquecer e de matar a fome", mas não lhes der o que é necessário para o corpo, de que lhes beneficiará?" (Tg 2, 15-16) (208).

§2448.

"Sob as suas múltiplas formas: indigência material, opressão injusta, doenças físicas e psíquicas e, finalmente, a morte, a miséria humana é o sinal manifesto da condição congênita de fraqueza em que o ser humano se encontra desde o primeiro pecado e da necessidade que tem de salvação. Foi por isto que ela atraiu a compaixão de Cristo Salvador, que quis tomá-la sobre Ele e Se identifi-

car com os "menores de entre os seus irmãos" (Mt 25, 40-45). É por isto que os que se sentem angustiados por ela são objeto de um amor preferencial por parte da Igreja, que, desde o princípio, apesar das falhas de muitos dos seus membros, nunca deixou de trabalhar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los. Fê-lo através de inúmeras obras de beneficência que continuam indispensáveis, sempre e em toda a parte" (209).

§2449.

Desde o Antigo Testamento, toda espécie de medidas jurídicas (ano de remissão, interdição de empréstimos a juros e da retenção de um penhor, obrigação do dízimo, pagamento quotidiano da jornada, direito de apa-

nhar os restos da vindima e da ceifa) são uma resposta à exortação do Deuteronômio: "Nunca faltarão pobres na terra. Por isto, faço-te esta recomendação: abre a mão para o teu irmão, para o pobre e necessitado que estiver na tua terra" (Dt 15, 1 l). E Jesus faz suas estas palavras: "Pobres, sempre os haveis de ter convosco, mas a Mim, nem sempre Me tereis" (Jo 12, 8). Com isto, não faz caducar a força dos oráculos antigos: "Compraremos os necessitados por dinheiro e os pobres por um par de sandálias" (Am 8, 6), mas nos convida a reconhecer a sua presença nas pessoas dos pobres, que são seus irmãos (210):

No dia em que a sua mãe a repreendeu por manter, em sua casa, pobres e doentes, Santa Rosa de Lima lhe respondeu: “Quando servimos os pobres e os doentes, é a Jesus que servimos. Não devemos nos cansar de ajudar o nosso próximo, porque nele servimos a Jesus” (211).

Resumindo:

§2450.

“Não roubarás” (Dt 5, 19). “Nem ladrões, nem gananciosos [...] nem assaltantes herdarão o Reino de Deus” (1 Cor 6,10).

§2451.

O sétimo mandamento prescreve a prática da Justiça e do amor na gestão dos bens ter-

renos e dos frutos do trabalho dos seres humanos.

§2452.

Os bens da criação são destinados a todo o gênero humano. O direito à propriedade privada não pode abolir o destino universal dos bens.

§2453.

O sétimo mandamento proíbe o roubo. O roubo é a usurpação de um bem de outrem contra a vontade razoável do proprietário.

§2454.

Todo processo de tomar e usar injustamente um bem alheio é contrário ao sétimo mandamento. A injustiça cometida exige re-

paração. A justiça comutativa exige a restituição do bem roubado.

§2455.

A lei moral proíbe os atos que, com fins mercantis ou totalitários, conduzem a escravizar seres humanos, comprá-los, vendê-los e trocá-los como mercadoria.

§2456.

O domínio concedido pelo Criador sobre os recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser separado do respeito pelas obrigações morais, inclusive para com as gerações futuras.

§2457.

Os animais são confiados ao cuidado do ser humano, que lhes deve benevolência. Podem servir para a justa satisfação das necessidades do ser humano.

§2458.

A Igreja se pronuncia em matéria econômica e social sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigem. Ela se preocupa com o bem comum temporal dos seres humanos em razão da destinação do mesmo ao soberano Bem, nosso último fim.

§2459.

O ser humano é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômica e social. O ponto decisivo da questão social é que os bens criados por Deus para todos cheguem, de fato, a todos, segundo a justiça e com a ajuda do amor.

§2460.

O valor primordial do trabalho diz respeito ao próprio ser humano, que dele é autor e destinatário. Mediante o seu trabalho, o ser humano participa da obra da criação. Unido a Cristo, o trabalho pode ser redentor.

§2461.

O verdadeiro desenvolvimento é o do ser humano integral. Trata-se de fazer crescer a capacidade de cada pessoa para responder à sua vocação e, portanto, ao apelo de Deus (212).

§2462.

A esmola dada aos pobres é um testemunho do amor fraterno. É também uma prática de justiça que agrada a Deus.

§2463.

Na multidão de seres humanos sem pão, sem teto, sem residência, como não reconhecer Lázaro, o mendigo esfomeado da parábola (213). Como não ouvir Jesus quando diz:

“Também a Mim o deixastes de fazer” (Mt 25, 45)?

ARTIGO 8: O OITAVO MANDAMENTO

“Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo” (Ex 20, 16).

“Foi dito aos antigos: "Não faltarás ao que tiveres jurado; hás de cumprir os teus juramentos para com o Senhor"“ (Mt 5, 33).

§2464.

O oitavo mandamento proíbe falsificar a verdade nas relações com o outro. Esta prescrição moral decorre da vocação do povo santo para ser testemunha do seu Deus, que é e que quer a verdade. As ofensas à verdade expressam, por palavras ou por atos, a recusa

em se empenhar na retidão moral. São infidelidades graves para com Deus e, neste sentido, minam os alicerces da Aliança.

I. Viver na verdade

§2465.

O Antigo Testamento declara: Deus é a fonte de toda a verdade. A sua Palavra é verdade (214). A sua lei é verdade (215). “A sua fidelidade permanece de geração em geração” (Sl 119, 90) (216). Uma vez que Deus é o “Verdadeiro” (Rm 3, 4), os membros do seu povo são chamados a viver na verdade (217).

§2466.

Em Jesus Cristo, a verdade de Deus se manifestou na sua totalidade. Cheio de graça

e de verdade (218), Ele é a “luz do mundo” (Jo 8, 12). Ele é a verdade (219). Quem n’Ele crê não fica nas trevas (220). O discípulo de Jesus “permanece na sua palavra” para conhecer a verdade que liberta (221) e que santifica (222). Seguir Jesus é viver do Espírito de verdade (223) que o Pai envia em seu nome (224) e que conduz “à verdade total” (Jo 14, 17; 16, 13). Aos seus discípulos, Jesus ensina o amor incondicional à verdade: “Que a vossa linguagem seja: "sim, sim; não, não"” (Mt 5, 37).

§2467.

O ser humano tende, naturalmente, para a verdade. É obrigado a honrá-la e a testemunhá-la. “Em virtude da sua dignidade, todos

os seres humanos, porque pessoas, [...] são impelidos pela sua própria natureza e obrigados por exigência moral a procurar a verdade. Em primeiro lugar, aquela que diz respeito à religião. São obrigados também a aderir à verdade desde que a conheçam e a regular toda a sua vida segundo as exigências da verdade" (225).

§2468.

A verdade, como retidão da ação e da palavra humana, se chama veracidade, sinceridade ou franqueza. A verdade ou veracidade é a virtude que consiste em se mostrar verdadeiro nos atos e em dizer a verdade nas palavras, evitando a duplicidade, a simulação e a hipocrisia.

§2469.

"Os seres humanos não seriam capazes de viver juntos se não tivessem confiança uns nos outros, isto é, se não se dissessem a verdade" (226). A virtude da veracidade dá justamente ao outro o que lhe é devido. A veracidade observa um justo meio-termo entre o que deve ser dito e o segredo que deve ser guardado; implica em honestidade e discrição. Por justiça, "um ser humano deve, honestamente ao outro, a manifestação da verdade" (227).

§2470.

O discípulo de Cristo aceita "viver na verdade", isto é, na simplicidade de uma vida conforme ao exemplo do Senhor e permane-

cendo na Sua verdade. “Se dizemos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos, não praticamos a verdade” (1 Jo 1, 6).

II. “Dar testemunho da verdade”

§2471.

Diante de Pilatos, Cristo proclama que “veio ao mundo para dar testemunho da verdade” (228). O cristão não deve “se envergonhar de dar testemunho do Senhor” (2 Tm 1, 8). Em situações que exigem a confissão da fé, o cristão deve professá-la sem equívoco, conforme o exemplo de São Paulo diante dos seus juízes. É preciso guardar uma consciên-

cia irrepreensível diante de Deus e das pessoas" (Act 24, 16).

§2472.

O dever dos cristãos, de tomar parte na vida da Igreja, os leva a agir como testemunhas do Evangelho e das obrigações que dele decorrem. Este testemunho é transmissão da fé por palavras e obras. O testemunho é um ato de justiça que estabelece ou que dá a conhecer a verdade (229). "Todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o ser humano novo de que se revestiram pelo Batismo e a virtude do Espírito Santo, com que foram robustecidos na Confirmação" (230).

§2473.

O martírio é o supremo testemunho dado em favor da verdade da fé. Ele designa um testemunho que vai até à morte. O mártir dá testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pelo amor. Ele dá testemunho da verdade da fé e da doutrina cristã. Suporta a morte com um ato de fortaleza. “Deixai-me ser pasto das feras, pelas quais poderei chegar à posse de Deus” (231).

§2474.

A Igreja recolheu com o maior cuidado as memórias daqueles que foram até o fim na confissão da sua fé. São as Atas dos Mártires, as quais constituem os arquivos da verdade escritos com letras de sangue.

"De nada me serviriam os atrativos do mundo ou os reinos deste século. Prefiro morrer em Cristo Jesus a reinar sobre todos os confins da terra. Procuro Aquele que morreu por nós. Quero Aquele que ressuscitou por nossa causa. Estou prestes a nascer..." (232).

"Eu Te bendigo por me teres julgado digno deste dia e desta hora, digno de ser contado no número dos teus mártires (...). Tu cumpriste a tua promessa, Deus da fidelidade e da verdade. Por esta graça e por tudo, eu Te louvo e Te bendigo. Eu Te glorifico pelo eterno e celeste Sumo Sacerdote Jesus Cristo, Teu Filho muito amado. Por Ele, que está

contigo e com o Espírito, glória a Ti, agora e pelos séculos sem fim. Amém" (233).

III. As ofensas à verdade

§2475.

Os discípulos de Cristo "se revestiram com o ser humano novo criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeiras" (Ef 4, 24). "Libertos da mentira" (Ef 4, 25), devem rejeitar "toda a malícia, falsidade, hipocrisia, invejas e toda espécie de maledicência" (1 Pe 2, I).

§2476.

Falso testemunho e perjúrio.

Uma afirmação contrária à verdade feita publicamente se reveste de gravidade parti-

cular. Perante um tribunal, é um falso testemunho (234) e, quando mantida sob juramento, é um perjúrio. Estes modos de agir contribuem, quer para condenar um inocente, quer para absolver um culpado ou aumentar a pena em que tiver incorrido o acusado (235). E comprometem gravemente o exercício da justiça e a equidade da sentença pronunciada pelos juízes.

§2477.

O respeito pela reputação das pessoas proíbe toda e qualquer atitude ou palavra susceptíveis de lhes causar um dano injusto (236). Torna-se culpado:

- de **juízo temerário**, aquele que, mesmo tacitamente, admite como verdadeiro, sem

prova suficiente, um defeito moral do próximo;

- de **maledicência**, aquele que, sem motivo objetivamente válido, revela os defeitos e as faltas de outrem a pessoas que os ignoram (237);

- de **calúnia**, aquele que, por afirmações contrárias à verdade, prejudica a reputação dos outros e dá oportunidade a falsos juízos a seu respeito.

§2478.

Para evitar o juízo temerário, cada um procurará interpretar, em sentido favorável, tanto quanto possível, os pensamentos, as palavras e os atos do seu próximo.

"Todo bom cristão deve estar mais pronto a interpretar favoravelmente a opinião ou afirmação obscura do próximo do que a condená-la. Se, de modo nenhum, pode aprová-la, interrogue-se sobre como é que ele a compreende. Se ele pensa ou compreende menos retamente, corrija-o com benevolência e, se isto não basta, se tentem todos os meios oportunos para que, a compreendendo bem, ele regresse do erro são e salvo" (238).

§2479.

A maledicência e a calúnia destroem a reputação e a honra do próximo. Ora, a honra é o testemunho social prestado à dignidade humana e todos gozam do direito natural à honra do seu nome, à boa reputação e ao res-

peito. Por isto, a maledicência e a calúnia lesam as virtudes da justiça e do amor.

§2480.

Deve ser condenada toda palavra ou atitude que, por lisonja, adulação ou complacência, estimula e confirma o outro na malícia dos seus atos e na perversidade da sua conduta. A adulação é uma falta grave, se se tornar cúmplice de vícios ou de pecados graves. Nem o desejo de prestar um serviço nem a amizade justificam a duplicidade de linguagem. A adulação é um pecado venial quando apenas se deseja ser agradável e evitar um mal, valer a uma necessidade ou obter vantagens legítimas.

§2481.

A jactância ou vanglória constitui um pecado contra a verdade. O mesmo se diga da ironia, que visa depreciar alguém, caricaturando, de modo malévolo, um ou outro aspecto do seu comportamento.

§2482.

"A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar" (239). O Senhor denuncia, na mentira, uma obra diabólica. "Vós tendes por pai o diabo, [...] nele não há verdade. Quando fala mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8, 44).

§2483.

A mentira é a ofensa mais direta à verdade. Mentir é falar ou agir contrariamente à verdade para induzir em erro. Lesando a relação do ser humano com a verdade e com o próximo, a mentira ofende a relação fundamental do ser humano e da sua palavra com o Senhor.

§2484.

A gravidade da mentira é medida pela natureza da verdade que ela deforma, atendendo às circunstâncias, às intenções de quem a comete e aos danos causados àqueles que são suas vítimas. Embora a mentira, propriamente, não constitua mais que um pecado

venial, se torna mortal quando lesa gravemente as virtudes da justiça e do amor.

§2485.

A mentira é, por sua natureza, condenável. É uma profanação da palavra que tem por fim comunicar aos outros a verdade conhecida. O propósito deliberado de induzir o próximo em erro, por meio de afirmações contrárias à verdade, constitui uma falta contra a justiça e contra o amor. A culpabilidade é maior quando a intenção de enganar pode ter consequências funestas para aqueles que são desviados da verdade.

§2486.

A mentira (porque é uma violação da virtude da veracidade) é uma autêntica violência feita ao outro. Este é atingido na sua capacidade de conhecer, a qual é condição de todo juízo e de toda decisão. A mentira contém, em gérmen, a divisão dos espíritos e todos os males que a mesma suscita. É funesta para toda a sociedade, destrói pela base a confiança entre as pessoas e retalha o tecido das relações sociais.

§2487.

Qualquer falta cometida contra a justiça e contra a verdade implica no dever da reparação, mesmo que o seu autor tenha sido perdoado. Quando for impossível reparar publi-

camente um mal, se deve fazê-lo em segredo. Se aquele que foi lesado não pode ser indenizado diretamente, deve ser dada a ele uma satisfação moral em nome do amor. Este dever de reparação diz respeito também às faltas cometidas contra a reputação alheia. A reparação, moral e às vezes material, deve ser avaliada segundo a medida do prejuízo causado e obriga em consciência.

IV. O respeito pela verdade

§2488.

O direito à comunicação da verdade não é absoluto. Cada um deve conformar a sua vida com o preceito evangélico do amor fraterno, mas este requer, em situações concretas, que

avaliemos se convém ou não revelar a verdade a quem a pede.

§2489.

É o amor e o respeito pela verdade que devem ditar a resposta a qualquer pedido de informação ou de comunicação. O bem e a segurança do outro, o respeito pela vida privada e pelo bem comum são razões suficientes para calar o que não deve ser conhecido ou para usar uma linguagem discreta. Muitas vezes, o dever de evitar o escândalo impõe uma estrita discrição. Ninguém é obrigado a revelar a verdade a quem não tem o direito de conhecê-la (240).

§2490.

O sigilo do sacramento da Reconciliação é sagrado e não pode ser revelado sob pretexto algum. “O sigilo sacramental é inviolável; pelo que, o confessor não pode denunciar o penitente, nem por palavras nem por qualquer outro modo, nem por causa alguma” (241).

§2491.

Os segredos profissionais - conhecidos, por exemplo, por políticos, militares, médicos, juristas - ou as confidências feitas sob sigilo, devem ser guardados, salvo em casos excepcionais em que a retenção do segredo poderia causar a quem o confiou, a quem o recebeu ou a terceiros, danos muito graves e

somente evitáveis pela revelação da verdade. Mesmo que não tenham sido confiadas sob sigilo, as informações particulares prejudiciais a outrem não devem ser divulgadas sem uma razão grave e proporcional.

§2492.

Cada qual deve observar uma justa reserva a propósito da vida privada das pessoas. Os responsáveis pela comunicação devem guardar uma justa proporção entre as exigências do bem comum e o respeito pelos direitos particulares. A ingerência dos órgãos de informação na vida privada das pessoas comprometidas numa atividade política ou pública é condenável na medida em que atenta contra a sua intimidade e a sua liberdade.

V. O uso dos meios de comunicação social

§2493.

Na sociedade moderna, os meios de comunicação social desempenham um papel de grande relevo na informação, na promoção cultural e na formação. Este papel é cada vez maior em virtude dos progressos técnicos, do alcance e diversidade das notícias transmitidas e da influência exercida sobre a opinião pública.

§2494.

A informação midiática está ao serviço do bem comum (242). A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.

"O uso reto deste direito requer que a comunicação seja, quanto ao objeto, sempre verídica e, quanto ao respeito pelas exigências da justiça e do amor, completa. Quanto ao modo, que seja honesta e conveniente. Isto quer dizer que, na obtenção e difusão das notícias, se observe absolutamente as leis morais, os direitos e a dignidade do ser humano" (243).

§2495.

"Também neste domínio, é necessário que todos os membros da sociedade cumpram os seus deveres de justiça e de verdade. Devem utilizar os meios de comunicação social no sentido de concorrer para a formação e difusão de uma reta opinião pública" (244).

A solidariedade é consequência de uma comunicação verdadeira e justa e da livre circulação das ideias que favorecem o conhecimento e o respeito pelos outros.

§2496.

Os meios de comunicação social podem gerar certa passividade nos usuários, fazendo deles consumidores pouco cautelosos com as mensagens e os espetáculos. Os usuários devem impor, a eles mesmos, moderação e disciplina em relação aos meios de comunicação. Hão de se formar uma consciência esclarecida e reta, para resistirem mais facilmente às influências menos honestas.

§2497.

Pela própria natureza da sua profissão na comunicação social, os seus responsáveis têm a obrigação, na difusão da informação, de servir a verdade sem ofender o amor. Esforçar-se-ão por respeitar, com igual cuidado, a natureza dos fatos e os limites do juízo crítico em relação às pessoas. Devem evitar ceder à difamação.

§2498.

"Cabem, às autoridades civis, deveres particulares em razão ao bem comum. [...] Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação" (245). Promulgando leis e velando pela sua aplicação, os poderes públicos "se responsa-

bilizarão para que o mau uso dos meios de comunicação não venha a causar graves prejuízos aos costumes públicos e aos progressos da sociedade" (246). Sancionarão a violação dos direitos de cada um ao bom nome e à privacidade; prestarão, a tempo e honestamente, as informações que dizem respeito ao bem geral ou correspondem a justas preocupações da população. Nada pode justificar o recurso às falsas informações para manipular a opinião pública através dos meios de comunicação. Essas intervenções não deverão atentar contra a liberdade dos indivíduos e dos grupos.

§2499.

A moral denuncia a chaga dos estados totalitários que falsificam sistematicamente a verdade; exercem, através dos meios de comunicação, o domínio político da opinião; “manipulam” os acusados e as testemunhas dos processos públicos e pensam assegurar a sua tirania sufocando e reprimindo tudo o que consideram como “delitos de opinião”.

VI. Verdade, beleza e arte sacra

§2500.

A prática do bem é acompanhada por um prazer espiritual gratuito e pela beleza moral. Do mesmo modo, a verdade comporta a alegria e o esplendor da beleza espiritual. A ver-

dade é bela por ela mesma. A verdade da palavra, expressão racional do conhecimento da realidade criada e incriada, é necessária ao ser humano dotado de inteligência, mas a verdade pode encontrar também outras formas de expressão humana, complementares, sobretudo quando se trata de evocar o que ela comporta de indizível: as profundezas do coração humano, as elevações da alma, o mistério de Deus. Antes mesmo de Se revelar ao ser humano em palavras de verdade, Deus Se revela a ele pela linguagem universal da criação, obra da sua Palavra e da sua Sabedoria. A ordem e a harmonia do cosmos - que podem ser descobertas tanto pela criança qaunto pela pessoa de ciência -, “a grandeza e

a beleza das criaturas levam, por analogia, à contemplação do seu Autor" (Sb 13, 5), "porque foi a própria fonte da beleza que as criou" (Sb 13, 3).

"Com efeito, a Sabedoria é um sopro do poder de Deus, efusão pura da glória do Onipotente e, por isto, nenhum elemento impuro pode atingi-la. Ela é o esplendor da luz eterna, límpido espelho da atividade de Deus, imagem da sua bondade" (Sb 7,25-26). "A Sabedoria é, de fato, mais formosa do que o sol e supera todas as constelações. Comparada com a luz, se revela mais excelente, porque, à luz sucede a noite, mas a maldade nada pode contra a Sabedoria (Sb 7, 29-30).

Amei-a [...] e me enamorei pelos seus encantos" (Sb 8, 2)

§2501.

"Criado à imagem de Deus" (247), o ser humano expressa também a verdade da sua relação com Deus Criador através da beleza das suas obras artísticas. A arte é, com efeito, uma forma de expressão especificamente humana. Para além da busca da satisfação das necessidades vitais, comum a todas as criaturas vivas, a arte é uma superabundância gratuita da riqueza interior do ser humano. Fruto do talento dado pelo Criador e do esforço do próprio ser humano, a arte é uma forma de sabedoria prática, unindo conhecimento e habilidade (248) para dar forma à

verdade de uma realidade em linguagem acessível à vista ou ao ouvido. A arte comporta, assim, certa semelhança com a atividade de Deus no mundo criado, na medida em que se inspira na verdade e no amor pelos seres. Como qualquer outra atividade humana, a arte não tem, nela mesma, o seu fim absoluto, mas é subordinada e enobrecida pelo fim último do ser humano (249).

§2502.

A arte sacra é verdadeira e bela quando corresponde, pela forma, à sua vocação própria: evocar e glorificar, na fé e na adoração, o mistério transcendente de Deus, sobre eminente beleza invisível da verdade e do amor, manifestada em Cristo, “esplendor da

sua glória e imagem da sua substância" (Heb 1, 3), no Qual "habita, corporalmente, toda a plenitude da divindade" (Cl 2, 9); beleza espiritual refletida na santíssima Virgem Mãe de Deus, nos anjos e nos santos. A verdadeira arte sacra leva o ser humano à adoração, à oração e ao amor a Deus, Criador e Salvador, Santo e Santificador.

§2503.

Por isto, os bispos devem, por eles mesmos ou por delegados, velar pela promoção da arte sacra, antiga e nova, sob todas as suas formas e, com o mesmo religioso cuidado, afastar da Liturgia e dos lugares de culto tudo o que não for conforme com a verdade da fé e a autêntica beleza da arte sacra (250).

Resumindo:

§2504.

"Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo" (Ex 20, 16). Os discípulos de Cristo se revestiram "com o ser humano novo, que foi criado em conformidade com Deus, na justiça e na santidade, próprias da verdade" (Ef 4, 24).

§2505.

A verdade ou a veracidade é a virtude que consiste em se mostrar verdadeiro nos atos e em dizer a verdade nas palavras, evitando a duplicidade, a simulação e a hipocrisia.

§2506.

O cristão não deve “se envergonhar de dar testemunho do Senhor” (2 Tm 1, 8) em atos e palavras. O martírio é o supremo testemunho dado em favor da verdade da fé.

§2507.

O respeito pelo bom nome e pela honra das pessoas proíbe toda e qualquer atitude ou palavra de maledicência ou calúnia.

§2508.

A mentira consiste em dizer o que é falso, com a intenção de enganar o próximo.

§2509.

Uma falta cometida contra a verdade exige reparação.

§2510.

Em situações concretas, a regra de ouro ajuda a discernir se convém ou não revelar a verdade a quem a pede.

§2511.

"O sigilo sacramental é inviolável" (251). Os segredos profissionais devem ser guardados. As confidências prejudiciais a outrem não devem ser divulgadas.

§2512.

A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade e na justiça. É preciso se impor moderação e disciplina no uso dos meios de comunicação social.

§2513.

As belas artes, mas, sobretudo, a arte sacra, “estão relacionadas, por sua natureza, com a infinita beleza de Deus, que deve ser expressa, de algum modo, nas obras humanas. E tanto mais se consagram a Deus e contribuem para o seu louvor e para a sua glória, quanto mais se afastarem de todo propósito que não seja o de contribuir o mais eficazmente possível, através das suas obras, para dirigir o espírito dos seres humanos, piamente, para Deus” (252).

ARTIGO 9: O NONO MANDAMENTO

“Não cobiçarás a casa do teu próximo, não desejarás a mulher do próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi ou o

seu jumento, nem nada que lhe pertença" (Ex 20, 17).

"Todo aquele que olhar para uma mulher, a desejando, já cometeu adultério com ela no seu coração" (Mt 5, 28).

§2514.

São João distingue três espécies de cupidez ou concupiscência: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida (253). Segundo a tradição catequética católica, o nono mandamento proíbe a concupiscência carnal e o décimo, a cobiça dos bens alheios.

§2515.

Em sentido etimológico, “concupiscência” pode designar todas as formas veementes de desejo humano. A teologia cristã lhe deu o sentido particular de impulso do apetite sensorial contrário aos ditames da razão humana. O apóstolo São Paulo a identifica com a revolta que a “carne” instiga contra o “espírito” (254). Procede da desobediência do primeiro pecado (255). Desregra as faculdades morais do ser humano e, sem ser nenhuma falta nela mesma, inclina o ser humano para cometer o pecado (256).

§2516.

No ser humano, porque é um ser integrado de espírito e corpo, já existe certa tensão.

Trava-se nele certa luta de tendências entre o "espírito" e a "carne". Mas esta luta, de fato, faz parte da herança do pecado, é uma consequência dele e, ao mesmo tempo, uma sua confirmação. Faz parte da experiência quotidiana do combate espiritual.

"Para o Apóstolo, não se trata de desprezar e condenar o corpo que, com a alma espiritual, constitui a natureza do ser humano e a sua personalidade de sujeito. Pelo contrário, ele fala das obras ou, antes, das disposições estáveis, virtudes e vícios, moralmente bons ou maus, que são o fruto da submissão (no primeiro caso) ou, pelo contrário, da resistência (no segundo caso) à ação salvadora do Espírito Santo. É por isto que o Apóstolo escreve:

"Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também segundo o espírito" (Gl 5, 25)" (257).

I. A purificação do coração

§2517.

O coração é a sede da personalidade moral. "Do coração procedem as más intenções, os assassínios, os adultérios, as prostituições" (Mt 15, 19). A luta contra a concupiscência carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança.

"Mantém-te na simplicidade, na inocência e serás como as criancinhas que ignoram o mal, destruidor da vida dos seres humanos" (258).

§2518.

A sexta bem-aventurança proclama: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus” (Mt 5, 8). Os “puros de coração” são os que puseram a inteligência e a vontade de acordo com as exigências da santidade de Deus, principalmente em três domínios: a caridade (259); a castidade ou retidão sexual (260); o amor à verdade e a ortodoxia da fé (261). Existe um nexo entre a pureza do coração, do corpo e da fé:

Os fiéis devem crer nos artigos do Credo, “para que, crendo, obedeçam a Deus; obedecendo a Deus, vivam como deve ser; vivendo como deve ser, purifiquem o seu coração e,

purificando o seu coração, compreendam aquilo em que creem" (262).

§2519.

Aos "puros de coração" é prometido que verão a Deus face a face e serão semelhantes a Ele (263). A pureza do coração é condição prévia para a visão. Já desde agora, nos permite ver segundo Deus, aceitar o outro como um "próximo" e compreender o corpo humano, o nosso e o do próximo, como um templo do Espírito Santo, uma manifestação da beleza divina.

II. O combate pela pureza

§2520.

O Batismo confere, a quem o recebe, a graça da purificação de todos os pecados. Mas o batizado tem de continuar a lutar contra a concupiscência da carne e os desejos desordenados. Com a graça de Deus, ele conseguirá:

- pela virtude e pelo dom da castidade, pois a castidade permite amar com um coração reto e sem partilha;

- pela pureza de intenção, que consiste em ter em vista o verdadeiro fim do ser humano. Com um olhar simples, o batizado procura descobrir e cumprir em tudo a vontade de Deus (264);

- pela pureza do olhar exterior e interior; pela disciplina dos sentidos e da imaginação; pela rejeição da complacência em pensamentos impuros que o levariam a se desviar do caminho dos mandamentos divinos. “A visão estimula a paixão dos insensatos” (Sb 15, 5).

- pela oração.

“Eu pensava que a continência dependia das minhas próprias forças, forças que em mim não conhecia. E era suficientemente louco para não saber [...] que ninguém pode ser continente, se Tu lho não concederes. E, de certo, Tu o terias concedido, se com gemido interior eu clamasse aos teus ouvidos e se, com fé sólida, lançasse em Ti o meu cuidado” (265).

§2521.

A pureza exige o pudor. O pudor é parte integrante da temperança. O pudor preserva a intimidade da pessoa. Designa a recusa de mostrar o que deve ficar oculto. Destina-se à castidade e lhe comprova a delicadeza. Orienta os olhares e as atitudes em conformidade com a dignidade das pessoas e com a união que existe entre elas.

§2522.

O pudor protege o mistério da pessoa e do seu amor. Convida à paciência e à moderação na relação amorosa e exige que se cumpram as condições do dom e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre eles. O pudor é modéstia. Inspira a escolha do ves-

tuário, mantém o silêncio ou o recato onde se adivinha o perigo de uma curiosidade malsã. O pudor é discrição.

§2523.

Existe um pudor dos sentimentos, tal como existe um pudor corporal. Ele protesta, por exemplo, contra as explorações exibicionistas do corpo humano em certa publicidade ou contra a solicitação de certos meios de comunicação em ir longe demais na revelação de confidências íntimas. O pudor inspira um modo de viver que permite resistir às solicitações da moda e à pressão das ideologias dominantes.

§2524.

As formas de que o pudor se reveste variam de cultura para cultura. No entanto, ele continua a ser, em toda a parte, o pressentimento de uma dignidade espiritual própria do ser humano. Nasce com o despertar da consciência pessoal. Ensinar o pudor às crianças e adolescentes é despertá-los para o respeito pela pessoa humana.

§2525.

A pureza cristã exige uma purificação do ambiente social. Exige, dos meios de comunicação social, uma informação preocupada com o respeito e o recato. A pureza de coração liberta do erotismo difuso e afasta dos

espetáculos que favorecem a curiosidade mórbida e a ilusão.

§2526.

A chamada permissividade dos costumes se assenta numa concepção errônea da liberdade humana. Para se edificar, esta precisa se deixar educar previamente pela lei moral. Deve-se pedir aos responsáveis pela educação que ministrem à juventude um ensino respeitador da verdade, das qualidades do coração e da dignidade moral e espiritual do ser humano.

§2527.

“A Boa Nova de Cristo renova constantemente a vida e a cultura do ser humano deca-

ído e combate e repele os erros e os males provenientes da sedução sempre ameaçadora do pecado. Purifica e eleva sem cessar a moralidade dos povos. Com as riquezas do alto, fecunda, consolida, completa e restaura em Cristo, como que a partir de dentro, as qualidades espirituais e os dotes de todos os povos e eras" (266).

Resumindo:

§2528.

"Todo aquele que olhar para uma mulher, a desejando, já cometeu adultério com ela no seu coração" (Mt 5, 28).

§2529.

O nono mandamento nos acautela contra a cupidez ou concupiscência carnal.

§2530.

A luta contra a concupiscência carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança.

§2531.

A pureza de coração nos permitirá ver a Deus e, desde já, nos permite ver tudo segundo Deus.

§2532.

A purificação do coração exige a oração, a prática da castidade, a pureza de intenção e do olhar.

§2533.

A pureza do coração requer o pudor, que é paciência, modéstia e discrição. O pudor preserva a intimidade da pessoa.

ARTIGO 10: O DÉCIMO MANDAMENTO

"Não cobiçarás [...] nada que pertença [ao teu próximo]" (Ex 20, 17). "Não cobiçarás a casa [do teu próximo], nem o seu campo, nem o seu servo nem a sua serva, o seu boi ou o seu jumento, nem nada que lhe pertença" (Dt 5, 21).

"Onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração" (Mt 6, 21).

§2534.

O décimo mandamento desdobra e completa o nono, que tem por objeto a concupiscência da carne. Proíbe cobiçar o bem de outrem, raiz de onde procede o roubo, a rapina e a fraude, proibidos pelo sétimo mandamento. A “concupiscência dos olhos” (1 Jo 2, 16) conduz à violência e à injustiça, proibidas pelo quinto mandamento (267). A cobiça, bem como a fornicação, tem a sua origem na idolatria, proibida nos três primeiros mandamentos da Lei (268). O décimo mandamento incide sobre a intenção do coração e resume, com o nono, todos os preceitos da Lei.

I. A desordem das cobiças

§2535.

O apetite sensorial nos leva a desejar as coisas agradáveis que não possuímos. Exemplo disto é desejar comer quando se tem fome ou se aquecer quando se tem frio. Estes desejos são bons propriamente. Muitas vezes, porém, não respeitam os limites da razão e nos levam a cobiçar injustamente o que não é nosso e que pertence, ou é devido, a outrem.

§2536.

O décimo mandamento condena a avidez e o desejo de uma apropriação desmesurada dos bens terrenos e proíbe a cupidez desregrada, nascida da Paixão imoderada pelas

riquezas e pelo seu poder. Interdita também o desejo de cometer uma injustiça pela qual se prejudicaria o próximo nos seus bens temporais.

“Quando a Lei nos diz: "Não cobiçarás", nos diz, por outras palavras, que afastemos os nossos desejos de tudo o que não nos pertence. Porque a sede da cobiça pelos bens alheios é imensa, infindável e insaciável, conforme está escrito: "O avarento nunca se fartará de dinheiro" (Eclo 5, 9)” (269).

§2537.

Não é violar este mandamento desejar obter coisas que pertencem ao próximo, desde que seja por meios legítimos. A catequese tradicional menciona, com realismo, “os que

mais têm que lutar contra as suas cobiças criminosas" e que, portanto, precisam ser "exortados com mais insistência a observarem este preceito são [...] os comerciantes que desejam a falta ou a carestia das coisas, que veem com pena não serem eles os únicos a comprar e a vender, o que lhes permitiria vender mais caro e comprar mais barato; os que desejam ver o seu semelhante na miséria, para obterem maiores lucros, quer vendendo quer comprando [...]. Os médicos, que desejam que haja doentes; os advogados, que reclamam causas e processos importantes e numerosos..." (270).

§2538.

O décimo mandamento exige que seja banida a inveja do coração humano. Quando o profeta Natã quis estimular o arrependimento do rei Davi, lhe contou a história do pobre que só possuía uma ovelha, tratada como se fosse uma filha e do rico que, apesar dos seus numerosos rebanhos, tinha inveja dele e acabou por lhe roubar a ovelha (271). A inveja pode levar aos piores crimes (272). “Foi pela inveja do demônio que a morte entrou no mundo” (Sb 2, 24).

“Combatemo-nos uns aos outros e é a inveja que nos arma uns contra os outros [...]. Se todos se encarniçam assim a abalar o corpo de Cristo, aonde chegaremos nós? Esta-

mos aniquilando o Corpo de Cristo. [...] Declaramo-nos Membros de um mesmo organismo e nos devoramos como feras" (273).

§2539.

A inveja é um vício capital. Designa a tristeza que se sente perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele, mesmo indevidamente. Se desejar um mal grave ao próximo é pecado mortal, Santo Agostinho via na inveja "o pecado diabólico por excelência" (274).

"Da inveja nascem o ódio, a maledicência, a calúnia, a alegria causada pelo mal do próximo e o desgosto causado pela sua prosperidade" (275).

§2540.

A inveja representa uma das formas da tristeza e, portanto, uma recusa ao amor. O batizado lutará contra ela, lhe opondo a benevolência. Muitas vezes, a inveja nasce do orgulho e o batizado se exercitará em viver na humildade.

“Quereríeis ver Deus glorificado por vós? Pois bem, alegrai-vos com os progressos do vosso irmão e, assim, será por vós que Deus é glorificado. Deus será louvado, dir-se-á, pelo fato de o seu servo ter sabido vencer a inveja, pondo a sua alegria nos méritos dos outros” (276).

II. Os desejos do Espírito

§2541.

A economia da lei e da graça desvia o coração dos seres humanos da cobiça e da inveja; inicia-o no desejo pelo Sumo Bem e o instrui nos desejos do Espírito Santo que sacia o coração do ser humano.

O Deus das promessas desde sempre pôs o ser humano de prevenção contra a sedução daquilo que, desde as origens, aparece como "bom para comer, [...] de atraente aspecto e precioso para esclarecer a inteligência" (Gn 3, 6).

§2542.

A Lei, confiada a Israel, nunca foi suficiente para justificar aqueles que lhe estavam sujeitos e chegou até a se tornar instrumento de “concupiscência” (277). A inadequação entre o querer e o fazer (278) manifesta o conflito entre a Lei de Deus, que é a “lei da razão” e outra lei “que me retém cativo na lei do pecado e que se encontra nos meus membros” (Rm 7, 23).

§2543.

“Agora, foi sem a Lei que se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela Lei e pelos Profetas, a justiça que vem para todos os crentes, mediante a fé em Jesus Cristo” (Rm 3, 21-22). E assim, os fiéis de Cristo “crucifi-

caram a carne com as suas paixões e desejos" (Gl 5, 24), são conduzidos pelo Espírito (279) e seguem os desejos do Espírito (280).

III. A pobreza de coração

§2544.

Jesus impõe aos seus discípulos que O prefiram a tudo e a todos e lhes propõe que renunciem a todos os seus bens (281) por causa d'Ele e do Evangelho (282). Pouco antes da sua Paixão, lhes deu o exemplo da pobre viúva de Jerusalém que, da sua penúria, deu tudo o que tinha para viver (283). O preceito do desapego às riquezas é obrigatório para entrar no Reino dos Céus.

§2545.

Todos os fiéis de Cristo devem “ordenar retamente os próprios afetos, para não serem impedidos de avançar na perfeição do amor pelo uso das coisas terrenas e pelo apego às riquezas em oposição ao espírito de pobreza evangélica” (284).

§2546.

“Bem-aventurados os pobres em espírito” (Mt 5, 3). As bem-aventuranças revelam uma ordem de felicidade e de graça, de beleza e de paz. Jesus celebra a alegria dos pobres, aos quais, o Reino pertence desde já (285):

“O Verbo chama "pobreza em espírito" à humildade voluntária do espírito humano e à sua renúncia e o Apóstolo nos dá, como e-

xemplo, a pobreza de Deus, quando diz: “Ele Se fez pobre por nós (2 Cor 8, 9)” (286).

§2547.

O Senhor Se lamenta pelos ricos, porque eles encontram a sua consolação na abundância de bens (287). “O orgulhoso procura o poder terreno, ao passo que o pobre em espírito procura o Reino dos Céus” (288). O abandono à Providência do Pai do Céu liberta da preocupação pelo amanhã. A confiança em Deus dispõe para a bem-aventurança dos pobres (289). Eles verão Deus.

IV. “Quero ver a Deus”

§2548.

O desejo pela verdadeira felicidade liberta o ser humano do apego imoderado aos bens deste mundo e terá a sua plenitude na visão beatífica de Deus. “A promessa de ver Deus ultrapassa toda bem-aventurança. [...] Na Escritura, ver é possuir. [...] Por isto, aquele que vê Deus obteve todos os bens que se possam imaginar” (290).

§2549.

Resta ao povo santo lutar, com a graça do Alto, para alcançar os bens que Deus promete. Para possuir e contemplar Deus, os fiéis de Cristo mortificam os seus maus desejos e,

com a graça do mesmo Deus, triunfam das seduções do prazer e do poder.

§2550.

Neste caminho da perfeição, o Espírito e a Esposa chamam quem os escuta (291) à comunhão perfeita com Deus.

“Ali será a verdadeira glória; ninguém ali será louvado por engano ou por lisonja; as verdadeiras honras não serão nem recusadas aos que as merecem, nem dadas aos indignos delas; aliás, não haverá ali indigno que as pretenda, pois só os dignos lá serão admitidos. Ali reinará a verdadeira paz; ninguém terá oposição, nem de si mesmo nem dos outros. O próprio Deus será a recompensa pela virtude. Ele que a deu e Se lhe prometeu co-

mo recompensa, a maior e melhor que possa existir: [...] "Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo" (Lv 26, 12) [...] É também este o sentido das palavras do Apóstolo: "Para que Deus seja tudo em todos" (I Cor 15, 28). Ele mesmo será o fim dos nossos desejos. Ele que nós havemos de contemplar sem fim, de amar sem saciedade, de louvar sem cansaço. E este dom, este afeto, esta ocupação serão, sem dúvida, comuns a todos como a vida eterna" (292).

Resumindo:

§2551.

"Onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração" (Mt 6, 21).

§2552.

O décimo mandamento proíbe a cupidez desregrada, nascida da Paixão imoderada das riquezas e seu poder.

§2553.

Inveja é a tristeza que se experimenta perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele. É um vício capital.

§2554.

O batizado combate a inveja através da benevolência, da humildade e do abandono à Providência divina.

§2555.

Os fiéis de Cristo “crucificaram a carne com as suas paixões e desejos” (Gl 5, 24); são

conduzidos pelo Espírito e seguem os seus desejos.

§2556.

O desapego às riquezas é necessário para entrar no Reino dos Céus. “Bem-aventurados os pobres em espírito” (Mt 5, 3).

§2557.

A pessoa que anseia diz: “Anseio ver Deus”. A sede de Deus é saciada pela água da vida eterna (293).

Notas

1. Cf. Mc 7, 8-13.
2. Cf. Dt 5, 16.
3. Cf. Dt 5, 16.
4. João Paulo II. Ex. ap. Familiaris consortio, 21: AAS 74 (1982) 105; cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16.
5. Cf. Ef 5, 21-6, 4; Cl 3, 18-21; 1 Pe 3, 1-7.
6. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 52: AAS 58 (1966) 1073.
7. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 47: AAS 58 (1966) 1067.
8. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 52: AAS 58 (1966) 1073.
9. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 46: AAS 74 (1982) 137-138
10. Cf. Ef 3, 15.
11. Cf. Pr 1, 8; Tb 4, 3-4.
12. Cf. Ex 20, 12.
13. Cf. Ef 6, 1.
14. Cf. Mc 7, 10-12.
15. II Concílio do Vaticano, Decl. Gravissimum educationis, 3: AAS 58 (1966) 731.
16. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 36: AAS 74 (1982) 126.

17. João Paulo II. Enc. Centesimus annus, 36: AAS 83 (1991) 838.
18. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16: cf. CIC can. 1136.
19. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 11: AAS 57 (1965) 16.
20. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1069.
21. Cf. Mt 18. 21-22; Lc 17, 4.
22. Cf. II Concílio do Vaticano, Decl. Gravissimum educationis, 6: AAS 58 (1966) 733.
23. Cf. Mt 16, 23.
24. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 25: AAS 83 (1991) 823.
25. Cf. Rm 13, 1-2.
26. Epístola a Diogneto, 5, 5; 5, 10; 6, 10: SC 33. 62-66 (Funk 1,. 398400).
27. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes,74: AAS 58 (1966) 1096.
28. Cf. João Paulo II. Enc. Centesimus annus, 45-46: AAS 83 (1991) 849-851.
29. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 76: AAS 58 (1966) 1099.
30. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 76: AAS 58 (1966) 1099.
31. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 76: AAS 58 (1966) 1100.

32. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 47: AAS 58 (1966) 1067.
33. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, Introductio, 5: AAS 80 (1988) 76-77.
34. Cf. Gn 4, 8-12.
35. Cf. Lv 17, 14
36. Cf Mt 5, 22-26.38-39.
37. Cf. Mt 5, 44.
38. Cf. Mt 26, 52.
39. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.
40. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.
41. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 64. a. 7. c: Ed. Leon. 9, 74.
42. João Paulo II enc. Evangelium vitæ, 56: AAS 87 (1995) 464.
43. Cf. Gn 4, 10.
44. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 51: AAS 58 (1966) 1072.
45. Cf. Am 8, 4-10.
46. Cf. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 1. 1: AAS 80 (1988) 79.
47. Didaké 2, 2: SC 248, 148 (Funk 1, 8); cf. Epistola Pseudo Barnabæ 19. 5: SC 172, 202 (Funk 1, 90) epistola a Diogneto 5, 6: SC 33. 62 (Funk 1. 398):

Tertuliano, Apologeticum, 9, 8: CCL 1, 103 (PL 1, 371-372).
48. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 51: AAS 58 (1966) 1072.
49. CIC can. 1398.
50. CIC can. 1314.
51. Cf. CIC can. 1323-1324.
52. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 3: AAS 80 (1988) 98-99.
53. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 3: AAS 80 (1988) 99.
54. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 1, 2: AAS 80 (1988) 70-80.
55. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 1, 3. AAS 80 (1988) 80-81.
56. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 1, 5: AAS 80 (1988) 83.
57. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 1, 6: AAS 80 (1988) 85.
58. Cf Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Iura et bona: AAS 72 (1980) 542552.
59. Cf. 1 Cor 8, 10-13.
60. Cf. Mt 7, 15.
61. Pio XII. Mensagem radiofônica (1 de Junho de 1941): AAS 33 (1941) 197.
62. Cf. Ef 6, 4: Cl 3, 21
63. Cf. Pio XI. Enc. Casti connubii: DS 3722-3723.

64. Cf. Tb 1, 16-18.
65. Cf. CIC can. 1176, §3. III.
66. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 158. a. 1. ad 3: Ed. Leon, 10, 273.
67. Santo Agostinho, De civitate Dei, 19, 13: CSEL 40/2, 395 (PL 41, 640).
68. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 78: AAS 58 (1966) 1101.
69. Cf. Ef 2, 16: Cl 1, 20-22.
70. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 1: AAS 57 (1965) 5.
71. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 78: AAS 58 (1966) 1101-1102.
72. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 81: AAS 58 (1966) 1105.
73. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 79: AAS 58 (1966) 1103
74. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 79: AAS 58 (1966) 1103.
75. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 79: AAS 58 (1966) 1103.
76. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 79: AAS 58 (1966) 1103.
77. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 80: AAS 58 (1966) 1104.
78. Cf. Paulo VI enc. Populorum progressio, 53: AAS 59 (1967) 283.

79. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 78: AAS 58 (1966) 1102.
80. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 27: AAS 58 (1966) 1048.
81. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 81: AAS 58 (1966) 1105.
82. Cf. Dt 5, 18.
83. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 11: AAS 74 (1982) 91-92.
84. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 22: AAS 74 (1982) 107: cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 49: AAS 58 (1966) 1070.
85. João Paulo II. Ep. ap. Mulieris dignitatem, 6: AAS 80 (1988) 1663.
86. Cf. Gn 4, 1-2.25-26; 5,1.
87. Cf. Mt 19, 6.
88. Cf. Mt 5, 37.
89. Cf. Eclo 1, 22.
90. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 17: AAS 58 (1966) 10371038.
91. Santo Agostinho, Confissões, 10, 29, 40: CCL 27, 176 (PL 32. 796).
92. Cf. Tt 2, 1-6.
93. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 34: AAS 74 (1982) 123.
94. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 25: AAS 58 (1966) 1045.

96. Cf. 1 Jo 3, 3.
97. Cf. Jo 15, 15.
98. Cf. Gl 3, 27.
99. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. Persona humana, 11: AAS 68 (1976) 9091.
100. Santo Ambrósio, De viduis 23: Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis opera, v. 14/1 (Milano-Roma 1989), p. 266 (PL 16, 241-242).
101. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. Persona humana, 9: AAS 68 (1976) 86.
102. Cf. 1 Cor 6, 15-20.
103. Cf. Gn 19, 1-29; Rm 1, 24-27; 1 Cor 6, 9-10; 1 Tm 1, 10.
104. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. Persona humana, 8: AAS 68 (1976) 95.
105. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 11: AAS 74 (1982) 92.
106. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 49: AAS 58 (1966) 1070.
107. Pio XII, Alocução aos participantes no Congresso da União Católica Italiana de Obstetras (29 de Outubro de 1951): AAS 43 (1951) 851.
108. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 48: AAS 58 (1966) 1067.
109. Cf. CIC can. 1056.
110. Cf. Mt 19, 1-12; 1 Cor 7, 10-11.

111. São João Crisóstomo, In epistulam ad Ephesios, homilia 20, 8: PG 62, 146-147.
112. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 30: AAS 74 (1982) 116.
113. Paulo VI enc. Humanæ vitæ, 11: AAS 60 (1968) 488.
114. Paulo VI enc. Humanæ vitæ, 12: AAS 60 (1968) 488; cf. Pio XI enc. Casti connubii:DS 3717.
115. Cf. Ef 3, 14-15; Mt 23, 9.
116. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1071.
117. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1071.
118. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes,, 51: AAS 58 (1966) 1072.
119. Paulo VI enc. Humanæ vitæ, 12: AAS 60 (1968) 489.
120. Cf. Paulo VI enc. Humanæ vitæ, 16: AAS 60 (1968) 491-492.
121. Paulo VI enc. Humanæ vitæ, 14: AAS 60 (1968) 490.
122. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 32: AAS 74 (1982) 119-120.
123. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 51: AAS 58 (1966) 1073.

124. Cf. Paulo VI enc. Populorum progressio, 37: AAS 59 (1967) 275-276; Id. enc.Humanæ vitæ, 23: AAS 60 (1968) 497-498.
125. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 50: AAS 58 (1966) 1071.
126. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, Introductio, 2: AAS 80 (1988) 73.
127. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 2, 1: AAS 80 (1988) 87.
128. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 2, 5: AAS 80 (1988) 93.
129. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 2, 4: AAS 80 (1988) 91.
130. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. Donum vitæ, 2, 8: AAS 80 (1988) 97.
131. Cf. Mt 5, 27-28.
132. Cf. Mt 5, 32; 19, 6; Mc 10, 11-12; 1 Cor 6, 9-10.
133. Cf. Os 2. 7; Jr 5, 7; 13, 27.
134. Cf. Mt 5, 31-32; 19, 3-9; Mc 10, 9; Lc 16, 18; 1 Cor 7, 10-11.
135. Cf. Mt 19, 7-9.
136. CIC can. 1141.
137. Cf. CIC can. 1151-1155.
138. São Basílio Magno, Moralia, regra 73: PG 31, 852.
139. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 84: AAS 74 (1982) 185.

140. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 19: AAS 74 (1982) 102; cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 47: AAS 58 (1966) 1067.
141. Cf. Lv 18, 7-20.
142. Cf. João Paulo II ex. ap. Familiaris consortio, 81: AAS 74 (1982) 181-182.
143. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. Persona humana, 7: AAS 68 (1976) 82.
144. Cf. João Paulo ex. ap. Familiaris consortio, 80: AAS 74 (1982) 180-181.
145. João Paulo II ex. ap. Familiares consortio, 11: AAS 74 (1982) 92.
146. Cf. Dt 5. 19.
147. Cf. Gn 1, 26-29.
148. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 69: AAS 58 (1966) 1090.
149. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 71. AAS 58 (1966) 1093.; João Paulo II. Enc. Sollicitudo rei socialis, 42: AAS 80 (1988) 572-574; Id. Enc. Centesimus annus, 40: AAS 83 (1991) 843, Ibid., 48: AAS 83 (1991) 852-854
150. Cf. 2 Cor 8, 9.
151. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 69: AAS 58 (1966) 1090-1091.
152. Cf. Dt 25, 13-16.
153. Cf. Dt 24, 14-15; Tg 5, 4.

154. Cf. Am 8, 4-6.
155. Cf. Gn 1, 28-31.
156. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 37-38: AAS 83 (1991) 840-841.
157. Cf. Mt 6, 26.
158. Cf. Dn 3, 79-81.
159. Cf. Gn 2, 19-20; 9, 1-4.
160. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 23: AAS 58 (1966) 1044.
161. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 76: AAS 58 (1966) 1100.
162. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 3: AAS 83 (1991) 794-796.
163. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 1: AAS 80 (1988) 513-514; Ibid., 41: AAS 80 (1988) 570-572.
164. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 24: AAS 83 (1991) 821-822.
165. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 63: AAS 58 (1966) 1085; João Paulo II enc. Laborem exercens, 7: AAS 73 (1981) 592-594: Id. enc. Centesimus annus, 35: AAS 83 (1991) 836-838.
166. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 65: AAS 58 (1966) 1087.

167. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 10: AAS 83 (1991) 804-806; Ibid., 13: AAS 83 (1991) 809-810; Ibid., 44: AAS 83 (1991) 848-849.
168. João PauloII enc. Centesimus annus, 34: AAS 83 (1991) 836.
169. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 64: AAS 58 (1966) 1086.
170. Cf. Gn 1, 28; II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 34: AAS 58 (1966) 1052-1053; João Paulo II enc. Centesimus annus, 31: AAS 83 (1991) 831-832.
172. Cf. Gn 3, 14-19.
173. Cf. João Paulo II enc. Laborem exercens, 27: AAS 73 (1981) 644-647.
174. Cf. João Paulo II enc. Laborem exercens, 6: AAS 73 (1981) 589-592.
175. Cf. João Paulo II enc. Centessimus annus, 32: AAS 83 (1991) 832-833: Ibid. 34: AAS 83 (1991) 835-836.
176. Cf. João Paulo II enc. Laborem exercens, 11: AAS 73 (1981) 602-605. 07
177. João Paulo II enc. Centesimus annnus, 48: AAS 83 (1991) 852-853.
178. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 37: AAS 83 (1991) 840.

179. Cf. João Paulo II enc. Laborem exercens, 19: AAS 73 (1981) 625-629; Ibid., 2223: AAS 73 (1981) 634-637.
180. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 48: AAS 83 (1991) 852-854.
181. Cf. Lv 19, 13; Dt 24, 14-15; Tg 5, 4.
182. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 67: AAS 58 (1966) 10881089.
183. Cf. João Paulo II enc. Laborem exercens, 18: AAS 73 (1981) 622-625.
184. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 14: AAS 80 (1988) 526-528. '
185. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 9: AAS 80 (1988) 520-521.
186. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 17: AAS 80 (1988) 532-533; Ibid., 45: AAS 80 (1988) 577-578.
187. Cf. João Paulo II enc. Centesimus aunus, 35: AAS 83 (1991) 836-838.
188. João Paulo II enc. Centesimus annus, 28: AAS 83 (1991) 828.
189. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 16: AAS 80 (1988) 531.
190. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 26: AAS 83 (1991) 824-826.

191. Cf. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 32: AAS 80 (1988) 556-557; ID. enc.Centesimus annus, 51: AAS 83 (1991) 856-857.
192. João Paulo II enc. Sollicitudo rei socialis, 47: AAS 80 (1988) 582; cf. Ibid., 42: AAS 80 (1988) 572-574.
193. Cf. Mt 25, 31-36.
194. Cf. Lc 4, 18.
195. João Paulo II enc. Centesimus annus, 57: AAS 83 (1991) 862-863.
196. Cf. Lc 6, 20-22.
197. Cf. Mt 8, 20.
198. Cf. Mc 12, 41-44.
199. Cf. Ef 4, 28.
200. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 57: AAS 83 (1991) 863.
201. São João Crisóstomo, In Lazarum, concio 2, 6: PG 48, 992.
202. II Concílio do Vaticano, Decr. Apostolicam actuositatem, 8: AAS 58 (1966) 845.
203. São Gregório Magno, Regula pastoralis, 3, 21, 45: SC 382, 394 (PL 77, 87).
204. Cf. Is 58, 6-7; Heb 13, 3.
205. Cf. Mt 25, 31-46.
206. Cf. Tb 4, 5-11; Eclo 17, 18.
207. Cf. Mt 6, 2-4.
208. Cf. 1 Jo 3, 17.

209. Congregação para a Doutrina da Fé, Instr. Libertatis conscientia, 68: AAS 79 (1987) 583.
210. Cf. Mt 25, 40.
211. P. Hansen, Vita mirabilis [...] venerabilis sororis Rosæ de sancta Maria Limensis (Romæ 1664) p. 200.
212. Cf. João Paulo II enc. Centesimus annus, 29: AAS83 (1991) 828-830.
213. Cf. Lc 16, 19-31.
214. Cf. Pr 8, 7, 2 Sm 7, 28.
215. Sl 119, 142.
216. Cf. Lc 1, 50.
217. Cf. Sl 119, 30.
218. Cf. Jo 1, 14.
219. Cf. Jo 14, 6.
220. Cf. Jo 12, 46.
221. Cf Jo 8, 31-32.
222. Cf. Jo 17, 17.
223. Cf. Jo 14, 17.
224. Cf. Jo 14, 26.
225. II Concílio do Vaticano, Decl. Dignitatis humanæ, 2: AAS 58 (1966) 931.
226. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 109, a. 3, ad 1: Ed. Leon. 9, 418.
227. São Tomás de Aquino, Summa theologiæ, 2-2, q. 109, a. 3, c: Ed. Leon. 9. 418.
228. Cf. Jo 18, 37.

229. Cf. Mt 18, 16.
230. II Concílio do Vaticano, Decr. Ad gentes, 11: AAS 58 (1966) 959.
231. Santo Inácio de Antioquia epistula ad Romanos, 4, 1: SC 10bis, p. 110 (Funk, 1, 256).
232. Santo Inácio de Antioquia epistula adRomanos, 6, 1 : SC 10bis, p. 114 (Funk, 1, 258-260).
233. Martyrium Polycarpi, 14, 2-3: SC 10bis, p. 228 (Funk 1, 330-332).
234. Cf. Pr 19, 9.
235. Cf. Pr 18, 5.
236. Cf. CIC can. 220.
237. Cf. Eclo 21, 28.
238. Santo Inácio de Loyola exercitia spiritualia, 22: MHSI 100, 164.
239. Santo Agostinho, De mendacio, 4, 5: CSEL 41, 419 (PL 40, 491).
240. Cf. Eclo 27, 17; Pr 25, 9-10.
241. CIC can. 983, § 1.
242. Cf. II Concílio do Vaticano, Decr. Inter mirifica, 11: AAS 56 (1964) 148-149.
243 II Concílio do Vaticano, Decr. Inter mirifca, 5: AAS 56 (1964) 147.
244. II Concílio do Vaticano, Decr. Inter mirifica, 8: AAS 56 (1964) 148.
245 II Concílio do Vaticano, Decr. Inter mirifica, 12: AAS 56 (1964) 149.

246. II Concílio do Vaticano, Decr. Inter mirifica, 12: AAS 56 (1964) 149.
247. Cf. Gn 1, 26.
248. Cf. Sb 7, 17.
249. Cf. Pio XII, Mensagem radiofônica (24 de Dezembro de 1955): AAS 48 (1956)
26-41; Id., Mensagem radiofônica aos membros das associações de jovens operários cristãos (J.O.C.) (3 de Setembro de 1950): AAS 42 (1950) 639-642.
250. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 122-127: AAS 56 (1964) 130-132.
251. CIC can. 983, § 1.
252. II Concílio do Vaticano, Const. Sacrosanctum Concilium, 122: AAS 56 (1964) 130-131.
253. Cf. 1 Jo 2, 16 (Vulgata).
254. Cf. Gl 5, 16.17.24 ef 2, 3.
255. Cf. Gn 3, 11.
256. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5, Decretum de peccato originali, can. 5: DS 1515.
257. João Paulo II enc. Dominum et vivificantem, 55: AAS 78 (1986) 877-878.
258. Hermas, Pastor 27, 1 (mandatum 2. 1): SC 53, 146 (Funk 1, 70).
259. Cf. 1 Ts 4, 3-9: 2 Tm 2, 22.
260. Cf. 1Ts 4, 7; Cl 3, 5 ef 4, 19.
261. Cf. Tt 1, 15; 1 Tm 1, 3-4; 2 Tm 2, 23-26.

26. Santo Agostinho, De fide et symbolo, 10, 25: CSEL 25, 32 (PL 40, 196).
263. Cf. 1 Cor 13, 12; l Jo 3. 2.
264. Cf. Rm 12, 2; Cl 1, 10.
265. Santo Agostinho, Confissões, 6, 11, 20: CCL 27. 87 (PL 32, 729-730).
266. II Concílio do Vaticano, Const. past. Gaudium et spes, 58: AAS 58 (1966) 1079.
267. Cf. Mq 2, 2.
268. Cf. Sb 14, 12.
269. CatRom 3, 10, 13, p. 518.
270. CatRom 3, 10, 23, p. 523.
271. Cf. 2 Sm 12, 1-4.
272. Cf. Gn 4, 3-8; 1 Rs 21, 1-29.
273. São João Crisóstomo, In epistulam II ad Corinthios, homilia 27, 3-4: PG 61, 588.
274. Santo Agostinho, De disciplina christiana, 7, 7: CCL 46, 214 (PL 40, 673); ID. epistula108, 3, 8: CSEL 34, 620 (PL 33, 410).
275. São Gregório Magno, Moralia in Jó, 31, 45, 88: CCL 143b, 1610 (PL 76, 621).
276. São João Crisóstomo, In epistulam as Romanos, homilia 7, 5: PG 60, 448.
277. Cf. Rm 7, 7.
278. Cf. Rm 7, 15.
279. Cf. Rm 8, 14
280. Cf. Rm 8, 27.

281. Cf. Lc 14, 33.
282. Cf. Mc 8, 35.
283. Cf. Lc 21, 4.
284. II Concílio do Vaticano, Const. dogm. Lumen Gentium, 42: AAS 57 (1965) 49.
285. Cf. Lc 6, 20.
286. São Gregório de Nissa, De beatitudinibus, oratio 1: Gregorii Nysenni opera ed. W. Jæger, v. 7/2 (Leiden 1992) p. 83 (PG 44, 1200).
287. Cf. Lc 6, 24.
288. Santo Agostinho, De sermone Domini in monte, 1, 1, 3: CCL 35, 4 (PL 34,
1232).
289. Cf. Mt 6, 25-34.
290. São Gregório de Nissa, De beatitudinibus, oratio 6: Gregorii Nysenni opera ed. W. Jæger. v. 7/2 (Leiden 1992) p. 138 (PG 44, 1265).
291. Cf. Ap 22, 17.
292. Santo Agostinho, De civitate Dei, 22, 30: CSEL 40/2, 665-666 (PL 41, 801-802).
293. Cf. Jo 4, 14.

Índice

CRÉDITOS 2

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA 3

CARTA APOSTÓLICA 3

I. INTRODUÇÃO 14

II. ITINERÁRIO E ESPÍRITO DA REDAÇÃO DO TEXTO 19

III. DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA 22

IV. VALOR DOUTRINAL DO TEXTO 26

V. CONCLUSÃO 29

Notas 32

O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA 33

PRÓLOGO *33*

I. A vida do ser humano - conhecer e amar a Deus 34

§0001. 34

§0002. 35

§0003. 36

II. Transmitir a fé - a catequese 37

§0004. 37

§0005. _____ 37

§0006. _____ 38

§0007. _____ 39

§0008. _____ 39

§0009. _____ 40

§0010. _____ 41

III. Finalidade e destinatários deste catecismo_____ 42

§0011._____ 42

§0012._____ 43

IV. Estrutura deste catecismo _____ 44

§0013._____ 44

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ _____ 44

§0014._____ 44

SEGUNDA PARTE: OS SACRAMENTOS DA FÉ _____ 46

§0015._____ 46

TERCEIRA PARTE: A VIDA DA FÉ _____ 46

§0016._____ 46

QUARTA PARTE: A ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ _____ 47

§0017._____ 47

V. Indicações práticas para o uso deste catecismo_____ 48

§0018. _____ 48

§0019._____ 48

§0020. _____ 49

§0021._____ 49

§0022. _____ 50

VI. Adaptações necessárias_____ 50

§0023. _____ 50

§0024. _____ 51

ACIMA DE TUDO - A CARIDADE 53

§0025. _____ 53

Notas _____ 55

PRIMEIRA PARTE: A PROFISSÃO DA FÉ _____ 57

PRIMEIRA SEÇÃO: "EU CREIO" - "NÓS CREMOS" _____ *57*

§0026. _____ 57

CAPÍTULO PRIMEIRO: O SER HUMANO É "CAPAZ" DE DEUS _____ 58

I. O desejo de Deus _____ 58

§0027. _____ 58

§0028. _____ 59

§0029. _____ 61

§0030. _____ 61

II. Os caminhos de acesso ao conhecimento de Deus _____ 63

§0031. _____ 63

§0032. _____ 64

§0033. _____ 65

§0034. _____ 66

§0035. _____ 67

III. O conhecimento de Deus segundo a Igreja _____ 68

§0036. _____ 68

§0037. _____ 68

§0038. _____ 70

IV. Como falar de Deus? _____ 71

§0039. _____ 71
§0040. _____ 72
§0041._____ 72
§0042. _____ 73
§0043. _____ 73
Resumindo: _____ 74
§0044. _____ 74
§0045. _____ 75
§0046. _____ 75
§0047. _____ 76
§0048. _____ 76
§0049. _____ 76
Notas _____ 77
CAPÍTULO SEGUNDO: DEUS AO ENCONTRO DO SER HUMANO_____ 79
§0050. _____ 79
ARTIGO 1: A REVELAÇÃO DE DEUS _ 80
I. Deus revela o seu “desígnio benevolente” _____ 80
§0051._____ 80

§0052. _____ 81
§0053. _____ 81
II. As etapas da Revelação _____ 83
DESDE A ORIGEM, DEUS SE DÁ A CONHECER _____ 83
§0054. _____ 83
§0055. _____ 84
A ALIANÇA COM NOÉ _____ 85
§0056. _____ 85
§0057. _____ 85
§0058. _____ 86
DEUS ELEGE ABRAÃO _____ 87
§0059. _____ 87
§0060. _____ 88
§0061._____ 88
DEUS FORMA O SEU POVO ISRAEL _____ 89
§0062. _____ 89
§0063. _____ 89
§0064. _____ 90

III. Jesus Cristo - “Mediador e plenitude de toda a Revelação” (32) _____ 91

NO SEU VERBO, DEUS DISSE TUDO _____ 91

§0065. _____ 91

JÁ NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO _____ 93

§0066. _____ 93

§0067. _____ 93

Resumindo: _____ 95

§0068. _____ 95

§0069. _____ 95

§0070. _____ 95

§0071. _____ 96

§0072. _____ 96

§0073. _____ 97

ARTIGO 2: A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA _____ 97

§0074. _____ 97

I. A Tradição apostólica _____ 98

§0075. _____ 98

A PREGAÇÃO APOSTÓLICA ... _ 99

§0076. _____ 99

... CONTINUADA NA SUCESSÃO APOSTÓLICA _____ 100

§0077._____ 100

§0078. _____ 100

§0079. _____ 101

II. A relação entre a Tradição e a Sagrada Escritura _____ 102

UMA FONTE COMUM..._____ 102

§0080. _____ 102

... DUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DISTINTAS __ 103

§0081. _____ 103

§0082. _____ 104

TRADIÇÃO APOSTÓLICA E TRADIÇÕES ECLESIAIS _____ 104

§0083. _____ 104

III. A interpretação da herança da fé _____ 106

A HERANÇA DA FÉ CONFIADA À TOTALIDADE DA IGREJA ____ 106

§0084. _____ 106

O MAGISTÉRIO DA IGREJA__ 107

§0085. _____ 107

§0086. _____ 107

§0087. _____ 108

OS DOGMAS DA FÉ_____ 108

§0088. _____ 108

§0089. _____ 109

§0090. _____ 110

O SENTIDO SOBRENATURAL DA FÉ _____ 110

§0091._____ 110

§0092. _____111

§0093. _____111

O CRESCIMENTO NA INTELIGÊNCIA DA FÉ_____112

§0094. _____112

§0095. _____113

Resumindo: _____114
§0096. _____114
§0097. _____114
§0098. _____114
§0099. _____115
§0100. _____115
ARTIGO 3: A SAGRADA ESCRITURA _116
I. Cristo - Palavra única da Escritura santa_____116
§0101._____116
§0102._____117
§0103._____117
§0104._____ 118
II. Inspiração e verdade da Sagrada Escritura _____119
§0105._____119
§0106._____ 120
§0107._____ 120
§0108. _____121

III. O Espírito Santo, intérprete da Escritura _____ 122
§0109._____ 122
§0110._____ 122
§0111. _____ 123
§0112. 01. _____ 124
§0113. 02. _____ 125
§0114. 03. _____ 126
OS SENTIDOS DA ESCRITURA 126
§0115._____ 126
§0116._____ 127
O sentido literal. _____ 127
§0117._____ 127
O sentido espiritual. _____ 127
01. O sentido alegórico._____ 128
02. O sentido moral._____ 128
03. O sentido anagógico. _____ 129
§0118._____ 129
§0119._____ 130
IV. O Cânon das Escrituras_____131

§0120._____131
O ANTIGO TESTAMENTO ____ 133
§0121. _____ 133
§0122._____ 133
§0123._____ 134
O NOVO TESTAMENTO_____ 135
§0124._____ 135
§0125._____ 136
§0126._____ 136
01. A vida e os ensinamentos de Jesus. _____ 136
02. A tradição oral. _____ 137
03. Os evangelhos escritos.___ 137
§0127._____ 138
A UNIDADE ENTRE O ANTIGO E O NOVO TESTAMENTO _____ 139
§0128._____ 139
§0129._____ 140
§0130._____141

V. A Sagrada Escritura na vida da Igreja _____ 142
§0131. _____ 142
§0132. _____ 142
§0133. _____ 143
Resumindo: _____ 143
§0134. _____ 143
§0135. _____ 144
§0136. _____ 144
§0137. _____ 145
§0138. _____ 145
§0139. _____ 145
§0140. _____ 146
§0141. _____ 146
Notas _____ 147
CAPÍTULO TERCEIRO: A RESPOSTA DO SER HUMANO A DEUS _____ 155
§0142. _____ 155
§0143. _____ 155
ARTIGO 1: EU CREIO _____ 156

I. A "obediência da fé" _____ 156

§0144._____ 156

ABRAÃO - "O PAI DE TODOS OS CRENTES" _____ 156

§0145._____ 156

§0146._____ 157

§0147._____ 158

MARIA - "FELIZ AQUELA QUE ACREDITOU" _____ 159

§0148._____ 159

§0149._____ 160

II. "Eu sei em quem pus a minha fé" (2 Tm 1, 12) _____ 160

CRER SÓ EM DEUS_____ 160

§0150._____ 160

CRER EM JESUS CRISTO, FILHO DE DEUS _____161

§0151. _____161

CRER NO ESPÍRITO SANTO___ 162

§0152._____ 162

III. As características da fé _____ 163

A FÉ É UMA GRAÇA _____ 163
§0153._____ 163
A FÉ É UM ATO HUMANO ____ 164
§0154._____ 164
§0155._____ 165
A FÉ E A INTELIGÊNCIA _____ 166
§0156._____ 166
§0157._____ 167
§0158._____ 168
§0159._____ 169
FÉ E CIÊNCIA. _____ 169
A LIBERDADE DA FÉ _____171
§0160._____171
A NECESSIDADE DA FÉ _____ 172
§0161._____ 172
A PERSEVERANÇA NA FÉ ____ 173
§0162._____ 173
A FÉ - VIDA ETERNA INICIADA 174
§0163._____ 174

§0164. 175
§0165. 176
ARTIGO 2: NÓS CREMOS 177
§0166. 177
§0167. 178
I. “Olhai, Senhor, para a fé da vossa Igreja” 178
§0168. 178
§0169. 179
II. A linguagem da fé 180
§0170. 180
§0171. 181
III. Uma só fé 182
§0172. 182
§0173. 182
§0174. 183
§0175. 184
Resumindo: 184
§0176. 184
§0177. 185

§0178. 185
§0179. 185
§0180. 186
§0181. 186
§0182. 186
§0183. 187
§0184. 187
Notas 187
SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ *192*
OS SÍMBOLOS DA FÉ 192
§0185. 194
§0186. 194
§0187. 195
§0188. 196
§0189. 196
§0190. 197
§0191. 198
§0192. 199
§0193. 199

§0194. 200
§0195. 201
§0196. 201
§0197. 202
Notas 203
CAPÍTULO PRIMEIRO: CREIO EM DEUS PAI 204
§0198. 204
ARTIGO 1: "CREIO EM DEUS PAI TODO-PODEROSO CRIADOR DO CÉU E DA TERRA" *205*
PARÁGRAFO 1: CREIO EM DEUS 205
§0199. 205
I. "Creio em um só Deus" 206
§0200. 206
§0201. 207
§0202. 208
II. Deus revela o seu nome 209
§0203. 209
§0204. 210
O DEUS VIVO 210

§0205. _____ 210
“EU SOU AQUELE QUE SOU” __211
§0206. _____ 212
§0207. _____ 213
§0208. _____ 213
§0209. _____ 215
“DEUS DE TERNURA E DE PIEDADE” _____ 215
§0210._____ 215
§0211._____ 217
SÓ DEUS É _____ 218
§0212._____ 218
§0213._____ 219
III. Deus, “Aquele que é”, é verdade e amor _____ 219
§0214._____ 219
DEUS É A VERDADE _____ 221
§0215._____ 221
§0216._____ 222
§0217._____ 222

DEUS É AMOR _____ 223
§0218._____ 223
§0219._____ 223
§0220. _____ 224
§0221._____ 225
IV. Consequências da fé no Deus Único _____ 225
§0222. _____ 225
§0223. _____ 226
§0224. _____ 226
§0225. _____ 226
§0226. _____ 227
§0227._____ 227
Resumindo: _____ 228
§0228. _____ 228
§0229. _____ 229
§0230. _____ 229
§0231._____ 229
PARÁGRAFO 2: O PAI_____ 230

I. “Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” _____ 230

§0232. _____ 230

§0233. _____ 230

§0234. _____ 231

§0235. _____ 232

§0236. _____ 232

§0237._____ 233

II. A revelação de Deus como Trindade _____ 234

O PAI REVELADO PELO FILHO 234

§0238. _____ 234

§0239. _____ 235

§0240. _____ 237

§0241._____ 237

§0242. _____ 238

O PAI E O FILHO REVELADOS PELO ESPÍRITO _____ 239

§0243. _____ 239

§0244. _____ 239

§0245. _____ 240
§0246. _____ 241
§0247. _____ 242
§0248. _____ 243
III. A Santíssima Trindade na doutrina da fé _____ 244
A FORMAÇÃO DO DOGMA TRINITÁRIO_____ 244
§0249. _____ 244
§0250. _____ 245
§0251._____ 246
§0252. _____ 247
O DOGMA DA SANTÍSSIMA TRINDADE_____ 247
§0253. _____ 247
§0254. _____ 248
§0255._____ 249
§0256. _____ 250
IV. As obras divinas e as missões trinitárias _____ 252
§0257._____ 252

§0258. _____ 253
§0259. _____ 254
§0260. _____ 255
Resumindo: _____ 257
§0261._____ 257
§0262. _____ 257
§0263. _____ 257
§0264. _____ 258
§0265. _____ 258
§0266. _____ 259
§0267. _____ 260
PARÁGRAFO 3: O TODO-PODEROSO _ 260
§0268. _____ 260
“FAZ TUDO QUANTO LHE APRAZ” (Sl 115, 3) _____ 261
§0269. _____ 261
“PORQUE PODEIS TUDO, DE TODOS VOS COMPADECEIS” (Sb 11, 23) _____ 262
§0270. _____ 262

§0271. _____ 263
O MISTÉRIO DA APARENTE IMPOTÊNCIA DE DEUS _____ 264
§0272. _____ 264
§0273. _____ 265
§0274. _____ 266
Resumindo: _____ 267
§0275. _____ 267
§0276. _____ 267
§0277. _____ 267
§0278. _____ 268
PARÁGRAFO 4: O CRIADOR _____ 268
§0279. _____ 268
§0280. _____ 269
§0281. _____ 270
I. A catequese sobre a criação _____ 270
§0282. _____ 270
§0283. _____ 271
§0284. _____ 272
§0285. _____ 273

§0286. _____ 275
§0287. _____ 276
§0288. _____ 277
§0289. _____ 278
II. A criação - obra da Santíssima Trindade _____ 279
§0290. _____ 279
§0291._____ 280
§0292. _____ 281
III. “O mundo foi criado para glória de Deus” _____ 282
§0293. _____ 282
§0294. _____ 283
IV. O mistério da criação _____ 285
DEUS CRIA COM SABEDORIA E POR AMOR_____ 285
§0295. _____ 285
DEUS CRIA “DO NADA”_____ 286
§0296. _____ 286
§0297. _____ 287

§0298. _____ 288

DEUS CRIA UM MUNDO ORDENADO E BOM _____ 289

§0299. _____ 289

DEUS TRANSCENDE A CRIAÇÃO E ESTÁ PRESENTE NELA _____ 290

§0300. _____ 290

DEUS SUSTENTA E CONDUZ A CRIAÇÃO _____ 291

§0301._____ 291

V. Deus realiza o seu desígnio: a divina Providência _____ 293

§0302. _____ 293

§0303. _____ 294

§0304. _____ 295

§0305. _____ 296

A PROVIDÊNCIA E AS CAUSAS SEGUNDAS _____ 296

§0306. _____ 296

§0307. _____ 297

§0308. _____ 298

A PROVIDÊNCIA E O ESCÂNDALO DO MAL _____ 299
§0309. _____ 299
§0310. _____ 300
§0311. _____ 301
§0312. _____ 303
§0313. _____ 304
§0314. _____ 305
Resumindo: _____ 306
§0315. _____ 306
§0316. _____ 306
§0317. _____ 307
§0318. _____ 307
§0319. _____ 307
§0320. _____ 308
§0321. _____ 308
§0322. _____ 308
§0323. _____ 309
§0324. _____ 309
PARÁGRAFO 5: CÉU E A TERRA _____ 310

§0325. _____ 310
§0326. _____ 310
§0327._____311
I. Os anjos _____ 312
A EXISTÊNCIA DOS ANJOS - UMA VERDADE DE FÉ _____ 312
§0328. _____ 312
QUEM SÃO OS ANJOS? _____ 312
§0329. _____ 312
§0330. _____ 313
CRISTO “COM TODOS OS SEUS ANJOS” _____ 314
§0331._____ 314
§0332. _____ 315
§0333. _____ 316
OS ANJOS NA VIDA DA IGREJA317
§0334. _____ 317
§0335. _____ 318
§0336. _____ 318
II. O mundo visível _____ 319

§0337. 319
§0338. 320
§0339. 320
§0340. 322
§0341. 322
§0342. 323
§0343. 323
§0344. 324
§0345. 325
§0346. 326
§0347. 326
§0348. 327
§0349. 327
Resumindo: 328
§0350. 328
§0351. 329
§0352. 329
§0353. 329
§0354. 330

PARÁGRAFO 6: O SER HUMANO _____ 330
§0355._____ 330
I. “A imagem de Deus” _____ 331
§0356. _____ 331
§0357._____ 332
§0358. _____ 333
§0359. _____ 334
§0360. _____ 335
§0361._____ 336
II. “Corpore et anima unus” - Unidade de corpo e alma_____ 337
§0362. _____ 337
§0363. _____ 337
§0364. _____ 338
§0365. _____ 339
§0366. _____ 340
§0367._____ 340
§0368. _____ 341
III. “Homem e mulher os criou” ____ 341

IGUALDADE E DIFERENÇA QUERIDAS POR DEUS _____ 341

§0369. _____ 341

§0370. _____ 342

“UM PARA O OUTRO” - “UMA UNIDADE A DOIS” _____ 343

§0371. _____ 343

§0372. _____ 344

§0373. _____ 345

IV. O ser humano no paraíso _____ 346

§0374. _____ 346

§0375. _____ 346

§0376. _____ 347

§0377. _____ 348

§0378. _____ 348

§0379. _____ 349

Resumindo: _____ 349

§0380. _____ 349

§0381. _____ 350

§0382. _____ 350

§0383. _____ 350
§0384. _____ 351
PARÁGRAFO 7: A QUEDA _____ 351
§0385. _____ 351
I. “Onde abundou o pecado, superabundou a graça” _____ 353
A REALIDADE DO PECADO ___ 353
§0386. _____ 353
§0387. _____ 354
O PECADO ORIGINAL - UMA VERDADE FUNDAMENTAL DA FÉ _____ 355
§0388. _____ 355
§0389. _____ 356
PARA LER A NARRATIVA DA QUEDA _____ 357
§0390. _____ 357
II. A queda dos anjos _____ 357
§0391. _____ 357
§0392. _____ 358
§0393. _____ 359

§0394. _____ 360
§0395. _____ 360
III. O pecado original_____ 362
A PROVA DA LIBERDADE ___ 362
§0396. _____ 362
O PRIMEIRO PECADO DO SER HUMANO_____ 363
§0397._____ 363
§0398. _____ 364
§0399. _____ 364
§0400. _____ 365
§0401._____ 366
CONSEQUÊNCIAS DO PECADO DE ADÃO PARA A HUMANIDADE 368
§0402. _____ 368
§0403. _____ 369
§0404. _____ 370
§0405. _____ 371
§0406. _____ 372
UM DURO COMBATE _____ 374

§0407. _____ 374
§0408. _____ 375
§0409. _____ 376
IV. “Vós não o abandonastes ao poder da morte” _____ 377
§0410. _____ 377
§0411. _____ 377
§0412. _____ 378
Resumindo: _____ 380
§0413. _____ 380
§0414. _____ 380
§0415. _____ 381
§0416. _____ 381
§0417. _____ 381
§0418. _____ 382
§0419. _____ 382
§0420. _____ 383
§0421. _____ 383
Notas _____ 384

CAPÍTULO SEGUNDO: CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS _____ 403

A BOA NOVA: DEUS ENVIOU O SEU FILHO_____ 403

§0422. _____ 403

§0423. _____ 404

§0424. _____ 405

"ANUNCIAR A INSONDÁVEL RIQUEZA DE CRISTO" (Ef 3, 8) 405

§0425. _____ 405

NO CORAÇÃO DA CATEQUESE: CRISTO _____ 407

§0426. _____ 407

§0427. _____ 408

§0428. _____ 409

§0429. _____ 409

ARTIGO 2: "E EM JESUS CRISTO, SEU ÚNICO FILHO, NOSSO SENHOR"_____ 410

I. Jesus _____ 410

§0430. _____ 410

§0431._____411

§0432. ____ 412
§0433. ____ 413
§0434. ____ 413
§0435. ____ 414
II. Cristo ____ 415
§0436. ____ 415
§0437. ____ 416
§0438. ____ 417
§0439. ____ 418
§0440. ____ 419
III. Filho único de Deus ____ 420
§0441. ____ 420
§0442. ____ 421
§0443. ____ 422
§0444. ____ 423
§0445. ____ 424
IV. Senhor ____ 425
§0446. ____ 425
§0447. ____ 426

§0448. _____ 426
§0449. _____ 427
§0450. _____ 428
§0451._____ 429
Resumindo: _____ 430
§0452. _____ 430
§0453. _____ 430
§0454. _____ 431
§0455._____ 431
ARTIGO 3: "JESUS CRISTO FOI CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO E NASCEU DA VIRGEM MARIA" _____ *432*
PARÁGRAFO 1: O FILHO DE DEUS SE FEZ SER HUMANO _____ 432
I. Porque é que o Verbo encarnou? 432
§0456. _____ 432
§0457._____ 433
§0458. _____ 434
§0459. _____ 435
§0460. _____ 435
II. A Encarnação _____ 437

§0461. _____ 437
§0462. _____ 438
§0463. _____ 438
III. Verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano _____ 439
§0464. _____ 439
§0465. _____ 440
§0466. _____ 441
§0467. _____ 442
§0468. _____ 444
§0469. _____ 445
IV. Como é que o Filho de Deus é humano _____ 447
§0470. _____ 447
A ALMA E O CONHECIMENTO HUMANO DE CRISTO _____ 448
§0471. _____ 448

Apolinário de Laodiceia afirmava que, em Cristo, o Verbo tinha ocupado o lugar da alma ou do espírito. Contra este erro, a Igreja confessou que o Filho eterno

assumiu também uma alma racional humana (104). _____ 448

§0472. _____ 449

§0473._____ 450

§0474. _____ 451

A VONTADE HUMANA DE CRISTO _____ 451

§0475._____ 451

O VERDADEIRO CORPO DE CRISTO _____ 452

§0476. _____ 452

§0477._____ 453

O CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO _____ 454

§0478. _____ 454

Resumindo: _____ 455

§0479. _____ 455

§0480. _____ 455

§0481._____ 456

§0482. _____ 456

§0483. _____ 456

PARÁGRAFO 2: "... CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO, NASCIDO DA VIRGEM MARIA" ___ 457

I. Concebido pelo poder do Espírito Santo... _____ 457

§0484. _____ 457

§0485. _____ 458

§0486. _____ 458

II. ...nascido da Virgem Maria ___ 459

§0487. _____ 459

A PREDESTINAÇÃO DE MARIA 459

§0488. _____ 459

§0489. _____ 460

A IMACULADA CONCEIÇÃO _ 462

§0490. _____ 462

§0491._____ 463

§0492. _____ 463

§0493. _____ 464

"FAÇA-SE EM MIM SEGUNDO A TUA PALAVRA..." _____ 465

§0494. _____ 465

A MATERNIDADE DIVINA DE MARIA_____ 467
§0495. _____ 467
A VIRGINDADE DE MARIA ___ 468
§0496. _____ 468
§0497. _____ 469
§0498. _____ 470
MARIA - “SEMPRE VIRGEM” _ 472
§0499. _____ 472
§0500. _____ 472
§0501._____ 473
A MATERNIDADE VIRGINAL DE MARIA NO PLANO DE DEUS _ 474
§0502. _____ 474
§0503. _____ 475
§0504. _____ 475
§0505. _____ 476
§0506. _____ 477
§0507. _____ 478
Resumindo: _____ 479

§0508. _____ 479
§0509. _____ 479
§0510._____ 480
§0511. _____ 480
PARÁGRAFO 3: OS MISTÉRIOS DA VIDA DE CRISTO _____ 481
§0512._____ 481
§0513._____ 482
I. Toda a vida de Cristo é mistério 482
§0514._____ 482
§0515._____ 483
OS TRAÇOS COMUNS DOS MISTÉRIOS DE JESUS _____ 484
§0516._____ 484
§0517._____ 485
§0518._____ 486
A NOSSA COMUNHÃO NOS MISTÉRIOS DE JESUS _____ 487
§0519._____ 487
§0520. _____ 488

§0521. 489

II. Os mistérios da infância e da vida oculta de Jesus 490

OS PREPARATIVOS 490

§0522. 490

§0523. 491

§0524. 492

O MISTÉRIO DO NATAL 493

§0525. 493

§0526. 493

OS MISTÉRIOS DA INFÂNCIA DE JESUS 495

§0527. 495

§0528. 495

§0529. 497

§0530. 498

OS MISTÉRIOS DA VIDA OCULTA DE JESUS 499

§0531. 499

§0532. 499

§0533. _____ 500

§0534. _____ 502

III. Os mistérios da vida pública de Jesus _____ 503

O BATISMO DE JESUS _____ 503

§0535._____ 503

§0536. _____ 504

§0537._____ 505

A TENTAÇÃO DE JESUS _____ 507

§0538. _____ 507

§0539. _____ 508

§0540. _____ 509

"O REINO DE DEUS ESTÁ PRÓXIMO"_____ 510

§0541._____ 510

§0542. _____511

O ANÚNCIO DO REINO DE DEUS _____ 512

§0543. _____ 512

§0544. _____ 513

§0545. 514
§0546. 514
OS SINAIS DO REINO DE DEUS 516
§0547. 516
§0548. 516
§0549. 517
§0550. 518
“AS CHAVES DO REINO” 519
§0551. 519
§0552. 520
§0553. 521
UM ANTEGOZO DO REINO: A TRANSFIGURAÇÃO 522
§0554. 522
§0555. 523
§0556. 525
A SUBIDA DE JESUS PARA JERUSALÉM 527
§0557. 527
§0558. 527

A ENTRADA MESSIÂNICA DE JESUS EM JERUSALÉM _____ 528
§0559. _____ 528
§0560. _____ 530
Resumindo: _____ 530
§0561. _____ 530
§0562. _____ 531
§0563. _____ 531
§0564. _____ 532
§0565. _____ 532
§0566. _____ 533
§0567. _____ 533
§0568. _____ 533
§0569. _____ 534
§0570. _____ 534
ARTIGO 4: "JESUS CRISTO PADECEU SOB PÔNCIO PILATOS FOI CRUCIFICADO, MORTO E SEPULTADO" _____ *535*
§0571. _____ 535
§0572. _____ 536
§0573. _____ 536

PARÁGRAFO 1: JESUS E ISRAEL 537
§0574. 537
§0575. 538
§0576. 539
I. Jesus e a Lei 540
§0577. 540
§0578. 541
§0579. 542
§0580. 543
§0581. 544
§0582. 545
II. Jesus e o templo 547
§0583. 547
§0584. 548
§0585. 549
§0586. 549
III. Jesus e a fé de Israel no Deus único e salvador 551
§0587. 551
§0588. 551

§0589. ____ 552
§0590. ____ 553
§0591. ____ 554
Resumindo: ____ 555
§0592. ____ 555
§0593. ____ 555
§0594. ____ 556
PARÁGRAFO 2: JESUS MORREU CRUCIFICADO ____ 557
I. O processo de Jesus ____ 557
DIVISÕES ENTRE AS AUTORIDADES JUDAICAS A RESPEITO DE JESUS ____ 557
§0595. ____ 557
§0596. ____ 558
OS JUDEUS NÃO SÃO COLETIVAMENTE RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE JESUS ____ 560
§0597. ____ 560
TODOS OS PECADORES FORAM AUTORES DA PAIXÃO DE CRISTO ____ 562

§0598. _____ 562

II. A morte redentora de Cristo no desígnio divino de salvação _____ 564

"JESUS ENTREGUE, SEGUNDO O DESÍGNIO DETERMINADO DE DEUS" _____ 564

§0599. _____ 564

§0600. _____ 565

"MORTO PELOS NOSSOS PECADOS, SEGUNDO AS ESCRITURAS" _____ 566

§0601._____ 566

"POR NÓS, DEUS FÊ-LO PECADO" _____ 567

§0602. _____ 567

§0603. _____ 568

DEUS TOMA A INICIATIVA DO AMOR REDENTOR UNIVERSAL _____ 569

§0604. _____ 569

§0605. _____ 570

III. Cristo ofereceu a Si mesmo ao Pai pelos nossos pecados _____ 571

TODA A VIDA DE CRISTO É OBLAÇÃO AO PAI _____ 571

§0606. _____ 571

§0607. _____ 573

“O CORDEIRO QUE TIRA O PECADO DO MUNDO”_____ 574

§608. _____ 574

JESUS PARTILHA LIVREMENTE O AMOR REDENTOR DO PAI ___ 575

§0609. _____ 575

NA CEIA, JESUS ANTECIPOU A OBLAÇÃO LIVRE DA SUA VIDA 576

§0610._____ 576

§0611. _____ 577

A AGONIA NO GETSÊMANI___ 578

§0612._____ 578

A MORTE DE CRISTO É O SACRIFÍCIO ÚNICO E DEFINITIVO _____ 579

§0613._____ 579

§0614. 580

JESUS SUBSTITUI A NOSSA DESOBEDIÊNCIA PELA SUA OBEDIÊNCIA 581

§0615. 581

NA CRUZ, JESUS CONSUMA O SEU SACRIFÍCIO 582

§0616. 582

§0617. 583

A NOSSA PARTICIPAÇÃO NO SACRIFÍCIO DE CRISTO 584

§0618. 584

Resumindo: 585

§0619. 585

§0620. 585

§0621. 586

§0622. 586

§0623. 587

PARÁGRAFO 3: JESUS CRISTO FOI SEPULTADO 587

§0624. 587

O CORPO DE CRISTO NO SEPULCRO _____ 588
§0625. _____ 588
§0626. _____ 590
"NÃO DEIXAREIS O VOSSO SANTO SOFRER A CORRUPÇÃO" _____ 591
§0627. _____ 591
"SEPULTADOS COM CRISTO..." 592
§0628. _____ 592
Resumindo: _____ 593
§0629. _____ 593
§0630. _____ 593
ARTIGO 5: "JESUS CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS E, AO TERCEIRO DIA, RESSUSCITOU DOS MORTOS" _____ *594*
§0631. _____ 594
PARÁGRAFO 1: CRISTO DESCEU À MANSÃO DOS MORTOS _____ 595
§0632. _____ 595
§0633. _____ 596
§0634. _____ 597

§0635. _____ 598
Resumindo: _____ 600
§0636. _____ 600
§0637._____ 600
PARÁGRAFO 2: AO TERCEIRO DIA, RESSUSCITOU DOS MORTOS _____ 601
§0638. _____ 601
I. Acontecimento histórico e transcendente _____ 602
§0639. _____ 602
O TÚMULO VAZIO _____ 603
§0640. _____ 603
AS APARIÇÕES DO RESSUSCITADO _____ 605
§0641._____ 605
§0642. _____ 606
§0643. _____ 607
§0644. _____ 608
O ESTADO DA HUMANIDADE RESSUSCITADA DE CRISTO _ 610
§0645. _____ 610

§0646. _____611

A RESSURREIÇÃO COMO ACONTECIMENTO TRANSCENDENTE _____ 613

§0647. _____ 613

II. A ressurreição - obra da Santíssima Trindade _____ 614

§0648. _____ 614

§0649. _____ 615

§0650. _____ 616

III. Sentido e alcance salvÍfico da ressurreição _____ 617

§0651._____ 617

§0652. _____ 618

§0653. _____ 618

§0654. _____ 619

§0655. _____ 620

Resumindo: _____ 622

§0656. _____ 622

§0657._____ 622

§0658. _____ 623

ARTIGO 6: "JESUS SUBIU AOS CÉUS E ESTÁ SENTADO À DIREITA DE DEUS PAI TODO-PODEROSO" _____ *623*
§0659. _____ 623
§0660. _____ 625
§0661._____ 625
§0662. _____ 626
§0663. _____ 627
§0664. _____ 628
Resumindo: _____ 629
§0665. _____ 629
§0666. _____ 629
§0667. _____ 630
*ARTIGO 7: "DE ONDE HÁ DE VIR A JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS"*_____ *630*
I. "Voltará na sua glória" _____ 630
CRISTO REINA, DESDE JÁ, ATRAVÉS DA IGREJA... _____ 630
§0668. _____ 630
§0669. _____ 631
§0670. _____ 632

... À ESPERA DE QUE TUDO LHE SEJA SUBMETIDO _____ 633

§0671._____ 633

§0672. _____ 634

A VINDA GLORIOSA DE CRISTO, eSPERANÇA DE ISRAEL _____ 635

§0673._____ 635

§0674. _____ 636

A ÚLTIMA PROVA DA IGREJA 637

§0675._____ 637

§0676. _____ 638

§0677._____ 639

II. “Para julgar os vivos e os mortos” 640

§0678. _____ 640

§0679. _____ 641

Resumindo: _____ 642

§0680. _____ 642

§0681._____ 642

§0682. _____ 643

Notas_____ 644

CAPÍTULO TERCEIRO: CREIO NO ESPÍRITO SANTO _____ 676

§0683. _____ 676

§0684. _____ 677

§0685. _____ 679

§0686. _____ 680

ARTIGO 8: "CREIO NO ESPÍRITO SANTO" 681

§0687. _____ 681

§0688. _____ 682

I. A missão conjunta do Filho e do Espírito _____ 683

§0689. _____ 683

§0690. _____ 684

II. O nome, as designações e os símbolos do Espírito Santo _____ 686

O NOME PRÓPRIO DO ESPÍRITO SANTO _____ 686

§0691. _____ 686

AS DESIGNAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO _____ 688

§0692. _____ 688

§0693. _____ 688
OS SÍMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO _____ 689
§0694. _____ 689
A água. _____ 689
§0695. _____ 690
A unção. _____ 690
§0696. _____ 693
O fogo. _____ 693
§0697. _____ 694
A nuvem e a luz. _____ 694
§0698. _____ 696
O selo. _____ 696
§0699. _____ 697
A mão. _____ 697
§0700. _____ 698
O dedo. _____ 698
§0701. _____ 699
A pomba. _____ 699

III. O Espírito e a Palavra de Deus, no tempo das promessas _____ 700

§0702. _____ 700

NA CRIAÇÃO _____ 701

§0703. _____ 701

§0704. _____ 702

O ESPÍRITO DA PROMESSA___ 703

§0705. _____ 703

§0706. _____ 703

NAS TEOFANIAS E NA LEI ___ 704

§0707._____ 704

§0708. _____ 705

NO REINO E NO EXÍLIO _____ 706

§0709. _____ 706

§0710._____ 707

A EXPECTATIVA DO MESSIAS E DO SEU ESPÍRITO _____ 708

§0711. _____ 708

§0712._____ 709

§0713._____ 709

§0714. 710
§0715. 711
§0716. 712
IV. O Espírito de Cristo na plenitude do tempo 713
JOÃO, PRECURSOR, PROFETA E BATISTA 713
§0717. 713
§0718. 713
§0719. 714
§0720. 715
“ALEGRA-TE, Ó CHEIA DE GRAÇA” 716
§0721. 716
§0722. 717
§0723. 718
§0724. 718
§0725. 719
§0726. 719
JESUS CRISTO 720

§0727. 720
§0728. 721
§0729. 721
§0730. 723
V. O Espírito e a Igreja nos últimos tempos 724
O PENTECOSTES 724
§0731. 724
§0732. 724
O ESPÍRITO SANTO - DOM DE DEUS 725
§0733. 725
§0734. 726
§0735. 726
§0736. 727
O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA 728
§0737. 728
§0738. 729
§0739. 731

§0740. 731
§0741. 732
Resumindo 732
§0742. 732
§0743. 733
§0744. 733
§0745. 733
§0746. 734
§0747. 734
ARTIGO 9: "CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA" *735*
§0748. 735
§0749. 736
§0750. 736
PARÁGRAFO 1: A IGREJA NO DESÍGNIO DE DEUS 737
I. Os nomes e as imagens da Igreja 737
§0751. 737
§0752. 738
OS SÍMBOLOS DA IGREJA 739

§0753. 739
§0754. 740
§0755. 741
§0756. 742
§0757. 743
II. Origem, fundação e missão da Igreja 744
§0758. 744
UM DESÍGNIO NASCIDO NO CORAÇÃO DO PAI 744
§0759. 744
A IGREJA - PREFIGURADA DESDE A ORIGEM DO MUNDO 745
§0760. 745
A IGREJA - PREPARADA NA ANTIGA ALIANÇA 747
§0761. 747
§0762. 747
A IGREJA - INSTITUÍDA POR JESUS CRISTO 748
§0763. 748

§0764. _____ 749

§0765._____ 750

§0766. _____ 751

A IGREJA - MANIFESTADA PELO ESPÍRITO SANTO _____ 752

§0767._____ 752

§0768. _____ 753

A IGREJA - CONSUMADA NA GLÓRIA _____ 754

§0769. _____ 754

III. O mistério da Igreja _____ 755

§0770._____ 755

A IGREJA - AO MESMO TEMPO VISÍVEL E ESPIRITUAL_____ 755

§0771._____ 755

A IGREJA - MISTÉRIO DA UNIÃO DOS SERES HUMANOS COM DEUS_____ 758

§0772._____ 758

§0773._____ 758

A IGREJA - SACRAMENTO UNIVERSAL DA SALVAÇÃO __ 760

§0774. _____ 760

§0775. _____ 761

§0776. _____ 762

Resumindo: _____ 763

§0777. _____ 763

§0778. _____ 763

§0779. _____ 764

§0780. _____ 765

PARÁGRAFO 2: A IGREJA - POVO DE DEUS, CORPO DE CRISTO, TEMPLO DO ESPÍRITO SANTO _____ 765

I. A Igreja - Povo de Deus _____ 765

§0781. _____ 765

As CARACTERÍSTICAS DO POVO DE DEUS _____ 767

§0782. _____ 767

UM POVO SACERDOTAL, PROFÉTICO E REAL _____ 769

§0783. _____ 769

§0784. _____ 770
§0785. _____ 770
§0786. _____ 771
II. A Igreja - Corpo de Cristo _____ 773
A IGREJA É COMUNHÃO COM JESUS _____ 773
§0787. _____ 773
§0788. _____ 774
§0789. _____ 775
“UM SÓ CORPO” _____ 775
§0790. _____ 775
§0791. _____ 776
“A CABEÇA DESTE CORPO É CRISTO” _____ 778
§0792. _____ 778
§0793. _____ 778
§0794. _____ 779
§0795. _____ 779
A IGREJA É A ESPOSA DE CRISTO _____ 781

§0796. _____ 781
III. A Igreja - Templo do Espírito Santo _____ 784
§0797._____ 784
§0798. _____ 785
OS CARISMAS _____ 787
§0799. _____ 787
§0800. _____ 787
§0801. _____ 788
Resumindo: _____ 789
§0802. _____ 789
§0803. _____ 789
§0804. _____ 789
§0805. _____ 790
§0806. _____ 790
§0807. _____ 791
§0808. _____ 791
§0809. _____ 791
§0810. _____ 792

PARÁGRAFO 3: A IGREJA É UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA _____ 792
§0811. _____ 792
§0812. _____ 793
I. A Igreja é una _____ 794
"O SAGRADO MISTÉRIO DA UNIDADE DA IGREJA" (266) _ 794
§0813. _____ 794
§0814. _____ 795
§0815. _____ 796
§0816. _____ 797
§0817. _____ 799
§0818. _____ 800
§0819. _____ 801
A CAMINHO DA UNIDADE ___ 802
§0820. _____ 802
§0821. _____ 803
§0822. _____ 805
II. A Igreja é santa _____ 806
§0823. _____ 806

§0824. _____ 806
§0825. _____ 807
§0826. _____ 808
§0827. _____ 809
§0828. _____ 810
§0829. _____ 811
III. A Igreja é católica _____ 812
O QUE QUER DIZER “CATÓLICA”? _____ 812
§0830. _____ 812
§0831._____ 813
CADA UMA DAS IGREJAS PARTICULARES É “CATÓLICA” 814
§0832. _____ 814
§0833. _____ 815
§0834. _____ 816
§0835. _____ 817
QUEM PERTENCE À IGREJA CATÓLICA? _____ 818
§0836. _____ 818

§0837. _____ 818

§0838. _____ 819

A IGREJA E OS NÃO CRISTÃOS820

§0839. _____ 820

A relação da Igreja com o povo judaico._____ 821

§0840. _____ 822

§0841._____ 823

Relações da Igreja com os muçulmanos._____ 823

“O desígnio de salvação envolve, igualmente, os que reconhecem o Criador e, entre os quais, em primeiro lugar, os muçulmanos que, declarando guardar a fé de Abraão, conosco adoram o Deus único e misericordioso que há de julgar os seres humanos no último dia” (334)._____ 823

§0842. _____ 823

§0843. _____ 824

§0844. _____ 825

§0845. _____ 826
“FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO” _____ 827
§0846. _____ 827
§0847. _____ 828
§0848. _____ 829
A MISSÃO - UMA EXIGÊNCIA DA CATOLICIDADE DA IGREJA _ 830
§0849. _____ 830
O mandato missionário. ____ 830
§0850. _____ 831
A origem e o fim da missão. _ 831
§0851._____ 832
O motivo da missão. _____ 832
§0852. _____ 833
Os caminhos da missão._____ 833
§0853. _____ 834
§0854. _____ 835
§0855. _____ 836
§0856. _____ 837

IV. A Igreja é apostólica _____ 838
§0857. _____ 838
A MISSÃO DOS APÓSTOLOS _ 840
§0858. _____ 840
§0859. _____ 841
§0860. _____ 842
OS BISPOS, SUCESSORES DOS APÓSTOLOS _____ 843
§0861._____ 843
§0862. _____ 844
O APOSTOLADO _____ 845
§0863. _____ 845
§0864. _____ 846
§0865. _____ 846
Resumindo: _____ 848
§0866. _____ 848
§0867. _____ 848
§0868. _____ 849
§0869. _____ 849
§0870. _____ 850

PARÁGRAFO 4: OS FIÉIS DE CRISTO - HIERARQUIA, LEIGOS, VIDA CONSAGRADA 851

§0871. 851

§0872. 851

§0873. 852

I. A constituição hierárquica da Igreja 853

POR QUE O MINISTÉRIO ECLESIAL? 853

§0874. 853

§0875. 854

§0876. 856

§0877. 857

§0878. 858

§0879. 859

O COLÉGIO EPISCOPAL E O SEU CHEFE, O PAPA 859

§0880. 859

§0881. 860

§0882. 861

§0883. 861

§0884. _____ 862
§0885. _____ 862
§0886. _____ 863
§0887. _____ 864
O OFÍCIO DE ENSINAR _____ 865
§0888. _____ 865
§0889. _____ 865
§0890. _____ 866
§0891._____ 867
§0892. _____ 868
O OFÍCIO DE SANTIFICAR ___ 869
§0893. _____ 869
O OFÍCIO DE GOVERNAR ____ 870
§0894. _____ 870
§0895. _____ 871
§0896. _____ 872
II. Os fiéis leigos _____ 873
§0897. _____ 873
A VOCAÇÃO DOS LEIGOS ____ 874

§0898. _____ 874

§0899. _____ 874

§0900. _____ 876

A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA FUNÇÃO SACERDOTAL DE CRISTO _____ 877

§0901._____ 877

§0902. _____ 878

§0903. _____ 878

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO PROFÉTICA DE CRISTO _____ 879

§0904. _____ 879

§0905. _____ 880

§0906. _____ 881

§0907. _____ 881

A SUA PARTICIPAÇÃO NA FUNÇÃO REAL DE CRISTO ___ 882

§0908. _____ 882

§0909. _____ 883

§0910._____ 883

§0911. _____ 884
§0912. _____ 885
§0913. _____ 885
III. A vida consagrada _____ 886
§0914. _____ 886
CONSELHOS EVANGÉLICOS e VIDA CONSAGRADA _____ 886
§0915. _____ 886
§0916. _____ 887
UMA GRANDE ÁRVORE, DE FRONDOSA RAMAGEM _____ 888
§0917. _____ 888
§0918. _____ 889
§0919. _____ 889
A VIDA EREMÍTICA _____ 890
§0920. _____ 890
§0921. _____ 890
AS VIRGENS E AS VIÚVAS CONSAGRADAS _____ 891
§0922. _____ 891

§0923. _____ 892
§0924. _____ 893
A VIDA RELIGIOSA_____ 893
§0925. _____ 893
§0926. _____ 894
§0927. _____ 895
OS INSTITUTOS SECULARES_ 896
§0928. _____ 896
§0929. _____ 896
AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA _____ 897
§930. _____ 897
CONSAGRAÇÃO E MISSÃO: ANUNCIAR O REI QUE VEM _ 898
§0931._____ 898
§0932. _____ 899
§0933. _____ 900
Resumindo: _____ 901
§0934. _____ 901
§0935. _____ 901

§0936. _____ 902
§0937._____ 902
§0938. _____ 903
§0939. _____ 903
§0940. _____ 904
§0941._____ 904
§0942. _____ 905
§0943. _____ 905
§0944. _____ 905
§0945. _____ 906
PARÁGRAFO 5: A COMUNHÃO DOS SANTOS _____ 906
§0946. _____ 906
§0947. _____ 907
§0948. _____ 908
I. A comunhão dos bens espirituais _ 909
§0949. _____ 909
A comunhão na fé. _____ 909
§0950. _____ 909
A comunhão nos sacramentos. 909

§0951. _____ 910
A comunhão dos carismas. ___ 910
§0952. _____ 911
§0953. _____ 912
A comunhão do amor. _____ 912
II. A comunhão entre a Igreja do Céu e a da terra _____ 913
§0954. _____ 913
Os três estados da Igreja. ____ 913
§0955. _____ 914
§0956. _____ 915
A intercessão dos santos. ____ 915
§0957. _____ 916
A comunhão com os santos. _ 916
§0958. _____ 917
A comunhão com os defuntos. 917
§0959. _____ 918
Na única família de Deus. ___ 918
Resumindo: _____ 919
§0960. _____ 919

§0961. _____ 919

§0962. _____ 920

PARÁGRAFO 6: MARIA - MÃE DE CRISTO E MÃE DA IGREJA _____ 920

§0963. _____ 920

I. A maternidade de Maria em relação à Igreja _____ 921

INTEIRAMENTE UNIDA AO SEU FILHO... _____ 921

§0964. _____ 921

§0965. _____ 923

... TAMBÉM NA SUA ASSUNÇÃO... _____ 923

§0966. _____ 923

... ELA É NOSSA MÃE NA ORDEM DA GRAÇA _____ 925

§0967. _____ 925

§0968. _____ 925

§0969. _____ 926

§0970. _____ 927

II. O culto à Santíssima Virgem _____ 928

§0971. 928

III. Maria, ícone escatológico da Igreja 929

§0972. 929

Resumindo: 931

§0973. 931

§0974. 931

§0975. 932

ARTIGO 10: "CREIO NA REMISSÃO DOS PECADOS" *932*

§0976. 932

I. Um só Batismo para a remissão dos pecados 933

§0977. 933

§0978. 934

§0979. 935

§0980. 936

II. O poder das chaves 937

§0981. 937

§0982. 938

§0983. 939

Resumindo: _____ 940

§0984. _____ 940

§0985. _____ 941

§986. _____ 941

§0987. _____ 941

ARTIGO 11: "CREIO NA RESSURREIÇÃO DA CARNE" _____ *942*

§0988. _____ 942

§0989. _____ 942

§0990. _____ 943

§0991._____ 944

I. A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição _____ 945

REVELAÇÃO PROGRESSIVA DA RESSURREIÇÃO _____ 945

§0992. _____ 945

§0993. _____ 946

§0994. _____ 947

§0995. _____ 948

§0996. _____ 948

COMO É QUE OS MORTOS RESSUSCITAM? _____ 949
§0997. _____ 949
§0998. _____ 950
§0999. _____ 950
§1000. _____ 952
§1001. _____ 953
RESSUSCITADOS COM CRISTO 953
§1002. _____ 953
§1003. _____ 954
§1004. _____ 955
II. Morrer em Cristo Jesus _____ 956
§1005. _____ 956
A MORTE _____ 957
§1006. _____ 957
§1007. _____ 957
A morte é o fim da vida terrena. _____ 957
§1008. _____ 958

A morte é consequência do pecado. _____ 958

§1009._____ 959

A morte é transformada por Cristo._____ 959

O SENTIDO DA MORTE CRISTÃ _____ 960

§1010._____ 960

§1011. _____ 961

§1012. _____ 962

§1013. _____ 963

§1014. _____ 964

Resumindo: _____ 965

§1015. _____ 965

§1016. _____ 966

§1017. _____ 966

§1018. _____ 967

§1019. _____ 967

ARTIGO 12: "CREIO NA VIDA ETERNA"__ 968

§1020._____ 968

I. O juízo particular _____ 970

§1021. 970
§1022. 971
II. O Céu 972
§1023. 972
§1024. 973
§1025. 974
§1026. 975
§1027. 975
§1028. 976
§1029. 977
III. A purificação final ou Purgatório 978
§1030. 978
§1031. 978
§1032. 979
IV. O Inferno 981
§1033. 981
§1034. 982
§1035. 983
§1036. 984

§1037. _____ 985
V. O Juízo final _____ 986
§1038. _____ 986
§1039. _____ 987
§1040. _____ 989
§1041. _____ 990
VI. A esperança dos novos Céus e da nova terra _____ 991
§1042. _____ 991
§1043. _____ 992
§1044. _____ 992
§1045. _____ 993
§1046. _____ 994
§1047. _____ 995
§1048. _____ 995
§1049. _____ 996
§1050. _____ 997
Resumindo: _____ 998
§1051. _____ 998
§1052. _____ 998

§1053. 999
§1054. 999
§1055. 1000
§1056. 1000
§1057. 1001
§1058. 1001
§1059. 1001
§1060. 1002
"AMÉM" 1002
§1061. 1002
§1062. 1003
§1063. 1003
§1064. 1004
§1065. 1005
Notas 1007
SEGUNDA PARTE: A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO 1051
INTRODUÇÃO *1051*
POR QUE A LITURGIA? 1051
§1066. 1051

§1067. _____ 1052

§1068. _____ 1053

QUAL O SIGNIFICADO DA PALAVRA LITURGIA? _____ 1054

§1069. _____ 1054

§1070. _____ 1054

A LITURGIA COMO FONTE DE VIDA _____ 1056

§1071. _____ 1056

§1072. _____ 1056

ORAÇÃO E LITURGIA _____1057

§1073. _____1057

CATEQUESE E LITURGIA __ 1058

§1074. _____ 1058

§1075. _____ 1059

Notas _____ 1060

PRIMEIRA SEÇÃO: A "ECONOMIA" SACRAMENTAL_____1061

§1076. _____1061

CAPÍTULO PRIMEIRO: O MISTÉRIO PASCAL NO TEMPO DA IGREJA ____ 1063

ARTIGO 1: A LITURGIA - OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE _____ 1063

I. O Pai, fonte e fim da Liturgia ____ 1063

§1077. _____ 1063

§1078. _____ 1064

§1079. _____ 1064

§1080. _____ 1065

§1081. _____ 1066

§1082. _____ 1066

§1083. _____ 1067

II. A ação de Cristo na Liturgia ____ 1068

CRISTO GLORIFICADO... ____ 1068

§1084. _____ 1068

§1085. _____ 1069

... DESDE A IGREJA DOS APÓSTOLOS... _____ 1071

§1086. _____ 1071

§1087. _____ 1072

... ESTÁ PRESENTE NA LITURGIA TERRESTRE... _____ 1072

§1088. _____ 1072

§1089. _____ 1074

... QUE PARTICIPA NA LITURGIA CELESTE _____ 1074

§1090. _____ 1074

III. O Espírito Santo e a Igreja na Liturgia _____ 1075

§1091. _____ 1075

§1092. _____ 1076

O ESPÍRITO SANTO PREPARA PARA ACOLHER CRISTO _____ 1077

§1093. _____ 1077

§1094. _____ 1078

§1095. _____ 1079

§1096. _____ 1080

Liturgia judaica e Liturgia cristã. _____ 1080

§1097. _____ 1082

§1098. _____ 1082

O ESPÍRITO SANTO RECORDA O MISTÉRIO DE CRISTO _____ 1083

§1099. _____ 1083
§1100. _____ 1084
A Palavra de Deus. _____ 1084
§1101. _____ 1085
§1102. _____ 1086
§1103. _____ 1087
A anamnese. _____ 1087
O ESPÍRITO SANTO ATUALIZA O MISTÉRIO DE CRISTO _____ 1088
§1104. _____ 1088
§1105. _____ 1089
A epiclese _____ 1089
§1106. _____ 1089
§1107. _____ 1090
A COMUNHÃO DO ESPÍRITO SANTO _____ 1091
§1108. _____ 1091
§1109. _____ 1092
Resumindo: _____ 1093
§1110. _____ 1093

§1111. _____ 1093
§1112. _____ 1094
ARTIGO 2: O MISTÉRIO PASCAL NOS SACRAMENTOS DA IGREJA _____ 1095
§1113. _____ 1095
I. Os sacramentos de Cristo _____ 1096
§1114. _____ 1096
§1115. _____ 1096
§1116. _____ 1097
II. Os sacramentos da Igreja _____ 1097
§1117. _____ 1097
§1118. _____ 1098
§1119. _____ 1099
§1120. _____ 1100
§1121. _____ 1101
III. Os sacramentos da fé _____ 1102
§1122. _____ 1102
§1123. _____ 1103
§1124. _____ 1103
§1125. _____ 1104

§1126. _____ 1105
IV. Os sacramentos da salvação _____ 1105
§1127. _____ 1105
§1128. _____ 1106
§1129. _____ 1107
V. Os sacramentos da vida eterna ___ 1108
§1130. _____ 1108
Resumindo: _____ 1110
§1131. _____ 1110
§1132. _____ 1111
§1133. _____ 1111
§1134. _____ 1111
Notas _____ 1113
CAPÍTULO SEGUNDO: A CELEBRAÇÃO SACRAMENTAL DO MISTÉRIO PASCAL 1117
§1135. _____ 1117
ARTIGO 1: CELEBRAR A LITURGIA DA IGREJA _____ 1118
I. Quem celebra? _____ 1118
§1136. _____ 1118

OS CELEBRANTES DA LITURGIA CELESTE _____ 1119

§1137. _____ 1119

§1138. _____ 1120

§1139. _____ 1121

OS CELEBRANTES DA LITURGIA SACRAMENTAL _____ 1121

§1140. _____ 1121

§1141. _____ 1122

§1142. _____ 1123

§1143. _____ 1124

§1144. _____ 1125

II. Como celebrar? _____ 1126

SINAIS E SÍMBOLOS _____ 1126

§1145. _____ 1126

§1146. _____ 1126

Os sinais no mundo das pessoas. _____ 1126

§1147. _____ 1127

§1148. _____ 1128

§1149. _____1128
§1150. _____1129
Os sinais da Aliança. _____1129
§1151. _____1130
Os sinais assumidos por Cristo. _____1130
§1152. _____ 1131
Os sinais sacramentais. _____ 1131
PALAVRAS E AÇÕES _____1132
§1153. _____1132
§1154. _____1133
§1155. _____1133
CANTO E MÚSICA_____1134
§1156. _____1134
§1157. _____1135
§1158. _____1136
AS SANTAS IMAGENS _____1137
§1159. _____1137
§1160. _____1138
§1161. _____1139

§1162. _____ 1141
III. Quando celebrar? _____ 1142
O TEMPO LITÚRGICO _____ 1142
§1163. _____ 1142
§1164. _____ 1143
§1165. _____ 1144
O DIA DO SENHOR _____ 1145
§1166. _____ 1145
§1167. _____ 1147
O ANO LITÚRGICO _____ 1148
§1168. _____ 1148
§1169. _____ 1149
§1170. _____ 1150
§1171. _____ 1151
O SANTORAL NO ANO LITÚRGICO _____ 1151
§1172. _____ 1151
§1173. _____ 1152
A LITURGIA DAS HORAS _____ 1153
§1174. _____ 1153

§1175. _____ 1154
§1176. _____ 1155
§1177. _____ 1156
§1178. _____ 1157
IV. Onde celebrar? _____ 1157
§1179. _____ 1157
§1180. _____ 1158
§1181. _____ 1159
§1182. _____ 1159
§1183. _____ 1160
§1184. _____ 1161
§1185. _____ 1162
§1186. _____ 1163
Resumindo: _____ 1164
§1187. _____ 1164
§1188. _____ 1164
§1189. _____ 1165
§1190. _____ 1165
§1191. _____ 1166

§1192. _____ 1166
§1193. _____ 1167
§1194. _____ 1167
§1195. _____ 1168
§1196. _____ 1168
§1197. _____ 1169
§1198. _____ 1169
§1199. _____ 1170
ARTIGO 2: DIVERSIDADE LITÚRGICA E UNIDADE DO MISTÉRIO _____ 1171
TRADIÇÕES LITÚRGICAS E CATOLICIDADE DA IGREJA _ 1171
§1200._____ 1171
§1201. _____ 1171
§1202._____ 1172
§1203._____ 1173
LITURGIA E CULTURAS _____ 1174
§1204._____ 1174
§1205._____ 1175
§1206._____ 1176

Resumindo: _____ 1177

§1207. _____ 1177

§1208. _____ 1177

§1209. _____ 1178

Notas _____ 1179

SEGUNDA SEÇÃO: OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA _____ 1185

§1210. _____ 1185

§1211. _____ 1186

CAPÍTULO PRIMEIRO: OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ _____ 1187

§1212. _____ 1187

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DO BATISMO _____ 1188

§1213. _____ 1188

I. Como se chama este sacramento? _ 1189

§1214. _____ 1189

§1215. _____ 1189

§1216. _____ 1190

II. O Batismo na economia da salvação _____ 1191

AS PREFIGURAÇÕES DO BATISMO NA ANTIGA ALIANÇA _____ 1191

§1217. _____ 1191

§1218. _____ 1192

§1219. _____ 1193

§1220. _____ 1193

§1221. _____ 1194

§1222. _____ 1194

O BATISMO DE CRISTO _____ 1195

§1223. _____ 1195

§1224. _____ 1196

§1225. _____ 1196

O BATISMO NA IGREJA _____ 1198

§1226. _____ 1198

§1227. _____ 1199

§1228. _____ 1200

III. Como se celebra o sacramento do Batismo? _____ 1201

A INICIAÇÃO CRISTÃ _____ 1201

§1229. 1201
§1230. 1202
§1231. 1202
§1232. 1203
§1233. 1204
A MISTAGOGIA DA CELEBRAÇÃO 1205
§1234. 1205
§1235. 1205
O sinal da cruz 1205
§1236. 1206
O anúncio da Palavra de Deus 1206
§1237. 1207
O exorcismo 1207
§1238. 1207
A água batismal 1207
§1239. 1208
O rito essencial 1208
§1240. 1209

§1241. _____1210
A unção com o santo crisma _1210
§1242. _____1210
§1243. _____ 1211
A veste branca e o Pai Nosso_ 1211
§1244. _____1212
A primeira comunhão eucarística. _____1212
§1245. _____1213
A bênção solene _____1213
IV. Quem pode receber o Batismo? _1213
§1246. _____1213
O BATISMO DOS ADULTOS __1214
§1247. _____1214
§1248. _____1214
§1249. _____1215
O BATISMO DAS CRIANÇAS _1216
§1250. _____1216
§1251. _____1217
§1252. _____1217

FÉ E BATISMO _____1218
§1253. _____1218
§1254. _____1218
§1255. _____1219
V. Quem pode batizar?_____ 1220
§1256. _____ 1220
VI. A necessidade do Batismo _____1221
§1257. _____1221
§1258. _____ 1222
§1259. _____ 1222
§1260._____ 1223
§1261. _____ 1224
VII. A graça do Batismo _____1225
§1262._____1225
PARA A REMISSÃO DOS PECADOS _____ 1226
§1263._____ 1226
§1264._____ 1226
“UMA NOVA CRIATURA”____ 1228
§1265._____ 1228

§1266. _____ 1228

INCORPORADOS NA IGREJA, CORPO DE CRISTO _____ 1229

§1267. _____ 1229

§1268. _____ 1230

§1269. _____ 1231

§1270. _____ 1232

O VÍNCULO SACRAMENTAL DA UNIDADE DOS CRISTÃOS __ 1232

§1271. _____ 1232

UMA MARCA ESPIRITUAL INDELÉVEL... _____ 1233

§1272. _____ 1233

§1273. _____ 1234

§1274. _____ 1235

Resumindo: _____ 1236

§1275. _____ 1236

§1276. _____ 1236

§1277. _____ 1237

§1278. _____ 1237

§1279. _____ 1237
§1280. _____ 1238
§1281. _____ 1239
§1282. _____ 1239
§1283. _____ 1240
§1284. _____ 1240
ARTIGO 2: O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO _____ 1241
§1285. _____ 1241
I. A Confirmação na economia da salvação _____ 1242
§1286. _____ 1242
§1287. _____ 1243
§1288. _____ 1244
§1289. _____ 1245
DUAS TRADIÇÕES: O ORIENTE E O OCIDENTE _____ 1246
§1290. _____ 1246
§1291. _____ 1247
§1292. _____ 1248

II. Os sinais e o rito da Confirmação 1249
§1293. 1249
A unção 1249
§1294. 1250
§1295. 1251
§1296. 1251
A CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO 1252
§1297. 1252
§1298. 1253
§1299. 1254
§1300. 1255
O rito essencial 1255
§1301. 1257
O beijo da paz 1257
III. Os efeitos da Confirmação 1257
§1302. 1257
§1303. 1258
§1304. 1259
§1305. 1260

O caráter _____ 1260
IV. Quem pode receber este sacramento? _____ 1260
§1306._____ 1260
§1307._____1261
§1308._____ 1262
§1309._____ 1263
A preparação _____ 1263
§1310._____ 1264
§1311. _____ 1264
O padrinho e a madrinha ___ 1264
V. O ministro da Confirmação_____ 1265
§1312. _____ 1265
§1313. _____ 1266
§1314. _____1267
Resumindo: _____ 1268
§1315. _____ 1268
§1316. _____ 1268
§1317. _____ 1269
§1318. _____ 1269

§1319. _____ 1270
§1320. _____ 1271
§1321. _____ 1271
ARTIGO 3: O SACRAMENTO DA EUCARISTIA _____ 1272
§1322. _____ 1272
§1323. _____ 1273
I. A Eucaristia - fonte e ápice da vida eclesial _____ 1274
§1324. _____ 1274
§1325. _____ 1274
§1326. _____ 1275
§1327. _____ 1275
II. Como se chama este sacramento? 1276
§1328. _____ 1276
§1329. _____ 1277
§1330. _____ 1278
§1331. _____ 1279
§1332. _____ 1280

III. A Eucaristia na economia da salvação _____1281

OS SINAIS DO PÃO E DO VINHO _____1281

§1333. _____1281

§1334. _____ 1282

§1335. _____ 1283

§1336. _____ 1284

A INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA _____ 1285

§1337. _____ 1285

§1338. _____ 1286

§1339. _____ 1287

§1340. _____ 1288

"FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM" _____ 1289

§1341. _____ 1289

§1342. _____ 1290

§1343. _____ 1290

§1344. _____1291

IV. A celebração litúrgica da Eucaristia _____ 1292

A MISSA DE TODOS OS SÉCULOS _____ 1292

§1345. _____ 1292

§1346. _____ 1295

§1347. _____ 1296

O DESENROLAR DA CELEBRAÇÃO _____ 1296

§1348. _____ 1296

Todos se reúnem. _____ 1296

§1349. _____ 1298

A Liturgia da Palavra _____ 1298

§1350. _____ 1299

A apresentação das oferendas (ofertório) _____ 1299

§1351. _____ 1300

A coleta _____ 1300

§1352. _____ 1301

A anáfora _____ 1301

O prefácio _____ 1301

§1353. 1302
A epiclese 1302
A narrativa da instituição 1302
§1354. 1303
A anamese 1303
§1355. 1304
A comunhão 1304
V. O sacrifício sacramental: ação de graças, memorial, presença 1305
§1356. 1305
§1357. 1305
§1358. 1306
A AÇÃO DE GRAÇAS E O LOUVOR AO PAI 1307
§1359. 1307
§1360. 1307
§1361. 1308
O MEMORIAL SACRIFICIAL DE CRISTO E DO SEU CORPO, A IGREJA 1309
§1362. 1309

§1363. _____ 1309
§1364. _____ 1310
§1365. _____ 1311
§1366. _____ 1312
§1367. _____ 1313
§1368. _____ 1314
§1369. _____ 1315
§1370. _____ 1317
§1371. _____ 1318
§1372. _____ 1319
A PRESENÇA DE CRISTO PELO PODER DA SUA PALAVRA E DO ESPÍRITO SANTO _____ 1321
§1373. _____ 1321
§1374. _____ 1322
§1375. _____ 1323
§1376. _____ 1325
§1377. _____ 1326
§1378. _____ 1326
O culto da Eucaristia. _____ 1326

§1379. _____ 1327
A Sagrada Reserva (o Sacrário) _____ 1327
§1380. _____ 1328
§1381. _____ 1329
VI. O banquete pascal _____ 1331
§1382. _____ 1331
§1383. _____ 1332
O altar _____ 1332
"TOMAI TODOS E COMEI": A COMUNHÃO _____ 1334
§1384. _____ 1334
§1385. _____ 1334
§1386. _____ 1335
§1387. _____ 1336
§1388. _____ 1337
§1389. _____ 1337
§1390. _____ 1338
OS FRUTOS DA COMUNHÃO 1339
§1391. _____ 1339

§1392. _____ 1340
§1393. _____ 1341
§1394. _____ 1342
§1395. _____ 1343
§1396. _____ 1344
A unidade do corpo Místico 1344
§1397. _____ 1346
§1398. _____ 1347
A Eucaristia e a unidade dos cristãos. _____ 1347
§1399. _____ 1348
§1400. _____ 1348
§1401. _____ 1349
VII. A Eucaristia - "Penhor da futura glória" _____ 1350
§1402. _____ 1350
§1403. _____ 1351
§1404. _____ 1352
§1405. _____ 1353
Resumindo: _____ 1354

§1406. 1354
§1407. 1354
§1408. 1355
§1409. 1355
§1410. 1356
§1411. 1356
§1412. 1357
§1413. 1357
§1414. 1358
§1415. 1358
§1416. 1359
§1417. 1359
§1418. 1360
§1419. 1360
Notas 1361
CAPÍTULO SEGUNDO: OS SACRAMENTOS DE CURA 1380
§1420. 1380
§1421. 1380

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO 1381

§1422. _____ 1381

I. Como se chama este sacramento? 1382

§1423. _____ 1382

§1424. _____ 1383

II. Por que um sacramento de Reconciliação depois do Batismo? _ 1384

§1425. _____ 1384

§1426. _____ 1385

III. A conversão dos batizados_____ 1386

§1427. _____ 1386

§1428. _____ 1387

§1429. _____ 1388

IV. A penitência interior_____ 1389

§1430. _____ 1389

§1431. _____ 1390

§1432. _____ 1391

§1433. _____ 1392

V. As múltiplas formas da penitência na vida cristã. _____ 1393

§1434. _____ 1393

Expressões da penitência interior _____ 1393

§1435. _____ 1394

A conversão na vida quotidiana _____ 1394

§1436. _____1395

Eucaristia e Penitência. _____1395

§1437. _____ 1396

§1438. _____ 1396

Os momentos fortes da Penitência _____ 1396

§1439. _____1397

VI. O sacramento da Penitência e da Reconciliação _____ 1399

§1440. _____ 1399

SÓ DEUS PERDOA O PECADO 1399

§1441. _____ 1399

§1442. _____ 1400

RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA _____1401
§1443. _____1401
§1444. _____ 1402
§1445. _____ 1403
O SACRAMENTO DO PERDÃO 1403
§1446. _____ 1403
§1447. _____ 1404
§1448. _____ 1406
§1449. _____ 1407
VII. Os atos do penitente _____ 1408
§1450. _____ 1408
A CONTRIÇÃO _____ 1409
§1451. _____ 1409
§1452. _____ 1409
§1453. _____1410
§1454. _____ 1411
A CONFISSÃO DOS PECADOS 1411
§1455. _____ 1411
§1456. _____1412

§1457. _____ 1414
§1458. _____ 1415
A SATISFAÇÃO _____ 1416
§1459. _____ 1416
§1460. _____ 1418
VIII. O ministro deste sacramento _ 1420
§1461. _____ 1420
§1462. _____ 1420
§1463. _____ 1421
§1464. _____ 1422
§1465. _____ 1422
§1466. _____ 1423
§1467. _____ 1424
IX. Os efeitos deste sacramento _____ 1425
§1468. _____ 1425
§1469. _____ 1426
§1470. _____ 1427
X. As indulgências _____ 1428
§1471. _____ 1428

O QUE É A INDULGÊNCIA? _ 1429
AS PENAS DO PECADO _____ 1430
§1472. _____ 1430
§1473. _____1431
NA COMUNHÃO DOS SANTOS1432
§1474. _____ 1432
§1475. _____ 1433
§1476. _____ 1434
O tesouro da Igreja _____ 1434
§1477. _____1435
OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA _____ 1436
§1478. _____ 1436
§1479. _____1437
XI. A celebração do sacramento da Penitência _____1437
§1480._____1437
§1481. _____ 1438
§1482._____ 1439
§1483._____ 1440

§1484. 1442
Resumindo: 1443
§1485. 1443
§1486. 1443
§1487. 1444
§1488. 1444
§1489. 1445
§1490. 1445
§1491. 1446
§1492. 1446
§1493. 1447
§1494. 1447
§1495. 1448
§1496. 1448
§1497. 1449
§1498. 1449
ARTIGO 2: A UNÇÃO DOS ENFERMOS 1450
§1499. 1450

I. Os seus fundamentos na economia da salvação_____ 1450

A DOENÇA NA VIDA HUMANA _____ 1450

§1500._____ 1450

§1501. _____1451

O DOENTE PERANTE DEUS _1452

§1502._____1452

CRISTO-MÉDICO _____1453

§1503._____1453

§1504._____ 1454

§1505._____1455

“CURAI OS ENFERMOS...” ___ 1456

§1506._____ 1456

§1507._____1457

§1508._____1457

§1509._____ 1458

§1510. _____ 1459

UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS _____ 1460

§1511. _____ 1460

§1512. _____1461

§1513. _____1461

II. Quem recebe e quem administra este sacramento?_____ 1463

EM CASO DE GRAVE ENFERMIDADE... _____ 1463

§1514. _____ 1463

§1515. _____ 1463

"... CHAME OS PRESBÍTEROS DA IGREJA"_____ 1464

§1516. _____ 1464

III. Como se celebra este sacramento? _____ 1465

§1517. _____ 1465

§1518. _____ 1466

§1519. _____ 1466

IV. Os efeitos da celebração deste sacramento _____1467

§1520._____1467

Um dom particular do Espírito Santo. 1467

§1521. 1468

A união à PAIXÃO de Cristo. 1468

§1522. 1469

Uma graça eclesial. 1469

§1523. 1470

Uma preparação para a última passagem. 1470

V. O Viático, último sacramento do cristão 1471

§1524. 1471

§1525. 1472

Resumindo: 1473

§1526. 1473

§1527. 1474

§1528. 1474

§1529. 1474

§1530. 1475

§1531. 1475

§1532. _____ 1476

Notas _____ 1477

CAPÍTULO TERCEIRO: OS SACRAMENTOS A SERVIÇO DA COMUNHÃO _____ 1486

§1533. _____ 1486

§1534. _____ 1486

§1535. _____ 1487

ARTIGO 1: O SACRAMENTO DA ORDEM _____ 1488

§1536. _____ 1488

I. Por que o nome de sacramento da Ordem? _____ 1489

§1537. _____ 1489

§1538. _____ 1490

II. O sacramento da Ordem na economia da salvação _____ 1491

O SACERDÓCIO DA ANTIGA ALIANÇA _____ 1491

§1539. _____ 1491

§1540. _____ 1492

§1541. _____ 1493

§1542. _____ 1494

§1543. _____ 1495

O SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO _____ 1496

§1544. _____ 1496

§1545. _____1497

DUAS PARTICIPAÇÕES NO SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO _____1497

§1546. _____1497

§1547. _____ 1498

NA PESSOA DE CRISTO CABEÇA... _____ 1499

§1548. _____ 1499

§1549. _____1501

§1550. _____1501

§1551. _____ 1502

... “EM NOME DE TODA A IGREJA” _____ 1503

§1552. _____ 1503

§1553. _____ 1504

III. Os três graus do sacramento da Ordem_____ 1505

§1554._____ 1505

A ORDENAÇÃO EPISCOPAL - PLENITUDE DO SACRAMENTO DA ORDEM _____1507

§1555._____1507

§1556._____1507

§1557._____ 1508

§1558._____ 1509

§1559._____1510

§1560._____ 1511

§1561._____ 1511

A ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS - COOPERADORES DOS BISPOS _____1512

§1562._____1512

§1563._____1513

§1564._____1514

§1565._____1515

§1566._____1515

§1567. _____ 1516
§1568. _____ 1517
A ORDENAÇÃO DOS DIÁCONOS - "COM VISTAS AO SERVIÇO" _1518
§1569. _____ 1518
§1570. _____ 1519
§1571. _____ 1520
IV. A celebração deste sacramento ___ 1521
§1572. _____ 1521
§1573. _____ 1522
§1574. _____ 1522
V. Quem pode conferir este sacramento? _____ 1524
§1575. _____ 1524
§1576. _____ 1525
VI. Quem pode receber este sacramento? _____ 1526
§1577. _____ 1526
§1578. _____ 1527
§1579. _____ 1528

§1580. _____ 1528
VII. Os efeitos do sacramento da Ordem _____ 1530
O CARÁTER INDELÉVEL ____ 1530
§1581. _____ 1530
§1582. _____ 1530
§1583. _____ 1531
§1584. _____ 1532
A GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO _____ 1533
§1585. _____ 1533
§1586. _____ 1533
§1587. _____ 1535
§1588. _____ 1536
§1589. _____ 1537
Resumindo: _____ 1539
§1590. _____ 1539
§1591. _____ 1540
§1592. _____ 1540
§1593. _____ 1541

§1594. 1541
§1595. 1542
§1596. 1543
§1597. 1543
§1598. 1544
§1599. 1544
§1600. 1545
ARTIGO 2: O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO 1545
§1601. 1545
I. O matrimônio no desígnio de Deus 1546
§1602. 1546
O MATRIMÔNIO NA ORDEM DA CRIAÇÃO 1547
§1603. 1547
§1604. 1548
§1605. 1549
O MATRIMÔNIO SOB O REGIME DO PECADO 1550
§1606. 1550

§1607. _____ 1551

§1608. _____ 1552

O MATRIMÔNIO SOB A PEDAGOGIA DA LEI _____ 1553

§1609. _____ 1553

§1610. _____ 1554

§1611. _____ 1555

O MATRIMÔNIO NO SENHOR 1556

§1612. _____ 1556

§1613. _____ 1556

§1614. _____ 1557

§1615. _____ 1558

§1616. _____ 1559

§1617. _____ 1559

A VIRGINDADE POR AMOR AO REINO _____ 1560

§1618. _____ 1560

§1619. _____ 1562

§1620. _____ 1562

II. A celebração do Matrimônio _____ 1563

§1621. _____ 1563
§1622. _____ 1564
§1623. _____ 1565
§1624. _____ 1566
III. O consentimento matrimonial _ 1566
§1625. _____ 1566
§1626. _____ 1567
§1627. _____ 1567
§1628. _____ 1568
§1629. _____ 1568
§1630. _____ 1569
§1631. _____ 1570
§1632. _____ 1571
CASAMENTOS MISTOS E DISPARIDADE DE CULTOS __ 1572
§1633. _____ 1572
§1634. _____ 1573
§1635. _____ 1574
§1636. _____ 1575
§1637. _____ 1576

IV. Os efeitos do sacramento do Matrimônio _____1577

§1638._____1577

O VÍNCULO MATRIMONIAL _1578

§1639._____1578

§1640._____1579

A GRAÇA DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO _____ 1580

§1641. _____ 1580

§1632._____ 1580

V. Os bens e as exigências do amor conjugal_____ 1582

§1643._____ 1582

A UNIDADE E A INDISSOLUBILIDADE DO MATRIMÔNIO _____ 1584

§1644._____ 1584

§1645._____ 1585

A FIDELIDADE DO AMOR CONJUGAL _____ 1585

§1646._____ 1585

§1647. 1586
§1648. 1587
§1649. 1587
§1650. 1588
§1651. 1590
A ABERTURA À FECUNDIDADE 1591
§1652. 1591
§1653. 1593
§1654. 1593
VI. A Igreja doméstica 1594
§1655. 1594
§1656. 1595
§1657. 1595
§1658. 1596
Resumindo: 1598
§1659. 1598
§1660. 1598
§1661. 1599
§1662. 1599

§1663. _____ 1600
§1664. _____ 1600
§1665. _____ 1601
§1666. _____ 1601
Notas _____ 1603
CAPÍTULO QUARTO: AS OUTRAS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS _____ 1618
ARTIGO 1: OS SACRAMENTAIS _____ 1618
§1667. _____ 1618
TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS SACRAMENTAIS _____ 1619
§1668. _____ 1619
§1669. _____ 1620
§1670. _____ 1620
FORMAS VARIADAS DOS SACRAMENTAIS _____ 1621
§1671. _____ 1621
§1672. _____ 1622
§1673. _____ 1623
A RELIGIOSIDADE POPULAR 1625

§1674. _____ 1625
§1675. _____ 1626
§1676. _____ 1626
Resumindo: _____ 1628
§1677. _____ 1628
§1678. _____ 1629
§1679. _____ 1629
ARTIGO 2: AS EXÉQUIAS CRISTÃS 1630
§1680. _____ 1630
I. A última Páscoa do cristão _____ 1630
§1681. _____ 1630
§1682. _____ 1631
§1683. _____ 1631
II. A celebração das exéquias _____ 1632
§1684. _____ 1632
§1685. _____ 1633
§1686. _____ 1633
§1687. _____ 1634
O acolhimento da comunidade. _____ 1634

§1688. 1635
§1689. 1636
§1690. 1637
Notas 1639
TERCEIRA PARTE: A VIDA EM CRISTO 1642
INTRODUÇÃO 1642
§1691. 1642
§1692. 1642
§1693. 1643
§1694. 1644
§1695. 1645
§1696. 1646
§1697. 1646
§1698. 1648
Notas 1651
PRIMEIRA SEÇÃO: A VOCAÇÃO DO SER HUMANO: A VIDA NO ESPÍRITO *1652*
§1699. 1652
CAPÍTULO PRIMEIRO: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 1652
§1700. 1652

ARTIGO 1: O SER HUMANO, IMAGEM DE DEUS _____ 1654
§1701. _____ 1654
§1702. _____ 1655
§1703. _____ 1655
§1704. _____ 1655
§1705. _____ 1656
§1706. _____ 1656
§1707. _____ 1657
§1708. _____ 1658
§1709. _____ 1658
Resumindo: _____ 1659
§1710. _____ 1659
§1711. _____ 1659
§1712. _____ 1659
§1713. _____ 1660
§1714. _____ 1660
§1715. _____ 1660
ARTIGO 2: A NOSSA VOCAÇÃO PARA A BEM-AVENTURANÇA _____ 1661

I. As bem-aventuranças _____1661
§1716. _____1661
§1717. _____ 1663
II. O desejo de felicidade _____ 1664
§1718. _____ 1664
§1719. _____ 1665
III. A bem-aventurança cristã _____ 1666
§1720. _____ 1666
§1721. _____1667
§1722. _____1667
§1723. _____ 1668
§1724. _____ 1670
Resumindo: _____1671
§1725. _____1671
§1726. _____1671
§1727. _____1672
§1728. _____1672
§1729. _____1672
ARTIGO 3: A LIBERDADE DO SER HUMANO _____1673

§1730. _____ 1673
I. Liberdade e responsabilidade _____ 1674
§1731. _____ 1674
§1732. _____ 1674
§1733. _____ 1675
§1734. _____ 1675
§1735. _____ 1676
§1736. _____ 1676
§1737. _____ 1677
§1738. _____ 1678
II. A liberdade humana na economia da salvação _____ 1679
§1739. _____ 1679
Liberdade e pecado. _____ 1679
§1740. _____ 1680
Ameaças à liberdade. _____ 1680
§1741. _____ 1681
Libertação e salvação. _____ 1681
§1742. _____ 1682
Liberdade e graça. _____ 1682

Resumindo: 1683
§1743. 1683
§1744. 1684
§1745. 1684
§1746. 1685
§1747. 1685
§1748. 1685
ARTIGO 4: A MORALIDADE DOS ATOS HUMANOS 1686
§1749. 1686
I. As fontes da moralidade 1686
§1750. 1686
§1751. 1687
O objeto 1687
§1752. 1688
A intenção 1688
§1753. 1689
O fim não justifica os meios 1689
§1754. 1690
As circunstâncias 1690

II. Os atos bons e os atos maus _____1691
§1755. _____1691
§1756. _____ 1692
Um bem não pode resultar de um mal_____ 1692
Resumindo: _____ 1693
§1757. _____ 1693
§1758. _____ 1693
§1759. _____ 1694
§1760. _____ 1694
§1761. _____ 1694
ARTIGO 5: A MORALIDADE DAS PAIXÕES_____ 1695
§1762. _____ 1695
I. As paixões_____ 1695
§1763. _____ 1695
§1764. _____ 1696
§1765. _____ 1696
§1766. _____1697
II. Paixões e vida moral _____1697

§1767. _____ 1697
§1768. _____ 1698
§1769. _____ 1699
§1770. _____ 1699
Resumindo: _____ 1700
§1771. _____ 1700
§1772. _____ 1700
§1773. _____ 1700
§1774. _____ 1701
§1775. _____ 1701
ARTIGO 6: A CONSCIÊNCIA MORAL 1702
§1776. _____ 1702
I. O juízo da consciência _____ 1703
§1777. _____ 1703
§1778. _____ 1704
§1779. _____ 1705
§1780. _____ 1706
§1781. _____ 1707
§1782. _____ 1708

II. A formação da consciência _____ 1708
§1783. _____ 1708
§1784. _____ 1709
§1785. _____ 1710
III. Decidir em consciência _____ 1711
§1786. _____ 1711
§1787. _____ 1711
§1788. _____ 1712
§1789. _____ 1712
IV. O juízo errôneo _____ 1713
§1790. _____ 1713
§1791. _____ 1714
§1792. _____ 1714
§1793. _____ 1715
§1794. _____ 1715
Resumindo: _____ 1716
§1795. _____ 1716
§1796. _____ 1717
§1797. _____ 1717

§1798. 1717
§1799. 1718
§1800. 1718
§1801. 1718
§1802. 1719
ARTIGO 7: AS VIRTUDES 1719
§1803. 1719
I. As virtudes humanas 1720
§1804. 1720
DISTINÇÃO DAS VIRTUDES CARDEAIS 1721
§1805. 1721
A prudência 1722
§1806. 1722
A justiça 1724
§1807. 1724
A fortaleza 1725
§1808. 1725
A temperança 1726
§1809. 1726

AS VIRTUDES E A GRAÇA __ 1728
§1810. _____ 1728
§1811. _____ 1728
II. As virtudes teologais _____1729
§1812. _____1729
§1813. _____ 1730
A FÉ_____1731
§1814. _____1731
§1815. _____1731
§1816. _____1732
A ESPERANÇA _____1733
§1817. _____1733
§1818. _____1734
§1819. _____1735
§1820._____1735
§1821. _____1737
O AMOR_____1738
§1822._____1738
§1823._____1738

§1824. 1739
§1825. 1740
§1826. 1741
§1827. 1741
§1828. 1742
§1829. 1743
III. Os dons e os frutos do Espírito Santo 1744
§1830. 1744
§1831. 1744
§1832. 1745
Resumindo: 1746
§1833. 1746
§1834. 1746
§1835. 1746
§1836. 1747
§1837. 1747
§1838. 1747
§1839. 1748
§1840. 1748

§1841. 1748
§1842. 1749
§1843. 1749
§1844. 1749
§1845. 1750
ARTIGO 8: O PECADO 1750
I. A misericórdia e o pecado 1750
§1846. 1750
§1847. 1751
§1848. 1751
II. Definição de pecado 1753
§1849. 1753
§1850. 1754
§1851. 1755
III. A diversidade dos pecados 1756
§1852. 1756
§1853. 1757
IV. A gravidade do pecado: pecado mortal e pecado venial 1758
§1854. 1758

§1855. _____ 1758
§1856. _____ 1759
§1857. _____ 1760
§1858. _____ 1761
§1859. _____ 1762
§1860. _____ 1762
§1861. _____ 1763
§1862. _____ 1764
§1863. _____ 1765
§1864. _____ 1766
V. A proliferação do pecado _____ 1767
§1865. _____ 1767
§1866. _____ 1768
§1867. _____ 1768
§1868. _____ 1769
§1869. _____ 1770
Resumindo: _____ 1771
§1870. _____ 1771
§1871. _____ 1771

§1872. 1771
§1873. 1772
§1874. 1772
§1875. 1773
§1876. 1773
Notas 1774
CAPÍTULO SEGUNDO: A COMUNIDADE HUMANA 1782
§1877. 1782
ARTIGO 1: A PESSOA E A SOCIEDADE 1783
I. O caráter comunitário da vocação humana 1783
§1878. 1783
§1879. 1783
§1880. 1784
§1881. 1785
§1882. 1785
O princípio da subsidiariedade 1787
§1883. 1787

§1884. 1788
§1885. 1788
II. Conversão e sociedade 1789
§1886. 1789
§1887. 1791
§1888. 1791
§1889. 1792
Resumindo: 1793
§1890. 1793
§1891. 1793
§1892. 1794
§1893. 1794
§1894. 1794
§1895. 1795
§1896. 1795
ARTIGO 2: A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL 1796
I. A autoridade 1796
§1897. 1796
§1898. 1797

§1899. 1797
§1900. 1798
§1901. 1799
§1902. 1800
§1903. 1801
§1904. 1802
II. O bem comum 1802
§1905. 1802
§1906. 1803
§1907. 1804
§1908. 1805
§1909. 1805
§1910. 1806
§1911. 1807
§1912. 1808
III. Responsabilidade e participação 1808
§1913. 1808
§1914. 1809
§1915. 1809

§1916. _____1810
§1917. _____1811
Resumindo: _____1812
§1918. _____1812
§1919. _____1812
§1920._____1812
§1921. _____1813
§1922._____1813
§1923._____1813
§1924._____1814
§1925._____1814
§1926._____1814
§1927._____1815
ARTIGO 3: A JUSTIÇA SOCIAL _____1815
§1928._____1815
I. O respeito pela pessoa humana ___1816
§1929._____1816
§1930._____1817
§1931. _____1818

§1932. _____ 1819
§1933. _____ 1819
II. Igualdade e diferença entre os seres humanos _____ 1820
§1934. _____ 1820
§1935. _____ 1821
§1936. _____ 1821
§1937. _____ 1822
§1938. _____ 1823
III. A solidariedade humana _____ 1824
§1939. _____ 1824
§1940. _____ 1825
§1941. _____ 1826
§1942. _____ 1826
Resumindo: _____ 1828
§1943. _____ 1828
§1944. _____ 1828
§1945. _____ 1829
§1946. _____ 1829
§1947. _____ 1829

§1948. 1830
Notas 1831
CAPÍTULO TERCEIRO: A SALVAÇÃO DE DEUS: A LEI E A GRAÇA 1835
§1949. 1835
ARTIGO 1: A LEI MORAL 1836
§1950. 1836
§1951. 1836
§1952. 1838
§1953. 1838
I. A lei moral natural 1839
§1954. 1839
§1955. 1840
§1956. 1842
§1957. 1843
§1958. 1843
§1959. 1844
§1960. 1845
II. A Lei antiga 1846
§1961. 1846

§1962. 1846
§1963. 1847
§1964. 1849
III. A nova Lei ou Lei evangélica 1850
§1965. 1850
§1966. 1851
§1967. 1852
§1968. 1853
§1969. 1854
§1970. 1854
§1971. 1855
§1972. 1856
§1973. 1857
§1974. 1858
Resumindo: 1859
§1975. 1859
§1976. 1860
§1977. 1860
§1978. 1860

§1979. _____ 1861
§1980. _____ 1861
§1981. _____ 1861
§1982. _____ 1862
§1983. _____ 1862
§1984. _____ 1862
§1985. _____ 1863
§1986. _____ 1863
ARTIGO 2: GRAÇA E JUSTIFICAÇÃO 1863
I. A justificação _____ 1863
§1987. _____ 1863
§1988. _____ 1864
§1989. _____ 1865
§1990. _____ 1866
§1991. _____ 1867
§1992. _____ 1867
§1993. _____ 1869
§1994. _____ 1870
§1995. _____ 1871

II. A graça _____ 1872
§1996. _____ 1872
§1997. _____ 1872
§1998. _____ 1873
§1999. _____ 1873
§2000. _____ 1874
§2001. _____ 1875
§2002. _____ 1876
§2003. _____ 1877
§2004. _____ 1879
§2005. _____ 1880
III. O mérito _____ 1881
§2006. _____ 1881
§2007. _____ 1882
§2008. _____ 1882
§2009. _____ 1883
§2010. _____ 1884
§2011. _____ 1885
IV. A santidade cristã _____ 1886

§2012. 1886
§2013. 1887
§2014. 1888
§2015. 1889
§2016. 1889
Resumindo: 1890
§2017. 1890
§2018. 1890
§2019. 1891
§2020. 1891
§2021. 1892
§2022. 1892
§2023. 1892
§2024. 1893
§2025. 1893
§2026. 1894
§2027. 1894
§2028. 1895
§2029. 1895

ARTIGO 3: A IGREJA, MÃE E EDUCADORA_____ 1896

§2030. _____ 1896

§2031._____ 1897

I. Vida moral e Magistério da Igreja 1898

§2032. _____ 1898

§2033. _____ 1898

§2034. _____ 1899

§2035. _____ 1900

§2036. _____1901

§2037._____1901

§2038. _____ 1902

§2039. _____ 1903

§2040. _____ 1904

II. Os preceitos da Igreja _____ 1905

§2041._____ 1905

§2042. _____ 1905

§2043. _____ 1907

III. Vida moral e testemunho missionário _____ 1908

§2044. _____ 1908
§2045. _____ 1909
§2046. _____ 1909
Resumindo: _____1910
§2047. _____1910
§2048. _____1910
§2049. _____1910
§2050. _____ 1911
§2051._____ 1911
Notas _____1912
SEGUNDA SEÇÃO: OS DEZ MANDAMENTOS _____*1918*
"MESTRE, O QUE DEVO FAZER...?" _____1918
OS DEZ MANDAMENTOS ____1918
§2052. _____ 1924
§2053. _____ 1925
§2054. _____ 1926
§2055._____1927
O DECÁLOGO NA SAGRADA ESCRITURA _____ 1928

§2056. _____ 1928
§2057._____ 1929
§2058. _____ 1930
§2059. _____1931
§2060. _____ 1932
§2061._____ 1933
§2062. _____ 1934
§2063. _____ 1934
O DECÁLOGO NA TRADIÇÃO DA IGREJA _____ 1936
§2064. _____ 1936
§2065. _____ 1936
§2066. _____1937
§2067. _____1937
§2068. _____ 1938
A UNIDADE DO DECÁLOGO 1939
§2069. _____ 1939
O DECÁLOGO E A LEI NATURAL _____ 1940
§2070. _____ 1940

§2071. _____ 1941
A OBRIGAÇÃO DO DECÁLOGO _____ 1942
§2072. _____ 1942
§2073. _____ 1943
“SEM MIM, NADA PODEIS FAZER” _____ 1943
§2074. _____ 1943
Resumindo: _____ 1944
§2075. _____ 1944
§2076. _____ 1945
§2077. _____ 1945
§2078. _____ 1945
§2079. _____ 1946
§2080. _____ 1946
§2081. _____ 1946
§2082. _____ 1947
Notas _____ 1948
CAPÍTULO PRIMEIRO: “AMARÁS O SENHOR TEU DEUS COM TODO O TEU

CORAÇÃO, COM TODA A TUA ALMA E COM TODAS AS TUAS FORÇAS” _____ 1950

§2083. _____ 1950

ARTIGO 1: O PRIMEIRO MANDAMENTO _____1951

I. “Ao Senhor teu Deus adorarás, a Ele servirás” _____ 1952

§2084. _____ 1952

§2085. _____1953

§2086. _____ 1954

A FÉ_____1955

§2087. _____1955

§2088. _____1955

§2089. _____ 1956

A ESPERANÇA _____1957

§2090. _____1957

§2091._____ 1958

§2092. _____ 1959

O AMOR_____ 1959

§2093. _____ 1959

§2094. _____ 1960
II. “Só a Ele prestarás culto” _____1961
§2095. _____1961
A ADORAÇÃO _____1961
§2096. _____1961
§2097. _____ 1962
A ORAÇÃO _____ 1963
§2098. _____ 1963
O SACRIFÍCIO _____ 1963
§2099. _____ 1963
§2100._____ 1964
PROMESSAS E VOTOS _____ 1965
§2101._____ 1965
§2102._____ 1966
§2103._____ 1966
O DEVER SOCIAL DA RELIGIÃO E O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA _____ 1968
§2104._____ 1968
§2105._____ 1969

§2106. 1970
§2107. 1971
§2108. 1971
§2109. 1972
III. "Não terás outros deuses perante Mim" 1973
§2110. 1973
A SUPERSTIÇÃO 1974
§2111. 1974
A IDOLATRIA 1975
§2112. 1975
§2113. 1976
§2114. 1977
ADIVINHAÇÃO E MAGIA 1978
§2115. 1978
§2116. 1978
§2117. 1979
A IRRELIGIÃO 1981
§2118. 1981
§2119. 1981

O SACRILÉGIO _____ 1982
§2120. _____ 1982
A SIMONIA _____ 1983
§2121. _____ 1983
§2122. _____ 1984
O ATEÍSMO _____ 1985
§2123. _____ 1985
§2124. _____ 1985
§2125. _____ 1986
§2126. _____ 1987
O AGNOSTICISMO _____ 1988
§2127. _____ 1988
§2128. _____ 1989
IV. “Não farás para ti nenhuma imagem esculpida...” _____ 1989
§2129. _____ 1989
§2130. _____ 1990
§2131. _____ 1991
§2132. _____ 1991
Resumindo: _____ 1992

§2133. _____ 1992
§2134. _____ 1993
§2135. _____ 1993
§2136. _____ 1993
§2137. _____ 1994
§2138. _____ 1994
§2139. _____ 1994
§2140. _____ 1995
§2141. _____ 1995
ARTIGO 2: O SEGUNDO MANDAMENTO _____ 1995
I. O nome do Senhor é Santo _____ 1996
§2142. _____ 1996
§2143. _____ 1996
§2144. _____ 1997
§2145. _____ 1998
§2146. _____ 1999
§2147. _____ 1999
§2148. _____ 1999
§2149. _____ 2001

II. O nome do Senhor invocado em vão _____ 2002
§2150. _____ 2002
§2151. _____ 2002
§2152. _____ 2003
§2153. _____ 2004
§2154. _____ 2005
§2155. _____ 2005
III. O nome cristão _____ 2006
§2156. _____ 2006
§2157. _____ 2007
§2158. _____ 2008
§2159. _____ 2008
Resumindo: _____ 2009
§2160. _____ 2009
§2161. _____ 2009
§2162. _____ 2010
§2163. _____ 2010
§2164. _____ 2010
§2165. _____ 2011

§2166. _____ 2011
§2167. _____ 2011
ARTIGO 3: O TERCEIRO MANDAMENTO _____ 2012
I. O dia do sábado _____ 2012
§2168. _____ 2012
§2169. _____ 2013
§2170. _____ 2013
§2171. _____ 2014
§2172. _____ 2014
§2173. _____ 2015
II. O dia do Senhor _____ 2016
O DIA DA RESSURREIÇÃO: A NOVA CRIAÇÃO _____ 2016
§2174. _____ 2016
O DOMINGO - REALIZAÇÃO DO SÁBADO _____ 2017
§2175. _____ 2017
§2176. _____ 2018
A EUCARISTIA DOMINICAL 2019

§2177. _____ 2019
§2178. _____ 2020
A PARÓQUIA _____ 2021
§2179. _____ 2021
A OBRIGAÇÃO DO DOMINGO 2023
§2180. _____ 2023
§2181. _____ 2023
§2182. _____ 2024
§2183. _____ 2025
DIA DE GRAÇA E DE CESSAÇÃO DO TRABALHO _____ 2025
§2184. _____ 2025
§2185. _____ 2026
§2186. _____ 2027
§2187. _____ 2028
§2188. _____ 2029
Resumindo: _____ 2030
§2189. _____ 2030
§2190. _____ 2031
§2191. _____ 2031

§2192. 2031
§2193. 2032
§2194. 2032
§2195. 2033
Notas 2034
CAPÍTULO SEGUNDO: "AMARÁS O TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO" 2041
§2196. 2041
ARTIGO 4: O QUARTO MANDAMENTO 2042
§2197. 2043
§2198. 2044
§2199. 2044
§2200. 2045
I. A família no plano de Deus 2046
NATUREZA DA FAMÍLIA 2046
§2201. 2046
§2202. 2047
§2203. 2047
A FAMÍLIA CRISTÃ 2048

§2204. _____ 2048
§2205. _____ 2049
§2206. _____ 2049
II. A família e a sociedade_____ 2050
§2207._____ 2050
§2208. _____ 2051
§2209. _____ 2052
§2210._____ 2052
§2211. _____ 2053
§2212._____ 2055
§2213._____ 2056
III. Deveres dos membros da família 2056
DEVERES DOS FILHOS _____ 2056
§2214._____ 2056
§2215._____ 2057
§2216._____ 2058
§2117. _____ 2058
§2218._____ 2060
§2219._____ 2061

§2220. _____ 2062
DEVERES DOS PAIS _____ 2063
§2221. _____ 2063
§2222. _____ 2063
§2223. _____ 2064
§2224. _____ 2065
§2225. _____ 2066
§2226. _____ 2066
§2227. _____ 2067
§2228. _____ 2068
§2229. _____ 2068
§2230. _____ 2069
§2231. _____ 2070
IV. A família e o Reino _____ 2071
§2232. _____ 2071
§2233. _____ 2072
V. As autoridades na sociedade civil 2073
§2234. _____ 2073
DEVERES DAS AUTORIDADES CIVIS _____ 2073

§2235. 2073
§2236. 2074
§2237. 2075
DEVERES DOS CIDADÃOS 2076
§2238. 2076
§2239. 2077
§2240. 2077
§2241. 2079
§2242. 2080
§2243. 2081
A COMUNIDADE POLÍTICA E A IGREJA 2082
§2244. 2082
§2245. 2084
§2246. 2084
Resumindo: 2085
§2247. 2085
§2248. 2085
§2249. 2086
§2250. 2086

§2251. _____ 2086
§2252. _____ 2087
§2253. _____ 2087
§2254. _____ 2087
§2255. _____ 2088
§2256. _____ 2088
§2257. _____ 2089
ARTIGO 5: O QUINTO MANDAMENTO _____ 2089
§2258. _____ 2090
I. O respeito pela vida humana ____ 2090
O TESTEMUNHO DA HISTÓRIA SAGRADA _____ 2090
§2259. _____ 2090
§2260. _____ 2091
§2261. _____ 2092
§2262. _____ 2093
A LEGÍTIMA DEFESA _____ 2094
§2263. _____ 2094
§2264. _____ 2094

§2265. 2095
§2266. 2096
§2267. 2097
O HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO 2099
§2268. 2099
§2269. 2100
O ABORTO 2101
§2270. 2101
§2271. 2102
§2272. 2103
§2273. 2104
§2274. 2106
§2275. 2107
A EUTANÁSIA 2109
§2276. 2109
§2277. 2109
§2278. 2110
§2279. 2111
O SUICÍDIO 2112

§2280. _____ 2112
§2281. _____ 2112
§2282. _____ 2113
§2283. _____ 2114
II. O respeito pela dignidade das pessoas _____ 2115
O RESPEITO PELA ALMA DO PRÓXIMO: O ESCÂNDALO __ 2115
§2284. _____ 2115
§2285. _____ 2115
§2286. _____ 2117
§2287. _____ 2118
O RESPEITO PELA SAÚDE ___ 2118
§2288. _____ 2118
§2289. _____ 2119
§2290. _____ 2120
§2291. _____ 2120
O RESPEITO PELA PESSOA E A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA _ 2121
§2292. _____ 2121

§2293. 2121
§2294. 2122
§2295. 2123
§2296. 2124
O RESPEITO PELA INTEGRIDADE CORPORAL 2125
§2297. 2125
§2298. 2126
O RESPEITO PELOS MORTOS 2128
§2299. 2128
§2300. 2128
§2301. 2129
III. A salvaguarda da paz 2130
A PAZ 2130
§2302. 2130
§2303. 2131
§2304. 2131
§2305. 2132
§2306. 2133
EVITAR A GUERRA 2134

§2307. 2134
§2308. 2134
§2309. 2135
§2310. 2137
§2311. 2137
§2312. 2138
§2313. 2138
§2314. 2139
§2315. 2140
§2316. 2141
§2317. 2141
Resumindo: 2143
§2318. 2143
§2319. 2143
§2320. 2144
§2321. 2144
§2322. 2144
§2323. 2145
§2324. 2145

§2325. 2146
§2326. 2146
§2327. 2146
§2328. 2147
§2329. 2147
§2330. 2147
ARTIGO 6: O SEXTO MANDAMENTO 2148
I. “Homem e mulher os criou”... 2148
§2331. 2148
§2332. 2149
§2333. 2150
§2334. 2150
§2335. 2151
§2336. 2152
II. A vocação à castidade 2153
§2337. 2153
A INTEGRIDADE DA PESSOA 2154
§2338. 2154
§2339. 2154

§2340. _____ 2155
§2341. _____ 2156
§2342. _____ 2156
§2343. _____ 2157
§2344. _____ 2158
§2345. _____ 2158
A INTEGRALIDADE DO DOM DE SI _____ 2159
§2346. _____ 2159
§2347. _____ 2159
OS DIVERSOS REGIMES DA CASTIDADE _____ 2160
§2348. _____ 2160
§2349. _____ 2161
§2350. _____ 2162
AS OFENSAS À CASTIDADE _ 2163
§2351. _____ 2163
§2352. _____ 2163
§2353. _____ 2165
§2354. _____ 2165

§2355. 2166
§2356. 2167
CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE 2168
§2357. 2168
§2358. 2169
§2359. 2170
III. O amor dos esposos 2171
§2360. 2171
§2361. 2171
§2362. 2173
§2363. 2174
A FIDELIDADE CONJUGAL 2175
§2364. 2175
§2365. 2176
A FECUNDIDADE DO MATRIMÔNIO 2177
§2366. 2177
§2367. 2178
§2368. 2179

§2369. _____ 2180
§2370._____2181
§2371._____ 2183
§2372._____ 2183
O DOM DO FILHO_____ 2184
§2373._____ 2184
§2374._____ 2184
§2375._____ 2185
§2376._____ 2185
§2377._____ 2186
§2378._____ 2188
§2379._____ 2188
IV. As ofensas à dignidade do matrimônio _____ 2189
§2380. _____ 2189
O adultério. _____ 2189
§2381._____ 2190
O adultério é uma injustiça. 2190
O DIVÓRCIO _____2191
§2382. _____2191

§2383. _____2191
§2384. _____ 2192
§2385._____ 2193
§2386. _____ 2194
OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÔNIO _____ 2194
§2387._____ 2194
§2388. _____ 2195
§2389. _____ 2196
§2390. _____2197
§2391._____ 2198
Resumindo: _____ 2199
§2392._____ 2199
§2393._____ 2200
§2394. _____ 2200
§2395._____ 2200
§2396. _____ 2201
§2397._____ 2201
§2398. _____ 2201
§2399. _____ 2202

§2400. _____ 2202

ARTIGO 7: O SÉTIMO MANDAMENTO _____ 2202

§2401._____ 2203

I. O destino universal e a propriedade privada dos bens_____ 2203

§2402. _____ 2203

§2403. _____ 2205

§2404. _____ 2205

§2405. _____ 2206

§2406. _____ 2207

II. O respeito pelas pessoas e seus bens _____ 2207

§2407. _____ 2207

O RESPEITO PELOS BENS ALHEIOS _____ 2208

§2408. _____ 2208

§2409. _____ 2209

§2410._____ 2210

§2411. _____2211

§2412._____ 2212

§2413. 2213
§2414. 2214
O RESPEITO PELA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO 2215
§2415. 2215
§2416. 2216
§2417. 2217
§2418. 2217
III. A doutrina social da Igreja 2218
§2419. 2218
§2420. 2219
§2421. 2220
§2422. 2220
§2423. 2221
§2424. 2222
§2425. 2223
IV. A atividade econômica e a justiça social 2224
§2426. 2224
§2427. 2225

§2428. _____ 2226
§2429. _____ 2227
§2430. _____ 2227
§2431. _____ 2228
A responsabilidade do Estado. _____ 2228
§2432. _____ 2229
§2433. _____ 2230
§2434. _____ 2231
O salário justo é o fruto legítimo do trabalho. _____ 2231
§2435. _____ 2232
A greve _____ 2232
§2436. _____ 2233
V. Justiça e solidariedade entre as nações _____ 2233
§2437. _____ 2233
§2438. _____ 2234
§2439. _____ 2235
§2440. _____ 2236

§2441. 2237
§2442. 2237
VI. O amor aos pobres 2239
§2443. 2239
§2444. 2239
§2445. 2240
§2446. 2241
§2447. 2242
§2448. 2244
§2449. 2245
Resumindo: 2247
§2450. 2247
§2451. 2247
§2452. 2248
§2453. 2248
§2454. 2248
§2455. 2249
§2456. 2249
§2457. 2250

§2458. _____ 2250
§2459._____2251
§2460. _____2251
§2461._____ 2252
§2462. _____ 2252
§2463. _____ 2252
ARTIGO 8: O OITAVO MANDAMENTO _____ 2253
§2464. _____ 2253
I. Viver na verdade _____ 2254
§2465._____ 2254
§2466. _____ 2254
§2467._____ 2255
§2468. _____ 2256
§2469. _____ 2257
§2470. _____ 2257
II. “Dar testemunho da verdade” __ 2258
§2471._____ 2258
§2472._____ 2259
§2473._____ 2260

§2474. 2260
III. As ofensas à verdade 2262
§2475. 2262
§2476. 2262
Falso testemunho e perjúrio. 2262
§2477. 2263
§2478. 2264
§2479. 2265
§2480. 2266
§2481. 2267
§2482. 2267
§2483. 2268
§2484. 2268
§2485. 2269
§2486. 2270
§2487. 2270
IV. O respeito pela verdade 2271
§2488. 2271
§2489. 2272

§2490. _____ 2273
§2491. _____ 2273
§2492. _____ 2274
V. O uso dos meios de comunicação social _____ 2275
§2493. _____ 2275
§2494. _____ 2275
§2495. _____ 2276
§2496. _____ 2277
§2497. _____ 2278
§2498. _____ 2278
§2499. _____ 2280
VI. Verdade, beleza e arte sacra ____ 2280
§2500. _____ 2280
§2501. _____ 2283
§2502. _____ 2284
§2503. _____ 2285
Resumindo: _____ 2286
§2504. _____ 2286
§2505. _____ 2286

§2506. _____ 2287
§2507._____ 2287
§2508. _____ 2287
§2509. _____ 2287
§2510._____ 2288
§2511. _____ 2288
§2512._____ 2288
§2513._____ 2289
ARTIGO 9: O NONO MANDAMENTO2289
§2514._____ 2290
§2515._____ 2291
§2516._____ 2291
I. A purificação do coração _____ 2293
§2517._____ 2293
§2518._____ 2294
§2519._____ 2295
II. O combate pela pureza_____ 2296
§2520. _____ 2296
§2521._____ 2298

§2522. 2298
§2523. 2299
§2524. 2300
§2525. 2300
§2526. 2301
§2527. 2301
Resumindo: 2302
§2528. 2302
§2529. 2303
§2530. 2303
§2531. 2303
§2532. 2303
§2533. 2304
ARTIGO 10: O DÉCIMO MANDAMENTO 2304
§2534. 2305
I. A desordem das cobiças 2306
§2535. 2306
§2536. 2306
§2537. 2307

§2538. 2309
§2539. 2310
§2540. 2311
II. Os desejos do Espírito 2312
§2541. 2312
§2542. 2313
§2543. 2313
III. A pobreza de coração 2314
§2544. 2314
§2545. 2315
§2546. 2315
§2547. 2316
IV. “Quero ver a Deus” 2317
§2548. 2317
§2549. 2317
§2550. 2318
Resumindo: 2319
§2551. 2319
§2552. 2320

§2553. 2320
§2554. 2320
§2555. 2320
§2556. 2321
§2557. 2321
Notas 2322
ÍNDICE 2341